



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Cristiane Garcia Teixeira

Entre tipografias, homens e petas: um estudo sobre a Sociedade Petalógica do Rocio Grande e os modos de mentir no século XIX (1830-1860).

Florianópolis

2023

Cristiane Garcia Teixeira

Entre tipografias, homens e petas: um estudo sobre a Sociedade Petalógica do Rocio Grande e os modos de mentir no século XIX (1830-1860).

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Fontes Piazza.

Florianópolis, 2023.

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Garcia Teixeira, Cristiane

Entre tipografias, homens e petas : um estudo sobre a Sociedade Petalógica do Rocio Grande e os modos de mentir no século XIX (1830-1860). / Cristiane Garcia Teixeira ; orientadora, Maria de Fátima Fontes Piazza, 2023.

379 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Mentira. 3. Machado de Assis. 4. História. 5. Literatura. I. Fontes Piazza, Maria de Fátima . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Cristiane Garcia Teixeira

Entre tipografias, homens e petas: um estudo sobre a Sociedade Petalógica do Rocio Grande e os modos de mentir no século XIX (1830-1860).

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 17/11/2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon
Instituição Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Henrique Espada Lima
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em História.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Profa. Dra. Maria de Fátima Fontes Piazza
Orientadora.

Florianópolis, 2023.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Esta tese de doutorado resulta de uma pesquisa sobre a Sociedade Petalógica do Rocio Grande e seus membros iniciados, uma agremiação que existiu no Rio de Janeiro entre 1850 e 1860. Fundada pelo editor e tipógrafo Francisco de Paula Brito, a sociedade contava com a participação de figuras proeminentes como Machado de Assis, Eusébio de Queirós, Teixeira e Sousa, Justiniano José da Rocha, entre outros. Nas Atas da agremiação, os membros registravam que um dos principais objetivos era criar e disseminar mentiras para os "verdadeiros mentirosos" da Corte, apenas para posteriormente desmenti-las em público e os ridicularizar, bem como aqueles que nelas acreditavam, minando sua credibilidade na sociedade. A partir desta pesquisa, foi possível analisar as estratégias e os métodos de mentira que circulavam na imprensa do Rio de Janeiro durante esse período, especialmente nos jornais impressos pela Tipografia de Francisco de Paula Brito, que servia de sede para as reuniões da Sociedade Petalógica. Ao investigar as mentiras inventadas pelos membros da agremiação, bem como aquelas publicadas na imprensa do Rio de Janeiro nas décadas anteriores (1830-1850), foi possível compreender como a dicotomia entre verdade e mentira permeava os jogos políticos e literários da época. Além disso, ao examinar a trajetória dos membros da Sociedade Petalógica e do "ajuntamento de pessoas mais ou menos instruídas" que existiu duas décadas antes dela, quando ainda não formava uma agremiação, foi possível entender como os diferentes modos de mentir também contribuem para a compreensão da história do Brasil no século XIX. De outro modo, essa análise permitiu traçar paralelos com o presente da história nacional.

Palavras-chave: mentira; peta; homens de letras; imprensa; século XIX.

ABSTRACT

This doctoral thesis results from a research on the Petalógica Society of Rocío Grande and its initiated members, an association that existed in Rio de Janeiro between 1850 and 1860. Founded by the editor and typographer Francisco de Paula Brito, the society counted on the participation of prominent figures such as Machado de Assis, Eusébio de Queirós, Teixeira e Sousa, Justiniano José da Rocha, among others. In the minutes of the association, members recorded that one of the main objectives was to create and disseminate lies to the "true liars" of the Court, only to later publicly deny them and ridicule those who believed in them, undermining their credibility in society. From this research, it was possible to analyze the strategies and methods of lying that circulated in the press of Rio de Janeiro during this period, especially in the newspapers printed by the Typography of Francisco de Paula Brito, which served as the headquarters for the meetings of the Petalógica Society. By investigating the lies invented by the members of the association, as well as those published in the press of Rio de Janeiro in the previous decades (1830-1850), it was possible to understand how the dichotomy between truth and lie permeated the political and literary games of the time. Furthermore, by examining the trajectory of the members of the Petalógica Society and the "assembly of more or less educated people" that existed two decades before it, when it was not yet formed as an association, it was possible to understand how different ways of lying also contribute to the understanding of the history of Brazil in the 19th century. In another way, this analysis allowed for parallels to be drawn with the present of national history.

Key words: lie; petal; men of letters; press; nineteenth century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 A Campainha e o cujo.....	143
Figura 2 A GUERRA DOS CHOURIÇOS.....	177
Figura 3 Homo Vespertilio.	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - impressos e redatores que circularam na Tipografia Fluminense de Brito e Companhia (1832-1833).....	41
Tabela 2 - impressos e redatores que circularam na Tipografia Fluminense de Brito e Companhia e Imparcial de Brito (1834-1837).....	72
Tabela 3 - impressos e redatores que circularam na Tipografia Imparcial de Brito (1838-1840)	126
Tabela 4 - Impressos e redatores que circularam na Tipografia Imparcial de Paula Brito/ Tipografia Dois de Dezembro, de P. Brito (1841-1849).....	153
Tabela 5 Iniciados na Sociedade Petalógica do Rocio Grande	279

APRESENTAÇÃO	10
PARTE I – “Quando a sociedade nasceu já estava feita”	20
Um ajuntamento de pessoas mais ou menos instruídas	20
Com a palavra, o Presidente	26
<i>Os Mulatos ou os Homens de Cor</i>	37
As <i>almorreimas</i> do Padre Feijó	55
Um homem escravizado por um carapetão	63
PARTE II – “No princípio seu fim era todo político”	76
Impressos de Segredo	76
O mentiroso e o incauto	83
Na Regência: os boatos saídos da prensa do Paula Brito.....	95
O haitianismo.....	96
A maior parte da gente não examina os fatos	112
Na Imprensa Imparcial.....	122
<i>Seu fim era todo político</i>	130
Iniciados na Petalógica, Poetas e Professores da nação.....	138
PARTE III – Mentir ao modo da Petalógica.....	155
Diniz escreve as <i>verdades</i> com graça e Paula Brito as <i>publica</i> [nem sempre] com gosto.....	155
O Ferimento da ponteira de chapéu de sol no <i>Correio Mercantil</i>	163
O magnetismo animal e o chouriço português.....	168
Memórias sobre as manias do mundo da lua	179
A mentira sobre a liberdade	191
PARTE IV - A Petalógica de Machado de Assis	203
O Café Procópio no Rio de Janeiro.....	203
As Tolas Presumidas, membras da Sociedade Petalógica	215
A primeva Petalógica.....	226
<i>Valério, Sr. Z e Coronel Borges</i> , membros da Petalógica	240
Napoleão é nova-iorquino.....	252

CONSIDERAÇÕES FINAIS	260
FONTES E REFERÊNCIAS	264
Jornais e Periódicos	264
REFERÊNCIAS	265
APÊNDICE	279

APRESENTAÇÃO

Era no tempo do Rei... Uma sexta-feira do dia 28 de janeiro de 1853. O leitor e leitora, talvez assinantes ou compradores de um número avulso do jornal de modas e variedades intitulado *Marmota Fluminense*, ao ajustar nas mãos aquelas folhas que mediam 29 x 22 centímetros e iniciar a leitura, se deparavam, já na primeira das quatro páginas que completavam o jornal, com a seguinte frase: “Às 7 horas da tarde, presentes 18 sócios” abria-se “por si mesma a sessão, sem formalidade alguma, isto é, independente de ler-se e aprovar-se a ata da antecedente”. Tratava-se de um dos resumos das reuniões da Sociedade Petalógica do Rocio Grande, era a segunda vez que se publicava um resumo das sessões dessa agremiação na *Marmota Fluminense*.¹ A Ata ocupou três colunas daquele jornal. Ao lê-la, os leitores e leitoras entendiam que esse grupo de pessoas, em um número de 18 sócios e sob a presidência de três deles, muito possivelmente naquela semana, se reuniu no antigo Largo do Rocio, no Rio de Janeiro, para discutir sobre diversos assuntos, como a ausência de capoeiras em desordem a percorrer as ruas da cidade; que pelas “enérgicas providências tomadas pelas autoridades” não se observava mais “homens nus nas praias a banharem-se”; que em consequência do “progresso de civilização [...] os *mancebos* e *mancebas* agora rezam e não namoram” e que “a iluminação da cidade” se fazia naquele momento da melhor maneira possível.²

Imagino a confusão que aquela publicação poderia gerar no leitor e leitora. Os registros das reuniões da agremiação seguiam o modelo das Atas da Câmara dos Deputados. Na *Ordem do Dia*, por exemplo, eram descritas as “grandes gargalhadas”, as tentativas e pedidos de “ordem, ordem” para que continuasse a reunião, enquanto muitos senhores *escarravam* e davam *risadas*. Esses mesmos senhores, que eram membros da Petalógica, não tinham seus nomes revelados e eram identificados como “Uma voz”; “Sr. Presidente”; “O orador”; “Um Membro já velho”. Ou através de números, como membro “N.1”; “N.2” e assim por diante. Ao continuar a leitura da Ata, nos é informado que naquela última semana de janeiro de 1853, entre gritos de ordem e “risadas gerais”, um dos membros da agremiação pediu a palavra para informar que quando esteve nos Estados Unidos viu uma grande casa que se denominava “Hotel Cassange” e que a mesma acomodava mais de 900 pessoas. Ao término de sua frase, outro membro,

¹ As Atas da Sociedade Petalógica passaram a ser publicadas no jornal de variedades *A Marmota Fluminense* em 21 de janeiro de 1853. A última delas apareceu em 2 de maio de 1854. Ao todo foram dez Atas publicadas.

² SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 335, 28. jan. 1853. p. 1.

identificado como “Uma voz”, gritou: “Fora!” e com ele muitas risadas e pedidos de ordem foram também proferidos. Ao que a mesma “Voz” continuou: “Isto é tão verdade como a história dos *perus do mato*.”³ Talvez esse membro ainda não tivesse se dado conta, mas havia cometido, naquele momento, uma falha gravíssima aos olhos dos outros integrantes da agremiação. Ao passo que “O Sr. Presidente” lhe chamou a atenção: “Advirto ao nobre sócio que a palavra *verdade* não é petalógica, e se a disser segunda vez, faltando assim ao devido respeito à casa, mandá-lo-ei sair do recinto da assembleia”.⁴

Explico, a Sociedade Petalógica do Rocio Grande era assim chamada porque, entre outras ações, seus membros estudavam e disseminavam *petas*, que em dicionário da época significava mentira, daí vinha também seu título.⁵ Eram mentiras que eles mesmos classificavam como de “espanto”, que causavam espanto e eram acompanhadas de risos e gargalhadas. Como no exemplo da Ata citada na abertura dessa apresentação, quando depois de proferida uma *peta*, toda a sociedade dava...

tão grandes risadas que lhe cobrem a voz; todos tosem, espirram e choram de gosto; finalmente, ninguém mais se entende. O orador grita, esforça-se para ser ouvido, morde o charuto que mais parece com uma brocha, arranca os cabelos da cabeça, bate com a bengala no chão, e fazendo grande esforço, solta a voz dizendo: - Eu não tenho culpa que os senhores sejam ignorantes.⁶

Pronto! Estava feito o pequeno desaguisado. Um membro que até então havia se guardado em silêncio, levantou-se, torceu o bigode e bradou: “ignorante és tu.” Ao que o segundo presidente, na tentativa de apaziguar a situação, deu “com a mão no tinteiro” que se entornou na calça do orador. Os gritos de ordem partiram de todos os lados da sala de reunião, mas era tarde demais...

Um dos membros, sôfrego por falar e não podendo fazer, olha raivoso para todos e tomando uma *grande pitada*, sai precipitadamente para a rua; o apupado orador segue-o, como se achava. Neste entretanto o badalo do *Aragão* faz soar dez horas e o encarregado de fechar a sala das sessões, mansa e pacificamente, com passo de gato, sai do seu esconderijo e encaminha-se a fechar o portão do Areópago petalógico, todos os membros também, sem dar satisfações, vão saindo, rindo, cuspiendo, tossindo, falando, cantando e andando para suas casas; e assim, sem mais formalidades, suspende-se a sessão, como é sempre de costume.⁷

³ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 335, 28. jan. 1853. p. 1.

⁴ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 335, 28. jan. 1853. p. 1.

⁵ PINTO, Luiz Maria da Silva (1832). *Dicionário de língua brasileira*. Ouro Preto, Tipografia de Silva. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>. Acesso em: 27 de jul. de 2023. p.122.

⁶ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 335, 28. jan. 1853. p. 1.

⁷ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 335, 28. jan. 1853. p. 1.

Imagino agora a expressão do meu leitor e leitora que, provavelmente, muito mais confusos que os leitores contemporâneos à Petalógica, ficam em dúvida se essa reunião de fato aconteceu. Nos números seguintes do jornal *Marmota Fluminense*, aqui ou ali se falou sobre as discussões que aconteciam nas reuniões da Petalógica, mas os registros só voltaram a ser publicados alguns meses depois, em cinco de julho, no número 380 do jornal de variedades. Ao debruçar-me sobre toda essa edição, encontro também algumas informações desse impresso que está diretamente ligado à Sociedade de Petalogia. Tratava-se de uma folha que saía do prelo duas vezes por semana: nas terças e sextas-feiras; quem os imprimia era o proprietário da Empresa Tipográfica Dois de Dezembro, um homem de nome Francisco de Paula Brito e que o mesmo era impressor da Casa Imperial e tinha como endereço de seu estabelecimento a “praça da Constituição n. 64”, local em que aconteciam as reuniões. Sobretudo, ao ler aquela edição 380 da *Marmota Fluminense*, encontro algumas informações que me esclarecem um pouco mais sobre a existência da Sociedade Petalógica do Rocio Grande.

Não tinha esta reunião, a princípio, tomado este título; mas foi obrigada a fazê-lo para ensinar a mentir aos que passavam por dizedores da verdade. Sujeitos haviam com crédito de *Epaminondas Tebano*, que nem zombando mentia, mas que eram uns *verdadeiros mentirosos!* Faziam e desfaziam ministérios; arranjavam e desarranjavam negócios; protegiam e desprotegiam o gênero humano; enfim, estavam acreditados, e eram cridos. Conheceu-se, porém, que era preciso obriga-los a dizer *mentiras*, ao modo da Sociedade, em lugar das *verdades* que apregoavam a seu modo, que na reunião embutiam, e que muitos dos membros dela, na melhor boa-fé, espalhavam por toda parte.⁸

Ou seja, os membros da agremiação, conforme indicou o autor da Ata, obrigaram-se a criar e intitular a Sociedade de Petalógica porque era preciso ensinar a mentir aos homens que eram conhecidos por “verdadeiros” e que tinham crédito de Epaminondas Tebano, mas que eram “verdadeiros mentirosos” que causavam uma série de problemas sociais, como influenciar nos negócios pessoais e do governo; fazer e desfazer ministérios; favorecer e/ou prejudicar determinadas pessoas, “estavam acreditados e eram cridos”. Ao que parece, “muitos dos membros” da Petalógica foram também “vítimas” desses mentirosos, pois em algum momento os falsos Epaminondas Tebanos estiveram presentes nas reuniões da agremiação e embutiram algum tipo de mentira que foi, “na melhor boa fé”, espalhada por alguns dos iniciados. Fazendo, desse modo, que os sócios da agremiação chegassem à conclusão de que era preciso obrigar aos verdadeiros mentirosos a mentir ao modo inventado pela Petalógica.

Mas como tudo isso acontecia?

⁸ SOCIEDADE PETALOGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 jul. 1853. p. 1.

Apenas se apresentava um desses Srs. [não iniciado na agremiação], e citava um fato que *vira*, ou que *ouvira*, um dos presentes [iniciado], por combinação já feita, inventava uma mentira de outra ordem, mas *mentira de espanto*, e que era confirmada logo por dois ou três dos presentes [iniciados], e com circunstâncias especiais. Saía dali o *petalógico* [não iniciado], e ia apregoando a obra como sua, de modo que, em poucas horas, corria a mentira com mais força do que o incêndio lavra em cavacos de pinho!⁹

Portanto, *não iniciados* na agremiação também frequentavam algumas das reuniões da Petalógica. De fato, e isso ficará mais fácil de entender com o desenrolar da tese, a tipografia e loja do Paula Brito – o idealizador e um dos presidentes da agremiação – foi um dos lugares mais frequentados no Rio de Janeiro em meados da década de 1840 até 1860. Os não iniciados, chamados algumas vezes de *petalógicos*, também as frequentavam e quando lá estavam, vez ou outra, citavam uma mentira “que *vira* ou que *ouvira*”. Mas, quando os iniciados da agremiação detectavam a mentira, por combinação já feita, inventavam mentira de espanto, ou seja, uma mentira maior ainda, absurda, espalhafatosa que era confirmada, pelo menos, “por dois ou três presentes”. Como o mentiroso não tinha por costume checar os fatos, “em poucas horas, corria a mentira com mais força do que o incêndio lavra em cavacos de pinho!”¹⁰

E qual era a utilidade de tudo isso? Um dos iniciados explicou: “pensais, leitores, que isto não foi útil? Ouvi. Desenganados assim os petalógicos não tiveram remédio senão se corrigir eles mesmos; porque cada coisa que diziam, por mais documentada que fosse, era objeto de hilaridade geral”.¹¹ No início da existência da agremiação, foram considerados petalógicos aqueles que não eram membros da sociedade, eram esses os mentirosos com fama de Epaminondas Tebano. Com o passar do tempo, essa diferenciação ficou porosa e os membros da agremiação também passaram a ser identificados e conhecidos como petalógicos, como ainda veremos nessa história.

E quem eram os membros da Petalógica? Quem citava “um fato, seu, ou alheio” e os escrevesse e publicasse nos jornais que circulavam no Rio de Janeiro daquele período. “Para merecer as honras da discussão”, não era preciso ser uma mentira, bastava “ser um dito com graça, pela *ordem* ou pela *desordem* com que é referido.”¹² Em uma das Atas, “*O Secretário ad hoc*” informou: “A *Marmota* principia hoje a dar conta desses trabalhos, que não serão seguidos; porque é difícil achar engraçados que digam as coisas de *graça*, que tenham *graça*, e

⁹ SOCIEDADE PETALOGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 jul. 1853. p. 1.

¹⁰ SOCIEDADE PETALOGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 jul. 1853. p. 1

¹¹ SOCIEDADE PETALOGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 jul. 1853. p. 1

¹² SOCIEDADE PETALOGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 jul. 1853. p. 1.

caiam na *graça* de quem as ouve.”¹³ O significado de graça dicionarizado na década de 1830 subentendia zombaria, estava relacionado ao humor que é, por sua vez, questão fundamental para entender a Sociedade Petalógica. O riso e o chiste funcionaram como uma forma de representação da agremiação no contexto em que ela atuou enquanto grupo. Quando refletimos sobre as *petas*, por exemplo, é possível entendê-las a partir do que Elias Thomé Saliba escreveu sobre o humor que, para ele, “brota exatamente do contraste, da estranheza e da criação de novos significados.”¹⁴ Em diversos momentos, os iniciados na Petalógica inseriram questões familiares, “comuns”, em contextos estranhos e desconhecidos, como quando em uma viagem à lua, um membro encontrou por lá estudantes do Liceu. Essa estratégia do humor produzia não somente o prazer da graça, mas também a degradação do objeto risível, passível de crítica e, desse modo, inferiorizado, distante daqueles que riam, que entendiam o outro significado que o gracejador estava produzindo.

O humor, portanto, auxilia na tarefa de como montar o quebra-cabeça que ajuda a entender o que foi e como funcionou a Sociedade Petalógica do Rocio Grande. Para além do terreno cognitivo, para entender o humor petalógico foi preciso ambientá-lo em seu terreno social, pois como bem demonstrou Bergson, o riso tem uma função e significação social.¹⁵ Refletindo também sobre o que escreveu Freud, dentre suas diversas manifestações associativas, o riso funciona como uma válvula de escape para as emoções e comportamentos reprimidos pela sociedade e internalizados pelos indivíduos. Por isso, é comum, no caso dos sonhos e do chiste, a utilização do exagero, do deslocamento e aliteração.¹⁶ E essas características estavam presentes na produção petalógica, composta primeiramente por Atas, mas depois por notícias diversas, artigos, paródias de leis e artigos científicos, relatórios, memórias, críticas literárias, crônicas, charadas, anedotas, fábulas e *petas*, embora toda a produção fosse atravessada por esta última. Sobre essa representação social humorística, Saliba escreveu que podemos...

caracterizar a representação humorística, portanto, como aquele esforço inaudito de desmascarar o real, de captar o indizível, de surpreender o engano ilusório dos gestos estáveis [...] ela é também o instante rápido da anedota, aquele ouro do instante: ela só consegue revelar o impensado, o indizível ao

¹³ Ibid.

¹⁴ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 17.

¹⁵ BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

¹⁶ GAY, Peter. *Lendo Freud: investigações e entretenimento*. Tradução de André Cardoso. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

surpreendê-lo naquele seu momento supremo de estranhamento [...] Ela se dilui na vida cotidiana e só de vez em quando brilha e ilumina.¹⁷

Como veremos nessa história, o humor auxiliou na compreensão tanto do riso e do risível, quanto do funcionamento da Sociedade Petalógica e das ações de seus iniciados no contexto em que estavam inseridos, o Rio de Janeiro de meados de século XIX. E, para além disso, auxiliou no entendimento de como o humor brasileiro oitocentista foi concebido e representou o tecido histórico e social desse período. Foi também o humor uma das estratégias dos iniciados na Petalógica para comunicar o que pensavam sobre o Brasil e suas peculiaridades. Então, para além da graça, foi necessário entender também quem eram os gracejadores da agremiação. Sendo difícil ou não encontrar engraçados que dissessem de graça coisas engraçadas e ainda que os iniciados não fossem identificados nos registros das reuniões, os gracejadores apareceram em outros registros relacionados à Petalógica e muitos deles eram bem conhecidos pelos habitantes da Corte. O “Areópago petalógico” acolheu nomes como Joaquim Manuel de Macedo; João Antônio Gonçalves da Silva; João Caetano dos Santos; Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa; Constantino Gomes de Sousa; Laurindo Rabello; Augusto Emílio Zaluar; Joaquim Maria Machado de Assis; José Maria da Silva Paranhos; Eusébio de Queirós; Justiniano José da Rocha; Paulino José Soares de Sousa, entre tantos outros.¹⁸

Destarte, apresento esta tese que é o resultado de uma investigação desenvolvida durante anos, em que busquei entender as ações e o funcionamento da Sociedade Petalógica do Rocio Grande e seus iniciados, sendo, portanto, eles meus objetos de pesquisa. Optei por estruturá-la levando em conta a análise de duas fontes, principalmente. A primeira delas é uma das Atas da agremiação publicada, na *Marmota Fluminense*, em 5 de julho de 1853, o terceiro registro das reuniões, que conduz a análise para o início da década de 1830.

A Sociedade Petalógica, ou de Petalogia, sociedade que, segundo seu título não trata senão de *petas*, é um ajuntamento de pessoas mais ou menos instruídas, que, há cerca de 20 anos se reúnem num dos lugares mais belos e mais conhecidos dessa Corte.¹⁹

¹⁷ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 29.

¹⁸ Elaborei uma tabela com minibiografias de todos os possíveis membros da agremiação, está no Apêndice deste trabalho: Tabela 5 – Iniciados na Sociedade Petalógica do Rocio Grande. Assim o fiz com o objetivo de que o leitor ou leitora a usasse como uma espécie de guia. Em alguns momentos no texto desta tese mencionei os nomes dos membros sem me aprofundar em sua biografia, o que tornaria o texto muito cansativo. A tabela existe para que o leitor e leitora possa consultar quando sentir necessidade de conhecer de maneira mais demorada o membro no qual estou me referindo.

¹⁹ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 335, 28. jan. 1853. p. 1.

Para esta pesquisa foi importante compreender também do que se tratou esse “ajuntamento de pessoas, mais ou menos instruídas” que se reuniu no início da década de 1830 na Corte. Voltar a esse período auxiliou no entendimento e análise das primeiras conexões e princípios fundantes da Sociedade Petalógica, ou dos espaços em que os membros dela atuaram a partir da década de 1850. Auxiliando também no entendimento sobre que tipo de agremiação foi essa, social e culturalmente.²⁰ O autor dessa Ata informou que a agremiação funcionou no Rio de Janeiro durante 30 anos, que o seu “princípio” teria se dado no início da década de 1830 e que nesse período “o seu fim era todo político”²¹ e só partir de 1853 a agremiação deixava de ser política e passava a ser recreativa, justamente quando ganhava o nome Petalógica e passava a publicar na imprensa da época toda sua produção enquanto grupo. Como se existisse duas fases da mesma agremiação, o que muito possivelmente não é verdade, embora seja a perspectiva adotada por boa parte da bibliografia referente à Sociedade Petalógica. No entanto, é a segunda fonte, uma crônica de Machado de Assis, um membro da agremiação desde meados de 1854 até aproximadamente 1861, que ajuda a encontrar uma resolução para essa questão. Em 1864 Machado de Assis escrevia, no *Diário do Rio de Janeiro*, que...

A sociedade Petalógica, como é sabido, teve nascimento na antiga casa do finado e sempre chorado Paula Brito. Quando a sociedade nasceu já estava feita; não se mudou nada ao que havia, porque os membros de então eram aqueles que já se reuniam diariamente na casa do finado editor e jornalista. [...] Todos a vimos, pois, sempre à frente das manifestações públicas nos dias santos da história brasileira. Ainda neste ano a velha associação (*honni soit qui mal y pense!*) mostrou-se animada do mesmo entusiasmo de todos os anos.²²

Na perspectiva de Machado de Assis, a Sociedade Petalógica “nasceu” na década de 1850, mas quando isso aconteceu ela já estava feita, pois os membros eram os mesmos que se reuniam diariamente na casa do Francisco de Paula Brito. Machado usufruía da experiência vivida como frequentador e membro da Sociedade Petalógica do Rocio Grande. Como veremos nesta tese, quando Machado de Assis passou a conviver com Paula Brito e os petalógicos, entre fins de 1854 e início de 1855, a agremiação já havia produzido bastante e era conhecida na Corte. Portanto, adotei a perspectiva do jovem iniciado ao datar o nascimento da Sociedade de Petalogia no início da década de 1850, mais especificamente quando as Atas passaram a ser publicadas no jornal de variedades *Marmota Fluminense*, em janeiro de 1853. O que existiu antes dessa data – principalmente nas décadas de 1830 e 1840 – foi o “ajuntamento de pessoas”

²⁰ WILLIAMS, Raymond. O Círculo de Bloomsbury. In.: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: editora Unesp, 2011. pp. 201-230.

²¹ SOCIEDADE PETALOGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 jul. 1853. p. 1

²² ASSIS, Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 250. 11 set. 1864. p. 1.

do qual o autor da Ata, de julho de 1853, se referiu. Foi também Machado de Assis quem escreveu sobre uma possível data para o fim do funcionamento da agremiação. Em setembro de 1864, como o cronista apontou em sua crônica “Ao Acaso”, a Sociedade de Petalógia, embora “velha”, ainda participava dos eventos comemorativos à independência.²³ Já em janeiro de 1865, em outra crônica para o mesmo *Diário do Rio de Janeiro*, Machado de Assis descreveu a Petalógica com saudade, como se a mesma já não existisse mais.

Dão-me saudades da Petalógica lendo o livro de José Antônio, — não porque esse livro reúna todos os caracteres daquela sociedade; dão-me saudades porque foi no tempo do esplendor da Petalógica primitiva que os versos de José Antônio foram compostos e em que saiu à luz a primeira edição das *Lembranças*.²⁴

Durante a pesquisa foi possível perceber que, a partir de 1862, depois da morte do presidente e idealizador da Sociedade, Francisco de Paula Brito, a agremiação esteve mais ligada a duas festividades: festejos em comemoração à independência e ao carnaval. Como os leitores e leitoras desta tese constatarão, concentrei minha análise sobre o funcionamento da agremiação no período em que Paula Brito estava vivo, até dezembro de 1861, mas utilizei fontes que ultrapassam esse recorte temporal, como as próprias crônicas de Machado de Assis para o *Diário do Rio de Janeiro*, bem como as memórias e artigos publicados na revista do IHGB anos depois.

Isto posto, organizei a tese em quatro partes. Na primeira delas apresento os resultados da análise sobre o ajuntamento de pessoas que existiu antes de “nascer” a Sociedade Petalógica e o que significava o “já estava feita” citado pelo Bruxo do Cosme Velho. Busquei entender esse funcionamento político da agremiação a partir da análise dos impressos que eram produzidos na tipografia de Francisco de Paula Brito. A partir do mapeamento dos jornais, consegui nominar os possíveis proprietários, redatores, colaboradores desses impressos para compreender quem eram as pessoas que estavam circulando naquele espaço tipográfico e que possivelmente formavam também o ajuntamento de pessoas citado na Ata da agremiação de julho de 1853.²⁵

A mentira era uma espécie de insígnia da Sociedade Petalógica. Com o desenvolvimento da pesquisa, constatei que eram diversos os modos de mentir presentes nas folhas impressas que circulavam no Rio de Janeiro nesse período que busquei analisar. Fundamentei minha

²³ Em dezembro de 1864, A Sociedade Petalógica encomendava missa pela alma de Francisco de Paula Brito. Ver em: *Diário do Rio de Janeiro*, n. 343. 15 dez. 1864. P. 1.

²⁴ ASSIS, Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 2. 3 jan. 1865. p. 1.

²⁵ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 jul. 1853. p. 1

análise, principalmente, nos trabalhos de J.A Barnes para quem existiu uma diversidade no ato de mentir: “A propensão para mentir varia amplamente nas comunidades e entre elas, assim como em determinados domínios da vida social e entre eles.”²⁶ Os membros da Petalógica diziam que um dos objetivos da agremiação era fazer com que os mentirosos, que mentiam de uma maneira minimamente conhecida nos jogos sociais da época, passassem a mentir de outro modo, com regras inventadas pelos membros da Sociedade de Petalógica. Essa maneira petalógica de mentir foi colocada em prática no início da década de 1850, quando a agremiação “nasceu”. Então, entre as décadas de 1830 e 1840, quando ainda se tratava de um ajuntamento de pessoas, a mentira – e os seus modos – foi aquela cujas regras eram minimamente conhecidas e compartilhadas entre a maior parte das pessoas. Foi esse o tipo de contar mentiras que levou a Sociedade Petalógica a desenvolver suas próprias regras dos modos de mentir. Nos dois momentos, trata-se da mentira pública, que está relacionada ao debate da coisa pública, aos homens públicos e de letras, suas relações e seus jogos políticos. Portanto, busquei mapear os modos de mentir possíveis de encontrar nesses jornais que saíam da tipografia do Paula Brito ou dialogavam com eles, nesse período da década de 1830 e 1840, principalmente. Meu objetivo foi compreender como esses homens que frequentavam esse espaço e o próprio tipógrafo se inseriram nos debates e jogos políticos desse período e como a discussão verdade/mentira permeou essa inserção. Essa é a segunda parte desta tese.

Na terceira parte, busquei compreender como foi o “nascimento” da Sociedade Petalógica, já mencionada na perspectiva de Machado de Assis. Momento que foi indicado na Ata de julho de 1853 como um período de mudanças: “como mudam-se os tempos e nós mudamos com eles –, *tempora mutantur et nós mutantur in ilis* – [a agremiação] passou a ser unicamente recreativa.”²⁷ Essa mudança ocorreu na década de 1850, no momento em que o “ajuntamento de pessoas mais ou menos instruídas” se tornou a Sociedade Petalógica e passou a criar seu próprio modo de mentir. É nesse momento da tese que analiso a maior parte das *petas* disseminadas pelos iniciados na agremiação. E, entre eles estava o jovem Joaquim Maria Machado de Assis, o protagonista da quarta parte. É ele quem nos conta como funcionou a Sociedade Petalógica do Rocio Grande de meados de 1850 ao início de 1860, quando o presidente e idealizador da Sociedade, Francisco de Paula Brito, seu “primeiro patrão”, veio a falecer.

²⁶ BARNES, J. A. *Um monte de Mentiras*: para uma sociologia da mentira. Papirus: Campinas, 1996.p. 24.

²⁷ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 jul. 1853. p. 1

Portanto, meu leitor e leitora... “Vejam como a coisa se fez”.

PARTE I – “Quando a sociedade nasceu já estava feita”

Um ajuntamento de pessoas mais ou menos instruídas

Em 1830 não havia registros de reuniões da agremiação, nem o jornal de variedades *A Marmota*, que seria criado quase duas décadas depois. Não há informações de como funcionava esse *ajuntamento de pessoas* que se reunia no estabelecimento de Francisco de Paula Brito entre os anos de 1830 e 1840. O que se sabe é que no princípio se tratava apenas de um ajuntamento de pessoas que não carregou esse título – Petalógica – e nenhum outro, e que “seu fim era todo político”.²⁸ Conforme indicou Célia de Azevedo,²⁹ as reuniões da futuramente intitulada Sociedade Petalógica já aconteciam nos fundos da casa de Francisco de Paula Brito e foram posteriormente transferidas para o seu então estabelecimento na Praça da Constituição, n. 51, que na época chamava-se Largo do Rocio: um “dos lugares mais belos e mais conhecidos da Corte.”

O nome de Paula Brito tem sido particularmente lembrado em sua vinculação com a Petalógica, uma sociedade informal criada por ele aos 21 anos de idade, que começou a reunir literatos, artistas e políticos nos fundos de sua casa a partir de 1831; posteriormente, as reuniões tiveram lugar em sua livraria na Praça da Constituição, n. 51, então ainda conhecida como Largo do Rocio (atual Praça Tiradentes).³⁰

Como a Petalógica foi, em grande parte de sua existência, uma agremiação informal, nesse primeiro momento, quando Paula Brito tinha 21 anos de idade e recém havia comprado a livraria de Silvino de Brito, é muito possível que não existisse as reuniões, pelo menos não da mesma maneira como aconteciam depois do nascimento da Petalógica. Os homens que frequentavam o estabelecimento de Paula Brito, até meados de 1835, possivelmente não eram os mesmos que passaram a frequentar a Tipografia e Livraria depois desse período, com poucas exceções. Rodrigo de Godoi afirmou que depois da morte do avô, o sargento-mor Martinho Pereira de Brito, acontecida em 4 de julho de 1830, Paula Brito, então com 20 anos de idade, mudou-se para a casa de seu primo livreiro, de nome “Silvino José de Almeida, na praça da constituição, número 51.”³¹ O que mais tarde, em novembro de 1831, se tornaria sua

²⁸ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 de jul. de 1853. p. 1.

²⁹ AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Maçonaria, Antirracismo e Cidadania: Uma História de Lutas e Debates Transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.

³⁰ *Ibidem*. p. 157.

³¹ GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2016. p. 63.

propriedade.³² Em muitos momentos, na imprensa, falou-se em “Casa do Paula Brito” referindo-se ao estabelecimento do tipógrafo, que era o mesmo endereço de sua moradia.³³ As reuniões mencionadas por Célia de Azevedo não eram as da Sociedade Petalógica, podendo estar relacionadas apenas ao ajuntamento de pessoas que passou a existir, muito possivelmente, depois que o primeiro prelo foi comprado por Paula Brito, em setembro de 1832.³⁴ Essa aquisição transformou a livraria também em tipografia, mas ainda não se tratava da Sociedade Petalógica. O fato da livraria, depois a tipografia de Paula Brito terem se convertido em um espaço de sociabilidade letrada e política não significou automaticamente a existência de uma agremiação ou sociedade. Ou seja, esse espaço de sociabilidade não pode ser denominado, desde o início, de Sociedade Petalógica.

O espaço da livraria e encadernação, que já subentendia circulação de pessoas, ganharia ainda mais formas de sociabilidade com a integração de uma tipografia: pela atividade de venda, negociação, pelos diversos profissionais necessários ao trabalho tipográfico³⁵ e por ser esse espaço um formador de sociabilidades, aberto a pessoas interessadas em financiar publicações, adquirir informações por meio de compras eventuais (nesse caso, ação acentuada pela livraria), encontrar e se relacionar com pessoas com objetivos afins. O espaço tipográfico, como foi a Tipografia do Paula Brito, pode ser entendido como um cenáculo elegido por pessoas como um ponto de encontro para o debate e troca de ideias, podendo ter na figura do tipógrafo e redatores, os artesãos de novas relações sociais.³⁶

Ademais, com a compra do prelo passou-se a publicar também impressos no estabelecimento de Paula Brito e, nesse mesmo momento, jornais tornavam-se espaços de

³² NOTÍCIAS PARTICULARES, *Jornal do Comércio*. 10 de nov. 1831, p. 3.

³³ Pela descrição que Rodrigo de Godoi faz do *Tumulto das Garrafadas* acontecidos em 13,14 e 15 de março de 1831, em que portugueses, que davam vivas ao Imperador e à nação portuguesa, se tumultuavam em frente ao estabelecimento de Silvino Brito, na Praça da Constituição, n. 51, é bem possível que o livreiro e a família, nesta época Paula Brito incluído, moravam no mesmo endereço: “No dia 14 já por volta da meia noite [...]Silvino também acordou com os gritos de ‘vivas ao senhor dom Pedro imperador e aos portugueses’, ‘Brasileiros, viva a Constituição’ e em seguida ‘mata que é cabra.’ Foi então que ‘naquele tumulto se deram grandes pancadas nas vidraças das janelas’ de sua loja, tão fortes que ‘estas ficaram todas escangalhadas’. Silvino correu até uma delas e, logo que a multidão armada de paus e espadas o viu, aumentaram-se os gritos de ‘mata, mata’.” Ver em: GODOI, Rodrigo Camargo de. Op. Cit., p. 68.

³⁴ Ibid.

³⁵ Caso nos pautemos pelo *Manual da Tipografia Brasiliense*, de René Ogier, de 1832, havia de ter no trabalho tipográfico a ação do diretor; do tipógrafo; aprendizes; compositores; impressores; além dos autores que levavam os originais e negociavam nesse espaço tipográfico e os revisores de provas. Ver em: OGIER, René. *Manual da Tipografia Brasiliense*. Rio de Janeiro. Typ. e Ed. R. Ogier. 1832.

³⁶ BARBOSA, Myriam Paula. *Impressão, sociabilidade e poder: três faces da tipografia do Diário na Corte do Rio de Janeiro (1821-1831)*. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13207>. Acesso em: 20 dez. 2022.

sociabilidades que eram consolidados, principalmente, pelos debates políticos, visto que eram, na maior parte das vezes, projetos coletivos que agregavam pessoas em torno de afinidades, amizades, crenças, valores, posicionamentos políticos. Desse modo, o espaço tipográfico acabava se tornando um espaço de onde facilmente poderiam emergir e se formar grupos e associações, principalmente as informais, que foi o caso da Sociedade Petalógica. A raiz da amizade dos membros dessa agremiação foi a Tipografia e Livraria de Francisco de Paula Brito, um espaço social e cultural de grande importância para o campo político e literário na história do Brasil oitocentista.

O estabelecimento de Paula Brito não foi um espaço público ao modo da concepção de Marco Morel, pelo simples fato de ser um espaço privado, cujo proprietário era o editor e tipógrafo. Embora ele fosse chamado, no final da década de 1839, de impressor público.³⁷ O estabelecimento de Paula Brito foi um espaço onde interagiram diferentes atores; podendo ser considerada uma esfera literária e cultural – embora mais isolada do restante da sociedade do que seria um espaço público, por exemplo – que também resultou da expressão letrada e oral de sujeitos e agentes históricos diversos.³⁸ Era um espaço de sociabilidade que tinha um diálogo profícuo com o espaço público, principalmente pela trajetória de seus agentes. Refletindo sobre a interpenetração de uma “opinião pública ilustrada” e da “opinião pública normativa e coletivista” de Roger Chartier, a tipografia do Paula Brito pode ser entendida como um espaço privado e intelectual, onde se produzia práticas culturais da escrita e dos impressos que ultrapassaram esse espaço privado e chegaram ao público a partir de uma sociabilidade política. De todo modo, foi um espaço de sociabilidade que fez parte das lutas simbólicas, articuladas às políticas e sociais da época.³⁹

O espaço tipográfico de Paula Brito se forjou no período posterior à independência e da construção do Estado nacional brasileiro. Emergiu diante das lutas em torno da abdicação de Pedro I. Foi um empreendimento, estabelecimento, um espaço físico que interagiu com as instâncias da administração pública e que forjou e abrigou “construtores de opiniões”. Esse espaço tipográfico e de livraria estimulou reuniões de homens que transitavam entre os mundos das letras e da política e que também podiam se misturar. Um tipógrafo poderia ser um homem de letras, mas era também um trabalhador braçal, um artesão que precisava sobreviver. Esse

³⁷ *A Ortiga*, n. 1, 10 ago. 1839. p. 2.

³⁸ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial. (1820-1840)*. Paco Editorial: Jundiaí. 2016. p. 12.

³⁹ CHARTIER, Roger. *Opinion publique et propagande d'France*. In VOVELLE, Michel (dir). *L'image de la Révolution Française*. Vol. IV, Paris, 1989.

misturar-se pode ser pensando na perspectiva de classe – devido ao vínculo entre a tipografia e a indústria, com sua estrutura hierárquica, aplicação de critérios de racionalidade, divisão de trabalho, complementaridade de funções e atividades.⁴⁰ Nesse sentido, um aprendiz como foi o jovem Machado de Assis, poderia encontrar-se e trocar ideias, experiências e conhecimentos com um diretor e chefe de oficina, ou com um tipógrafo, cargos que foram ocupados, por exemplo, por Paula Brito. Ou, no período em que aconteciam as reuniões da Petalógica, o jovem aprendiz poderia encontrar-se com um ministro, deputado, senador, entre outros.

Foi nesse espaço tipográfico que emergiu parte dos pensadores negros do Império, em sua maioria netos ou bisnetos de escravizados que se afastaram do cativo, ascenderam socialmente e ocuparam cargos em áreas distintas que vão desde a medicina, o jornalismo, cargos públicos até a política.⁴¹ A tipografia de Francisco de Paula Brito, nos primeiros anos de seu funcionamento, foi um meio de integração de homens de cor livres e letrados. Homens que se destacavam, principalmente, na imprensa, que puderam se desenvolver nesse espaço que era chefiado e mediado por um homem negro que, depois de inserido em redes de sociabilidade influentes e poderosas, conseguiu abrir caminho para outros como, por exemplo, Teixeira e Sousa e, mais tarde, Machado de Assis. Na Casa do Paula Brito, pensadores e literatos negros, homens livres de cor, puderam forjar suas trajetórias, puderam estabelecer diálogos que permitiram conexões entre eles, estabelecer estratégias e alianças e construir entendimento sobre o país do qual faziam parte e eram participantes, “mesmo que, não raras vezes, tivessem esse pertencimento atacado em virtude de sua origem racial”.⁴²

Conforme fui avançando na leitura das fontes, pude perceber que além do espaço da tipografia e livraria, as reuniões dos homens iniciados na Petalógica aconteciam também nos bancos que ficavam em frente ao estabelecimento, como anos mais tarde escreveu Salvador de Mendonça sobre os encontros “No largo do Rocio, em frente à casa de Paula Brito, do outro lado da rua havia dois bancos em que nas tardes de sábado costumavam reunir-se com muita regularidade para palestrarem acerca das letras”.⁴³ Mendonça se referia aos encontros acontecidos na década de 1850 – e em algumas das Atas, as datas das reuniões a que se referiu

⁴⁰ SCHAPOCHNIK, Nelson. Malditos tipógrafos. In: Seminário sobre livro e história editorial, 1., 2004, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFF/FCRB, 2004. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/nelsonschapochnik.pdf>>

⁴¹ PULS, Maurício. *A intelectualidade negra no Império*. Pesquisa Fapesp, ed. 249. nov. 2016.

⁴² PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de Liberdade: Literatos negros, Racismo e Cidadania no Brasil Oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p.23.

⁴³ MENDONÇA. *O Século*. n. 1869. 16 de set. 1912. p. 1-2.

o relator, que nunca assinou, aconteceram aos sábados. Hallewell voltou um pouco no tempo ao mencionar que a “Casa do Paula Brito” foi “ponto de encontro literário [...] [que] reunia todo o movimento romântico de 1840 – 1860”.⁴⁴ Célia de Azevedo também tratou a Casa do tipógrafo como um “local de encontros profícuos da primeira geração de escritores românticos brasileiros”⁴⁵ e afirmou que seria “difícil encontrar um homem de letras, artista ou político da época que tenha vivido na cidade do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1830 e 1860, e que não tenha participado da Petalógica.”⁴⁶ Como dito anteriormente, é muito difícil que a agremiação tenha existido nas décadas de 1830 e 1840. Isso não quer dizer que não havia reunião de homens ligados as letras e a política nesse estabelecimento durante esse período.

Célia de Azevedo dividiu os membros da agremiação em dois grupos: “uma geração mais velha”, nascidos entre o final do século XVIII e início da segunda década do XIX; e outro que se referia aos mais jovens, uma geração nascida na véspera da Independência até fins de 1830.⁴⁷ Este último é o grupo de homens que participava da agremiação, em meados da década de 1850, período em que estudavam e disseminavam as *petas*, mentiras. Parte do primeiro grupo foi aquele que formou o ajuntamento de pessoas “mais ou menos instruídas” sobre quem escreveu o relator da Ata da Petalógica, em 5 de julho de 1853. Há entre essas duas gerações algo que transformou o ajuntamento de pessoas em agremiação, com a primeira conseguiremos entender os primeiros anos do funcionamento do estabelecimento de Paula Brito, a reunião de pessoas interessadas no debate e nas ações relacionadas à política, à imprensa e às letras da corte. Com a segunda geração já adentramos no terreno da associação, a Petalógica nasce e se torna “unicamente recreativa”: “mudam-se os tempos e nós nos mudamos com eles, – *tempora mutantur et nós mutantur in ilis* –”.⁴⁸ Como veremos mais adiante, o recreativo também era político e é muito possível que os membros soubessem disso.

Nesse primeiro momento, treiei os resultados da pesquisa sobre a geração dos mais velhos, alguns deles, os que mais aparecem nas fontes relacionadas aos primeiros anos desse “ajuntamento de pessoas”. Entre eles, mesmo que por pouco tempo, podemos encontrar Francisco Ge Acaíba Montezuma (advogado, jurista, político brasileiro e futuro visconde de Jequitinhonha)⁴⁹ e José Maurício de Lafuente (grande publicista, jornalista, militar e também

⁴⁴ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua História*. Edusp: São Paulo. 2012. p. 167.

⁴⁵ AZEVEDO, Op. Cit., p. 157.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 de jul. de 1853. p.1.

⁴⁹ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho federal de Cultura: 1970. Vol. II. pp. 452-455.

proprietário de tipografia); José Luiz Ferreira (redator do *Clarim da Liberdade*). Mais adiante no tempo aparece Paulino José Soares de Souza (juiz, futuro visconde do Uruguai que ocupou diversos cargos públicos na administração imperial, que liderou o Partido Conservador); Manoel Araújo Porto Alegre (futuro barão de Santo Ângelo, professor, caricaturista, artista, diplomata e poeta); João Caetano dos Santos (diretor e empresário de teatro); Domingos Gonçalves de Magalhães (futuro visconde do Araguaia, médico, professor, poeta e político); Justiniano José da Rocha (jornalista, político e escritor); Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara (político e chefe do partido conservador); Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa (escritor e professor de primeiras letras na escola pública do Engenho Velho, posteriormente nomeado escrivão do Juízo do Comércio).⁵⁰

As fontes abrangem mais o período de atuação do segundo grupo, os mais jovens, mas em conjunto com alguns membros da “geração mais velha” que, depois de vinte anos, ainda frequentavam a tipografia de Paula Brito. No entanto, para a década de 1830 até o aparecimento das *Marmotas*, existiam os jornais redigidos e impressos por Paula Brito, quando seu estabelecimento era conhecido como *Tipografia Fluminense de Brito e Companhia*. O que, segundo Rodrigo de Godoi, indicaria que o tipógrafo não estava sozinho e tinha um sócio.

O nome [...] por si só indica a existência de uma sociedade. Logo, se Paula Brito havia comprado sozinho a livraria do primo Silvino dez meses antes, precisou de um sócio para iniciar a tipografia. Entretanto, os arquivos não revelaram quem era essa personagem. Índícios seguros apontam apenas que a sociedade durou de meados de 1832 e meados de 1835, quando Paula Brito mudou o nome do estabelecimento para Tipografia Imparcial.⁵¹

Houve a partir da década de 1820 constantes associações forjadas por proprietários de tipografias, que usavam dessa estratégia para driblar as dificuldades financeiras que essa atividade subentendia.⁵² Saber quem era esse possível sócio de Paula Brito poderia auxiliar no encontro de informações sobre o ajuntamento de pessoas que foi mencionado na Ata da Sociedade. No entanto, ainda não há pistas de quem poderia ser. É importante lembrar que

⁵⁰ Esses nomes também foram elencados por Célia de Azevedo, Ana Flávia Magalhães e Rodrigo de Godoi e apareceram nas fontes conforme fui avançando na pesquisa. Busco vestígios da participação dos membros na agremiação a partir das listagens feitas por outros pesquisadores e pesquisadoras, sempre referenciados. Além desses, incluo os nomes encontrados durante minha pesquisa para a confecção da tese, consigo documentar suas participações na agremiação por encontrar notícias veiculadas na imprensa da época. Como dito anteriormente, na tabela de número 5 desta tese, incluí uma listagem de todos os (possíveis) membros da agremiação e uma minibiografia de cada um deles.

⁵¹ GODOI. Op. Cit., pp. 86 – 87.

⁵² BARBOSA, Myriam Paula *Impressão, sociabilidade e poder: rês faces da tipografia do diário na corte do rio de Janeiro (1821-1831)*. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13207>. Acesso em: 20 dez. 2022.

a agremiação funcionou na informalidade e por esse motivo pensar com exatidão o início de seu funcionamento não foi possível, o que justifica a descrição: “um ajuntamento de pessoas [...] que, há cerca de 20 anos se reúnem num dos lugares mais belos e mais conhecidos dessa Corte.” Portanto, os princípios que uniram esse grupo não foram declarados em um manifesto ou estatuto que foi possível conhecer e analisar. Isso não quer dizer que não podemos observar um corpo de práticas em comum, um *ethos* distinguível. Mas, o fato de o grupo não formular esses princípios ou objetivos declarados torna a tarefa ainda mais desafiadora e exige outras estratégias de análise.⁵³

É possível que esse ajuntamento de pessoas, talvez sem pretensão de associação, que funcionou no princípio, tenha surgido motivado pelos acontecimentos posteriores a abdicação de Pedro I, como ficará mais compreensível no decorrer desse capítulo. Em uma das Atas de 1853, encontramos a informação de que a Petalógica foi “Criada espontaneamente sem nome”.⁵⁴ Podemos ter uma ideia de como se formou esse grupo – uma associação política, literária e petalógica – buscando vestígios da experiência do idealizador e alguns dos membros da agremiação na superfície social dos impressos em que os mesmos colaboraram, nas suas produções literárias e refletindo também sobre o espaço em que esses jornais foram produzidos, que subentendiam reunião de pessoas e lugares de sociabilidade. Começamos pelo idealizador da Sociedade e o dono do estabelecimento onde se reuniu o “ajuntamento de pessoas mais ou menos instruídas”: Francisco de Paula Brito.

Com a palavra, o Presidente

Francisco de Paula Brito foi um homem de cor letrado⁵⁵ nascido em dois de dezembro de 1809, no Rio de Janeiro. Viveu dos seis aos treze anos de idade com a família em São Nicolau de Suruí⁵⁶, onde seu pai, o carpinteiro Jacinto Antunes Duarte, arrendou um engenho de farinha, de propriedade da viúva Bernarda Pinto Pereira.

A escritura de arrendamento que seu pai assinou no dia 28 de agosto de 1815 informava que a fazenda era formada por “casas de vivenda de telhas, casa de farinha, [...] duas rodas de moer mandioca, dois fornos de cobre, [e mais]

⁵³ WILLIAMS, Raymond. Op. Cit.,

⁵⁴ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 de jul. de 1853. p. 1

⁵⁵ Os termos *homem/gente de cor* foi usada frequentemente na documentação e bibliografia consultada.

⁵⁶ Freguesia que hoje pertence ao município de Magé. A Freguesia surgiu em 1755 e em 1789 foi desmembrada da cidade do Rio de Janeiro para fazer parte da Vila de Magé. Ver em SEIXAS, Antônio. Algumas famílias da Freguesia de São Nicolau de Suruí, no Município de Magé, nos séculos XVIII a XX. *Revista da ASBRAP*, n. 28. pp. 73-122. A região se destacava como produtora de farinha de mandioca desde o século XVIII. Ver em: GODOI, Op. Cit.,

pertences de fazer farinha e uma canoa”. O contrato também incluía uma “besta muar” e dez escravos que já viviam na propriedade, dos quais temos os nomes de oito: José, João, Sebastião, Francisca, Diogo, Violante, Quitéria e Domingos. Em relação aos cativos, o contrato previa que, se algum falecesse durante a vigência do arrendamento, Jacinto deveria arcar com o prejuízo nos acertos anuais feitos com a viúva ou seus herdeiros.⁵⁷

O argumento do historiador Rodrigo de Godoi é de que não “seria exagero” aproximar a infância de Paula Brito a de “outros meninos criados na roça no Brasil oitocentista, vivendo entre folguedos, estudos iniciais e a escravaria”. Paula Brito seria, dos seis aos treze anos, nas palavras de Godoi, “Mais um menino de engenho.”⁵⁸ Pode-se dizer que foi uma infância que misturou vivências que poderiam ser comuns a outros “meninos de engenho”, mas acompanhadas da experiência de cor e também da escravidão. Paula Brito foi um descendente livre de gente de cor liberta e também escravizada. A avó paterna, Ana, foi escrava e sua bisavó materna, Francisca Ribeira, crioula forra. Seus avós maternos, Ana Maria da Conceição e o sargento-mor Martinho Pereira de Brito, eram libertos, bem como seu pai Jacinto Antunes Duarte. É possível que tenha aprendido as primeiras letras com a irmã Ana Angélica, que assim como Paula Brito nasceu livre. O que, provavelmente, o ajudou em 1824 a ingressar como aprendiz de tipógrafo na Tipografia Imperial e Nacional, um campo que parecia prosperar. Tanto que logo depois do trabalho prestado nesse estabelecimento, Paula Brito conseguiu emprego na oficina de René Ogier e, em seguida, na de Pierre Plancher, tipografia em que Paula Brito trabalhou como “administrador da repartição de prelos.”⁵⁹ Segundo Ana Flávia Magalhães Pinto, na Tipografia de Seignot-Plancher, Paula Brito ocupou os postos de compositor, redator, contista e tradutor.⁶⁰ Rodrigo de Godoi nos contou que foi com o trabalho exercido na Tipografia de Plancher que...

Paula Brito começou a juntar seus primeiros mil-réis. Porém, entre os “inumeráveis obséquios” recebidos dos Plancher, não menos importante foi o contato com o vasto arcabouço técnico e, sobretudo, cultural trazido pelos franceses à Corte.⁶¹

Foi também nesse período que Paula Brito serviu como adido da Segunda Companhia do Terceiro batalhão de Caçadores da Corte, um ofício que até 1832, com a criação da Guarda Nacional, foi considerado um importante meio de ascensão social para homens libertos e pardos. Possivelmente, Paula Brito esteve ocupado com esse ofício entre fins de 1830 e abril

⁵⁷ Ibid. p. 50.

⁵⁸ Ibid. p. 52.

⁵⁹ BRITO, Francisco Paula de. CORRESPONDÊNCIAS. *O Carioca*, n. 12. 21 de jan. de 1834. p. 1.

⁶⁰ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: selo Negro, 2010. p. 32.

⁶¹ GODOI, Op. Cit., p. 60.

de 1831, no mesmo mês e ano em que o imperador Pedro I era pressionado e abdicava do trono em favor de seu filho, com então cinco anos de idade.⁶²

Francisco de Paula Brito era, nessa época, um jovem exaltado⁶³ que, como muitos outros, esperançava-se diante das possibilidades dos novos tempos. Em abril de 1831 ainda não havia comprado a tipografia de seu primo Silvino, embora esperançoso, os tempos eram incertos. De modo geral, esse foi um período de grande instabilidade, complexo e conflituoso. Conforme indicou um texto publicado n' *O Carioca* e assinado por Paula Brito, talvez não tenha superado suas expectativas quando ao se queixar com seus amigos sobre estar “desarranjado”, foi encorajado a pedir por “um lugar que se achava vago na Câmara do Senado”.⁶⁴ Ainda seguindo os conselhos de seus amigos, pediu auxílio ao sr. Evaristo da Veiga, de quem era próximo na época e quem Rodrigo de Godoi argumentou ser um dos primeiros amigos que teve na Corte.⁶⁵ Este respondeu-lhe que “não tinha amizade com as pessoas do Governo; mas que daria um atestado” que abonava a conduta de Paula Brito e que “até o julgava digno de empregos” em decorrência de seus talentos. Com o atestado em mãos, Paula Brito seguiu até a casa do general Francisco de Lima e Silva “ainda Regente Provisório, a quem

⁶² Ibid.

⁶³ Não há nesse período a existência de partidos políticos no sentido corrente nos últimos anos do século XIX e, sobretudo, século XX. Marco Morel argumentou que a partidarização possuía uma carga pejorativa entre os anos de 1830 e 1840. Momento esse de “afirmação da modernidade e da unidade nacional”. Nesse sentido, os partidários eram associados a facções, como se fossem inimigos da pátria. Para Morel, “O que se denominava partido político [...] era mais do que ‘tomar um partido’ e constituía-se em formas de agrupamento em torno de um líder, ou através de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de delimitarem por lealdade e afinidades (intelectuais, econômicas, culturais etc.)”. O historiador estrutura as divisões políticas fundamentadas em soberanias: a do rei; a do povo e a soberania da nação. Nesse cenário, no período regencial brasileiro, existiram três partidos: Exaltado, Moderado e Restaurador. O primeiro era guiado pelo ideal da soberania popular e foi incorporado por camadas pobres da população. O apelo dos exaltados estava relacionado a participação da população pobre na vida pública e acenava contra a opressão econômica, social e étnica. Os moderados eram vistos como a expressão política dos plantadores de café ou de comerciantes das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A moderação era apresentada como sinônimo de razão. Os protagonistas defendiam um Estado forte e centralizador e se apresentavam como aqueles que possuíam uma visão de mundo “sábria e civilizada”. O apelo da moderação estava relacionado a soberania nacional, recusa do absolutismo e monarquia constitucional. Enquanto os moderados eram caracteristicamente liberais, os restauradores pregavam uma matriz antiliberal, embora sem negar o liberalismo. Colocavam em destaque a soberania monárquica. Após 1831, a restauração foi associada ao retorno de Pedro I ao trono. Tinham como características marcantes a valorização da supremacia monárquica e a aproximação com o tradicionalismo português. Ver em: MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 31 -51.

⁶⁴ BRITO, Francisco Paula de. CORRESPONDENCIAS. *O Carioca*, n. 12. 21 de jan. de 1834. p. 1.

⁶⁵ Tudo indica que eram mesmo próximos, pelo menos nos primeiros anos depois que retornou à corte. Paula Brito conta, em *O Carioca*, que com 14 anos compôs alguns versos de amor à pátria e que os submeteu a correção de Evaristo da Veiga que os “quis imprimir [...] quis pagar a impressão”. “poucas amizades adquiri naquele tempo (e poucas tenho atualmente) e uma das primeiras pessoas de conceito com quem me dei, então, foi o Sr. Evaristo Ferreira da Veiga. Contava eu 14 anos...” BRITO, Francisco Paula de. CORRESPONDENCIAS. *O Carioca*, n. 12. 21 de jan. de 1834. p. 2. Além de Evaristo, seu irmão João Pedro da Veiga emprestou a Paula Brito “uma pequena quantia sobre penhor”, ficando com uma joia deste último. Rodrigo de Godoi acredita que o dinheiro levantado com a joia penhorada serviu, junto com outras economias, para que Paula Brito comprasse a livraria de seu primo Silvino José da Almeida. Ver em: GODOI, Op. Cit., p. 77.

[Paula Brito] tinha amizade nesse tempo”, entregou o documento e recebeu como resposta “que levasse no dia seguinte um memorial, pois se houvesse lugar vago”⁶⁶ seria dele. No entanto, o moço nunca mais voltou a casa de Lima e Silva e tratou de adquirir sua sobrevivência pelo trabalho de seu braço.⁶⁷ Talvez foi esse o acontecimento, com os dois homens com quem mantinha amizade nos primeiros anos depois que voltou a morar na Corte e com quem esteve junto frente aos movimentos que pediam a abdicação de Pedro I, que tenha transformado seu modo de ver e entender como funcionavam os jogos políticos de seu tempo. De todo modo, depois da possível negativa de Lima e Silva, em relação a seu pedido de emprego, Paula Brito seguiu em frente e, em novembro do mesmo ano, se tornou proprietário de uma livraria e loja de encadernação, na Praça da Constituição, n. 51.⁶⁸

O texto publicado em *O Carioca* era de um Paula Brito que, em 1834, já era há pelo menos dois anos proprietário de loja e tipografia e buscava o que esquecer e o que lembrar dos acontecimentos de 1831 para defender-se de acusações de um redator anônimo do jornal *Sete de Abril*, que o acusava de dever dinheiro aos irmãos Evaristo e João Pedro da Veiga. Em um momento do texto, o editor escreveu sobre seu estabelecimento:

Digo mais ao redator do Sete de Abril, e aos seus honrados colaboradores, que eu não sei calotear a pessoa alguma; nunca meu nome encheu as colunas do Diário do Rio, como eu as podia agora encher com os nomes de muitos, que esquecidos dos deveres do homem de bem ausentaram-se da minha loja, *para não lhes incomodar a minha presença, e hoje dizem que o fizeram por não gostar da minha opinião*, e se ocupam em me caluniar, seduzindo os empregados da minha oficina, e ameaçando a minha Casa [...] Sou brasileiro, ainda que homem de cor, a principal causa porque se me faz guerra, mas que tanto me honro de ser, como os que tendo a cor mais clara que a minha se gloriam de ser brancos: falo dos negócios do meu País porque me dão direito à Constituição da Minha Pátria.⁶⁹

Desse trecho quero trabalhar com três pontos que podem nos dar pistas sobre a frequência significativa de conexões⁷⁰ que Paula Brito costurou nesse primeiro momento como proprietário de uma livraria e tipografia: I. a menção à Constituição, de quem era um grande conhecedor; II. a condição social de ser *homem de cor* (muito ligada ao ponto I) e III. como o posicionamento político de Paula Brito, bem como a filiação política dos primeiros impressos redigidos, editados e impressos pelo tipógrafo, podem ter influenciado na circulação de pessoas em seu estabelecimento. Esses três pontos funcionam como uma espécie de fio de Teseu, que

⁶⁶ CORRESPONDÊNCIAS. *O Carioca*, n. 12. 21 de jan. de 1834. p. 1

⁶⁷ CORRESPONDÊNCIAS. *O Carioca*, n. 12. 21 de jan. de 1834. p. 1

⁶⁸ CORRESPONDÊNCIAS. *O Carioca*, n. 12. 21 de jan. de 1834. p. 1

⁶⁹ CORRESPONDÊNCIAS. *O Carioca*, n. 12. 21 de jan. de 1834. p. 3. Grifo do autor.

⁷⁰ WILLIAMS, Raymond. Op. Cit.,

me auxiliam não no encontro do Minotauro, mas na orientação para encontrar possibilidades no “labirinto da realidade” sobre as pessoas com quem Paula Brito estava se relacionando e construindo laços nos primeiros anos da década de 1830, que poderiam configurar “aquele ajuntamento de pessoas mais ou menos instruídas” que passou a se reunir “num dos lugares mais belos da corte”, que foi mencionado na Ata da Sociedade Petalógica, aquela de julho de 1853.⁷¹

Começemos com o último dos pontos. A partir do texto escrito para *O Carioca*, podemos intuir que nesse primeiro momento da loja de Paula Brito, o grupo mais constante a visitá-lo seria dos exaltados. Essa hipótese fica ainda mais possível caso observemos a quais partidos serviam grande parcela dos jornais impressos na sua recém montada tipografia. É importante ter em mente que nesse momento a imprensa de opinião construía uma cultura política que era capaz de criar identidades entre grupos e ao redor dos redatores dos jornais, fundando um novo vocabulário político e criando e recriando redes de sociabilidade e de ação que podiam desestabilizar “o jogo político”, trazendo à cena novos personagens.⁷² Ao analisar as folhas que, depois de 1832, com a compra e instalação de um prelo, foram impressas no estabelecimento de Paula Brito, podemos pensar sobre possibilidades de quem estava frequentando e circulando nesse espaço, seja para levar os manuscritos; para negociar com o tipógrafo e seus funcionários; para conversar em sua livraria sobre os últimos acontecimentos políticos; acertar assinaturas e comprar jornais, entre outras eventualidades.

O Conciliador Fluminense: jornal político, histórico e miscelâneo, possivelmente foi o primeiro jornal produzido na Tipografia Fluminense de Brito e Companhia e, aparentemente, o único jornal conciliador impresso nesse estabelecimento entre os anos de 1832 e 1833. Nada muito substancial foi encontrado sobre esse jornal. Como a maior parte das folhas da época, não possuía um redator declarado. O mesmo aconteceu com o primeiro – e uno – número de *O Saturnino*, também impresso na Tipografia Fluminense de Brito & Cia. Rodrigo de Godoi o classificou como moderado. Para Hélio Viana, esse jornal era “Pessimamente redigido, sem se definir claramente, sem dizer a que vinha, no ambiente tão dividido de facções que era o de 1833,

⁷¹ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 jul. 1853. p. 1.

⁷² RIBEIRO, Gladys Sabina. A radicalidade dos exaltados em questão: jornais e panfletos no período de 1831 a 1834. In. RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Bessone Tavares da Cruz (Org.). *Linguagens e Práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

é este um jornaleco politicamente inqualificável, no máximo podendo ser tido como opositorista”.⁷³

Havia os periódicos declarados caramurus⁷⁴, como *O Meia Cara*, *A Mineira no Rio de Janeiro*, *O Restaurador* e *O Brasil Aflito* que também foram impressos na tipografia de Paula Brito. Sobre o primeiro e o segundo sabe-se muito pouco, nenhum dos dois têm exemplares digitalizados na Biblioteca Nacional. Sobre *O Meia Cara*,⁷⁵ era um jornal que tinha um veio bastante irônico, que fingia apoiar o governo para dele zombar. Tanto *O Meia Cara*, quanto *A Mineira no Rio de Janeiro* eram bastante críticos aos moderados e Evaristo da Veiga.⁷⁶ *O Restaurador* também não possui exemplar digitalizado, o que encontro sobre ele é que fazia crítica aos moderados⁷⁷ e, possivelmente, foi o impresso responsável pelo atentado sofrido por Paula Brito e seu estabelecimento em 5 de dezembro de 1833, uma tentativa de invasão por parte de um grupo “armado de paus” que gritava “Paula Brito restaurador”.⁷⁸

Conforme indicou Hélio Vianna, *O Restaurador* não passou do primeiro número e sua paternidade, “então atribuída a Francisco de Paula Brito, foi por Evaristo lançada ao desabusado paulista João Batista de Queiroz.”⁷⁹ Sobre isso é interessante fazer uma observação, que não está especificamente relacionada ao *Restaurador*, mas a alguns outros jornais saídos da tipografia de Paula Brito também nesse período. Ana Flávia Magalhães Pinto fez uma crítica tanto ao historiador Hélio Vianna, quanto a Evaristo da Veiga, que atribuíram, de maneira vaga, a redação dos jornais e pasquins negros à pena de homens brancos. Essa postura “ignora a participação dos homens de cor no cotidiano político da cidade”⁸⁰. No caso de Evaristo da Veiga houve também, segundo a historiadora, uma tentativa de silenciar “os protestos dos homens de cor na imprensa” atribuindo a redação desses jornais, que muito possivelmente saíam da pena e do prelo de homens negros, a portugueses, por exemplo. Conforme indicou Magalhães Pinto, Evaristo da Veiga usava a *Aurora Fluminense* “para desqualificar a participação de ‘homens de

⁷³ VIANA, Hélio. Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869). Imprensa Nacional: Rio de Janeiro. 1945. p. 207.

⁷⁴ O vocabulário político da época era bastante diverso. Caramurus, por exemplo, foi um dos nomes mais usados para se referir aos restauradores.

⁷⁵ Sobre *O Meia Cara*, nos conta Hélio Vianna que assim chamavam os portugueses que, de acordo com a Constituição de 1824, haviam obtido a cidadania brasileira. Depois da Lei de proibição ao tráfico de escravos, de 1831, passaram a chamar *meia cara* os escravos introduzidos de contrabando. Ver em: VIANA, Op. Cit., p. 244.

⁷⁶ VIANA, Op. Cit., p. 244.

⁷⁷ CALDEIRA, Claudia Adriana Alvez. Francisco de Paula Brito: política e imprensa. Revista Maracanan. V. 8, n. 8 (2012). Pp. 113-127.

⁷⁸ Ver em: GODOI, Op. Cit., Especificamente no capítulo: A Pomba sem fel e o tribunal da opinião pública.

⁷⁹ VIANA, Op. Cit., p. 246.

⁸⁰ PINTO, 2010. p. 26.

cor’ nos eventos políticos do Império.”⁸¹ Talvez o afastamento de Paula Brito, com relação aos seus conhecidos “próximos” como Evaristo da Veiga, tenha acontecido motivado por essa postura do jornalista que foi potencializada pela maneira como os moderados nas Regências trataram e reconheceram a luta de grande parte dos homens negros no movimento de abril de 1831, principalmente os que estavam alinhados aos exaltados.

Havia uma visível presença ativa de homens de cor nos movimentos que forçaram a abdicação de Pedro I, sobre isso argumentou Gladys Ribeiro, para quem havia um “clima de rixas e rivalidades entre dois grupos específicos: de um lado, os negros – africanos e crioulos – pardos e cabras; de outro os portugueses – brancos. A população ‘de cor’ era desvalorizada pelos ‘brancos’, principalmente pelos estrangeiros.”⁸² Ficará mais evidente no decorrer dessa primeira parte da tese como Francisco de Paula Brito e outros homens de cor, que posteriormente vieram a frequentar a livraria e tipografia do editor, estavam inseridos nesse embate, pelo menos durante boa parte da década de 1830. Ribeiro chamou a atenção para o argumento, elaborado por contemporâneos e incorporada pela historiografia, de que os homens de cor foram incitados pelos oficiais brasileiros ou pelos exaltados, e de como essa elaboração minimiza a ação de uma grande parcela do povo que tinha seus próprios projetos políticos. Quando analiso os impressos saídos do Paula Brito, é visível essa rivalidade entre a população de cor, especificamente homens de cor livres e letrados, e os homens brancos. Mas é perceptível que os homens negros não eram instigados pelos exaltados, eles articulavam e eram – nesse recorte que faço dos impressos saídos da tipografia do Paula Brito – os próprios exaltados e em diálogo com os caramurus. A maior parte dos jornais que trazia a questão da cor para o debate – ainda dentro desse recorte – estavam alinhados e organizados como exaltados e caramurus.

Grande parte dos impressos, saídos da Tipografia Fluminense de Brito & Cia, tinham o perfil de fazer críticas aos moderados e a Evaristo da Veiga. Como *O Brasil Aflito* – “um dos mais discutidos pasquins de 1833”⁸³ e de propriedade de Clemente José de Oliveira – que teve do número quatro ao onze publicados por essa *Tipografia*. Esse pasquim foi considerado, por Hélio Vianna, “violentíssimo” e proferiu calúnias e críticas fortíssimas ao regente Francisco Lima e Silva, o mesmo homem a quem recorreu Paula Brito, anos antes, em busca de um cargo

⁸¹ Na página 26 e 27, a historiadora fala sobre o caso do *Brasileiro Pardo* que “Na *Aurora Fluminense*, Veiga argumentou que a redação do pasquim recaía sobre o proprietário da Tipografia Paraguassu, o português David da Fonseca Pinto, para com isso deslegitimar a autoridade da folha”. PINTO, 2010. p. 27.

⁸² RIBEIRO, Gladys Sabina. Metáforas e ações na longa luta pela liberdade: conflitos entre “portugueses” e “homens de cor”, Corte do Rio de Janeiro, 1827-1834. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, n. 10, 2000. P. 2.

⁸³ VIANA, Op. Cit., p. 185.

vago no senado. É interessante pensar que Hélio Vianna tenha entendido o impresso como violento, mas tenha se referido à violência absurda que sofreu Clemente de Oliveira como um incidente.⁸⁴

Outra questão é que era no mínimo corajoso por parte de Paula Brito imprimir *O Brasil Aflito* em sua tipografia. Clemente de Oliveira já havia sido preso e processado, diante das manifestações de julho de 1831, por motivo de ajuntamento ilícito de pessoas.⁸⁵ O mesmo que aconteceria com outros homens que circularam na Tipografia de Paula Brito, como veremos adiante. Além disso – ou por isso – o redator do *Brasil Aflito* era um grande crítico de Evaristo da Veiga. De todo modo, tanto jornal quanto redator tiveram um fim trágico. Em nove de setembro de 1833, em uma botica no Largo da Carioca, às 16 horas, Clemente José de Oliveira foi assassinado, uma perfuração causada pela espada do filho do Regente Lima e Silva: Carlos Miguel.⁸⁶ Caso que, inclusive, foi assunto de diversos impressos exaltados e caramurus da época. Como *O Evaristo*, outro jornal publicado na tipografia de Paula Brito, em 1833. Título este que se referia também a Evaristo da Veiga, mas não figurava como uma homenagem, pelo contrário. Era, portanto, oposição aos moderados, um jornal do “nobre Partido Exaltado”.⁸⁷

Dos jornais com filiação política exaltada, podíamos encontrar também *O Clarim da Liberdade* que informava ao leitor, na edição de 19 de setembro de 1832, que era vendido na Praça da Constituição, n. 51, mas que também era, a partir de então, impresso na Tipografia Fluminense de C. P. Brito, no mesmo endereço. *O Clarim* não possuía um redator declarado, mas segundo nos demonstrou Marcelo Basile, é possível que seja um homem do qual se sabe muito pouco, um homem de cor chamado José Luiz Ferreira.⁸⁸

Vejamos como foi com outra folha que teve seus dez números impressos na tipografia de Paula Brito: *O Grito dos Oprimidos: jornal político e crítico*. Circulou entre abril e novembro de 1833. Também não tinha redator declarado e trazia no cabeçalho, abaixo do título, a seguinte epígrafe: “Não somos Restauradores:/ Somos firmes Brasileiros,/ Não queremos Ditadores, Nem tão pouco Evaristeiros”⁸⁹ Ou seja, saía do prelo de Paula Brito mais um

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ SANTANA, Lucilene de Oliveira e Silva Santana. Ajuntamentos e Política na Corte regencial (1831-1833). *Revista Ágora*. N. 31 (1). p. 1-23, 2020. p. 15.

⁸⁶ *O Evaristo*. n. 01, de 26 de set. de 1833.

⁸⁷ CORRESPONDENCIA. *O Evaristo*. n. 4, 29 out. 1833.

⁸⁸ BASILE, Marcello. *A Politização das Ruas: projetos de Brasil e ação política no tempo das Regências*. Coleção 200 anos da Independência do Brasil. Senado Federal: Brasília. 2022. p. 276.

⁸⁹ *O Grito dos Oprimidos*. Rio de Janeiro. 20 de abr. a 9 de nov. de 1833.

impresso contrário ao moderado Evaristo da Veiga. Vianna o classificou como caramuru.⁹⁰ No último número desse jornal, publicado em nove de novembro de 1833, falou-se também sobre o “horroroso assassinato praticado na pessoa do falecido Sr. Clemente José de Oliveira”. O redator, que não assinou, fez uma crítica à proteção dada ao então assassino Carlos Miguel. Acreditava em um crime motivado por questões políticas: “um apelidado Moderado, que (contando com a impunidade) se quis vingar de um apelidado Caramuru”, e que os moderados estavam tentando “moderar” o acontecido “com o nobre sentimento de vingar a honra ofendida”.⁹¹ Para tanto, estavam os mesmos...

valendo-se [...] de graciosos documentos, passados por homens, se bem que honrados, contudo dependentes, por suas posições sociais, de uma Alta Personagem, que pode muito influir na distribuição dos empregos, ou na conservação deles, pois graças a Deus, estamos em um tempo, em que só os adutores, e escravos etc. etc. são aptos para empregos.⁹²

Ora, essa “Alta Personagem” não poderia ser o regente Francisco Lima e Silva, a quem, dois anos antes, Paula Brito havia sido orientado a solicitar um emprego vago no Senado? É uma possibilidade, pois era ele o pai do acusado de assassinar Clemente Oliveira. Era comum encontrar na imprensa reclamações de que os moderados distribuíam empregos para os seus. Ainda em *O Carioca*, Paula Brito mencionou algo nesse sentido: “a razão está da parte dos exaltados, porque os moderados só anelam empregos e vinganças.”⁹³ Não há como ler o trecho citado sem refletir sobre o mecanismo do favor que foi tão trabalhado por Roberto Schwarz.⁹⁴ O redator do *Grito dos Oprimidos* e Paula Brito em *O Carioca* descreveram as políticas de favor que atravessaram a existência nacional. Os dependentes – “por suas posições sociais” – da “Alta Personagem” – que influía “na distribuição de empregos ou na conservação deles” – não poderiam pôr-se contra o filho de Lima e Silva e ao lado de Clemente José de Oliveira, sem se prejudicarem ou colocar em risco seus empregos e posições sociais. “O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais.”⁹⁵

⁹⁰ VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1945. p. 196.

⁹¹ DEPOIS DO HORROROSO... *O Grito dos Oprimidos*. Rio de Janeiro, n, 10, de 9 de nov. de 1833. p. 1.

⁹² DEPOIS DO HORROROSO... *O Grito dos Oprimidos*. Rio de Janeiro, n, 10, de 9 de nov. de 1833. p. 1.

⁹³ BRITO, Francisco Paula de. CORRESPONDENCIAS. *O Carioca*, n. 12. 21 de jan. de 1834. p. 5.

⁹⁴ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2012.

⁹⁵ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2012. p. 17.

O jornal *O Mestre José*, que no segundo número passou a ser intitulado *O Pai José* que, na última edição, intitulou-se o *Carpinteiro José* foi também impresso no estabelecimento de Paula Brito e da mesma maneira tinha filiação política exaltada. Seus títulos faziam alusão ao regente Costa Carvalho. Não há também assinatura que possa auxiliar na identificação do redator. No entanto, Evaristo da Veiga, em seu jornal *A Aurora Fluminense*, nos contou que...

Tiradas poucas exceções o jornalismo caramuruano do Rio de Janeiro, cuja variedade de títulos pode ao longe fazer algum ruído, divide-se em jornais – *Queiroz*, e em jornais *David*: são os Srs. João Batista de Queiroz [...] e David da Fonseca Pinto [...]. Estes dois paladinos da retrogradação, ambos empregados por D. Pedro I e demitidos depois da revolução, ambos igualmente notáveis pela imoralidade de sua conduta, pelas ações vergonhosas com que se tem feito conhecidos na sociedade [...]. *A Lima Surda*, *O Pai José*, *A Babosa*, *O Restaurador*, *O Tamoio Constitucional* e parte do *Caolho* e do *Permanente* são do lote do Sr. Queiroz.⁹⁶

Se assim o for, e lembrando da tentativa de Evaristo da Veiga de silenciar os protestos dos homens de cor, João Batista Queiroz esteve um número de vezes considerável na Tipografia Fluminense de Brito, durante os meses de setembro de 1833 a fevereiro de 1834, pois *O Babosa*, *A Lima Surda* e o *Tamoio Constitucional*⁹⁷ também foram impressos na tipografia de Paula Brito. Na mesma *Aurora*, só que meses depois, encontramos a seguinte informação: “sigamos a ideia do *Rusguintinho*, e vejamos como o Sr. Queiroz justifica o chefe da família Andrada da imputação de restaurador.”⁹⁸ Ou seja, para a *Aurora* de Evaristo, “o *ex-Matraca* Sr. João Batista Queiroz” era também redator do *Rusguintinho*, também impresso na Tipografia de Paula Brito.

O Formiga é outro jornal bastante interessante. Não há exemplar nos arquivos da Biblioteca Nacional, mas foi possível ter acesso à fotografia da primeira página do primeiro número, de 15 de dezembro de 1833, que ilustra o livro de Hélio Vianna.⁹⁹ Na imagem podemos ler no cabeçalho o título “A Formiga”; uma frase atribuída a Horácio, “Nada impede, ou prejudica, que se diga a verdade gracejando”; impresso na “Typ. Flum. De Brito & Comp., Praça da Constituição, n. 51” e outra frase que mostrava seu posicionamento, “periódico

⁹⁶ RIO DE JANEIRO. *A Aurora Fluminense*. n. 847, 29 de nov. de 1833. p. 2-4.

⁹⁷ Sobre o *Tamoio Constitucional*, Hélio Vianna o considera “jornal nitidamente andradista, senão mesmo orientado ou redigido pelos irmãos Andrada [...] Evaristo da Veiga, porém, atribuiu-o à fábrica de pasquins que então mantinha o mercenário paulista João Batista Queiroz, ainda nesse ano membro do Conselho de Jurados ‘para os excessos da liberdade de imprensa’”. VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa*. Op. Cit., p. 268.

⁹⁸ O *Rusguintinho* ou, *ex-Matraca*. *Aurora Fluminense*. n. 869, 31 de jan. de 1834. p. 3.

⁹⁹ VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1945. pp. 282-287.

exaltado, não mamante”.¹⁰⁰ Vianna transcreveu partes do jornal que possibilitam inferir sobre o que pretendiam:

Declarando-se ‘filha do Rio de Janeiro’, mostra-se disposta a expor as traições de uma como de outra daquelas correntes políticas adversárias. Justifica, também, o ‘formato pequenino por custar menos dinheiro e como o nosso desejo é sermos lidos pelos cidadãos pobres, cremos que o preço não desagradará; o nosso gosto seria dá-lo grátis, mas somos artistas e o nosso jornal não chega para suprir estas despesas, portanto uma mão lava a outra e ambas lavam o rosto, venham os vinténs que não perderão o seu tempo, porque a Formiga, girando por toda a parte, não poupando a casa do grande nem a do pequeno, fará o possível para satisfazer a expectativa dos seus leitores.¹⁰¹

Seus redatores eram, portanto, artistas que não viam *A Formiga* – pelo menos queriam assim ser entendidos – como um negócio rentável, mas que tinham como objetivo o baixo custo para que a folha pudesse também chegar aos mais pobres. Anos mais tarde, o jornal *O Sete de Abril* dava uma pista sobre quem poderia ser esse artista (ou um deles) diante da redação d’*A Formiga*: “Relação dos periódicos que se dizem rabiscados pelo Sr. Paula Brito. – *O Simplicio às direitas*, a *Mulher do Simplicio*, a *Novidade*, a *Formiga*, *O Café da Tarde*, o *Estafeta Anárquico*, etc., etc. etc., e ultimamente *Judas e seu testamento*”.¹⁰² Todos esses impressos, além da *Formiga*, de fato foram arrolados por Eunice Gondim como jornais editados por Paula Brito, entre 1832 e 1833. No entanto, Gondim indicou que apenas o ano de 1833 do *Simplicio às Direitas*, posto no mundo às avessas, foi impresso na “Tip. Fluminense de Brito & C.”¹⁰³ Em dezembro de 1835, o redator do *Diário do Rio de Janeiro*, na rubrica Obras Publicadas, informava que “depois de um ano de silêncio”, *O Simplicio às direitas* retornava, “para acusar a *Mulher do Simplicio* [jornal em versos redigido por Paula Brito], pelo seu continuar-se-á, e dizer o fim da história do *amante apunhalado*, contada por ele mesmo.”¹⁰⁴ Além do amante, houve anos antes à filha. Em novembro de 1832, o *Jornal do Comércio* informava que saía “a luz o 1º N. da *Simpliciazinha*, filha da *Mulher do Simplicio*”.¹⁰⁵ Esse mesmo jornal foi também elencado por Eunice Gondim como um dos “jornais e revistas editados por Paula Brito”.¹⁰⁶ Não há exemplares digitalizados na Biblioteca Nacional.

¹⁰⁰ VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1945. pp. 282-287.

¹⁰¹ VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1945. p. 283.

¹⁰² NOVIDADE. *O Sete de Abril*. n. 240, de 25 de abril de 1835. p. 4.

¹⁰³ GONDIM, Eunice Ribeiro. *Vida e Obra de Paula Brito*. São Paulo: Livraria Brasileira Editora. 1965. p. 78-84.

¹⁰⁴ OBRAS PUBLICADAS. *Diário do Rio de Janeiro*. n. 17, 21 de dez. de 1835. p. 2.

¹⁰⁵ OBRAS PUBLICADAS. *Jornal do Comércio*. N. 99, de 27 de novembro de 1832. P. 1.

¹⁰⁶ GONDIM, Op. Cit. p. 78-84.

Com relação ao *Simplicio às direitas*, se em 1833 os leitores poderiam comprá-lo na casa do Paula Brito – na Praça da Constituição, número 51 – em 1835 era preciso ir até a Rua da Cadeia, número 96, na loja do senhor Lafuente,¹⁰⁷ outro nome que também apareceu como possível redator de alguns jornais impressos nesses primeiros anos da Tipografia Fluminense de Brito e Companhia. Como no caso d’*O Homem de Cor*, folha cuja análise ajudará a desenvolver os pontos I. a menção à Constituição, de quem Paula Brito era um grande conhecedor e II. a condição social de ser homem de cor e como esses pontos podem ligar os homens que formaram o ajuntamento de pessoas mais ou menos instruídas que se reuniam na Casa do Paula Brito nas primeiras décadas do século XIX.

Os Mulatos ou os Homens de Cor

“Mulatos e pretos tomai vosso lugar, sois maioria atrevida, [...] Saiba o Presidente moderado [Manoel Zeferino dos Santos] que os exaltados e os brancos não moderados vivem em harmonia”. Essa era uma das frases que se podia ler ao abrir o primeiro número do *Homem de Cor*, de 14 de setembro de 1833. A maioria atrevida era uma resposta à *Aurora Fluminense*, que havia usado essa expressão para falar sobre os homens de cor. E também uma resposta ao “branco Presidente moderado” Manoel Zeferino dos Santos” que propunha separar os cidadãos em classes conforme a tonalidade da pele, separar o “povo do Brasil em classes heterogêneas”, e que deveria estar nas mãos dos homens brancos as decisões ou o comando dos demais. Zeferino foi o principal alvo da crítica dessa primeira edição.¹⁰⁸

No cabeçalho do jornal, o leitor e leitora poderiam encontrar a transcrição de parte da Constituição Política do Império do Brasil, parágrafo XIV do artigo 179. Trecho que se referia aos cidadãos brasileiros, quem eram e quais eram seus direitos políticos e da garantia de admissão em cargos públicos civis, políticos e militares, “sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes.”¹⁰⁹ O “bárbaro” assassinato de Clemente José de Oliveira foi também assunto desse primeiro número do jornal. O redator, que não assinou, fez uma crítica aos filhos do regente Lima e Silva: “um espancou o Sr. Alferes Faustino, outro acutilou ao Sr. Tenente Lopes, o Sr. Carlos assassinou ao Sr. Clemente”¹¹⁰, mas todos estavam impunes. Ao findar o primeiro número, os redatores (ou redator) avisam: “O Homem de cor como é livre sairá quando

¹⁰⁷ Ana Flávia Magalhães também indica esse mesmo endereço e tipografia como de propriedade de Maurício de Lafuente em 1835. Ver em: PINTO, 2010. p. 41.

¹⁰⁸ *O Homem de cor*. n. 01, 14 de set. de 1833. p. 4.

¹⁰⁹ *O Homem de cor*. n. 01, 14 de set. de 1833. p. 1.

¹¹⁰ *O Homem de cor*. n. 01, 14 de set. de 1833. p. 4.

quiser sem licença do Branco Presidente de Pernambuco; salvo se algum *Roldão* acutilar o redator”.¹¹¹

No terceiro número, *O Homem de cor* ganhou mais um nome no título: *O Mulato*. Nesta edição falou-se sobre as injustiças sociais, quando “o pobre desvalido sofre o rigor das leis, ao passo que o poderoso escarnece delas”¹¹², uma alusão ao assassinato de Clemente de Oliveira, cujo enterro resultou na prisão de Maurício José de Lafuente, que havia custeado o velório.¹¹³ Na quarta edição do jornal, *o Redator do Mulato* ocupou as quatro páginas para falar sobre a “Prisão Arbitrária do Sr. Lafuente”, o que configurava, para o redator, como um golpe na “Constituição”, na “Liberdade”, a prisão mais escandalosa, arbitrária e desumana que se “viu nos últimos tempos”. Foi depois de passados três dias do enterro de Clemente que ocorreu a prisão de Lafuente, acusado de vadiagem e andar armado. O redator do *Homem de cor* trouxe para o texto a indignação diante da maneira como os jornais do governo se referiram a Maurício Lafuente, usando de “epítetos de pelintra, [...] caloteiro, [...] vadio, rusguento, anarquista, restaurador [...] bêbado ladrão”.¹¹⁴ Em outro momento citou o jornal *A Restauração* que usou “bode, negro, e outros insultos próprios dos vingativos moderados”.¹¹⁵ Há de se notar que durante o texto do *Homem de cor*, quando o redator se referiu a Lafuente, fez da seguinte maneira: “Depois de ser preso, como fazemos ver sem atender-se a coisa alguma, foi violentamente conduzido à cadeia, onde esteve incomunicável até às 9 horas da noite, e daí requerendo o desgraçado *Homem de cor* que lhe dissesse qual era o seu crime.”¹¹⁶ Ou seja, Lafuente se torna o próprio jornal, um *Homem de cor*. E de fato era,

o Sr. Lafuente não tivesse a *pecha* de ser mulato, único motivo que deu origem à sua prisão [...] desnecessário mostrar-vos, imparciais leitores, que os nossos governantes só tratam de fazer guerra aos *mulatos*; e mais atropelam aqueles que não podem deixar de mostrar que têm raça misturada, querem hoje exterminar a gente de cor, a quem a *Aurora* chamou maioria atrevida.¹¹⁷

Para esse texto do *Homem de cor*, é possível encontrar algo parecido com o texto publicado, meses depois, por Francisco de Paula Brito no jornal *O Carioca*, que, como vimos, também saía do prelo da Tipografia Fluminense de Brito e Cia. “Sou Brasileiro, ainda que

¹¹¹ *O Homem de cor*. n. 01, 14 de set. de 1833. p. 4.

¹¹² *O Homem de cor*. n. 03, 16 de out. de 1833. p. 1.

¹¹³ É importante trazer a informação dada por Ana Flávia Magalhães, que demonstra que foi na tipografia de Paula Brito onde foi publicado o “Rebate aos editoriais do 7 de abril [de autoria de Maurício de Lafuente], assim como o convite para o enterro de Clemente José de Oliveira.” Ver em: PINTO, 2010. p. 36.

¹¹⁴ *O Homem de cor*. n. 04, 23 de out. de 1833. p. 1.

¹¹⁵ *O Homem de cor*. n. 04, 23 de out. de 1833. p. 1.

¹¹⁶ *O Homem de cor*. n. 04, 23 de out. de 1833. p. 2.

¹¹⁷ *O Homem de cor*. n. 04, 23 de out. de 1833. p. 2.

homem de cor, a principal causa porque se me faz guerra.”¹¹⁸ Uma “culpa original” segundo o então tipógrafo: “se a Natureza não me tivesse dado a cor trigueira, pelo que muito se zangam os meus inimigos, e com tudo afirmo promovem a minha ruína e a destruição da minha Tipografia”¹¹⁹

É no *Homem de cor* que se pode encontrar a defesa da grande participação dos homens negros no movimento do 7 de abril, mas que, ao contrário das expectativas das transformações e igualdade perante a Constituição, de nada haviam se beneficiado e que teriam sido descartados pelos moderados quando os mesmos assumiram as rédeas do poder. Por esse motivo escreveram:

Eis, ó entes desgraçados, que servis debaixo das bandeiras da moderação, o prêmio que recebeis da vossa servidão, os moderados treparam sobre vossos ombros em sete de abril, e pondo os *claros amigos* no [ilegível] Político, desmancharam com os pés a escada por onde treparam, e começaram, desde então, a excluírem dentre si os homens de cor como nós. Nas eleições tivemos o exemplo, não há um representante das nossas cores, dos Empregos Públicos, e toda a parte nos excluíram, e vós, ó escravos, que mamando na teta de tais feras lhes estais dando força, desenganai-vos pois os moderados não fazem caso de vós por serdes mulatos, deixai de uma vez esse partido infame e antibrasileiro que vos julga menos que seus escravos, e vinde de novo alistar-vos nas nossas exaltadas fileiras [...] Nós somos homens como vós, somos livres, somos Exaltados, somos Brasileiros, não seremos vossos escravos. Os vossos despotismos praticados em homens só da nossa cor, não nos aterrorará, e vós sentireis ainda nossa falta na ocasião mais arriscada.¹²⁰

Está mais do que claro que, para os redatores do *Homem de cor*, pelo menos nesse primeiro momento, não fazia sentido ser mulato, homem de cor e estar ao lado dos moderados. Antes do sete de abril, muitas promessas foram feitas pelos moderados à população de cor, inclusive emprego. Mas como aconteceu com Francisco de Paula Brito e como nos mostra, em tom zombeteiro, o redator d’*O Criolinho*, depois de estarem já no poder, os moderados nada deram aos homens de cor exaltados... “babau... nunca mais apareceu um emprego para um crioulo, e nem um crioulo para um emprego.”¹²¹ Há a possibilidade de tanto Lafuente quanto Paula Brito serem os redatores desse jornal, *O Mulato ou Homem de Cor*, mas essa informação ainda carece de provas para ser confirmada. Se assim o for, no período em que Lafuente esteve preso, teria sido Paula Brito o principal redator. No entanto, o que se pode dizer com certeza é que os números do jornal foram impressos na Tipografia Fluminense de Brito & Cia, “loja instalada

¹¹⁸ CORRESPONDÊNCIAS. *O Carioca*, n. 12. 21 de jan. de 1834. p. 6.

¹¹⁹ CORRESPONDÊNCIAS. *O Carioca*, n. 12. 21 de jan. de 1834. p. 6.

¹²⁰ *O Homem de cor*. n. 05, 04 de nov. de 1833. p. 1.

¹²¹ *O Crioulinho*, n. 1. 30 de nov. de 1833.

no Largo do Rocio, cuja presença negra era bem marcante.”¹²² Segundo Ana Flávia Magalhães, os homens livres de cor tiveram grande participação social no início do século XIX, ocuparam espaços importantes para a divulgação de suas opiniões e experiências. Para isso, construíram laços e estabeleceram alianças diante de grupos, associações e da imprensa.¹²³ Em seu livro, *Escritos da Liberdade*, Ana Flávia Magalhães demonstrou uma “série de articulações diretas e indiretas existentes entre” homens negros e vários outros. Esses indivíduos compartilhavam espaços semelhantes, “muitos deles não apenas souberam da existência um do outro, como também desenvolveram ações conjuntas. Havia fortes laços, ainda que dados em linhas rotas, a aproximá-los.”¹²⁴

É possível pensar nesses laços e ações conjuntas quando analiso a trajetória dos primeiros homens que frequentaram a tipografia do Paula Brito. Configuram-se perceptíveis as articulações diretas e indiretas, os laços de homens como, nesse primeiro momento, os *mulatos* e *homens de cor*: Maurício José de Lafuente, Francisco de Paula Brito, José Luiz Ferreira, Francisco Gê de Acaiaba Montezuma e outros que com o passar do tempo foram acolhidos por Paula Brito. Ana Flávia Magalhães citou a Petalógica e suas reuniões ao tratar dos jornais da imprensa negra do século XIX:

Como é sabido, a Tipografia Fluminense de Brito era ambiente de debate bastante frequentado, onde ocorriam as reuniões da Petalógica, sociedade lítero-humorística liderada por ele. Entre os que por lá circulavam, encontrava-se Maurício José de Lafuente, outro “homem de cor.”¹²⁵

Difícilmente Maurício de Lafuente fez parte da Sociedade Petalógica, mas muito possivelmente integrou o tal ajuntamento de pessoas que se reuniam na tipografia do editor Paula Brito. Alguns foram os jornais da imprensa negra – ou que de alguma maneira problematizavam a situação dos homens de cor sob o governo dos moderados – impressos na Tipografia Fluminense de Brito e Cia. Diante dos possíveis redatores e nomes que aparecem nesses jornais, podemos inferir que, pelo menos nesse primeiro momento, nos primeiros anos do estabelecimento de Paula Brito, são essas as pessoas que circularam nesse espaço: Maurício José de Lafuente, Francisco de Paula Brito, José Luiz Ferreira. E, além deles, Clemente José de Oliveira, assassinado em 1833, e João Batista de Queiroz.

¹²² PINTO, 2010. p. 24.

¹²³ Ibid.

¹²⁴ Idem, 2018. pp. 25-26.

¹²⁵ PINTO, 2010. p. 35.

Tabela 1 - impressos e redatores que circularam na Tipografia Fluminense de Brito e Companhia (1832-1833).

Título	Números impressos na Tipografia	Filiação Política	Pessoas envolvidas
<i>O Conciliador Fluminense</i>	(3) 2º [11 de set. de 1832] ao 3º [22 de set. de 1832].	Conciliação	-----
<i>Clarim da Liberdade</i>	(7) – 24º [19 de set. de 1832] ao 31º [03 de jan. de 1833].	Exaltado	José Luiz Ferreira/ Maurício José Lafuente (amigo do redator, publicou correspondências).
<i>O Lagarto</i>	(7) – 8º [22 de nov. de 1832] ao 14º [23 de fev. de 1833].	[possivelmente] exaltado	
<i>O Trinta de Julho</i>	(3) – 2º [26 de jan. de 1833] ao 4º [15 de fev. de 1833]	Caramuru	
<i>O Sentinela da Liberdade no Rio de Janeiro</i>	(5) – 17º [9 de fev. de 1833] ao 21º [9 de mar. de 1833].	Exaltado	
<i>Limão de Cheiro</i>	(1) – 1º [13 de fev. de 1833].		
<i>O Homem de Cor</i>	(5) – 1º [15 de fev. de 1833] ao 5º [4 de nov. 1833].	Exaltado	(possibilidade) Maurício José de Lafuente/ Francisco de Paula Brito.
<i>O Grito dos Oprimidos</i>	(10) – 1º [20 de abr. de 1833] ao 10º [9 de nov. de 1833].	Caramuru	

<i>O Exaltado</i>	(2) – 48º [14 de mai. de 1833] ao 49º [08 de jul. de 1833].	Exaltado	(possibilidade)Maurício José Lafuente.
<i>O Brasil Aflito</i>	(10) – 4º [17 de mai. de 1833] ao 11º [29 de jul. de 1833].	Caramuru	Clemente José de Oliveira.
<i>O Saturnino</i>	(1) 1º [2 de jul. de 1833].	Moderado	
<i>A Mineira no Rio de Janeiro</i>	(4) 1º [26 de jul. de 1833] e/ou 26 de ago. de 1833. ¹²⁶	Caramuru	João Batista de Queiroz.
<i>O Carioca</i>	(12) – 1º [17 de ago. 1833 ao 12º [21 de jan. de 1834].	Exaltado	
<i>O Mestre José;</i> <i>O Pai José e</i> <i>O Carpinteiro José</i>	(3) – 1º [5 de set. de 1833] ao 3º [21 de set. de 1833].	Exaltado	
<i>O Evaristo</i>	(5) – 1º [26 de set. de 1833] ao 5º [15 de nov. de 1833].	Exaltado	(possibilidade) Maurício José de Lafuente.
<i>Triunvir Restaurador ou A Lima Surda</i>	(1) – 1º [21 de out. de 1833].	Exaltado/Restaurador	

¹²⁶ Não encontrei edição digitalizada na BN, embora Vianna informe que há quatro números de sua coleção na Biblioteca Nacional. Foi também Vianna quem informou: “foi impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia” p. 208.

<i>A Babosa</i>	(7) – 1º [04 de nov. de 1833] ao 7º [12 de nov. de 1833].	Exaltado	João Batista de Queiroz.
<i>O Meia Cara</i>	(1) 1º [11 de nov. de 1833] ¹²⁷	Caramuru/exaltado ¹²⁸	João Batista de Queiroz.
<i>O Restaurador</i>	(1) 1º [12 de nov. de 1833].	Caramuru	(possibilidade) Francisco de Paula Brito e/ou João Batista de Queiroz.
<i>O Tamoio Constitucional</i>	(1) – 1º [27 de nov. de 1833].	Andradista	João Batista de Queiroz/ irmãos Andrada.
<i>Rusguentinho</i>	(8) – 2º [10 de dez. de 1833] ao 10º [17 (7?) de fev. de 1834].	Exaltado	João Batista de Queiroz.
<i>A Formiga</i>	(2) – 1º [15 de dez. de 1833] ao 2º [22 de dez. de 1833].	Exaltado	“redatores artistas” Francisco de Paula Brito.
<i>Simplicio às direitas, posto no mundo às avessas</i>	(?) – 1833.	Andradista	(possibilidade) Francisco de Paula Brito.
<i>A Simpliciazinha</i>	(?) – 1833.	Exaltado	Francisco de Paula Brito. ¹²⁹

¹²⁷ “O Meia Cara, cujo único número saiu a 11 de novembro de 1833, impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia.” Ver em: VIANA, Op. Cit., p. 244.

¹²⁸ Hélio Vianna o coloca o lado dos “jornais caramurus” e Rodrigo de Godoi o inclui na lista de jornais exaltados que eram publicados na tipografia de Paula Brito. Como não há exemplar digitalizado na Biblioteca Nacional, não consegui ler o conteúdo do periódico. Pelo pouco que Hélio Vianna descreve sobre ele, tendo a colocá-lo ao lado dos caramurus, mas não é possível afirmar sobre o posicionamento político desse impresso. E isso é muito sintomático da época. Por serem oposição aos *moderados* e *Evaristeiros*, algumas vezes essas fronteiras entre exaltados e caramurus não ficam claras, principalmente em fins de 1832 e durante parte de 1833. Ver em: VIANA, Op. Cit., p. 244. E GODOI, Op. Cit., p. 89.

¹²⁹ “A Simpliciazinha – é redigida em verso pelo mesmo redator, diz-se, da Mulher do Simplicio, e defende a oposição.” REVISTA DO ANO PASSADO. *O Caramuru*. n. 52, 23 de jan. de 1832. p. 2.

João Batista de Queiroz era natural de São Paulo. Em 1833 completava 40 anos de idade, sendo 12 deles exercendo a profissão de jornalista.¹³⁰ Foi arrolado como juiz de fasto do “Conselho de Jurados para Excesso da Liberdade de Imprensa”, em 1832.¹³¹ Era um nome citado com frequência nos pasquins da regência, ora pela oposição, principalmente os moderados e a *Aurora* de Evaristo, ora pelos jornais que serviam aos exaltados. Dos primeiros vinham as acusações de que era redator e proprietário de diversos periódicos exaltados que circulavam na época. Dos segundos vinha a defesa de que não era da pena dele que saíam os periódicos que insinuavam os primeiros.¹³² É interessante trazer novamente o argumento de Ana Flávia Magalhães que analisou as atribuições, por parte de Evaristo da Veiga, da redação de pasquins negros à pena de homens brancos como uma tentativa de silenciar a ação de homens de cor na imprensa.¹³³ Não seria esse mais um caso? No Dicionário de Augusto Sacramento Blake – que também precisa ser analisado de maneira cuidadosa – foi atribuído a J. B. Queiróz, “natural de São Paulo e nascido no século 18 [...] um homem de ideias exaltadas”, a redação do *Compilador Constitucional* e *A Matraca dos Farroupilhas*.¹³⁴

Sobre José Luiz Ferreira sabemos muito pouco, em 1832 seu nome apareceu no *Jornal do Comércio*, no *Relatório de Intendente da Polícia sobre os ajuntamentos do dia 25 de Setembro*, assinado pelo juiz de crime Agostinho Moreira Guerra que informava sobre os “pacíficos expectadores” diante do “ajuntamento popular”:

Resta-me dizer a V. Exc.^a. que no 1º e 2º ajuntamento conheci um grande número de pacíficos expectadores [...] dos conhecidos, como declamadores, e que observei falarem no 1º ajuntamento foi José Luiz Ferreira, Redator do Clarim, que apenas em minha presença leu um artigo da Constituição, e que logo admoestado, se retirou.¹³⁵

Nada mais foi dito sobre Ferreira no relatório de Moreira Guerra. Já n’*O Caramuru*, de 1832, podemos ler que “O Clarim da Liberdade – É redigido pelo Sr. José Luiz”.¹³⁶ E no número 23 do *Clarim*, esse mesmo redator nos diz que era um homem pardo: “pertencendo nós ao n. dos intitulados pardos (de que nos honramos)”.¹³⁷ Na *Aurora*, de maneira pejorativa,

¹³⁰ CORRESPONDÊNCIA. *A Moderação de Cosme Manhoso*. n. 1, 2 de dez. de 1833.

¹³¹ Almanaque dos Negociantes do Império do Brasil (RJ). N. 03, de 1832. p. 134.

¹³² *A Babosa*, n. 7. 12 de nov. de 1833. P. 3.

¹³³ PINTO, 2010. Ver nota 67.

¹³⁴ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho federal de Cultura: 1970. Vol. III. p. 351.

¹³⁵ *Relatório de Intendente da Polícia sobre os ajuntamentos do dia 25 de Setembro*. *Jornal Do Comércio*. N. 53, 3 de out. de 1832. p. 1.

¹³⁶ REVISTA DO ANO PASSADO. *O Caramuru*. n. 52, 23 de jan. de 1832. p. 2.

¹³⁷ *O Clarim da Liberdade*. n. 23, de 12 de set. de 1832. p. 3.

apareciam menções a Ferreira como “o testa de ferro do Clarim” que estava à frente do motim de 25 de setembro, de 1832.¹³⁸

Nesse “motim”, José Luiz Ferreira não estava sozinho, tinha ao seu lado outro conhecido nosso: Maurício José de Lafuente. Como vimos anteriormente, nessa primeira regência, José de Lafuente foi bastante atuante na imprensa e nas lutas políticas da época, foi perseguido e deportado ao criticá-la e por ter arcado com todas as despesas do enterro de Clemente José de Oliveira, outro possível frequentador da “Casa de Paula Brito”. Depois desse acontecimento foi rebaixado e recrutado à força para grumete na Marinha. O *Sete d’Abril*, que durante o ano de 1832 e 1833 trouxe diversas vezes o nome de Lafuente para suas páginas, usou da ironia e do sarcasmo para tratar desse fato. O intuito era ridicularizar Maurício José de Lafuente, usando, inclusive, sua condição social de homem de cor, como podemos ver a seguir.

Como uniforme grumetal e de pé no chão, dizem que se lançaram ao mar os dois sapatos do incomparável Cidadão D. Maurício José de Lafuente, para irem encontrar e meter a pique os dois Sapatos de Napier – Dizem que o Exm. Digno de Tutor, houve por bem agradecer o muito ilustre, e respeitável Grumete D. Maurício José de Lafuente, com o Diploma de Criado Varredor do Paço. Como é esperto o tal *Velhareco!* Ele vê quanto o Paço está mal varrido, e cheio de imundícias, e quer aproveitar as habilidades que D. Maurício vai ganhar nas caravanas marítimas. Quando S.S. voltar, ele fará milagres de vassoura e lambaz.¹³⁹

Era comum ver redatores na imprensa, nesse princípio da década de 1830, usar da condição social de ser mestiço uma estratégia para compor um repertório de temas que visava à ridicularização e ao escárnio da gente de cor. A menção ao sapato e ao Diploma de criado varredor do paço podem estar aproximando Lafuente da condição de escravizado. Todo homem escravizado tinha de andar descalço, de pé no chão para deixar exposto a estigma da sua condição de cativo.¹⁴⁰ Muitos eram os usos de identidades mestiças, ora em torno de discussões do direito de cidadania, como motivo de orgulho e pertencimento a um grupo de homens de cor livres. Ora como insultos, principalmente por desafetos políticos.

Foi em 1832, em 12 de setembro, que aconteceu uma grande movimentação no Largo do Paço, contrária à queda do Ministério de Hollanda Cavalcanti, acontecida em 3 de agosto daquele ano. Como consequência, alguns homens foram presos acusados de incitadores de ajuntamento ilícito. Maurício José de Lafuente, que estava entre eles, usou as páginas do *Clarim*

¹³⁸ RIO DE JANEIRO...A Aurora Fluminense, n. 681. de 28 de set. de 1832. p. 2.

¹³⁹ ANÚNCIOS...*O Sete de Abril*, n. 88. 26 de out. de 1833. p. 4.

¹⁴⁰ NOVAIS, A. Fernando. ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da Vida Privada no Brasil* Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.p. 79.

da *Liberdade*, “jornal de seu amigo” José Luiz Ferreira, para defender-se das acusações que saíam do punho de Evaristo da Veiga que, entre outras coisas, o chamava de agitador, “capitão de grupos de assassinos e ladrões”. No jornal, Lafuente escreveu ser “tudo quanto quiserem, mas nunca moderado fingido” e citou o artigo 101 da Constituição como argumento em favor de sua defesa:

respeitarei sempre o Sr. Evaristo, como Representante da Nação Brasileira, sejam quais forem as suas opiniões políticas; porém ei de bate-lo como escritor intrigante e falso [...] eu não tenho agitado pessoa alguma para fazer Revoluções, antes sendo eu convidado para assinar uma petição pedindo com todo o respeito a S. M. I e C a conservação do Reto e Sábio Ministério, de 3 de agosto, eu me opus lembrando o artigo 101§ 6 da Constituição do Império¹⁴¹ [...] Diz mais o Sr. da Aurora que eu sou agente dalguns Deputados da minoria; homem de punhal, e cacete, e chinelo, somente porque pertenço ao partido exaltado, (de que muito me honro) Oxalá que todos os Brasileiros me imitassem!!¹⁴²

Alguns dias depois da publicação dessa correspondência, foi instaurado um sumário para investigar o movimento acontecido no dia 12 de setembro, que pedia, “por meios ilegais”, pela reintegração do Ministério de Hollanda Cavalcanti.¹⁴³ Depois de chamar três depoentes para corpo de delito, no dia 20 de setembro, e não ter o que esperava dos seus depoimentos, julgando improcedente, o juiz do crime do bairro de São José, Nicolau da Silva Lisboa, deu por encerrado o sumário. No entanto, instaurou um novo quatro dias depois e chamou mais cinco testemunhas no dia 26 e 27 do mesmo mês, sendo que praticamente todos eles criminalizaram o movimento e apontaram para os mesmos líderes. “Porto Seguro e Lemos Júnior, o capitão Gabizo, Francisco do Nascimento de Almeida Gonzaga, ‘um Fulano Girão’ e ‘um pardo da Bahia conhecido pelo Lafuente [sic]’.¹⁴⁴

No primeiro dia de outubro, o juiz do crime Nicolau Lisboa ordenou que alguns dos homens citados nos depoimentos fossem presos, entre eles estava Maurício de Lafuente e o “fulano Girão”. Dias depois, a defesa do último encaminhou um agravo à Casa de Petição demonstrando a parcialidade do processo, desqualificando as testemunhas, alegando que as mesmas eram inimigas e adversárias políticas do acusado. Além disso...

¹⁴¹ Esse artigo definia como prerrogativa ao Poder Moderador a nomeação e demissão dos ministros.

¹⁴² REDATOR...*Clarim da Liberdade*, n. 23. 9 de set. de 1832. P. 8.

¹⁴³ Sumário que mandou proceder o Desembargador Nicolau da Silva Lisboa, juiz do crime do Bairro de São José sobre o motim, e assuada no Largo do Paço em o dia 12 do corrente mês de setembro praticados por vários indivíduos na ocasião da demissão do Ministério. Rio de Janeiro, 15-20 de setembro de 1832. BNRJ – D. Ms. II-31, 31, 17 nº 1 (citações pp. 1 e 2). Apud. BASILE, Marcelo. *A Politização das Ruas: projetos de Brasil e a ação política no tempo das Regências*. Vol. II. Edições do Senado Federal. Brasília, 2022.

¹⁴⁴ BASILE, Marcelo. *A Politização das Ruas: projetos de Brasil e a ação política no tempo das Regências*. Vol. II. Edições do Senado Federal. Brasília, 2022.p. 809.

Não caberia às testemunhas qualificar o ajuntamento de ilícito, quando esse juízo competia apenas ao juiz, até porque “será crime ajuntamento do Povo de dia?” E, ainda que se reputasse criminalidade à proclamação, sendo esta impressa, caberia ao júri, (enquanto crime de imprensa) e não ao juiz do crime, julgar a questão. O agravo surtiu rápido efeito. Três dias depois, em 16 de outubro, um acórdão da Casa da Suplicação considerou que, pelo depoimento das testemunhas, não ficaram provadas as circunstâncias ilícitas do ajuntamento, sendo, portanto, julgadas improcedentes as acusações contra o réu. No mesmo dia, foi expedido o alvará de soltura do publicista.¹⁴⁵

Nesse mesmo dia, a defesa de Lafuente pediu junto ao juiz do crime, Nicolau Lisboa, o mesmo alvará de fiança, pois as testemunhas haviam dado depoimentos falsos, atribuindo a ele ações que não havia praticado, o que lhe foi concedido. No entanto, requereu ao juiz Lisboa que ratificasse agravo que faria junto à Casa de Suplicação e desse vistas aos autos, o que lhe foi negado, com a justificativa de ser assunto de competência policial, tendo apelação somente à Junta de Paz. Maurício de Lafuente alegava que o mesmo direito havia sido dado com sucesso ao publicista Girão.

O réu fez então novo requerimento, lembrando que o mesmo direito fora dado com sucesso a Girão e que o agravo ‘é um meio de defesa que nos Países bárbaros, nunca se negou a ninguém, e não [é] possível que se negue com Justiça, em um País Constitucional, para se condenarem aos Cidadãos com processos nulos, e por crimes imaginários, como acontece neste caso’. Foi preciso um acórdão da Casa da Suplicação para que fosse garantido ao réu o direito ao agravo.¹⁴⁶

Em dezembro, o recurso de Lafuente questionava o caráter ilícito atribuído ao ajuntamento do dia 12, uma vez que a ordem não foi perturbada e que apenas se fazia votos para que o Ministro de confiança fosse reintegrado. Mais uma vez, o jornalista fez usou da Constituição como argumento: “a Constituição do Império no Artigo 179 § 30 permite o direito de petição” e, contrariamente ao que diziam as testemunhas, “nem um só fato aparece por onde se colija a menor ingerência do Agravante, em o referido ajuntamento.” Lafuente alegava também que o tribunal da Suplicação não havia considerado ilícito ou criminoso tal ajuntamento e, portanto, deveria desagravá-lo da denúncia.¹⁴⁷ No entanto, somente em 22 de janeiro de 1833, quando já não era mais Lisboa o juiz titular, que saiu o “acórdão da Suplicação, julgando improcedentes as acusações feitas contra o acusado”.¹⁴⁸ O novo juiz era Paulino José Soares de Souza, um possível – e nesse momento futuro – membro da Sociedade Petalógica do Rocio

¹⁴⁵ BASILE, 2022. p. 816.

¹⁴⁶ Autos do sumário a que manda proceder o desembargador Nicolau da Silva Lisboa, juiz do Crime do Bairro de São José, contra Maurício José Lafuente, acusado de participar do motim e assuada do dia 12 de setembro no Largo do Paço da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1832-22 de janeiro de 1833. I-31, 23, 2. Apud. BASILE, 2022. p. 817.

¹⁴⁷ Ibid.

¹⁴⁸ BASILE, 2022. p. 817.

Grande,¹⁴⁹ que havia sido transferido de São Paulo para a Corte, em novembro de 1832, pela nomeação de um conhecido seu, do tempo de estudos em Coimbra: Honório Hermeto Carneiro Leão,¹⁵⁰ uma personagem importante para nossa história, por sua ligação com vários membros da *Petalógica*, como veremos mais adiante.

Será que Paulino Soares já frequentava a casa de Paula Brito em 1833 e atendeu a um possível pedido em favor de Maurício de Lafuente? A relação entre o editor e Paulino Soares, como veremos mais adiante, teve aproximações e distanciamentos. Paulino José Soares de Souza tecia com bastante versatilidade conexões com pessoas de partidos opostos. “Não foi à toa que Cotegipe disse que Paulino era capaz de dançar numa mesa posta, cheia de cristais, sem os quebrar.”¹⁵¹ Por ora, o que podemos concluir é que os destinos desses homens se cruzaram em 1833 e voltariam a se cruzar diversas outras vezes nos anos seguintes.

De outro modo, podemos concluir também que as trajetórias de Francisco de Paula Brito, Maurício José de Lafuente e José Luiz Ferreira tiveram uma frequência significativa de conexões: eram homens de cor; participaram do movimento que teve como consequência o conhecido 7 de abril (e outros engendrados por ele); estavam descontentes com relação ao tratamento que o governo e os moderados davam a homens de cor livres e o fato de serem politicamente atuantes, principalmente na imprensa, ao lado do partido dos exaltados. Esses pensadores negros agiram de modo a criar e se aproximar de projetos políticos, por meio dos quais era possível obter garantias de participação nas questões pertinentes à sociedade da qual se consideravam parte e participantes. A imprensa foi para eles uma tribuna para o desenvolvimento e a comunicação de suas ideias, estratégias e alianças.¹⁵²

É importante lembrar que a abdicação de Pedro I consagrou o espaço público como um local de embates entre grupos políticos e camadas sociais, inaugurando novas maneiras de ações políticas que passaram a ocupar e politizar as ruas.¹⁵³ Mas isso já era possível de perceber desde a independência, pois, de acordo com o que Gladys Ribeiro chama de opinião pública –

¹⁴⁹ “É difícil encontrar um homem de letras, artista ou político da época que tenha vivido na cidade do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1830 e 1860, e que não tenha participado da *Petalógica*. Para começar, podemos destacar aqueles de uma geração mais velha, nascida entre o final do século XVIII e o início da segunda década do século XIX, como: [...] Paulino José Soares de Souza (1807). Ver em: AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Maçonaria, Antirracismo e Cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 157.

¹⁵⁰ SOUZA, José Antônio Soares de. *A Vida do Visconde do Uruguai: Paulino José Soares de Souza (1807-1866)*. Brasília, DF: FUNAG, 2021.

¹⁵¹ SOUZA, José Antônio Soares de. *A Vida do Visconde do Uruguai: Paulino José Soares de Souza (1807-1866)*. Brasília, DF: FUNAG, 2021. p. 58.

¹⁵² PINTO, 2018.

¹⁵³ BASILE, 2009. pp. 54-119.

amparada nos debates deflagrados na imprensa e em correspondência às mobilizações nas ruas – tornava-se um tribunal em que indivíduos julgavam e se manifestavam sobre os acontecimentos.¹⁵⁴ No entanto, é importante refletir que essa participação no debate político, muitas vezes, não significava inclusão.

Por um lado, não se pode negar que a política havia se tornado algo realmente mais atraente, sendo discutida nos locais mais variados e por um público bastante amplo. Por outro, contudo, é de se notar que ela continuava em grande parte limitada àqueles que, às custas de seu prestígio e influência, fechavam-se na disputa pelo ingresso em pequenos círculos privados, no interior dos quais não só as grandes decisões eram tomadas, mas também nos quais o poder se via convertido numa espécie de segredo reservado apenas a um reduzido número de indivíduos.¹⁵⁵

Mesmo estando à frente do movimento de oposição ao imperador Pedro I, junto aos moderados, aos exaltados pouco sobrou de espaço para representação na Câmara e Senado. Já os caramurus tinham uma elevada presença na Câmara, uma representatividade, inclusive, que tinha bastante condições de incomodar os moderados.¹⁵⁶ Francisco Montezuma, por exemplo, era um desses chamados “caramuanos” a ocupar a Câmara. Depois de anos exilados na Europa, em 1831 retornava ao Brasil com assento na Assembleia como Deputado da Província da Bahia. Informações do IHGB certificam que Montezuma não foi filiado aos exaltados.¹⁵⁷ Sebastião de Castro também o coloca o lado dos caramurus.¹⁵⁸ De todo modo, embora esses dois grupos políticos tivessem suas diferenças, nesses primeiros anos da regência dialogavam e se aproximavam visando a oposição aos moderados. Mas quem eram eles? Vejamos como Marcello Basile os caracterizou:

Os liberais exaltados organizaram-se [...] em torno de 1829, em meio ao acirramento da crise política; apresentavam perfil social mais heterogêneo, pertencendo, em geral, às camadas médias urbanas (em particular, profissionais liberais e funcionários públicos civis, militares e eclesiásticos) e com pouquíssima representatividade nos quadros da elite política imperial). [...] os chamados caramurus. Posicionados à direita do campo e alinhados à vertente conservadora do liberalismo, tributária de Burke, eram contrários a qualquer reforma na Constituição de 1824 e defendiam a monarquia constitucional centralizada¹⁵⁹.

¹⁵⁴ RIBEIRO, 2010.

¹⁵⁵ CASTRO Jr., Sebastião Eugenio Ribeiro de. Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem e da cidadania na Construção do Império do Brasil. (c. 1820 – c. 1834). Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004. p. 158.

¹⁵⁶ Isso até a terceira legislatura. Ver em: BASILE, 2009. pp.54-119.

¹⁵⁷ Infelizmente o site do IHGB não demonstra de qual referência ou fonte tirou essa informação. Ver em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/fgacaiaba.html>.

¹⁵⁸ CASTRO Jr. 2004. p. 158.

¹⁵⁹ BASILE, 2009. p. 60.

Entre os exaltados poderíamos encontrar proprietários rurais, padres, funcionários públicos, profissionais liberais, militares, médicos. Agrupavam-se em associações e não tinham participação no poder central. Valorizavam a soberania popular, tendo seu ideário sido apropriado por camadas pobres da população. Como citado anteriormente, os “líderes exaltados faziam apelo à participação das camadas pobres da população na vida pública e acenavam contra a opressão econômica, social e étnica.”¹⁶⁰ Eram identificados na imprensa pelas palavras de ordem como a valorização de “gente de cor”; “Aristocratas Patifes”; “Liberdade aos Povos”. Ainda que com divergências internas, “condenavam a escravidão em diferentes graus, variando a forma e o ritmo com que propunham sua extinção, em geral de forma gradual.”¹⁶¹

Refletindo sobre esses dois grupos que mais publicaram impressos na Tipografia de Paula Brito nesses primeiros anos de Regência, sobre o perfil de seus membros, pensemos em algumas possibilidades. Talvez seja importante fazer duas observações antes: entre as décadas 1820 e 1840, foram os anos de 1831 a 1833 os que mais viram jornais saírem dos prelos das tipografias do Rio de Janeiro. Em 1833, principalmente, é possível observar a impressão de um número de títulos maior se comparado a todos os outros anos que formam esse recorte temporal.¹⁶² Rodrigo de Godoi, pensando sobre a autonomia de Paula Brito na escolha do que seria produzido em sua oficina, argumentou que no segundo semestre de 1833 parte dos periódicos impressos era da facção exaltada. Mas ainda assim as portas da livraria não estavam fechadas aos caramurus e moderados. Isso, no entanto, não quer dizer que “Paula Brito estaria fraquejando em suas convicções políticas”, pois a “questão era dinheiro”.¹⁶³ Aparentemente, conforme indica o historiador, os jornais exaltados eram aqueles que mais eram vendidos, devido às rusgas. E que esse “fato também pode estar ligado à considerável produção de jornais desse grupo político entre 1829 e 1834. Em termos quantitativos, os exaltados superam os caramurus e os moderados em periódicos”.¹⁶⁴ Mas é preciso refletir um pouco mais sobre isso. Marcelo Basile inventariou 231 periódicos que circularam no Rio de Janeiro em todo o período regencial e chegou a alguns números:

Assim como os exaltados e os moderados, os caramurus também privilegiaram a imprensa como arena política. Esta facção foi a principal pletera de jornais produzidos ao longo das regências trinas [...] 231 periódicos inventariados que circularam no Rio de Janeiro no decorrer de todo o período

¹⁶⁰ MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. pp. 33-34.

¹⁶¹ MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. pp. 33-34.

¹⁶² Ver em: CASTRO Jr., 2004. p. 185.

¹⁶³ GODOI, Op. Cit., p. 94.

¹⁶⁴ GODOI, Op. Cit., p. 83

regencial, 43 eram *caramurus* (18,45%); logo em seguida vinham as 41 publicações *exaltadas* (17,60%), e, em patamar mais abaixo, os 29 títulos *moderados* (12,45% do total). Juntos, os jornais vinculados a esses três grupos políticos perfaziam quase a metade (48,5%) dos periódicos produzidos durante toda a Regência, mesmo estando praticamente circunscritos à fase das regências trinas. No caso das folhas *caramurus*, a grande maioria circulou no curto período de 1832 a 1833, não indo além de 1834.¹⁶⁵

Dos periódicos que foi possível analisar, entre os primeiros anos da Tipografia de Paula Brito, foram publicados aproximadamente vinte impressos dos exaltados e *caramurus*, sendo 65% deles ligados aos primeiros e 35% aos segundos, o que pode refletir o posicionamento político de Paula Brito. Apenas quatro dos impressos publicados não estavam ligados a essas duas “facções políticas”: um deles servia aos moderados; outro foi considerado conciliação e outros dois eram andradistas. Caso pensemos sobre esses quatro exemplares, podemos concordar com Rodrigo de Godoi de que “as portas da livraria e tipografia na praça da Constituição número 51 não estavam fechadas aos opositores”.¹⁶⁶ Paula Brito havia declarado, em 1834, que fazia parte do partido exaltado e que na sua tipografia se imprimiam “jornais da exaltada oposição (visto que nela não se imprimem um só, que seja restaurador)”. Talvez no momento da declaração ao jornal *O Carioca*, em janeiro de 1834, não houvesse mesmo um impresso *caramuru* entre aqueles publicados na tipografia de Paula Brito, mas nos anos anteriores sim, quase uma dezena deles. No entanto, nessa mesma declaração de 1834, Paula Brito se contradiz ao mencionar que “Periódicos de todas as Comunhões” eram impressos em seu estabelecimento.¹⁶⁷ O que de fato acontecia, mesmo que em menor medida, como vimos. Antes disso, em 1832 a *Mulher do Simplício* já nos informava que “detestava” os “ingratos *caramurus*”.¹⁶⁸ Ainda assim, é possível perceber nas fontes, nos jornais e debates saídos da tipografia de Paula Brito, que em 1833 essas duas facções políticas, exaltados e *caramurus*, se aproximaram diante da necessidade de se opor aos mandos e desmandos dos moderados.

Algumas questões aproximam, por exemplo, Francisco Montezuma de Francisco de Paula Brito: maçons, homens de cor, oposição a Pedro I e, depois, aos moderados. Além disso, Montezuma foi um possível “membro da Petalógica” entre aqueles que “já gozavam de fama”...

Outro indício importante desta convivência de ambos é que Montezuma era membro da *Petalógica*. Fundada em 1831 por Paula Brito [...] esta sociedade literária reuniu grande homens de letras em reuniões muito acaloradas por cerca de duas décadas. Nesta época, alguns deles já gozavam de fama, como era o caso do antigo revolucionário Montezuma com cerca de 37 anos de

¹⁶⁵ BASILE, 2022. p. 649.

¹⁶⁶ GODOI, Op. Cit., p. 94.

¹⁶⁷ CORRESPONDÊNCIAS. *O Carioca*, n. 12. 21 de jan. de 1834. p. 4, 6

¹⁶⁸ CARTA...*A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada*, 4 nov. 1832, p. 61.

idade, ao passo que outros poderiam ser tão jovens quanto o era seu fundador Paula Brito que, em 1831, tinha apenas 22 anos.¹⁶⁹

Como já argumentado, dificilmente a Petalógica funcionasse nesse período. Entretanto, é muito interessante o que Célia de Azevedo escreveu sobre os dois Franciscos, os considerando como os “primeiros militantes do antirracismo no Brasil”.¹⁷⁰ Os dois não pertenciam a nenhuma família rica, podendo fazer parte da parcela da população composta por “gente livre, com certa educação, dotada de algum recurso e também de certo poder de comunicação e representatividade”.¹⁷¹ Em suas produções na imprensa, justificavam porque a monarquia constitucional fazia mais sentido tanto para Paula Brito quanto para Montezuma e também, anos mais tarde, para outro membro, um dos mais jovens deles, homem de cor: Machado de Assis. A República, assim como foi apresentada na época, era vista como uma possibilidade de tornar as coisas ainda mais dispendiosas às classes pobres e aos homens negros, instigando as diferenças sociais e os preconceitos, um obstáculo à “igualdade natural dos homens”.¹⁷²

Entre Montezuma e Paula Brito, o conhecimento sobre a Constituição – e não só a brasileira de 1824, mas também a norte-americana – foi matéria importante, como foi para Maurício de Lafuente e, pelo pouco que encontramos de José Luiz Ferreira também. Do primeiro, podemos encontrar o receio de que o modelo da república dos Estados Unidos pudesse ser implantado aqui, já que a Constituição estadunidense não tratava o homem de cor livre como cidadão. Do segundo, houve um engajamento na defesa da Constituição brasileira de 1824, debate muito presente, como demonstrado, no pasquim *O Homem de Cor*. No terceiro e quarto, o conhecimento sobre a Constituição era fundamental para defenderem suas posições políticas, suas liberdades e inocência diante das acusações e tentativas de prisão que sofreram.

É possível encontrar indícios de articulações diretas entre Francisco Gê Acaiaba de Montezuma e Maurício José de Lafuente. Ambos eram, no mínimo, conhecidos. Advogado e jurista, é muito provável que Montezuma tenha intervindo quando Lafuente foi preso em setembro de 1832. “O Governo mandou prender para marinheiro a Mauricio José de Lafuente [...] Um requerimento foi feito à Relação para o mandar soltar, ou para um mandato de *Habeas Corpus*, e dizem que os autores do requerimento foram os Srs. [Candido Ladislau] Japi-Assu e

¹⁶⁹ AZEVEDO, Op. Cit., p. 86.

¹⁷⁰ Ibid.

¹⁷¹ CASTRO Jr., Sebastião de. Sobre fortunas e desventuras de um mulato entre os mundos das letras e da política no Império do Brasil: um pequeno mergulho na trajetória de Francisco Montezuma. In: FERREIRA, Tania Bessone et al. (Org.). O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas. São Paulo: Alameda, 2013. pp. 231-261.

¹⁷² AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Op. Cit., p. 102-124.

Montezuma.”¹⁷³ Meses antes, no mesmo periódico, outra articulação se faz entre os dois homens: “As ideias do Sr. Lafuente acerca da Regência e dos negócios públicos estão em perfeito acordo com as do Ilustre chefe da oposição o Sr. Montezuma.” Tanto Maurício de Lafuente quanto Acaíba Montezuma eram nomes que apareciam com frequência no jornal de título *Sete d’Abril* e, em alguns momentos, falava-se sobre a proteção que dava o segundo ao primeiro.¹⁷⁴

Francisco Acaíba Montezuma foi também um homem de letras, se expressava politicamente através das palavras, principalmente quando não mais ocupava um assento no Parlamento. Em 1834 publicou seu livro intitulado *Livraria do Pobre*, n. 1 que tratava da *Liberdade das Repúblicas* e era indicado principalmente ao “cidadão de cor”.¹⁷⁵ No livro, publicado pela Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, Montezuma discutia os traços e fundamentos de diferentes sistemas de governo. O autor se propôs a fazer um opúsculo sobre as Repúblicas desde a antiguidade, até o contemporâneo caso dos Estados Unidos. Ao trazer o caso dos norte-americanos para o último capítulo, tentava demonstrar que era a Monarquia Constitucional, e não a República, o regime que oferecia garantia aos cidadãos, pois era fundada no princípio de igualdade perante a lei.¹⁷⁶ Esse tema estava totalmente ligado ao modo como a República Federativa dos Estados Unidos tratava os homens de cor.

A tipografia de Paula Brito, anos mais tarde, quando a Sociedade Petalógica estava sendo gestada, também editou e publicou obras de Montezuma.¹⁷⁷ Mas em 1834 algumas mudanças aconteceram, inclusive com relação aos jornais que eram publicados na Tipografia Fluminense de Brito e Companhia. Uma nova Legislatura começava (1834-1837), em que as identidades políticas já não estavam mais bem definidas, pois era um período de transição entre as três principais facções – moderados, exaltados e caramurus – para outras que começavam a se desenhar a partir de 1835, num processo que se estendeu até 1837: o Regresso – articulado entre ex-moderados e alguns caramurus – e o Progresso, que paulatinamente surgiu em resposta ao primeiro.

As disposições políticas na legislatura de 1834-1837 eram, portanto, bastante indefinidas, oscilantes e fragmentadas, convivendo confusamente

¹⁷³ O SOBERANO PODER JUDICIÁRIO...O Sete d’Abril, n. 88. 26 out. 1833. p. 4.

¹⁷⁴ ANÚNCIO... *Sete d’Abril*, n. 55. 06 de jul. de 1833. p.4.

¹⁷⁵ OBRAS PUBLICADAS...*Diário do Rio de Janeiro*, n. 26. 30 de abr. de 1834.

¹⁷⁶ CASTRO JÚNIOR, 2004. p. 185.

¹⁷⁷ “Discurso pronunciado no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, no dia 7 de Setembro de 1849”; Discurso pronunciado no Instituto das Ordens dos Advogados em 23 de fevereiro de 1851” e “Discurso sobre a necessidade da organização definitiva da Ordem dos Advogados Brasileiros...”. Ver em: GONDIM, Op. Cit. p. 102.

moderados, caramurus e exaltados remanescentes, despojados de referenciais; opositoristas e governistas sem identidade partidária; e regressistas e progressistas já constituídos. Além disso, poucos se assumiram como tais, e vários mudavam de posição, tornando muito forçado agrupar esses deputados sob rótulos de facções específicas, antecipando posturas que só mais tarde foram definidas. Somente na quarta legislatura as tendências políticas ficarão mais definidas, com a polarização entre regressistas e progressistas.¹⁷⁸

Até aqui já sabemos que a imprensa teve um desenvolvimento sem precedentes na década de 1830 e que o crescimento de publicações – nesses centros que já contavam com tipografias – estava vinculado às disputas e projetos políticos. Os impressos foram considerados os responsáveis “pela produção e difusão da cultura política, ultrapassando até a barreira do analfabetismo, uma vez que os impressos eram habitualmente lidos e comentados em voz alta em público, o que multiplicava seu poder de comunicação.”¹⁷⁹ Essa atividade jornalística esteve diretamente associada a uma atividade associativa, o que podemos observar no que escreveu, em 1885, Manuel Duarte Moreira de Azevedo:

Em 1831 adquiriu o espírito público amplo desenvolvimento, e sirva de prova mais de cem sociedades científicas, políticas e industriais, que então se criaram no Império. Logo após a abdicação de Pedro I desenvolveu-se o espírito de sociabilidade, proclamando a união do povo. Imitando a França, especialmente Paris, que nessa época apresentava um bom número de associações, surgiram no Brasil diversas sociedades, especialmente políticas, nascidas no seio da agitação, que contaminara todo o país, da excitação dos ânimos e do espírito de liberdade e organização social.¹⁸⁰

Importa lembrar que na Ata de julho 1853, da Sociedade Petalógica, o secretário avisava que no início a agremiação era um ajuntamento de pessoas que se unia com objetivos políticos,¹⁸¹ o que faz bastante sentido diante do entendimento do contexto social em que ela se formava. As redes de sociabilidade que fomentaram a criação desse grupo passam pela maçonaria – Montezuma, Paula Brito, Paulino Soares e muitos outros eram maçons –; partidos, conexões políticas, redes de proteção e criação de espaços de diálogos. Como argumentou Basile, na Regência, o associativismo representava ainda a publicidade. Nesse momento, sociedades secretas e públicas expressavam novas maneiras de se fazer política. Vejamos, portanto, se junto com a mudança do cenário político, na terceira legislatura, também houve mudanças no público que estaria frequentando a Tipografia Fluminense de Brito e Companhia.

¹⁷⁸ BASILE, 2009. p. 64.

¹⁷⁹ BASILE, 2009. p. 64.

¹⁸⁰ AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. *Sociedades Fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado*. RIHGB, T. 48, v. 71, pt. 2, p. 265-322, 1885. p. 293.

¹⁸¹ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 de jul. de 1853. p. 1

As almorreimas do Padre Feijó

A partir de 1834, nos jornais impressos na Tipografia Fluminense de Brito e Companhia, alguns nomes conhecidos voltam a aparecer, seja na defesa “a um brasileiro exaltado”, “mártir de 1834”, o “baiano honrado”, “Sr. Lafuente”.¹⁸² Seja na crítica ao redator da *Aurora*, Evaristo da Veiga, que embora fosse assunto das folhas impressas na Tipografia, antes e depois da eleição de 7 de abril de 1835,¹⁸³ tinha agora um companheiro de crítica, o seu candidato padre Diogo Antônio Feijó. São os dois homens o assunto em comum da maior parte dos jornais impressos na Casa do Paula Brito, nesse período. *O Novo Carioca*, por exemplo, foi “redigido, provavelmente, por um exaltado”, que buscava atingir Evaristo, “o cônego Januário, Padre Feijó, o Marques de Barbacena, Aureliano” e – vejam só – Montezuma.¹⁸⁴ Nesse período não é possível encontrar vestígios de que Montezuma estaria frequentando a Tipografia de Paula Brito. Coincidentemente é o momento em que ele compõe o governo de Diogo Feijó, a princípio ocupando a pasta dos estrangeiros e depois como Ministro da Justiça que só seria substituído em 1837, por Bernardo Pereira de Vasconcelos, com a queda de Feijó. Apenas um ano depois suas palavras voltaram a encontrar a Tipografia de Paula Brito, no jornal *O Cidadão*.¹⁸⁵

O Eleitor: jornal político e literário reservava “todos os defeitos” ao padre Diogo Antônio Feijó. “Respondendo principalmente aos artigos da *Aurora Fluminense* [...] era natural que *O Eleitor* se inscrevesse na grande lista dos periódicos inimigos de Evaristo da Veiga.”¹⁸⁶ O mesmo aconteceu com os dois números de *O Capadócio*, cujo redator se dizia ser um capoeira que não temia nem o capadócio baiano – possivelmente José da Costa Carvalho – e nem *O Livreiro* – possivelmente Evaristo da Veiga – que era para o redator “migalho de gente”, “espirro de tabaco” o “homem das folhinhas e dos repertórios.”¹⁸⁷ Essa folha trazia algo que foi comum às reuniões da Petalógica: a invenção de diálogos – no caso do *Capadócio*, diálogos

¹⁸² *A Novidade*. 03 de maio de 1835, n. 1. p. 7.

¹⁸³ Em agosto de 1834 foi promulgado o Ato Adicional à Constituição que previa a escolha do regente através de sufrágio – votação censitária – que abrangeu aproximadamente 6000 eleitores espalhados por todo Império. Cada eleitor poderia votar duas vezes, escolhendo dois dos candidatos disponíveis que disputavam a vaga. A apuração durou seis meses, em 9 de outubro foi anunciada a vitória de Diogo Feijó, com 2826 votos. O segundo mais votado foi – candidato de Paula Brito – Holanda Cavalcanti, que fez 2251 votos. Ver em: GODOI, Op. Cit., p. 99 e 101.

¹⁸⁴ VIANA, Op. Cit., pp. 287-291. Infelizmente não há exemplar digitalizado na Biblioteca Nacional. Não foi possível, portanto, lê-lo para entender qual foi a crítica a Montezuma. Em outro periódico impresso na Tipografia, *O Tupinambá Peregrino*, que também não possui exemplar na Biblioteca Nacional. Hélio Vianna cita uma possível crítica a Montezuma, que consistia em considerar o partido de Montezuma como republicano. (p. 295).

¹⁸⁵ MENTE-ZURRA. *O Sete d’Abril*. n. 546. 1838. P.4.

¹⁸⁶ VIANA, Op. Cit., p. 297.

¹⁸⁷ *Ibid.* p. 300.

parlamentares – que, como bem mencionou Hélio Vianna, eram “diálogos imaginários, mas não impossíveis”.¹⁸⁸ Também inventavam apelidos e nomes para os parlamentares, mas apelidos que eram muito possíveis de reconhecimento. “À ordem! À ordem! Lá grita o outro que foi sacrista em Minas [possivelmente Aureliano] – Estou na ordem! Diz o Mineirinho do Ceará [Rodrigues de Carvalho]. Está anistiado! Anistiado! Brada o mestre-escola mineiro! [Araújo Viana ou Bernardo Vasconcelos].”¹⁸⁹

Os moderados eram, a partir de então, chamados de marrecos.¹⁹⁰ E, segundo informava o *Café da Tarde*, jornal que o redator do *Sete d’Abril* dizia ser rabiscado por Paula Brito, os marrecos mal sabiam ler e escrever.

Todos os que governam são eles, por ventura, homens de letras? Aí está o Sr. Lima, que mal assina o seu nome, segundo dizem, e o Sr. João Bráulio, que é de letras gordas e tem eles por isso deixado de governar como sabemos? Quanto mais que o padre não é tão peço com isso; ele lê, com algum vagar sim, mas lê no seu Breviário, e sabe dizer em voz alta – *Dominus vobiscum* – e demais: se ele não sabe, ainda pode aprender, porque não está tão velho.¹⁹¹

“Todos que governam são, por ventura, homens de letras?” Para o redator do *Café da Tarde*, nem todos eram e o Sr. Lima era um exemplo disso. Os homens de letras seriam, nas palavras de alguns parlamentares, um trabalhador, indagador, homem sábio;¹⁹² alguém que não poderia ser indiferente às ciências;¹⁹³ que tinha autoridade para encontrar defeitos na Constituição, por ser obra de homens;¹⁹⁴ que gostava de ler livros e periódicos.¹⁹⁵ Seria, nas palavras de alguns jornalistas, aquele cuja natureza o dotara com uma inteligência superior; que se comovia com as misérias humanas; não deixaria “nenhum ser fraco sem apoio, nenhuma injustiça sem reparação”; sua superioridade o deixaria isento de orgulho, pois ele deveria “esclarecer os homens e não os humilhar”; mesmo não podendo estudar todas as artes, não desdenharia nenhuma; se honraria de todos os sucessos de seu país e século, “de todas as descobertas que amplia[ria]m a inteligência humana”; aplaudiria seus concorrentes e sorriria para os rivais, não poderia confundir “nunca o fantasma com a realidade”. O “verdadeiro homem de letras” saberia ser novo, mesmo depois de tudo envelhecer, seria original no meio

¹⁸⁸ VIANA, Op. Cit. p. 300.

¹⁸⁹ *O Capadócio*. N. 1, 18 de ago. de 1835. p. 7

¹⁹⁰ ÚLTIMO APELO AOS ELEITORES. *Café da Tarde*, n. 1. 1835. p. 3. Assim como os restauradores e exaltados tinham seus “apelidos” políticos, os moderados eram também chamados por marrecos.

¹⁹¹ ÚLTIMO APELO AOS ELEITORES. *Café da Tarde*, n. 1. 1835. p. 5.

¹⁹² *Anais do Parlamento Brasileiro*. n. 3. sessão 12 out. 1839. p. 563.

¹⁹³ *Anais do Parlamento Brasileiro*. n. 2. sessão 30 jul. 1840. p. 429.

¹⁹⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro*. n. 2. sessão 26 jul. 1841. p. 340.

¹⁹⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro*. n. 3. sessão 15 nov. 1841. p. 922.

de imitadores, teria o coração generoso e não seria ambicioso.¹⁹⁶ Ou seja, para o redator do *Café da Tarde*, nem o Sr. João Braulio, o Sr. Lima ou o padre Feijó possuíam essas qualidades.

Os sinais de ironia perpassam diversos textos do *Café da Tarde*. O “Último apelo aos eleitores”, por exemplo, foi um texto publicado no *Café*, mas assinado pelo suspeito “colaborador do *Sete d’Abril*”, jornal que servia aos moderados e era de propriedade de Bernardo Pereira de Vasconcelos.¹⁹⁷ Em um momento do texto, no que “parecia” ser uma defesa a Antônio Feijó, “O colaborador do *Sete d’Abril*” escreveu que embora o padre estivesse muito doente, as notícias que diziam sobre ele, de que não poderia tomar conta da regência eram...

inventos dos inimigos de Feijó: a moléstia de Feijó não é coisa de cuidado para que não o elejais, todo o seu mal, (eu o sei de boa parte) são *almorreimas* que às vezes lhe sobem à cabeça, e fazem andar o Padre azoinado dela como um doido; mas isso não vale nada e só agora o impedem de poder montar o cavalo porque estão irritadas, porém nós também não queremos o regente para andar a cavalo, mas sim para governar.¹⁹⁸

O autor do texto ainda continuou justificando as “*sandices*” e “*asneiras*” que haviam saído no jornal do padre, de título *Justiceiro*, que desse modo aconteceram porque as *almorreimas* o atacaram na ocasião da redação. Ou como um “companheiro” de Feijó havia declarado, não eram de autoria do padre; “as asneiras e tolices ali vistas eram de outras pessoas e não de Feijó, que é incapaz de ser asno”.¹⁹⁹ Ainda conforme O colaborador do *Sete d’Abril*, era preciso votar no Feijó para livrar “nosso Evaristo” de algumas preocupações, “porque esse cidadão é tão honrado que [...] isso que dizem aí de “negócio de negros novos [possivelmente uma alusão ao tráfico de escravizados], é falso, nem ele é capaz de se meter em coisas de contrabando.”²⁰⁰ E, de outro modo, “nosso Evaristo está disposto, não saindo *Feijó*, a enforcar-se”. Por isso, pedia o autor do texto, em nome de todos os marrecos, que votassem no padre Feijó, para que Evaristo não cometesse suicídio.²⁰¹

Em outros periódicos como *A Novidade*, a eficiência de Diogo Feijó foi também colocada em xeque. Segundo o redator do periódico, – que teve três número impressos na Tipografia de Brito e Companhia e que estava entre os periódicos “rabiscado pelo senhor Paula Brito”²⁰² – mesmo que o padre Feijó não fosse “destituído de talentos”, o conhecimento político, econômico e administrativo não eram atributos dele. É interessante um dos argumentos usados

¹⁹⁶ O VERDADEIRO HOMEM DE LETRAS. *A Regeneração*. n. 27, 17 nov. 1840. p. 4.

¹⁹⁷ VIANNA, Hélio. *História da Imprensa Brasileira*. Op. Cit., pp. 154, 174, 214

¹⁹⁸ ÚLTIMO APELO AOS ELEITORES. *Café da Tarde*, n. 1. 1835. p. 7.

¹⁹⁹ ÚLTIMO APELO AOS ELEITORES. *Café da Tarde*, n. 1. 1835. p. 7.

²⁰⁰ ÚLTIMO APELO AOS ELEITORES. *Café da Tarde*, n. 1. 1835. p. 7.

²⁰¹ ÚLTIMO APELO AOS ELEITORES. *Café da Tarde*, n. 1. 1835. p. 7.

²⁰² NOVIDADE. *Sete d’Abril*, 25 abr. 1835, p. 4.

para chegar a essa conclusão, pois nem livro Feijó possuía e, além disso, gastava todo seu tempo estirado em uma rede, se abanando por conta do calor. “Falamos do desprezo que o Sr. Senador Feijó afeta ter e efetivamente tem pelas ciências e pelos homens que as professam”, pois, para o senador, matemático equivalia a astrólogo, químico a alquimista, “o que professa a ciência econômica é um empírico, que só tem teorias falsas, perniciosas, e sem préstimo. Daí vem o tédio que ele tem dos homens de algum mérito literário.”²⁰³ A ignorância de Feijó, continuava o redator, fazia com que ele não entendesse as objeções que lhe eram apresentadas.

Havia também *A Novidade Extraordinária* que, infelizmente, não possui exemplares na Biblioteca Nacional, mas pelas transcrições feitas por Hélio Vianna, é possível encontrar o assunto comum aos outros impressos desse mesmo espaço: “se os atos do novo Exmo. Regente forem os mesmos que praticou quando ministro, pouca há de ser a sua duração em tão honroso emprego.”²⁰⁴ Defesa aos ataques da *Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga – referente inclusive à tipografia de Paula Brito²⁰⁵ – também poderiam ser encontrados nas páginas desse impresso. Nas palavras de Hélio Vianna, *A Novidade Extraordinária* possuía “a mesma cor política” e foi impresso na mesma tipografia que *A Novidade*.

Firma que se sabe encabeçada por um generoso mulato, protetor das letras e dos artistas, aborda o jornal a questão do preconceito de cor, tantas vezes suscitada no período das Regências [...]. E aludindo expressões usadas pelo famoso jornalista, assim termina o primeiro número da *Novidade Extraordinária*, entrando no terreno da injúria pessoal, tão frequentado a época: ‘Se o Sr. Redator da *Aurora* tem algum sentimento de não ser branco, nós não temos culpa disso, tanto que estávamos persuadidos que ele o era e só entramos nessa dúvida depois que vimos o gosto com que ele fala em haitianismo, linguagem da Costa, da Cafraria, etc. [...] o que prova com evidencia que ele pertence a coisa: se laboramos em erro, esperamos que o Sr. Redator d’*Aurora* nos diga a que classe pertence, porque, se cor regula, todos sabem porque o Sr. Evaristo não é branco; e nós queremos falar sobre a matéria com conhecimento de causa’.²⁰⁶

Desde os primeiros impressos saídos do prelo de Paula Brito, em 1832 e 1833, é possível perceber essa tendência ao embate entre os homens de cor livres e letrados (ligados aos exaltados e caramurus) e os homens brancos (ligados aos moderados), esses últimos representados principalmente pela *Aurora Fluminense* e Evaristo da Veiga. Isso aconteceu também com o jornal *O Novo Caramuru*, cujo primeiro número saía pela Tipografia de Brito

²⁰³ COMUNICADO. *A Novidade*. n. 23, 17 mar. de 1835. P. 1-2.

²⁰⁴ VIANA, Op. Cit., p. 308.

²⁰⁵ Como não há exemplares no arquivo da Biblioteca Nacional, tomo por base o que escreveu Hélio Vianna: “Respondendo ataques [...] recebidos da *Aurora Fluminense*, de Evaristo que atingiam a própria tipografia”. VIANA, Op. Cit., p. 308.

²⁰⁶ VIANA, Op. Cit., p. 308.

E. C e trouxe no texto, já na apresentação, que seu objetivo era o de – pela imprensa, essa “arma tão temida pelos tiranos” – publicar “minuciosamente todos os fatos de barbaridade praticados pela gente *patriótica*”, que só têm produzido “infernos” e “engordado a algibeira”.²⁰⁷ “Em primeiro lugar”, o redator, que não assinou, falou sobre o caso do Sr. Mauricio José de Lafuente, que no dia 14 de agosto, havia levado ao tribunal, para prestar contas, o “caluniador” e “inventor de falsidades”, o “*grande e respeitável* Redator da Aurora”, Evaristo da Veiga. Segundo o mesmo redator, Evaristo havia caluniado e injuriado Lafuente na *Aurora Fluminense*. “A Aurora de 6 de outubro [de 1833], [...] em um artigo chama-o [Lafuente] de vadio, de péssimos costumes, que anda de prisão em prisão por brigas e contendas de jogos”.²⁰⁸ Todo o trâmite judicial foi transcrito no jornal, inclusive que Veiga acovardou-se e não compareceu à Casa do Juiz de Paz, na “1º D. da Freguesia do S. Sacramento”, enviando um procurador, cuja procuração não estava reconhecida.

No dia 14, às 10 horas da manhã, na Casa do Juiz de Paz do 1º D. da Freguesia do S. Sacramento, o Sr. José Ignácio Coimbra, compareceu o autor queixoso [Mauricio de Lafuente] e depois das formalidades do costume foi chamado o réu e a isto apresentou um Procurador, por nome Baptista (brasileiro adotivo), que apresentou uma Procuração do queixado [Evaristo da Veiga] sem estar reconhecida, e instando o autor que era necessário o reconhecimento para ser valiosa, respondeu o juiz que reconhecia ser a firma a própria do acusado.²⁰⁹

Conforme o redator do *Novo Caramuru* descrevia o julgamento, dava também sua versão sobre os fatos. Para ele, a defesa do réu, lida pelo procurador, era “despida de fundamentos”, “contendo por base uns três documentos”, dos quais dois eram “falsos e continham nomes errados”. Mesmo que a defesa estivesse floreada da oração, “nada podia provar sobre o que contra o autor [Lafuente] tinha avançado”. Com os três citados documentos, o réu queria provar que Maurício Lafuente “tinha feito um ferimento na cidade de Vitória” e que tinha feito outro “na Cidade da Bahia em 1828”. No entanto, nesse ano, Lafuente estava no Rio de Janeiro “e este documento trazia seu nome trocado”. Os mesmos documentos tentavam provar que o queixoso “não tinha sido cadete, mas sim soldado”. Porém, conforme Lafuente – e provocando risada nos presentes – ser soldado não comprovaria a acusação de o mesmo ser vadio. O redator do *Novo Caramuru*, então, escreveu: “A consequência é própria de um caluniador, que não tendo meios para provar o que diz, lança mão de chicana, sofismas, etc!!!”²¹⁰

²⁰⁷ INTRODUÇÃO. *O Novo Caramuru*, n. 1. 19 de ago. de 1835. p.1-7

²⁰⁸ INTRODUÇÃO. *O Novo Caramuru*, n. 1. 19 de ago. de 1835. p.1-7.

²⁰⁹ INTRODUÇÃO. *O Novo Caramuru*, n. 1. 19 de ago. de 1835. p.3.

²¹⁰ INTRODUÇÃO. *O Novo Caramuru*, n. 1. 19 de ago. de 1835. P.5.

O restante da descrição do julgamento, infelizmente, é ilegível, mas o que é possível de entender é que o autor da peça, Maurício José de Lafuente, lamentou que Evaristo da Veiga não estivesse presente no julgamento porque ele devia isso ao público: explicar sua conduta falaciosa. Preocupava-se porque aqueles que o conheciam sabiam que as acusações de Evaristo eram falsas, mas “para os incautos e desconhecadores de seu versátil caráter, de alguma sorte, pode merecer algum critério.”²¹¹ Ou seja, aqueles que não o conhecia, poderiam acreditar no que a *Aurora* publicava a seu respeito. Para Lafuente, sendo um “autor público” e deputado, Veiga precisava ser condenado no máximo das penas, pois estava ciente do Código. E realmente estava. Mauricio de Lafuente, muito possivelmente, citava o *Código Criminal do Império do Brasil*, que estava em vigor desde 1830 e cuja Seção III informava que calúnia e injúria eram tratadas como crime:

Art. 229. Julgar-se-á crime de calúnia, o atribuir falsamente a algum um fato, que a lei tenha qualificado criminoso, e em que tenha lugar a ação popular, ou procedimento oficial de justiça.

Art. 230. Se o crime de calúnia for cometido por meio de papéis impressos, litografados, ou gravados, que se distribuem por mais de quinze pessoas contra corporações, que exerçam autoridade pública.

Penas – de prisão por oito meses a dois anos, e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. Art. 231. Se a calúnia for contra qualquer Depositário, ou Agente de Autoridade pública, em razão do seu ofício.

Penas - de prisão por seis a dezoito meses, e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 232. Se for contra qualquer pessoa particular, ou empregado público, sem ser em razão do seu ofício.

Penas - de prisão por quatro meses a um ano, e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 233. Quando a calúnia for cometida sem ser por algum dos meios mencionados no artigo duzentos e trinta, será punida com metade das penas estabelecidas.

Art. 234. O que provar o facto criminoso imputado, ficará isento de toda a pena.

Art. 235. A acusação proposta em Juízo, provando-se ser caluniosa, e intentada de má fé, será punida com a pena do crime imputado, no grau mínimo.²¹²

O Artigo 236 desse mesmo *Código* informava que se julgava crime de injúria “imputação de vícios ou defeitos, que possam expor ao ódio, ou desprezo público”; “na imputação vaga de crimes, ou vícios sem fatos especificados”; “em tudo que pode prejudicar a reputação de alguém”; “em discursos, gestos, ou sinais reputados insultantes na opinião

²¹¹ INTRODUÇÃO. *O Novo Caramuru*, n. 1. 19 ago. 1835. p.6.

²¹² Lei de 16 de dezembro de 1830, manda executar o *Código Criminal do Império do Brasil*, ver em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38059-16-dezembro-1830-565840-publicacaooriginal-89575-pl.html.

pública”.²¹³ Maurício de Lafuente parecia ter conhecimento de que, conforme assegurava o *Código Criminal do Império do Brasil*, quando houvesse injúria contra particulares “sem ser em razão de seu ofício”, a pena de prisão prevista seria de dois a seis meses e de multa que corresponderia à metade do tempo. Também sabia que, conforme o Artigo 240, quando a calúnia ou injúria fossem equívocas, o ofendido poderia “pedir explicações em juízo, ou fora dele” e “o que em juízo” se recusasse a dar explicações, ficaria “sujeito às penas da calúnia, ou injúria, a que o equívoco der lugar.”²¹⁴ E foi desse modo que Lafuente atuou.

Todavia, conforme nos informou o redator do *Novo Caramuru*, o direito que tinha José de Lafuente de pedir que Evaristo da Veiga desse explicações em juízo, não foi de fato atendido. O redator do *Novo Caramuru* era “amigo do Sr. Lafuente” e havia prometido trazer, no número seguinte, a sentença do juiz de paz que era “moderado e amigo íntimo do caluniador”, Evaristo da Veiga. Por esse motivo, tinha o redator receio do resultado da ação, pois “os chimangos são capazes de tudo”.²¹⁵ No número seguinte do jornal, o leitor e leitora tinham conhecimento de que o Juiz Coimbra julgara improcedente a queixa de Maurício José de Lafuente. O redator d’*O Novo Caramuru* usou todas as páginas desse número para refutar, ponto por ponto, com documentos e fatos, a decisão do juiz Coimbra, mas de nada adiantou.²¹⁶ Ao que parece, nesse caso, a qualidade do julgamento estava comprometida pela imparcialidade. Qualquer prova estaria longe de convencer, pois o juiz Coimbra parecia já estar convencido antes mesmo da apresentação de Maurício de Lafuente no tribunal.

Meses depois, em julho de 1835, saía mais um jornal do prelo da Tipografia Fluminense de Brito: *O Ladrão*. Hélio Vianna deixou passar esse impresso, pois não o listou em seu livro. O jornal abordou o assunto sobre “a récuca de ladrões” que podiam ser encontrados na corte, como os “astutos e espertos” que tinham mania de iludir o “Povo” com “palavras doces nos lábios” e faziam “circular para sua algibeira os dinheiros da nação”; “Ladrões políticos que fazem revoluções só para roubarem”; os “ladrões manhosos” que depois de terem roubado muito fingem uma enfermidade, paralisia, “encostados a moletas” “para melhor moverem a compaixão”. Mas, se gritarem “pega ladrão!” verão como largarão as moletas e darão “aos

²¹³ Lei de 16 de dezembro de 1830, manda executar o *Código Criminal do Império do Brasil*, ver em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38059-16-dezembro-1830-565840-publicacaooriginal-89575-pl.html.

²¹⁴ Lei de 16 de dezembro de 1830, manda executar o *Código Criminal do Império do Brasil*, ver em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38059-16-dezembro-1830-565840-publicacaooriginal-89575-pl.html.

²¹⁵ INTRODUÇÃO. *O Novo Caramuru*, n. 1. 19 de ago. de 1835. p.1-7.

²¹⁶ INTRODUÇÃO. *O Novo Caramuru*, n. 1. 19 de ago. de 1835. p.1-7.

calcanhares”. Existiam também os ladrões gazeteiros, mesmo que não roubassem “de cara a cara”, ajudavam aos que roubavam, os honrando em suas folhas com elogios indevidos, com a condição de repartirem com eles o dinheiro roubado, “iludindo o povo com sua hipocrisia e afetada imparcialidade”, “fazendo com que ele [o povo] se confie em homem que os querem é tirar-lhe a última camisa do corpo.” Mas se esses não pagassem o gazeteiro, eram “maçados sem piedade nas suas folhas”. Além de todos esses ladrões existiam também “o traficante de negros novos” e o “ladrão de defunto”.

O que mais os deve admirar, é que haja também ladrões de defuntos! pois não é peto: há ladrões que vendo que não podem fazer negócio com os vivos, voltam-se para os mortos e é aí que tem feito o seu *potosi*. Como é que se pode enriquecer com defuntos, perguntarão vossas mercês? O *Ladrão* lhes vai explicar o enigma, e tomem bem sentido, que ainda lhes pode servir essa descoberta para arranjam alguns vinténs, se quiserem lançar mão dela, porque alguns conhecem o *Ladrão*, que estão bem recheados por esse meio. Vamos ao caso: os ladrões de defuntos, não cuidem vossas mercês, que podem ser quaisquer homens aí à toa, e sem que tenham proteção poderosa, não Srs.: é preciso que pelo menos se coliguem dois, ou três, um dos quais tenha mando e autoridade sobre os dois, para se fazer o roubo com asseio e limpeza: v. gr. Com o da Misericórdia, que faça passar para uma casa que já deve estar de antemão preparada, os negrinhos que forem a enterrar, passados assim os defuntos por uma porta escusa, tornam no dia seguinte a entrar pela porta principal com o nome de outros vivos, que devem imediatamente fazer-se mudar, ou reduzi-los a moeda corrente : concluído esse arranjo preparatório, participa-se logo que morreu o negro fulano, como se mostra (que é o vivo que se pôs a bom andar) pela certidão de óbito, de enterramento etc. Assim se vai prosseguindo e com os demais, até que acabem de uma vez os *vivos* à custa dos *mortos*; ou fiquem só os aleijados e doentios que pouco ou nada valem e que não haverá quem os compre.²¹⁷

Muito possivelmente, o redator estava denunciando uma prática que estava relacionada ao crime de reduzir a escravidão pessoas livres. Dar os nomes dos cativos mortos aos africanos livres, era um dos caminhos para a escravização ilegal. Segundo Beatriz Mamigonian, depois de acusações de conivência com essa prática, o governo impôs ordens para o registro de mortes dos africanos e emissão das certidões de óbitos. A denúncia do redator d’*O Ladrão* passava pelo enriquecimento ilícito, a corrupção em torno da concessão de africanos livres, um debate que também foi tema recorrente de críticas ao governo e ao Parlamento.

Como Feijó já notara em 1831, alguns arrematantes declaravam a morte dos africanos livres e seu serviço no lugar de seus escravos. Por ordem do Aviso de 25 de junho de 1839, os curadores, ao proceder aos exames dos cadáveres, deviam confrontá-los com a descrição física e as marcas contidas nas cartas de emancipação, e remetê-las à Secretaria de Justiça com registro da data de morte e tabelas mensais quantificando os africanos livres falecidos. Apenas

²¹⁷ *O Ladrão*, n. 02. 21 jul. 1835. pp. 4-5.

em 1844 essas regras passaram a ser seguidas pelos administradores das instituições públicas.²¹⁸

Mas, como era comum à época, a denúncia que *O Ladrão* fazia não se referia ao tratamento dado aos africanos, não era essa a preocupação. Algo que apareceria em outro jornal publicado na Tipografia de Paula Brito, *O Atlante*, de propriedade de um homem de cor, membro da Sociedade Petalógica: Justiniano José da Rocha.²¹⁹ Esse homem de letras é a representação do funcionamento do jornalismo no Império, foi um dos mais importantes jornalistas do período e foi também professor e político, eleito deputado em 1855, por Minas Gerais. Como bem descreveu José Murilo de Carvalho, a “imprensa era importante e influente como instituição, mas os jornalistas como tais não constituíam um grupo de elite à parte da elite política.”²²⁰ Essa questão fica cada vez mais perceptível ao desenrolar da trajetória de Justiniano da Rocha, mas também do editor e tipógrafo Paula Brito, como ainda aparecerá nessa história.

O Atlante foi também contrário ao regente Diogo Antônio Feijó, crítico dos moderados e usou o tema do tráfico de escravizados como estratégia para criticar o governo. N’*O Atlante* a abolição do tráfico de escravizados teve um espaço bastante relevante. Esse é outro tema que funcionou como uma conexão significativa entre alguns dos membros da Sociedade Petalógica e também em relação à história da agremiação. As datas informadas nas fontes, quando o “ajuntamento de pessoas mais ou menos instruídas” passou a se reunir, no início da década de 1830. E quando a Sociedade Petalógica nasceu, no início da década de 1850, a agremiação recreativa e “mentirosa”, que tinha entre seus membros Eusébio de Queirós. Muitos nomes que estavam diretamente relacionados aos debates e ações relacionadas à abolição do tráfico de escravizados, a Lei de 7 de novembro de 1831, bem como a Lei de 4 de setembro de 1850, estavam, direta ou indiretamente, ligados à Sociedade Petalógica. Portanto, escutemos a voz que ecoa das páginas amareladas de *O Atlante*.

Um homem escravizado por um carapetão

²¹⁸ MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.p 105.

²¹⁹ Tanto o historiador Rodrigo Camargo de Godoi, quanto a historiadora Célia Maria de Azevedo, arrolam Justiniano José da Rocha como membro da Sociedade Petalógica do Rocio Grande. Ver em: GODOI, Op. Cit., p. 266. E AZEVEDO, Op. Cit., p. 158.

²²⁰ CARVALHO Op. Cit., p. 55.

O Atlante foi o resultado de um convite que fez Sebastião do Rego Barros a Justiniano José da Rocha para fundar um jornal combativo à Regência e ao Ministério. “Dr. Rocha”, como foi citado em alguns jornais da época, formou-se no Curso de Ciências Sociais e Jurídicas na Academia de São Paulo, em 1833. Na mesma escola em que outro membro da Petalógica, um conhecido nosso, Paulino José Soares de Sousa concluiu sua formação, em 1831, depois de tê-la iniciado na Universidade de Coimbra, em 1823.²²¹ Ao que indicam algumas bibliografias, a relação de Paulino e Justiniano era de amigos próximos, cuja amizade vinha se desenhando desde 1835. A maçonaria pode ser uma conexão significativa entre esses dois homens. Foi nesse ano que os dois foram nomeados delegados da Grande Loja Paulistana. O que é bastante interessante porque foi o ano em que Paulino foi candidato ao cargo de Deputado da Assembleia provincial do Rio de Janeiro, pelo partido dos moderados. Em 1836, Paulino de Sousa foi eleito deputado provincial e nomeado pelo regente Diogo Feijó. O mesmo que, um ano depois, com a cisão do partido moderado, o demitiu do cargo, acusando-o de se filiar à oposição. Mas, depois da renúncia de Feijó, Paulino foi reconduzido e permaneceu no cargo até 1840.²²²

O padre Diogo Feijó já havia “arrumado” emprego para Paulino em 1832, como juiz do foro da cidade de São Paulo. Meses depois, Honório Hermeto Carneiro Leão o transferiu para o Rio de Janeiro.²²³ Em 1833, tornou-se juiz cível da 2ª Vara da Corte, foi nesse momento que teve contato com o processo de Maurício José de Lafuente.²²⁴ Tanto Justiniano da Rocha, quanto Paula Brito mantinham algum tipo de relação com Paulino Soares, cujos laços só tiveram a estreitar, principalmente a partir de 1840. O jornalista, bem como o editor começaram sua trajetória profissional ao lado dos liberais e mais tarde se aproximaram dos conservadores, coincidentemente na mesma época que Paulino Soares e Eusébio de Queirós estavam à frente do Partido Conservador. Os dois, Justiniano José da Rocha e Francisco de Paula Brito, aparecem na lista de *Eleitores do Partido Conservador*, em 1849.²²⁵

²²¹ SOUZA, José Antônio Soares de. *A vida do Visconde do Uruguai: Paulino José Soares de Souza* (1807-1866). Brasília, DF: FUNAG, 2021.

²²² OLIVEIRA, Gabriel Abílio de Lima. *Cronistas e Atlantes: Justiniano José da Rocha, Firmino Rodrigues Silva e o Regresso Conservador (1836-1839)*. Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas da Universidade Federal de São João del-Rei (Dissertação de Mestrado). 2013. E MENDONÇA, Edilaine C. PEREIRA, Lupércio Antônio. *O Regresso Conservador no pensamento de Justiniano José da Rocha, de Tavares Bastos a Joaquim Nabuco*. V *Congresso Internacional de História*. Itajaí. 2011, pp. 2249 – 2255.

²²³ OLIVEIRA, Op. Cit.,

²²⁴ Rever o subtítulo *Os Mulatos ou os Homens de Cor*.

²²⁵ *O Brasil*, n. 1463. 3 ago. 1849, p.3.

Voltando ao *Atlante*, há uma ferrenha defesa, atribuída a Justiniano José da Rocha, da abolição do tráfico de escravizados e uma crítica à polícia que nada via, descobria e revelava à justiça.

Poderosas nações se têm coligado pra fazer cessar o hediondo tráfico de escravos; e no Código da Civilização conta-se como crime reduzir à escravidão pessoa livre, traficar de homens: leis criminais já decretaram penas severas contra esses atos... e o tráfico continua. Apesar dos castigos que não receiam, apesar do grito da consciência que não ouvem [...] excitados pela cobiça, acoroçados pela impunidade, muitos – *negociantes* – ocupam-se com o tráfico. [...] E todavia os traficantes são publicamente indigitados, no interior mesmo de nosso porto, eles desembarcam suas carregações criminosas e passeiam impunes e alardeiam suas mal adquiridas riquezas, e dão festins, e nesses festins não lhes lembra que os manjares que mastigam são carne humana, os vinhos que bebem sangue humano.²²⁶

Em outro momento do texto, o *Dr. Rocha* faz uma pergunta: “Como combater o tráfico?” ao passo que o mesmo responde: “formando-se sociedades religiosas”, – o que sabemos, muitas vezes endossou ainda mais a escravidão – “da tribuna a verdade desça o religioso anátema contra a cobiça dos traficantes e ela irá desaparecendo.”²²⁷ Outras alternativas foram também levantadas, como a ação de seguir e denunciar o especulador, mostrando ao povo como esse último era mais bárbaro que o salteador e mais infame que um assassino. Combater os preconceitos populares que pudessem desvendar os olhos dos “nossos agricultores” sobre a realidade de seus interesses também era um caminho. Ainda segundo o autor, o fato de não executarem as leis do tráfico, funcionava como “um prêmio dado ao tráfico e seu rigor serve somente para aumentar o preço dos escravos, e com ele o lucro dos negócios.”²²⁸ Rocha mencionou também os horrores das viagens dos barcos que traficavam homens africanos, em uma das *especulações* que carregava 300 homens, pelo menos 100 deles morreriam “pelo mau trato que se lhes deu, ou sufocados por falta de ar no porão em que vem atulhados [...] ou pelos açoutes”.²²⁹ Esse traficante teria sido, portanto, “100 vezes assassino” e ele se lastimava “só por ter perdido um terço de sua negociação”.

Fazei-lhe, pois, justiça: tributai-lhe o desprezo, e a indignação geral, marcai-o com o ferrete da infâmia, rejeitai-o de vossa Sociedade: nada de aliança, nada de pacto, nada de relações com semelhante homem; qual Pária, viva só, isolado em seus palácios, rodeado de seus cofres, no meio de seu ouro... mas vós o não fareis, que esse homem está rico e é dourada sua infâmia; então porque persegues o assassino que só mata a um homem, o ladrão que só furta

²²⁶ ROCHA, Justiniano José da. *O Atlante*. 7 jun. 1836, p. 1-2.

²²⁷ ROCHA, Justiniano José da. *O Atlante*. 7 jun. 1836, p. 1-2.

²²⁸ ROCHA, Justiniano José da. *O Atlante*. 7 jun. 1836, p. 1-2.

²²⁹ ROCHA, Justiniano José da. *O Atlante*. 7 de jun. de 1836, p. 1-2.

objetos de pouco valor? Eles não são tão assassinos, nem tão ladrões, quanto o é o traficante de homens.²³⁰

Uma defesa bastante forte ao fim do tráfico de escravos e uma denúncia tão quanto poderosa em relação aos especuladores e traficantes. Nesse ponto, pelo menos nesse momento, o posicionamento de Justiniano José da Rocha diferia da maneira como se posicionava Paulino Soares, que fazia parte do que Justiniano chamou de: “partido maquiavelicamente denominado moderado”, que estava em separação, mas cujas duas partes, mesmo separadas, completariam a ruína do Brasil.²³¹

É notório que, desde o período regencial, o fio de Teseu nos faz esbarrar em Paulino Soares de Sousa. Entender essas relações é também compreender um pouco mais a respeito desse ajuntamento de pessoas ligadas, de alguma maneira, ao Paula Brito e a sua tipografia. É possível encontrar uma frequência significativa de conexões com relação a Paulino Soares a partir de 1836 – mesmo que, como vimos, em 1833, ele apareça no processo de Maurício de Lafuente e, em 1835, se aproxime de Justiniano da Rocha. Numa costura de aproximações e afastamentos, a partir desse período, aproximam-se Justiniano José da Rocha e Paulino José Soares, mas se afastam Francisco Ge Acaíba Montezuma e nada mais sobre Maurício José de Lafuente foi encontrado nas folhas que saíam do prelo de Francisco de Paula Brito.²³²

É nesse período que a articulação entre os regressistas se torna ainda mais precisa. E o alinhamento com um dos jornalistas mais combativos e com um espaço tipográfico e editorial que foi anos antes a casa da imprensa negra, não se deve ao acaso. São os jogos políticos! E é tão difícil navegar nesse cenário que muitas vezes não é possível definir, como no período anterior, a quem serviam os impressos publicados na *Tipografia Imparcial de Paula Brito*, nome que representava não só uma mudança de título, mas também transformações na experiência social e cultural tanto do editor e tipógrafo, quanto do seu espaço, raiz do ajuntamento de pessoas que se reuniam e deram origem a Petalógica. A mudança não foi imediata, como dificilmente é, mas muitas coisas começavam a se transformar.

A eleição para regente uno, de 1835, como vimos, consagrou a vitória do moderado Diogo Feijó. No entanto, o novo regente assumiu com uma fragmentação interna dos moderados, tanto que, em 1837, Feijó havia rompido com um dos seus maiores aliados, Evaristo

²³⁰ ROCHA, Justiniano José da. O Atlante. 7 de jun. de 1836, p. 1-2.

²³¹ ROCHA, Justiniano José da. O Atlante, n. 1. 3 de mai. de 1836, p. 1-2.

²³² Francisco Montezuma volta a aparecer como possível redator de *O Cidadão*, impresso na tipografia de Paula Brito em 1838. O CIDADÃO MENTE-ZURRA. *O Sete d’Abril*, n. 546. 1838. p. 4.

da Veiga, que morreria logo em seguida.²³³ A oposição passava a se articular em torno de Bernardo Pereira de Vasconcelos, no então *Regresso* – que depois de caída a regência de Feijó e, em seu lugar, ascender a de Araújo Viana – ocupou o cargo de Ministro da Justiça, pasta que no governo anterior era de Francisco Montezuma. A diferença entre os posicionamentos de Montezuma e Vasconcelos era evidente, o primeiro enrijecia as regulamentações da lei de 1831:

qualquer navio suspeito de mercar em africanos devia ser detido pela polícia e inspecionado pelo juiz de paz, cujo parecer sentenciava sua liberação ou aprisionamento. Como a justiça não togada tendia a acobertar pessoas influentes, Montezuma determinou que, durante as inspeções, os juizes de paz fossem acompanhados de dois peritos da marinha, do guarda-mor da alfândega e do promotor público. A medida surtiu efeito, pois, de maio a julho de 1837, nove navios negreiros acabaram apreendidos pela polícia do Rio de Janeiro – em comparação, apenas cinco haviam sido presos em maio de 1834 e maio de 1835. Como demonstram esses exemplos, os ministérios de Feijó, nascidos de amplas coalizões, abrigaram estadistas notoriamente dispostos a perseguir traficantes.²³⁴

Já Vasconcelos centralizou ainda mais o poder nas mãos do seu ministério, estrategicamente aglutinou defensores da manutenção da escravidão e os convenceu da necessidade de apoio para a reabertura do tráfico. “Essa guinada conservadora teve impacto sobre a vida de todos, em particular dos africanos”.²³⁵ Paulino Soares, o futuro Visconde do Uruguai, era um aliado de Vasconcelos e com ele foi um dos precursores do *Regresso*, que mais tarde viria a ser conhecido como os *Saquaremas*. Entre suas principais pautas políticas estava “a defesa incondicional do contrabando e a garantia de propriedade escrava ilegal.”²³⁶ Um relatório da autoria de Paulino Soares, datado de 7 de janeiro de 1850, quando já estava na pasta do Estado dos Negócios Estrangeiros – analisando os trâmites entre Brasil e Inglaterra, a partir do Tratado de 1826 – pode nos ajudar a entender como ele via a abolição do “tráfico de africanos”.

A cessação do tráfico, três anos depois da troca das ratificações da Convenção de 23 de novembro de 1826, tinha de privar o nosso único gênero de indústria, a agrícola, dos braços que por séculos está acostumada a empregar [...] Na época da celebração daquela convenção e nas posteriores teria sido impossível empregar toda a atenção, toda a perseverança, todos os meios os mais valentes para trazer a um país essencialmente agrícola uma substituição equivalente aos braços, de que aquela convenção o privava. Não se tratou disso; é tarde, mas é menos tarde do que será daqui a alguns anos. A lavoura precisava de braços para manter e aumentar a sua produção. A conseqüente carestia de escravos prometia avultados lucros aos que se entregassem às especulações

²³³ BASILE, 2009.

²³⁴ PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da escravidão no Império do Brasil 1826-1865*. Programa de Pós-Graduação em História Social USP (Dissertação). 2009. p. 100.

²³⁵ MAMIGONIAN, 2017, p. 113.

²³⁶ PARRON, Op. Cit. p. 100.

do tráfico, para os quais logo afluíram avultados capitais. Debalde se procurou lutar com interesses tão profundamente enraizados e tão gerais. É um erro combater de frente as necessidades da única indústria que tem o país, sem procurar ao mesmo tempo satisfazê-las, por um modo diverso, mais útil, mais moral e mais humano, isto é, por meio do trabalho livre.²³⁷

Paulino Soares, e nisso Justiniano concordava com o mesmo, acreditava que era preciso uma lei brasileira, observada e criada pelas autoridades brasileiras, e não pela inglesa, para abolir o tráfico de escravos. Conforme o Tratado de 1826 – resultado das negociações relativas ao reconhecimento da independência do Brasil – “todo comércio de escravos para o Brasil seria ilegal e haveria comissões mistas novamente no Rio e em Freetown para julgar os navios apreendidos, tribunais esses que mantinham a função de emancipar os africanos encontrados a bordo das embarcações.”²³⁸ De fato, os legisladores brasileiros se afastaram, em vários pontos, do Tratado feito com a Inglaterra.²³⁹ Das muitas apreensões que ocorreram nos primeiros anos da década de 1830, para aquelas que eram feitas em alto-mar acionava-se o Tratado de 1826. Já em terra e nos portos, a Lei de 1831 era a base para as autoridades policiais.²⁴⁰

Faz-se necessário lembrar que a defesa à abolição do tráfico de escravizados feita por Justiniano José da Rocha, em *O Atlante*, passava também pelo receio da “colonização negra” e o aumento “dentro do país” de “gente liberta”.²⁴¹ E que, principalmente, o posicionamento de Justiniano Rocha e também de Paulino Soares estavam relacionadas aos debates em torno da soberania da jovem nação que, junto à defesa de repressão do tráfico de escravizados funcionavam como argumentos contrários ao governo do regente Diogo Feijó, com a justificativa de que a Lei de 1831 havia se tornado uma “lei para inglês ver”.

Em 1837, o *Regresso* já bem articulado com a organização de proprietários de escravos e seus representantes no Parlamento, se movimentaram para que a Lei de 1831 fosse revogada, porque era inadmissível, para os mesmos, que proprietários pudessem ser incriminados. O Projeto de Lei apresentado no Senado, nesse ano, pelo marquês de Barbacena, buscava, portanto, reformular a legislação de repressão ao tráfico de escravizados. “O projeto, que não previa emancipar todos os africanos que chegassem ao Brasil nem criminalizar os compradores dos africanos novos, continha um artigo para revogar a Lei de 1831 e assim, supostamente, anistiar os crimes cometidos desde então.”²⁴² Tal Projeto foi aprovado no Senado, mas não

²³⁷ SOUZA, José Antônio Soares de. Op. Cit., p. 194-195.

²³⁸ MAMIGONIAN, Beatriz Galotti. Grinberg, Keila. Lei de 1831. In.: SCHWARCZ, Lilia. GOMES, Flávio. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 285-291.

²³⁹ Ibid.

²⁴⁰ MAMIGONIAN, 2018. pp. 285-291.

²⁴¹ *O Atlante*, n. 16, 01 de jul. de 1836.

²⁴² MAMIGONIAN, 2018. p. 288.

passou na Câmara. No entanto, o debate serviu para unir as forças daqueles que eram contrários à repressão do tráfico, força essa que se tornou maioria e tomou o poder em setembro de 1837. Entra em cena uma guinada conservadora encenada pelo gabinete do marquês de Olinda, cujas ações tiveram impactos duradouros na política imperial e nos rumos que tomaram o destino da escravidão no país. “Nos anos seguintes o governo faria vistas grossas às importações, que voltaram à casa das dezenas de milhares de africanos por anos.”²⁴³

Talvez não seja coincidência que, em 1837, estivesse sendo impressa na Tipografia Imparcial de F. de Paula Brito, a obra *Memória sobre a abolição do Comércio da Escravatura*,²⁴⁴ escrita em 1817, do autor Domingos Alves Branco Muniz Barreto, que defendia a permanência do tráfico de escravizados no Brasil, com a justificativa de que o fim do comércio tornaria inviável o desenvolvimento econômico do país, trazendo prejuízos aos comerciantes e produtores de fazendas. Nesse mesmo ano, *O Atlante* já não era mais publicado na *Tipografia Imparcial* onde Justiniano José da Rocha se mostrou...

o jornalista de combate que seria em toda a sua carreira. Insurgia-se contra a frouxa repressão ao tráfico, contra o direito de propriedade que o Estado se arrogava ao apreender os africanos vindos em contrabando, para distribuí-los de forma ilegal e imoral por estabelecimentos públicos e por pessoas ligadas ao poder e às quais queria o Governo subornar ou obsequiar.²⁴⁵

No entanto, a entrada desse novo gabinete provocou efeito também sobre o “jornalista [que] censuraria os que estranhavam tal procedimento e ele próprio se beneficiaria com o presente de um negro que lhe oferecera Bernardo Pereira de Vasconcelos”.²⁴⁶ Depois de cessar a circulação de *O Atlante*, Justiniano José da Rocha contribuiu para *O Cronista*. Logo em seguida, Paulino Soares de Sousa voltou a aparecer. Juntamente com Eusébio de Queirós, convidam Justiniano para publicar um novo jornal – *O Brasil*, cujas páginas trarão o nome de Paula Brito também.

As correspondências podem ser analisadas como *locus* de sociabilidade. Conforme argumentou as historiadoras Maria de Fátima Piazza e Ângela de Castro Gomes, as cartas também podem ser consideradas espaços de sociabilidades privilegiados para o estreitamento e/ou rompimento de conexões entre grupos e indivíduos. As trocas das cartas subtendem confiança mútua, pois se compartilha com o “outro” uma série de informações, sentimentos que

²⁴³ MAMIGONIAN, 2018. p. 288.

²⁴⁴ GONDIM, Op. Cit.

²⁴⁵ CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Nacional, 1964.p. 23.

²⁴⁶ Ibid.p 2

são íntimos.²⁴⁷ Em 1840, Justiniano da Rocha e Paulino Soares trocaram cartas e ao lê-las é possível perceber que suas afinidades eletivas já incluíam projetos políticos. Justiniano confiava a Paulino que sua relação com o “Ministério de 19 de setembro” não foi linear. O sentimento de decepção era perceptível: “pois para servir-me de uma expressão que as decepções que sofremos com o Ministério de 19 de setembro puseram em moda entre nós, não queremos ser laranjas, de que se aproveita o caldo, e deita-se fora a casca.”²⁴⁸ Depois de todo apoio dado ao Ministério através das páginas de *O Cronista*, Justiniano se sentia desvalorizado. O motivo dessa decepção ficou mais explícito em outra carta enviada a Paulinho, cujo teor Elmano Cardim teve acesso:

a moeda que lhe fora negada na compensação do seu apoio e que era então corrente na paga de serviços prestados ao Governo eram os negros, de abusiva propriedade do Estado, que, em vez de libertá-los, deles se apoderava na repressão ao tráfico africano. Queixa-se Justiniano da mesquinha paga obtida em promessa que não fora cumprida: pedira dois africanos, na distribuição feita pelo Ministério de 19 de setembro de 1837, e não os recebera. No entanto, o relator de um periódico da oposição pedira quatro negros e os ganhara. Mas não deixou esse jornalista, depois de servido, de aproveitar-se do fato para um ataque ao Governo, que ele acusara de vender os africanos a cem mil réis.²⁴⁹

Cardim demonstrou que, por vezes, a moeda que pagou o apoio jornalístico de Justiniano ao governo foi a concessão de homens e mulheres escravizados. Desde 1834, os africanos livres que chegavam de contrabando ainda eram obrigados a trabalhar por até quatorze anos para conquistar o pleno direito de sua liberdade. As alterações feitas através do Decreto de novembro de 1835, se referiam à concessão dessas pessoas à particulares e a obrigatoriedade do pagamento – por parte dos concessionários – de um salário (que funcionava mais como um aluguel) pelos serviços dos africanos livres apreendidos. Lembrando que essa quantia era paga para um fundo público e não para os africanos, uma quantia que, segundo o documento, seria usada para a reexportação dos mesmos à África, em até catorze anos.

A distribuição dos africanos livres para o serviço a partir de 1835 foi conduzida pelo juiz de órfãos, com a aprovação do Ministério da Justiça. O procedimento estava descrito nas novas Instruções públicas daquele ano: o juiz anunciaria a distribuição nos jornais, e potenciais concessionários fariam uma petição escrita informando seu estado civil, local de residência e ocupação. Indicariam no pedido o ‘fim a que destinam os africanos, e o lugar em que estes para isso vão ficar’, e quanto ofereciam anualmente por seus serviços. O juiz prosseguiria com a seleção e prepararia uma lista de concessionários, indicando o número de africanos livres a serem distribuídos

²⁴⁷ PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. Políticas de Amizade: Portinari e o mundo cultural ibero-americano. *Topoi*, v.7, n. 12, jan-jun. 2006, pp. 223. E GOMES, Ângela de Castro. “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo”. In: (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

²⁴⁸ CARDIM, Op. Cit. p. 25.

²⁴⁹ CARDIM, Op. Cit. 25.

a cada um. A lista seria provada pelo governo na Corte e pelos presidentes das províncias. Na prática, o método das distribuições era muito menos público: as concessões eram feitas mediante pedidos pessoais ao juiz de órfão a qualquer tempo e mediante indicações ao juiz feitas pelo ministro da Justiça.

²⁵⁰

Como é de nosso conhecimento, depois da tomada de poder do gabinete de Pedro de Araújo Lima, em setembro de 1837, Bernardo Pereira Vasconcelos ocupou o cargo de Ministro da Justiça. Beatriz Mamigonian analisou uma amostra de 955 africanos emancipados entre o período de 1834 a 1838, resgatados do tráfico de escravizados. Dessa amostra, 82% deles foi distribuída à particulares. Muito possivelmente esse foi o caso de Justiniano José de Rocha. O que torna essa história ainda mais intrigante, eram os critérios usados por Pereira Vasconcelos para escolher os concessionários, que eram milhares e faziam parte de todas as camadas sociais, “tem havido ocasião que, tendo-se de distribuir duzentos africanos, os pretendentes subiam a 5 e 6 mil!”. Desses pretendentes, estavam os pobres que se consideravam “com o direito a arrematar os serviços dos africanos” por serem pobres e os ricos que reclamavam a arrematação para pôr em movimento seus capitais. Diante do impasse, concluía Vasconcelos, “Parece-me que se devem preferir aqueles que melhor podem alimentar, vestir, educar e pagar os serviços dos africanos”.²⁵¹ Ou seja, Vasconcelos tentava convencer seus opositores e críticos que a opção pelos concessionários mais abastados era justificada pois eles teriam mais condições de sustentar os africanos livres, numa “hábil inversão” retórica, pois o mesmo sabia que “na verdade, eram os africanos” quem sustentavam essas pessoas.²⁵²

O assunto tráfico de escravizados voltou a aparecer em outros momentos da trajetória da Sociedade Petalógica – e poderia ser diferente? – também quando já podemos pensar a agremiação numa perspectiva de grupo e não mais tão individual como se faz necessário nesse momento de formação da mesma. Por ora, para não perder o fio de Teseu, voltemos a *Tipografia Imparcial de Brito* e analisemos o que estava sendo publicado nesse espaço.

O *Repúblico* foi o último novo impresso saído da Tipografia, em 1837, e ele nos leva ao nome de Antônio Borges da Fonseca.²⁵³ Segundo o Dicionário de Augusto Sacramento Blake, Fonseca foi um jornalista nascido na Paraíba em 1808. Formado em Direito pela Universidade da Alemanha, exerceu, mesmo que por pouco tempo, o cargo de secretário do governo na província em que nasceu. Como “Republicano exaltado”, era um “homem inabalável em seus

²⁵⁰ MAMIGONIAN, 2017. p. 98.

²⁵¹ VASCONCELOS, Bernardo Pereira. Assembleia do Senado, 28 de maio de 1839. Apud., MAMIGONIAN, 2017. p. 107.

²⁵² MAMIGONIAN, 2017. p. 107.

²⁵³ VIANNA, Hélio. Op. Cit., p. 121.

princípios políticos”. Participou dos movimentos que explodiram o 7 de abril de 1831 e a Revolução Praieira em 1848. Sobre sua participação neste último movimento, há uma descrição no Dicionário bastante curiosa: foi um dos mais proeminentes vultos da Revolução, chegando “a audácia à loucura de subir ao alto de um chafariz e daí proclamar a força do governo no meio da fuzilaria, a que passasse para seu lado, tendo a felicidade inaudita de não ser ferido de uma bala.”²⁵⁴ Era um jornalista político, tendo também decretada a prisão por conta da publicação de outro jornal, *A Gazeta Paraibana*.

No entanto, *O Repúblico*, na fase em que foi publicado na *Tipografia Imparcial de Brito* era defensor “do Sr. Feijó”, solidário a Evaristo da Veiga e sua *Aurora* e foi combatido ferozmente por Justiniano José da Rocha, em um jornal que não saía do prelo de Paula Brito – *O Cronista*. Foram publicados apenas cinco números do *Repúblico* na Tipografia de Paula Brito. De todo modo é interessante que tenha sido impresso no período em que a Tipografia fazia questão de trazer no nome a imparcialidade.

Tabela 2 - impressos e redatores que circularam na Tipografia Fluminense de Brito e Companhia e Imparcial de Brito (1834-1837).

Título	Números impressos na Tipografia	Pessoas envolvidas
<i>O Novo Carioca</i>	(1) – 1º [02 de jan. de 1834.].	-----
<i>Tupinambá Peregrino</i> ²⁵⁵	(1) – 1º [05 de fev. de 1834]	-----
<i>A Novidade</i>	(3) – 1º [1835] ao 5º [1835].	[possivelmente] Francisco de Paula Brito.
<i>O Eleitor</i>	(2) – 2º [28 de mar. de 1835] ao 3º [6 de abr. de 1835].	

²⁵⁴ BLAKE, Op. Cit., Vol. I. p 118.

²⁵⁵ “Como *O Novo Carioca*, também *O Tupinambá Peregrino* insiste pela entrega do Governo a um Partido Nacional, que identifica com o Exaltado. Redigidos no mesmo estilo, impressos na mesma Tipografia de Francisco de Paula Brito, notório partidário do mesmo agrupamento político, com pequena diferença de data, esses dois jornais terão sido, provavelmente, escritos pela mesma pena.” VIANA, Op. Cit. p. 295.

<i>O Café da Tarde</i>	(5) – 1º [1835] ao 5º [15 de mai. de 1835].	[possivelmente] Francisco de Paula Brito. “Mouro” “Paulo Marreco”
<i>O Café Reformado</i> ²⁵⁶	(1) – 1º [15 de jul. de 1835]	[possivelmente] Francisco de Paula Brito.
<i>O Capadócio</i>	(2) – 1º [18 de ago. de 1835] ao 2º [4 de set. de 1835].	
<i>O Estafeta Monárquico</i> ²⁵⁷	(?) – [1835]	[possivelmente] Francisco de Paula Brito.
<i>O Justiceiro Constitucional</i>	(1) – 1º [20 de jun. de 1835]	
<i>O Ladrão</i>	(2) – 1º [04 de jul. de 1835] ao 2º [21 de jul. de 1835]	
<i>A Novidade Extraordinária</i>	(3) – 1º [12 de out. 1835] ao 3º [26 de nov. de 1835]	
<i>O Novo Caramuru</i>	(5) – 1º [19 de ago. de 1835] ao 5º [24 de set. 1835]	
<i>Revista Médica Fluminense</i>	(12) – 1º [01 de abr. de 1835] ao 12º [12 de mar. de 1836].	

²⁵⁶ Substituíu *O Café da Tarde* “por desejar esse ter fregueses a toda hora e não apenas à tarde”. Ver em: VIANA, Op. Cit., p. 298.

²⁵⁷ “Respondendo a ataques ultimamente recebidos da *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, que atingiam a própria tipografia em que também eram impressos [...] *O Estafeta Monárquico* [...] isto é, a *Fluminense*, de Brito & Cia”. É muito possível que *O Estafeta Monárquico* seja o *Estafeta Anárquico* citado pelo redator do *Sete d’Abril* como uma folha que “saía da pena de Paula Brito”. Chamá-lo de *Anárquico*, ao invés de *Monárquico*, não era incomum, e funcionava como uma crítica. Ver em: VIANA, Op. Cit. p. 308.

<i>Mulher do Simplicio ou a Fluminense Exaltada</i>	(38) 45° [12 de dez. de 1835] ao 83° [30 de abr. de 1846].	
<i>O Guarda Nacional</i>	(3) 1° [6 de fev. de 1836] ao 3° [26 de fev. de 1836].	
<i>O Atlante</i>	(28) – 1° [03 de mai. de 1836] ao 28° [30 de ago. de 1836].	Justiniano José da Rocha.
<i>Seleta Católica</i>	(12) – 1° [1836] ao 12° [1837]	
<i>O Republico</i>	(5) – 1° [19 de jan. 1837] ao 5° [28 de jan. 1837].	Antônio Borges da Fonseca

É muito possível, como tentei demonstrar até aqui, que acontecimentos políticos como a abdicação de Pedro I e, a partir de então, afinidades partidárias, a imprensa e a experiência social de ser *homens de cor* ligou e pode ter formado o primeiro ajuntamento de pessoas que veio a ser a *Sociedade de Petalogia*. Muitas foram as redes de sociabilidade que conectaram os homens que frequentaram a Tipografia de Francisco de Paula Brito nesses primeiros anos: a maçonaria, os partidos políticos e a imprensa são algumas delas. Mas também as redes de proteção, uma série de articulações diretas e indiretas entre pensadores negros. A partir de 1837, essas articulações passam a ser estabelecidas com mais frequência com outros indivíduos e pensadores. Conforme indicou Ana Flávia Magalhães, os esforços que os *homens de cor livres* realizaram para superar as barreiras que lhes eram colocadas para o exercício da cidadania, fizeram com que os mesmos se valessem de canais de poder e prestígio. Eles precisavam dialogar com um público muito diversificado que incluía tanto senhores de escravos, quanto futuros abolicionistas radicais.²⁵⁸ A partir de 1837, essas conexões e diálogos ficam mais frequentes. É para esse lugar que o fio de Ariadne, que nos guia no “labirinto da realidade”, nos

²⁵⁸ PINTO, 2018.

leva. São essas conexões que me ajudam a compreender que algo estava modificando com relação aos possíveis frequentadores da Tipografia de Paula Brito e, dessa maneira, aos possíveis membros da Sociedade Petalógica do Rocio Grande.

PARTE II – “No princípio seu fim era todo político”

Impressos de Segredo

Em meados de 1835, a *Tipografia Imparcial de Brito* não só mudava de nome, mas também estava com novo endereço. É o que nos informa Paula Brito – “Oficial Impressor” e “Compositor” –, no *Diário do Rio de Janeiro* – nas Notícias Particulares – que não tinha mais sócio, porque o mesmo havia “vendido, há tempos, a parte que lhe pertencia” e que a partir daquele momento “o seu estabelecimento”, que antes ficava no número 51 da Praça da Constituição, mudava-se para “a mesma Praça n. 44” e que teria uma porta para os fundos da rua São Francisco de Paula – possivelmente a rua da Lampadosa – onde estaria o seu “Escritório Particular”. Lá poderiam o “procurar todas as pessoas que se quiserem utilizar do seu préstimo, como Impressor; e aqueles Srs. que em particular necessitarem falar-lhe sobre impressos de segredo”.²⁵⁹

Mas o que seriam esses impressos de segredo? Caso nos orientemos pelo significado da palavra em dicionário da época, encontraremos a seguinte definição para segredo: “Coisa oculta. Silêncio no que se sabe e não se diz. Invento secreto, que não se dá a saber.”²⁶⁰ Outra palavra que podemos relacionar a segredo, principalmente quando folheamos os impressos do século XIX, é *anônimo* que, no mesmo dicionário, nos leva ao “adj. sem nome”²⁶¹. Portanto, esses impressos de segredo seriam aqueles cujos redatores, autores e proprietários não eram identificados, o que também poderia se aproximar do entendimento de impressos anônimos. Não seriam totalmente anônimos, porque, muito provavelmente, o teor ficaria sob responsabilidade do impressor, litógrafo ou editor, quando esse autor não pudesse ser identificado e, por último, o vendedor.²⁶²

²⁵⁹ NOTÍCIAS PARTICULARES... *Diário do Rio de Janeiro*, n. 16, 19 out. 1835. p. 3.

²⁶⁰ PINTO, Luiz Maria da Silva (1832). *Dicionário de língua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>. Acesso em: 27 de jul. de 2023. p.122.

²⁶¹ PINTO, Luiz Maria da Silva (1832). p.11.

²⁶² Rodrigo de Godoi informou que “Em setembro de 1830, uma nova legislação entrou em vigor [...] o ‘Título II’ da nova lei tratava ‘Das Responsabilidades’, estabelecendo, conforme o princípio da culpabilidade sucessiva em vigor desde 1821, que responderiam por qualquer ‘impresso ou gravura’ o impressor, o editor, o autor e, por fim, o vendedor. A lógica que regia o dolo do impresso era explicitada no artigo 13º, que determinava que eram ‘responsáveis pelos abusos escritos não impressos o autor, se se provar que circularam com o seu consentimento’. Portanto, autores só responderiam por manuscritos, que, se impressos, passariam à alçada dos impressores.” Godoi, Op. Cit., p. 111.

Em dezembro de 1830 foi promulgado o *Código Criminal do Império* e o Capítulo I – *Dos Crimes e Criminosos* – informava aos leitores e leitoras sobre o *abuso de liberdade de comunicar os pensamentos*. No artigo sétimo era possível encontrar informações sobre quem seriam os *criminosos* ou responsáveis pelos impressos publicados.²⁶³ Os “impressos em segredo” podiam estar nesse escopo, pois pouco ou nada se sabia sobre seus proprietários e redatores que faziam uso do anonimato ou de pseudônimos. Então, se constassem abusos como injúrias, calúnias, falseamentos nas páginas desses jornais, quem era o responsável e responderia por tais delitos, já que o nome do autor dos textos ou proprietário não constava nas páginas dos jornais? No artigo citado, é possível encontrar informações a respeito do sistema de responsabilidade sucessiva sobre o que se publicava nos jornais da época. Caso “O impressor gravador ou litógrafo” não apresentasse “por escrito obrigação de responsabilidade do editor”, seria o responsável pelo teor dos jornais impressos por ele. Seria, portanto, *criminoso* pelas “injúrias e calúnias” que estivessem nas linhas que formavam aqueles jornais. De outro modo, caso apresentasse essa documentação, a culpa recairia sobre o editor, que somente se isentaria da responsabilidade se também apresentasse “obrigação pela qual o autor” se responsabilizasse.

Francisco de Paula Brito havia passado por situação em que teve de apresentar tal documentação. “Desde que tenho tipografia, só um periódico deixei de imprimir, depois de ter dado à luz alguns números; foi o *Cidadão*, isso mesmo por alguns artigos menos honestos que nele saíram; pois os *Esbarras* e *Fado dos Chimangos* nunca desonraram minha oficina.”²⁶⁴ Não foi possível encontrar exemplar do *Cidadão* para se ter uma ideia do que seriam esses *artigos menos honestos*. Mas, além desse acontecimento, lembrou-se o editor do “tempo do Sr. Feijó” quando, por pouco, não foi preso:

tive periódicos acusados *no mesmo dia da sua publicação*; fui muito atropelado, e por último estive pronunciado mais de dois anos! Por causa da *Bússola da Liberdade*, fui até citado para apresentar a responsabilidade dentro de duas horas, com pena de prisão!²⁶⁵

Nenhum exemplar do *Fado dos Chimangos*, nem d’*A Bússola da Liberdade no Rio de Janeiro* estão arquivados na Biblioteca Nacional. Motivo pelo qual não os incluí nas tabelas de impressos da tipografia de Paula Brito. Mal sabia o editor que dois anos depois dessa publicação, em 1844, Paula Brito passaria por situação parecida, novamente. Na *Gazeta dos*

²⁶³ Ibid. p. 107.

²⁶⁴ BRITO, Francisco de Paula. Correspondência. *Jornal do Commercio*. N. 95. 09 de abr. de 1842. p. 2.

²⁶⁵ BRITO, Francisco de Paula. Correspondência. *Jornal do Commercio*. N. 95. 09 de abr. de 1842. p. 2.

Tribunais, folha que saía da Tipografia do editor, na rubrica *Justiça Criminal*, foi publicado o texto de uma denúncia de autoria do *Dr. João Luiz Vieira Cansanção de Sinimbu* cujo réu era “o responsável do periódico *Brasil* n. 542”. A denúncia informava que havia sido publicado, no *Brasil*, dois ofícios reservados e dirigidos pelo presidente da província de Alagoas ao ministro da justiça – na época já bastante próximo dos membros da Petalógica – Honório Hermeto Carneiro Leão. O conteúdo dos ofícios informava que a família de Sinimbu tinha uma história sanguinária, com crimes e vícios envolvidos, “sem fatos especificados”.

do que tudo resulta que naquele impresso se cometeram contra o queixoso como membro daquela família os crimes de calúnia e injúria, qualificados nos artigos 230 e 236, SS3 e 4; por isso que sendo os ditos ofícios do Exm. Presidente da província reservados, não podia o editor do *Brasil* dar publicação a eles por conter injuria e calúnia contra terceiro. Nestes termos sendo, como é certo, que aquele n. do periódico contem criminalidade, e correu por mais de quinze pessoas, dava formalmente a sua queixa, e requeria que fosse citado o editor do *Brasil* Francisco de Paula Brito, para, no termo de 24 horas, exhibir em juízo responsabilidade legal do autógrafo.²⁶⁶

O que vale pontuar nesse caso em específico é que estavam envolvidos dois membros da Petalógica e Honório Carneiro Leão que, em 1844, era uma pessoa bastante próxima desses membros, como ficará mais perceptível com o passar dessa história. Além de Francisco de Paula Brito, que respondia pela denúncia, estava Justiniano José da Rocha que foi apresentado como o responsável, pelo Paula Brito. Justiniano foi advogado de Paula Brito em alguns processos.²⁶⁷ O juiz da primeira vara, José Joaquim de Siqueira, julgou procedente a queixa quanto ao crime de injúria e o réu teve de pagar a multa necessária. Outra questão interessante é que José Lins Viera, o Visconde de Sinimbu, autor da denúncia, foi um político muito atuante ao lado dos liberais, era um oponente político de Carneiro Leão em 1844.

Mas retornando a década de 1830, o fato é que a liberdade de imprensa sempre foi uma questão importante para Diogo Feijó, nos dois momentos em que ocupou cargos no governo, como Ministro da Justiça (1831-1831) e como regente uno (1835-1837). “Em ambos os períodos da trajetória política de Feijó há registros de perseguição a editores e impressores por crimes de imprensa.”²⁶⁸ Mas ele não foi o único, desde 1821 a complexidade da imprensa livre

²⁶⁶ *Gazeta dos Tribunais*. n. 146, 01 de jul. de 1844. p. 3.

²⁶⁷ Em 1846 Justiniano assinou um texto que defendia Paula Brito de um processo referente a impressão na *Gazeta dos Tribunais* da lei de eleições, que era monopólio da Tipografia Nacional. No início do texto há a seguinte informação: “como advogado do nosso amigo, o impressor da *Gazeta* [...] Francisco de Paula Brito”. Ver em: *Gazeta dos Tribunais*. n. 146, 23 de out. de 1846. p. 2.

²⁶⁸ GODOI, Op. Cit., p. 103.

foi uma questão para os debates públicos, figurando em projetos de leis, artigos no código criminal, legislação em geral e discussões parlamentares.²⁶⁹

No *Relatório do Excelentíssimo Ministro da Justiça*, apresentado à Assembleia, por Diogo Feijó, em 1832, o padre defendia a ideia de que a licença para escrever estava relacionada a causa de fecunda imoralidade. Cujo prestígio da imprensa se oferecia à incerta razão de uma população ainda ignorante e de uma “mocidade fogosa, cujos anos vão despontando no horizonte de uma liberdade ainda mal firmada e pouco esclarecida.”²⁷⁰ Conforme analisou Rodrigo de Godoi, essa “incerta razão” explicaria, para Diogo Feijó, porque “qualquer homem de letras, e sem costumes, espalha impunemente princípios falsos: ataca a vida particular e pública do cidadão honesto: inflama as paixões, e revolve a sociedade”.²⁷¹

Nesse mesmo *Relatório*, o então Ministro escreveu sobre as “cautelas” que deveriam ser tomadas para que os escritores não pudessem “iludir a boa-fé dos leitores, ocultando seu nome” e, citando a lei de 26 de outubro de 1831, sugeria que as injúrias e calúnias impressas fossem tratadas como crimes policiais e que, quando em flagrante, não fossem passíveis de fiança. É importante sublinhar que o anonimato era uma prática permitida desde 1822, através da Portaria de 19 de janeiro que instituía o direito ao anonimato, sendo derrubada apenas na Constituição Republicana de 1891. Era considerada uma arma política. No entanto, um Projeto de lei apresentado à Assembleia Nacional Constituinte, em outubro de 1823, em seu Artigo terceiro, deixava documentado que, embora o anonimato dos autores fosse permitido, o dos impressores não o era, pois todo “escrito impresso no Império do Brasil” teria de estampar em suas folhas o lugar e ano de impressão e nome do impressor. Quem os imprimisse, publicasse ou comercializasse sem essas informações seria condenado à multa. Quem os comprasse também pagaria o dobro da quantia paga para adquiri-los. O Artigo 4º informava que quem falsificasse esses requisitos, seria “condenado em 50\$000 réis, e quando pela falsificação atribuir o impresso a pessoa existente” no império, a pena seria dobrada. Esse projeto se tornaria lei em 22 de novembro de 1823.²⁷²

A promulgação da Constituição de 1824 não alterou o teor da lei de 1823, mas, como vimos, a publicação do *Código Criminal do Império do Brasil*, em dezembro de 1830, trouxe

²⁶⁹ Ver em Leis e Crimes de Imprensa no Tempo do Padre Feijó, capítulo 6 do livro de Rodrigo de Godoi. Ibid. pp. 97 a 112.

²⁷⁰ FEIJÓ, Diogo Antônio. *Relatório do Excelentíssimo Ministro da Justiça*, 1832. Apud. GODOI, Op. Cit., p. 104.

²⁷¹ Ibid. p. 104.

²⁷² *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*, 6 out. 1823, p. 32.

novas disposições sobre os crimes de imprensa: o registro camarário – obrigatório aos editores, impressores e litógrafos –, bem como a obrigatoriedade de remeter à promotoria um exemplar de cada impresso saído do estabelecimento. Vejamos o que indicava o Capítulo VIII desse Código, intitulado *Uso indevido da Imprensa*:

Art. 303. Estabelecer oficina de impressão, litografia, ou gravura, sem declarar perante a Câmara da cidade, ou vila, o seu nome, lugar, rua, e casa, em que pretende estabelecer, para ser escrito em livro próprio, que para esse efeito terão as Câmaras; e deixar de participar a mudança de casa, sempre que ela aconteça.

Pena - de multa de doze a sessenta mil réis.

Art. 304. Imprimir, litografar, ou gravar qualquer escrito, ou estampa, sem nele se declarar o nome do impressor, ou gravador, a terra em que está a oficina, em que for impresso, litografado, ou gravado, e o ano da impressão, litografia ou gravura; faltando-se a todas, ou a cada uma destas declarações.

Penas - de perda dos exemplares, em que houverem as faltas e de multa de vinte e cinco a cem mil réis.

Art. 305. Imprimir, litografar, ou gravar com falsidade todas, ou qualquer das declarações do artigo antecedente.

Penas - de perda dos exemplares e de multa de cinquenta a duzentos mil réis.

Art. 306. Se a falsidade consistir em atribuir o escrito, ou estampa a impressor, ou gravador, autor, ou editor, que esteja atualmente vivo.

Penas - dobradas.

Art. 307. Deixar de remeter ao Promotor um exemplar do escrito, ou obra impressa, no dia da sua publicação, e distribuição.

Pena - de multa de dez a trinta mil réis.²⁷³

Portanto, embora o anonimato fosse oficialmente permitido, havia uma tentativa de controle sobre a imprensa da época. Pelo menos, um caminho a ser trilhado juridicamente que permitia encontrar e responsabilizar a autoria de determinados textos não assinados. De outro modo, quando percebemos que a prática da *falsidade* era uma questão na época das regências, faz-se importante refletir sobre isso porque uma agremiação que estuda mentiras tem esse propósito por algum motivo. Foi importante retornar ao momento em que esses membros começaram a se reunir e entender de que maneira as notícias falsas, os falseamentos impactaram em suas vidas. A Sociedade Petalógica do Rocio Grande, antes de ter esse título, conforme, reitero, escreveram seus membros nas Atas, tinha fins “todo político”. Embora saibamos que

²⁷³ Decreto de 18 de março de 1837. In: *Coleção das leis do Império do Brasil*, v. 1, p. 11. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. de 2023.

esses fins nunca deixaram de fazer parte dos objetivos da agremiação, mesmo quando ela se tornara “recreativa”, quando “apenas política” as notícias falsas e as calúnias, injúrias faziam parte do *status quo* dos homens que frequentavam a tipografia e toda a estrutura social da época. Essa prática era parte fundamental dos jogos políticos que esses homens vivenciavam. Caso pensemos na imprensa, cujos vestígios desse artifício ficam mais evidentes, conseguimos entender um pouco mais sobre, porque durante todo o Império foram poucos os impressos independentes do governo e/ou de organizações partidárias. Como também constatou José Murilo de Carvalho:

A grande maioria era vinculada a partidos ou a políticos. O governo tinha sempre seus jornais, o mesmo acontecendo com a oposição. Os jornalistas lutavam nas linhas de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos. Muitos políticos, por seu lado, escreviam em jornais nos quais o anonimato lhes possibilitava dizer o que não ousariam da tribuna da Câmara ou do Senado. A imprensa era, na verdade, um fórum alternativo para a tribuna, importante principalmente para o partido na oposição muitas vezes sem representação alguma na Câmara.²⁷⁴

Essa era uma prática, como vimos, que acompanhou o início da trajetória de Paula Brito enquanto proprietário de uma tipografia que, mesmo abrindo seu prelo para impressos de outras linhas políticas, a maioria das folhas eram alinhadas aos exaltados – que não tinham representação na Câmara e Senado – e também aos caramurus, que eram oposição aos moderados. São muitos os exemplos de jornalistas que também eram políticos, ou políticos que se aventuravam no jornalismo, mas um anúncio de março de 1837, publicado em *O Cronista*, no qual um dos redatores foi Justiniano José da Rocha, ilustra bem essa questão: “Declaramos aos nossos leitores que um novo colaborador se uniu à redação de *O Cronista*. Por ora seu nome ficará em segredo, porque sua posição política e social não lhe permite declarar ao público.”²⁷⁵

Com relação a Paula Brito, Claudia Caldeira – citando a passagem n’*O Carioca*, em que o editor se responsabilizava por “autores, redatores e responsáveis” que tinham jornais em sua oficina e que não queriam que seus nomes fossem publicados²⁷⁶ – argumentou que o uso desse artifício dos “impressos de segredo” contribuiu para a formação de uma boa clientela na tipografia de Paula Brito. Além disso, o segredo também está relacionado à trajetória da Sociedade Petalógica, que era uma agremiação informal, sem estatutos, que não revelava com

²⁷⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem e o Teatro das Sombras*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2020. p. 54.

²⁷⁵ REDAÇÃO DO CRONISTA...*O Cronista*, n. 48. 22 mar. 1837. p. 1.

²⁷⁶ *O Carioca*, n. 12, 21 jan. 1834.

facilidade quais eram seus membros, sendo alguns deles vinculados às lojas maçônicas que tinham grande influência nos jogos políticos e de poder da época e que tinham por característica o anonimato.²⁷⁷

De todo modo, muitas foram as menções aos redatores anônimos nos jornais e folhas impressas no Rio de Janeiro oitocentista, bem como os efeitos que essa prática poderia causar. Como o fez, em fevereiro de 1836, o redator do *Fluminense* que estava bem “certo de que se largassem o manto do anônimo, com que tais homens concitam o povo incauto [...] as suas vergonhosas bem conhecidas qualidades lhes atrairiam justíssimas apupadas da maior parte dos brasileiros”²⁷⁸. Para esse mesmo redator, que não se identificou, as calúnias contra “este ou aquele empregado público” que se queria “desacreditar”, custavam pouco a avançar. O objetivo, aparentemente, era fazer com que o empregado público deixasse...

seu emprego à voracidade de ambiciosos pretendentes, que assim prosseguem em sua detestável marcha, até vir o ensejo de empolgar o que desejam, porque além da dificuldade de refutar com longos documentos essas caluniosas asserções, os que avançam não se envergonham dos desmentidos; e tendo conseguido por este meio algum sucesso a respeito de empregos subalternos, aventuram-se aos maiores, e até mesmo ao de Regente, pondo em uso todos os meios que os facciosos empregam quando a ambição os faz cegos e loucos.²⁷⁹

A crítica do redator de *O Fluminense*, de 1836, era parecida com a que faziam os membros da Petalógica em 1853, quando acusavam os mentirosos, com fama de Epaminondas Tebano, de fazer e desfazer ministérios, arranjar e desarranjar negócios, proteger e desproteger o gênero humano. O problema que eles diziam enfrentar é que essas pessoas estavam acreditadas e eram cridas pelo meio social. Por isso, os iniciados na agremiação chegaram à conclusão de que “era preciso obrigá-los a dizer mentiras, ao modo da Sociedade, em lugar das verdades que apreçoavam a seu modo”, fazendo com que os mentirosos não “tivessem outro remédio senão se corrigir eles mesmos; porque cada coisa que diziam por mais documentada que fosse, era objeto de hilaridade geral”.²⁸⁰ Mas quais eram as notícias falsas, os boatos, calúnias, mentiras e injúrias que mais circularam na imprensa, durante as primeiras décadas de existência daquela que futuramente se intitularia Petalógica? Vejamos como isso se fazia.

²⁷⁷ Sobre as associações, lojas e atividades maçônicas, ler em: Morel, Marco. 2016., e AZEVADO, Célia. *Maçonaria, Antirracismo e Cidadania*. Op. Cit.,

²⁷⁸ RIO DE JANEIRO... *O Fluminense*, 17 fev.1836. pp. 3-4.

²⁷⁹ RIO DE JANEIRO... *O Fluminense*, 17 fev.1836. pp. 3

²⁸⁰ Sociedade Petalógica. *Marmota Fluminense*. n. 380, 5 de jul. de 1853.

O mentiroso e o incauto

Até o momento, busquei demonstrar, mesmo que pontualmente, como já no período regencial, boatos, mentiras, notícias, informações e documentos falsos estavam presentes no debate público. A utilização de vários termos que referenciavam modos de mentir demonstram que havia também no século XIX entre a mentira e a verdade uma diversidade de variações. No *Dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto*, de 1832, a palavra *mentir* trazia o seguinte significado: “Dizer o contrário do que entendemos. Fig[urado]. Enganar. Falhar. Contrafazer.”²⁸¹ Para *mentira* entendia-se a “ação de mentir. O que se diz contra o que se entende.”²⁸² O *mentiroso* seria o adjetivo daquele “que mente. Que não é verdadeiro. Falso. Fig. Que falha.”²⁸³. Tanto mentir, quanto o mentiroso tinham em seus significados a falha, como se mentir fosse sinônimo de falhar, faltar com algo. Como entendemos atualmente também, “como uma falha humana lamentável” e quase que uma tendência natural do ser humano.²⁸⁴

Machado de Assis, ao dar a pena a Brás Cubas, nos lembrou também dessa tendência – mais social que natural –, essa miséria humana que é a mentira, que funcionava, no século XIX, como um tratado social. Brás Cubas, mesmo que defunto – ou talvez por isso – ainda nos faz refletir sobre os tratados sociais do século XXI. A personagem exercia a franqueza quando já falecido, *talvez* o único momento em que esta pudesse enfim prevalecer, seria ela “a primeira virtude de um defunto”. Quando em vida “o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças” o pressionavam a mentir, “calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz a consciência”. Mas, na morte era diferente. Na morte havia a liberdade!

Como a gente pode sacudir fora a capa, deitar ao fosso as lentejoulas, despregar-se, despintar-se, desafeitar-se, confessar lisamente o que foi e o que deixou de ser! Porque, em suma, já não há vizinhos, nem amigos, nem inimigos, nem conhecidos, nem estranhos; não há plateia. O olhar da opinião, esse olhar agudo e judicial, perde a virtude, logo que pisamos o território da morte; não digo que ele se não estenda para cá, e nos não examine e julgue; mas a nós é que não se nos dá do exame nem do julgamento. Senhores vivos, não há nada tão incomensurável como o desdém dos finados.²⁸⁵

²⁸¹ PINTO, Luiz Maria da Silva (1832). p.90.

²⁸² Ibid.

²⁸³ PINTO, Luiz Maria da Silva (1832). p.90.

²⁸⁴ BARNES, J. A. *Um monte de Mentiras*: para uma sociologia da mentira. Papirus: Campinas, 1996.

Dentro desse contrato social dos vivos, da experiência de viver em sociedade, havia muitas variações para a ação do mentir, ou muitos modos de mentir. A linguagem é uma demonstração desse fato. No Dicionário, por exemplo, para *falso* entendia-se um adjetivo daquilo “que não é conforme a verdade: que é contrário ao verdadeiro. Falsificado. Fingido.”²⁸⁶ *Falsia* significava “falsidade, engano”; *Falsidade* era “qualidade de falso. O que é contra a verdade” e *falsura*: “falsidade”.²⁸⁷ *Fraude* e *galasia* “engano encoberto”; a palavra *patarata* já aparecia para nominar aquele que disseminava “mentira por bazofia, ostentação vã”²⁸⁸ e *patranha* que, no sentido figurado, significava “Conto fabuloso. Mentira”.²⁸⁹ O mesmo para *peta*: “Fig. Mentira.”²⁹⁰ No mesmo Dicionário, *embuste* fazia referência à “Mentira artificiosa para fazer enredo e enganar.”²⁹¹ Já o *echacorvo* era como chamavam o “embusteiro mandado para espalhar rumores”; o *echadiço* era o “Falso que se espalha para enganar o inimigo. Enviado para espalhar rumores falsos.” E *tacanho* era o “Velhaco astucioso para o mal que engana com embustes.”²⁹² *Burlar* era o mesmo que “Enganar. Fazer zombarias”; *emburricar*, “enganar ou tentar enganar grosseiramente”; *engodar*, “Enganar alguém com dádivas e boas palavras etc. para movê-lo a alguma coisa”; *fingir* era “inventar fábulas, fabular. Supor como certo. Imaginar. Enganar com aparências.”; *fazer gato sapato* era o mesmo que “zombar, enganar grosseiramente”; *lograr*, “enganar com equívoco”; *marimbar* também era “enganar”. *pandilha* era um “ajuste entre vários para enganar outrem”; *santiguar-se* “valer-se de pretextos santos para enganar” e *sorrelfo*, adjetivo para aquele “que usa de dissimulação para enganar”.²⁹³ O fato de um *Dicionário* trazer tantas palavras que estejam relacionadas aos modos de mentir e enganar não pode passar despercebido. O tema é amplo e na década de 1830 era, no mínimo, algo que aparecia com frequência nas práticas sociais e relações da época.

As pressuposições de que mentiras são contadas com mais frequência hoje do que antigamente, ou que se tem atualmente mais consciência da predominância da mentira nas relações sociais, são reduzidas quando folheamos as páginas dos impressos do século XIX. Barnes argumentou que, em parte, é possível esse pressupor porque a mentira pública tem sido, atualmente, desmascarada com mais rapidez e facilidade. E de fato, a tecnologia atual permite que desfaçamos a mentira com mais rapidez se comparado ao modo como desmentiam os

²⁸⁶ PINTO, Luiz Maria da Silva (1832). p.63.

²⁸⁷ Ibid.

²⁸⁸ PINTO, Luiz Maria da Silva (1832).98.

²⁸⁹ Ibid.p.100.

²⁹⁰ Ibid.p.105.

²⁹¹ Ibid.p.100.

²⁹² Ibid.p.100.

²⁹³ Ibid.p.63.

petalógicos oitocentistas. Embora, desconfio, isso não nos coloque em vantagem, já que mesmo depois de desmentida, a mentira ainda continue sendo acreditada, causando confusões e prejuízos sociais. Mentir, como demonstrou o sociólogo, tem sido, desde há muito, uma atividade humana. As mentiras estiveram e estão por toda parte. “Tanto na vida pública quanto na vida privada.”²⁹⁴ Em alguns estudos, elas são consideradas instrumento necessário e legítimo da vida social, funcionando como elemento fundamental do universo cultural. Na Grécia rural, por exemplo, “os pais, deliberadamente, mentem a seus filhos pequenos como um modo de ensiná-los que as ações e as palavras de outras pessoas não devem, necessariamente, ser levadas em conta pelo seu significado aparente.”²⁹⁵

Em 1763, um autor londrino (anônimo), “mentiroso de sucesso”, apresentou a plateia seu jornal satírico intitulado *The Lying Intelligencer* e, a partir dele, argumentou que “seria um absurdo recomendar à humanidade o que já é de tão universal estima”: A arte do mentir. Para o autor anônimo, a mentira já era conhecida nos tribunais como boas maneiras; na religião como estima piedosa; no comércio era mistério, na poesia uma invenção e no contexto político ela era “estilizada como oposição, liberdade e patriotismo”.²⁹⁶ John Lock, em 1894, escrevia ser evidente que muitos homens sentiam prazer em enganar e ser enganados e que prova disso seria a retórica, um poderoso instrumento de erro e falsidade que era ensinada publicamente por professores titulares e sempre esteve em grande consideração.²⁹⁷

Por fazer parte das práticas e relações sociais, Barnes buscou demonstrar que mentir sempre teve suas regras e seus jogos de linguagem que são aprendidos como qualquer outro jogo e que seria importante aprender a mentir adequadamente para o processo de socialização humana. Há uma diversidade na mentira ocasionada quando nos movemos de um domínio social para outro, de um conjunto cultural para outro. “A propensão para mentir varia amplamente nas comunidades e entre elas, assim como em determinados domínios da vida social e entre eles.” Barnes constatou que, empiricamente, nas sociedades altamente diversificadas culturalmente, com seus códigos diferentes de religião e ética, a verdade é dita com mais frequência do que é omitida.²⁹⁸

Mas o que significa mentira? Ou, para esse trabalho, de qual significado podem ter partido os homens que criaram a Petalógica? Os mesmos diziam que um dos objetivos da

²⁹⁴ BARNES, Op. Cit. p. 15.

²⁹⁵ Ibid. p. 17

²⁹⁶ ANÔNIMO. *Lying Intelligencer*. n. 1, 23 de jan. de 1763. p.1. Ibid.

²⁹⁷ LOCK, JOHN. *Na essay concerning human understanding*. Claredon Press: Oxford. 1894.

²⁹⁸ BARNES, Op. Cit. p. 24.

agregação era fazer com que os mentirosos, que mentiam de uma maneira minimamente conhecida nos jogos sociais da época, passassem a mentir de outro modo, com regras inventadas pelos membros da Sociedade de Petalógia. Essa maneira petalógica de mentir foi colocada em prática, de maneira efetiva, em meados da década de 1850. Então, da década de 1830 a de 1840 a mentira – e todos os seus modos – foi aquela cujas regras eram minimamente conhecidas e compartilhadas entre a maior parte das pessoas. Foi esse o tipo de contar mentiras que levou a Sociedade Petalógica a desenvolver suas próprias regras dos modos de mentir. Nas duas fases, trata-se da mentira pública, que está relacionada ao debate da coisa pública, aos homens públicos e de letras, suas relações e seus jogos políticos.

Nos trabalhos que analisei, todos eles foram unânimes em pontuar o quão complexo é o processo de definição do termo mentira e sua diversidade diante de contextos sociais diferentes. Muitos estudiosos fazem da palavra engano parte da definição de mentira, como J.A. Barnes que partiu da concepção de que mentira seria “uma afirmação que tem por objetivo enganar uma pessoa ingênua sobre a condição do mundo, incluindo as intenções e atitudes do mentiroso.”²⁹⁹ Assim como a intenção de enganar que, para o autor, é interpretada “como algo que significa a intenção de levar a pessoa ingênua a adotar uma compreensão do estado do mundo e/ou da mente do mentiroso que o próprio mentiroso acredita ser falsa”.³⁰⁰ Ou seja, a intenção de enganar é ...

A forma mais comum que o mentiroso tem de atingir esse objetivo é fazer uma afirmação falsa que é aceita como verdadeira pela pessoa ingênua; mas essa não é a única forma que o mentiroso tem de proceder [...] uma pessoa ingênua pode ser enganada ao aceitar como falsa uma afirmação que é realmente verdadeira.³⁰¹

Podemos facilmente partir dessa concepção para entender o significado de mentira que foi usado entre os membros da Petalógica, que tem o engano como parte significativa. Mas, além do objetivo de enganar o ingênuo, o mentiroso era o maior alvo dos membros. O ingênuo talvez não compreendesse a mentira e o mentiroso talvez não compreendesse a ironia.

O que se faz na ironia é pensar o contrário do que se diz ou escreve com as palavras, um processo que corresponde também à definição linguística da mentira. Ou seja, a ironia é uma forma de mentir. O linguista Harald Weinrich argumentou que a ironia socrática, na qualidade de uma estratégia pedagógica, está a serviço de uma boa intenção que se justifica pela majestade

²⁹⁹ Ibid. p. 30

³⁰⁰ Ibid. p. 31.

³⁰¹ Ibid. p. 31.

do seu fim. Evocando Agostinho, o autor citou: “A intenção de cura compensa e neutraliza a intenção de fraude”.³⁰² Ora, era isso que faziam os iniciados na Petalógica quando proferiam as petas, com o objetivo de usar a mentira para conscientizar e fazer envergonhar-se tanto aquele que tomava nota da *peta* e a passava adiante como sendo uma verdade que ele mesmo teria presenciado, quanto o mentiroso ou uma instituição que mentia e enganava a população com seus jogos de fingimento. Ainda com Weinrich, podemos aproximar mentira e ironia quando o autor analisa a última como um sinal linguístico que tanto pode ser ouvido como ignorado.

É que esse sinal integra um código não idêntico com o código geral da gramática e do qual comungam somente aqueles que têm humor. Os homens de cultura apenas genérica e os pretensiosos não o percebem e o sinal de ironia não vinga. Mas não é culpa do falante, e sim do ouvinte.³⁰³

Nos jogos petalógicos o humor era carta importante. A intenção passava também por ridicularizar o mentiroso e o incauto e, nessa estratégia, o riso funcionou como uma espécie de trote social que comportava a intenção de humilhar e corrigir.³⁰⁴ Em 1851, em um artigo intitulado *Mentira*, publicado na *Marmota na Corte*, o autor descreveu o mentiroso jocoso: “o mais suportável de todos é realmente o jocoso. Este contenta-se com as gargalhadas com que lhe pagam a sutileza do seu talento. É sempre admitido em todos os círculos para dar desfrutes.” *O mentiroso*, segundo o texto de *A Marmota*, de todos os tipos, teria uma utilidade: era “o melhor depositário de um segredo, porque se o revelar não será acreditado”.³⁰⁵ George Minois, enquanto estudava o riso no século XIX, ressaltou sua ambiguidade ao descrever que o riso ao mesmo tempo em que unia, também excluía, pois por trás de todas essas risadas era possível distinguir os homens que tinham distância crítica em relação ao mundo em que viviam e aos seus ídolos, dos homens que não possuíam essa capacidade de distanciamento crítico.³⁰⁶ Do mesmo modo, John Morreal descreveu o efeito libertador do humor, que é mais perceptível na esfera política. Para o autor, o indivíduo possuidor de senso de humor jamais seria inteiramente dominado,

[...] even by a government which imprisons him, for his ability to laugh at what is incongruous in the political situation will put him above it to some extent, and will preserve a measure of his freedom if not of movement, at least of thought.³⁰⁷

³⁰² WEINRICH, Harald. *Linguística da mentira*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2017.

³⁰³ *Ibid.* p. 78.

³⁰⁴ MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

³⁰⁵ *Marmota na Corte*, n. 199. 7 out. 1851. p. 2.

³⁰⁶ MINOIS, Georges. *Op. Cit.*,

³⁰⁷ MORREALL, John. *Taking Laughter Seriously: Laughter, Wit and humor - Psychological aspects*. Albany: State University Of New York Press, 1983. 141 p. Em tradução livre: “Mesmo por um governo o qual o aprisiona, pois, sua habilidade de rir do que é incongruente na situação política o colocará acima dela até certo ponto, e preservará uma medida da sua liberdade, se não de movimento, pelo menos de pensamento.”

Tratando-se da Sociedade Petalógica do Rocio Grande, o humor e o riso completavam o fator que distanciava iniciados e não iniciados na agremiação. O riso era um dos efeitos buscados pelos iniciados, vinha logo após a petala ser proferida e pode ser o que diferenciava os capazes e incapazes de compreender e perceber a mentira ou aqueles que possuíam ou não distanciamento crítico com relação à sociedade em que estavam inseridos e eram capazes de decodificar a ironia. Um exemplo simples dessa questão pode ser ilustrado com uma passagem do livro de Gondim da Fonseca; “A palavra ‘petalógica’ vinha de petala, mentira, – mas naqueles dias românticos supunham-na derivada de “pétala” os não iniciados que dela ouviam falar. João Caetano ria! As pétalas da Petalógica! Machado ria!”³⁰⁸ Mais adiante, quando contar mentiras tornou-se concretamente *lançar petas*, voltarei a essa discussão.

Nesse primeiro momento é importante levar em conta as crenças do mentiroso e também do incauto. Immanuel Kant distinguiu verdade e falsidade como sendo questões ligadas à ontologia e à epistemologia entre o que é e o que se diz que é. E veracidade e engano como relacionados ao domínio moral da intenção.³⁰⁹ A crença do incauto pode fazer referência ao primeiro, e a do mentiroso ao segundo, “a distinção feita [...] entre verdade e engano refere-se às intenções do mentiroso e não à sua situação real do mundo. O mentiroso pode estar enganado a respeito da situação do mundo, incluindo o estado de sua própria mente.”³¹⁰ O incauto, sabemos, é aquele a quem se tem a intenção de enganar. Podemos pensar, portanto, sobre o cenário em que o indivíduo está enganado sobre a situação real do mundo, desse modo ele acredita na mentira e a repassa sem a intenção de enganar. Mentir não é somente o oposto de dizer a verdade, é importante que nessa ação tenha a intenção de enganar. A “origem do efeito potencial e socialmente destrutivo da mentira, e, conseqüentemente de sua legitimidade sociológica, não é o erro, nem a falsificação, mas a intenção consciente de enganar”.³¹¹

Essa concepção dialoga com a agostiniana de que não mente quem acredita no que diz, mesmo que ao dizer esteja disseminando o falso. E também com a de Derrida.

Na sua figura prevalente e reconhecida por todos, a mentira não é um fato ou um estado, é um ato intencional, um mentir. Não existe a mentira, há este dizer ou este querer-dizer que se chama mentir: mentir seria dirigir a outrem (pois não se mente senão ao outro, não se pode mentir a si mesmo, a não ser a si mesmo enquanto outro) um ou mais de um enunciado, uma série de

³⁰⁸ FONSECA, Gondim da. *Machado de Assis e o hipopótamo: uma revolução biográfica*. São Paulo, Editora Fulgor Limitada: 1960.p. 102-103

³⁰⁹ KANT, Immanuel. On a supposed right to lie from altruistic motives. In: Beck, Lewis White (Org.) *Critique of practical reason and Other writings*. Chicago: University Of Chicago Press.

³¹⁰ BARNES, Op. Cit. p. 32.

³¹¹ Ibid.p.33.

enunciados (constativos ou performativos) cujo mentiroso sabe, em consciência, em consciência explícita, temática, atual, que eles formam asserções total ou parcialmente falsas; é preciso insistir desde já nessa pluralidade e complexidade, até mesmo heterogeneidade. Tais atos intencionais são destinados ao outro, a outro ou outros, a fim de enganá-los, *de levá-los a crer* (a noção de crença é aqui irreduzível, mesmo que permaneça obscura) naquilo que é dito, numa situação em que o mentiroso, seja por compromisso explícito, por juramento ou promessa implícita, deu a entender que diz toda a verdade e somente a verdade.³¹²

Então, tanto para Barnes, quanto para Agostinho e Derrida, para a ação do mentir é preciso estar implícito ou explícito o ato intencional de enganar. O incauto é o enganado e aquele que repassa a mentira, mesmo sem conseguir entender e/ou ter a intenção de enganar. No entanto, essa ação do incauto tinha no século XIX, como tem hoje, consequências e apresentava, em muitos momentos, o efeito potencial e socialmente destrutivo. Mesmo que aquele que não tenha uma real noção de mundo, não esteja, ao repassar mentiras, mentindo, ele faz parte dos jogos sociais do mentir, é peça fundamental. E o que fazer com relação a isso? O funcionamento da Petalógica, e isso ficará mais inteligível nos próximos capítulos, é também uma resposta a essa situação, pois tanto o mentiroso quanto o incauto eram os “petalógicos” com fama de Epaminondas Tebano que precisavam aprender a mentir ao modo da Petalógica e, desse modo, seriam desmascarados e não seriam mais cridos pela sociedade, por mais documentada que fossem suas intervenções. Parece até mesmo um ato ingênuo dos próprios membros da Petalógica, de que os mentirosos, depois de desmascarados, não seriam mais acreditados. Mas essa não era uma crença deles apenas. Em 1833, o jornal *O Carapuceiro* trazia a seguinte passagem:

Em verdade o hábito de mentir é dos vícios mais vergonhosos que se pode ser. Um homem que se assoalha por peteiro é um bobo em qualquer parte que apareça, perde todo o crédito e ainda que diga verdades, ninguém mais o acredita e vive no meio da sociedade solitário, como se estivesse num ermo.³¹³

Em 1837, as coisas pareciam ter mudado pouco quando apareceu, no mesmo jornal, um artigo de título *Os Mentirosos*, cujo redator voltava a escrever sobre um dos vícios mais desprezíveis da sociedade e como, ao ser desvendado, o mentiroso não era mais crido por seus pares.

porque o homem, que uma vez foi colhido em mentira, perde toda a confiança em que até ali se podiam ter as suas palavras e ninguém mais lhe dá crédito, ainda que diga a pura verdade. Se aparece alguma notícia, apenas se sabe que

³¹² DERRIDA, Jacques. História da Mentira: prolegômenos. *Estudos Avançados*. av. 10 (27) ago. 1996.

³¹³ *O Carapuceiro*, n. 1. 1833. p. 311.

saíra da boca de fulano, gritam todos a uma voz – basta, varro esta. Foi fulano que o disse? Não há mais que examinar, é mentira.³¹⁴

Ou seja, essa crença, de que ao ser desmascarado o mentiroso não era mais crido pela sociedade, era compartilhada por algumas pessoas. No entanto, sobre as consequências da mentira, dependendo de quanto uma afirmação mentirosa já tenha circulado, ela pode facilmente não mais se enquadrar como uma mentira. Dependendo do contexto, dos domínios sociais em que as mentiras são contadas, as atitudes e as consequências em relação a elas variam. Alguns domínios sociais apresentam diferentes expectativas de veracidade. As atividades dos mentirosos ou dos incautos atrapalham, em graus variados, diferentes estruturas e para desmenti-los ou desmascará-los é preciso um esforço, uma estratégia que também varia conforme o domínio social e o contexto em que eles estão atuando. Os membros da Petalógica criaram sua estratégia. Inclusive, o local onde as reuniões aconteciam – a tipografia do Paula Brito, ou na rua, nos bancos que ficavam na frente do estabelecimento – e o modo como os registros dessas reuniões imitavam a formatação dos *Anais da Câmara dos Deputados*, publicadas no *Jornal do Comércio*, nos faz refletir sobre os contextos e espaços – os domínios sociais, como usou Barnes – que apresentam diferentes expectativas de veracidade e também as diferenças nos modos de mentir. Como se dependendo dos espaços, a mentira apresentasse consequências mais ou menos sérias. E, se aumentarmos um pouco a escala, percebemos que história e cultura influenciam na prática, formas, técnicas, motivações e efeitos da mentira. Mesmo diante de um conceito estável, a experiência social, interpretações e a prática do mentir podem mudar, resultando em outra prática social, política e tecnológica.³¹⁵

Refletindo sobre o Rio de Janeiro do século XIX, pensemos sobre algumas possibilidades. Não é possível analisar as folhas que foram impressas fora do recorte desta pesquisa, na década de 1820, por exemplo, ou que tenham, na década seguinte, sido publicadas em tipos alheios que não dialogavam com o espaço tipográfico de Paula Brito. Mas, para meu argumento, trago o trabalho de Marco Morel que construiu uma concepção historicamente datada da noção de opinião pública.³¹⁶ Segundo o historiador, entre os anos de 1820 e 1822, consequência do decreto sobre a liberdade de expressão vindo da coroa portuguesa, aconteceu uma proliferação da palavra escrita e impressa na colônia brasileira. O que se discutia nesses impressos era referente à família real portuguesa, se a mesma deveria ou não permanecer no Brasil. Nesse momento ocorre uma mudança, pois discutir publicamente, com pontos de vista

³¹⁴ *O Carapuceiro*, n. 4. 29 de abr. 1837.p. 4.

³¹⁵ DERRIDA, Op. Cit.

³¹⁶ Ver em *Os Construtores da opinião*, do livro: MOREL, Marco. 2016. pp 171-256.

diferentes, sobre a decisão que o rei deveria ou não tomar, não era uma prática compatível com o exercício do poder absoluto do monarca. “Eram os primeiros esboços de uma opinião que ganhava um peso político e que se tornava visível, sobretudo, por meio do crescimento da imprensa e indicava uma pressão em favor de maior publicidade para a coisa pública.”³¹⁷ Segundo Morel, esses debates foram ganhando intensidade a partir de 1820 na imprensa e começaram a aparecer comparações agressivas entre os reinos do Brasil e Portugal, o que cristalizou posições e formalizou antagonismos cada vez mais acentuados. “Aos insultos, típicos do estilo dos panfletos da época, acrescentavam-se argumentos de ordem ‘científica’: geográficos, climáticos, históricos, culturais, etc.”, cuja independência do Brasil, depois de intensificada animosidade entre os dois reinos, passou a ser tema de discussão na imprensa, no primeiro semestre de 1822. Nesse contexto a opinião pública se torna instrumento de debates, referência e fonte de legitimidade política.³¹⁸

Um mês depois da independência, em outubro de 1822, no periódico *O Volantim*, é publicada, na primeira página, uma Correspondência, em anonimato, em resposta ao Senhor Pallier (talvez Arnaud Pallière). O correspondente contava ao redator do jornal que foi vítima de um impostor que teria feito “vogar uma mentira escandalosa com ar de verdade” que corria de “boca em boca” que o mesmo teria sido chamado pelo Ministro do Estado para ser repreendido e obrigado a não escrever mais sobre as obras de Pallière. “Muito é o arrojo do inventor de tal embuste”, escreveu o correspondente, “e muita credulidade” de quem estava propagando a mentira. “A falsidade desta notícia é tão manifesta, que nem mesmo se diz qual foi o Ministro de Estado”, concluiu o autor da correspondência.³¹⁹ As notícias falsas também estavam presentes na imprensa anterior à independência. Em abril de 1822, no *Compilador Constitucional*, o redator lamentava pela falta de instrução do *Povo*, que não tinha “conhecimento da matéria [política], e que por isso muda[va] facilmente de opinião e deixa[va]-se convencer com qualquer mentira descarada, ou qualquer argumento” ainda que fosse “contraproducente.”³²⁰

Depois de quase uma década, com a abdicação de Pedro I, as agitações civis e militares vieram acompanhadas de uma “explosão da palavra pública”.³²¹ Nesse contexto, o uso da

³¹⁷ Ibid. p. 240.

³¹⁸ Ibid.

³¹⁹ CORRESPONDÊNCIA. *O Volantim*, n. 45. 23 out. 1822.

³²⁰ O REDATOR AO PÚBLICO. *Compilador Constitucional*. n. 14, 21 abr. 1822.

³²¹ Marco Morel faz um contraste entre duas concepções de *opinião pública* predominantes entre 1820-1830 na imprensa do Rio de Janeiro: “Uma, intelectualizada, privada e crítica, mais próxima da esfera literária, chamada de ‘rainha do mundo’ e fundada sobre a supremacia da razão. Outra, coletiva e normativa, identificada à

mentira na imprensa, nos debates que envolviam os interesses públicos, já era bastante presente, como podemos observar nos impressos dos primeiros anos da década de 1830. Como se a mentira e seus modos passíveis de transmutar para a palavra escrita e impressa tivessem surgido e ganhado intensidade quase que ao mesmo tempo que surgia e se intensificava a opinião pública ou o debate sobre a coisa pública. Uma publicação na *Aurora Fluminense*, de 1830, que buscava definir opinião pública, corrobora com essa aproximação.

A Opinião pública é a soma das ideias ou noções comuns a todos os indivíduos de uma mesma sociedade (pelo menos do maior número); se estas ideias são justas, a opinião é boa; se elas são falsas, a opinião é má; geralmente falando, a opinião deve consistir na soma das verdades morais e políticas [...] Desgraçadamente os homens que criam ou dirigem a opinião, de ordinário não são filósofos; além disso, estes apenas tem o poder de pensar, de ver e de mostrar humildemente o que se deve fazer; enquanto outros dispõem da força pública, do dinheiro, das Tipografias, dos jornais, etc. [...] o verdadeiro e o único meio de criar uma boa opinião pública, é dar a todos os cidadãos uma boa educação, removendo da sua cabeça quaisquer prejuízos, ou ideias falsas; e em seu lugar substituir a soma de conhecimentos elementares que lhes são necessários para serem razoáveis, justos e felizes.³²²

A mentira não nasceu com a opinião pública, nem os modos de mentir usados como estratégia nos jogos políticos. Mas, ao se tratar da imprensa, a utilização dos modos de mentir para alcançar objetivos – sejam privados, mas principalmente na ordem e dos homens públicos – parece ter surgido, no Brasil, ao mesmo tempo em que se tornou possível o debate, na imprensa, dos assuntos de interesse público. Tudo parecia interligado, o uso de mentiras e seus modos, a opinião pública, as transformações dos espaços públicos, com a participação de novos sujeitos, também os espaços de sociabilidade e o debate político.

Não é meu objetivo entrar na seara da conceituação do que é opinião pública, dada a complexidade e polissemia da categoria. Faço uso da conceituação historicamente datada que fez Marco Morel em seu livro aqui já citado. Manassés, narrador da *História de Quinze dias* – diante do conhecimento sobre o recenseamento que havia saído a pouco no Império de 1872, que informava que 70% da população não sabia ler – trazia para o texto literário o diálogo com um tal Sr. algarismo para quem a opinião pública seria nada mais que “uma metáfora sem base” e que as instituições existiam apenas para uma porcentagem da sociedade.

As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: “consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação”; mas – “consultar os 30%,”

vontade da maioria, tendo como fonte as práticas de sociabilidade ou os cidadãos que se reuniam em assembleia para decidir sobre o bem comum”. Mas alerta que essa dualidade não exprime a diversidade do conceito de *opinião pública* e que as formulações sobre o termo poderiam mudar, conforme local e época MOREL. 2016. p. 244 - 246.

³²² INTERIOR. *Aurora Fluminense*. n. 322, 7 abr. 1830. p. 1.

representantes dos 30%, poderes dos 30%. A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30% Um deputado que disser na Câmara: “Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem”... dirá uma coisa extremamente sensata.³²³

Para o bem ou para o mal, como bem argumentou Ana Flávia Magalhães, Machado de Assis, em 1872, estava presumido nesses 30% de cidadãos, compartilhando, portando, dessa tal opinião pública. De 1830 a 1860, a maioria dos homens que faziam parte do ajuntamento de pessoas na primeira e segunda fase da Petalógica, estariam dentro desses 30% que era ainda menor nesse período. E encontravam nesse espaço uma oportunidade para desenvolver seus conhecimentos, inteligências e construir possibilidades individuais que conectavam as atividades de homens de letras, da política e das leis.³²⁴

Com isso em mente, foi necessário entender de que maneira esses homens participavam da discussão verdade/mentira, ou quais eram os modos de mentir possíveis de identificar nos jornais impressos na tipografia do editor Francisco de Paula Brito – também provenientes de outras prensas, mas que dialogavam com os primeiros – em que esses indivíduos estavam envolvidos. Nesse primeiro momento, debruçei-me sobre os possíveis integrantes *do ajuntamento de pessoas mais ou menos instruídas* da década de 1830, para depois me voltar aos demais, que ainda aparecerão nessa história. As palavras dicionarizadas que faziam referência à prática do mentir oferecem algumas pistas, a maior parte delas está relacionada a três principais pontos: enganar, inventar (também ficcionalizar), zombar e todos faziam parte dos jogos políticos da época.

Em *O Atlante*, por exemplo, Justiniano José da Rocha escreveu sobre as eleições que, em junho de 1836, “batia às portas”. As intrigas, avisava o jornalista, “principiarão em breve a ferver” e “nomes próprios se misturarão com elas”. Para o redator, a “candidatura destes ou daqueles, deve[ria] em um país Constitucional ser apoiada na vida inteira do candidato, a análise de seu comportamento deve[ria] ser franca e sem *rebuço*”. Ou seja, aparecia mais uma palavra para se referir a dissimulação, disfarce, falta de verdade e sinceridade. O candidato, para o redator de *O Atlante*, deveria estar pronto “a patentear sua vida inteira ao povo cujos votos” pedia. Avisava aos leitores e leitoras que não apoiava a candidatura de alguns, mas que torcia por uma “Deputação digna do Brasil”, por isso se via “obrigado a discutir o merecimento dos Candidatos” que se apresentavam, obrigação essa justificada pela “liberdade de imprensa”. Não

³²³ ASSIS, Machado de. *História de quinze dias, História de trinta dias*. Silvia Maria Azevedo (Org.) São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 50.

³²⁴ PINTO, 2018.

era mal, nem subversivo e passível de punição quando “o pensamento impresso” atacava instituições e combatia doutrinas. Mas, quando o “ataque [era] feito ao homem privado” era passível de punição. O redator argumentava que “Se a Imprensa calunia a vida pública do empregado, se calunia suas intenções, seus atos; responda-lhe o empregado pela *Imprensa* e o público, Juiz último decidirá... (melhor do que um Juiz de Paz)”. Mas, se a *Imprensa* atacasse o empregado ocupando-se com sua vida privada, se o injuriasse ou caluniasse, aí sim, a imprensa precisaria ser castigada e punida com severidade: “esses são os nossos princípios: no entanto como eles ainda não se acham admitidos por lei, ver-nos-emos obrigados a não os seguirmos a toda sua extensão, moldaremos todas as nossas censuras aos preceitos legais, mesmo agora na época das eleições.”³²⁵ Como vimos anteriormente, a lei existia, mas dificilmente era cumprida, principalmente quando se tratava dos homens da situação. De todo modo, o redator de *O Atlante* prometeu aos leitores que apontaria todas as boas e más qualidades dos candidatos a deputados. Pois, além dos mortos, a imprensa devia verdade aos vivos, do contrário seria um “veículo da lisonja e da mentira” e não foi para mentir “que se conquistou a liberdade de falar, de escrever, de imprimir – aos vivos e aos mortos deve-se somente a verdade – na época das eleições essa máxima deve estar presente a todos, sobretudo ao escritor público”.³²⁶

Já sabemos que a mentira, na imprensa, não estava no âmbito das raridades. Paula Brito, dando a pena à *Mulher do Simplicio*, sugeria que um dos meios de aumentar as rendas do Estado sem vexame público, seria cobrar de cada periódico que mentisse, uma multa de 200rs por mentira. Para aqueles que caluniassem e devassassem a vida privada, uma multa de 40 \$.³²⁷ As mentiras eram muitas, assim como os mentirosos. *O Simplicio do Roça* fez uma lista de mentirosos que ocupou três de suas oito páginas: o primeiro era da ordem dos Desconfiados, que nada mais eram que empregados públicos que, prevendo sua demissão, inventavam moléstias, um negócio qualquer muito urgente que os mandassem para “fora da terra” ou da “província”, o que fazia com que eles mesmos pedissem demissão; os Desgostosos eram os “patriotas e ambiciosos logrados que tomando mais presunção do que água benta a respeito de seus merecimentos”, julgavam-se ofendidos quando não eram lembrados “em ocasiões de eleições e de pechinchas” e ninguém fazia “caso de sua ciência, habilidade”. Esses, depois de perderem seus empregos, usavam de desculpas para sair do país, mas ficavam na espera de serem chamados novamente à Pátria. “Nenhum castigo pode[ria] ser mais tormentoso para os

³²⁵ *O Atlante*, n. 14. 24 jun. 1836.p. 2.

³²⁶ *O Atlante*, n. 14. 24 jun. 1836.p. 2.

³²⁷ *A Mulher do Simplicio*. n. 83. 30 abr. 1846. p. 24.

Mentirosos desses dois gêneros do que deixá-los como estão, sem lhes bolir, nem para aquém, nem para além [...] sem darem ocasião a um ajuntamento de gente”.³²⁸

Havia também a espécie “*Militares* ambiciosos de glória”, “e cheios de patriotismo por um país” que não era o deles, e que serviam e morriam “para defender a causa e interesses de uma nação estranha.” De todos os tipos, segundo o redator do *Simplicio*, os “mentirosos por excelência” eram da espécie dos Diplomatas, esses precisavam “mentir bem, ocultar, disfarçar” e, ao contrário dos outros tipos de mentirosos, eles eram castigados apenas quando mentiam mal ou pouco: “Eles são mais premiados quanto mais mentem e, por isso, os capadócijs lhes chamam de mentirosos de lei”³²⁹. Outra espécie de mentiroso era o “*traficante* em Escravatura, que zombando da humanidade e das leis saem do porto para a costa d’África a título de irem comprar cera, marfins e âmbar gris e esteiras e que ali vão fazer negócio de carne humana”³³⁰. O castigo para esses mentirosos seria a lei, “e se as autoridades abrissem os olhos [...] e os Ministros fechassem os ouvidos à tentação, e as bolsas ao dinheiro, poucos escapariam sem receberem o prêmio de seus feitos e astuciosas artimanhas.”³³¹

Na Regência: os boatos saídos da prensa do Paula Brito

Havia mentirosos para todos os âmbitos sociais e além deles existiam os boateiros. Voltando ao *Dicionário*, de 1832, encontramos também a palavra *boato* que fazia referência à “Notícia dada em Altas vozes”, ou o mesmo que *Voato*: “Notícia pública em alta voz”.³³² O significado dessa palavra não subentendia intenção de enganar, inventar ou zombar, como as outras palavras, mas na prática era empregada como um modo de mentir e era usada também nos jogos políticos. Nesse sentido, os boatos foram muito mencionados nesses impressos e em toda a imprensa da época, inclusive nos *Anais do Parlamento*. De outro modo, Jean-François Sirinelli chamou a atenção do historiador e historiadora sobre as pistas que “os boatos” colocariam para as pesquisas que envolviam a história dos intelectuais, o “diz-que-diz” a respeito da saúde, amores, evoluções políticas, adesões ou defecções, rupturas e reencontros, bruscas conversões e ilusões perdidas são objetos de história, na medida em que influenciam no funcionamento da *intelligentsia*. Além disso, como escreveu Sirinelli, “sem precisar afirmar”

³²⁸ *Simplicio da Roça*. n. 9. 01 jan. 1832. p. 6.

³²⁹ *Simplicio da Roça*. n. 9. 01 jan. 1832. p. 6.

³³⁰ *Simplicio da Roça*. n. 9. 01 jan. 1832. p. 6.

³³¹ *Simplicio da Roça*. n. 9. 01 jan. 1832. p. 7.

³³² PINTO, Luiz Maria da Silva (1832). p.372

que faz parte da *intelligentsia* “acreditar em certos rumores.”³³³ Então, vejamos o que os boatos podem nos dizer sobre o ajuntamento de pessoas que frequentava a Casa do Paula Brito.

O haitianismo

Em meio aos que pulularam as folhas impressas na tipografia, estava o boato sobre o haitianismo. Para entender um pouco mais sobre essa expressão que se referia a revolução escrava acontecida na colônia francesa de São Domingos, entre os anos de 1791 e 1804, recorri ao *Dicionário da Escravidão e Liberdade*, onde João José Reis informou que:

A revolução escrava na colônia francesa de São Domingos (1791-1804), depois Haiti, também repercutiu no Brasil, mas não de maneira tão forte como o fizera no Caribe. Há notícias de que em 1814, na Bahia, escravos rebeldes falaram em seguir o exemplo da ilha revolucionária, onde a escravidão tinha sido destruída. E na fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa houve muita agitação escrava, rumores de sublevação e sobretudo fugas em massa, na virada do século XIX, embora nenhuma revolta considerável. Na verdade, o Haiti foi mais lembrado no Brasil por homens de cor livres em protestos contra a discriminação racial e por autoridades e senhores temerosos do que chamavam de “haitianismo”, a ideia de que o Haiti pudesse acontecer aqui.³³⁴

É interessante essa passagem do *Dicionário* porque é exatamente o que encontro, a partir da perspectiva da discussão verdade/mentira, nos jornais da década de 1830, sobre os boatos referentes ao haitianismo. Em 1832, o redator de *O Exaltado*, possivelmente o padre Marcelino Pinto Ribeiro, escrevia que os boatos sobre o haitianismo no Brasil seria de autoria dos moderados e que os mesmos o espalhavam...

para meter medo aos tolos, que comem araras; e lhes inculcar a necessidade de ficarem entre os brancos da Europa, para tirar casta branca com as nossas cabras e fazer parede com os poucos brancos de cá. V.g Feijó, Evaristo, Saturnino, Januário, Geraldo, Teobaldo etc. contra as nuvens negras que possam descer dos picos do Itajuru.³³⁵

A expressão “comer arara” também era usada para significar enganação. Nos panfletos da independência, quem “não comia araras” eram aquelas pessoas que olhavam para as coisas como elas eram de fato, que tinham “olhos abertos” e não eram facilmente enganadas.

³³⁶ Ou seja, para o redator de *O Exaltado*, quem “comia araras” acreditava nos boatos sobre

³³³ SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais* in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.p. 252.

³³⁴ REIS, João José. *Revoltas Escravas*. In. SCHWARCZ, Lilia M. e GOMES, Flávio. 2018. pp. 392-399

³³⁵ *O Exaltado*, n. 17. 16 de jan. de 1832. p. 4

³³⁶ Ver em: BASILE, Marcello; BASTOS, Lúcia; CARVALHO, José Murilo de. *Guerra Literária: Panfletos da Independência (1820-1823)*. Vol. 3. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014.

haitianismo, que era coisa inventada pelos moderados. Coisa, inclusive, que demonstrava como esse “boato” era racializado e usado estrategicamente nos jogos políticos da época, com o objetivo, entre outros, de criminalizar homens de cor. As nuvens negras, que poderiam descer dos picos do Itajuru, faziam alusão ao texto publicado no *Diário Fluminense* em 24 de janeiro de 1831 e que depois foi replicado em outros jornais. O texto tinha como título “Visão achada entre os papéis de um solitário morto nas imediações de Macacu, vítima das febres de 1829”³³⁷, mas ficou mais conhecida como a “Visão do Pico do Itajuru”. Foi um panfleto anônimo que contava a história de um idoso naturalista que, cansado de explorar, adormeceu no Pico do Itajuru e, sonhando, passou a conversar com uma voz vinda do rochedo, uma voz profética que o alertava que mais do que saber sobre os segredos da natureza, era preciso se questionar sobre a revolução dos homens. A voz profetizava sobre uma “nuvem de formigas negras” que levaria ao desaparecimento de todo um povo e nação, uma referência a um possível levante escravo que, para o autor, eram inofensivos separados, mas ameaçadores quando juntos. Ou seja, segundo o texto, a união dos homens negros e mestiços, escravizados, mas também libertos e livres resultaria no extermínio de portugueses e estrangeiros, seria o fim de todos os “brancos brasileiros”.³³⁸

A Tipografia de Paula Brito não imprimia *O Exaltado*,³³⁹ pois muito possivelmente, nessa época, em janeiro de 1832, ainda não possuía prelo tipográfico. Mas enquanto livraria, desde 1831, quem quisesse comprar um exemplar de *O Exaltado*, poderia adquiri-lo em “F.P Brito, Praça da Constituição, n. 51”. Assim como alguns números do *Sentinela da Liberdade*, redigidos por uma das principais lideranças exaltadas na época: Cipriano José Barata de Almeida que havia sido preso em 1831, primeiro na prisão da Bahia, por acusação de haitianismo e republicanism e depois nas prisões do Rio de Janeiro onde redigiu seus panfletos que eram também vendidos na livraria do Paula Brito. Nessa mesma época, os irmãos Veiga, Evaristo e João Pedro, eram proprietários de duas livrarias que monopolizava o comércio de livros e vendiam também alguns impressos.³⁴⁰

Em julho e agosto de 1831, uma série de textos e correspondências, esta última assinada pelo pseudônimo *O Incansável*, publicadas no jornal a *Nova Luz Brasileira*, de Ezequiel Correia

³³⁷ *O Cruzeiro*, n. 64. 22 mar. 1831. pp. 1-4.

³³⁸ Ferreti, Danilo José Zioni. Entre profecias e prognósticos: Januário da Cunha Barbosa, a escravidão e o futuro da nação. (1830-1836). *Revista Tempo*. UFSJ. V. 20. 2014: 1-22. RIBEIRO, 2000. p. 2.

³³⁹ CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Claudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Percursos de um Homem de Letras nos Oitocentos: As múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. *Almanack* (20) set. 2018.

³⁴⁰ GODOI, Op. Cit., p. 82.

dos Santos,³⁴¹ respondia às acusações da *Aurora Fluminense* sobre ser essa uma folha haitiana. Escreveu que isso acontecia porque o “egrégio Deputado Redator” – Evaristo da Veiga – “patriota ao meio dia e quilombola a meia noite”, não tinha provas que pudessem comprovar o “haitianismo da Nova Luz”, embora afirmasse que entre as “provas claras” estava a defesa da *Nova Luz* da “abolição do tráfico de carne humana” e completava: “é evidente que se a *Aurora* não der com a *Nova Luz* [ilegível], segundo a pena justa do Código para tais criminosos, dá nisso prova evidente de ser também haitiana com os membros seus protegidos do gabinete secreto.”³⁴² Ou seja, além de lembrar do Código que criminalizava falseamentos e injúrias, devolveu a acusação de que eram eles, os Veiga’s da *Aurora*, os verdadeiros haitianistas. De duas uma: era, a *Aurora Fluminense*, criminosa por falsear, injuriar e violar o Código Criminal do Império, ou o era por ser haitianista. Nessa resposta, Ezequiel dos Santos mencionou o sonho do *Pico do Itajuru*, que foi citado em *O Exaltado* de 1832.

Em Valença quase apareceu uma conspiração de pretos, melhor organizada que a de São João Marcos, onde os pretos apareceram com armas de fábrica europeia. Asseveram mais de cem cidadãos em um requerimento ao governo, que eram cabeças da conspiração nove escravos do marquês de Baependi, que está na sua fazenda. Que devia arrebenatar a desordem no dia do aniversário da Independência dos Estados Unidos, em 4 de julho: que devia ser imperador um escravo de Baependi, (antigo colega do Conde dos Arcos) que pretendiam casar com as caiadas, segundo estava ordenado na explicação do sonho do Pico de Itajuru: que foram desapiedadamente castigados esses escravos seduzidos à exceção dos sedutores do Sr. Baependi, que não sofreram castigo por acharem proteção em dois juizes.³⁴³

Embora mostrasse compadecimento com os escravizados punidos, *O Incansável* correspondente da *Nova Luz Brasileira* muito os subestimava. Para ele, o marquês de Baependi, senador Manoel Jacinto da Gama, já tinha conhecimento do armamento de seus escravizados “e ia revoltá-los”, e os escravizados de Baependi “não sabiam ler”, portanto não teriam como ter conhecimento sobre o sonho do Pico de Itajuru e eles também não sabiam história, para entender que o dia 4 de julho era a comemoração da independência dos Estados Unidos. O correspondente dava a entender que eram os responsáveis pela *Aurora Fluminense* aqueles que estavam por trás do acontecimento, pois em seu jornal incitavam a jovem mocidade a ter “braço de chumbo”, e queriam...

que o júri e Guardas Nacionais caiam em poder de chumbos [...] que lamenta que o novo Código tenha penas doces e humanas: que [...] desculpando o governo, diz que as Leis se não cumprem, e, portanto, é o Governo quem é

³⁴¹ VIANA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira* (1812-1869). Imprensa Nacional: Rio de Janeiro. 1945. p. 485.

³⁴² *Nova Luz Brasileira*, n. 150, 2 jul. 1831. p. 1-2.

³⁴³ CORRESPONDÊNCIA. *Nova Luz Brasileira*, n. 160, 17 ago. 1831. p. 1-2.

disso responsável. Notem que a Aurora fala, contudo, em haitianos, porém nunca tocou no conde dos Arcos e seus discípulos, nem dos fatos de S. João Marcos, Valença [...], mas atirando tudo para cima da sua Nova Luz [...] Observem que há pena de morte para o haitianismo e que, portanto, os inimigos da sua Nova Luz, e ocultando os autores de São João Marcos e Valença, se mostram coniventes ou estúpidos. Quem refletir nisso, conhecerá a verdade.³⁴⁴

A acusação de que eram os moderados os responsáveis pelo boato do haitianismo vinha já dessa época. Em 29 de setembro de 1831, o redator de *O Exaltado* levou para o jornal os boatos que circulavam em torno do aparecimento de um cometa que se encontraria com o planeta terra em 1832. O redator escreveu sobre o temor por parte da população, “principalmente a classe mais ignorante”, que acreditava nos boatos em torno dessa notícia, ou “prestígios inventados pela gaiatice, ou pelo fanatismo”. Desse modo, o redator do *Exaltado* se viu obrigado a avisar ao público que “o aparecimento do cometa anunciado em diferentes periódicos o ano passado, não deixa[va] de estar próximo e pelos meses de maio e fins de abril pode[ria] ser já visível aos observadores.”³⁴⁵ Esse cometa não teria nada de extraordinário, porque o próprio redator já o teria visto “em sua idade de 14 para 15 anos em dezembro se não me engano de 1804; o qual se demorava visivelmente sobre o horizonte ocidental até às [ilegível] horas da tarde.”³⁴⁶ Tratava-se do cometa periódico de nome *Biela* e os rumores sobre ele permaneceram na imprensa durante quase três anos. A data é bastante sugestiva, ainda mais porque, no mesmo texto, a Revolução do Haiti foi citada:

Não nos assustem, portanto, os boatos aterradores do encontro do Cometa de 32 com o planeta que habitamos; esses boatos são tão ridículos, como são ridículos os boatos dos conspiradores do Salvador da Pátria pelo *Pronto para tudo*, e tão ridículos, como são tão bem ridículos os boatos da influência da República do Haiti no Rio de Janeiro, boatos espalhados de propósito para incutir medo em nossa gente rustica pelos nossos Aristocratas Laranjeiras.³⁴⁷

Aristocratas Laranjeiras era como os redatores dos jornais ligados aos exaltados chamavam os moderados.³⁴⁸ Em 1835, o redator de *O Novo Caramuru* – que era impresso na tipografia do Paula Brito – citou alguns nomes: “aos nossos laranjeiras de cá, os Evaristos, Januários, Saturninos, Paulos Barbosas, Aureliano e outros cachaçudos chefes da Moderação.”³⁴⁹ O que poderia estar fazendo referência a moradia desses homens que ficava em um dos vales considerados mais “agradáveis” da cidade, que fazia vizinhança com o Catete.³⁵⁰

³⁴⁴ CORRESPONDÊNCIA. *Nova Luz Brasileira*, n. 160, 17 ago. 1831. p. 8.

³⁴⁵ O COMETA... *O Exaltado*. n. 8, 29 set. 1831. P.3

³⁴⁶ O COMETA... *O Exaltado*. n. 8, 29 set. 1831. P.4.

³⁴⁷ O COMETA... *O Exaltado*. n. 8, 29 set. 1831. p.4.

³⁴⁸ *O Sete d'Abril*. n. 101, 10 dez. 1833. p. 4.

³⁴⁹ *O Novo Caramuru*. n. 5, 24 set. 1835. p. 4.

³⁵⁰ INTERIOR... *A Aurora Fluminense*. n. 555, 11 nov. 1831, p. 1-3.

João Braulio Muniz, por exemplo, era morador das Laranjeiras.³⁵¹ Além do mais, bem no mês de setembro, quando os *Aristocratas Laranjeiras* haviam sido mencionados n' *O Exaltado*, apareceram muitas queixas de homens brancos de que estariam sendo aterrorizados no Cosme Velho e em Laranjeiras, os responsáveis seriam alguns homens “pardos forros”, principalmente Domingos José do Espírito Santo, “bastante conhecido de todos; malvado, amedrontava as pessoas e prejudicava a tranquilidade pública. Sucessivos requerimentos chegavam à Polícia, pedindo a sua prisão”.³⁵² Muito provavelmente, a menção jocosa aos *Aristocratas Laranjeiras* levava esses acontecimentos em consideração.

Muitas vezes a linguagem que se usava era tão cifrada que fica impossível entender todos os significados, alegorias que eram usadas. 1804 foi o ano em que a independência do Haiti foi declarada. Pode não passar de uma coincidência, é possível que o cometa tenha mesmo aparecido no ano mencionado. No entanto, nas datas mencionadas para o ano de 1832, aparentemente, o *Biela* não foi visto.³⁵³ Segundo o redator de *O Exaltado*, o cometa seria “visível aos observadores” em fins de abril ou início de maio, mas isso não aconteceu. Em julho, no *Diário do Império*, uma análise de M. Arago, no *Anuário Gabinete das Longitudes*, para o ano de 1832, previa que esse mesmo cometa se aproximaria da órbita terrestre, mas em 29 de outubro do mesmo ano.³⁵⁴ No *Jornal do Comércio*, a data estimada era a de 27 de novembro. Falava-se muito em fim do mundo, que seria causado pela aparição do astro e o redator do *Jornal do Comércio* acalmava os leitores e leitoras informando que a probabilidade do cometa se chocar com a terra era a mesma de ganhar na loteria.³⁵⁵

Mas os boatos e os rumores ao redor da informação sobre o cometa, por exemplo, não foram tão inofensivos. Durante três anos esse assunto esteve presente no debate público e o medo que as notícias falsas em torno do mesmo causavam eram trazidas às folhas pelos redatores. Não foi possível avistar o astro Biela em maio, outubro ou novembro de 1832. O único cometa que apareceu nesse período e que foi avistado em 10 de novembro do mesmo ano, por muitos leitores e leitoras, foi o jornal de Cândido Ladislau Japiassu: *O Cometa: a Pátria!*³⁵⁶ Muito possivelmente, Japiassu pegou a cauda dos rumores do Biela e lançou seu jornal.

³⁵¹ *O Sete d'Abril*. n. 279, 22 set. 1835. p. 1.

³⁵² RIBEIRO, Gladys Sabina. 2000. p. 2.

³⁵³ “Ao prever a passagem do cometa Biela em 1832, Olbers anunciou que sua cauda passaria pela Terra e que provocaria algum tumulto na Europa. Olbers equivocou-se, pois, a passagem desse cometa, naquele ano, foi serena.” Ver em: BASSALO, José Maria. Olbers, suas contribuições à Astronomia e o seu “paradoxo”. *Seara da Ciência*. Universidade Federal do Ceará. <https://seara.ufc.br/wp-content/uploads/2019/03/folclore23.pdf>.

³⁵⁴ *Diário do Governo*, n. 2. 3 jul. 1832. p. 51.

³⁵⁵ *Jornal do Comércio*. N. 46. 25 set. 1832. p. 2

³⁵⁶ COMUNICADOS...*O Sete de Abril*, n. 2. 05 de jan. de 1833. p. 2.

Lembrem-se também de que, menos de um mês antes, Japiassu foi mencionado como autor, junto com Montezuma, do requerimento que pedia a soltura de Maurício de Lafuente.³⁵⁷ Há apenas um número do *Cometa* na Biblioteca Nacional, por isso é sempre mais complexo entender os diálogos porque, ao contrário da *Aurora Fluminense* que tem anos de exemplares digitalizados, desses jornais da oposição da época, como é possível perceber, poucos números sobreviveram ao tempo. Não há possibilidade de aprofundar nessa questão, mas o que podemos dizer com propriedade é que *O Cometa* foi também inimigo declarado dos moderados e de Evaristo da Veiga.

Voltando ao *O Exaltado*, ainda em 1831, um redator que escrevia sobre Marcelino (talvez seja o próprio falando sobre si mesmo) voltava a mencionar a Revolução Haitiana. Para ele, não o assustava as nuvens negras vindas da Serra do Itajuru, mas sim as nuvens das intrigas que se davam nos horizontes políticos do Brasil e as vozes da moderação fingida. Marcelino, em dezembro de 1831, foi acusado pelo Ministro da Justiça, Ovidio Saraiva, – “moderado” como citou o redator – pois seu jornal, o exemplar de número sete, havia abusado “da liberdade de exprimir os pensamentos”.³⁵⁸ Conforme continua o texto, o redator escreveu que Marcelino Ribeiro teria desmanchado “a intriga perniciosa, apesar de ridícula, da sonhada república do Haiti, que os moderados fingiram para inculcar a necessidade de ficarem assassinando os brasileiros.”³⁵⁹ Marcelino seria, portanto, réu nos crimes de “rebelião, sedição, impressão; e de caluniador contra as sagradas Pessoas de S. M. I., e dos Regentes; e contra cada uma das Câmaras Legislativas.”³⁶⁰ O argumento do redator de *O Exaltado* era muito parecido com aqueles saídos do Paula Brito, da imprensa dos homens de cor, sobre como os exaltados lutaram ao lado dos moderados nos movimentos do 7 de abril, por projetos políticos que depois de conquistada a abdicação foram descartados pelos “marrecos” ou chimangos”. Não encontrei informações sobre o padre Marcelino Pinto Ribeiro ser mulato ou homem de cor, sabe-se apenas o nome de seu pai, um homem branco. A mãe é desconhecida.³⁶¹ De todo modo, foi possível perceber no texto de *O Exaltado* uma crítica aos “brancos moderados”, como acontecia nos jornais publicados no estabelecimento do Paula Brito. Assim também aconteceu n’*A Malagueta* que trouxe crítica e informações parecidas, de que seria Evaristo da Veiga quem havia promovido – “talvez sem querer” – o haitianismo.³⁶² Assim foi também, três anos depois, com

³⁵⁷ O SOBERANO PODER JUDICIÁRIO...O Sete d’Abril, n. 88. 26 out. 1833. p. 4.

³⁵⁸ JURI DOS EXALTADOS. *O Exaltado*. n. 13., 01 de dez. de 1831.

³⁵⁹ CORRESPONDÊNCIA...*O Exaltado*. n. 13, 01 de dez. de 1831.

³⁶⁰ JURI DOS EXALTADOS. *O Exaltado*. n. 13., 01 de dez. de 1831.

³⁶¹ CAMPOS, 2018.

³⁶² OS DOIS MOCINHOS... *A Malagueta*, n. 144. 25 de fev. de 1832.

essa mesma versão dos fatos, que circulou na imprensa da Corte *A Voz do Bebiribi*, cujo redator, em defesa do Governo, escreveu: “No Rio de Janeiro se disse que a perseguição dos pretos e assoalhamento do haitianismo era invenção dos Moderados para tornar necessário um Regente enérgico, o Sr. Feijó.”³⁶³

Ao buscar na *Aurora Fluminense* o “outro lado” da história, foi possível constatar que a folha de Evaristo da Veiga foi uma das que mais apresentou ocorrências para a palavra haitianismo, em meio aos impressos na década de 1830 e digitalizados na Biblioteca Nacional, juntamente com a *Nova Luz Brasileira*. Boa parte dessas ocorrências da *Aurora* citam a tipografia de Francisco de Paula Brito ou os impressos que saíam desse estabelecimento. Em relação a 1835, por exemplo, foi encontrado o seguinte texto: “Não sabemos o que tem com o negócio do *haitianismo* os papéis impressos na Tipografia do Sr. Paula Brito; que é trave que não lhes passa da garganta para baixo.”³⁶⁴ O motivo para o texto do redator *moderado* era o conteúdo do, então, novo impresso que saía do prelo do editor – ainda *exaltado* – intitulado *O Eleitor*, que era declaradamente a favor da candidatura de Holanda Cavalcante, contrário a Diogo Feijó, como já vimos. O redator de *A Aurora* se defendia das acusações d’*O Eleitor* de “que o boato de *haitianismo*” era “um engodo da invenção dos moderados para forçar os Eleitores a votar no Senador Feijó” e que tudo isso não passava de uma “intriga mal armada”. E continuou...

O que se encontra nos papéis da tipografia do Sr. Paula Brito (ignoramos o porquê) é uma sensibilidade morbífica sobre *haitianismo*, um grande medo de que se patenteiem planos que existem nesse sentido, e de que se tomem providencias adequadas a importância e gravidade do assunto. Pretende *O Eleitor* que na sessão secreta da Assembleia Provincial mostrássemos grande audácia contra o *haitianismo*. Nada diremos nem podemos dizer quanto ao que se passou na sessão secreta; mas para patentearmos o nosso horror contra semelhantes detestáveis desígnios, não carecemos das trevas do segredo. Fállo-emos sempre em voz clara, alto, e bom som sem recearmos a punição de que *O Eleitor* entende ser *audácia* grande da nossa parte.³⁶⁵

O redator de *A Aurora Fluminense* dava a entender que não só reprovava os assuntos referentes ao haitianismo, como criava uma dúvida sobre uma sensibilidade doentia que os papéis saídos do Paula Brito tinham com relação a esse assunto e do medo, que possivelmente tinha o editor, de que se fizesse público os planos existentes em favor do *haitianismo* e que os mesmos fossem punidos. Infelizmente, a Biblioteca Nacional não possui exemplares do *Eleitor*, o que sabemos sobre seu conteúdo está no livro de Hélio Vianna e ele não citou nada referente

³⁶³ *A Voz do Bebiribi*, n. 16. 19 de jun. de 1835. p. 3.

³⁶⁴ *Aurora Fluminense*, n. 1032. 27 de mar. de 1835. p. 5.

³⁶⁵ *Aurora Fluminense*, n. 1032. 27 de mar. de 1835. p. 5.

ao *haitianismo*.³⁶⁶ No entanto, cinco dias depois dessa primeira ocorrência, o assunto foi abordado novamente em *A Aurora* e além de *O Eleitor*, *A Novidade* – outro jornal saído da *Tipografia Fluminense de Brito E C.* – passava a ser também alvo de crítica: “É o haitianismo um invento da Moderação para dar votos a Feijó [...] Assim discorrem pouco mais ou menos o *Eleitor*, a *Novidade*, o *Pão de Açúcar* e outros.”³⁶⁷ O redator de *A Aurora* argumentou que essa e outras “invenções” eram considerações importantes e graves e aqueles que julgavam “acobertar-se com as trevas do mistério” não estavam ao abrigo da “vigilância dos bons cidadãos”. Mesmo que não houvesse “provas suficientes para que juridicamente” se procedesse contra “esse ou aquele agitador”, o redator estava certo de que havia provas o bastante para saber que os planos de 1831 não tinham sido abandonados. Nesses planos, segundo o periódico *A Aurora Fluminense*, se procurava “irritar a gente de cor contra o resto da Sociedade, e mesmo derramar na escravatura ideias que lhes eram de todo estranha.” Acusou *A Novidade* de, em 1833, “espalhar entre os pardos a cizânia, induzindo-os a crer que as Reformas tinham por único objeto privá-los dos seus direitos e reduzi-los à condição que se acham na América do Norte”.³⁶⁸ Estava, então, explícito, porque o redator de *Aurora* entendia que os jornais saídos do Paula Brito e a imprensa negra da época estavam articulando uma versão da revolução haitiana no Brasil.

Ainda conforme escreveu o redator de *Aurora* de Evaristo da Veiga, eram os responsáveis pelo jornal *A Novidade*, os caluniadores que trabalhavam para enfurecer os homens de cor contra “certos homens” inventando mentiras sobre eles. O redator contou que “um centro tem existido no Rio de Janeiro que assim calcula sobre a simplicidade de uns, sobre o prejuízo de outros e que aproveita para seus fins todos esses elementos.”³⁶⁹ Não estaria ele dando a entender que esse centro seria um espaço tipográfico de onde se imprimiam esses jornais, que segundo o redator de *Aurora*, inventavam calúnias e boatos sobre homens brancos moderados com o objetivo de enfurecer a gente de cor? É possível que sim. Como já foi argumentado nesse trabalho, os exaltados e moderados tinham projetos políticos que os fizeram lutar juntos para a abdicação de Pedro I. No entanto, depois de configurada a Regência, os primeiros, principalmente os homens de cor exaltados, não tiveram participação nas decisões administrativas do novo governo. Muitos dos projetos defendidos por esses homens e os próprios foram “descartados” pelos “brancos moderados”, inclusive, na distribuição de cargos

³⁶⁶ VIANNA, Hélio. Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869). Imprensa Nacional: Rio de Janeiro. 1945. p. 297.

³⁶⁷ *Aurora Fluminense*, n. 1.034. 01 de abr. de 1835. p. 1.

³⁶⁸ *Aurora Fluminense*, n. 1034. 01 de abr. de 1835. p. 1.

³⁶⁹ *Aurora Fluminense*, n. 1034. 01 abr.1835. p. 1.

e empregos. A reação dos homens de cor, alinhados aos exaltados, a essa situação, como podemos observar, foi vista (ou disseminada) pelos homens brancos moderados como uma tentativa de criar a discórdia entre os mesmos.

Para se defender de que não eram os moderados aqueles que espalhavam os boatos do haitianismo, o redator se dirigiu aos responsáveis pelo jornal *A Novidade* para fazê-los notar que “as mesmas suspeitas, nascidas no Rio de Janeiro acerca da existência de uma sociedade haitiana” apareciam também na Bahia e Pernambuco, onde não preponderava o partido moderado. Como, depois disso, argumentava o mesmo redator, “crer que essas suspeitas, que os sintomas da insubordinação da escravatura [...] sejam tudo manejos do partido Moderado, para a eleição de Feijó?”³⁷⁰ O que o redator queria provar era que quem se empenhava em “dissuadir a população a quaisquer temores a respeito das tentativas de *haitianismo*” era *A Novidade*, seu redator e – sendo anônimo, ou acobertado “pelas trevas do mistério” – o impressor e editor, nesse caso, já mencionado por ele: Francisco de Paula Brito.

Passados cinco dias da *Aurora* de número 1034, o assunto voltava às suas páginas. O objetivo, dessa vez, era fazer com que os leitores e leitoras compreendessem que não se podia confundir haitianismo e homens de cor. O redator entendia que essa confusão servia como propósito para “reunir todos os pardos em um só grupo à parte, fazendo-lhes acreditar que a sua causa, os seus interesses são alheios aos do resto da Sociedade.”³⁷¹ Esse parecia ser o grande temor dos moderados atuantes em *Aurora*. Mas eles, os moderados brancos, diziam não acreditar nisso, pois “entre os pardos [...] ha[via] pessoas de consumada instrução” que não ignoravam que ser pardo no Brasil era muito melhor que em “S. Domingos” e na “América do Norte”. No Brasil, por exemplo, conforme argumentou o redator, os homens de cor não tinham “as queixas” que exasperavam os homens de cor de S. Domingos, ou sofriam o isolamento e o desprezo em que estava posta a parte da população parda na América do Norte. Para o redator de *A Aurora*:

No Brasil as coisas se passam muito diversamente: quer no tempo do Governo absoluto, quer sob o regime constitucional, nenhuma diferença legal foi estabelecida entre os brancos e a gente de cor livre. Alguns prejuízos da educação a tal respeito, que acham origem na existência da escravatura e nas castas a que a escravatura pertence, perdem todos os dias da sua força e cedem o campo aos triunfos da filosofia. Não há maior iniquidade do que confundir *homem de cor* com *haitiano*: dos homens de cor livres, muitos tem escravos, e são tão interessados como os **nossos Cidadãos**, em que as ideias do feroz haitianismo não triunfem. Pardos conhecemos nós em quem o horror a

³⁷⁰ *Aurora Fluminense*, n. 1034. 01 abr.1835. p. 1.

³⁷¹ *Aurora Fluminense*, n. 1036. 06 abr.1835. p. 1.

semelhantes [ilegível] não pode ser exercido, e que tem mesmo prestado serviços importantes ao país, indicando as fontes do mal e mostrando quais têm sido a sua marca e os seus progressos. No entanto, que sobre dois brancos, escritores bem conhecidos pela exageração frenética de suas doutrinas recaem justificáveis suspeitas de que trabalham em favor do haitianismo. Ao menos, tem eles sido por vezes acusados de semelhante crime e não puderam até agora lavar-se da imputação.³⁷²

Então, no argumento do redator, nenhuma diferença legal havia entre os brancos e a gente de cor livre, embora os **nossos Cidadãos** se apresentassem no texto como alguém que diferia dos últimos, ou seja, a gente de cor livre não parecia estar incluída. Esses conflitos, segundo o redator, eram resultado de uma educação pouco efetiva sobre esse assunto, que achavam origem na existência da escravidão e no grupo social a que ela pertencia. Mas essas ideias perdiam a força com o passar dos dias quando cediam aos campos das explicações e triunfos filosóficos. Além do mais, continuava o moderado, era um erro confundir homem de cor com haitiano porque muitos dos homens de cor livres possuíam escravos e eram contrários às ideias do haitianismo e que, inclusive, indicavam as fontes desse mal, mostrando suas marcas e progressos. Ora, era percebida uma mudança no posicionamento do redator da *Aurora*, com relação aos textos anteriores, pois a partir de então, nem era sobre os homens de cor que recaíam as suspeitas do trabalho em favor do haitianismo, mas de dois “brancos, escritores bem conhecidos” por suas doutrinações. De imediato, foi possível notar que o redator de *A Aurora Fluminense* pudesse estar falando sobre João Batista Queiroz que, conforme demonstrado na Tabela 1, era um assíduo frequentador da Tipografia de Paula Brito nos primeiros anos de seu funcionamento e que era, muitas vezes, usado por Evaristo da Veiga em *Aurora* para apagar o protagonismo dos homens negros e seus impressos, suas ações e agencia na imprensa da época. No entanto, em *O Pão d’Açúcar* – um jornal vinculado aos aristocratas da Corte e grandes comerciantes portugueses –³⁷³ há informações que levam a crer que esses dois homens brancos eram portugueses. O que não é o caso de Batista Queiroz.

Ainda na tentativa de dizer que alguns homens brancos eram haitianistas, no mesmo artigo, o redator de *Aurora* tentou novamente diferenciar haitianismo de homem de cor, argumentando que o primeiro caso era “filho ou de fanatismo político ou de depravação da alma” e o segundo “um acidente que ninguém é culpado.”³⁷⁴ Vejam, o redator dos moderados explicava em nome do partido e do jornal que os mesmos não faziam diferenciação “entre esta

³⁷² *Aurora Fluminense*, n. 1036. 06 de abr. de 1835. p. 3. **Grifo nosso.**

³⁷³ SILVA, Karine de Souza; SÁ, Miguel Borba de. Do Haitianismo à Nova Lei de Migração: Direito, Raça e Política Migratória brasileira em perspectiva histórica. *Revista Nuestra América*. Vol. 9, n. 17, 2021.

³⁷⁴ *Aurora Fluminense*, n. 1036. 06 de abr. 1835. p. 3.

ou aquela casta, a esta ou aquela classe da Sociedade” e que combatiam muito para que a “Retrogradação” não desse fim a “Comunidade”. Mas eles não podiam “sofrer que a pretexto de defender os direitos e a causa dos homens de cor” estivessem fazendo a eles “a mais cruel injúria” e se empenhasse “uma tática perversa para separá-los da massa Social, formando no Estado um novo Estado.”³⁷⁵

Os moderados tinham conhecimento que muitos homens negros, principalmente alinhados aos exaltados, estavam frustrados com os rumos da política moderada depois da abdicação de Pedro I. Mas, para a *Aurora Fluminense*, quem ainda preferia os “injustos ressentimentos”, não era “digno do nome de patriota”. Estar a população dividida em partidos,

era útil em um governo livre [...] contanto que estes não lancem mão da violência e dos meios ilegítimos; mas nunca pode deixar de ser aí funesto que a população se ache dividida em castas rivais, inimigas uma da outra e cujo rancor mutuo venha assim a ser eterno, porque os acidentes da natureza que os separam, nem mudam, nem se modificam.³⁷⁶

Parecia, no mínimo, que o redator estava preocupado com uma possível organização da *gente de cor* e uma divisão entre eles e os homens brancos. Divisão que, anos antes, depois da abdicação de Pedro I, os mesmos moderados haviam fortalecido. Ainda insistindo na condição de cor ser um “acidente da natureza”, enfatizou que isso, esse acidente que os separavam, não mudaria e nem modificaria.

Ainda em 1835, *O Pão d’Açúcar* voltava a abordar o assunto ao mencionar um boato de que existiriam, na corte, sociedades secretas que apregoavam doutrinas do haitianismo e que eram sustentadas por grande número de “*sócios de cor*, livres e cativos.”³⁷⁷ Mas, o redator de *O Pão d’Açúcar* parecia desconfiar da existência dessas sociedades secretas: “Consta a todos, e ninguém apesar do perigo se apresenta mostrando de que modo lhe tem constado que existem tais Sociedades.”³⁷⁸ Apenas os Deputados de uma Assembleia teriam essa informação, mas nenhum deles, “por um meio qualquer”, comunicava o governo sobre o assunto. Então, o redator perguntava: era também indolente a Polícia da Corte, pois se todos sabiam, por que ela tudo ignorava?

Nada cremos mais pernicioso que a propalação dessas ideias de haitianismo; e até é para nós bem pasmosa a publicidade que se lhes tem dado, quando melhor convinha, admitida a existência, prevenir-se ao Governo, e em silencio, daquilo que se soubesse, visto que constando a todos, duma ou doutra

³⁷⁵ *Aurora Fluminense*, n. 1036. 06 de abr.1835. p. 3.

³⁷⁶ *Aurora Fluminense*, n. 1036. 06 de abr. de 1835. p. 3.

³⁷⁷ RIO DE JANEIRO... *Pão D’Açúcar*, n. 27. 07 de abr. de 1835. p. 1.

³⁷⁸ RIO DE JANEIRO... *Pão D’Açúcar*, n. 27. 07 de abr. de 1835. p. 1.

parte se achariam traços que encaminhassem ao conhecimento da realidade; e destarte cientificado o Governo acerca do objeto, ele surpreenderia tais Sociedades em suas reuniões.³⁷⁹

O redator de *O Pão d’Açúcar* estava mandando recado para a *Aurora Fluminense*, pois se os chamados haitianos e essas sociedades secretas realmente existissem, argumentava ele, a publicidade sobre o assunto não fazia sentido e só comprometeria a situação. O redator – depois de citar a fala de um sócio da Sociedade Defensora, para quem a origem do *haitianismo* seria portuguesa que, pelo ressentimento causado pela independência do Brasil, revoltaram “os africanos contra os brancos” e que o mesmo sabia disso porque dois portugueses o “haviam dito” – perguntou ao leitor e leitora: “Será crível que sendo bem conhecido o tal defensor por seus feitos moderados, dois portugueses lhe dissessem tanto, quanto verdadeira fosse essa vingança?”³⁸⁰ Logo em seguida, o mesmo argumentou que o fato de os moderados avivarem esse ódio (entre portugueses e brasileiros), mostrava o quanto estavam, enquanto partido, agonizando e que não eram de fato amantes da pátria, mas dos seus interesses imediatos. Além do mais, para o *Pão d’Açúcar*, os verdadeiros haitianos eram aqueles que toleravam insultos dos ingleses e franceses que “açoitavam brasileiros” e que vinham ao Brasil apenas para levar o ouro que aqui existia e por fim, haitianos eram “unicamente esses moderados que tem apregoado a licença em vez da liberdade, a discórdia em lugar do patriotismo.” A última pergunta que o redator faz, direcionada aos moderados, mostra que eles não estavam ao lado dos homens de cor, pelo contrário, era a relação com os portugueses que os preocupavam. Ainda que o objetivo não fosse o mesmo dos jornais saídos do prelo de Paula Brito, é possível entender que o redator de *O Pão d’Açúcar* acreditava serem os moderados os responsáveis pelo boato sobre o haitianismo estar circulando na imprensa da corte e que isso era motivado por seus conflitos contra os homens de cor. “Dizei-nos, moderados, pretendeis debelar o haitianismo e buscais dilacerar os da vossa cor?” A divisão entre as “castas” estava há muito posta.

Mesmo depois de todo esse debate, o assunto ainda não havia cessado. Semanas depois, *A Aurora Fluminense* citava um jornal diferente, mas que saía do mesmo prelo dos anteriores: o *Estafeta Monárquico*, impresso na tipografia do Paula Brito, era o “retrógrado” do momento. “No n. 14 torna o *Estafeta* longamente ao negócio do haitianismo”.³⁸¹ Como nos casos anteriores, *O Estafeta* também não está digitalizado na Biblioteca Nacional. O que podemos

³⁷⁹ RIO DE JANEIRO... *Pão D’Açúcar*, n. 27. 07 de abr. de 1835. p. 1.

³⁸⁰ RIO DE JANEIRO... *Pão D’Açúcar*, n. 27. 07 abr. 1835. p. 1.

³⁸¹ *Aurora Fluminense*, n. 1039. 27 abr. 1835. p. 2.

concluir é que o assunto sobre possíveis organizações haitianas no Rio de Janeiro circulou bastante na imprensa da época. Lilia Schwarcz e Heloísa Starling escreveram sobre isso:

No século XIX, quando os periódicos eram poucos, mas as fofocas muitas, o Haiti frequentou as manchetes e as boticas – local dileto para a difusão das últimas novas. Comentavam-se à solta as rebeliões escravas que assolavam a ilha, levando ao descontrole geral ou ao controle da situação pelos africanos, o que, na linguagem da época, implicava imensa falta: de regra, de governo, de racionalidade. Como não existiam notícias objetivas, sobrava temor.³⁸²

Embora fofoca ainda não aparecesse nos jornais e dicionários da época, podemos dizer que no século XIX os rumores em torno do haitianismo poderiam, possivelmente, ter sido usados por muitos echacorvos ou echadiços. Para os moderados de *A Aurora Fluminense*, a organização de um possível haitianismo no Rio de Janeiro estava ligado a Paula Brito e os jornais que eram impressos em seu estabelecimento. Para alguns jornais alinhados aos exaltados – mas também, como vimos, por alguns que possuíam outra identidade política – e/ou impressos na tipografia do Paula Brito, os moderados eram os principais suspeitos de espalhar rumores sobre uma organização haitiana, com o objetivo de obter vitória nas eleições para Regência ou descredibilizar alguns homens de cor, especificamente seus inimigos políticos. O que podemos concluir é que esse “boato” é um exemplo de como a partir da discussão verdade/mentira é possível adentrar na arena dos jogos políticos da época, principalmente na oposição entre moderados e exaltados e que essa discussão também passa pelo viés racial. Ou seja, a partir dessa discussão é possível entender um pouco mais a existência de um conflito entre “raças” que, como descreveu Ana Flávia Magalhães, foram “vivenciados a partir de identidades raciais instáveis e/ou negadas, elaboradas em espaços sociais da liberdade.”³⁸³

Podemos encontrar outro exemplo de boato no quarto número d’*O Grito dos Oprimidos*, publicado em 25 de maio de 1833 e também impresso na tipografia do Paula Brito: “um boato que se tem espalhado há dias” sobre um desembargador que “espancara com uma cadeira” um ex-ministro da justiça. “Um boato” que, segundo o redator do jornal, já havia falado um “colega, o Corajoso Índio Carijó”, mas que eles não tinham acreditado porque tinham informações de que o Senhor Carneiro Leão jamais teria tratado mal a alguém...

Todavia não podíamos também supor que este boato assim parecesse e engrossasse, sem haver algum princípio; e acontecendo que uma noite nos deitássemos e adormecêssemos a pensar nisto, eis que um importuno sonho nos referiu: que o Sr. Carneiro Leão [o ex Ministro] fora grosseiramente insultado numa Floresta pelo Sr. Vergueiro [o Desembargador], dizendo-lhe

³⁸² SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. pp. 228-229.

³⁸³ PINTO, 2018. p. 24.

este, além de outras coisas que ele se correspondia em particular com o Vice Presidente de Minas o Sr. Manoel Soares do Couto, do que se ressentira, com razão, o Sr. Carneiro Leão, e que chegara a tal ponto a argumentação, que das palavras passaram as mãos resultando daqui querer o Sr. Vergueiro demitir-se. Acordei, e nenhum crédito dei, nem devia dar a semelhante coisa: (os nossos leitores façam o mesmo se quiserem) é, porém, verdade que com o boato das pancadas se disse que o Sr. Vergueiro se demitia, e que até chegou a largar a Pasta por um dia a pretexto de moléstia; porém que logo que o Sr. Carneiro Leão deu a sua demissão, cessaram os incômodos do Sr. Vergueiro, e retomou a Pasta com tanto gosto, que até (valha a verdade) no dia 15 deram um jantar aos *seus amigos* em Botafogo na casa de um Sr. Inglês REPUBLICANO por motivo da saída do Sr. Carneiro Leão. [...] Não garantimos a veracidade de tudo isto, e só comunicamos aos nossos Leitores o que ouvimos”³⁸⁴.

O nome Floresta era usado para se referir à publicação *A Aurora Fluminense*. O redator de *O Grito*, fez uso de procedimentos da ficção como estratégia para dar a notícia, ao dizer que um sonho os ajudou a entender o que possivelmente aconteceu e deixando subentendido a dúvida ao leitor: “Acordei, e nenhum crédito dei, nem devia dar a semelhante coisa: (os nossos leitores façam o mesmo se quiserem) é, porém, verdade que com o boato das pancadas se disse que o Sr. Vergueiro se demitia.”³⁸⁵ O “boato” sobre a agressão pode ter circulado em apenas dois jornais, além de *O Grito dos Oprimidos*, foi encontrada a mesma notícia em *O Carijó: Jornal Político e Literário* que também teve alguns de seus números impressos na Tipografia de Paula Brito, inclusive a edição que mencionou o ocorrido:

Lastimamos com a mais pungente dor que um Sr. Ministro da Justiça, dotado das qualidades de chimango [moderado], *probo*, *douto* e de *varonil* conceito, se deixasse levar com uma cadeira na cabeça, e rosto; e a não ser para sacudir-lhe a poeira dos miolos, se é que os tinha, nenhuma outra razão podia haver.³⁸⁶

O redator de *Carijó* dava a sua versão dos fatos: o Ministro da Justiça, Sr. Carneiro Leão, achava-se de cama em um quarto escuro, com “bixas pela cabeça e rosto”. A princípio, dizia *O Carijó*, pensavam ser a causa das bixas, febres do tempo ou a cólera morbos, mas por meio de “seu Ordenança, e pelo mesmo barbeiro que lhe aplicou as bixas, e Médico, que lhes mandou aplicar, que a moléstia de S.E procedia de socos e cadeiradas” e que esse momento incomodo, mas nada grave, o deixaria por pouco tempo impossibilitado de fazer seu conspícuo relatório. A causa do imbróglio entre ministro e desembargador teria acontecido porque o primeiro havia deportado o segundo, que exercia sua função na Relação da Bahia e queria o ministro que o desembargador fosse para a Relação do Maranhão.³⁸⁷

³⁸⁴ UM BOATO... *O Grito dos Oprimidos*. Rio de Janeiro, n, 4, 25 mai. 1833. p. 6.

³⁸⁵UM BOATO... *O Grito dos Oprimidos*. Rio de Janeiro, n, 4, 25 mai.1833. p. 6.

³⁸⁶ ACONTECIMENTO RARO E EXTRAORDINÁRIO. *O Carijó*, n. 51. 15 mai. 1833. p. 2

³⁸⁷ ACONTECIMENTO RARO E EXTRAORDINÁRIO. *O Carijó*, n. 51. 15 mai. 1833. p. 1

É possível encontrar, nesse caso, traços de uma crítica que fazia uso – às vezes separado, outras misturando – da ficção, ironia, mentira e sátira. Foi comum à Petalógica da década de 1850 e já pode ser percebida nesses primeiros jornais impressos na tipografia de Paula Brito, nos primeiros anos da década de 1830. É um modo de mentir que pode explicar – conforme argumentou Barnes – “o fascínio pelas compilações de mentiras”.³⁸⁸ Ou, no caso desta pesquisa, o fascínio pelas rusgas dos jornais que circulavam na imprensa das regências. É uma prática do mentir que está, muitas vezes, relacionada ao humor – mas que nem todos riem. O jornal *O Evaristo*, por exemplo, trouxe algumas características comuns à maneira como os membros da Petalógica elaborariam suas críticas. Há, no terceiro número de 1833, a publicação de um Decreto, assinado por alguém chamado D. Promotóribus Pancrácio Furibundo Lourihan,

condecorado com a Gran Cruz da Batalha da Comida, Inspetor Geral das Trovoadas, Diretor dos Raios e Coriscos; para não ofender a glória dos gloriosos Municípios de Marrocos, Grão Administrador das forjas das intrigas. Tudo por nomeação do Cônsul do Japão, aquém Deus guarde de alguma boa maçada de pau. etc. etc. etc. etc. etc. etc.³⁸⁹

Decreto este que poderia estar fazendo uma crítica às ações (ou falta delas) da polícia e autoridades da Corte referentes ao Código de Posturas da Câmara Municipal, de 1830, mas também a outras legislações responsáveis pela circulação de pessoas nas ruas. No Decreto publicado em *O Evaristo*, *D. Promotoribus* – um “nome tão estapafúrdio” que poderia ser facilmente aceito “na Arcádia Petalógica”, como indicou um membro da Petalógica anos depois –³⁹⁰ mencionou um certo município que abrangeria a “imensa região do ar” e que não poderia por mais tempo estar desabitado:

a translactância dos moradores desse *município*, é para fazer lágrimas lagrimosas, capazes de com a veemência persuasiva da sua fogosa corrente, abrasarem todas as rochas do mar cáspio, e fazerem ressuscitar a todos os mortos que virando quatro cambalhotas no globo, peçam Misericórdia das *gloriosas* ações por nós praticadas prática e teoricamente na nossa encanecida teoria. Portanto, fica desde já proibida a reunião das aves em qualquer ponto fixo da terra ou lagoa que estiver na colocação colocada do já dito, referido, e mencionado termo. A Permanência das guardas encarregadas de enxotar a esses quadrúpedes e anfíbios do Reino atmosférico será responsável pela falta de execução executiva desta ordem consequente da minha autoridade *gloriosa*, que em consequência da autoridade do Cônsul do Japão me foi delegada.³⁹¹

O município do reino atmosférico ou da imensa região do ar, que não poderia ficar por mais tempo desabitada, tinha como habitantes as aves, mas também anfíbios e quadrúpedes,

³⁸⁸ BARNES, Op. Cit. p. 19.

³⁸⁹ D. PROMOTORIBUS. *O Evaristo*, n. 3. 12 de out. de 1833. P. 4.

³⁹⁰ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 614. 21 de agosto 1855.

³⁹¹ D. PROMOTORIBUS. *O Evaristo*, n. 3. 12 de out. de 1833. p. 4.

que – fora do reino atmosférico – seriam enxotados de qualquer ponto fixo da terra ou lagoa pela guarda, a responsável “pela falta de execução executiva” desta ordem. As ações eram praticadas, “prática e teoricamente” na “encanecida teoria”, ou seja, muito provavelmente não aconteciam. José Ignácio Borges, em Relatório do ano 1835, publicado no *Brasil: Ministério do Império*, escreveu que a maior parte das providências acordadas não saiam do papel, as leis geralmente não eram executadas.³⁹²

As Câmaras Municipais, embora durante o império tenham se tornado meras corporações administrativas, funcionavam como espaços de regulação da vivência nas cidades, principalmente através dos Códigos de Posturas, pelos quais eram responsáveis. O Código de 1830 era dividido em duas seções, Saúde Pública e Polícia e apresentava 179 artigos que incidiam sobre temas diversos do cotidiano da vida na cidade, como, por exemplo, a proibição de “fazer vozerios, alaridos e dar gritos nas ruas, sem ser objeto de necessidade, assim como é proibido a quaisquer trabalhadores andar em gritando pelas ruas, sob pena de 48 horas de prisão, de 1\$000 de multa”; pessoas que fossem encontradas “vadia, ou como tal reconhecida, sem ocupação honesta ou suficiente para sua subsistência” seriam multadas em 10\$000 e ficariam oito dias na cadeia.³⁹³ O Código de Posturas da Câmara coibia o ajuntamento de pessoas nos espaços urbanos, que tipificava o ajuntamento de três ou mais indivíduos nas ruas e estabelecimentos comerciais como crime policial: “Julgar-se-á cometido este crime [ajuntamento ilícito] reunindo-se três, ou mais pessoas com intenção de se ajudarem mutuamente para cometerem algum delito.”³⁹⁴

Uma das críticas que circulava na imprensa da época, especificamente sobre as posturas do Código, era que as mesmas não eram executadas, que era necessário fazer uma revisão e correção porque o Código era “pobre dos meios próprios de leva-los a execução”.³⁹⁵ Em 1831, o redator d’*O Simplicio* escreveu sobre uma senhora que ao ouvir falar em *Posturas*, levantou-se aflita e contou que “a respeito das posturas” era mestra; “as minhas galinhas são as melhores poedeiras que há nessa cidade”, mas por conta ou dos galos, ou por infelicidade da família, poucas ninhadas davam bom resultado. Sobre essa conversa, o redator concluiu:

³⁹² *Brasil: Ministério do Império*. n. 1, 1835.

³⁹³ Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Imprensa Nacional, 1830, p. 29 e 34.

³⁹⁴ Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Imprensa Nacional, 1830, p. 195.

³⁹⁵ Artigos não oficiais. *Correio Oficial*, n. 34. 13 fev. 1836. p. 3.

Os maganões deram risadas sobre risadas e trataram de se divertir à custa da boa-fé da Senhora, de maneira que as tais *posturas* andaram numa roda viva. Eis aqui como tudo anda; e até o nosso governo!! Não há de faltar quem julgue ser isto uma sátira às Posturas da Câmara Municipal; se assim for, lá se avenham: o *Simplicio* pouco entende desse gênero e limita-se a dizer que o pior da Lei é a dificuldade da sua execução; e todos sabem que sem esta, nada vale aquela. Veremos na prática e Deus queira não venham a ter sorte igual a que tiveram as ninhadas da Senhora.³⁹⁶

Nessa parte do texto é possível perceber com mais facilidade os usos que o redator fez das técnicas de linguagem. A sátira funciona, muitas vezes, como uma denúncia, está ligada ao riso e a zombaria e trabalha com a representação dos defeitos dos homens. Embora sempre tenha um alvo, pode não o apresentar de maneira específica ou explícita e essa pode ser a maior dificuldade para se entender o humor satírico que pode ser bastante sutil e lançar mão da ironia.³⁹⁷ Como a comédia, a sátira tem o objetivo de “pintar o vício, a fim de atacá-lo”,³⁹⁸ mas diferente da primeira, o modo como a sátira alcança esse objetivo é mais direto...

O poeta cômico cria pinturas gerais dos homens viciosos, seus retratos são compostos de feições tiradas de diferentes modelos. Ele não está sob o império de um único nome próprio, muito pelo contrário, deve evitá-lo ao máximo, visto que apenas assim é facultada aos espectadores a decisão sobre a aplicação a fulano ou a sicrano, e até a si próprio, dos vícios representados. A sátira interdita tal disponibilidade, pois sua crítica visa a alguém em particular, um alguém que não é apenas objeto de alusão, mas nomeado inequivocamente pelo poeta. Este procura corrigir não o comportamento humano, ambição do comediógrafo, mas um único exemplar da espécie, indivíduo dotado de nome próprio e merecedor de censura exclusiva.³⁹⁹

O redator de *Evaristo* pareceu querer levar o leitor e leitora à dúvida de que o que se diz sobre a Senhora e suas galinhas poderia ser uma sátira que denunciava a ineficiência das *Posturas da Câmara Municipal*. E acrescentou, ainda fazendo uso da ironia, que sobre esse gênero – a sátira – o *Simplicio* pouco entendia.

A maior parte da gente não examina os fatos

³⁹⁶ Miscelânea. *O Simplicio*. 19 jan. 1831. p. 5.

³⁹⁷ PINCELLI, Renato; AMÉRICO, Marcos. Apontamentos teóricos sobre o humor e seus recursos. *Fórum Linguístico*, [S.L.], v. 16, n. 4, p. 4217-4228, 24 jan. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2019v16n4p4217>.

³⁹⁸ CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. *UMA POÉTICA DA HOMONÍMIA*: o problema do nome próprio em Machado de Assis. 2014. 438 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/815833.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.p. 58.

³⁹⁹ *Ibid.* 58.

O jornal *Fluminense*, em 1836, trazia uma crítica sobre a tendência que tinha “a maior parte da gente” em acreditar em tudo quanto se dizia de mal, “principalmente daqueles que governam [...] e tal é a desgraça que pessoas aliás sisudas e bem intencionadas, à força de ouvirem muitas vezes repetir as mesmas calúnias, impunemente acabam realmente por acreditar”.⁴⁰⁰ A falta de checagem de fatos poderia ser a causa desse mal.

a maior parte da gente, quando vê uma pequena verdade envolvida em um *mare Magnum* de mentiras, ou porque não pode, ou porque não quer dar-se ao trabalho de examinar os fatos e acha muito cômodo descansar sobre esta muitas vezes acintemente maliciosa consequência.⁴⁰¹

Ou seja, havia em algumas informações que circulavam na época uma pequena verdade que estava envolvida em uma confusão de mentiras. Situação que se agravaria porque muitas pessoas não examinavam os fatos, o que aparentemente poderia resolver esse problema. No entanto, vale sublinhar que essa não era uma questão que apareceu apenas em 1836. Desde, pelo menos, 1830 é possível encontrar, nos impressos da Corte, reclamações sobre o fato de que as pessoas não se davam ao “trabalho de examinar os fatos, ou ao menos de reflexionar sobre eles.”⁴⁰² Essas pessoas poderiam ser, inclusive, empregados de diversos ramos da administração pública, do poder judiciário, os agentes do poder executivo que...

em lugar de procurar examinar os fatos para aplicar a Lei que por desleixo ou desdém, com ambages, sofismas e hipóboles metamorfoseiam os fatos ao seu bel prazer, para fazer em uma dedução englobada com desgraçada dialética e falta de crítica, mesmo contra as formas que as Leis prescrevem, uma aplicação arbitrária e injusta.⁴⁰³

Não se examinavam os fatos e usavam de linguagem difícil e exagerada, com argumentos que fugiam do assunto principal, que induziam ao erro, ao engano e à confusão. Transformando os fatos de acordo com sua vontade ou bel prazer. Na década de 1840, no debate de outro tema, é possível encontrar um parecido tom de crítica nos *Anais do Parlamento Brasileiro*, quando o deputado, Sr. Antão, diz ao Sr. Souza França que: “o nobre deputado para dizer com verdade o que existe a esse respeito, devia examinar os fatos.”⁴⁰⁴ Anos depois, já na década de 1850, outro debate, mas a mesma Assembleia, uma frase que parecia até cópia da última, proferida pelo Ministro da Guerra da época que alertava: “Se o nobre deputado quisesse ter o trabalho de examinar os fatos antes de fazer acusações, de certo que não produziria esta”.⁴⁰⁵

⁴⁰⁰ COMUNICADO... *O Fluminense*, n. 31, 27 fev. 1836. p. 1

⁴⁰¹ COMUNICADO... *O Fluminense*, n. 31, 27 fev. 1836. p. 1

⁴⁰² *Correio Mercantil*, n. 107, 1830. p. 467.

⁴⁰³ FEVEREIRO 20 DE 1824... *Astrea*, n. 665, 29 de jan. de 1831. p.3.

⁴⁰⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro*, 26 de jun. de 1846, p. 472.

⁴⁰⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro*, 08 de jul. de 1850, p. 369.

E lamentou sobre “a facilidade com que se acredita em tudo [...] Não se procura saber se os fatos são verídicos; lê-se, e como se lê acredita-se”.⁴⁰⁶

Em 1837 um artigo publicado no *Correio Oficial*, jornal do governo, trouxe um debate sobre as falsidades, notícias e calúnias proferidas sem prova e checagem dos fatos na imprensa. Tratava-se de uma resposta ao jornal *O Cronista* sobre calúnias proferidas a uma pessoa pública que nem mesmo o *Correio Oficial* revelava de quem se tratava. O artigo ocupou três páginas do impresso e não ganhou assinatura. Em um momento do texto o redator escreveu: “Ninguém é autorizado a eximir-se do ônus da prova, quando imputa a outrem um fato injurioso, uma calúnia, um crime; tais imputações devem ser acompanhadas de fatos que as sustentem”⁴⁰⁷ E, “desgraçado” seria o Estado “em que fosse livre afrontar e vilipendiar impunemente um cidadão; em que insultos vagos e declamações virulentas fossem provas irrefragáveis delas mesmas.”⁴⁰⁸ Assim seria porque essas declamações e insultos fomentariam no “público sensações desairosas” e mesmo que o “indivíduo ultrajado” quisesse se defender não conseguiria, pois não encontraria fatos e provas que pudessem ser contestadas.⁴⁰⁹

Em outro momento do mesmo texto, o redator citou “um folheto” escrito por um poeta irritado. Comentou que no mesmo havia calúnias e sarcasmos que não passavam de um *infernal desabafo* injusto e que era preciso exigir provas de “todas as indignidades propaladas na *Infernal Comédia*.”⁴¹⁰ Pronto! A partir de então, o leitor e leitora já sabiam do que se tratava. Toda essa resposta fazia referência ao *Episódio da Infernal Comédia ou da minha viagem ao Inferno*, um panfleto anônimo que fazia críticas ao diplomata Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva. Para o *Correio Oficial* havia sido o redator de *O Cronista* – sabemos que nesse jornal trabalhava a pena do membro da Petalógica Justiniano José da Rocha – quem teria encomendado o tal libelo, que não havia publicado no próprio jornal porque evitava textos com esse teor “chasco” em sua folha. No entanto, *O Cronista* abriu suas páginas, em agosto do mesmo ano, para um aviso do próprio Luiz Moutinho, onde ele escreveu que já sabia quem estaria por trás do anonimato da *Infernal Comédia* e que as providências já estariam sendo tomadas.⁴¹¹

⁴⁰⁶ Anais do Parlamento Brasileiro, 08 de jul. de 1850, p. 369.

⁴⁰⁷ ARTIGOS NÃO OFICIAIS... *Correio Oficial*, n. 19. 25 de jan. de 1837. p. 2.

⁴⁰⁸ ARTIGOS NÃO OFICIAIS... *Correio Oficial*, n. 19. 25 de jan. de 1837. p. 2.

⁴⁰⁹ ARTIGOS NÃO OFICIAIS... *Correio Oficial*, n. 19. 25 de jan. de 1837. p. 2.

⁴¹⁰ ARTIGOS NÃO OFICIAIS... *Correio Oficial*, n. 19. 25 de jan. de 1837. p. 2.

⁴¹¹ Ao Público. *O Cronista*. n. 84, 2 de ago. de 1837. p. 3

Essa história deu o que falar, no Brasil – alguns aplaudiram o poeta e sua *Infernal Comédia*, outros foram contrários – e na França, onde o jornal *O National* mencionou *uma certa publicação* que, possivelmente, teria sido o motivo da demissão de Moutinho, que nunca aconteceu. No *Jornal dos Debates*, onde encontrei essa informação, as iniciais *P.S.* assinou um artigo cujos fragmentos trago para a discussão:

Cremos que a publicação a que se refere o jornal francês, sobre revelações Diplomáticas, é um opúsculo intitulado – Episódio da Infernal Comédia – impresso em Paris; parece que acusações sérias pesam sobre o enviado do Brasil naquela Corte e que comprometem gravemente a dignidade da Nação. [...] a demissão do nosso enviado, que o jornal francês supõe ser consequência da tal publicação, não tem tido lugar até hoje. Não podemos crer que o Governo faça consistir seu poderio em sustentar um empregado a despeito do decoro do Brasil.⁴¹²

A Infernal Comédia, portanto, teria também circulado em Paris e foi tema de debate em, pelo menos, um jornal francês: *Le National*. O redator do *Sete de Abril* escreveu que esse folheto circulou por toda a Europa.⁴¹³ Como *P.S.* adiantou, essa obra não teria apenas circulado na Europa, mas também havia sido impressa em território europeu, em Paris, na mesma *Imprimerie de Beaulé Et Jubin* de onde saiu o primeiro número da revista *Niterói*, criada por três brasileiros que formavam o que ficou conhecido como “Grupo de Paris”⁴¹⁴ – dois deles Adidos à missão de Paris, chefiada por Moutinho Lima. Seus nomes eram Manuel José de Araújo Porto Alegre, Domingos José Gonçalves Magalhães e Francisco Sales Torres Homem, todos os quatro eram membros do Instituto Histórico da França.⁴¹⁵ Porto Alegre e Magalhães eram membros da Sociedade Petalógica,⁴¹⁶ este último, autor da *Infernal Comédia*.

Tratava-se de um longo poema que explorava a sátira e a ironia para fazer a crítica. Em mais de cem páginas, fez uma alusão entre o inferno e o Brasil e sua análise possibilita um grande leque de discussões. Para não vaguear muito na proposta desta tese, trago

⁴¹² PEDE-SE-NOS A PUBLICAÇÃO... *Jornal dos Debates*, n. 11, 07 jun. 1837. p. 2.

⁴¹³ O DIPLOMATA DE PATENTE... *O Sete de Abril*, n. 409. 24 dez. 1836. p. 2.

⁴¹⁴ “integrou, juntamente com Torres Homem e Araújo Porto-Alegre o chamado Grupo de Paris, formado por intelectuais brasileiros que travaram contato com a nova escola romântica que emergia na Europa, principalmente com os poetas franceses, nos quais buscam a inspiração para compor suas obras, assim como para revolucionar o meio literário brasileiro, transpondo para a realidade daqui as ideias e ideais que fundamentam o movimento francês.” Ver em: INFANTE, BENVENUTTI. Domingos José Gonçalves Magalhães e a Idealização do Romantismo Brasileiro. Translusofonias, 2014.

⁴¹⁵ Criado em 1833, sua primeira reunião se deu em 1834. Tinha entre seus membros, além dos brasileiros citados no texto, Francisco de Monte Alverne, François-René de Chateaubriand, Jules Michelet e Jean Baptiste Debret. Para mais informações sobre a Instituição, ver em: MACEDO, Cristian Claudio Quinteiro. REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos. Sobre o Vate e o Satírico: Duas temporalidades na obra de Gonçalves Magalhães. *Conexão Letras*. Porto Alegre, v.17, n. 28, p. 167 – 184, jul-dez. 2022.

⁴¹⁶ Todos os dois foram elencados por Célia Maria de Azevedo. Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria, Antirracismo e Cidadania: Uma história de Lutas e Debates Transnacionais*. Op. Cit.,

para a discussão como a mentira foi abordada. Moutinho de Lima e Silva foi o objeto da sátira de Gonçalves Magalhães, secretário da pasta dos Negócios Estrangeiros que estava em missão em Paris e era membro do Instituto Histórico da França ao mesmo tempo que Magalhães também era adido à legação de Paris e membro do mesmo Instituto. Moutinho havia escrito uma carta, em 29 de fevereiro de 1836, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Ignácio Borges, acusando Torres Homem e Gonçalves Magalhães de pertencerem a uma escola moderna que entendia a subordinação como um servilismo e a civilidade, uma adulação e que não teria outro remédio senão suspender as funções desses dois empregados, ou de pelo menos do Adido Guimarães, para que a secretaria não fosse contagiada por suas ideias. Tanto ele quanto Torres Homem acabaram sendo demitidos da missão brasileira em Paris.⁴¹⁷

A *Infernal Comédia* foi uma resposta à demissão e às acusações de Moutinho Lima e Silva à Gonçalves Magalhães. E nessa resposta, Domingos fez uso de uma poesia, como vimos, para apresentar seus argumentos, mas no fim da obra trouxe algumas notas em prosa e as justificou da seguinte maneira:

Posto que em poesia se concede a invenção, como alguns casos desta obra parecerão exagerados, fazemos algumas notas sobre alguns pontos, que não foram assaz desenvolvidos nos versos, que nem tudo cabe em verso. Asseguramos que nada é de invenção nossa. Tudo é mui real e perfeitamente assim como aconteceu.⁴¹⁸

Embora fossem versos, em nada era invenção, certificava o autor. No máximo, poderiam parecer casos com exageros, mas era tudo muito “real e perfeitamente assim como aconteceu”. O problema é que nem tudo cabia no verso, então se fez necessário a existência das notas, como complemento. A nota de número dois versava sobre mentira, trazendo o título: “E só mentiras ao governo engraza” e nela Magalhães escreveu:

Fora um nunca acabar o memorar aqui quantas mentiras, e embustes teceu o anão burlesco da diplomacia Brasileira no interesse da conservação de um posto, a que só o elevaram as ignóbeis intrigas, e miseráveis paixões, que tanto o quadro obscurecem da época, em que vivemos. O respeito a certas considerações, o sentimento de uma discricção talvez escrupulosa pede, que por agora sepultemos no silencio algumas mentiras importantes, mentiras pejudadas de graves consequências, caso houvessem sido atendidas pelo governo do Brasil, e que a nada menos tenderiam do que semear a discórdia, e a cizânia entre a França, e o Brasil [...] Mas mentiras existem, cuja

⁴¹⁷ MACEDO, 2022.

⁴¹⁸ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Episódio da Infernal Comédia ou Minha Viagem ao inferno*. Paris: Imprimerie de Beaulé et Jubin. 1836. p. 111.

divulgação é de natureza inocente, e imprópria a arrear as susceptibilidades quaisquer que sejam. Entre elas uma escolheremos assas significativa.⁴¹⁹

Conforme as notas da *Infernal Comédia*, o anão burlesco da diplomacia brasileira, Moutinho Lima, tinha por hábito mentir e fazia isso para conservar seu cargo. As mentiras eram tantas que algumas delas precisavam ficar em segredo, porque suas consequências seriam graves, inclusive para as relações diplomáticas entre Brasil e França. Mas algumas delas eram passíveis de revelar, sem grandes prejuízos, mesmo estando relacionadas à corrupção. Segundo Magalhães, o presidente de Pernambuco havia enviado um ofício ao antecessor de Moutinho de Lima e Silva, solicitando uma conta circunstanciada com os preços necessários para construir um poço artesanal na província. O antecessor, então, remeteu ao presidente de Pernambuco “o resultado dos ajustes”. Esse, por sua vez, encaminhou resposta relacionada ao orçamento e à cifra das despesas ao, agora novo secretário da Pasta dos Negócios Estrangeiros, chamado por Guimarães de diplomata, pedindo com urgência que enviasse os engenheiros e instrumentos a Pernambuco, em conformidade com os ajustes acordados com o diplomata antecessor. No entanto, passava-se um ano e Moutinho nada havia enviado a província, “sob o absurdo pretexto que uma revolução podendo romper no Brasil, ele responsável ficaria pelos ajustes.”⁴²⁰ Mas, para surpresa tanto do presidente, quanto de Magalhães, em correspondência ao governo imperial, Moutinho apresentou outra versão dos fatos.

logo dias depois do despacho ele [Moutinho] apressou-se em escrever ao governo Imperial, que o Presidente de Pernambuco o incumbira de tal empresa, e que no seu entusiasmo patriótico, e ardentíssimo zelo pela prosperidade material das nossas províncias, não perdera tempo em dar cumprimento àquela incumbência, etc. etc. Provavelmente o governo deu-lhe garbos por estas declarações, como em outras circunstancias tem acontecido. Porque enfim os tempos são propícios aos refinados charlatães, e a nossa Diplomacia é feita com o governo.⁴²¹

Ou seja, segundo o infernal poeta, Moutinho de Lima e Silva havia mentido tanto para o presidente de Pernambuco, quanto para o governo imperial, ao afirmar que teria cumprido a incumbência a respeito da construção de um poço artesanal na província. A outra mentira que poderia ser exposta, era novamente sobre superfaturamento em relação às províncias. Dessa vez, o presidente da Bahia havia dado ordem e dinheiro para que Moutinho

⁴¹⁹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Episódio da Infernal Comédia ou Minha Viagem ao inferno*. Paris: Imprimerie de Beaulé et Jubin. 1836. p. 98.

⁴²⁰ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Episódio da Infernal Comédia ou Minha Viagem ao inferno*. Paris: Imprimerie de Beaulé et Jubin. 1836. p. 100-101.

⁴²¹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Episódio da Infernal Comédia ou Minha Viagem ao inferno*. Paris: Imprimerie de Beaulé et Jubin. 1836. p. 101.

comprasse uma porção de livros para a biblioteca da província. Um homem – não identificado – e que se ocupava com isso, ofereceu alguns livros clássicos por um bom preço, mas o diplomata não aceitou e mandou “seus criados comprar aqui e ali alguns livros de pouca monta, e os fez encadernar em diferentes partes, do que resultou que tudo saiu pelo dobro”, como consequência a Biblioteca ficou mal “fornecida, e o dinheiro da Província esbanjado sem fruto.”⁴²²

A versão de Gonçalves Magalhães para essa contenda – que não negou, nem confirmou a autoria para a *Infernal Comédia*, mas que replicou “com fatos e provas” as acusações que foram feitas aos autores da obra⁴²³ – poderia ser lida no jornal *O Farol do Império*. O poeta usou como base para a refutação um *Comunicado* publicado no mesmo jornal dias antes e assinado por *Um Brasileiro*. Segundo Magalhães, esse comunicado era destituído de verdades e argumentos e que ele havia decidido refutá-lo porque seria justo que o público soubesse a verdade quando a mentira fosse propagada. Mas quais foram os fatos e provas de que Magalhães fez uso?

Como aconteceu um ano antes, quando o redator de *O Novo Caramuru* refutou a sentença do juiz, no caso de Maurício de Lafuente, Gonçalves Magalhães apresentou, em itálico, parte dos argumentos de *Um Brasileiro* e os contrapôs, ponto por ponto. Para as acusações a respeito de que tanto Magalhães, quanto Porto Alegre estavam em *Paris para se divertir com o ordenado do governo*, o poeta informou sobre a *Revista Brasiliense*, que também saía do prelo parisiense e cujo custos e impressão ficaram todos sob responsabilidade dos dois jovens “sem disto tirarmos lucro algum”. Essa revista teria sido mencionada por uma Sociedade de nome Tabia, que em seu jornal teria feito honrosos elogios “e de que transcrevemos as seguintes linhas traduzidas do *Relatório do Secretário Perpétuo*”...

Alguns jovens Brasileiros, nascidos em diversos pontos desse imenso Império, colhendo quase todos a ciência nas nossas fontes fecundas, se reúnem e consultam e dizem: em lugar de despender loucamente nessas horas vagas em fugitivos prazeres, porque não publicar cada mês, em comum, na nossa língua, uma obra que lançaríamos a nossa Pátria através do oceano? Seria mostrar aos nossos irmãos que nós não o olvidamos na terra estrangeira, e que o fim constante dos nossos esforços é de corresponder aos sacrifícios que eles se impõem para nos pôr em estado de os guiar nesta estrada de progresso e de civilização que eles nos abrem...⁴²⁴

⁴²² MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Episódio da Infernal Comédia ou Minha Viagem ao inferno*. Paris: Imprimerie de Beaulé et Jubin. 1836. p. 103.

⁴²³ Araújo Porto-Alegre escreveu o Prefácio da obra.

⁴²⁴ CORRESPONDÊNCIA. *O Farol do Império*, n. 69. 15 de jun. e 1837. p. 3.

É interessante pensar que o que foi escrito pelo Secretário Perpétuo da Sociedade Tabia serviu como “uma luva” para responder às acusações feitas por *Um Brasileiro*. Essa Sociedade, por sua vez, não foi mencionada em outro jornal que circulou no Brasil, nem na década anterior, nem na posterior a 1837. Além da menção a revista, Magalhães trouxe para o texto dois artigos de Torres Homem, Considerações econômicas sobre a escravidão e Reflexões sobre o crédito público que, segundo o poeta, seriam notáveis nas melhores revistas da Inglaterra e França. Citou também duas menções elogiosas feitas a ele e a Araújo Porto Alegre no *Relatório do Instituto Histórico da França*, sem número ou data para averiguação.⁴²⁵ E, em outro momento do texto, falou sobre a *Infernal Comédia* – “suspeita-se que somos nós os autores” – ser um poema conhecido por todos na Europa que poderiam ler em português. Sobre ele, perguntou a *Um Brasileiro*, se era um poema que “contem torpes convícios e ficções estrambólicas”, porque “as não desmente o Ilustre Correspondente?”. Argumentou que a leitura que ele fez do poema era bem diferente, ali Magalhães encontrou “uma série de fatos, argumentos e provas” que só havia recebido crítica, mas “nenhuma só refutação sobre ponto algum”. O que ele esperava é que o Correspondente negasse “com argumentos os fatos apresentados pela *Infernal Comédia*”⁴²⁶

A legislação também foi usada por Gonçalves Magalhães para refutar o texto assinado por *Um Brasileiro* que acreditava que a Corte francesa não tinha conhecimento desse libelo anônimo. No entanto, segundo “a Lei Francesa”, deveriam ser depositados “vários exemplares nas Bibliotecas Públicas” da França, “onde havia muita gente que falava o português, inclusive o Rei”. A ciência também serviu como base para refutação. Conforme indicou Magalhães, além de falar o português, muitos franceses conheciam “o nosso Diplomata por sua presença, na qual brilham qualidades atrativas e insinuantes”⁴²⁷ e para quem acreditava que a figura de uma pessoa nada influiria em suas qualidades morais, “contudo as ciências frenológica e fisionômica, tem feito tantos progressos depois de Gall e Lavater, que se tornou popular na Europa e que dela se servem para julgar com retidão os homens”.⁴²⁸ Luiz Moutinho de Lima e Silva era um homem de cor, assim como Francisco de Sales Torres Homem, também demitido da legação e muito amigo de Gonçalves Magalhães. O que não o impediu de ter o

⁴²⁵ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves CORRESPONDÊNCIA. *O Farol do Império*, n. 69. 15 de jun. e 1837. P. 3.

⁴²⁶ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves CORRESPONDÊNCIA. *O Farol do Império*, n. 69. 15 de jun. e 1837. p. 3

⁴²⁷ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves CORRESPONDÊNCIA. *O Farol do Império*, n. 69. 15 de jun. e 1837. p. 3

⁴²⁸ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves CORRESPONDÊNCIA. *O Farol do Império*, n. 69. 15 de jun. e 1837. p. 3

último usado dessa condição social para ridicularizar Moutinho, tendo como base a teoria da frenologia, o comparando ao macaco e desumanizando Moutinho no sentido de, por sua condição e aparência, ser uma espécie a catalogar.⁴²⁹

Domingos José Gonçalves Magalhães, anos mais tarde, ingressou na carreira diplomática e a exerceu por quase vinte anos. Foi, contudo, considerado por muitos estudiosos e estudiosas o precursor do movimento literário romântico no Brasil.⁴³⁰ No ano dessa correspondência, depois de sua demissão, Gonçalves Magalhães já estava de volta ao Brasil, mas em 1836, além de adido à legação da missão, como vimos, estava estudando filosofia em Paris, escrevia versos e os publicava em, pelo menos, duas revistas. Talvez esse contexto pode nos dar uma pista sobre a crítica de que tanto Magalhães, quanto Torres Homem não trabalhavam, feita por *Um Brasileiro* e que foi refutada por Magalhães assim:

Diz o Comunicado que nos julgamos *com o direito de não trabalhar e de governar os nossos superiores*. Se o nosso detrator julga que quem com o maior zelo cultiva as Ciências e as Artes, e nas quais tem dado algumas provas de inteligência e de aplicação não é trabalhar; o que lhe posso eu responder, senão que eu e o meu amigo continuaremos a divertir-nos deste modo, de cujo divertimento, porém, resulta mais gloria e civilização para o País do que de todo o invisível trabalho do nosso invisível detrator.⁴³¹

Essa passagem pode nos levar ao que Ubiratan Machado escreveu sobre a vida de estudantes e a vida de profissionais no Brasil durante o romantismo. Mesmo que o prestígio da literatura experimentasse um crescimento entre as décadas de 1830 e 40 – se tornando um poderoso elemento de distinção social –, depois de formados, os poetas não eram vistos com bons olhos. Isso porque a atividade literária não era considerada uma atividade profissional. Antes de concluírem os cursos de medicina, engenharia, direito, “os estudantes de maior prestígio, reverenciados e apontados a dedo, não eram os que conheciam melhor as sutilezas do direito, mas os capazes de escrever versos que comovessem.” A maior gloria de um estudante era ter seus versos lidos por seus colegas, ser o poeta da moda.⁴³² Mas essa relação íntima entre os estudantes e a literatura tinha data de validade: a formatura. Depois da conclusão do curso a sociedade desestimulava a produção literária. Publicar livros ou versos depois de formados poderia colocar em descrédito a vida profissional de um homem. Muitos senadores e deputados consideravam os “poetas e romancistas maduros como sonhadores perigosos, inadaptados a

⁴²⁹ Para uma discussão mais completa sobre esse tema, ver em: MACEDO, 2022.

⁴³⁰ CDPB (Org.). Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros. Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999.p. 305.

⁴³¹ *O Farol do Império*, n. 69. 15 de jun.1837. p. 3.

⁴³² MACHADO, Ubiratan. *A Vida Literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010. p. 201.

vida prática e incapazes de enfrentar questões sérias, como a política.”⁴³³ Ubiratan Machado citou Gonçalves de Magalhães, bem como outros iniciados na Petalógica, para exemplificar como alguns médicos – como era o caso de Magalhães – nunca praticaram a medicina, mas agarraram-se a cargos públicos – “um Gonçalves de Magalhães, que acabara ingressando na diplomacia”⁴³⁴ – que permitiam uma segurança financeira e também o direito de continuar escrevendo poemas e romances sem muitas represálias. Além deste último, Ubiratan citou outros iniciados na Petalógica: Manuel Antônio de Almeida, Laurindo Rabelo⁴³⁵ também formados em medicina, mas que nunca exerceram; Machado de Assis, Teixeira e Souza, Gonçalves Dias (autodidatas) e José de Alencar que na Câmara dos Deputados “sofreu os mais violentos sarcasmos por ser romancista.”⁴³⁶

Aí estavam aqueles que formariam “o movimento romântico de 1840 -1860” de que Laurence Hallewell acreditou também formar a...

Petalógica – o nome, imaginado por Brito, referia-se à rédea solta que seus membros davam à imaginação (uma peta = uma mentira) – reunia todo o movimento romântico de 1840-1860: poetas, de Antônio Gonçalves Dias a Laurindo Rabelo; romancistas como o próprio Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida ou Teixeira e Sousa; compositores como Francisco Manuel da Silva; artistas como Manuel de Araújo Porto-Alegre e atores como João Caetano dos Santos.⁴³⁷

Mas não estavam sós, muitos políticos também compareciam nas reuniões...

Como Antônio Peregrino Maciel Monteiro, ministros do governo – entre eles José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco e pai do barão) e Eusébio de Queirós [...] e senadores, como Francisco Otaviano de Almeida Rosa. Havia também jornalistas, como Joaquim Saldanha Marinho e Firmino Rodrigues da Silva, e um número surpreendentemente alto de médicos: Francisco de Menezes Dias da Cruz, Henrique Cesar Mussio, Rodrigues Martins...⁴³⁸

E é sobre esses homens, literatura, política, românticos e mentiras que a próxima parte desta tese versará. Mas antes, quero refletir, com o leitor e leitora, sobre quem estava circulando na Tipografia Imparcial de Brito no final da década de 1830 e início de 1840.

⁴³³ Ibid.

⁴³⁴ Ibid.

⁴³⁵ Além de Hallewell, Rodrigo de Godoi elencou Laurindo Rabelo como membro da agremiação. É possível encontrar o nome de Rabelo em outros registros deixados pelos membros da Petalógica. GODOI, Op. Cit., p. 265.

⁴³⁶ MACHADO, Ubiratan. Op. Cit., p. 210.

⁴³⁷ HALLEWELL, Op. Cit., p.167.

⁴³⁸ Ibid.

Na Imprensa Imparcial

Nos últimos anos da década de 1830 e início de 1840, Francisco de Paula Brito já era um comerciante, editor e impressor reconhecido no Rio de Janeiro. Sua tipografia, a Imparcial de Brito, era procurada por muitos redatores, proprietários de impressos e outras pessoas que lá iam em busca de chá, encadernação e outros serviços, bem como, produtos que poderiam ser encontrados no seu mui bem montado estabelecimento na Praça da Constituição, n. 66. Nesse período, Rodrigo de Godoi argumentou que...

findos os anos exaltados da Regência, o editor a princípio flertou com os liberais, sobretudo durante a campanha da maioria de dom Pedro II. Porém, logo em seguida, passou para o lado dos conservadores, lá permanecendo até o fim da vida. Essas alianças foram fundamentais para a ascensão social do impressor, que pode ser avaliada no desempenho de Paula Brito como comerciante de artigos diversos, assim como nas melhorias técnicas realizadas na tipografia.⁴³⁹

Esse flerte inicial com os liberais pode ser mensurado no posicionamento que tinham a maior parte dos redatores das folhas que saíam da Imparcial de Brito no período entre 1838 e 1840. Mesmo que fosse uma “Tipografia Imparcial” de “um livreiro livre”, é possível perceber que dos impressos analisados o número de folhas que estavam ligadas ao *Progresso* é superior, o dobro, daquelas ligadas ao *Regresso*.

Nesse período saíram da prensa do Paula Brito *O Católico Fluminense*; *O Brilho do Brasil*, cujas informações são bastante escassas; *O Cidadão* que, como já demonstrado, foi um periódico que Paula Brito deixou de imprimir “por alguns artigos menos honestos que nele saíram.”⁴⁴⁰ Tanto ele quanto o jornal *D. Pedro II* estão arquivados no CEDAP,⁴⁴¹ mas não tive contato com seus conteúdos. *A Rolha* também não possui exemplar digitalizado na Biblioteca Nacional, mas Hélio Vianna descreveu um único número que faz parte da coleção de Francisco Marques dos Santos. O jornal fazia oposição à regência de Araújo Lima e tinha um veio humorístico, escrevendo sobre os serviços importantes que a rolha prestava à nação, como tampar a boca de alguns deputados.⁴⁴² Já o jornal *Monarquista do Século XIX* argumentava em favor da cessação do regime regencial, entregando-a para a princesa D. Januária quando, em

⁴³⁹ GODOI, Op. Cit., p. 117.

⁴⁴⁰ Correspondência. *Jornal do Commercio*. N. 95. 09 abr. 1842. p. 2.

⁴⁴¹ Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, na Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis.

⁴⁴² VIANNA, Hélio. Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869). Imprensa Nacional: Rio de Janeiro. 1945. pp. 336-341.

1840, a mesma completasse 18 anos de idade. Era, portanto, um jornal januarista.⁴⁴³ Sobre *O Pregoeiro*, não encontrei exemplar na Biblioteca Nacional, mas, segundo Hélio Vianna, apenas os três primeiros números foram impressos na Tipografia Imparcial de Brito, foi dedicado a Pedro II e fazia críticas a Câmara Municipal da Corte. A partir do terceiro número passou a ser impresso na tipografia do *Diário do Rio de Janeiro*.⁴⁴⁴

O Simplicio Endiabrado ou *Folha de Infernais e Diabruras*, assim como *A Mulher do Simplicio*, que continuava a ser impresso na Tipografia Imparcial, foi escrito em versos, inclusive, em cinco línguas.⁴⁴⁵ Conforme catálogo do livro *Paula Brito: editor, poeta e artífice das letras*, foi redigido por L.V. de Simioni.⁴⁴⁶ Por não ter acesso a nenhum exemplar, não foi possível encontrar mais informações sobre o redator Simioni. *O Sova* também não sobreviveu ao tempo, o que consta no livro de Hélio Vianna é que foi um impresso contrário a candidatura de Clemente Pereira para senador da província fluminense. *A Liga Americana: Jornal Político* teve todos os números publicados na Tipografia Imparcial de Brito. Hélio Vianna mencionou que o mesmo foi o primeiro jornal americanista do Brasil e que era redigido por Aureliano de Sousa, deputado ligado aos *progressistas* e Oliveira Coutinho e Manuel Odorico Mendes.⁴⁴⁷ Sobre o jornal *A Ortiga* é possível se estender um pouco mais. Seus redatores comunicavam aos leitores e leitoras que fariam jus ao seu título trazendo “coisas que, lidas,” picariam ou fariam “um certo prurido com ardor na moral daqueles (e unicamente deles) que por palavras e obras” tivessem sua vida “pública disposta a ser agravada por elas”.⁴⁴⁸ Além disso, informavam que...

sendo o editor desta folha o Sr. Impressor, sob cuja potência nos acharmos e houver entre nós e ele concordância de gênero, número, e caso, isto é, princípios, boa fé e dinheiro, os artigos diversos que desde já aqui aparecerem serão de responsabilidade de seus autores, debaixo dos heroicos nomes que eles adotarem, como por exemplo, *canoa* [...] clarim, maromba, trombeta etc. etc. vindo deste modo a pertencer ao nosso impressor e editor a glória da boa execução tipográfica, se ele a fizer, e o *nosso eterno reconhecimento, que*

⁴⁴³ Expressão utilizada por Hélio Vianna. VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro. 1945. pp. 348-350.

⁴⁴⁴ Embora Hélio Vianna informe no livro que a Biblioteca Nacional possui exemplares desse jornal, não os encontrei, apenas *O Pregoeiro* de 1860. VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro. 1945. pp. 341-344. Também consta no arquivo do CEDAP: https://www2.assis.unesp.br/cedap/cat_periodicos/popup/o_pregoeiro.html.

⁴⁴⁵ *Jornal do Comércio*. n. 103, 7 mai. 1839. p. 4. E *Jornal do Comércio*. n. 105, 10 mai. 1839. p. 4

⁴⁴⁶ RAMOS, José de Paula; DAECTO, Marisa Midori; Filho, Plínio Martins. *Paula Brito, editor poeta e artífice das letras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com Arte, 2010. p. 194.

⁴⁴⁷ VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro. 1945. pp. 348-350.

⁴⁴⁸ *A Ortiga*. n. 1, 10 ago. 1839. p. 1. *Grifo nosso*.

andar a par de nossa existência pelo sigilo que a nosso respeito guardar, apesar de ser essa a maior das distinções que pode ter um impressor público.⁴⁴⁹

O editor e impressor era Francisco de Paula Brito e, ao que parece, estava vacinado, pelas experiências anteriores, quanto aos problemas que esses impressos em segredo poderiam acarretar. Embora Paula Brito concordasse no “gênero, número e caso”, “princípios, boa fé e dinheiro”, todos os artigos que aparecessem estariam sob responsabilidade de seus autores, mesmo no anonimato ou “debaixo dos heroicos nomes que eles” adotassem. A responsabilidade do editor era a boa execução tipográfica, se assim ele a fizesse, o reconhecimento dos redatores e autores estaria andando a par de suas existências pelo sigilo que o editor pudesse guardar a respeito deles. Afinal de contas, essa era a maior distinção que um impressor público poderia ter. Além disso, deixava claro que Pedro II seria a esperança do “infeliz Brasil”, caso ele não pudesse assumir, “a Augusta Princesa Imperial Sra. Januária” faria esse trabalho.

O Propugnador da Maioridade, como o próprio título já adiantava era a favor da maioria de Pedro II e criticava, principalmente, Sr. Honório Hermeto, Sr. Pedro de Araújo Lima, Sr. Lopes Gama e parte do progresso que não via com bons olhos a antecipação da maioria do menino imperador Pedro II. Também *O Grito da Razão* deixava claro em seu Prospecto que a “Maioridade de S.M. O Imperador” seria a salvação do destino do Brasil. *O Homem do Povo*, vejam só, prometia fazer *oposição moderada* ao ministério de Araújo Lima, convertido ao *Regresso*⁴⁵⁰, mas ao mesmo tempo era contrário à antecipada declaração da maioria de Pedro II, inclusive denunciava um possível golpe, articulado pelo *Progresso*, de que estaria sendo criada, no Rio de Janeiro, uma associação secreta com o nome de Pedro II, que tinha por objetivo, por meio de uma revolução, declarar a maioria “do nosso Jovem Imperador”. No entanto, alertava o redator de que se tratava de uma mentira, uma emboscada que levaria a determinado local todos aqueles que acreditavam estar lutando por uma causa justa, a maioria, mas que ao chegarem seriam presos como conspiradores da ordem pública, ao lado da “gente de cor”.

Sabeis que conseguido o intento, sereis levados às masmorras, para serdes punidos, como cúmplices de gente de cor e talvez de escravos, para por este meio o governo se firmar no poder, obtendo do Corpo Legislativo o apoio, que em tal conjectura se faz indispensável! É mister pois, que a vossa prudente conduta faça abortar o desígnio destes malvados.⁴⁵¹

⁴⁴⁹ *A Ortiga*. n. 1, 10 ago. 1839. p. 2.

⁴⁵⁰ *O Homem do Povo*. n. 1, 26 fev. 1840. p.1.

⁴⁵¹ *O Homem do Povo*. n. 2, 29 fev. 1840. p.6.

O redator de *O Homem do Povo* parecia estar fazendo uso de uma crença social da época – o medo da organização dos homens de cor – para diminuir o movimento que buscava a antecipação da maioria de Pedro II. Em um momento do texto, o redator informou que os “agentes dessa trama” seriam dois “baianos corrompidos”, um deles “Oficial Superior do Exército” e o outro exercia “cargos na magistratura”. Meses depois dessa publicação, os progressistas fundaram o Clube da Maioridade, ou Sociedade Promotora da Maioridade, em uma reunião que aconteceu na casa de José Martiniano de Alencar. Poderia ser essa a associação de quem falava o Homem do Povo, caso também pensemos em Francisco Montezuma que era um dos membros do *Clube*, um baiano que ocupava cargos na magistratura e homem de cor.

De fato, o nome Imparcial na Tipografia de Brito fazia mais sentido nesse período que no anterior. Embora a maior parte dos impressos saídos da Casa do Paula Brito defendesse a maioria de Pedro II, não era raro encontrar discordâncias entre eles, principalmente com relação ao debate sobre a antecipação da maioria do Pedro de Alcantara, mas também sobre a situação dos homens de cor que continuava como pauta de alguns dos jornais saídos Na Imprensa Imparcial.⁴⁵² Os redatores de *A Ortiga* e *O Homem do Povo* nem sempre concordavam um com o outro, mas deixavam claro não serem inimigos, pelo contrário, eram “companheiros d’armas”, mas precisavam conversar sobre as estratégias de como “fazer a guerra”.⁴⁵³ Até mesmo a menção aos *Picos do Itajuru* reapareceu a partir da prensa de Paula Brito: “Deixem vir estrangeiros e mais estrangeiros da Europa, bem entendido, abramos-lhes os braços; este é para nós o único meio de nos livrarmos dos males que nos promete o Velho do Itajuru.”⁴⁵⁴ Inclusive, esse posicionamento foi alvo das críticas de *O Homem do Povo* que acreditava ser ambígua a posição de *A Ortiga* com relação a gente de cor.

Ao mesmo tempo em que *O Católico Fluminense* defendia a fé católica e atacava a filosofia, *O Simplicio Endiabrado* fazia críticas contundentes à Igreja. Outra questão interessante, que também demonstrava que os tempos estavam mesmo mudando, pode ser encontrada em um dos jornais, *O Grito da Razão*, que elogiava e era favorável à candidatura, à Câmara Municipal, de João Pedro, irmão de Evaristo da Veiga. Mas vejam só, *A Regeneração* era uma combatente, quase aos moldes dos jornais das regências anteriores, do jornal dos moços *O Brasil*, uma espécie de porta voz dos regressistas e conservadores na imprensa. Esse mesmo jornal – o que nos faz lembrar o que escreveu Rodrigo de Godoi sobre a aproximação com os

⁴⁵² Era assim que aparecia a menção à Tipografia Imparcial de Paula Brito, na última página das folhas que eram impressas nessa tipografia.

⁴⁵³ *O Homem do Povo*. n. 2, 29 fev. 1840. p. 2.

⁴⁵⁴ *A Ortiga*. n. 12. 25 jan. 1840. p. 7.

conservadores logo depois de finda a ascensão de Pedro II – passou a ser impresso na Tipografia Imparcial de Francisco de Paula Brito, a partir de agosto de 1841.

A Regeneração foi o periódico com mais exemplares impressos nesse período, foram 58 números que circularam entre agosto de 1840 a março de 1841. Como mencionei anteriormente, seu grande antagonista era *O Brasil*, periódico dos “moços”, entre eles Justiniano José da Rocha. Na *Regeneração* é possível encontrar, inclusive, artigo que defende o “probo Senador o Sr. Feijó” de que o mesmo seria contrário a maioria de Pedro II, notícia falsa, segundo o redator de *A Regeneração*, lançada pelos redatores do *Brasil*, “nada há de certo mais falso: continuem os opositoristas, - que os Brasileiros tem bastante siso para não darem o menor credito a invectivas.”⁴⁵⁵ Além dessa pauta, em 1841 o redator do jornal defendia o pagamento de uma pensão ao Sr. Feijó, pelo estado deteriorado de sua saúde e por ter, ao Brasil, prestado sua inteligência, valiosos e importantes serviços.⁴⁵⁶

Tabela 3 - impressos e redatores que circularam na Tipografia Imparcial de Brito (1838-1840)

Título	Números impressos na Tipografia	Filiação política	Pessoas envolvidas
<i>O Católico Fluminense</i>	(8) – 5º [21 mai. 1838] ao 8º [02 jul. 1838]. ⁴⁵⁷		
<i>O Cidadão</i>	(57) – [15 mar. 1838] ao [16 mai. de 1839] ⁴⁵⁸	(possivelmente) <i>Progresso</i> .	

⁴⁵⁵ *A Regeneração*. n. 15, 13 out. 1840. p. 3.

⁴⁵⁶ *A Regeneração*. n. 41, 15 jan. 1841. p. 1.

⁴⁵⁷ Como não foi possível analisar seu conteúdo, tenho por base a ficha do Catálogo de Periódicos do CEDAP.

⁴⁵⁸ Rodrigo de Godoi da outra data de início para a circulação, dezembro de 1838. No entanto, no Catálogo de Periódico está a data de 15 de março de 1838. Na ficha há também a seguinte descrição: “O periódico é estruturado em duas colunas e tem conteúdo temático voltado para crítica a administração do país, especificamente ao regente Pedro Araújo de Lima e aos jornais mantidos pelo governo. Alguns artigos explicam a posição do jornal e o caracterizam, com algumas colunas com poesias de cunho satírico e pesado e a seção de cartas. O jornal chega a convidar abertamente seus leitores para um levante contra o governo, porém, sua posição progressista – parte de uma corrente mais liberal - tem objetivos comuns com os regressistas que assumiram o poder: conter a onda de revoltas que varria o país. Os artigos criticam tais revoltas e a atitude da Regência com a repetição insistente da acusação do governo ser inepto ou conivente com as revoltas. DESCRIÇÃO: Surge no período Regencial, mais especificamente um ano após a renúncia do Pe. Diogo Antônio Feijó ao cargo de regente e a eleição de Pedro Araújo de Lima, período de inúmeras revoltas nas províncias do Império, que ameaçavam a integridade política e territorial. De caráter progressista, defende a figura do antigo regente Feijó, e deixa claro as intenções de combater as revoltas e preservar o Império.” Ver em: http://www2.assis.unesp.br/cedap/cat_periodicos/popup/o_cidadao.html.

<i>D. Pedro II</i>	(10) – 1º [23 jun. de 1838] ao 10º [14 set. de 1838].		
<i>A Rolha</i>	(?) – 1º [27 out. de 1838].	<i>Progresso.</i>	
<i>O Monarquista do século XIX</i>	(4) – 1º [17 de ago. de 1839] ao 4º [7 de set. de 1839].	<i>Progresso.</i>	(possivelmente) Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque. ⁴⁵⁹
<i>O Pregoeiro</i>	(3) – 1º [jan. de 1839] 3º [jan. de 1839]	(possivelmente) <i>Regresso.</i>	
<i>O Simplicio Endiabrado ou Folha de Infernais e Diabruras</i>	(1) – 1º [7 mai. de 1839].	(possivelmente) <i>Regresso.</i>	L.V. De Simioni.
<i>O Sova</i>	(2) – 1º [16 jan. 1839] ao 2º [19 jan. 1839].	<i>Regresso.</i>	(possivelmente) financiado por Lopes Gama. ⁴⁶⁰
<i>A Liga Americana: jornal político</i>	(17) – 1º [31 out. 1839] ao 17º [20 fev. 1840].	<i>Progresso.</i>	Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho e Manuel Odorico Mendes.
<i>A Ortiga</i>	(21) – 1º [10 ago. 1839] ao 21º [7 mai. 1840].	<i>Regresso.</i>	
<i>O Propugnador da Maioridade</i>	(8) – 1º [19 mai. 1840] ao 8º [21 jul. 1840].	<i>Progresso.</i>	
<i>O Brilho do Brasil</i>	(7) – 1º [4 jul. 1840] ao 7º [13 out. 1840].		
<i>O Grito da Razão</i>	(1) – [17 jul. 1840]		
<i>O Homem do Povo</i>	(19) – 1º [26 fev. 1840] ao 19º [17 jun. 1840]	<i>Progresso.</i>	

⁴⁵⁹ VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro. 1945. pp. 348-350.

⁴⁶⁰ *Ibid.* 347.

<i>O Ônibus de Niterói</i>	(?) – 1840-1841 ⁴⁶¹		
<i>A Regeneração</i>	(58) – 1º [18 ago. 1840] ao 58º [30 mar. 1841].	<i>Progresso.</i>	Antônio Paulino Limpo de Abreu.

As mentiras, notícias falsas, boatos também circularam na imprensa desse período. *A Ortiga*, por exemplo, publicou a carta assinada por um homem defunto – Bernardo – que dizia ser “falso” e “falsíssimo” os boatos de que ele teria filho e que o mesmo lhe foi arranjado por conta da herança que o mesmo tinha deixado. A Causa da morte de Bernardo estava relacionada ao debate da imprensa do momento, um tal vinho enganador o havia matado. Nesse mesmo período circulavam notícias de vinhos falsificados que eram comercializados no Rio de Janeiro.⁴⁶² Alguns meses depois outro defunto se tornou notícia: O piloto Sabino, que havia falecido em um acidente no mar, em julho de 1839 e que em janeiro de 1840 foi “despachado” para 2º Tenente Oficial, pelo Ministro da Marinha, Jacinto Roque de Sena Pereira, “O Ministro que despacha um defunto de seis meses [...] Este fato causaria riso se o resto da Proposta não causasse indignação”.⁴⁶³ Outra notícia publicada no *Propugnador da Maioridade* desmistificava a imagem que *muitos* tinham como verdadeira a respeito de um deputado ligado ao regresso, o Sr. Carneiro Cunha. Muitos o conheciam pela coragem que dizia possuir, mas que, segundo o redator do *Propugnador*, era falsa e a prova seria seu gesto de fraqueza ao, na Constituinte, na hora do debate, precisar ser carregado pelos braços dos colegas para não cair.⁴⁶⁴

Outros boatos eram mais sérios, como o saído de *A Regeneração* de que durante as eleições os opositoristas da Candelária haviam se recusado a “entregar as listas, apesar do pleno sossego em que se achava a mesa eleitoral.” Segundo o redator, esses opositoristas estavam organizando um abaixo assinado para derrubar o governo: “Meus Srs., façam o que quiserem, com a certeza, porém de que – *Quem boa cama fazer, nela se deitará!* Quanto a nós, cremos que tudo isso não passa de um boato.”⁴⁶⁵ Nesse mesmo jornal, alguns dias depois, outro boato voltou a ser assunto, a assinatura de carimbo de Pedro II. Conforme redigiu o redator, o n. 50 do jornal *Sentinela* insinuou que Pedro II havia assinado “de carimbo” porque não sabia ler, nem escrever, não sabia assinar seu nome. Uma das preocupações do redator da

⁴⁶¹ Foram dez números impressos tanto na Tipografia Imparcial de Brito, quanto na Tipografia Niterói de Rego. O único número digitalizado na Biblioteca Nacional é o primeiro e foi impresso na Tipografia Niterói.

⁴⁶² *A Ortiga*. n. 2. 19 de ago. 1839 p. 8.

⁴⁶³ *A Ortiga*. n. 12. 25 jan. 1840. p. 3.

⁴⁶⁴ *O Propugnador da Maioridade*. n. 8, 21 jul. 1840. p. 4.

⁴⁶⁵ Um Boato. *A Regeneração*. n. 21, 27 out. 1840. p. 4.

Regeneração era a de que se esse artigo fosse replicado na Europa, o Brasil seria visto como um país atrasado. Compartilho parte interessante desse texto:

Diz o Ilustrado Redator que esta notícia tem-se ultimamente espalhado, e que lhe não é possível dar crédito. Que viva o Sr. Redator da *Sentinela*. A quem ouviu ele dizer? Aonde? Que diga a quem e em que parte? Antes diga que é isto invenção sua. Não dai crédito a tal notícia, porque sua veracidade vos parece impossível e vós atreveis a inseri-la em vossa folha e denunciá-la ao público? Não dai crédito a tal notícia e não vos dai ao trabalho de indaga-la escrupulosamente, e sem mais exame a escreveis em vossa folha, e a denunciais ao público, sem pensardes nas consequências de tal boato? Será da missão de um escritor público escrever tudo quanto ouve sem escolha, sem atenção, sem respeito, sem discernimento, sem reflexão? ⁴⁶⁶

Essa era uma prática comum, os redatores inventavam notícias que poderiam ser cridas e disseminadas pelos leitores, leitoras e outros periódicos e diziam ser boatos, notícias que se espalhavam. Geralmente, eram notícias e informações que estavam ligadas a homens públicos e facções políticas. Outro exemplo foi o boato, lançado em outubro de 1839, de que o Ilmo. Sr. Euzébio Queiróz Coutinho Mattoso da Câmara, ocupando então os cargos de juiz de direito e chefe da polícia, estava com a intenção de pedir demissão. O artigo foi publicado em *A Ortiga* e começou da seguinte maneira: “Os boatos que há dias circulavam nesta corte que encheram de susto a maior parte da população pacífica [...] acham-se completamente desvanecidos”. Esse jornal servia aos regressistas, do qual Euzébio também fazia parte – e em suas páginas o redator engrandeceu esse “fluminense digno” da “inteira confiança” dos cidadãos do Rio de Janeiro. O boato não seria tão infundado, pois “motivos talvez dessem causa a este fluminense digno de nossa inteira confiança mostrar-se de algum modo ressentido por ver baldados tantos e tão continuados esforços que fez para descobrir até o último indivíduo cúmplice do roubo do Tesouro Nacional.” O redator defendia o posicionamento de Queirós que não “patrocina[va] culpados nem por satisfação de amizade, nem por transações, nem por dinheiro”, pois, segundo o mesmo, “nossa desgraça chega a tal ponto que para se obter justiça é preciso presentear os Juizes, ou aos seus meninos”. ⁴⁶⁷ De todo modo, é exatamente desse chefe da polícia – considerado, junto ao Paulino Soares de Souza, os novos atores da política conservadora da época – que quero partir para o que de fato nos interessa nesse ponto do trabalho. Caso tenhamos como base as informações fornecidas por um obituário de 1888, a partir da década de 1840, Eusébio e vários outros políticos da época, já frequentavam as reuniões na Tipografia de Paula Brito.

⁴⁶⁶ Disse-o A *Sentinela*. *A Regeneração*. n. 27, 17 nov. 1840. pp. 1-2.

⁴⁶⁷ *A Ortiga*. n. 9, 15 out. 1839. pp. 1-2.

Seu fim era todo político

Como podemos observar até aqui, muitos foram os políticos, os “Grandes do Estado” que frequentaram a casa do Paula Brito e a Sociedade Petalógica. O editor e tipógrafo era um homem bastante inteligente, que muito fizera pelas artes, pelos literatos, pelo trabalho editorial e tipográfico e pelos políticos da Corte. Nessa relação, do mesmo modo que se beneficiava o editor, e conseqüentemente aqueles que estavam ao seu redor, também se beneficiavam alguns políticos, pois muitos deles eram a própria agremiação. Em 1853, em uma das Atas da Petalógica, foi mencionada a influência, os êxitos e feitos que seu estabelecimento proporcionava para a arte e política, para a sociedade em geral.

Longo fora enumerar os serviços que a tal reunião [Sociedade Petalógica] deve a humanidade! Quereis um Médico, um Advogado, um Procurador, um Padre, um Artista, enfim, uma Autoridade política, civil ou militar, desde o inspetor de quarteirão, até às vezes o Ministro do Estado? Procurai-o na Sociedade Petalógica, que achareis a entidade de vosso desejo.

Já vedes, pois, amigo leitor, que de benefícios não terá feito esta útil instituição. Saem de la Patronos, empenhos, empregados, empregos, tudo enfim, de que carece, ou o que a ela recorre, ou que nela toma parte. Digamos aqueles que de voto tem precisado!...

Oh!... nessa época, não são os pequenos do povo que recorrem à Petalógica para serem eleitos; são os Grandes do Estado, que ali fazem sua profissão de fé, e pedem a sociedade seu apoio, apoio que se torna importante, e de resultado quase infalível, sempre que ela lhe quer dar, porque o seu círculo é imenso, e as feições são tantas, e tantas as simpatias, que quase sempre a balança pende para o lado que ela deseja.⁴⁶⁸

Pensemos juntos sobre alguns pontos. Se na década de 1830 uma das pautas problematizadas nos jornais impressos no Paula Brito foi a desigualdade de distribuição de empregos, principalmente com relação aos homens de cor, em 1853 um dos serviços prestados pela Petalógica foi justamente a disposição de empregos, “saem dela [...] empregos, empregados”. É verdade que a discussão da década de 1830, de maneira geral, se referia aos cargos públicos, mas a tipografia de Paula Brito e a Petalógica foi emprego de muitos jovens como Machado de Assis, possivelmente Bruno Henrique de Almeida Seabra,⁴⁶⁹ o já adulto Teixeira e Sousa, entre outros.⁴⁷⁰ Além dos empregos remediados por essa reunião, através de influência e redes, que na figura do ainda jovem bruxo Machado de Assis, fica evidente, como veremos mais adiante.

⁴⁶⁸ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380, 5 jul. 1853. p.1.

⁴⁶⁹ TEIXEIRA, Cristiane Garcia. *A Mocidade n'O Espelho: Machado de Assis e Eleutério de Sousa*, redatores de uma revista oitocentista (1859-1861). Teresina: Editora Cancioneiro, 2022.

⁴⁷⁰ GODOI, Op. Cit.,

Outro ponto a ser analisado: não parece interessante que muitos políticos, principalmente durante o período eleitoral, procurassem uma agremiação cujos iniciados se empenhavam nos estudos da mentira? Em 1853, a Petalógica já era bastante conhecida e frequentada. Eram membros da agremiação muitos expoentes do romantismo, alguns deles faziam parte do círculo do imperador e, além de serem homens de letras, eram também homens que ocupavam cargos políticos. Essa presença na Petalógica foi lembrada inclusive na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Um texto de 1907 rememorava os tempos antigos, “passado tão fértil de poesias e de encanto”, quando antes do natal as ruas do Rio de Janeiro ficavam cheias de pessoas. Nessas ocasiões ...

O concurso de povo na rua não era menos compacto. De vez em quando luxuosas carruagens paravam a porta do presepe. Delas saltavam pessoas *na puba (up to date)*. Eram famílias que antes de irem para o Provisório apreciar o Tati, a Lagrange, o Tamberlick, a Charton e o Mirate não trepidavam em tomar o infalível suadouro. Os políticos do tempo curvavam-se também à moda. Antes de se dirigirem para a rua dos Ciganos, faziam ponto e escala pelo Paula Brito, Petalógica e *Loja do Canto*.⁴⁷¹

Tamberlick, Charton, Lagrange foram os mesmos artistas lembrados por Machado de Assis quando trazia à memória o tempo *da* Petalógica Primitiva, ou seja, a agremiação dos anos posteriores a 1854, quando teve início sua participação nas reuniões.⁴⁷² Mas, essa mudança e presença significativa de políticos, como já adiantei anteriormente, muito possivelmente teve início a partir da década de 1840.

A legislatura de 1838-1841 tinha como objetivo reformar as legislaturas que os antecedeu, era predominantemente regressista. Com a revisão da reforma constitucional, o cenário político mudou bastante. As três facções mais atuantes passaram por transformações, houve o esvaziamento do federalismo defendido pelos exaltados; a desestabilização da prioridade dos caramurus – de não mexer na Constituição – e uma racha definitiva entre os moderados. Desse modo, o caminho para a reorganização política operada pelo *regresso* estava aberto. Esse processo tinha já início, como demonstrei anteriormente, na legislatura de 1834-1837, mas os regressistas saíram de fato vitoriosos nas eleições para a legislatura de 1838, quando assumiu o ministro do império Araújo Lima que é a representação de como se formou o projeto regressista. Araújo Lima era um antigo caramuru que, como outros ex-exaltados ou dissidentes moderados, converteu-se ao regresso. Nem sempre um não regressista era

⁴⁷¹ PRESEPE DO BARROS. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Tomo 93 – Vol. 147. p. 255.

⁴⁷² ASSIS, Machado de. *Ao Acaso. Diário do Rio de Janeiro*. n. 3 jan. 1865.

consequentemente progressista, além disso havia pessoas que, mesmo identificando-se umas às outras, não aderiam a nenhum dos movimentos.⁴⁷³

Os regressistas defendiam uma monarquia constitucional centralizada, com concentração de poderes no Parlamento (egressos da moderação) e no Executivo (caramurus e novos líderes). Entendiam que o país ainda não estava preparado para as reformas liberais e, por isso, era preciso corrigi-las, buscando o “progresso dentro da ordem”.⁴⁷⁴ Formariam o núcleo do futuro Partido Conservador. Como oposição estavam os partidários do Progresso, que dariam origem ao Partido Liberal. Fazia parte dessa última facção advogados e jornalistas, proprietários rurais, principalmente de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Grande parte era de moderados que apoiavam as reformas, também antigos exaltados e alguns caramurus. Defendiam a autonomia provincial, a prevalência do Legislativo sobre o Executivo e a ausência ou restrição do Poder Moderado.⁴⁷⁵

Entre os conservadores declarados estavam nessa época, pelo menos, dois iniciados na Petalógica: Paulino Soares de Sousa e Eusébio de Queirós. Mas eles também estavam entre os liberais, como José de Alencar, Francisco Montezuma e José Maria da Silva Paranhos. Recordam dos “líderes da sociedade” sobre quem Hallewell escreveu fazer parte da Petalógica?⁴⁷⁶ Ou da “Autoridade Política”, “Ministro de Estado” ou “aqueles que de voto tem precisado”?⁴⁷⁷ É possível conjecturar que foi por volta da década de 1840, alguns anos antes talvez, que eles passaram a se reunir no estabelecimento de Paula Brito. Embora no período anterior também seja possível encontrar vestígios de que atores políticos como Maurício de Lafuente e Francisco Montezuma⁴⁷⁸ estivessem frequentando a loja e tipografia do Paula Brito, entre o final da década de 1830 e início de 1840 é possível perceber um aumento no número de homens que ocupavam cargos políticos importantes que passam a se reunir no estabelecimento do editor, como um grupo. E, como Machado de Assis mencionou em 1865, ali “tinham entrada

⁴⁷³ BASILE, 2009.

⁴⁷⁴ BASILE, 2009. p. 93.

⁴⁷⁵ BASILE, 2009.

⁴⁷⁶ HALLEWELL, Op. Cit., p. 37.

⁴⁷⁷ SOCIEDADE PETALÓGICA. *A Marmota Fluminense*. n. 380, 5 jul. 1853. p. 1.

⁴⁷⁸ Sobre Lafuente e Montezuma, é possível que tenham frequentado a Casa do Paula Brito apenas nos primeiros anos da década de 1830. Depois de 1835 é possível perceber que as fontes não os aproximam mais. Em *O Velho Senado*, por exemplo, Machado de Assis, um dos iniciados que mais escreveu sobre a agremiação, mencionou nunca ter visto Montezuma antes de 1860, ou seja, o auge das reuniões da *Petalógica*. “Um dia vi ali aparecer um homem alto, suíças e bigodes brancos e compridos. Era um dos remanescentes da Constituinte, nada menos que Montezuma, que voltava da Europa. Foi-me impossível reconhecer naquela cara barbada a cara raspada que eu conhecia da litografia de Sisson; pessoalmente nunca o vi.” Ver em: ASSIS, Machado de. *O Velho Senado*. Senado Federal: Brasília, Conselho Editorial: 2004. p. 45.

os conservadores e os liberais.”⁴⁷⁹ Nessa mesma época estava em curso, depois da ascensão de Pedro II, o projeto de definição de um importante mecanismo que buscava regularizar os conflitos entre liberais e conservadores.⁴⁸⁰ E o ajuntamento de pessoas que formava a futuramente intitulada Sociedade Petalógica parecia seguir o mesmo tom conciliador, já que integrantes dessa elite política eram também iniciados na agremiação, que a partir de 1850 também ensinaria a mentir.

Em uma das edições da *Gazeta de Notícias*, de 1888, encontro a seguinte informação, Herculano Lima...

Era do tempo do Paula Brito e da Petalógica. A Petalógica era uma sociedade formada entre os frequentadores da loja Paula Brito, na praça da Constituição, aonde ia muita gente, desde o poeta novel até o ex-ministro de Estado. Lá ia conversar Paranhos, - o Paranhos estudante e mais tarde o político e diplomata; ali paravam Eusébio de Queirós, Justiniano Rocha, bacharel Gonçalves, João Caetano, Muniz e tantos outros, que se foram obscuros ou celebres, ou porventura ainda vivem. Herculano Lima era dos mais assíduos. Todos os dias ali passava uma hora ou duas em boa palestra, sem perder nunca a linha, qualquer que fosse a alegoria dos outros. Figurou entre os admiradores do Tamberlick, da Cherton, da Stolk, do pianista Thalberg, sem contar João Caetano e os outros artistas do teatro nacional, que estava então no apogeu.⁴⁸¹

Tratava-se de uma necrologia ou recordação fúnebre pela passagem da morte de Herculano Lima, uma espécie de obituário, e a partir da leitura do mesmo, quero refletir sobre algumas informações. Muitos eram os homens que se encontravam na loja do Paula Brito e esses encontros aconteciam, ao que parece, “Todos os dias” e duravam “uma hora ou duas em boa palestra”. O que dialoga com o que foi registrado na Ata da agremiação, registro de uma reunião publicada em *A Marmota Fluminense* de julho de 1853.

A Sociedade Petalógica é permanente, para haver sessão basta que esteja presente um membro; porque se ele começa a orar (isto é, a mentir) há na casa quem lhe esteja tomando o discurso. A Sociedade abre-se e fecha-se sem formalidades; não tem dias, nem horas determinadas; não segue ordem, nem qualquer desordem; porém de tal sorte se acha organizada, que parecendo assim a coisa mais irregular, é toda ela regular e metódica, porque cada um dos membros é um bicho de concha!...

É possível que a reunião desses homens na Tipografia acontecesse todos os dias, mas nem sempre era uma reunião petalógica. Ou, nem sempre o assunto era relacionado a Petalogia, ou se “examinava boatos de qualquer espécie”.⁴⁸² Mas se encontravam também para conversar sobre a “retirada de um ministério”, a “pirueta da dançarina da moda”, “o dó do peito do

⁴⁷⁹ AO ACASO. *Diário do Rio de Janeiro*. 3 jan. 1865. p. 1.

⁴⁸⁰ BASILE, 2009.

⁴⁸¹ Herculano Lima. *Gazeta de Notícias*, 1 fev.1888. p. 1.

⁴⁸² ASSIS, Machado de. *Ao Acaso. Diário do Rio de Janeiro*. n. 3 jan. 1865.

Tamblerlick”, “o último acontecimento parlamentar”, “a nova ópera italiana”, o “novo livro publicado”, o “último baile”, a “última peça de Macedo ou Alencar”, “o estado da praça”. A Petalógica era “onde se conversava de tudo”.⁴⁸³ Os bichos de concha, quando na Casa do Paula Brito, talvez permanecessem quietos e só se pronunciassem quando uma mentira fosse “farejada” e aí colocavam em prática as combinações feitas entre os membros, de ensinar a mentir ao mentiroso.

Esses *bichos* poderiam ser muitos. Na necrologia a Herculano Lima, foram citados sete nomes de pessoas que frequentavam a Casa do Paula Brito e que formavam a Sociedade Petalógica: José Maria da Silva Paranhos; Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara; Justiniano José da Rocha; João Antônio Gonçalves da Silva (o bacharel Gonçalves); João Caetano dos Santos; Francisco Pedro de Arbues da Silva Muniz e Abreu e Herculano Luís de Lima. Conforme o texto, Silva Paranhos frequentava a Sociedade Petalógica quando era estudante e, mais tarde, como político e diplomata. Então, as conversas do “tempo da Petalógica”, nessa perspectiva, já aconteciam com a presença de Paranhos entre os anos de 1836 e 1841, período em que era ele estudante na Academia da Marinha e depois no Curso de Engenharia da Escola Militar, onde a partir de 1847 fez parte do quadro de professores, ficando no cargo até 1863.⁴⁸⁴ No entanto, é possível que nesse período ainda não fossem as reuniões da Petalógica, pois a agremiação passou a existir de fato, com esse título e objetivos determinados, a partir da década de 1850, como já argumentado anteriormente. Paranhos foi também jornalista, logo depois de formado passou a colaborar para o jornal de tendências liberais intitulado *O Novo Tempo* que, mesmo que não fosse impresso na Tipografia Imparcial, era vendido na loja do Paula Brito.⁴⁸⁵

Em 1845, Paranhos foi eleito deputado provincial no Rio de Janeiro, pelo Partido Liberal, tendência política que se modificaria a partir da década de 1850. Prova disso é que nessa mesma época passou também a colaborar no *Jornal do Comércio*, impresso ligado ao Partido Conservador. Ademais, é possível encontrar cartas trocadas, em 1853, com um dos líderes desse Partido e também membro da Petalógica, Paulino José Soares de Sousa, cujos discursos parlamentares Paula Brito já havia publicado em 1843.⁴⁸⁶ Na carta, o então Visconde

⁴⁸³ ASSIS, Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*. n. 3 jan. 1865.

⁴⁸⁴ BLAKE, Op. Cit., Vol. 5. pp. 53-55.

⁴⁸⁵ “Vende-se os números avulsos [...] na [loja] do Sr. F. de Paula Brito, praça da Constituição”, *O Novo Tempo* trazia essa informação no seu cabeçalho. Ver em: *O Novo Tempo*, n. 13. 28 mar. 1844. p. 1.

⁴⁸⁶ Em 1843 Paula Brito já publicava obra de Paulino José Soares, o já Visconde do Uruguai: *Discursos proferidos na Câmara dos Srs. Deputados*, nas Sessões de 23 de janeiro e 7 de fevereiro de 1843. Rio de Janeiro, Tip. Imparcial de F. de P. Brito, 1843.

do Rio Branco estava em Montevideu e prestes a ocupar o Ministério da Marinha, escreveu sentir a demissão de Paulino do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o agradeceu pela escolha e aceitação de seu nome para o Ministério da Marinha.⁴⁸⁷

É consenso biográfico que o início da carreira política de José Maria da Silva Paranhos ao lado dos conservadores partiu de um convite feito por Honório Hermeto Carneiro Leão.⁴⁸⁸ Machado de Assis escreveu certa vez que a Sociedade Petalógica era o Café Procópio de meados da década de 50, no Rio de Janeiro. Onde “ia toda a gente” conversar sobre muitos assuntos: acontecimentos parlamentares; vantagens dos atos adicionais; moções de confiança; retirada de um ministro e os discursos do marquês de Paraná [Carneiro Leão], um “Grande do Estado”.⁴⁸⁹ Questão que outro possível iniciado na agremiação, José de Alencar, também levou ao correr da pena, em 1856.

Honório Hermeto Carneiro Leão [...] apesar de não ser orador, a sua atividade e energia, a sua dialética cerrada, o distinguiram logo entre os seus colegas; a argumentação supria a beleza da forma e a facilidade da elocução; a tenacidade e a constância davam ao seu pensamento essa força de persuasão que dispensa sobretudo nas grandes ocasiões os ornatos e as flores da eloquência.⁴⁹⁰

Embora Carneiro Leão não fosse um iniciado na Petalógica, pelo menos é o que indicam as fontes até o momento, era um conhecido dos membros da agremiação e possuía algo em comum com muitos deles: a elocução, o poder dos discursos e da persuasão. Há, através da frequência significativa de conexões entre os membros da Sociedade Petalógica, o entrecruzamento da história política e cultural. São homens que exerceram influência cultural e política significativa para as gerações seguintes.⁴⁹¹ Os membros mais jovens, quando escreviam sobre os mais antigos, mencionavam seus discursos. Machado de Assis em o *Velho Senado* escreveu sobre os homens da política imperial.

Para avaliar bem a minha impressão diante daqueles homens que eu via ali juntos, todos os dias, é preciso não esquecer que não poucos eram os contemporâneos da Maioridade, alguns da Regência, do Primeiro Reinado e da Constituinte. Tinham feito ou visto fazer a história dos tempos iniciais do regime, e eu era um adolescente espantado e curioso. Achava-lhes uma feição particular, metade militante, metade triunfante, um pouco de homens, outro

⁴⁸⁷ *Do Sr. José Maria da Silva Paranhos ao Sr. Conselheiro Paulino José Soares de Souza*. 5 de dez. 1853.

⁴⁸⁸ FONTANA, Laura Roberta. Repensando a trajetória de José Maria da Silva Paranhos a partir de suas biografias: o político e o engenheiro no século XIX. In: 14° SNHCT, 14., 2014, Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 1-9.

⁴⁸⁹ ASSIS, Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*. n. 3 jan. 1865.

⁴⁹⁰ ALENCAR, José de. *O marques de Paraná*. Traços Biográficos. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário. 1856.

⁴⁹¹ RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

pouco de instituição. Paralelamente, iam-me lembrando os apodos e chufas que a paixão política desferira contra alguns deles, e sentia que as figuras serenas e respeitáveis que ali estavam agora naquelas cadeiras estreitas não tiveram outrora o respeito dos outros, nem provavelmente a serenidade própria. E tirava-lhes as cãs e rugas, e fazia-os outra vez moços, árdegos e agitados. Comecei a aprender a parte do presente que há no passado, e vice-versa.⁴⁹²

Machado de Assis, se aproximando dos 60 anos de idade, descrevia o *Velho Senado* de 1860, período em que os encontros na Casa do Paula Brito ainda aconteciam, portanto, a loja do editor apareceu na crônica. O já experiente Machado buscava na memória os encontros do jovem Machadinho com Quintino Bocaiuva “na loja do Paula Brito, que era na antiga praça da Constituição, lado do teatro São Pedro, a meio caminho das ruas do Cano e dos Ciganos.”⁴⁹³ Escrevia buscando o que lembrar e esquecer dos tempos em que se dizia ser um “adolescente espantado e curioso”, embora em 1860 fosse um jovem que contava entre 20 e 21 anos. Escreveu sobre Paranhos, que tinha uma figura “alta e forte”.

Não é preciso dizê-lo a uma geração que o conheceu e admirou, ainda belo e robusto na velhice. Nem é preciso lembrar que era uma das primeiras vozes do Senado. Eu trazia de cor as palavras que alguém me confiou haver dito, quando ele era simples estudante da Escola Central: ‘Sr. Paranhos, você ainda há de ser ministro.’ O estudante respondia modestamente, sorrindo; mas o profeta dos seus destinos tinha apanhado bem o valor e a direção da alma do moço.⁴⁹⁴

Quem seria esse profeta? Por que Machado de Assis não o revelou? Não é possível conhecer. Mas essa conversa poderia muito possivelmente ter acontecido na loja do Paula Brito. Joaquim Maria Machado de Assis não conheceu o Paranhos estudante que frequentava a loja do editor, mas o já ministro da marinha, entre 1853 e 1855. Machado recordava dos discursos de José Maria da Silva Paranhos, a quem chamava apenas pelo último nome...

Muitas recordações me vieram do Paranhos de então, discursos de ataque, discursos de defesa [...] costumava falar com moderação e pausa; firmava os dedos, erguia-os para o gesto lento e sóbrio, ou então para chamar os punhos da camisa, e a voz ia saindo meditada e colorida.⁴⁹⁵

Além de Paranhos, outros membros da Petalógica que também frequentavam o senado foram lembrados pelo escritor, como o papa e os cardeais.

Uma só vez ouvi falar a Eusébio de Queirós, e a impressão que me deixou foi viva; era fluente, abundante, claro, sempre juízo do vigor e da energia. Não foi discurso de ataque, mas de defesa; falou na qualidade de chefe do Partido

⁴⁹² ASSIS, Machado de. *O Velho Senado*. Senado Federal: Brasília, Conselho Editorial: 2004. P.26.

⁴⁹³ ASSIS, Machado de. *O Velho Senado*. Senado Federal: Brasília, Conselho Editorial: 2004. P.22.

⁴⁹⁴ ASSIS, Machado de. *O Velho Senado*. Senado Federal: Brasília, Conselho Editorial: 2004. p. 45.

⁴⁹⁵ ASSIS, Machado de. *O Velho Senado*. Senado Federal: Brasília, Conselho Editorial: 2004. pp. 45-

Conservador, ou papa; Itaboraí, Uruguai, Saião Lobato e outros eram cardeais e todos formavam o consistório, segundo a célebre definição de Otaviano no *Correio Mercantil*.⁴⁹⁶

Essa passagem me levou ao que escreveu Jean-Michel Massa sobre a chegada de Machado de Assis à Sociedade Petalógica. “O principiante encontrava um grupo já constituído, com hábitos, usos, e também com seus cacoetes. Esta associação tinha os seus príncipes, o seu papa, em resumo, apresentava uma tradição.”⁴⁹⁷ É interessante porque ao descrever o senado, podemos ter uma ideia de como Machado de Assis via e se relacionava com alguns dos iniciados da agremiação. Além do papa tinham também os cardeais, como Paulino Soares, o “Uruguai”, uma figura “de grande peso”⁴⁹⁸ para Machado, mas demorou-se mais na descrição de Eusébio de Queirós, que...

era justamente respeitado dos seus e dos contrários. Não tinha a figura esbelta de um Paranhos, mas ligava-se-lhe uma história particular e célebre, dessas que a crônica social e política de outros países escolhe e examina, mas que os nossos costumes, – aliás demasiado soltos na palestra, – não consentem inserir no escrito. De resto, pouco valeria repetir agora o que se divulgava então, não podendo pôr aqui a própria e extremada beleza da pessoa que as ruas e salas desta cidade viram tantas vezes. Era alta e robusta; não me ficaram outros pormenores.⁴⁹⁹

Dos nomes mencionados no obituário de 1888 e lembrados por Machado de Assis em *O Velho Senado*, foi citado também como um frequentador da Petalógica, Francisco Pedro de Arbues da Silva Muniz e Abreu, que foi advogado e secretário do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Apareceu listado no *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) - 1844 a 1885* como secretário do Ministério da Justiça, para os anos de 1848 e 1849.⁵⁰⁰ Também Herculano Luiz de Lima que, em 1842, ocupou o cargo público de cobrador da barreira estabelecida na estrada de Mato Grosso, nomeado pelo conhecido e amigo da agremiação Hermeto Carneiro Leão, que na época era chefe da seção de obras do governo.⁵⁰¹

Justiniano José da Rocha também foi citado na homenagem para Herculano Lima. Foi, como já sabemos, um jornalista e político, homem de cor, bastante ligado a Paula Brito. Entre 1839 e 1840 atuou ao lado de José Paranhos na redação do *Jornal do Comércio*.⁵⁰²

⁴⁹⁶ ASSIS, Machado de. *O Velho Senado*. Senado Federal: Brasília, Conselho Editorial: 2004. pp. 45-49.

⁴⁹⁷ MASSA, Jean-Michel. *A Juventude de Machado de Assis (1839-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p. 85.

⁴⁹⁸ ASSIS, Machado de. *O Velho Senado*. Senado Federal: Brasília, Conselho Editorial: 2004. pp. 33-34.

⁴⁹⁹ ASSIS, Machado de. *O Velho Senado*. Senado Federal: Brasília, Conselho Editorial: 2004. pp. 33-34.

⁵⁰⁰ Conferir Tabela de número 5 - Apêndice.

⁵⁰¹ Conferir Tabela de número 5 - Apêndice.

⁵⁰² CARDIM, Op. Cit.,

A partir de 1840, ao lado de Firmino Rodrigues da Silva⁵⁰³, tornou-se o redator do periódico *O Brasil*, criado a pedido de dois iniciados na Petalógica: Paulino José Soares de Sousa, então ministro da justiça, e Eusébio de Queirós. No entanto, só em agosto de 1841 – o número 158 – que esse jornal passa a ser impresso na sede da agremiação, a então Tipografia Imparcial de F. de P. Brito. Coincidentemente, meses depois dos conservadores retornarem ao poder. *O Brasil* era um periódico autorizado dos conservadores e investia contra os liberais. Isso não impossibilitou que outro iniciado, vinculado ao partido liberal, Joaquim Manuel de Macedo escrevesse sobre a atuação de Justiniano enquanto jornalista. O texto é de 1879, um discurso proferido por Macedo em uma sessão de aniversário do IHGB. Mas ao juntar Justiniano e Firmino Rodrigues da Silva no mesmo texto, Macedo poderia estar recordando-se do período em que os dois trabalharam juntos como redatores d'*O Brasil*. Os dois já eram falecidos em 1879, Firmino há nove anos e Justiniano há dezessete. De todo modo, a partir desse discurso, Macedo nos dá uma ideia da atuação de Justiniano como jornalista, que “escrevia de improviso e com facilidade até hoje não igualada...”

Rocha excedia a Firmino na estratégia e na habilidade com que explorava as contradições de ideias e as indisposições pessoais dos adversários, procurando pô-los em discórdia; Firmino cuidava muito mais do que Rocha na fortaleza da argumentação calculada: um e outro foram primorosos e esforçados paladinos da imprensa: em Rocha havia combinação de Aquiles com Ulisses; em Firmino predominava Aquiles até com sua vulnerabilidade pelo calcanhar, porque de fina suscetibilidade e irritável, às vezes ferido pela injúria, excedia-se, reagindo na polêmica. Foram ambos grandes nas campanhas da tribuna universal.⁵⁰⁴

O Brasil só parou de ser impresso na Tipografia Imparcial de F. de P. Brito em abril de 1845, quando passou aos tipos do próprio Justiniano – na Tipografia do *Brasil*, rua dos Ciganos, n. 32 – e parou de circular sob sua responsabilidade em dezembro de 1850. É interessante que, pelo menos, três dos membros da agremiação, todos homens de cor, depois de terem seus jornais e folhas publicadas ou de trabalharem na Tipografia de Paula Brito, montaram suas próprias tipografias. Justiniano foi um deles, mas também Maurício José de Lafuente e um grande amigo de Paula Brito, Antônio Gonçalves Teixeira e Souza.

Iniciados na Petalógica, Poetas e Professores da nação

⁵⁰³ Hallewell citou Firmino Rodrigues da Silva como membro da Petalógica. Ver em: HALLEWELL, Op. Cit., p. 167.

⁵⁰⁴ MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso: sessão magna aniversaria do IHGB no dia 15/12/1879. RIHGB, tomo 42, parte II, 1879, p. 336.

Muitos membros da Sociedade Petalógica eram professores, Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa foi professor de primeiras letras na escola pública no Engenho Velho;⁵⁰⁵ Basílio José de Oliveira Pinto foi professor de instrução primária e secundária no município da Corte;⁵⁰⁶ Francisco Manoel da Silva, professor de música;⁵⁰⁷ João Antônio Gonçalves da Silva, professor de francês na Escola da Marinha e de latim e francês na Escola Central;⁵⁰⁸ José Maria da Silva Paranhos, professor da Escola Politécnica e professor honorário da Academia Imperial de Belas Artes;⁵⁰⁹ Justiniano José da Rocha, lente de direito militar na Escola Militar;⁵¹⁰ Laurindo José da Silva Rabelo, professor de história, geografia e português no curso preparatório à Escola Militar;⁵¹¹ Salvador de Mendonça, professor de geometria e matemática no Liceu.⁵¹²

Alguns deles se envolveram em projetos da educação pública, como Justiniano José da Rocha que quando Honorio Hermeto Carneiro Leão – mais uma vez ele – foi presidente da província do Rio de Janeiro, Justiniano foi diretor das aulas de instrução pública, cuja tarefa era inspecionar os institutos de educação da corte.⁵¹³ Joaquim Manuel de Macedo foi professor dos filhos da princesa Isabel e fez parte, em 1866, do Conselho Diretor de Instrução Pública da Corte. Anos antes, em 1857, fez parte da comissão incumbida de apresentar um projeto de reforma do Ensino Público na província do Rio de Janeiro.⁵¹⁴ Há uma passagem na revista do IHGB que José Vieira escreveu sobre o Macedo professor e o Macedo membro da Petalógica e logo em seguida informou sobre a substituição desse por outro membro, o professor Salvador de Mendonça.

Naquele tempo não eram permitidos aos alunos dares e tomares com seus professores. Macedo conservava sempre na aula ar austero, conquanto nós

⁵⁰⁵ GODOI, Op. Cit.,

⁵⁰⁶ *Revista Mensal da Sociedade*, n. 8, 1866. p. 318.

⁵⁰⁷ AZEVEDO, Op. Cit.,

⁵⁰⁸ GODOI, Op. Cit., e BLAKE, Op. Cit., Vol. III. p. 326.

⁵⁰⁹ BLAKE, Op. Cit., Vol. V. pp. 53-55.

⁵¹⁰ CARDIM, Op. Cit.,

⁵¹¹ LESTRAS, Academia Brasileira de (Org.). *Perfil do Acadêmico*: Laurindo Rabelo. Laurindo Rabelo. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/laurindo-rabelo/biografia>. Acesso em: 28 jul. 2023.

⁵¹² Salvador de Mendonça foi um dos mais novos membros da Petalógica, mais novo que Machado de Assis, como ainda veremos nessa história. “Aliás, de outros favores literários já se fizera digno Salvador, apesar da sua pouca idade. Assim, do de ser membro da Petalógica.” É possível que Castro Lopes tenha dado aulas para Salvador de Mendonça no Colégio Curiácio, no Rio de Janeiro. 1853-1854. “Salvador teve [...] como professores Castro Lopes.” E outra informação que nos interessa nesse momento, para pensar como os membros da agremiação estavam de fato envolvidos com as questões de instrução e educação, é que Eusébio de Queirós presidiu a banca examinadora da Instrução Pública em que Salvador de Mendonça prestou exame. Ver em: MENDONÇA, Carlos Sussekind. *Salvador de Mendonça*. Instituto Nacional do Livro: Rio de Janeiro. 1960. p. 19-21.

⁵¹³ CARDIM, Op. Cit. p. 51.

⁵¹⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, n. 256. 30 ago. 1857. p. 1. Ver também em seu perfil biográfico como acadêmico da ABL: [Joaquim Manuel de Macedo | Academia Brasileira de Letras](#).

soubéssemos que ele cá fora era lhano, espirituoso e uma das principais figuras da célebre Sociedade Petalógica. Esta funcionava na atual praça Tiradentes, do lado da Secretaria do Interior e paredes em meio da casa do major João José, sacristão-mor da igreja do Carmo e sogro do ator Galvão, o apreciado ator dos dramalhões de capa e espada [...] Quando Macedo foi para a Câmara dos Deputados, teve por substituto Salvador de Mendonça. Este, sim, moço cheio de esperanças, fazia belíssimas preleções dignas de estudantes adiantados. Tinha um grande merecimento [...] Possuía um cacoete: as palavras acabadas em *ento*, Salvador as pronunciava como terminadas em *iento* – *descobrimiento, instrumiento, acontecimiento, etc.* Não sei se corrigiu esse defeito. É quase certo.⁵¹⁵

Em 1865, as reuniões da Petalógica já não aconteciam mais. Nesse mesmo ano, Joaquim Manuel de Macedo afastava-se da cadeira de História do Brasil do Imperial Colégio Pedro II e indicava para ocupar seu lugar Salvador de Mendonça. O que foi acatado pela instituição, Salvador de Mendonça seria, a partir de então, o novo professor de História do Brasil, dos bacharelados do sétimo ano do Colégio Pedro II.⁵¹⁶

Gonçalves de Magalhães, em 1851, foi designado pelo governo para examinar o desenvolvimento da instrução pública e colher os documentos que encontrasse “da história pátria” nas províncias do norte. Três anos depois foi a Portugal em comissão para estudar a instrução pública nos “países mais desenvolvidos.”⁵¹⁷ Augusto Emílio Zaluar serviu alguns anos como examinador da instrução pública.⁵¹⁸ Eusébio de Queirós escreveu, em 1856, *Relatório* do estado da instrução primária e secundária do município neutro, do ano anterior. Um ano antes tomou posse do cargo de Inspetor Geral.⁵¹⁹

E tinham ainda os professores do Imperial Colégio Pedro II. Justiniano José da Rocha foi também professor de História e Geografia do Imperial Colégio. Fez parte do primeiro corpo docente, em 1838, mas pediu exoneração um ano depois, assim como Araújo Porto-Alegre.⁵²⁰

⁵¹⁵ FAZENDA, José Vieira. Dr. Macedo. In *Revista do IHGB*. Tomo 95 – Vol. 149, pp. 262-263. Jun. de 1911.

⁵¹⁶ Ibid.

⁵¹⁷ BLAKE, Op. Cit., vol. I, pp. 179-183.

⁵¹⁸ BLAKE, Op. Cit., p. 351-353.

⁵¹⁹ Idem. Vol. 2, pp. 308-310. “Em 10 de setembro de 1855, tomou posse como Inspetor Geral, o Conselheiro Euzébio de Queiroz Mattozo Câmara, em substituição ao Conselheiro Visconde de Itaboraí, e a partir de então nota-se um diferencial na organização do Relatório, e no aprofundamento das questões. Queiroz faz uma série de mudanças estruturais na Inspeção Geral, modificando cargos, fazendo nomeações, agregando pessoal e exigindo orçamentos adequados. Cobra o cumprimento da execução expressa no regulamento de 1854, em que se sugeria realização de conferências com os delegados e os professores de seu distrito, com a presença do Inspetor Geral para que se possam discutir as questões, dificuldades enfrentadas em seu trabalho, propondo melhorias em conjunto.” Ver em: Sant’Anna, S. B. (2014). A Instrução Pública Primária no Brasil Imperial: 1850 a 1889. *O Mosaico*, 2(2). Acesso em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/view/117>. p. 108.

⁵²⁰ MENDONÇA, Ana Waleska. *et al.* A Criação do Colégio Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1000, out./dez. 2013.

Como não havia ainda material para as aulas, Rocha escreveu o *Compêndio de Geografia Elementar*, oferecido ao Imperador e usado pelos alunos. Elmano Cardim escreveu que depois de 1854, Justiniano anunciou que se afastaria do jornalismo “para realizar uma das suas mais antigas esperanças, um dos seus mais queridos projetos: dirigir um colégio de instrução primária e secundária”. No entanto, esse projeto nunca se realizou.⁵²¹ Desde inaugurado o Colégio Pedro II, em 1838,⁵²² Justiniano teve ao seu lado os também membros da agremiação: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, Joaquim Manoel de Macedo e Antônio Castro Lopes.⁵²³ Algum tempo depois, outros membros passaram a fazer parte do quadro de professores do mesmo colégio, como o “bacharel Gonçalves”.

O Imperial Colégio Pedro II teve à frente de sua criação Bernardo Pereira de Vasconcelos, que em 1838, como vimos, era ministro e já tinha contato com Justiniano José da Rocha.⁵²⁴ Essa primeira geração de professores ingressava no Pedro II mediante nomeação do governo. Então, Gonçalves de Magalhães, nomeado professor de Filosofia “racional e moral”⁵²⁵ em 1838; Justiniano José da Rocha, nomeado professor de Geografia e História no mesmo ano e Manuel Araújo Porto-Alegre, de desenho, ingressaram na instituição por indicação do governo.⁵²⁶ Antônio Castro Lopes apareceu entre os primeiros professores contratados em 1838,⁵²⁷ entre os lentes de 1839,⁵²⁸ de latim, e entre os professores do quadro de 1849, lecionando Gramática Latina.⁵²⁹ Já Manoel de Macedo foi arrolado como fazendo parte da primeira geração de professores do colégio, atuando entre 1838 e 1847, mas também apareceu, junto com o “bacharel Gonçalves” e Castro Lopes, no quadro de professores de 1849, quando

⁵²¹ CARDIM, Op. Cit. p.57.

⁵²² Segundo Lilia Moritz Schwarcz, em 1838, houve a reinauguração da instituição, já que a mesma já havia sido fundada em 1733 e que possuiu diversos nomes, “Casa dos Meninos Órfãos de São Pedro, Seminário de São Joaquim, Imperial Seminário de São Joaquim – até ficar conhecida como o Imperial Colégio Pedro II [...] A escola seria definitivamente patrocinada por D. Pedro II e receberia seu nome em 2 de dezembro de 1837. A partir de então, o seminário transformou-se em colégio de instrução secundária e, em seguida, foi elevado em condição de Imperial Colégio Pedro II. O colégio é reinaugurado em 25 de março de 1838 pelo imperador, e em 27 de abril do mesmo ano recebe os primeiros alunos. Ver em: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras, 1998 p. 150.

⁵²³ Além de Elmano Cardim, o jornal *O Cronista*. n. 174, 21 fev. 1838. p. 2, mencionou Justiniano e Magalhães como professores do Colégio Pedro II. Não encontrei informações na imprensa da época de que Araújo Porto-Alegre seria professor também do Pedro II, quem o arrolou como tal foi Elmano Cardim. CARDIM, Op. Cit.,

⁵²⁴ MENDONÇA, 2013.

⁵²⁵ *O Cronista*, n. 233. 22 set. 1838. P. 4.

⁵²⁶ CARDIM, Op. Cit. p. 51 e MENDONÇA, 2013.

⁵²⁷ MENDONÇA, Ana Waleska. *et al.* A Criação do Colégio Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1.000, out./dez. 2013. p. 995.

⁵²⁸ COLÉGIO PEDRO II. *A Ortiga*, n. 8. 7 out. 1839. p.7.

⁵²⁹ BLAKE, Sacramento. Op. Cit., vol. I. pp. 133-136.

o ingresso no Colégio se dava através de concurso de títulos.⁵³⁰ Manuel de Macedo escreveu anos depois, em 1862, que os nomes dos professores e reitor deveria bastar para dar crédito a instituição que se inaugurava porque, “em geral eram os nomeados ou recomendáveis por sua capacidade já provada nas matérias que tinham de ensinar, ou por sua reconhecida ilustração, e alguns eram até com razão considerados notabilidades.”⁵³¹ O que corrobora com trabalhos como de Ana Mendonça, que buscando algumas similaridades entre os primeiros professores que assumiram o cargo entre 1838 e 1847, identificou quatro precursores do Romantismo no Brasil: Justiniano José da Rocha, Dr. Domingos José de Magalhães, Manoel de Araújo Porto Alegre e Santiago Nunes Ribeiro, três deles membros da Petalógica. E chegou à conclusão de que a causa da escolha por esses nomes para o Colégio Pedro II, pode estar relacionada com suas atuações enquanto escritores que problematizavam em suas produções “a temática da natureza e a exaltação dos mitos fundacionais do país”, contribuindo, desse modo, para o projeto de construção de uma nacionalidade brasileira.

os primeiros professores do Colégio são donos de intensa produção intelectual, pois fundaram e escreveram para jornais e periódicos, publicaram compêndios, obras literárias, foram produtores de obras de arte e alguns são considerados fundadores de disciplinas escolares no Brasil, como é o caso de Manuel de Araújo Porto Alegre (desenho), que também publicou a primeira charge em periódicos do país, em 1837.⁵³²

É possível observar que alguns dos membros da Petalógica possuíam grande capital simbólico e bons contatos políticos. Com relação à charge, sua história mostra que nem sempre houve conciliação entre os iniciados e que embora nas cadeiras da sede dos encontros, o estabelecimento do Paula Brito, se sentassem conservadores e liberais, nem sempre a relação era amistosa. Considerada a primeira charge em periódicos, no Brasil, foi intitulada *A Campanha e o Cujó* e foi endereçada a Justiniano José da Rocha. O autor, Manuel de Araújo Porto-Alegre, denunciava o recebimento de propina por parte do diretor do *Correio Oficial*, que na época era Justiniano.⁵³³

Na charge é possível observar um homem negro, de joelhos, recebendo uma espécie de bolsa de um homem branco em pé que veste roupas que lembram vestimentas da Grécia

⁵³⁰“Até então, o ingresso no corpo docente fora feito mediante livre nomeação do governo. O concurso de 1847 tornou-se no Colégio o primeiro indício de concurso, embora de títulos, o governo imperial acostumado ao ad libitum das designações desde 1838.” Ver em: DORIA, Escagnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)*. 2. ed. Brasília: INEP, 1997.

⁵³¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Tipografia Imparcial de J. M. Nunes Garcia. 1862.

⁵³² MENDONÇA. 2013. p. 995.

⁵³³ “Em outubro [de 1837], é Justiniano nomeado diretor do Correio Oficial, com 3:600\$000 anuais”. Ver em: CARDIM, Op. Cit. p.16.

Clássica, enquanto homens vestidos de casacas e chapéus olham para o lado oposto, em direção a uma frase “CAMPAINHA. VENHA A NÓS. Venha a nós” e do lado, “Cemitério dos Desmazelos”. Aparentemente são os homens que fogem, mencionados no texto da charge. Apenas um desses homens olha em direção à cena dos dois homens no centro da charge.

a Campainha:
 Quem quer, quem quer redigir
 O Correio Oficial!
 Paga-se bem. Todos fogem!?
 Nunca se viu coisa igual.
 O cujo
 Com três contos e seis centos
 Eu aqui estou, meu Senhor;
 Honra tenho e probidade,
 Quem mais quer de um redator?⁵³⁴

Possivelmente esse texto representa o diálogo dos dois homens centrais da charge. Atrás do homem de joelhos, no chão, está uma página de um jornal: *O Cronista*, também da pena de Justiniano, como já vimos nesse trabalho. No canto direito há desenhos de mais dois homens negros, possivelmente Justiniano José da Rocha. Embaixo de um deles está escrito: “COM HONRA E PROBIDADE” e o montante que Justiniano ganhava enquanto diretor do *Correio Oficial*, “3:600\$000”. Sobre o rosto do outro homem desenhado está escrito “Viva a sinecura, gimbo” e “CRÔNICA DAS PARVOICES”.



Figura 1 A Campainha e o cujo. Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

⁵³⁴ PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. *A Campainha e o Cujó*, 1837. 31 x 41,5cm em papel 37 x 48cm. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital: <https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.html>.

Como será que depois desse acontecimento Justiniano José da Rocha e Araújo Porto-Alegre se relacionavam na *Casa do Paula Brito*? E esse não era o único ambiente que os mesmos frequentavam na época, os dois estavam entre os sócios do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - IHGB. Entre os iniciados na Petalógica, muitos também eram os sócios do IHGB.⁵³⁵ A partir de 1840, essa instituição abrigou muitos dos românticos brasileiros, “alguns literatos selecionados”. Foi fundada também em 1838 com o intuito de construir uma história do Brasil que tinha como objeto de estudo os “grandes homens”, “os heróis nacionais”. Era estratégico construir uma memória para a consolidação do projeto monárquico, mas também da fundação de uma nacionalidade.⁵³⁶ O que estava ligado também à tentativa, do Ministério de Araújo Lima, e dos Saquaremas, de forjar uma unidade do Império. E a criação do Imperial Colégio Pedro II pode ser visto também por esse viés. Os Saquaremas emprestavam grande valor à Instrução Pública, pois a viam como uma maneira de centralização e unidade imperial.⁵³⁷

Nesse interim, o romantismo passou a ser visto como um caminho para a expressão de uma nação recém fundada, pois fornecia fundamentos que eram ao mesmo tempo universais, mas também particulares, uma identidade, em contraste com a metrópole. Nessa perspectiva, a revista *Niterói*, fundada pelo Grupo de Paris, foi considerada, segundo Lilia Moritz, um marco do romantismo brasileiro.

Com Magalhães, conviviam Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-79), menos conhecido por sua vida literária do que por sua atuação na Academia de Belas Artes, Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-91); Joaquim Manuel de Macedo (1820-82); Gonçalves Dias (1823-64) [...] formando o grupo imediatamente vinculado ao imperador. São exatamente esses escritores que passarão a frequentar o IHGB a partir de 1840, tendo na revista do Instituto – que começa a ser editado em 1839 – um órgão dileto de divulgação de suas ideias.⁵³⁸

Todos eles eram iniciados na Petalógica, que também frequentavam o IHGB. Assim como Francisco Montezuma, sócio-fundador, Eusébio de Queirós, José Maria da Silva Paranhos, Justiniano José da Rocha e Paulino Soares de Sousa. A não ser Paranhos e Queirós, todos os outros tiveram obras suas editadas e publicadas por Paula Brito.

⁵³⁵ Além de ter a Petalógica citada em alguns números da revista do IHGB, a partir de 1907, em 1851 os *Novos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* foram impressos na Tipografia de Francisco de Paula Brito quando ela já trazia o nome *Tipografia da Empresa Dois de Dezembro*.

⁵³⁶ SCHWARCZ, 1998. p. 127.

⁵³⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

⁵³⁸ SCHWARCZ, 1998. p. 131.

É importante pontuar também que nesse período, em 1839, o *Jornal do Comércio* inovou ao reservar um espaço em suas folhas para a publicação de prosa de ficção, Justiniano da Rocha e Paula Brito – além de João Manoel Pereira – “foram os primeiros autores brasileiros a publicar romances no folhetim.”⁵³⁹ Já em 1843, Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa foi o autor de *O Filho do Pescador: Romance Brasileiro Original* publicado no periódico *O Brasil*, impresso na Tipografia Imparcial de Paula Brito. Logo depois de aparecer no jornal, o inovador foi então Paula Brito, que condensou o romance de Teixeira e Sousa em um volume único de 152 páginas, o vendendo por mil réis em sua livraria.

Desse modo, o romance de Teixeira e Sousa acabou por desbravar um caminho que seria percorrido por outros tantos romances e contos no Brasil oitocentista, que somente depois de publicados em fatias nos rodapés dos jornais seriam impressos em volumes.⁵⁴⁰

Mais do que isso, criou-se um jornal para publicação unicamente de romances nacionais, *O Arquivo Romântico Brasileiro*. Ao ler sobre essa folha no *Diário do Rio de Janeiro*, é possível entender o motivo de *O Arquivo* ser lançado. Primeiro o redator informou sobre o crescente gosto por romances pelos leitores da Corte. Consequência disso foi a procura nas tipografias pelos romances de folhetins para, depois de finalizados, poder encaderná-los. Os leitores e leitoras acabavam por gastar duas vezes, com o jornal e com a compra dos folhetos encadernados. Por isso, o *Arquivo Romântico Brasileiro* tornava-se grande negócio, “pois que uma vez comprados os números em que se publique romances, ou assinando-se, nada mais é que encaderná-los, e tem-se assim um belo e nítido volume de romances.”⁵⁴¹ A ideia era publicar um jornal apenas de romances brasileiros, cujas vantagens eram: “escrevendo-se sobre coisas nossas, conheceremos melhor nosso país, nossas antiguidades e todas nossas coisas”; aumentar-se-ia “nossa literatura, o que é já muito” e estimular-se-ia o “gênio de nossos jovens, que feridos do exemplo, se lançarão à arena dos escritores”.⁵⁴²

O Arquivo Romântico Brasileiro saía do prelo todos os sábados.⁵⁴³ Era uma folha impressa em duas tipografias, a do Paula Brito, a *Imparcial* da Praça da Constituição. Mas também em outro endereço, na Rua dos Ourives, n. 21. No livro *Paula Brito: editor, poeta e artífice das letras*, quando mencionam o impresso *Cosme*, escrevem o seguinte: “os dois primeiros números desse jornal foram impressos, seguramente, por Paula Brito, na Tipografia

⁵³⁹ GODOI, Op. Cit., p. 133.

⁵⁴⁰ GODOI, Op. Cit., p. 135.

⁵⁴¹ OBRAS PUBLICADAS... *Diário do Rio de Janeiro*, n. 7434.

⁵⁴² OBRAS PUBLICADAS... *Diário do Rio de Janeiro*, n. 7434.

⁵⁴³ Infelizmente, o jornal não está digitalizado na Biblioteca Nacional. Há uma edição no *Real Gabinete Português de Leitura*, no Rio de Janeiro.

da Rua dos Ourives, n. 21.”⁵⁴⁴ Tratava-se do estabelecimento que, desde 1845, era a *Tipografia de Teixeira e Companhia*, de propriedade de Teixeira e Sousa em sociedade com Paula Brito.⁵⁴⁵ Conforme indicou o membro da Petalógica, Norberto de Sousa e Silva – que em 1876 escreveu um perfil biográfico de Teixeira e Sousa, na revista do IHGB⁵⁴⁶ – foi em 1840 que Francisco de Paula Brito acolheu o poeta “com o riso da satisfação sobre os lábios, e utilizou de seu trabalho, proporcionando-lhe meios de subsistência”. Para Norberto, os dois – Paula Brito e Teixeira e Sousa – possuíam muitas coisas em comum, inclusive o “acidente da cor”. Teixeira e Sousa era filho do negociante português Manoel Gonçalves, homem branco, e da brasileira, de origem africana, Ana Teixeira de Jesus: “Apesar da desigualdade das cores viviam felizes os dois consortes.”⁵⁴⁷ Vale aqui reproduzir o que o biógrafo escreveu sobre o encontro desses dois homens:

Corria o ano de 1840 e Francisco de Paula Brito, tipógrafo e poeta ao mesmo tempo, incansável trabalhador, que simpatizava com o talento e estendia sua mão aos desvalidos, que como ele saíam do berço lutando braço a braço com a adversidade o acolheu com o riso da satisfação sobre os lábios, e utilizou o seu trabalho, proporcionando-lhe meios de subsistência. De conhecidos, que eram há muito, tornaram-se para logo amigos íntimos e comensais, unidos pela simpatia do talento, ligados pela origem do nascimento que lhes dera o mesmo acidente da cor, e trabalhando em associação se protegeram mutuamente. Lutava, porém, Paula Brito com insuperáveis dificuldades. Pretendeu elevar sua empresa tipográfica a grande altura, mas faltava-lhe a base, e oscilante ameaçava esmagá-lo na sua eminente queda. Poucas vantagens, pois, esperava Teixeira e Sousa do resultado de seus esforços, mas nem por isso esmoreceu e deixou de trabalhar. Adquiriu novos e importantes amigos. Animaram-no literatos de nomeada, que apreciadores de seus talentos, lhe deram prudentes conselhos, lhe emprestaram livros e corrigiram os seus primeiros ensaios. Contaram-se nesse número [...] Domingos José Gonçalves de Magalhães.⁵⁴⁸

Conforme indicou Norberto de Sousa, Paula Brito acolheu Teixeira e Sousa em sua tipografia, como fizera com outros “desvalidos” que, como ele, desde o berço, lutavam braço a braço com a adversidade. Teixeira e Sousa era, sem dúvidas, muito talentoso. Paula Brito foi perspicaz e parecia saber quando encontrava o talento. Foi assim também com Machado de

⁵⁴⁴ Ver em: RAMOS Jr. José de Paula. Op. Cit., p. 195.

⁵⁴⁵ GODOI, Op. Cit.,

⁵⁴⁶ Norberto de Sousa e Silva foi autor de biografias de outros iniciados na Petalógica como Laurindo da Silva Rabelo e de outro (possível) membro Casimiro de Abreu. Ver em: BLAKE, Op. Cit., Vol. IV. pp. 111-117.

⁵⁴⁷ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Biografia dos Brasileiros Ilustres por Amar, Letras, Virtudes etc. Notícia sobre Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa e suas obras. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, 1876, pp. 197 – 216.

⁵⁴⁸ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Biografia dos Brasileiros Ilustres por Amar, Letras, Virtudes etc. Notícia sobre Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa e suas obras. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, 1876, pp. 197 – 216.

Assis anos mais tarde. O tipógrafo também se beneficiava com o trabalho desses poetas, “se protegiam mutuamente”. E o “acidente de cor” era lembrado com frequência quando o assunto eram esses homens. Norberto de Sousa contou, ao leitor e leitora da revista do IHGB, de 1876, que uma vez Teixeira e Sousa havia se queixado a ele “amargamente de um escritor português por chamá-lo de *Camões Africano*.”⁵⁴⁹ Outra questão interessante que parte desse perfil biográfico pode nos dizer, é sobre as novas amizades construídas por Teixeira e Souza. A partir do encontro com Paula Brito, conquistou “novos e importantes amigos”, literatos “de nomeada” que apreciavam seu trabalho, o aconselharam, prestaram livros e corrigiram seus primeiros ensaios, como Domingos José Gonçalves de Magalhães que, como sabemos, foi membro da Petalógica. Norberto ainda escreveu que Teixeira e Sousa voltou-se “para a vida comercial e associado a Paula Brito montou uma oficina tipográfica e abriu uma loja de objetos de escritório”, na rua do Ourives, n. 21. “sua loja tornou-se o ponto de reunião de uma roda de jovens literatos, entre os quais se distinguiam Santiago Nunes Ribeiro, Paula Menezes e Castro Lopes”, desses nomes citados, apenas o último era membro da Sociedade de Petalogia. Em 1842, Paula Brito publicou o segundo volume de *Cânticos Líricos*, de autoria de Teixeira e Sousa. Obra dedicada a outro iniciado na agremiação, Paulino José Soares de Sousa.⁵⁵⁰

A loja e tipografia de Teixeira e Sousa não funcionou por muito tempo, depois de editor e tipógrafo, em 1849, já casado e com filhos, tornou-se mestre-escola no Engenho Velho. Mas também não permaneceu por muito tempo, sendo nomeado escrivão do juízo do comércio. Em novembro de 1861 veio a falecer. Segundo Norberto de Sousa, “Não pôde Francisco de Paula Brito resistir à perda do seu maior e melhor amigo, e sucumbiu quatorze dias depois”.⁵⁵¹ De fato, os dois editores e tipógrafos tinham muito em comum. Quando começou a sair do prelo da Tipografia Imparcial, a revista mensal chamada *Guanabara*, que não era a *Niterói*, mas era “a continuação do pensamento” que a presidiu,⁵⁵² tanto Norberto, quanto Teixeira e Sousa escreveram romances para a Biblioteca Guanabara, editada por Paula Brito e publicada na revista que foi dirigida por praticamente os mesmos homens da *Niterói*: Manuel de Araújo Porto-Alegre, Antônio Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo. Pode ser essa uma

⁵⁴⁹ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Biografia dos Brasileiros Ilustres por Amar, Letras, Virtudes etc. Notícia sobre Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa e suas obras. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, 1876, pp. 197 – 216.

⁵⁵⁰ GODOI, Op. Cit., p.139.

⁵⁵¹ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Biografia dos Brasileiros Ilustres por Amar, Letras, Virtudes etc. Notícia sobre Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa e suas obras. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, 1876, pp. 197 – 216.

⁵⁵² LOPES, Op. Cit., 1978.p. 62.

demonstração de que nem sempre os membros da Petalógica se entendiam ou concordavam, Antônio Gonçalves Dias foi o maior crítico de Teixeira e Sousa em vida.⁵⁵³

A revista *Guanabara* iniciou sua circulação em dezembro de 1849 e saía pela tipografia Guanabareense de L.A.F. de Meneses. No entanto, os problemas com essa tipografia desagradaram seus dirigentes e no segundo semestre ela passou a ser impressa na Tipografia da Empresa Dois de Dezembro, do então Impressor da Casa Imperial: Paula Brito.⁵⁵⁴ Foi, nas palavras de Hélio Lopes, a revista que implantou o romantismo brasileiro e não teria “ido tão longe quanto foi se não a sustentasse, como observa Moreira de Azevedo, a mão aberta de Pedro II.”⁵⁵⁵ Hélio Lopes argumentou que a revista pretendia “abster-se por completo de se imiscuir em questões políticas” e mantinha-se “no alto nível do trato das artes e das ciências”,⁵⁵⁶ mas a própria citação que o autor faz de um texto retirado da revista, o contradiz. No Tomo I da *Guanabara*, em uma espécie de apresentação,⁵⁵⁷ fala-se sobre os novos tempos, a mocidade e o esforço em busca do desenvolvimento moral e intelectual, a base do progresso.

A nossa atualidade é um crepúsculo dessa luz estética, que em breve nos há de esclarecer com seu influxo benigno; há tendências manifestas no espirito da nova geração para as ideias arquetípicas, para um futuro que há de contrastar com estes tempos do eu, do terrível eu, que é o ponto central do círculo acanhado das gerações que tateiam entre a decadência e a imobilidade rotineira [...] Àqueles que atingiram a baliza posterior [...] já não pertence a hora do fervor, os dias de trabalho e das esperanças de glória: a nova geração é que cabe todo esse brilhante futuro, que há de triunfar quando a geração que nasceu em 1825 tomar posse da alta administração, e o Soberano governar com os homens de sua idade. Então se terá dado um largo impulso a esse grande inventário de nossas riquezas naturais; então já se terá ouvido a palavra do filósofo americano, visto a análise do químico brasileiro, escutado o canto do vate das florestas e atendido aos dogmas da experiência. [...] Então seremos uma nação na América [...] E nossa literatura terá as bases monumentais que este país lhe proporciona [...] eis os pontos cardeais da nossa fé, eis o espírito que anima a todos os redatores do *Guanabara*, e o pensamento que os abraça e que os impele a concorrer para aquela grande obra: basta de épocas críticas, basta de inúteis oscilações, basta de perda de tempo: - comecemos a nossa época orgânica.⁵⁵⁸

⁵⁵³ Em 1847 e 1855, Teixeira e Sousa escreveu a primeira e segunda edição da *Independência do Brasil*: poema épico em 12 cantos. Gonçalves Dias, sob o pseudônimo de *Optimus Criticus*, escreveu uma série de artigos virulentos no *Correio da Tarde*, em 1848 (números. 21,28,32,64 e 72). Norberto também escreveu sobre essas críticas que para ele seriam infundadas. Ver em: SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Biografia dos Brasileiros Ilustres por Amar, Letras, Virtudes etc. Notícia sobre Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa e suas obras. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, 1876, pp. 197 – 216.

⁵⁵⁴ LOPES, Op. Cit.

⁵⁵⁵ Ibid. 62.

⁵⁵⁶ Ibid. 63.

⁵⁵⁷ Há dificuldade em periodizar a *Guanabara*. Na Biblioteca Nacional, na Hemeroteca, a revista está digitalizada em tomos e faltam algumas páginas. Por exemplo, deste Tomo I, a primeira página não está digitalizada. Sabemos com certeza os anos, mas não os meses, em que as edições foram publicadas.

⁵⁵⁸ *Guanabara*, Tomo I. 1850. p.2.

Ou seja, estava explícito que não havia abstenção política entre os dirigentes do *Guanabara*. É importante refletir sobre essa citação porque seus dirigentes eram membros da Petalógica, a revista era impressa na tipografia do presidente da agremiação, espaço onde circulava tanto alguns daqueles “que atingiram a baliza posterior”, quanto os nascidos em 1825. Representando os primeiros estaria o próprio Araújo Porto-Alegre, nascido em 1806, ou o Paula Brito – que além de impressor também publicou a Biblioteca Guanabarensis na revista – nascido em 1809. Entre a nova geração – que ainda não era a de Machado de Assis, por exemplo – estaria “o novo poeta” Gomes de Sousa, nascido em 1825; Gonçalves Dias, em 1823, Laurindo Rabelo, em 1826, entre outros. Esses “poetas” tinham como objetivo tomar posse da alta administração, ao lado do “Soberano” e a “nossa literatura” era parte ou o caminho para isso.

Em outro momento da revista escreveu-se sobre o livro *Os hinos da minha alma*, de Gonçalves Dias. Nessa obra, segundo o redator, que não se identificou, havia um instinto brasileiro, independente. E no autor, Gonçalves Dias – um homem de cor e membro da Petalógica – havia qualidades como o patriotismo. Esse texto é bastante interessante para se pensar a Sociedade de Petalógica porque faz um balanço sobre a literatura desde os tempos da Independência e os literatos citados foram membros da agremiação, mesmo que depois desses períodos. Na época de Pedro I, segundo o redator, as oscilações renasceram nos espíritos: “a política reacionária, a alimentadora das épocas críticas, aborrece[u] as artes.” “Na época da Independência nada apareceu, além dos versos oficiais”, na “minoridade, a [época] das lutas e reações, dominou a declamação e a sátira individual e por um milagre da Providência apareceu o Sr. Magalhães com um volume de versos”.

O segundo nonênio foi mais estéril quanto ao número que o primeiro, porque começou por um homem e acabou com o mesmo homem; mas este homem, filho da escola parnasiana [...] voltou da Europa renascido, regenerado, trazendo consigo um livro que intitulou: SUSPIROS POÉTICOS. Foi o Sr. Magalhães, o Garret brasileiro, e para melhor o dizer, o fundador da nova escola.⁵⁵⁹

Depois de Magalhães, o “Garret brasileiro”, foi a década de 1840, segundo o redator de *Guanabara*, o momento de “aparições brilhantes”, o “nascimento da nossa literatura”, embora sofressem o obscurantismo e a desvalorização. O Sr. Norberto de Sousa e Silva foi uma delas, mas também o Sr. Teixeira e Sousa, o Sr. Dr. Macedo, o Sr. Gonçalves Dias – todos membros da Petalógica. O que vem a seguir no texto é o que nos interessa particularmente, e que também dialoga com a questão política da literatura e dos românticos. O

⁵⁵⁹ *Guanabara*, Tomo I. 1850. p.42.

redator depois de apresentar todos esses literatos e suas qualidades – patriotas, que criavam lindíssimos “quadros históricos”, conhecedores dos usos e costumes dos brasileiros – fez o seguinte questionamento:

E por que, no meio de uma vida pacífica, vivem desgostosos, estes homens, e como que inspirados somente por uma necessidade imperiosa de trabalhar, sem tirar lucro algum de seu trabalho, em uma época que não paga as letras, e recompensa largamente as cortesias, a cabala e os escritores que não são poetas? Será porque o poeta, por tradição, é ainda malvisto, passando ele hoje uma vida honesta; ou porque a sociedade atual confunde o rimador com o poeta e o poeta com um mentiroso inútil? Verdade é que na câmara dos Srs. deputados se alcunha a mentira com o nome sagrado de *poesia*; e parece que a maioria dos nossos prosaicos oradores tem sobejas razões para recearem da poesia! O que seria deles se as discussões subissem de ponto, e se passassem da arena de um baixo individualismo para as regiões sublimes das ideias, para a contemplação do futuro; que papel fariam no parlamento todas essas obscuridades, que bordam no mar das trivialidades e flutuam à vontade de todos os ventos? A poesia, neste século, e entre nós, é exercitada por homens probos e quase todas as nossas grandes capacidades por ela se elevaram ao ponto de vista em que se acham.⁵⁶⁰

Encontramos, portanto, mais uma palavra que poderia significar mentira: poesia! Já tínhamos entendido até aqui que depois da formatura, a poesia e a produção literária não eram bem vistas por alguns dos homens que ocupavam cargos da administração pública. Para além deles, muitas pessoas compartilhavam dessa espécie de crença social. Mas os dirigentes da revista *Guanabara* e seus colaboradores não entendiam a desvalorização que se dava às reflexões das letras, não compreendiam porque não se “pagava as letras”, mas se recompensava as cortesias e cabala. O motivo estaria, perguntou o redator, relacionado ao fato de a “sociedade atual” confundir o rimador com o poeta, ou o poeta com “um mentiroso inútil”? Na câmara dos deputados usavam o “sagrado nome *poesia*” para se referir a mentira. E, de fato, isso acontecia. Em 28 de agosto de 1841, por exemplo, em uma sessão do parlamento, o deputado Sr. Marinho reclamava que ao trazer o assunto referente à prerrogativa constitucional que tinha o objetivo de dissolver a câmara dos deputados em qualquer circunstância, o ministro da marinha – fazia dois dias que José Clemente Pereira ocupava esse cargo – não encarou da maneira mais sensata tal assunto. Em resposta à reclamação, o deputado Teófilo Ottoni, soltou um sonoro: “Poesia”. Como quem dizia: mentira, Sr. Marinho!⁵⁶¹

Meses depois, o Sr. Souza Martins discursava sobre as desordens e infrações cometidas na província de Piauí. Dizia que o Visconde da Paraíba era presidente da citada província desde o tempo da independência, vivendo seus primeiros 60 anos debaixo do antigo regime. Para o

⁵⁶⁰ *Guanabara*, Tomo I. 1850. p.42.

⁵⁶¹ *Anais do Parlamento Brasileiro*, 28 ago. de 1841. p. 830.

deputado, as faculdades do presidente da província já estavam enfraquecidas, pois não era “homem de letras, nem gosta[va] de ler livros e periódicos” e “não tendo [...] uma educação literária [...] suas ideias são tais quais as mesmas dos 60 primeiros anos de sua vida”. No Piauí, segundo o deputado, devido à má administração, não existia um correio público que enviasse encomendas com regularidade, não havia guarda nacional organizada, “quando é preciso que marchem as tropas, ele manda notificar a todo o mundo para marchar”. Depois de explicar todas as desordens da província do Piauí, o Sr. Souza Martins atestou: “Isto que acabo de dizer não é poesia, não é invenção”,⁵⁶² mesmo trazendo para o seu argumento o fato de o Visconde da Paraíba não ser um bom presidente de província por não ter “educação literária”, não gostar de ler livros, nem periódicos.

Mas nem todos pensavam assim. Em fevereiro de 1843, ao apresentar o relatório do ministério da marinha, o ministro Rodrigues Torres escutou do deputado Sr. Ferraz que o relatório estava “muito poético”, no que o ministro da marinha respondeu: “o relatório será poético, mas nem sempre a poesia está em contradição com a verdade”.⁵⁶³ Em 1845, o deputado Dias da Mota falou algo parecido quando no parlamento disseram que o que ele falava era poesia, e o deputado respondeu: “a poesia não é sinônimo de falsidade.”⁵⁶⁴ Muitos podem ser os exemplos do uso da palavra poesia com o significado de mentira no parlamento. Para os responsáveis pela revista *O Guanabara*, essa prática era digna de quem receava um aumento no nível dos debates. Ora! O que seria desses homens, de alguns dos deputados se as discussões passassem do nível do baixo individualismo para as regiões sublimes das ideias? O que seriam desses homens avessos à poesia se as discussões saíssem da superficialidade? Questionava o redator. Para ele, “a poesia, neste século” e entre eles, “era exercitada por homens probos” e quase todas as grandes conquistas e capacidades “por ela se elevaram ao ponto de vista em que se acha[va]m.”⁵⁶⁵

Para os redatores da *Guanabara*, a poesia tinha em seu braço a “ressurreição do passado”, a revelação dos mistérios das almas, “toda a natureza, todas as vozes ocultas, a memória dos homens e o amor, enfloram seus lábios; ela é a arte dos espetáculos, dos grandes ajuntamentos, mas também é a arte do solitário.”⁵⁶⁶ Acho importante trazer ainda uma última questão sobre poesia trabalhada na revista, porque nos auxilia no entendimento sobre o

⁵⁶² *Anais do Parlamento Brasileiro*, 15 nov. de 1841. p. 922.

⁵⁶³ *Anais do Parlamento Brasileiro*, 21 fev. de 1843. p. 800.

⁵⁶⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro*, 24 abr. de 1845. p. 800.

⁵⁶⁵ *Guanabara*, Tomo I. 1850.p.42.

⁵⁶⁶ *Guanabara*, Tomo I. 1850.p.19.

status de ficção da época e seus limites com relação à mentira e, não poderia ser diferente, seu contraste com a verdade. Em um texto intitulado *História Pátria*, o colaborador Bernardo Pereira de Berredo fez uma diferenciação entre o historiador político e o historiador poeta. O verdadeiro historiador, segundo Berredo, seria aquele que além de expor os fatos, os explicaria. Caso contrário, seria “um simples cronista” que apenas exporia os fatos, os enumerava e classificava pelas datas. Embora, a exposição seja...

quase sempre verdadeira, as numerações[...] exatas, as classificações [...] justas [...] falta-lhe a cor, o movimento, a vida, e por isso sua obra é tantas vezes fastidiosa. [...] Quem quer que for bom historiador deve ter uma destas duas coisas: ser político ou poeta: não poeta no sentido em que fala Filinto Elisio – homem que vive de medir linhas curtas e compridas –, mas poeta de alma e de sentimento; escreva prosa ou verso; chame-se Schiller ou Chateaubriand, Homero ou Platão. O historiador político [...] tem por fim a nação. O historiador poeta [...] tem por fim a humanidade. O historiador político escreverá o livro do povo [...] o poeta historiador escreverá o livro do homem e de todos os homens, do povo e de todos os povos – o evangelho da humanidade.⁵⁶⁷

O bom historiador seria alguém a revelar, por exemplo, “até que ponto” o erro da escravidão dos indígenas foi “injusto e monstruoso”, até onde chegaram as “calamidades no passado, até onde chegarão no futuro: eis a história.” Mas era preciso também, continuou Berredo, que fosse descrito os costumes dos índios e que existisse instrução sobre seus usos e religião, que “reconstruísse todo esse mundo perdido, que nos iniciasse nos mistérios do passado como caminho do futuro” para que fosse possível entender de onde “viemos e para onde vamos”. E é nessa tarefa que a poesia ajudaria o historiador, porque “isto é poesia; e a poesia é a vida do povo, como a política é o seu organismo”. Ou seja, os costumes do povo, seus usos e crenças estão na poesia, são a própria poesia. Este trabalho, a junção da história política e da poesia, seria grandioso, conforme Berredo, “quantas lições para a política, quantas verdades para a história, quantas belezas para a poesia!”⁵⁶⁸

Na revista *Guanabara*, embora fosse impressa no espaço tipográfico do Paula Brito e tivesse em seus dirigentes e colaboradores membros da Sociedade Petalógica, a agremiação não foi citada, nem informações relacionadas as reuniões ou aos encontros na Casa do Paula Brito. Mas com a publicação do jornal de variedades *Marmota*, a agremiação passou a ter *uma voz* na imprensa. Eram outros tempos para a Sociedade Petalógica, era o tempo das *Marmotas*.

⁵⁶⁷ *Guanabara*, Tomo I. 1850. p. 25-30.

⁵⁶⁸ *Guanabara*, Tomo I. 1850. p. 25-30.

Tabela 4 - Impressos e redatores que circularam na Tipografia Imparcial de Paula Brito/ Tipografia Dois de Dezembro, de P. Brito (1841-1849)

Título	período	redatores e pessoas envolvidas
<i>O Grátis</i>	1841-1854	Francisco de Paula Brito
<i>O Crítico</i>	conhece-se apenas o primeiro número, de 15 jan. de 1842.	-----
<i>O Gosto</i>	ago. de 1843.	-----
<i>O Eco do Rio</i>	ago. de 1843 a mar. de 1844.	redigido por Tomás José Pinto de Siqueira/Cerqueira ⁵⁶⁹
<i>Arquivo Médico Brasileiro</i>	1844.	Redator em chefe: Ludgero da Rocha Ferreira Lapa ⁵⁷⁰
<i>O Brado do Amazonas</i>	abr. a mai. de 1845.	(possibilidade) Ignácio [José] Ferreira Maranhense ⁵⁷¹

⁵⁶⁹ SIMIONATO, Juliana Siani. *A Marmota e seu Perfil Editorial: contribuição para edição e estudo dos textos machadianos publicados nesse periódico (1855-1861)*. 2009. 301 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Tomás José Pinto de Siqueira foi redator do *Sete d’Abril* (a partir de 1837) e *Sentinela da Monarquia* (a partir de 1840), membro do IHGB e do Conservatório Dramático, escreveu o *Código do Processo Criminal de primeira instância do império do Brasil* deputado suplente do Rio de Janeiro em 1851, diretor da secretaria de agricultura. Ver em: Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusofonos (BLPL-UFSC). <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=199591>. Ver também em: BLAKE, Op. Cit., Vol. VII. pp. 291-292.

⁵⁷⁰ Médico e membro do IHGB. Ver em: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. n. 6. 122ª sessão, 27 abr. de 1844.p.43.

⁵⁷¹ Esse jornal foi arrolado como saído da tipografia de Paula Brito por RAMOS Jr. Op. Cit., na relação de *Jornais e Revistas Impressos por Paula Brito*. Não encontrei esse impresso digitalizado na Biblioteca Nacional. Há outros dois jornais com o mesmo título, mas nenhum deles foi impresso na Tipografia de Paula Brito. n’*O Correio da Tarde*. n. 482. 3 set. de 1849. p. 3. O redator informa que Ignácio Ferreira Maranhense era o redator do *Brado do Amazonas*, de 1849. Pode ser o mesmo jornal, mas impresso em época e tipografias diferentes. Em 1856, Ignácio Ferreira Maranhense, homem “livre” ajudou dois amigos africanos Carolina e Hilário, a solicitarem a emancipação. “Mas, a história de Carolina e Hilário não acaba com o casamento, pois, em junho de 1856, eles entram com um muito bem construído pedido de emancipação para os dois. Nos tempos iniciais de casados, em que viveram na Corte, eles puderam contar com o apoio de um amigo livre que escreveu a petição dos dois, com requintes de um poeta. Neste documento, Ignácio Ferreira Maranhense intercede junto a Caxias, a favor da liberdade do casal, argumentando que eles já serviam à Nação “para mais de 15 anos”, tempo, portanto, superior ao estipulado pelas para mais de 15 anos”, tempo, portanto, superior ao estipulado pelas, tempo, portanto, superior ao estipulado pelas, tempo, portanto, superior ao estipulado pelas leis que regulavam o grupo. Em nome dos dois africanos, apela para o orgulho de Caxias”. Ver em: p. 167. MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Os africanos livres, sua prole e as discussões emancipacionistas: As famílias e a administração dos descendentes de africanos livres na Fábrica de Pólvora da Estrela (Rio de Janeiro, 1830-1860)*. In *Estudos Afro-Asiáticos*. Universidade Cândido Mendes. Ago. 2008. pp. 161 – 200. No Dicionário de Sacramento Blake há uma passagem muito interessante sobre um Ignácio José Ferreira Maranhense, que muito possivelmente seja o mesmo homem. “natural do Maranhão, celebrou-se na capital do Império pelos engenhosos e muitas vezes engraçados logros que pregou. Publicou muitas composições poéticas em jornais e avulsas, que oferecia às pessoas que lhe remuneravam – composições que há quem suponha serem de outras penas”. Ver em: BLAKE, Op. Cit., Vol. VII. pp. 274.

<i>Anais de Medicina Brasiliense</i>	Jun. de 1845 a set. de 1851	Francisco de Paula Cândido
<i>A Gazeta dos Tribunais</i> ⁵⁷²	jan. de 1843 a dez. de 1846.	Conselheiro Aragão. Francisco Alberto Teixeira de Aragão. ⁵⁷³
<i>Arquivo Romântico Brasileiro</i>	Fev. de 1847.	Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa e Francisco de Paula Brito.
<i>A Nova Gazeta dos Tribunais</i>	1848-1849.	-----
<i>A Religião</i>	1849.	Manuel Joaquim de Miranda Rego e Patricio Muniz. ⁵⁷⁴
<i>O Carranca</i>	23 out. de 1849.	-----
<i>O Cosme</i>	15 dez. de 1849 a 12 jan. 1850. ⁵⁷⁵	-----
<i>Guanabara</i>	1849 a 1856	Manuel de Araújo Porto-Alegre, Antônio Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo.

⁵⁷² É possível que este tenha sido o primeiro jornal impresso no prelo mecânico da tipografia de Paula Brito. Em 28 de outubro de 1844, Paula Brito avisava aos leitores e leitoras da *Gazeta dos Tribunais* que o número 179 do jornal havia atrasado “pelo desejo que tínhamos de que fosse ele impresso no – GRANDE PRELO MECÂNICO – que hoje possuímos. Foi este o primeiro ensaio que nele se fez, com todas as vantagens que se podem tirar das grandes máquinas da natureza da nossa. F. DE PAULA BRITO” *Gazeta dos Tribunais*, n. 179. 28 out. 1844. p. 4.

⁵⁷³ *Gazeta dos Tribunais*, n. 379. 29 dez. 1846. p. 4. Aragão foi presidente honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) no mesmo ano em que Francisco Montezuma foi eleito presidente da instituição, em 1843.

⁵⁷⁴ RAMOS JÚNIOR. Op. Cit., p. 195.

⁵⁷⁵ “os dois primeiros números desse jornal foram impressos, seguramente, por Paula Brito, na Tipografia da Rua dos Ourives, n. 21.” Ibid.

PARTE III – Mentir ao modo da Petalógica

Diniz escreve as *verdades* com graça e Paula Brito as *publica* [nem sempre] com gosto

O jornal *A Marmota Fluminense* conferiu estrutura ao grupo que formou a Sociedade Petalógica. De modo geral, a tipografia de Paula Brito usou dos jornais que saíam de sua prensa para divulgar a produção dos membros da Petalógica, uma prática que poderia fazer parte das “políticas de amizade” que também formava e firmava essa rede de sociabilidade que era atravessada por projetos estéticos e políticos.⁵⁷⁶ Conforme os anos se passavam, havia o estreitamento dos laços de amizade que formavam esse grupo, também novos interlocutores surgiam e as “*Marmotas*”, a partir de 1849, são importantes fontes de pesquisa para entender como tudo isso se dava.

Escrevo as “*Marmotas*” assim no plural, porque esse jornal de variedades ostentou três títulos: *A Marmota na Corte* (1849-1852); *A Marmota Fluminense* (1852-1857) e *A Marmota* (1857-1861 e 1864). A primeira edição teve “como principal redator o baiano Próspero Diniz”, aquele mencionado pelo *Correio Mercantil*. Nas outras edições, Paula Brito passou a ser o principal colaborador e diretor do jornal.⁵⁷⁷ Augusto Sacramento Blake nos conta que Próspero Ribeiro Diniz foi filho de um conceituado farmacêutico da Bahia, mas não nos informou sobre o nome da mãe.⁵⁷⁸ “Dotado de inteligência brilhante e poeta humorístico e sarcástico, soube introduzir-se na alta sociedade bahiense, mas dela foi pouco a pouco repellido, porque em versos não poupava mesmo aqueles que da melhor vontade os recebiam.” Conforme Sacramento Blake, Diniz teria sofrido em vida muitos desgostos por causa de seus escritos mordazes e deu a entender que o mesmo teria morrido pobre por esse motivo. Na Bahia, teria fundado a folha humorística *Marmota*, que circulou entre 1846 e 1849, quando se mudou para a corte e passou a publicar outro jornal com o mesmo título. Pouco tempo depois, Diniz associou-se a Paula Brito, e *A Marmota* foi publicada em sociedade, mas por muito pouco tempo, por desarmonia entre os dois.⁵⁷⁹ Nesse período, *A Marmota* acrescentou o *da Corte* ao título. Em 1850, Próspero Diniz se mudou para Pernambuco e fundou *A Marmota Pernambucana*, mas que naquele

⁵⁷⁶ PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *Políticas de Amizade: Portinari e o mundo cultural ibero-americano*. *Topoi*, v.7, n. 12, jan-jun. 2006.

⁵⁷⁷ SIMIONATO, Juliana. *A Marmota de Paula Brito*. In: RAMOS Jr. Op. Cit., pp. 103-182.

⁵⁷⁸ O nome da mãe era Maria Isidora Diniz. Ver em: *Marmota na Corte*, n. 23. 23 nov. 1849. p. 3.

⁵⁷⁹ BLAKE, Op. Cit., Vol. VII. pp. 83-84.

mesmo ano “cessou a publicação por desagradar a certos vultos”. Ainda conforme Augusto Blake, depois disso Próspero Diniz se reconciliou com Paula Brito e passaram a redigir a *Marmota Fluminense* que, findo o ano de 1852, passa a ser “publicada só por Paula Brito”.⁵⁸⁰ No entanto, Próspero Diniz deixou a redação de *A Marmota* ainda em maio de 1852. Quando ela passou a ser *Fluminense* já tinha a sua frente Paula Brito e seus colaboradores, Próspero Diniz não era um deles.⁵⁸¹

Esse conflito entre redator e impressor não ficou tão aparente nas folhas de *A Marmota na Corte*, só veio a aparecer em *A Marmota Fluminense*. Em 21 de dezembro de 1849 foi publicada, em primeira página, uma CARTA DE ORDENS ao *Amigo Sr. Paula Brito*. Quem assinava era o “amigo apaixonado Próspero Diniz. Que não mente no que diz”. Na carta, Diniz informava que estava de viagem a Bahia e que enviava alguns manuscritos para agradar a freguesia de *A Marmota*. Como era uma carta de ordens, o tom era mesmo de ordenar que Paula Brito não admitisse correspondências, a não ser sobre moças que trocavam de namorados. Também escrevia que ‘Nada de falar em política; remeta esses negócios para as câmaras, e lá se avenha Deus com os seus Anjos. V[ocê]... é muito saquarema, pode se fiar muito nos seus e depois ficar envergonhado se eles nada fizerem a bem das coisas públicas’.⁵⁸² Essa passagem da carta é uma confirmação da mudança do posicionamento político de Paula Brito, que vinha acontecendo desde meados de 1840, como já apareceu nessa história. Em 1849, segundo Próspero Diniz, Paula Brito era saquarema e, de fato, era. É possível encontrar o nome do impressor em uma lista de eleitores do partido conservador de 1849, ao lado de Eusébio de Queirós e Justiniano José da Rocha.⁵⁸³

Voltando à carta, Diniz pedia a Paula Brito que tomasse cuidado com o que lhe mandassem sobre a alfândega, pois se o Ferraz, que era amigo do impressor e patricio do redator, soubesse de alguma coisa, levaria “o negócio até o fim”. Pedia que não falasse palavra alguma sobre o arsenal da marinha, pois Diniz poderia precisar, quando retornasse, de “escaleres, ou de alguma outra coisa” e ele queria “estar sempre bem com o inspetor”. Entre uma e outra ordem, o correspondente escreveu:

⁵⁸⁰ Ibid. Em 13 novembro de 1849 (n. 20, p. 4), Francisco de Paula Brito assinou, na *Marmota na Corte*, uma recordação fúnebre de Teodoro da Silva. Nela ele escreveu: “reconhecendo a espontânea afeição que sempre me dedicou, pedi ao Sr. Próspero Diniz que me fizesse o obséquio de fraquear um pequeno espaço de sua folha, onde eu pudesse fazer esse fraco sufrágio à alma do finado”. Portanto, nesse período a folha era de propriedade de Prospero Diniz e Paula Brito era o impressor.

⁵⁸¹ *Marmota Fluminense*, n. 258. 4 mai. 1852.

⁵⁸² *A Marmota na Corte*, n. 31. 21 dez. 1849. p. 1.

⁵⁸³ *O Brasil*, n. 1463. 3 ago. 1849. p.3.

Não aceite descomposturas se não de ambas as partes, que para isso derem dinheiro; faça como sujeito meu conhecido, que escrevia dois periódicos, um *pró* e outro *contra*, ou como os candidatos a deputações que publicam nas gazetas os elogios que fazem a si mesmos.⁵⁸⁴

De fato, Próspero Diniz tinha uma pena bastante “afiada” que, muito possivelmente, deixava os leitores e leitoras confusos, tentando entender se aquilo que o redator escrevia era verdade ou mentira. Em alguns números posteriores, sendo Próspero Diniz ainda redator, o mesmo aparente posicionamento, de “nada de metermo-nos em política”, continuava, porque isso competia ao governo e deputados que eram “os caixeiros da Nação e para isso comem seis mil cruzados, que não é tão pouco.” Bom, se a redação de *A Marmota na Corte* não se metia em política, o que ela fazia? Tratava de “artigos científicos, analíticos e jocosos”, recebia correspondências que não personalizava, mas que criticava “abusos, atrasos de civilização, sujidade das ruas, esperteza dos vigários e velhacarias dos ficiais”, mas tudo “nos termos da decência”.⁵⁸⁵ Ou seja, metia-se em política, o que não se fazia era personalizar ou nominar as pessoas, mas isso nem sempre acontecia.

Em outro texto, possivelmente também escrito pelo redator da folha, descrevia os leitores de seu jornal: a rapaziada, as moças, os meninos de escola, os estudantes, os soldados, taverneiros, “pais de famílias pobres que, em vez da sobremesa, mandam a filha mais velha ler *A Marmota*”, músicos, rabequistas, viúvas ricas e senhoritas fidalgas, também as donas de casa que davam “dinheiro a preta para as compras” e as diziam que, além da manteiga, carne, temperos e farinhas, comprasse a “*Marmota* em casa do Sr. Paula Brito, esse homem que tem porta grande no largo do Rocio, onde se ajunta muito moço bonito para conversar”. Um diálogo entre a dona de casa e a *preta* foi descrito: “diz que queres a folha que se chama *Marmota* na Corte, ouviste? - Sim, minha sinhá, não é esse senhô que tem papé escrito munto pregado ni taburero, que fica pendurado na porta? – Sim, sim: vai depressa e volta já.”⁵⁸⁶ A informação sobre esses papéis pendurados nas portas aparecem em alguns momentos nas *Marmotas* e inclusive nos registros da Sociedade Petalógica, pois era comum que as Atas da agremiação, além de serem publicadas no jornal de variedades a partir de 1853, também fossem penduradas nas portas do estabelecimento de Paula Brito. Em outra carta de Próspero Diniz, publicada em *A Marmota* em 11 de janeiro de 1850, o redator pediu a Paula Brito que desse “lembranças a essa rapaziada toda do nosso círculo.”⁵⁸⁷

⁵⁸⁴ *A Marmota na Corte*, n. 31. 21 dez. 1849. p. 1.

⁵⁸⁵ *Marmota na Corte*, n. 65. 7 maio 1850. p. 1.

⁵⁸⁶ *A Marmota na Corte*, n. 31. 21 dez. 1849. p. 2.

⁵⁸⁷ *A Marmota na Corte*, n. 35. 11 jan. 1850. p. 1.

Mais de um ano depois, na edição de número 188 do jornal de variedades, algo extraordinário aconteceu. Tanto que *A Marmota na Corte* publicou um complemento que adicionou ao jornal mais quatro páginas: tratava-se de uma *Marmota Extraordinária*, pois uma grande novidade havia desembarcado na corte: Próspero Diniz, depois de dois anos, voltava ao Rio de Janeiro. Nesse número do jornal, no texto *A Minha Viagem*, o baiano contava parte do que havia acontecido no período em que esteve fora. Pela quantidade de pessoas que ele escreveu que faltava rever e cumprimentar na corte, pode-se ter uma ideia de parte da “rapaziada” do círculo deles que, nas cartas endereçadas a Paula Brito, era pedido que fossem dadas lembranças, alguns eram membros da Petalógica. “Falta-me só ver o Torres da fazenda, o Eusébio, o Paulino e o Mont’Alegre⁵⁸⁸; mas já os mandei avisar que viessem à noite para vermos o espetáculo da nova companhia lírica no Teatro de S. Pedro”.⁵⁸⁹ Em outro momento do texto, Próspero Diniz falou sobre sua passagem por Pernambuco e citou um amigo já conhecido dos membros da Petalógica:

estive por oito meses na encantadora província de Pernambuco [...] onde sem o menor motivo um tal Honório, dizem que filho de Minas e por isso de gênio forte por causa do feijão com que foi criado, mandou-me prender e estive de conserva a bordo da corveta *Januária* onze dias pescando caranguejos, e afinal achei o homem de boa maré que já parecia outro; conversou comigo; contou-me a sua vida e até soltou-me, no que não me fez favor nenhum; e com tudo não tenho zanga dele porque vejo que não é culpado destes e de outros destemperos: tudo procede de quem o batizou imprpropriamente; reuniu-lhe no sobrenome Carneiro e Leão, bichos de natureza muito opostos um ao outro.⁵⁹⁰

Era, portanto, o marquês do Paraná, querido e muito citado pelos membros da Petalógica. Ao que parece foi ele quem o mandou prender e, dias depois, o mandou soltar. De todo modo, Carneiro Leão não escapou dos versos de Próspero Diniz. Com o baiano na frente da redação de *A Marmota na Corte* a crítica era realmente mais mordaz. E Paula Brito, meses depois, explicaria porque publicava textos com esse teor.

Em maio de 1852, *A Marmota na Corte* já não existia mais, a partir de então ela passava a se chamar *A Marmota Fluminense* e não era só o título que mudava. Aos leitores e assinantes, Paula Brito avisava: “O Sr. Próspero Diniz já não faz parte da redação desta folha”.⁵⁹¹ O afastamento nesse primeiro momento parecia amigável, mas sete dias depois Paula

⁵⁸⁸ Em 1850, no número 65 de *A Marmota na Corte*, Próspero Diniz escreveu: “são meus Amigos e aos quais devo proteção e amizade dedicada, como sejam o Sr. Tosta, o Sr. Eusébio, e o Sr. Porto-Alegre, homens estes que jamais em tempo algum, e nem por circunstância qualquer que seja, deixarei de venerar as suas pessoas.” Ver em: *Marmota na Corte*, n. 65. 7 mai. 1850. p. 1.

⁵⁸⁹ *A Minha Viagem. Marmota Extraordinária*, n. 188(2). 2 set. 1851. pp. 5-8.

⁵⁹⁰ *A Minha Viagem. Marmota Extraordinária*, n. 188(2). 2 set. 1851. pp. 5-8.

⁵⁹¹ *Marmota Fluminense*, n. 258. 4 maio 1852. p.2.

Brito pediu a atenção do seu público. O que ele escreveu nesse texto nos ajuda a refletir sobre algumas questões, como Paula Brito negociava com seus clientes e as conexões e redes tecidas entre os homens que frequentavam o espaço da tipografia. O editor e impressor nos contou que por motivo de Próspero Diniz escrever um artigo “pouco verdadeiro” em seu *Boticário*, ele se sentia no direito de escrever algo a respeito.

Chegando a essa corte o Snr. Próspero Diniz, em setembro de 1849, veio à minha casa, e querendo escrever uma folha, lembrava-se dos títulos de *Luneta* – Marmota – Marmota Fluminense – e não sei que mais, eu fui de parecer que o Sr. Próspero continuasse a escrever sobre o título do seu jornal na Bahia – Marmota – e então concordamos que o novo periódico se chamasse Marmota na Corte, lembrança essa que foi depois apoiada pelo Sr. Porto-Alegre, primeira pessoa que do Snr. Próspero meu deu notícia.⁵⁹²

A partir da leitura, tem-se uma ideia de como Paula Brito negociava com seus clientes, decidindo inclusive sobre o título dos impressos e que é possível que Próspero Diniz tenha chegado a Paula Brito por intermédio de Araújo Porto-Alegre. O editor escreveu também sobre os artigos do escritor baiano.

Cumpro aqui fazer uma observação. Muita gente se queixa (e se queixou sempre) da liberdade com que o Snr. Próspero escreve; seus artigos *não podem mesmo ser publicados como saem da sua pena* (o que provarei com os manuscritos que tenho arquivados); eu era obrigado sempre, ou quase sempre, a evitar que fossem feridas pessoas a quem o Snr. Prospero procurava ofender; ou a colorir os seus quadros de modo que a vista deles não ofendesse as famílias. Apesar deste meu grande trabalho, apesar de todo o meu cuidado, coisas apareceram, *em prosa e em verso*, escritas pelo Sr. Próspero, de que muitos chefes de família se molestaram e as censuras recaíram sobre mim. Dizia o Snr. Próspero que os seus artigos já não agradavam, porque eu os mutilava; assim, pois, entendi dever acabar com isto e foi o que fiz.⁵⁹³

Algumas questões precisam de uma análise mais demorada. A primeira diz respeito a como Próspero Diniz conseguia enganar Paula Brito que, apesar de todo cuidado e trabalho, deixava passar por sua edição algumas coisas vindas da pena do redator baiano? Tanto as cartas publicadas nos números anteriores, quanto *A Minha Viagem*, são textos cujo autor fez uso de paradoxos, ironia, sátira e também da mentira como recursos estéticos. Talvez, mais que mentira, o que cabe nesse caso é uma criatividade da falsidade. Era uma espécie de brincadeira com o leitor e leitora, pregando pequenos logros aos mesmos. J.A Barnes entendeu os discursos da ficção⁵⁹⁴ como falsidades benignas e os descreveu como artigos de ficção que justapõe

⁵⁹² *Marmota Fluminense*, n. 260. 11 mai. 1852. p. 1.

⁵⁹³ *Marmota Fluminense*, n. 260. 11 mai. 1852. p. 2.

⁵⁹⁴ É importante ressaltar que Barnes escrevia, sobre ficção, estando situado no final do século XX, mesmo que ele estivesse citando os romances medievais, por exemplo. O sociólogo inclui romances no escopo ficção, o que não é possível de fazer no século XIX. Sobre a concepção de ficção em Barnes: “alcançam sucesso entre seus leitores criando fantasias que não podem ser compreendidas; a ficção científica é o gênero corrente mais

afirmações plausíveis e autênticas, a não ser quando se trata de ficções científicas, porque nesse caso, “provavelmente elas não corresponderiam a nenhum estado do mundo real.”⁵⁹⁵ O sociólogo acreditava que, “de modo geral, os leitores de uma obra de ficção reconhecem-na pelo que ela é.”⁵⁹⁶ Pensemos sobre o século XIX. No dicionário, Ficção significava “Invenção fabulosa. Ação de fingir. A coisa fingida.”⁵⁹⁷ O que diferia de literatura, por exemplo, que não estava dicionarizada, mas, literário significava “de letras, concernente às letras, ciências, etc.” e logo em seguida, Literato fazia referência ao “adj. Dado, aplicado às letras, que professa letras, diz-se das pessoas”.⁵⁹⁸ Já romance se referia à “Língua vulgar do país. Composição poética”, sendo vulgar aquilo que era “Trivial, ordinário. Sabido de todos. De baixa sorte.”⁵⁹⁹

Diante dessas palavras dicionarizadas, vale ressaltar que, pelo menos na teoria, os leitores e leitoras de ficção do século XIX sabiam que estavam lendo uma invenção fabulosa, um fingimento, coisa fingida. Talvez, a verdade transmitida pela ficção estivesse relacionada àquela sobre a qual escreveu Samuel Johnson, em 1779: a verdade moral em vez de histórica.⁶⁰⁰ O que era diferente com relação à literatura, como já sabemos, cujas fronteiras entre invenção e realidade factual – ciência, para fazer uso de palavras que eles usavam na época – ainda não estavam completamente postas. Sobre isso, muito já foi escrito. Portanto, importa me demorar um pouco mais na questão entre ficção e mentira. Imagino que os leitores oitocentistas quando tinham contato com produções ficcionais entendiam que não estavam sendo enganados, sabiam que algumas afirmações poderiam até atingir à verossimilhança, mas que os fatos e personagens eram inventados, imaginados pelo autor. Ou seja, eles reconheciam, pelo menos era o que se esperava, a falta de correspondência entre o que liam na ficção e os acontecimentos do mundo real. Não estavam sendo enganados e, portanto, quem escrevia os textos ficcionais não estava dizendo mentiras, não tinha a intenção de enganar dando, inclusive, vários sinais aos seus

óbvio desse tipo, mas os romances medievais, que precedem o desenvolvimento do romance moderno, também pertencem a essa categoria. A ficção realista bem sucedida, por outro lado, pode obter sucesso porque ‘ela é como na vida real’, ou, mais provavelmente, ‘mais ampla do que a vida’ [...] Ambos os tipos de ficção, a realística e a fantástica, comprados aos discursos da história, são diferenciados pela falta de uma obrigação de outro modo penetrante de que as afirmações deveriam ser verdadeiras, ou, pelo menos, confiáveis. Nesse sentido, as afirmações ficcionais são privilegiadas; seus leitores garantem a elas o privilégio e colaboram com seus autores ao aceitar uma fantasia orientada não enganosa, de até mesmo uma hierarquia estabelecida de fantasias. Mas a garantia desse privilégio nem sempre acontece sem desafios, e a suspensão da descrença ensejada pela fantasia não tem sido sempre reconhecida como benignamente não enganosa. De qualquer forma, o conceito de “ficção”, agora bem reconhecido, tem uma longa história não ficcional. Ver em: BARNES, Op. Cit. pp. 196-197.

⁵⁹⁵ Ibid.p. 194.

⁵⁹⁶ Ibid.

⁵⁹⁷ PINTO, Luiz Maria da Silva (1832).

⁵⁹⁸ Ibid.

⁵⁹⁹ Ibid.

⁶⁰⁰ JOHNSON, Samuel. *Lives of the english poets*. Vol. 1. Oxford: Clarendon Press.1905.

leitores e leitoras que suas obras não deveriam ser consideradas uma verdade factual. A utilização das palavras fábula e mito, por exemplo, como título de um texto, já pode ser considerado um desses sinais.⁶⁰¹

No entanto, é possível perceber com os textos de Próspero Diniz o uso de procedimentos da ficção como outro modo de mentir. E isso também é possível de encontrar nas produções dos membros da Petalógica, a utilização de elementos da ficção em textos, aparentemente, não ficcionais. Talvez essa prática esteja relacionada também, nas palavras usadas por Paula Brito, ao colorir dos quadros “de modo que a vista deles [os leitores] não ofendesse”. Com relação ao texto de Próspero Diniz, ao escrevê-los, o escritor estabelecia uma conversa com seus leitores e leitoras de que algumas coisas que ele escrevia eram verdadeiras, mas outras não. Os leitores não sabiam o que era o que, porque ele não deixava isso claro. O uso da forma também poderia confundir, um relato de viagem e correspondências, por exemplo, não subentendiam um texto de ficção. São casos em que a mentira e a ficção se encontram, porque o autor não dá um sinal inteligível de que seu texto não deve ser considerado uma verdade factual. Vamos à *Viagem* de Próspero Diniz!

Deixei a Bahia em completa paz. O Dr. Tiberio (não é o Tiberio do Fantasma Branco)⁶⁰² muito tranquilo e querido na província; o chefe de polícia Chichorro não menos; o general de armas José de Sá Bittencourt é que ficou doente, porque indo fazer a parada para minha despedida, escorregou em uma casca de banana, caiu sobre uma preta que vendia água, de sorte que entrou-lhe a asa do barril pela virilha, e por este inconveniente comandou a tropa nesse dia o brigadeiro Luiz de França Pinto Garcês, que foi vestido de farda vermelha e chapéu armado cor de cinza. A minha partida causou uma consternação geral na cidade.⁶⁰³

É muito possível que isso não tenha acontecido, mas também é possível que alguns leitores e leitoras devem ter tomado seu relato de viagem como literalmente verdadeiro. As personagens eram reais, tanto José de Sá Bittencourt, quanto Luiz de França Pinto eram militares e atuavam na Bahia. Fardas vermelhas eram usadas por milicianos da Bahia em 1798, os integrantes do 1º Regimento. Foi usada também por arqueiros em 1815, músicos do batalhão dos fuzileiros de 1845, músicos do 2º Batalhão da Infantaria de 1850 e pelos integrantes do 1º Regimento de cavalaria da Guarda Nacional, em 1851.⁶⁰⁴ Acredito que, a não ser o primeiro e o último caso, nenhum dos outros seria usado por generais e brigadeiros. “Farda vermelha” foi

⁶⁰¹ BARNES, Op. Cit. 193-212.

⁶⁰² É possível que seja uma alusão ao personagem Tibério, da ópera em três atos intitulada *O Fantasma Branco*, de Joaquim Manuel de Macedo.

⁶⁰³ A Minha Viagem. *Marmota Extraordinária*, n. 188(2). 2 set. 1851. pp. 5-8

⁶⁰⁴ BARROSO, Gustavo (Org). Aquarelas e Documentação de J. Wast Rodrigues. *Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Publicação Oficial do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro e Paris, 1922.

uma expressão usada em diversas folhas que circulavam tanto na província, quanto na Corte, inclusive nos Anais do Parlamento. Nesses espaços, a expressão poderia fazer referência a pessoas antigas ou com modos antigos.⁶⁰⁵ O que, nesse caso, fazia sentido, pois Luiz de França Pinto Garcês fez parte do 1º regimento de cavalaria da corte em 1813.⁶⁰⁶ Outra possibilidade, que tomo a liberdade de conjecturar, é que o incidente com a mulher que vendia água pudesse ser uma denúncia que também apareceu na *Verdadeira Marmota*, que saía da mesma pena de Próspero Diniz, de homens que, embora fossem marinheiros ingleses, usavam fardas vermelhas e cometiam vários delitos pelas ruas da Província da Bahia, como dar “bordoada nos negros” e agarrar “as negras pelas ruas.”⁶⁰⁷

A segunda questão que gostaria de me demorar um pouco mais é que, aparentemente, Paula Brito censurou Próspero Diniz. Hallewell escreveu que a personalidade do editor contribuiu “consideravelmente para a popularidade de sua loja”, era “amistosa e afável [...] da qual quase todos os contemporâneos dão testemunho”. E que o fato de Paula Brito ter tomado “uma decisão consciente [...] por volta de 1840, de manter a política afastada de seu negócio” também ajudou em sua popularidade: “não procurava, nem aceitava qualquer função ou favor políticos e esforçava-se para tornar o número 64 um ponto de encontro neutro, onde ‘vencedores e vencidos [dos conflitos partidários do dia] davam-se as mãos em favor das letras e artes’.”⁶⁰⁸ Mas será que de fato foi assim? Em 1840 e até sua morte, não encontramos mais o Paula Brito combativo da década de 1830. Mas enquanto membro da Petalógica – o presidente –, como podemos entender o posicionamento de Francisco de Paula Brito? Será que foi a partir desse momento que o objetivo político da agremiação passou a ser recreativo? É possível, dentro desse contexto, separar esses dois objetivos? Vejamos como a coisa se fez!

⁶⁰⁵ “Que importa haverem muitas instituições do tempo antigo, se elas hoje possuem termo e vocabulário moderno e progressista? Vós tivestes Capitães Generais, por ex, e nós temos posto que com as mesmas honras, os nossos Presidentes de Província. Aqueles traziam a farda vermelha, estes trazem a verde cor que não mete tanto medo e que longe de indicar sangue, faz cada vez renascer maiores esperanças.” (*O Carapuceiro*, n. 21. 28 jun. 1837. p. 4). “Uma figura respeitável de pessoa sexagenária, ao que parecia, com a cabeça já calva, vestida de farda vermelha, banda da mesma cor e dragonas de general, batia nos peitos com um excesso de compunção tão extraordinário que parecia que queria tomar de si vingança no último quartel da vida”. (*O Despertador*, n. 278. 6 mar. 1839. p. 2). Em uma conversa no Parlamento entre deputados: “Sr. Ramos da Silva: - sempre tem um lá que... O Sr. José de Assis: - nunca acho capitães generais muito bons (conheço) [...] que houve capitães generais que prestaram às capitâneas que governaram relevantíssimos serviços [...] O Sr. Manuel Joaquim: - Não veio cá nenhum bom. O Sr. José de Assis: - Assim, se vier alguns desses antigos de farda vermelha, de bastão. O Sr. Ramos da Silva: - de cabeleira (Risadas). O Sr. José de Assis: - de semblante carrancudo...” (*Anais do Parlamento*, sessão de 15 mai. 1849)

⁶⁰⁶FRANÇA, Antônio de Oliveira Pinto (Org.). *Cartas baianas, 1821-1824: subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional. Núcleo Editorial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1980.

⁶⁰⁷ *A Verdadeira Marmota*, n. 111. 21 fev. 1852. p. 1.

⁶⁰⁸ HALLEWELL, Op. Cit., p. 169.

O Ferimento da ponteira de chapéu de sol no *Correio Mercantil*

Era no tempo do rei, em sete de junho de 1853, uma terça feira no Rio de Janeiro. Quem abria o *Correio Mercantil*, já na primeira página, lia na rubrica *Notícias e Fatos Diversos* que havia sido recolhido,

Anteontem [5 de junho], às 11 horas da noite, ao hospital da Santa Casa da Misericórdia, o Alemão Pedro Surenes com um ferimento penetrante da órbita direita, em consequência da introdução de uma ponteira de chapéu de sol de quatro polegadas de extensão. O ferido acha-se em perigo de vida.⁶⁰⁹

Essa notícia não era comum, mas também não era tão descabida. No mesmo jornal, só que quatro anos depois, na *Crônica Judiciária*, noticiava-se o caso de uma briga entre dois estrangeiros que residiam e eram conhecidos no Rio de Janeiro, os italianos Pietro Barboglio e o concertista de violino Luigi Elena. Os facultativos da polícia fizeram o “exame de sanidade” nos dois homens, cujo resultado do primeiro dizia: “apresentava sobre a região frontal o ferimento de uma polegada de comprimento, [...] mais uma escoriação de duas polegadas de comprimento na região temporal esquerda, [...] tais ferimentos foram feitos com a ponteira do chapéu de sol.” Ferimentos, inclusive, que afastaram Barboglio do trabalho por 15 dias.⁶¹⁰ A mesma notícia apareceu também no *Jornal do Comércio*.⁶¹¹ Para se ter uma ideia de como não era de fato comum esse tipo de acidente, ainda analisando o *Correio Mercantil*, encontrei outro caso somente dez anos depois do acontecido entre os dois estrangeiros: em 1867 um imbróglgio em um “veículo público”, uma luta entre passageiros cujas armas utilizadas foram um guarda-chuva e a ponteira de um chapéu.⁶¹²

Retornemos ao nosso homem, o alemão Pedro Surenes que se encontrava em “perigo de vida” por conta de um ferimento na órbita direita causado pela “ponteira de chapéu de sol”, de quatro polegadas de extensão. Ora! Sabemos que acidentes como esse podiam acontecer, mesmo que não habitualmente. No entanto, há forte possibilidade de Pedro Surenes e seu caso ser uma invenção, uma mentira, ou uma *peta*. O caso teria acontecido em cinco de junho de 1853 e noticiado no *Correio Mercantil* dois dias depois. O leitor e leitora atentos teriam reparado que exatamente um mês depois, em cinco de julho, também uma terça-feira, a

⁶⁰⁹ NOTÍCIAS E FATOS DIVERSOS. *Correio Mercantil*, n. 158. 7 de jun. de 1853, p.1.

⁶¹⁰ CRÔNICA JUDICIÁRIA. *Correio Mercantil*, n. 84. 26 e 27 de mar. de 1857, p. 1.

⁶¹¹ CRÔNICA JUDICIÁRIA. *Jornal do Comércio*, n. 150. 2 de jun. de 1857, p. 2.

⁶¹² NOTÍCIAS DIVERSAS. *Correio Mercantil*, n. 347. 18 de dez. de 1867, p. 2.

Ata da Sociedade Petalógica do Rocio Grande, publicada em um jornal de variedades de título *A Marmota Fluminense*, mencionava um caso semelhante:

O N. 3[membro], entra [na reunião] e dá a seguinte notícia: - Ora, meus Srs., achou-se ontem à noite um homem furado, com a ponteira perfeita, do chapéu de sol. (*Risadas*). O caso era verdadeiro, e apareceu depois nos fatos diversos do *Mercantil*, em ordem gramatical.⁶¹³

De todos os periódicos que tinham no título a palavra *Mercantil*, apenas o *Correio Mercantil* circulava no Rio de Janeiro em 1853 e a notícia sobre Pedro Surenes apareceu justamente nos Fatos Diversos desse jornal. A Ata da Sociedade Petalógica não estava datada e embora tenha o membro da agremiação – o N. 3, como eles costumavam se identificar – falado que o acidente teria acontecido “ontem”, o que poderia ser dia quatro de julho – se levássemos em conta a publicação do jornal – nada sobre o caso apareceu nessa data. Mas sabemos que um mês antes, em sete de junho, na rubrica *Fatos Diversos* do *Correio Mercantil*, fora comunicado um acidente muito semelhante: o caso de Pedro Surenes.

É importante sublinhar que a última Ata da Sociedade Petalógica ou, como também foi conhecida, Sociedade de Petalogia, publicada no jornal de variedades *A Marmota Fluminense*, antes daquela que trouxe o caso mencionado pelo N. 3, foi publicada somente em 28 de janeiro de 1853. Ou seja, nesse ano, ainda não havia sido publicada Ata da sociedade nos meses de fevereiro, março, abril, maio e junho – este último o mês em que a notícia sobre o acidente com o alemão foi publicada no *Mercantil*. O que corrobora com a possibilidade de que o N. 3 poderia mesmo estar se referindo ao caso de Pedro Surenes.

Essa possibilidade ganha ainda mais folego quando na mesma Ata encontramos a informação: “a Sociedade ufana de ter colhido bons resultados, e de ter impingido petas aos próprios redatores de certos jornais intermitentes, que as apregoavam logo como verdades que eles *viam*, tem-se dado a outro gênero de divertimento.”⁶¹⁴ Ou seja, entre os mentirosos estavam também os redatores de jornais e apregoar petas a esses homens e vê-las publicadas nas folhas em que trabalhavam, estava sendo “outro gênero de divertimento” para os membros da agremiação. Seria o *Correio Mercantil* um desses jornais a apregoar petas como verdades que seus redatores diziam ter visto? É possível que sim. O fato das informações sobre o *Mercantil* e o acidente da ponteira do chapéu de sol estarem na mesma Ata, algumas linhas antes da informação de que alguns redatores de certos jornais estavam compartilhando petas como verdades, também pode nos dizer alguma coisa. Sobre Pedro Surenes, não encontrei entrada na

⁶¹³ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 de jul. de 1853. p. 1.

⁶¹⁴ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 380. 5 jul. 1853. p. 1.

Santa Casa da Misericórdia na data mencionada pelo redator do *Mercantil*. O caso com a ponteira do chapéu de sol também não foi mencionado em outro jornal. O contrário do que aconteceu com Barboglio e Elena, por exemplo, que foi possível, inclusive, encontrar na imprensa a entrada dos mesmos no Rio de Janeiro: o primeiro, possivelmente, chegou em 1856⁶¹⁵ e o segundo em 1854⁶¹⁶. O que não foi realizável no caso de Pedro Surenes, que não foi mencionado em registros encontrados da época.

Outra publicação da Sociedade Petalógica já havia mencionado o *Correio Mercantil*, a primeira vez que um registro de uma sessão da agremiação foi publicado. Em janeiro de 1853, o Secretário ad hoc da Petalógica escreveu:

Em sessão de 19 corrente, sob proposta de um de seus membros, deliberou a Sociedade, por unanimidade de votos, que se expedissem diplomas de – SÓCIOS BENEMÉRITOS – aos Srs. Carijó e Cia, pelo enfardamento desta útil instituição na *Pacotilha* de 18, precedida de notícia atribuída à Sociedade, de que os Mártires iriam à cena sábado 22, quando é UMA VERDADE (coisa que a Associação detesta), que essa ópera se acha pronta para esse dia. Nessa mesma sessão ficou autorizado o Conselho para a publicação dos mais importantes trabalhos, o que brevemente começará a ter lugar nesta folha. O Secretário ad hoc.⁶¹⁷

Na publicação do *Correio Mercantil*, mencionada pelo secretário da Petalógica, constava o seguinte texto: “*Dizem alguns membros da Sociedade Petalógica que Os Mártires irão à cena no dia 22 com a Sra. Candiani e os Srs. Gentile e Ramonda.*”⁶¹⁸ De fato, a ópera *Mártires* foi a cena em 22 de janeiro, pelo menos é o que nos conta *O Fígaro dos Pobres*, pseudônimo que assinou, três dias depois, o Folhetim do *Periódico dos Pobres*: “Assistimos [...] a reabertura [...] do teatro *Provisório* na noite de sábado 22 [...] e tal foi a atrevida ideia, de pôr em cena nesse dia, nesse curto espaço, a grande ópera de Donizete – Os Mártires.”⁶¹⁹ O redator nos contou também que o proprietário do teatro em questão era o “primeiro Artista Brasileiro o Sr. João Caetano dos Santos”, o que saberíamos depois de algumas leituras que se tratava de um dos membros da Sociedade Petalógica.⁶²⁰ A nota sobre a reabertura do Teatro

⁶¹⁵ NOTÍCIAS DIVERSAS. *Correio Mercantil*, n. 153. 3 de jun. 1856. p. 2.

⁶¹⁶ FATOS DIVERSOS. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 234. 27 ago. 1854. p. 2.

⁶¹⁷ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 333. 21 jan. 1853. p. 1.

⁶¹⁸ CARIJÓ E COMP. 102 PACOTILHA. *Correio Mercantil*, n. 16. jan. 1853. p. 1-2.

⁶¹⁹ O FÍGAROS DOS POBRES. Folhetim. Teatro Provisório Os Mártires. *Periódico dos Pobres*, n. 8, 25 de jan. de 1853. p. 1-2. O *Diário do Rio de Janeiro* também anunciou a peça “Teatro Provisório. Decorado de novo [...] Amanhã, sábado 22 de janeiro de 1853 terá lugar a abertura deste teatro, honrada com as augustas presenças de SS. MM. II., representando -se pela primeira vez a aparatosa ópera em 4 atos: Os MÁRTIRES.” Ver em: TEATRO PROVISÓRIO. *Diário do Rio de Janeiro*, N. 20. 21 jan. 1853. p. 4.

⁶²⁰ João Caetano dos Santos foi elencado como membro da Sociedade Petalógica do Rocio Grande pelo historiador Rodrigo Camargo de Godoi – ver em: GODOI, Op. Cit., – e pela jornalista Celia Maria Marinho de Azevedo – ver em: AZEVEDO, Op. Cit., Ele aparece em alguns registros da agremiação.

Provisório e os *Mártires*, de Donizete, foi compartilhada por outros jornais, inclusive o *Jornal do Comércio* que reservou um Folhetim inteiro para uma análise da ópera.⁶²¹ Também no *Correio Mercantil* que compartilhou o parecer da *Rosa Brasileira*, “sobre a representação dos Mártires na noite de 22 do corrente”.⁶²² Um parecer um pouco menos crítico daquele tecido pelo *Jornal do Comércio*.

É interessante refletir sobre a peça escolhida por João Caetano e talvez os membros da Sociedade Petalógica – que, pelas notas publicadas nos jornais, de alguma maneira estavam ligados ao evento – para a reabertura do Teatro Provisório. *Os Mártires*, ópera em quatro atos de Gaetano Donizetti, foi censurada em Paris. Tratava, de maneira geral, da perseguição aos cristãos pelo imperador romano Décio, nos anos 249 d.C. Um impresso de 1849, publicado na Imprensa de Tomás Gorchsi, de Barcelona, faz um breve comentário sobre o argumento da ópera: o personagem Severo, caudilho procônsul enviado pelo Imperador, tornou-se cativo depois de uma batalha que deu aos Partos, quando esta nação disputava com Roma, o domínio da Armênia. Ao não terem informações sobre Severo, espalhou-se entre os romanos a falsa notícia de sua morte, o que mudou completamente o rumo da história. Em consequência da falsa notícia, Paulina, a quem Severo amava e a quem o amor era correspondido, acossada pelos pedidos de Félix, seu pai e governador dos estados armênios, aproximou-se do jovem Poliuto, que embebedado pelos dizeres de Nearco, tornou-se cristão e que por sua “ternura e virtudes” conquistou o amor de Paulina. Os dois acabam morrendo no final da ópera, quando entregues aos homens do imperador Décio pelo crime de serem cristãos. Ou seja, por conta de uma notícia falsa, o destino da maior parte das personagens da ópera foi drasticamente modificado.⁶²³

Sobre o *Correio Mercantil*, conforme indica o historiador Allan Gomes, era como muitos outros jornais da época, instrumento de embates políticos partidários do Império.⁶²⁴ José Ribeiro escreveu que o “*Correio Mercantil* foi publicado na cidade do Rio de Janeiro de 1º de janeiro de 1848 a 15 de dezembro de 1868. Nos anos iniciais da década de 50, [...] era editado em francês aos domingos.”⁶²⁵ E, no cabeçalho, trazia o nome de seu proprietário: Francisco

⁶²¹ FOLHETIM do Jornal do Comércio. *Jornal do Comércio*, n. 33. 2 fev.1853. p. 1.

⁶²² TEATRO Provisório. *Correio Mercantil*, n. 25. 25 jan.1853. p. 2.

⁶²³ DONIZETTI, Gaetano. *Paulyna e Poluto ó Los Martires*. Imprensa de Tomás Gorchsi. Barcelona, 1848.

⁶²⁴ GOMES, Allan Camilo. *Carijó e Almeida: as “Memórias de um sargento de milícias” à luz de um ideal civilizatório da Pacotilha*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 2017.

⁶²⁵ RIBEIRO, José Alcides. *Correio Mercantil: gêneros jornalísticos, literários e muito mais.... Revista USP*, [S.L.], n. 65, p. 131, 1 maio 2005. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestão da Informação

José dos Santos Rodrigues e Companhia. Foi considerado um impresso aliado ao Partido Liberal e desde 1848 vinha perdendo contratos – para o conservador *Jornal do Comércio* – referentes à publicação dos atos oficiais do governo imperial. Em 1851 essa perda de contratos foi finalmente concretizada. Coincidentemente o mesmo ano em que começou a ser publicada no *Correio Mercantil* a rubrica *Pacotilha*. O “enfardamento”, que mencionou o Secretário had hoc da Petalógica, fazia referência às cartas, poesias, charadas, artigos, ou seja, aos textos publicados nessa rubrica e que eram assinados pelo pseudônimo – muito possivelmente coletivo – Carijó e Cia.⁶²⁶ O modo como o Secretário had hoc os mencionou: “diplomas de – SÓCIOS BENEMÉRITOS – aos Srs.” também subentende mais de um redator. Gomes escreve sobre a dificuldade de identificar quem são eles, mas mencionou três possíveis colaboradores do pseudônimo: Antônio, Gregório e “Fala-se também de um “Sr. Manoel”, que não se sabe se foi ou não o próprio Manuel Antônio de Almeida”⁶²⁷, que foi também um membro da Sociedade Petalógica.⁶²⁸ Seu romance *Memórias de um sargento de Milícias* foi publicado nessa mesma rubrica: a *Pacotilha do Correio Mercantil*. Gomes nota muitas similaridades entre esses textos e o romance de Manuel de Almeida, a intenção dos autores de civilizar seus leitores é um dos pontos em comum encontrados pelo historiador. Carijó, muitas vezes, usou da sátira para fazer a crítica – um modo semelhante ao funcionamento da crítica petalógica – mas era mais liberal, tendo entre seus alvos o governo e os conservadores. E muitos dos iniciados na Petalógica, em 1850, se encaixavam nesse escopo “conservadores”.⁶²⁹ O caso Pedro Surennes poderia ser, inclusive, uma peça que seus amigos, membros da Petalógica, teriam pregado em Almeida, também membro. Mas essa é uma questão que se firma apenas no campo da imaginação, sem nenhum vestígio que a transforme em uma real possibilidade. Sobre a agremiação, Carijó e Comp. escreveu:

A Sociedade Petalógica é uma reunião de poetas que se junta por aí algures para viver e fazer viver os seus amigos no mundo ideal, fugindo sempre do positivo, ou antes da verdade. Têm membros honorários, correspondentes e efetivos, que todos se obrigam por juramento a nunca dizerem a verdade, isto é, a fugir da realidade, da prosa. Talvez breve publiquemos a história dos

Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i65p131-147>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13417>. Acesso em: 02 jan. 2023.

⁶²⁶ GOMES, Allan Camilo. *Carijó e Almeida*: as “Memórias de um sargento de milícias” à luz de um ideal civilizatório da Pacotilha. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 2017.

⁶²⁷ GOMES, Allan Camilo. *Carijó e Almeida*: as “Memórias de um sargento de milícias” à luz de um ideal civilizatório da Pacotilha. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 2017. p. 9.

⁶²⁸ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Op. Cit.. Além dela Laurence Hallewell o relaciona como membro da Petalógica. Ver em: HALLEWELL, Op. Cit., Salvador de Mendonça relembrou das reuniões da Petalógica e mencionou Almeida como um membro dela. Ver em: MENDONÇA. Salvador de. A ACADEMIA BRASILEIRA. *O Século*. n. 1869. 16 set. 1912. p. 1-2.

⁶²⁹ JAROUCHE, Mamede Mustafa. (Org.). *Poesias da Pacotilha*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 178.

trabalhos desta importante associação com as biografias dos diversos membros fundadores, algumas das quais são da pena do finado Próspero Diniz.⁶³⁰

Aparentemente algo fez com que Carijó e Comp. desistissem de publicar “a história dos trabalhadores” da Sociedade Petalógica e as biografias que já estariam prontas, pois em 1853 Próspero Diniz já havia falecido. Ainda assim, há muito o que analisar nessa nota. Nesse primeiro vale frisar o fato de que só depois dessa menção à Petalógica e da possibilidade de que “talvez” seriam publicadas no *Correio Mercantil* “a história dos trabalhos desta importante associação”, que os membros da Sociedade passaram a registrar em *A Marmota Fluminense* as reuniões e os trabalhos da agremiação: “Nessa mesma sessão ficou autorizado o Conselho para a publicação dos mais importantes trabalhos, o que brevemente começará a ter lugar nesta folha.”⁶³¹ A partir de então, os leitores e leitoras desse jornal de variedades passaram a conhecer um pouco mais sobre a agremiação que ensinava a “mentir aos que passavam por dizedores da verdade.”

O magnetismo animal e o chouriço português

Em julho de 1852, em *A Marmota Fluminense*, foi publicada uma crítica sobre a “sessão magnética dirigida pelo Sr. Jácomo Ulysses”, apresentada no dia 22 do mesmo mês e oferecida, pelo Teatro de São Francisco, ao público do Rio de Janeiro. Quem acompanhou a sessão, presenciou o Sr. Jácomo “magnetizar” sua irmã que logo em seguida adormeceu. O português Ulysses, então, pediu à plateia dois lenços brancos “como a cal da parede” e os colocou sobre o rosto da Sra. que, ainda adormecida, ficou com os “olhos e o semblante cobertos.” Algumas pessoas da plateia deram – “ao magnetizador” – seus objetos, “cuja natureza foi logo adivinhada pela magnetizada, que estava à distância de dois passos do magnetizador!... mas que lhe lia no pensamento como um padre velho no breviário!” O redator, então, avisou ao leitor e leitora: “Olhem que não é mentira: a tal mulherzinha até adivinhou que um cordão era de cabelos e de cabelos de pessoa já falecida!”. E que embora dissessem que Ulysses não era “grande coisa”, eles, porém juravam que o magnetismo era coisa grande e que era “positivo que a Ulysses e[ra] sonâmbula e que o Ulysses a faz[ia] falar e adivinhar.”⁶³²

Suponho que o autor, que usava as iniciais *M.O.*, quando escrevia na primeira pessoa do plural fazia referência ao grupo de *A Marmota*, ou aos próprios membros da

⁶³⁰ CARIJÓ E COMP. 102 PACOTILHA. *Correio Mercantil*, n. 16. jan. 1853. p. 1-2.

⁶³¹ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 333. 21 jan. 1853. p. 1.

⁶³² Teatro de São Francisco. *Marmota Fluminense*, n. 282. 27 jul. 1853. pp. 1-2.

Petalógica que, inclusive, foi citada nesse texto, como veremos mais adiante. O fato é que o magnetismo foi um assunto para os membros da agremiação e apareceu durante muitos meses nas páginas de *A Marmota*. Num primeiro momento, *eles* diziam não querer estar na pele do “casal de heróis Gregos”⁶³³ – os Ulysses – pois se fosse em outros tempos eles já estariam “torradinhos numa fogueira da inquisição, como duas fatias de pão Napoleão numa grelha”, já que por menos que isso “foi a fogueira/O nosso Antônio José.”⁶³⁴ Mas, em 1852, tinha-se conhecimento “que magnetismo não e[ra] nenhuma feitiçaria” e que, pelo menos, o Ulysses estaria desafiando a curiosidade do público, fazendo com que estudiosos se voltassem para “aquele importantíssimo e ainda muito obscuro ponto da ciência”. E se o leitor e leitora – escreveu o redator de *A Marmota* – achassem ainda que se tratava de graça, não era... “veja bem que não é graça, de quinta feira pra cá a polícia de *A Marmota*, que é uma polícia mais ativa e hábil que a do célebre Fonché”, já havia feito as seguintes descobertas:

Impressionado pelas respostas acertadas ou, se quiserem, das adivinhações da Sra. Ulysses, um mocetão de bom gosto passou duas noites em claro a estudar o magnetismo, e por fim de contas descobriu que o *namoro* é tão único magnetismo como a homeopatia é a *única medicina*. Um velho avarento, que tinha dois sacos de ouro velho enterrados, mostrou de novo a luz do dia as amarelinhas com medo de que a tal Sra. Ulysses descobrisse o seu segredo, e algum espertalhão lhe fizesse vispora no tesouro. E, finalmente, dizendo um desses mentirosos, de que tanto abunda nossa cidade (e tanto que já se formou uma sociedade com o título de *Petalógica*) a uma sinhá de bom tom, que a polícia tinha mandado sair pela barra fora ao casal Ulysses; a moça, que já tinha pedido ao papai para levá-la a uma sessão magnética, fez um discurso em verso contra a polícia e concluiu exclamando: *Calipso ne pouvait se consoler du depart d’Ulysses!*⁶³⁵... Mas não foi adiante, porque soube que essa notícia era peta e que os Srs. Ulysses continuam a dar espetáculos no teatro de S. Francisco, visto que o primeiro não desagradou e dele se tem dito geralmente bem.⁶³⁶

Para *eles*, o magnetismo ainda daria muito o que falar e foi exatamente o que aconteceu, pelo menos em *A Marmota Fluminense* e entre os membros da Petalógica. Para entender melhor o assunto, começemos pelas referências que o autor usou no texto. É possível perceber que *M.O.* traz uma discussão sobre o progresso para, então, entrar no assunto magnetizador. “Corremos a vapor pela estrada da civilização, nem o próprio filósofo pirrônico seria capaz de

⁶³³ Tratava-se da irmã de Jacomo e não esposa, Lucrecia Amália de Ulysses. Ver em: *Periódico dos Pobres*, n. 106. 1852. p. 4.

⁶³⁴ Muito possivelmente uma referência a Antônio José da Silva, o Judeu. Nascido no Rio de Janeiro, em 1705, foi preso em Lisboa e condenado à morte na fogueira aos 34 anos. Era autor de peças de teatro e poemas. Ver em: PEREIRA, Paulo Roberto. *As Comédias de Antônio José, o Judeu*. Martins Fontes: São Paulo. 2007.

⁶³⁵ Essa frase é parte de uma obra: *As aventuras de Telêmaco*, de 1694, de autoria de François Fénelon. Aparece também em *L’enseignement Universel, Langue Maternelle* [Enseñanza universal, lengua materna], publicado em Lovaina, por Joseph Jacotot, em 1822. Em tradução livre: “Calipso não se consolou com a partida de Ulisses.”

⁶³⁶ TEATRO SÃO FRANCISCO. *Marmota Fluminense*. n. 282, 27 jul. 1852. pp. 1-2.

por em dúvida esta palpitante verdade. O progresso está aí se ostentando e fazendo agrados a todos os nossos cinco sentidos.” O autor estava se referindo a Pirro de Élis, considerado o iniciador do ceticismo antigo. Para o filósofo, a verdade seria algo a ser sempre buscada e que os sentidos não permitiam conhecer as coisas como elas verdadeiramente eram. Por isso, atingir a ataraxia era encontrar a felicidade.⁶³⁷ Não à toa que M. O. escreveu sobre o progresso da cidade do Rio de Janeiro a partir dos sentidos, a partir deles era possível “reconhecer o progresso”: pelos olhos: as teteias da Rua do Ouvidor, a grandeza do palácio dos Orates, no largo do Rocio; pelo nariz, misturado com o tabaco e rapé; pelos ouvidos, nos ternos adágios e nos ardentes alegros; pela boca, nas águas das bicas das esquinas, que traziam as ruas sujas como a consciência de seus usuários. Já com relação ao *tato*, isso seria assunto para outro momento porque era extenso e se alguém duvidasse do reconhecimento do progresso através desse sentido, que fosse até a loja do Paula Brito que seria demonstrada a documentação “dessa importante verdade”.⁶³⁸ Mas, se os sentidos não permitiam conhecer as coisas tais como eram, por que usá-los para fortalecer um argumento logo depois de citar o pirronismo?

Outra referência usada foi Joseph Fouché, político francês conhecido por sua astúcia e inteligência, que manejava com destreza os acontecimentos.⁶³⁹ Portanto, a polícia de *A Marmota* era ainda mais sagaz que a perspicaz polícia francesa liderada por Fouché. Essa última conseguiu descobrir os planos do golpe de Estado arquitetado por Napoleão Bonaparte, a polícia de *A Marmota* descobriu alguns “estudos” sobre o magnetismo feitos por mentirosos – que abundavam a cidade, “e tanto que já se formou uma sociedade com o título de Petalógica”. Ou seja, pelas referências e a ironia usada no texto, entendo que *eles* não estavam tão convencidos da apresentação do magnetizador. Muito possivelmente, nem o “mocetão de bom gosto”, nem o “velho avarento” existiram de fato, sendo invenções que, aparentemente, não foram criadas para enganar, mas serviram ao autor do texto na argumentação, fortalecimento e construção da crítica.

Não era a primeira vez que o magnetismo era “praticado” na corte, mas foi a primeira vez que uma plateia poderia observá-lo encenado em um teatro. Notícias sobre as sessões magnéticas dos irmãos Ulysses apareceram em outros jornais da corte pelo período de quase um ano. Na *Marmota*, uma série de textos sob o título *Reflexões interessantes sobre o*

⁶³⁷ FILHO, Danilo Marcondes de Souza. O Ceticismo Antigo: Pirronismo e Nova Academia. *Revista de Ciências Humanas UFSC*. Vol. 11. n. 15 (1994). Florianópolis. pp. 86-95.

⁶³⁸ TEATRO SÃO FRANCISCO. *Marmota Fluminense*. n. 282, 27 jul. 1852. pp. 1-2.

⁶³⁹ Para mais informações sobre Fouché, ver em: ZWEIG, Stefan. *Joseph Fouché: Retrato de um Homem Político*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

Magnetismo Animal e o Sonambulismo foi publicada durante meses. Era a tradução de uma obra que buscava esclarecer o que era o magnetismo animal desde sua origem até “o presente” e é possível perceber uma perspectiva um pouco diferente do texto de M.O. O autor, que não foi mencionado, escreveu que “os rudimentos do magnetismo animal” perdiam-se na “noite dos primeiros tempos da história”, e encontravam-se “nos mistérios e nas iniciações, nos oráculos e nas profecias das Sibilas”. Citou Franz Mesmer, médico que estudou e intitulou “esse misterioso poder” de magnetismo animal. Para o autor, tanto a Mesmer, quanto aos seus sucessores...

seguiram partidistas fanáticos, e se opuseram contraditores acérrimos. Imitando os profetas da antiga Judeia eles se diziam animados pelo espírito divino, mas ninguém lhes atribuiu mais que o espírito do erro e da mentira [...] O tempo, esse amigo da verdade e que quase sempre ataca a mentira, não engrandeceu os destinos do magnetismo animal. Semelhantes a esses entes incompletos, a esses produtos falhos, que percorrem todos os períodos da existência sem sair da infância; o magnetismo animal continuou a ser, como no tempo de sua aparição e até os nossos dias, aceito por uns, combatido por outros e repelidos pela multidão.⁶⁴⁰

A fatalidade que sempre pesou sobre o magnetismo animal, segundo o autor, era a de que “quase todos aqueles que o anunciam” careciam de “qualidades mais adequadas para inspirar confiança.” E o que vem a seguir é uma das partes mais interessantes do texto.

Destituídos da ciência e de dignidade, estranhos mesmo aos conhecimentos médicos, eles não podem certamente ser dos mais aptos para descobrir novas vias em regiões aonde nunca tiveram entrada; filósofos mercenários que aparentam pregar a ciência, e só tem por fim praticar a avareza, charlatães que querem fintar o mundo em vez de o esclarecer, pouco lhes importa compreender a linguagem que empregam, e poderiam ser comparados àquele frade hipócrita, que por muitos anos mostrou uma relíquia que nem ele mesmo tinha visto!⁶⁴¹

Ou seja, o magnetismo animal carecia das qualidades da ciência, da dignidade, de conhecimentos médicos. Muitos dos filósofos, partidistas fanáticos, médicos, enfim muitos que compartilhavam da doutrina eram mercenários que diziam querer pregar a ciência, mas que na verdade tinham por objetivo o lucro, eram pessoas mesquinhas, cuja preocupação maior era o dinheiro. Charlatães que enganavam, iludiam por meio de mentiras. O contrário desses mercenários seriam os “sábios, os médicos, em primeiro lugar, que seriam mais competentes que os outros sábios” e o que eles faziam era zombar “as mais das vezes do magnetismo animal”, o abandonando como uma “panaceia ridícula à avidez do empirismo”. Para o autor, o magnetismo animal quando em mãos “indignas” perderia todo “o caráter científico” e se

⁶⁴⁰ REFLEXÕES INTERESSANTÍSSIMAS... *A Marmota Fluminense*, n. 284. 3 ago. 1852. p. 1.

⁶⁴¹ REFLEXÕES INTERESSANTÍSSIMAS... *A Marmota Fluminense*, n. 284. 3 ago. 1852. p. 1.

tornaria uma “mistificação”, uma “vergonhosa especulação”. Era um texto com profunda influência positivista. O autor não acreditava na completa nulidade da doutrina de Mesmer, porque para ele faltavam estudos sérios sobre o magnetismo animal. Para ele, era mais inteligente e conveniente “estudar o magnetismo animal, que zombar dele” era preciso estudá-lo para “determinar-lhes os limites.”⁶⁴² O autor criticava a refusa em acreditar nas coisas que não eram compreendidas, mas também se deveria evitar o excesso oposto, de uma credulidade que poderia fazer o indivíduo vítima dos outros e dele mesmo.

A observação deve ser em todos os casos o nosso guia; os fatos são a verdadeira base do espírito e das ciências, o fundamento o mais real de toda a certeza; nada pode fazer que o que é o não seja, se um fato novo nos admira, desarranja nossas teorias, isto prova que essas teorias são incompletas, talvez mesmo errôneas, se elas não podem dilatar-se, e compreender o fato que nos comove; partamos daí, tratemos de ordenar uma teoria nova, de que o fato refratário seja o ponto de partida, o primeiro anel de uma cadeia de verdades novas; um fato novo, e bem averiguado, tem sempre importância nas ciências naturais; e bem vezes tem acontecido que teorias magníficas, e mesmo ciências inteiras não tenham tido outra origem mais que uma humilde observação, de que por certo não se esperavam tantas maravilhas.⁶⁴³

A observação seria o guia que auxiliaria o indivíduo a não se tornar nem crédulo, nem cético. Os fatos... Nada poderia fazer “que o que é o não seja”. As teorias auxiliariam na compressão dos fatos e quando as mesmas não dessem conta deles, criava-se uma nova teoria. O fato seria o ponto de partida, “o primeiro anel de uma cadeia de verdades novas”. No entanto, quando não fosse possível entender um novo fato, mesmo diante de novas teorias, a alternativa era lembrar que a “Providência”, com seu divino sopro, criou a inteligência humana como um “facho” que não ascenderia mais que com uma certa claridade duvidosa, que permitiria ao indivíduo, em alguns momentos, sequestrar senão a superfície das coisas.⁶⁴⁴ O autor do texto argumentava que dentro do magnetismo animal, o sonambulismo era singular. E que, se naquele momento não era possível entendê-lo a partir da ciência, teorias e observação, era preciso não desistir de continuar tentando, pois “os homens julgaram durante séculos que o raio anunciava a cólera dos deuses; depois chegou-se a demonstrar que provinha de duas nuvens carregadas de eletricidade”,⁶⁴⁵ isso também poderia acontecer com o sonambulismo que seria, a partir de então, depois de compreendidos seus mistérios, um auxiliador da ciência e da justiça.⁶⁴⁶ É importante pontuar que entre os membros da Petalógica estava Antônio Luiz de Sayão.⁶⁴⁷ Em

⁶⁴² REFLEXÕES INTERESSANTÍSSIMAS... *A Marmota Fluminense*, n. 284. 3 ago. 1852. p. 1.

⁶⁴³ REFLEXÕES INTERESSANTÍSSIMAS... *A Marmota Fluminense*, n. 286. 10 ago. 1852. p. 2.

⁶⁴⁴ REFLEXÕES INTERESSANTÍSSIMAS... *A Marmota Fluminense*, n. 286. 10 ago. 1852. p. 2.

⁶⁴⁵ REFLEXÕES INTERESSANTÍSSIMAS... *Marmota Fluminense*, n. 292. 31 ago. 1852. p. 2.

⁶⁴⁶ REFLEXÕES INTERESSANTÍSSIMAS... *Marmota Fluminense*, n. 294. 7 set. 1852. p. 1.

⁶⁴⁷ NOTÍCIAS DIVERSAS. *Correio Mercantil*, n. 17 set. 1859, p. 1.

1853 ele era ainda um garoto de 23 anos, mas foi considerado um dos pioneiros do espiritismo no Rio de Janeiro, tornando-se espírita em 1878.⁶⁴⁸ Os espíritas fizeram uso da teoria de Mesmer, principalmente nas últimas décadas do século XIX, no Brasil. Sayão foi formado em ciências jurídicas e tinha seu escritório quase ao lado da Casa do Paula Brito, na Praça da Constituição, n. 46. Inclusive, essa era uma conexão entre eles, os membros, morar ou trabalhar na Praça da Constituição, na Freguesia do Sacramento.⁶⁴⁹

Depois de finda a tradução e publicação do *Reflexões interessantíssimas sobre o magnetismo animal e o sonambulismo*, em *A Marmota Fluminense*, em sete de setembro de 1852, o assunto virou o ano, entrando em 1853 com outras traduções de artigos de jornais europeus, mas também como uma peta em uma reunião petalógica. Em a *Dança das Mesas*, o autor, que também não assinou, contou ao leitor e leitora que em Paris só se falava em magnetismo. Era uma “mania da época”. E que o Rio de Janeiro não ficava muito atrás! “Por toda a parte se fazem experiências: os móveis que nunca tiveram outro destino senão aquele para que foram feitos, não passam a vida que até aqui gozavam!... Tudo se move”. E *A Marmota*, que gostava do progresso, não poderia se dar ao luxo de estar atrasada, oferecendo aos seus assinantes desenhos sobre “experiências do magnetismo”. Buscava também informar aos leitores e leitoras sobre os acontecimentos magnetizadores da Europa, inclusive uma obra intitulada a *Dança das Mesas* que, conforme algumas leituras feitas pelo autor, poderia estar funcionando como uma espécie de “cortina de fumaça”.

– O fenômeno mágico da *Dança das Mesas* longe de acalmar a atenção publica, pelo contrário, a excita cada vez mais, e parece mesmo querer contribuir para o esquecimento de preocupações financeiras e de outros negócios d’Estado, de cuja falta (além de outras) a atualidade tanto se ressentente.⁶⁵⁰

Afinal não se falava em outra coisa, “o próprio Galileu fez menos bulha quando provou que, com efeito, era a terra que girava em torno do sol”. Todos estavam interessados nos movimentos que faziam as mesas, os chapéus, mochos de pianos! Poderia “Balzac e o mesmo Sulié” mostrar “as mãos cheias de belas ficções...seria inútil”, o povo indiferente a tudo isso “bradaria: - Mesa!... Chapéu!... e nada mais do que isto!”, era o chapéu que suspirava, o mocho do piano que ria, o armário que gemia, a mesa que palpitava. E as coisas não terminavam por

⁶⁴⁸ *O Espírita*, n. 96. abr./jun. 1997.

⁶⁴⁹ Entre os nomes dos membros que trabalhavam ou moravam na Praça da Constituição, ou apareciam em alguma lista de eleitores da Freguesia, ou que casaram na mesma, entre outros estão: Eusébio de Queirós, Francisco Bracarense, Herculano de Lima, Manuel de Macedo, João Ribeiro de Carvalho, Severiano Martins, Virgílio de Almeida Campos. Conferir na Tabela de Membros da Petalógica, Anexo I.

⁶⁵⁰ A DANÇA DAS MESAS. *Marmota Fluminense*, n. 386. 26 jul. 1853. p. 2.

aí, havia também a predição, “Um velho chapéu, uma antiquaria mesa [...] advinham os passados, presentes e futuros e destinos da humanidade!”⁶⁵¹ Quase um ano depois, um texto chamado *Os porquês ou a Física Popularizada* apresentava uma explicação científica para o “magnete [...] um sesquióxido natural de ferro (composto de ferro e oxigênio) que goza da propriedade de atrair quaisquer metais com ferro, o níquel e o cobalto.” Descreveu-se o funcionamento das bússolas, imãs, a diferença entre ferro e aço, entre outras questões da física.
652

Ainda em 1853, no *Jornal do Comércio*, junto com a divulgação de mais uma encenação da sessão magnética, vinha a informação, quase uma meia culpa, de que Jácomo Ulysses invocava a proteção do público “sem intentar envolver-se na ciência, com o único fim de instruir os curiosos de maravilhosos resultados que a sua experiência” havia conseguido.”⁶⁵³ Também no primeiro mês de 1853, no *Diário do Rio de Janeiro* a peça em “benefício a Jácomo Ulysses” era anunciada como um espetáculo de “magia aparente”, onde o beneficiado mostraria ao público os métodos “mais simples de magnetizar”. E vejam onde eram vendidos os bilhetes, “em casa do Sr. Paula Brito (por obsequio ao beneficiado).”⁶⁵⁴ Na mesma casa onde aconteceu a reunião da Sociedade Petalógica, cuja Ata foi publicada em 9 de agosto do mesmo ano e que tinha o magnetismo como um de seus assuntos.

Naquela sessão, que fora aberta “às horas do costume” e com um “número legal” de sócios, o N. 3 pediu a palavra e falou sem que a concedessem: “- Sr. (movimento de atenção), como sei que entre algum de nossos sócios há excelentes gastrônomos, venho contar-lhes o que vi (risadas). Vi e ouvi, Srs.” Depois de interrompido, o mesmo N. 3 voltou a *orar* e o diálogo seguiu...

– Participo-lhes, pois, que acaba de chegar um carregamento de chouriços de carne de tal quilate...

O n. 1: - De gente?

– O orador (continuando): - Mas o que? À que se refere o seu aparte? Com que concorda?

- O n. 1. – Com o que o orador quiser. Disse que chegaram chouriços de carne de tal quilate; pergunto se de gente?

- O orador: - Não me satisfaz. Quero responder ao seu aparte, para que não se diga aqui, como diz o público a respeito de outras corporações [Parlamento], que, quando se está falando, e se não se responde aos apartes, é porque o

⁶⁵¹ O MAGNETISMO...*Marmota Fluminense*, n. 387. 29 jul. 1853. p. 1.

⁶⁵² OS PORQUES...*Marmota Fluminense*, n. 433. 6 jan. 1854. pp. 2-3.

⁶⁵³ *Jornal do Comércio*, n. 23. 23 jan. 1853. p. 1.

⁶⁵⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, n. 20. 21 jan. 1853. p. 4.

sermão vem estudado de casa. Se o nobre petalógico⁶⁵⁵ quer que o seu quilate concorde com carne, direi que não sei, se a carne de chouriço é de gente, porque isso está hoje afeito à alta Diplomacia (*risadas*); se, porém, quer concorde com carregamento, no sentido em que eu disse ...⁶⁵⁶

O n. 1 se disse por satisfeito e orador então continuou...

portanto, vou aos chouriços.

- O n. 1: leve a farinha, e convide aos amigos (*muitas risadas*)

- O orador: - Acaba de chegar um carregamento de chouriços de tal quilate, que tendo sido despachado n'alfandega

[...] para serem transportados para a casa de quem os mandou vir, aconteceu despregar-se uma taboa do barril...

- O n. 1: - Ande depressa...(*risadas*)...

- O orador: - barril de chouriços, Srs.

- O n. 1: - podia ser de outra coisa... (*hilaridade geral*)

- O orador: - Eis aqui de que os Srs. gostam!..

- O n. 4: - Vá a quem toca... (*risadas*)

- O orador: - desapegando-se a taboa do barril, saltou um chouriço, que caiu na rua onde estavam uns estrangeiros soldando um cano de gás.⁶⁵⁷

Vejam que tudo acontecia na ordem do riso, da pilhéria. Mas o formato da Ata era idêntico ao usado pela Câmara dos Deputados, nos Anais do Parlamento. Com relação aos chouriços, é possível que fosse uma *peta* que fazia alusão ao que aconteceu com o ministro Antônio Vasconcelos de Drumond. Em 1852, o redator do *Grito Nacional* contou aos seus leitores e leitoras que o governo português havia cortado relações com Drumond porque o ministro teria caluniado o governo português ao escrever em um ofício que os mesmos haviam adulterado carnes ensacadas. Drumond, que vivia em Lisboa, além de ministro, era diplomata, “apressou-se em denunciar ao governo Brasileiro que os chouriços e as carnes ensacadas que daquele reino vinham para este Império, eram de animais de toda a espécie; eram envenenadas.”⁶⁵⁸ O redator então questionava: mesmo que o cônsul português tivesse ocultado tal problema, seriam os...

pesquisadores de lá, um pouco mais honestos, porque nos exames sempre declararam ter encontrado uns tantos barris de carnes *deterioradas pela sua má qualidade e pelo imenso tempo em que jaziam em deposito à espera da boa monção para aqui nos serem enviadas?*⁶⁵⁹

⁶⁵⁵ Nas primeiras Atas, fica claro que os petalógicos eram aqueles que não mentiam ao modo da petalógica, ou seja, que não eram membros. Com o tempo, passaram a chamar uns aos outros, os membros da agremiação, por petalógicos também.

⁶⁵⁶ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 390. 9 ago. 1853. p. 1.

⁶⁵⁷ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 390. 9 ago. 1853. p. 1.

⁶⁵⁸ O GOVERNO PORTUGUÊS... *O Grito Nacional*, n. 483. 15 dez. 1852.p. 4.

⁶⁵⁹ O GOVERNO PORTUGUÊS... *O Grito Nacional*, n. 483. 15 dez. 1852.p. 4.

Para o redator, o governo português, não gostando do ministro brasileiro, havia mandado como vingança, barris de “*chouriço ou pedaço de carne ensacada e ENVENENADA.*”⁶⁶⁰ Em outros jornais o chouriço também foi assunto. No *Pedro II*, a crítica era direcionada ao ministro e diplomata Drumond. Seu ofício, a respeito da carne ensacada e do chouriço, além de cortar relações com o governo português, acentuou a rixa entre brasileiros e portugueses em algumas províncias do Brasil e deixou trabalhadores que mantinham negócios com os portugueses, muito apreensivos. “Até se tem dito que a publicação daquele seu despacho [...] fora feita [...] para motivar a sua transferência desta corte. Tudo isso são boatos que por essa ocasião tem corrido.”⁶⁶¹

Conforme na Ata da Petalógica, depois de caído o chouriço no chão, houve o maior rebuliço. O orador contou que...

Apenas o chouriço salta entre os trabalhadores, estes agarram-no e tiram com ele ao fogo, com o cheiro, aproximam-se todos os Ingleses, disputam a presa; há questão entre eles; pegam na ferramenta, travam combate, e isto no momento em que passava uma carroça com uma pipa de vinho; atrapalha-se a besta, cai, quebra-se a carroça, rola a pipa, e tomba na vala, perto do chouriço. O pão de ló era grande, e por isso não houve mais questão; os martelos, alavancas e picaretas furaram-na em um momento! Fazia gosto ver essa cena magnética! Tudo se volta para o vinho, e o chouriço fica em abandono! A caixeirada das lojas aflui ao lugar, e era um gosto vê-los a jogar o chouriço como se joga uma peteca; nenhum se atrevia, porém, a comer o belo petisco, por não ter ainda a diplomacia decidido se eles são feitos de carne de gente ou de cavalo. Em todo este belo jogo, um cão d'água andava à mira e sempre que o chouriço caia no chão [...] o atrevido cão atirava-se a ele sem o poder pilhar, até que duma vez fila-o e põe-se a fugir. Os caixeiros abandonam o campo, e os moleques, tomando conta do negócio, deitam a correr atrás do cão, uns tropeçam em pretos de barril, e outros em pretas com quitanda; aqueles caem, estas fogem, e assim tudo em tropel, com grande vozeria, perseguem os moleques o valente cão, gritando – *pega!...pega!...*⁶⁶²

Com todos os gritos a guarda do Paço foi acionada – “às armas!” –, o povo todo correu para acompanhar o acontecimento. O cão atirou-se em um bote, sempre com o chouriço na boca, depois nadou e vai comê-lo tranquilo na ilha das Enxadas. As pessoas que estavam no cais, esperando a viagem para Niterói, correram para a ponte, nesse momento “uma preta, que levava um tabuleiro de roupas lavadas, cai ao mar, de cabeça para baixo, como de mergulho; soprava o sudoeste”, a roupa voou. As toalhas e os lençóis se abriram e foram ao encontro do mastro, o peso delas fez com que arrebentassem os cabos e a barca correu de popa até a Praia Grande, “onde chegando sã e salva, toda a gente ficou pasmada de ver que, ao aproar dela, a

⁶⁶⁰ O GOVERNO PORTUGUÊS... *O Grito Nacional*, n. 483. 15 dez. 1852.p. 4.

⁶⁶¹ *Pedro II*, n. 1196. 18 dez. 1852. p. 3.

⁶⁶² SOCIEDADE PETALOGICA. *Marmota Fluminense*, n. 390. 9 ago. 1853. p. 2.

preta, que a acompanhara nadando, subia a verga e tirava toda sua roupa que estava pendurada, sem se ter perdido uma só peça.”⁶⁶³ Depois dessa frase do orador, toda a sociedade rompeu em aplausos, com gritos de Bravo! Bravo! “menos o embirante n. 1, que perguntou ainda: - E os trabalhadores do gás como ficaram ao pé da pipa de vinho?”. Ao passo que o orador respondeu:

Como seria de crer [...] se o magnetismo não fosse hoje um salvatério! Com a notícia do arrombamento do barril e da pipa, os donos correm ao lugar, e dando-se as mãos, entram a magnetizar tudo. Os trabalhadores perdem os sentidos; crê-se que pelo sonambulismo, as partes abertas tornam-se a aconchegar; o barril e a pipa movem-se, e assim girando, vão ter as casas de seus donos, que nada perdem porque, reunindo-se gente, e dando ambos uma bela sessão de magnetismo, viu-se da pipa sair vinho Moscatel de Setubal.⁶⁶⁴

Assim terminou aquela reunião, “no meio de risadas” e com o aviso de que a sessão estava suspensa e que se tivesse segmento, se daria em outro dia. Duas edições depois de publicada essa Ata, foi oferecida aos assinantes uma caricatura, acompanhada de um aviso: “unicamente como coisa de fazer rir, sem a menor alusão a pessoa alguma”, mas acompanhava uns versinhos, que a “representava”: [...] A questão dos Diplomatas foi causa de tudo isso: agora vê-se, entre o povo, o horror que causa um chouriço [...] comeis carne de cavalo, carne de burro e de gente, disse o Ministro ao Brasil. E – DIPLOMATICAMENTE.”⁶⁶⁵



Figura 2 A GUERRA DOS CHOURIÇOS. *Marmota Fluminense*. Biblioteca Nacional Digital do Brasil

Essa é uma das *petas* mais completas que figuraram nas Atas da Petalógica. Mas, não é uma *petta* como aquela relacionada ao ferimento de chapéu de sol de Pedro Surenes, configura

⁶⁶³ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 390. 9 ago. 1853. p. 2.

⁶⁶⁴ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 390. 9 ago. 1853. p. 2.

⁶⁶⁵ A GUERRA DOS CHOURIÇOS. *Marmota Fluminense*, n. 392. 16 ago. de 1853. p. 1.

um outro modo de mentir. Ana Flávia Ramos, ao analisar *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *O método* de Décio Lélío, na série *Balas de Estalo*, de autoria de Machado de Assis, pode nos ajudar a entender melhor essa *petra* magnetizadora. A historiadora se faz a seguinte pergunta: “Somente o absurdo, encarnado na narrativa de um defunto-autor, poderia contar a realidade?” Partindo desse questionamento, reflito sobre esse modo de mentir petalógico, será que com as *petras* criadas e proferidas pelos iniciados na Petalógica, também é possível perceber a incorporação da noção de um outro tipo de tratamento da realidade? E se sim, que tratamento seria esse? Poderia também ser um “tratamento que vê no sonho, no delírio, na fala de um defunto – espaços puramente fantásticos – a forma apropriada de denunciar comportamentos sociais, instituições e poderes” ?⁶⁶⁶ Essa estratégia, segundo a historiadora, foi usada por Machado de Assis como parte de um projeto literário que marcou sua trajetória a partir dos anos 1870.

Se a realidade estava embutida de toda uma ‘série de invenções’, como o próprio Brás Cubas aponta, era preciso, através de narrativas absurdas e fantásticas, enfatizar o caráter retórico do real, no qual a única forma de enunciar era mais valiosa do que o enunciado de fato.⁶⁶⁷

A produção petalógica foi composta por Atas – um tipo de documento que é institucionalizado e que, na maior parte das vezes, subentende um compromisso com a realidade experimentada, com a verdade, ou cria uma expectativa de verossimilhança –, eram nessas Atas que se estudavam e proferiam as *petras*; notícias diversas, que também subentendem essa expectativa de uma narrativa verossímil, assim como os artigos, leis, artigos científicos, relatórios, memórias, críticas literárias, crônicas diárias. Estavam também entre suas produções charadas; anedotas; fábulas e *petras*, embora todo a produção fosse atravessada por elas. Essas *petras*, muitas vezes, eram mentiras/invenções de espanto, como os próprios membros da agremiação as descreveram. Ou seja, também podem ser entendidas como narrativas absurdas que tinham a intenção de impressionar, causar o riso, mas para aqueles que as entendiam. A forma, nesse caso, também era questão importante. No entanto, em 1870 havia um intenso embate entre românticos e realistas, que ainda não era presente nos primeiros anos da década de 1850, o que será possível de encontrar, nesse grupo, no final dessa década e início de 1860,

⁶⁶⁶ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As Máscaras de Lélío: Política e Humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p.143.

⁶⁶⁷ RAMOS, Ana Flávia Cernic. 2016. p.143.

principalmente quando o jovem Machado de Assis já está bem adaptado na agremiação Petalógica e passa a escrever crônicas em uma das revistas do grupo, *O Espelho*.⁶⁶⁸

Fazendo uma diferenciação do modo de mentir, analisado anteriormente, usado por Próspero Diniz, por exemplo, é que o baiano fazia uso de personagens reais em textos que aparentemente não eram ficcionais, mas usava procedimentos da ficção para confundir o leitor e leitora. Na produção petalógica, se usou procedimentos de ficção para narrar comentários sobre o real, mas as personagens não eram reais, não tinham nomes próprios como os militares José de Sá Bittencourt e Luiz de França Pinto, por exemplo. Era um outro tratamento da realidade, como se mentindo/inventando, dando “asas à imaginação”, eles estivessem comentando sobre o que acontecia na sociedade. As petas tinham seu referencial na realidade. Havia nos dois casos uma espécie de brincadeira com o leitor que instaurava a dúvida sobre aquilo que era narrado, porque nessa troca havia o logro, só não se sabia exatamente onde. Possivelmente, muitos leitores contemporâneos, imersos nos debates jornalísticos da época, conseguiam entender que mesmo sob uma forma tão diversa, as *petas* estavam inseridas nessas discussões. O que Ana Flávia Cernic escreveu sobre o método de Lélío pode auxiliar a entender o método dos membros da Petalógica.

Estratégia que talvez levasse o leitor a um estranhamento inicial, mas que em seguida poderia conduzi-lo a uma reflexão mais aprofundada sobre a questão. Quebrar a expectativa era também romper com o lugar-comum, com as fórmulas prontas sobre o assunto, abarcar os mesmos temas, mas com olhares diferentes.⁶⁶⁹

Embora não estivesse na fórmula petalógica uma crítica à estética, como tinha no método de Lélío, talvez o cronista das *Balas de Estalo*, quando garoto, tenha lido a *Memória sobre as manias do Mundo da lua*, “oferecida à apreciação da Sociedade Petalógica a fim de obter-se o honroso título de Membro da mesma Sociedade”.⁶⁷⁰

Memórias sobre as manias do mundo da lua

Na Ata da agremiação, publicada em cinco de julho de 1853, escreveu-se sobre o processo de aceitação de membros da Petalógica. Era membro quem citava “um fato, seu ou alheio, e isto escreve-se e expõe-se. Para merecer as honras da discussão não é preciso ser uma

⁶⁶⁸ Em outra publicação foi melhor desenvolvida essa questão. *A Mocidade n'O Espelho*: Machado de Assis e Eleutério de Sousa, redatores de uma revista oitocentista. (1859-1860). Teresina: Editora Cancioneiro, 2022.

⁶⁶⁹ RAMOS, Ana Flávia Cernic. 2016. p. 158.

⁶⁷⁰ *Marmota Fluminense*, n. 399. 9 set. 1853. p. 1.

mentira; basta ser um dito com graça, pela *ordem*, ou pela *desordem* com que é referido.” Informava também que os trabalhos da agremiação não seriam publicados seguidamente, porque era difícil achar engraçados que diziam “as coisas de graça, que tenham graça e caiam na graça de quem as ouve.”⁶⁷¹ No entanto, meses depois, em setembro, um candidato, cujo nome não foi mencionado, passou a publicar suas memórias de quando foi ao mundo da lua, com o objetivo de obter o “honroso” título de membro.

As memórias foram publicadas em dez partes, iniciando em setembro de 1853 e finalizando em fevereiro de 1855 e, pelo menos nos primeiros casos, “foi provavelmente lida em sessões da Petalógica”.⁶⁷² O candidato à agremiação contou que em uma noite de luar, no terreiro de sua casa, fora da cidade, ele, Maria (sua esposa) e Magdalena (sua filha) estavam a admirar “na vastidão do espaço a grandeza de Deus.” As duas, “preocupadas com as novidades do tempo”, conversavam sobre magnetismos, sonambulismo e chapéus girantes e o chamaram para fazer girar um balaio. Mesmo não acreditando em “feitiçaria”, o homem aceitou e se pôs a girar o tal balaio. “Demo-nos as mãos, todos os três e assentamô-las segundo a regra”. Depois de um tempo, os três sentiram uma força que vinha do fundo do balaio que começou a girar rapidamente, a ponto de fazer redemoinho. De repente seus pés estavam fora do chão e em uma altura já bastante considerável a ponto de não poderem mais observar o “nosso planeta”. Em um momento da “viagem”, como se fossem penas delicadas, “caíram devagarinho até assentar sobre o solo de um país inteiramente desconhecido”: era a lua, ou melhor, o mundo da lua. E “graças ao Sr. Magnetismo, ou o que quer que seja,” chegaram a salvo naquele lugar.⁶⁷³

Na lua, lembrou-se ele que tinha saído sem seu relógio e, por esse motivo, havia perdido a noção do tempo. Magdalena, com “suas noções de Astronomia da escola”, acreditava que eles teriam saído à noite da terra e chegado de dia na lua. O narrador sentiu-se no dever de “dizer alguma coisa sobre a geologia” daquele planeta, mas adiantava-se ao pedir desculpas aos leitores pelo “emprego de uma palavra científica todas as vezes que dela” fizesse uso “somente para evitar uma perífrase”. Conforme sua análise, a lua, portanto, era como se via da terra, “um queijo”, porém de uma grandeza enorme: “Não posso comparar a alteração daquela matéria senão mesmo com a massa ardida e bolorenta de um queijo nosso”.⁶⁷⁴ A lua era composta de substância alimentar, possuía lagos e “até mares” de leite. No interior era mais branda e

⁶⁷¹ *Marmota Fluminense*, n. 380 5 jul. 1853. p.1.

⁶⁷² MARTINS, Bruno Guimarães. *Corpo sem cabeça: o tipógrafo editor e a Petalógica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. p. 187.

⁶⁷³ *Marmota Fluminense*, n. 399. 9 set. 1853. p. 1.

⁶⁷⁴ *Marmota Fluminense*, n. 400. 13 set. 1853. p. 1.

saborosa, com mais ou menos nutrientes. Já a arte ou ciência lunática correspondia “a nossa agricultura”, consistia no conhecimento dos lugares onde se encontravam os mais variadíssimos manjares e o modo de extraí-los, que eram mais ou menos caros, segundo o seu sabor, abundância e raridade. Os lunáticos, ou seja, os moradores da lua eram como na terra, “gente fraca, opilada e amarela.”⁶⁷⁵

No entanto, na terceira parte das memórias, a descrição sobre os habitantes da lua mudou, eram eles, a partir de então, os *Homo-vespertilio*. Vejamos como foram descritos.

O homem da lua, ou a espécie análoga, é mesmo semelhante a que povoa nosso mundo, apresenta igualmente as mesmas variedades ou raças como o que se vê em nossa espécie. Lá vi brancos, negros, caboclos, mestiços que são também o resultado do cruzamento de duas raças distintas. Esta espécie de indivíduos, mais ou menos esquisitos, não é mais semelhante ao homem da terra do que ao macaco. E se me fosse lícito meter também o meu bedelho em ciências naturais, tê-lo-ia eu dado na cadeia zoológica, como o anel e a união entre o macaco e o *homo sapiens*. Os braços desses indivíduos são acompanhados pela parte posterior de uma espécie de membros, ou longos dedos que lhes nascem dos ombros, e são presos em toda a sua extensão por uma membrana forte à maneira de um pé de pato e formam uma espécie de asas, que deu lugar a denominação – *homo vespertilio* (homem morcego).⁶⁷⁶

Portanto, na lua também havia a miscigenação entre as classes e, pelo visto, também havia uma divisão social entre elas. Em um momento do texto, o lunático – filho do diretor do Gabinete Zoológico, onde puseram o terráqueo a dormir separado de sua filha e mulher – vendo o trabalho que deram ao homem, narrador da história, o “ofício de apanhar moscas”, perguntou “petrificado”: “– Isto também sucede a gente branca?”⁶⁷⁷ Outra questão que pode ser observada do trecho citado anteriormente – “E se me fosse lícito meter também o meu bedelho em ciências naturais, tê-lo-ia [o homem da lua] eu dado na cadeia zoológica, como o anel e a união entre o macaco e o *homo sapiens*.” – nos leva a teoria da evolução de Charles Darwin, como em outros vários momentos do texto. Tatiane Roque explicou que, embora sua obra tenha sido lançada no final da década de 1850, desde 1830 o cientista “já desenvolvia sua teoria da evolução, mesmo que ainda demorasse um tempo para ser aceita socialmente.”⁶⁷⁸ Então, é possível que o candidato à Petalógica, tivesse contato com algum debate sobre a teoria darwiniana. De todo modo, caso buscássemos uma imagem que pudesse ilustrar esse *homo vespertilio*, ou o homem morcego, não se pareceria com essa?

⁶⁷⁵ *Marmota Fluminense*, n. 400. 13 set. 1853. p. 1.

⁶⁷⁶ *Marmota Fluminense*, n. 403. 23 set. 1853. p. 1.

⁶⁷⁷ *Marmota Fluminense*, n. 433. 6 jan. 1854.p. 1.

⁶⁷⁸ ROQUE, Tatiana. *O Dia em que Voltamos de Marte*: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente. Rio de Janeiro: Planeta, 2021.p. 86.



Figura 3 *Homo Vespertilio*. *Jornalismo&História*

Essa imagem foi reproduzida pela *New England Historical Society* e ilustrou o seguinte acontecimento. Em 25 de agosto de 1835, em Nova York, o jornal *The Sun* informava ao leitor e leitora que, ao observar a lua, o famoso cientista John Frederick Herschel havia encontrado, a partir de seu também famoso telescópio, uma criatura que ele chamou de *homo-vespertilio*. Sob o título *Grandes descobertas astronômicas feitas ultimamente por Sir John Herschel no Cabo da Boa Esperança*, seu ajudante de viagem, o Doutor Andrew Grant (que nunca existiu), assinou uma série de reportagens e ilustrações sobre a paisagem, os animais e humanoides lunares, que causaram alvoroço. Tanto que nesse período a tiragem do jornal triplicou, imprimindo um total de quinze mil exemplares do *The Sun*.⁶⁷⁹

Embora os aspectos ficcionais do que ficou conhecido como a *farsa lunar* fossem óbvios, a verificação dos fatos confundia os leitores e leitoras. Durante quase um mês, os redatores de alguns jornais nova-iorquinos debateram a veracidade da notícia, muitos alegando ter os documentos e fatos sobre a escrita daquela reportagem. O *The Sun* usava como referência o jornal escocês *Edinburgh Journal of Science*, que havia parado de circular fazia dois meses. O jornalista Erick James Black argumentou que pouco tempo depois de publicada tal notícia, os líderes religiosos e alguns cientistas, “all over the world”, passaram a discutir as possibilidades e ramificações de pessoas lunares peludas parecidas com morcegos que poderiam construir templos e canais na lua. Para Black, o autor da farsa – que mais tarde foi descoberto, o jornalista Richard Adams Locke – tinha como objetivo apresentar uma análise satírica dos sermões religiosos e estudos científicos da época. Black analisou essa série de reportagens como um exemplo em que se usou a estratégia de misturar fato e ficção e de como

⁶⁷⁹ SILVEIRA, Mauro Cesar. *Benjamin Day: o pioneiro editor das notícias falsas. o pioneiro editor das notícias falsas*. 2020. Disponível em: <https://jornalismoehistoria.sites.ufsc.br/2020/02/13/benjamin-day-o-pioneiro-editor-das-noticias-falsas/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

a vulnerabilidade do público leitor permitiu que acreditassem nessa farsa: “blindly believed their science and religious Leaders”.⁶⁸⁰

Em setembro de 1835, o editor do *The Sun*, Benjamin Day (quem tomou as decisões de como a *farsa da lua* seria promovida), escreveu um editorial informando aos leitores e leitoras que o mais importante das reportagens relacionadas às descobertas sobre a lua, não era o fato de serem ou não verdadeiras, mas por terem funcionado como um efeito para desviar a atenção das pessoas com relação ao debate sobre a abolição da escravidão. De outro modo, uma farsa como aquela, que poderia ter começado como uma sátira ou conto exagerado, se tornou uma farsa de fato porque o editor a percebeu como um bom potencial econômico. Outra questão interessante trazida por Black e que dialoga com o que foi também desenvolvido por Cernic, é que o jornalista definiu a farsa não como uma intenção, mas como uma repercussão da escrita. Para ele, a farsa tratava todo o seu público da mesma maneira que o conto tratava apenas sua “vítima ingênua”, ocultando a sua natureza ficcional por trás de uma apresentação realista. Um mecanismo contrário ao que fazia Machado de Assis nas *Balas de Estalo*, cuja apresentação era ficcional, mas o debate era realista. De todo modo, são ações que fazem uso da ficção como estratégia para comentar e debater a realidade experimentada. Esse debate fica evidente se analisarmos como, anos depois, Edgar Allan Poe denunciou a *farsa da lua* como um plágio de seu conto *The Unparalleled Adventure of One Hans Pfaall*, publicado em julho de 1835, dois meses antes do *Homo-vespertilio* aparecer no *The Sun*. “Coincidentemente”, o editor de Allan Poe foi o, mais tarde, declarado autor da *farsa lunar*, como vimos, o jornalista Richard Adams Locke.⁶⁸¹

É importante também trazer a discussão que James Black faz sobre como se alcançou os leitores, o que ele também chamou de *farsa da mídia* exigiu certas estruturas da cultura material e social que finalmente se alinhou no início da década de 1830, quando a produção em massa de jornais tornou-se uma realidade. A *farsa da lua*, juntamente com outras “farsas científicas” levou os leitores e leitoras “into admitting the foolishness of blindly believing anything stamped with the imprimatur of science, and at the same time indirectly critiqued and

⁶⁸⁰ BLACK, James Eric. [“In Defense of Vespertilio-homo: Finding the Truth in the 1835 Moon Hoax.”](#) Sensationalism: Murder, Mayhem, Mudslinging, Scandals, and Disasters in 19th-Century Reporting. Piscataway, Ed. David B. Sachsman and George R. West, Jr. NJ: Transaction, 2013. p.226.

⁶⁸¹ SILVEIRA, Mauro César. *Benjamin Day: o pioneiro editor das notícias falsas. o pioneiro editor das notícias falsas.* 2020. Disponível em: <https://jornalismoehistoria.sites.ufsc.br/2020/02/13/benjamin-day-o-pioneiro-editor-das-noticias-falsas/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

mimicked the scientists.”⁶⁸² E, como é possível perceber desde o início dessa tese, no Brasil esse alinhamento também tornou possível o desenvolvimento dos modos de mentir disseminados pela imprensa que, no primeiro momento, estava imbricado ao debate político e que, com o passar do tempo, atrelou-se também ao debate científico, principalmente quando o mesmo subentendeu o progresso.

Além disso, um renascimento religioso que começou no início de 1800 estava no auge, forçando um debate entre religião e ciência, ambas representavam uma busca por algum tipo de verdade. Antes mesmo da *farsa da lua*, sermões do reverendo Timothy Dwight, falecido em 1817, circulavam na Universidade de Yale. Esses sermões foram lidos por estudantes de graduação. Dwight referia-se à lua como um dos muitos mundos inferiores, mas certamente o mais interessante. De acordo com o reverendo, na lua existiam seres inteligentes em grandes multidões, sendo provavelmente muito melhores e mais felizes do que muitos “terrestres”. Portanto, não seria difícil acreditar que muitos professores e estudantes de Yale, em 1835, acreditariam na *farsa da lua*, uma vez que havia sido pregado a eles por mais de vinte anos.⁶⁸³

Assim como em Nova York, no caso das *Memórias sobre as Manias do Mundo da Lua*, o autor fez uso de muitas referências. Não foi exatamente uma versão brasileira da *farsa da lua*, mas é incontestável que elementos dela foram usados nas *Memórias* do aspirante a iniciado na Petalógica. O texto brasileiro estava inserido em um debate norteador por alguns assuntos, como religião, ciências, educação e instrução pública. Funcionou como sátira e explorou o absurdo como estratégia para o humor. Referências à religião e ciência se misturaram no texto, o céu era a “grandeza de Deus”, a lua – “disco luminoso no meio da majestosa cúpula estrelada” – atestavam o “poder de Deus”, Davi foi citado ao informar que o céu pregava por si mesmo e as estrelas eram as palavras. Graças foram dadas a Deus e ao Sr. Magnetismo que usava de jogos hidráulicos para levar a família até a lua. Não estando com o relógio em mãos, o narrador usou noções da astronomia e unidades de comprimento, como braças, para se situar. E foi a força de uma espécie de “parafuso elétrico” que os levou até lua a qual viram somente quando a tocaram.

⁶⁸² BLACK, James Eric. [“In Defense of Vespertilio-homo: Finding the Truth in the 1835 Moon Hoax.”](#) Sensationalism: Murder, Mayhem, Mudslinging, Scandals, and Disasters in 19th-Century Reporting. Piscataway, Ed. David B. Sachsman and George R. West, Jr. NJ: Transaction, 2013. p. 236. Em tradução livre: “a admitir a tolice de acreditar cegamente em qualquer coisa carimbada com a chancela da ciência e, ao mesmo tempo, criticar e imitar indiretamente os cientistas”

⁶⁸³ BLACK, James Eric. [“In Defense of Vespertilio-homo: Finding the Truth in the 1835 Moon Hoax.”](#) Sensationalism: Murder, Mayhem, Mudslinging, Scandals, and Disasters in 19th-Century Reporting. Piscataway, Ed. David B. Sachsman and George R. West, Jr. NJ: Transaction, 2013. p. 236.

O autor contou aos seus leitores e leitoras que ele e sua família sofreram uma série de impressões desagradáveis e incômodas durante a viagem...

Ao passarmos a linha, por exemplo, isto é, a tangente das duas atmosferas terrestre e lunática, sofremos um incômodo terrível. Arrepiava-se-nos os cabelos de todo o corpo, como os espinhos de um ouriço; os olhos pareciam estufar-se-nos, como os dois cornos de um caracol; o peito uma caverna enorme, sem ar; abríamos uma boca maior do que a boca da noite; e teríamos morrido sem fôlego, se a força que nos levava não nos tivesse tão depressa livrado daquele horrível transe, que *julgá-lo é melhor que experimentá-lo*.⁶⁸⁴

Vejam, uma linguagem que dialogava com os termos científicos da época, uma crítica parecida aquela anterior sobre o estudo do magnetismo, que era necessário estudá-lo, observá-lo para depois tecer considerações sobre o mesmo, ou seja, experimentar e depois julgar, não o contrário. O autor tinha por objetivo tecer alguns comentários “sobre a geologia” daquele “planeta”, mas, logo em seguida, ironicamente, pedia desculpas pelo emprego de uma palavra científica todas as vezes que buscava evitar uma perífrase. O nosso explorador da lua não fez como o famoso cientista John Herschel que precisou de telescópio para observá-la, ele próprio foi até lá. Deste modo, estava ele mais habilitado que o cientista acerca do *Homo-vespertilio*. É possível, a partir desse trecho do texto, encontrar elementos de que provavelmente o autor das *Memórias sobre as manias do mundo da lua*, tenha lido algo relacionado à *Farsa lunar* do *The Sun*:

Feliz ideia a de quem dominou *Homo-vespertilio* ou ao habitante da lua. Não me enganou, de certo, o seu telescópio, quando o ponto de vista lhe trouxe um daqueles entes debaixo da forma de um morcego. Eu, porém, como os leitores acabam de saber, não tendo visto a lua por telescópios, estou habilitado para dizer alguma coisa com mais exatidão acerca desta criatura, que é também a mais perfeita dentre os animais que habitam no globo da lua.⁶⁸⁵

O século XIX foi considerado, até então, o século do progresso. A partir de 1830 uma nova imagem da ciência começava a surgir. A geologia daria novo sentido aos debates relacionados à Terra, a anestesia e a descoberta das bactérias mudaram a medicina e a ciência astronômica que além de explicar os movimentos dos céus e da Terra, aprimorava a observação celeste e fabricava instrumentos de precisão para medir o tempo. A astronomia conquistava um público admirador da ciência. “Indústrias, navios e ferrovias seriam alimentados por saberes inovadores produzidos em uma das instituições mais populares do século 19: o Observatório

⁶⁸⁴ *Marmota Fluminense*, n. 400. 15 set. 1853. p. 1.

⁶⁸⁵ *Marmota Fluminense*, n. 403. 23 set. 1853. p. 1.

Astronômico”. A partir dessa instituição ou tecnologia seriam fabricadas informações importantes para a navegação, indústrias e, principalmente, o tempo.⁶⁸⁶

Por exemplo, possivelmente não foi despropositadamente que o narrador das *Manias do Mundo da Lua*, candidato a membro da Petalógica, perdeu a noção do tempo e espaço ao não levar o relógio consigo, “tendo saído sem o meu relógio, não tive o meio de contar o tempo que gastamos nessa viagem de acesso ou descensão”.⁶⁸⁷ Segundo o futuro petalógico, não se poderia dizer ao certo se eles teriam subido ou descido, porque a terra era vista da lua do mesmo modo que a lua era vista da terra. Também não deve ter sido sem intenção que sua filha, lembrando-se das lições da aula de astronomia, construiu possibilidades sobre o tempo gasto por eles na viagem da Terra à lua e ele, que mesmo a achando na razão, “não quis [se] envolver em astronomia”, apesar de estarem “no Mundo da Lua”.⁶⁸⁸ No século XIX, o cálculo do tempo dos relógios foi atribuído à perspicácia das medidas do Observatório Astronômico. “Só os observatórios conseguiam guardar a medida exata do tempo. No século 19, relógios precisos dependiam da observação detalhada do céu”.⁶⁸⁹ Mas esses cálculos não eram sempre tão exatos, a legalização da hora no Brasil ocorreu apenas em 1913, quando foi adotado o marco zero de Greenwich.⁶⁹⁰

Antes disso, existia o Observatório Nacional, que foi criado em 1827, no Rio de Janeiro, e pode ser visto como sintoma da atuação do Estado na propulsão da atividade científica. Entre os anos de 1850 e 1865, o Observatório foi dirigido pelo militar Antônio Manoel de Mello.⁶⁹¹ O ensino de astronomia, durante praticamente todo o século XIX, ficou ao encargo dos militares. As observações astronômicas eram baseadas em cálculos matemáticos e eram importantes para a orientação em terra e mar.⁶⁹² No Rio de Janeiro o tempo era medido por um

⁶⁸⁶ ROQUE, Tatiana. *O Dia em que Voltamos de Marte: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente*. Rio de Janeiro: Planeta, 2021.p. 88.

⁶⁸⁷ *Marmota Fluminense*, n. 400. 15 set. 1853. p. 1.

⁶⁸⁸ *Marmota Fluminense*, n. 400. 15 set. 1853. p. 1.

⁶⁸⁹ ROQUE, Tatiana. *O Dia em que Voltamos de Marte: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente*. Rio de Janeiro: Planeta, 2021.p. 91

⁶⁹⁰ MARTINS, Mônica. A Legalização da Hora e a Industrialização no Brasil. In: XXI Jornadas de História Econômica, 2008, Buenos Aires. *Anais [...]*. Buenos Aires: 2008. p. 1-13. Disponível em: http://xxijhe.fahce.unlp.edu.ar/programa/descargables/martins_y_junqueira.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

⁶⁹¹ Sócio do IHBG desde 1854; Ministro da Guerra em 1847; ligado ao partido liberal; foi deputado pela província de São Paulo e ministro do gabinete que dissolveu a Câmara em 1863. Ver em: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Edição 29-2. Tomo XXIX. 1866.

⁶⁹² ROBBIA, Olivia da Rocha. A Prática Astronômica entre os Militares e o Imperial Observatório do Rio de Janeiro (1827-1870). In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 13., 2012, São Paulo. *Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012. p. 1-13. Disponível em: <https://www.13snhct.sbhc.org.br/site/anaiscomplementares#O>. Acesso em: 27 ago. 2023.

balão, solto diariamente ao meio dia, menos nos domingos e feriados. Muitas vezes as estratégias de medir o tempo na Corte causavam inconvenientes tanto para a organização urbana, mas também para questões mais diversas, como comerciais, judiciais entre outras.⁶⁹³ Os debates sobre as horas estavam presentes na imprensa da década de 1850 e desde 1830 era assunto parlamentar.

Meses antes das *Memórias sobre as manias do mundo da lua*, a Sociedade Petalógica já havia levado para a *Marmota Fluminense* um assunto parecido. Em fevereiro de 1853, a notícia que aparecia no jornal era a de que “um hábil astronômico[sic] da Lapônia”, o *Sr. Romtaniplom*, que era também diretor do Observatório daquela região, havia feito uma grande e importante descoberta.

Todos sabem (e se não sabem, ficam sabendo), que a Lapônia apenas vê o sol em uma pequena parte do ano, e que tem sido isto a causa do estado semisselvagem em que se conserva; o Snr. Romtaniplom, para suprir a este inconveniente, descobriu o modo de fazer um sol artificial. Preparou, no fim de muitas experiencias, um misto, do sebo das golas das casacas e ferros dos chapéus com outros ingredientes inflamáveis e ascendentes, por métodos particulares, e elevando um globo, cheio de misto à certa altura, o inflama; vê-se então os mesmos efeitos do sol, ainda que um pouco enfraquecidos, mas que o suprem muito bem. Quem quiser ter as provas do que dizemos, vá a Lapônia que se desenganará.⁶⁹⁴

Como o leitor e leitora desta tese já devem desconfiar, não existiu astrônomo com esse nome, tão pouco a criação de um sol artificial. No entanto, a Petalógica não foi a única a dar notícia parecida. Em outubro de 1852, no *Periódico dos Pobres* contava-se nas *Notícias de pasmar* que Luiz Napoleão pretendia mandar construir, com a ajuda da eletricidade, um “Sol artificial” e o colocaria em cima de uma torre em Paris para iluminar a cidade de noite. O redator escreveu: “A invenção não é má, porém acho desnecessário porque sendo o século das luzes, não precisa de mais claridade”.⁶⁹⁵ Mas essa possibilidade foi tratada com seriedade no artigo intitulado *Sol elétrico para a iluminação das cidades*, publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em dezembro de 1851. Cheio de perífrase e retirado dos *Annales des chemins de fer.*, tratava da possibilidade de iluminação elétrica nas cidades. Segundo o redator do *Diário*, experiências sobre isso teriam se dado em São Petersburgo, em Saint Cloud e eram “incontestáveis estes fatos. Conseguiu-se com lentes de farol levar a luz de Vangerard a Passy, isto é, a 8 e 10 km”.⁶⁹⁶

⁶⁹³ MARTINS, Mônica. A Legalização da Hora e a Industrialização no Brasil. In: XXI Jornadas de História Econômica, 2008, Buenos Aires. *Anais [...]*. Buenos Aires: 2008. p. 1-13. Disponível em: http://xxijhe.fahce.unlp.edu.ar/programa/descargables/martins_y_junqueira.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

⁶⁹⁴ SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*, n. 340. 15 fev. 1853. p. 6.

⁶⁹⁵ NOTÍCIAS DE PASMAR. *Periódico dos Pobres*, n. 111. 7 out. 1852. p. 2.

⁶⁹⁶ SOL ELÉTRICO... *Diário do Rio de Janeiro*, n. 8873. 20 dez. 1851. p. 1-2.

Depois de uma longa explicação e demonstração de cálculos sobre esse “aparelho iluminador”, o redator escreveu: “Este aparelho aéreo, cuja potência iluminadora é indefinida, porque depende unicamente da força da pilha, constituiria um sol artificial bastante poderoso para suprir o verdadeiro durante sua ausência do horizonte.”⁶⁹⁷

Voltando às *Memórias sobre as manias do mundo da lua*, o narrador ficou encantado com a “inteligência dos lunáticos”, que na lua chamava-se mania. Cada lunático tinha sua mania, não podendo mais de uma ser aplicada. Por exemplo, “a Filosofia, a Política, o Comércio, as Artes e todas as ciências” eram “separadamente objetos de uma mania; e os homens mais eminentes em cada uma destas manias” chamavam-se maníacos, “como aqui se chamariam sábios”. Por isso na lua as inteligências eram completas, capaz de perfeição. Para o autor das *Memórias*, era dessa organização que resultava a ordem moral dos lunáticos. No entanto, na terra era diferente...

Em nosso globo nada persiste, nada progride senão somente a desordem; porque as ciências, as artes, as instituições, os costumes, tudo anda em confusão: os médicos, por exemplo são políticos, os magistrados são médicos. Os vigários em suas paróquias administram por comunhão os glóbulos de Hannemann. Pelo que respeita as instituições o mesmo: os poderes políticos dos estados constitucionais são distintos em nomes e pessoas, mas não em atos; as mesmas constituições valem tanto como uma postura de câmaras municipais; as câmaras municipais são corpos legislativos; os fiscais têm as mesmas atribuições dos subdelegados; os guardas municipais confundem-se com os inspetores de quarteirão. Em suma, o serviço público confunde-se com o desaforo e a ladroeira, o merecimento com a especulação, a honra com a torpeza; porque o Patrono concubinou-se com a justiça.⁶⁹⁸

O autor fazia uso do mundo da lua e dos lunáticos para criticar a “desordem” das instituições do Rio de Janeiro de 1853. “E me direis qual é mais excelente/Se estar aqui com sizo, ou lá demente”.⁶⁹⁹ Desordem que era percebida, inclusive, na instrução pública. Na lua também tinha o Liceu e o narrador conta nas *Memórias* o resultado de sua observação. A primeira turma que observaram era uma “sucia de diabretes travessos”, por estarem com pastas e carteiras, argumentando tabuadas e soletrando palavras, logo o nosso explorador da lua entendeu se tratar de meninos da escola. Já a “turba” que saía atrás deles “era de monos maiores, e de maneiras mais asselvajadas”, falavam francês, inglês, latim, alemão, italiano,⁷⁰⁰ mas de um jeito que só “o diabo” os entendiam. Eram “estudantes do preparatório”. Depois destes, “saiu

⁶⁹⁷ SOL ELÉTRICO... *Diário do Rio de Janeiro*, n. 8873. 20 dez. 1851. p. 1-2.

⁶⁹⁸ *Marmota Fluminense*, n. 403. 23 set. 1853. p. 1.

⁶⁹⁹ *Marmota Fluminense*, n. 403. 23 set. 1853. p. 1.

⁷⁰⁰ No Colégio Pedro II ensinava-se línguas latina, grega, francesa e inglesa. Ver em: RIOS, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. TOPBOOKS: Rio de Janeiro, 2000.

ainda uma malta de barbadões na mesma algazarra”. Quando pai, esposa e filha viram que essa malta se direcionava a eles “cada um se encomendava a Deus”. “Era um carnaval, nos salões do Provisório!”. Todos eles formaram-se em ordem e marcharam quando “uns velhos estúrdios”, vestidos de sobrecasaca, deram um assobio baixo. Tinham esses “velhos”, que eram professores, salvado a vida da família. Um deles os levou para o Gabinete de História Natural do Liceu Enciclopédico e de lá foram para a casa do Diretor do Gabinete, um dos professores do Liceu, onde prestaram os serviços de “depenar *grilos*”, encher mosquitos, fazer gaiolas para apanhar moscas.

A família de telúrios foi apresentada para a aristocracia lunática, cuja linguagem telúrica era bem entendida, “por que nessas reuniões falava-se francês” e os três membros da família terráquea arranhavam alguma coisa nessa língua. Os habitantes da lua “riram-se a escangalhar” quando souberam que o magnetismo ainda era pouco conhecido na terra. Na lua já era bem desenvolvido, “querendo fazer-nos ver a sua força magnética, estirou os braços, abriu a boca, espreguiçou-se; todas as pessoas que estavam na sala repetiram o mesmo”. Inclusive, ao mostrar sua força sobre os objetos inanimados, voltou-se ao relógio da sala e com um simples gesto fez com que os “ponteiros dos minutos e das horas” começassem a desandar. Mais tarde levaram a família ao Observatório Astronômico do Liceu, onde era possível observar o que os habitantes da terra faziam e falavam no interior de suas casas. Depois passaram pelo Teatro de S. Gracilácio, onde estava sendo encenada “uma sátira às escolas primárias de nossa terra, onde, dizem eles, não se atende à mania nem vocação de ninguém para coisa nenhuma; e só puro patronato se empregam geólofos”⁷⁰¹, que era uma palavra grega que se utilizava para se referir “coisa da terra, homem desasado (sem asas) e também estúpido”. Todos entendiam, porque o grego na lua não era como na terra, “lá- *quarqué um arfaiate, ou fazedô de carçado* – basta abrir um Demóstenes ou um Tucídides para ser-se tão grego como qualquer bacharel do Liceu!”.⁷⁰² A Escola Normal da lua era admirável, uma estrutura formidável, tinha asseio, ordem, providência e uma sábia direção.

Já na Terra, principalmente no município da corte, nem tudo era tão admirável. Neste período, na imprensa, o debate sobre a instrução primária e secundária era a prova da importância que davam ao assunto. A educação era considerada elementar para a base moral da

⁷⁰¹ *Marmota Fluminense*, n. 415. 4 nov. 1853. p. 1.

⁷⁰² *Marmota Fluminense*, n. 415. 4 nov. 1853. p. 1.

sociedade; uma necessidade legal e social para o desenvolvimento da nação, mas como estava organizada no início da década de 1850, não foi considerada suficiente.

A função humanizadora da escola se perde, transformando a maioria dos colégios secundários em cursos preparatórios para o ingresso no ensino superior, incluindo aí o então Colégio D. Pedro II, que pretendia ser o modelo para a educação Imperial, mas que não resistiu e passou a funcionar como mais um curso preparatório. Porém, a qualidade dos alunos que chegavam ao nível superior era desastrosa, já que era resultado da péssima qualidade de ensino dos anos anteriores.⁷⁰³

Além desses problemas, estavam no debate a deficiência de profissionais habilitados para lecionar, baixa remuneração dos mesmos, falta de edifícios apropriados para o ensino e falta de inspeção nas escolas das freguesias mais distantes.⁷⁰⁴

Mas, embora o autor das *Memórias* insistisse que “na Lua tudo é avesso do que aqui há”, não era só de contrastes que resultava a comparação entre os lunáticos e a Terra e seus *telúrios* – nesse caso, os brasileiros –, no que dizia respeito ao modo de trajar, os lunáticos andavam também “no inverno com roupas de verão, no verão de capote.”⁷⁰⁵ Além disso, no *Mundo da lua*, *A Marmota* era o jornal mais lido entre os seus habitantes. De volta da lua, o que é possível concluir, é que o narrador das *Memórias* criou um mundo paralelo, fez uso de procedimentos da ficção para desenvolver sua opinião sobre as discussões que, de fato, estavam acontecendo na Corte e para além dos limites territoriais dela. Assim como Lélío, pode-se dizer que o narrador das *Memórias sobre as manias do mundo da lua* – claro que de uma maneira textualmente menos organizada e apurada se comparada a Machado de Assis na década de 1880 – “rompia com as expectativas do leitor ao tratar um tema [ou alguns deles] tão amplamente discutido pela imprensa de uma forma tão diversa”. É possível também imaginar que essa estratégia petalógica poderia ter levado o leitor e leitora a um estranhamento no princípio, mas um reconhecimento e reflexão posterior de que aquelas memórias estavam “falando” sobre assuntos conhecidos, mas com olhar diferente. Essa tensão entre realidade e ficção, ou entre mentira e verdade esteve presente na maior parte da produção petalógica. É possível que também para os membros da agremiação, em certos momentos, a realidade experimentada causava tanto espanto e estranheza, que somente usando a ficção que se poderia melhor representá-la.⁷⁰⁶

⁷⁰³ Sant’Anna, S. B. (2014). A Instrução Pública Primária no Brasil Imperial: 1850 a 1889. *O Mosaico*, 2(2). Acesso em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/view/117>. p. 106.

⁷⁰⁴ BRASIL. Ministério do Império. *Relatórios apresentados a Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Tip. Laemmert, 1850- 1889. 1851, p.5.

⁷⁰⁵ *Marmota Fluminense*, n. 403. 23 set. 1853. p. 1.

⁷⁰⁶ RAMOS, Ana Flávia Cernic. 2016. p 158.

A mentira sobre a liberdade

Trago novamente a Ata da agremiação de 28 de janeiro de 1853, onde “às 7 horas da tarde, presentes 18 sócios”, abriu-se “por si mesma a sessão”. Primeiro descreveu-se o *Expediente*: “Ofício verbal de um membro participando ter-se dado cabo dos capoeiras que em desordem percorriam as ruas da cidade do Rio de Janeiro, e que já nem um só aparecia mais.”⁷⁰⁷ Tudo mentira! A contar pelas notícias publicadas no *Correio Mercantil*, os capoeiras faziam “tiroteios pelas ruas”, “todas as noites”. Nove dias antes da publicação da Ata da Petalógica, apareceu na rubrica *Notícias e Fatos Diversos* também do *Mercantil*, que das “7 às 11 horas da noite”, na rua do Rosário, se encontrava “uma malta de capoeiras e vadios”,⁷⁰⁸ notícias como essas eram recorrentes. Naquele mesmo mês, na madrugada do dia 3, moradores da rua da Quitanda e Ouvidor escutaram gritos de socorro. Ao buscar pelos gritos, os moradores se depararam com a seguinte cena: “achava-se estendido de bruços sobre a calçada um pobre preto, e sobre ele um *pedestre* que o tentava amarrar à força, calcando-lhe brutalmente com um joelho sobre as costas.”⁷⁰⁹ Para espanto dos moradores, um “pouco mais adiante”, estavam dois soldados de permanentes, “tranquilos espectadores daquela cena”. O redator do *Correio Mercantil* escreveu que a intervenção dos moradores salvou a vida do “pobre preto”, que poderia ter tido “as vertebras do pescoço desarticuladas”. Mas esse não seria um caso isolado...

Poucas pessoas haverão nesta cidade que não tenham presenciado fatos de igual brutalidade praticados por esses desalmados que se intitulam *pedestres*, e que são uma das pragas mais prejudiciais que tem caído sobre ela. Enquanto os capoeiras fazem ai todas as noites tiroteios pelas ruas, não aparece nenhum desses *ativos* policiais, pois o negócio é perigoso e nada rende; quando porém se trata de agarrar, amarrar, espancar desapiedadamente um pobre preto fugido ou não, então desenvolvem toda sua atividade, aparecem todos os cantos os pares e vai tudo raso.⁷¹⁰

A partir da leitura dessa notícia no *Correio Mercantil*, é possível entender que além dos capoeiras, era comum também presenciar a apreensão de pretos pobres fugidos ou não pelas ruas no município da corte. Guardemos essa informação. No mesmo tom irônico quando um dos membros oficializou verbalmente o caso dos capoeiras, a iluminação pública também foi assunto para o *Expediente* da mesma Ata da Petalógica: “Item participando que a iluminação da cidade faz-se atualmente da melhor maneira possível; que se não observa mais de noite as ruas às escuras, que todos os lampiões se acham brunidos, e que um só existe que não alumie

⁷⁰⁷ *Marmota Fluminense*, 28 jan.1853. p.1.

⁷⁰⁸ NOTÍCIAS E FATOS DIVERSOS. *Correio Mercantil*, n. 16. 16 jan. 1853. p. 2.

⁷⁰⁹ NOTÍCIAS E FATOS DIVERSOS. *Correio Mercantil*, n. 3. 5 jan. 1853. p. 2.

⁷¹⁰ NOTÍCIAS E FATOS DIVERSOS. *Correio Mercantil*, n. 3. 5 jan. 1853. p. 2.

até o amanhecer.”⁷¹¹ Pelas notícias lidas na imprensa, é possível conhecer que a iluminação da cidade era feita com “imundos lampiões cuja claridade” era “insuficiente e duvidosa”,⁷¹² deixando os habitantes na “escuridão tenebrosa”, “em trevas”. Possivelmente tratava-se de lampiões que, antes de 1854, funcionavam a base de “azeite de peixe.”⁷¹³

É no mínimo curioso que o responsável pela mudança e melhoria da iluminação pública, que consistiu na implementação da iluminação a gás, foi um membro da Petalógica: Eusébio de Queirós. Em 28 de março de 1854, o *Velho Brasil* noticiava que “a cidade do Rio de Janeiro gozará em breve desse benefício que a sua civilização e opulência já de há muito exigiam”, era a “iluminação da cidade ou de parte dela a gás” e os moradores deviam essa melhoria...

ao digno Ministro da justiça de 1850, o Sr. Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara. Foi esse senhor quem com o seu conhecido zelo pelos interesses públicos procurou inteirar-se pelo mais acurado estudo de quanto era relativo a esse melhoramento: tudo examinou, presidiu a ensaios feitos na secretaria, verificou os cálculos sobre que se baseavam as propostas dos diversos empresários que se apresentaram, e por fim formulou o contrato que foi assinado, e em que todos os interesses da cidade foram conciliados com os justos interesses dos empresários.⁷¹⁴

O nome de Eusébio de Queirós figurou nas páginas das “*Marmotas*” desde praticamente o início de sua circulação. Em maio de 1854, um artigo de primeira página, que ocupou praticamente quatro colunas, mencionou esse texto publicado no *Velho Brasil*.⁷¹⁵ Tratava-se de uma defesa ao “amigo” de “anos”, o então “ex-Ministro da Justiça o Exm. Sr. Senador Queiroz”: “não nos esqueçamos de dizer, como o *Velho Brasil*, e como todos os outros jornais da Corte, que ao Exm. Sr. Queiróz se devia (tais foram as nossas palavras) a lembrança de trazer-se para o Brasil esse grande melhoramento.” Segundo o redator da *Marmota*, “ninguém há [...] tão falto de reminiscência e de patriotismo, que vendo a iluminação a gás, não se lembra logo do Ministro que primeiro nisso pensou e organizou o contrato.”⁷¹⁶

Em dezembro de 1853 – quando o contrato para a iluminação a gás não havia ainda sido assinado e quase um ano depois que a *peta* sobre a iluminação pública apareceu na Ata da Petalógica – também em *A Marmota Fluminense*, em um artigo sobre as *Curiosidades do Rio de Janeiro*, *O velho da Prainha* em um texto pequeno, que lembrava uma espécie de perguntas

⁷¹¹ *Marmota Fluminense*, n. 335. 28 jan.1853. p.1.

⁷¹² *O Velho Brasil*, n. 1788. 28 mar. 1854. p. 4.

⁷¹³ *O Liberal*, n. 352. 14 mai. 1854. p. 2.

⁷¹⁴ *O Velho Brazil*, n. 1788. 28 mar. 1854. p. 4.

⁷¹⁵ É importante pontuar que, desde 1853, Justiniano José da Rocha era um dos redatores do *Velho Brasil*. Ver em: MOMESSO, Beatriz Piva. *Letras, ideias e culturas políticas: os escritos de Nabuco de Araújo (1843-1876)*. 2015. 341 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

⁷¹⁶ O Sr. Irineo e a iluminação a gás. *Marmota Fluminense*, n. 471. 19 mai. de 1853. p. 1.

e respostas, escreveu: “A coisa mais alta – O corcovado”, “A coisa mais escura – a iluminação pública”. Mais uma vez a crítica sobre a iluminação pública apareceu, meses depois o membro da Petalógica, Eusébio de Queirós, aparentemente resolveria o problema organizando e assinando o contrato que já foi citado. No entanto, nesse mesmo texto sobre *As Curiosidades do Rio de Janeiro*, o autor também escreveu sobre algo que não apareceu com frequência, pelo menos não de maneira convencional, na *Marmota Fluminense*. Para o *Velho da Prainha*, além da escuridão da iluminação pública, da altura do corcovado, da “coisa mais cheia” que era “o grande livro da dívida pública, “A coisa mais cativa” que existia no Rio de Janeiro era “O africano livre.”⁷¹⁷ O *Velho* ou era um membro da Petalógica, ou um admirador dela. Dias antes dessas *Curiosidades*, num formato de texto muito parecido, escreveu sobre *As sete maravilhas do Rio de Janeiro*, dentre o chafariz do campo de São Cristóvão e o Cais do Largo do Paço, umas dessas maravilhas seria A Sociedade Petalógica.⁷¹⁸

Esse possível pseudônimo, o *Velho da Prainha*, teria aparecido em outro jornal que por vezes dialogou com a *Marmota*, o *Periódico dos Pobres*.⁷¹⁹ Não como autor, mas como personagem. No folhetim *Visita das Primitivas*, o *Velho da Prainha* foi apresentado como um senhor de 66 anos de idade, morador da Rua São Bento, que namorava uma menina de 18 anos. O que pode ser apenas uma coincidência, possivelmente é. No entanto, o que mais interessa para essa discussão, nesse folhetim, é um diálogo entre as primitivas. Amélia, uma das primas, fingindo ser “Antônio ou Gregório do [Correio] *Mercantil*”, dizia “abrir” a *Pacotilha*. A partir daí, algumas notícias, ao modo dessa rubrica, foram apresentadas. Além do que pareceu a descoberta de uma peta publicada na *Marmota*,⁷²⁰ escreveu também uma suplica ao Chefe de Polícia: “Uma suplica ao honrado Sr. Chefe de Polícia, para certos abusos dos pedestres, que

⁷¹⁷ *Marmota Fluminense*, n. 430. 27 dez. 1853. p. 2.

⁷¹⁸ *Marmota Fluminense*, n. 430. 27 dez. 1853. p. 2.

⁷¹⁹ Wilton José Marques assemelhou o “tom humorado” do seu conteúdo com o “das *Marmotas* de Paula Brito”. Foi nesse jornal que Machado de Assis publicou o que, provavelmente, é seu primeiro texto, um soneto. Ver em: MARQUES, Wilton José. *Machado de Assis e as primeiras incertezas: a formação literária, o poema inédito e o malogro do primeiro livro*. São Paulo: Alameda, 2022. Galante de Souza, em 1979, já havia aproximado os dois jornais: “em ambos predomina o mau gosto”, “se percebe que, com raras exceções, os colaboradores são principiantes. Mas isso nos leva a crer que Paula Brito e Morando foram animados do mesmo espírito de facilitar o caminho aos que se iniciavam nas letras”. Nesse mesmo período (out. 1854), talvez poucos meses (ou até dias) depois, Machado de Assis inicia sua aproximação com os membros da *Petalógica*. O proprietário do *Periódico dos Pobres* era Antônio Maximiano Morando, mas poucas informações encontrei sobre ele. Ver em: SOUSA, J. Galante de. *Machado de Assis e outros estudos* Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

⁷²⁰ Aparentemente é uma mentira sobre a morte de Filipe Debarr, conhecido mágico, artista francês que se apresentava no Rio de Janeiro. Foi publicada na *Marmota da Corte*, de 1º Abril de 1853. Contava que em uma apresentação, Filipe Debarr teria desaparecido, o tom irônico da publicação era evidente. O redator escreveu que o governo “foi obrigado” a criar uma comissão de “homens da ciência” para entender e investigar as causas do “fenômeno”. No *Periódico dos Pobres* apareceu da seguinte maneira: “Parabéns a Mr. Felipe De Bar pela sua feliz viagem, e ter sido falsa a notícia de 1º de Abril da *Marmota Fluminense*. O 1º de Abril já era nessa época conhecido como “o dia dos carapetões” (*Correio Mercantil*, n. 93. 5 abr. 1855. p.2). Mas, não foi uma data explorada pelos membros da *Petalógica*, já que para eles todos os dias eram dias de carapetões.

dão pancadas em pretos, escravos e até em mulheres, como num dia desses aconteceu a um junto à casa do Sr. Subdelegado do Sacramento”.⁷²¹ Desde abril de 1853, pelo menos é o que informa o *Diário do Rio de Janeiro*,⁷²² o cargo de chefe de polícia da Corte era ocupado pelo desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira. Em 1853, no *Diário*, quase diariamente, na rubrica *Repartição da Polícia*, o leitor e leitora tinham conhecimento de que se prendia, por ordem desse chefe da Polícia, muitos homens e mulheres pretos, pardos livres, escravos por diversos motivos: “averiguação”, “embriaguez”, “capoeira”, “vadiagem”, “insulto ao seu senhor”, “por andarem fora de hora na rua”, “desordem”, entre tantos outros. No mesmo *Diário do Rio de Janeiro*, em julho, foram transcritas em suas folhas as *Instruções Para a Iluminação Pública da Corte*, assinada por Alexandre Siqueira. O item segundo do Art. 6º informava que “Os guardas continua[va]m [...] com as mesmas atribuições, menos a de prender pretos fugidos”.⁷²³ Esse seria outro motivo de apreensão de homens e mulheres de cor nas ruas, por parte da polícia da Corte: suspeita de serem “pretos fugidos”. Mas nota-se que no papel essa ação estava proibida aos guardas. De outro modo, o Código Criminal do Império do Brasil, em seu Capítulo IV, intitulado *Vadios e Mendigos*, condenava à “prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mês”.⁷²⁴

É importante pontuar que todos esses textos publicados na *Marmota*, *Diário*, *Correio Mercantil*, *O Velho Brasil*, *O Liberal* foram publicados no ano de 1853, entre os meses de janeiro e dezembro. Ou seja, esse assunto foi uma questão que apareceu com frequência na imprensa da Corte. Essas informações auxiliam na análise de mais um item do *Expediente* da mesma Ata petalógica, item esse que apareceu logo depois daquele que informava sobre a iluminação da cidade:

a Câmara Municipal havia engaiolado por meio de *cachorreiras* todos os cães e *côas* que de noite passeavam pelas ruas, e que este flagelo se achava de todo extinto. Finalmente que a irrigação, que outrora se praticava por meio das bombas, foi substituída por método muito mais vantajoso, que vem a ser: 20 homens, todos com bochechos d’água e enfileirados a despejarem nas ruas, de modo que n’um abrir e fechar de boca, como por encanto, é irrigada uma rua inteira.⁷²⁵

⁷²¹ *Periódico dos Pobres*, n. 76. 16 jul. 1853. p. 2.

⁷²² *Diário do Rio de Janeiro*, n. 110. 25 abr. 1853 p. 2.

⁷²³ *Diário do Rio de Janeiro*, n. 179. 3 jul. 1853 p.3.

⁷²⁴ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Código Criminal nº S/N, de 16 de dezembro de 1830. *Código Criminal do Império do Brasil Parte Primeira*. Rio de Janeiro, 07 jan. 1831. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 7 set. 2023.

⁷²⁵ *Marmota Fluminense*, n. 424. 6 dez.1853. p.4.

Todos esses itens eram petas. E nesse caso, os modos de mentir se misturavam, usou-se procedimentos de ficção, ironia, sátira. Nem sempre é possível decodificar ou entendê-las, mas algumas possibilidades podem ser conjecturadas a partir da análise e cruzamento de algumas fontes e, principalmente, da análise do contexto em que elas foram publicadas. Nesses itens, na ação de prender os cães, foi perceptível a contraposição entre liberdade e confinamento, cães e “côas” que passeavam durante a noite nas ruas, foram engaiolados nas cachorreiras. Tendo como base os debates na imprensa, as notícias sobre cães nas ruas não apareceram com muita frequência. No entanto, notícias sobre a prisão de pobres pretos, homens livres e escravizados, mendigos e vadios apareceram em maior número. Portanto, a partir dessa série de petas surgem alguns caminhos possíveis de interpretação como, por exemplo, a associação que se fez com o fim da escravidão no Brasil às imagens de progresso industrial e tecnológico, e até mesmo a tênue fronteira entre liberdade e (re)escravidão que experienciaram muitos homens e mulheres (inclusive crianças) livres e libertos no Rio de Janeiro oitocentista.

Segundo a peta, partiu da Câmara Municipal uma ordem para engaiolar todos os cães e “côas” que passeavam pelas ruas durante a noite. Existe a possibilidade de que essa ordem tenha de fato partido da Câmara Municipal da Corte. Infelizmente, os Anais mais antigos da Câmara que encontrei foram os de 1863, digitalizados na Biblioteca Nacional. Na imprensa é possível encontrar uma vez ou outra a reclamação de cães que andavam nas ruas da cidade e a participação da Câmara Municipal na tentativa de resolver o problema. Mas, o fato de serem apenas os cães que andavam à noite, gera uma certa desconfiança no leitor e leitora. Também, tendo em vista as petas anteriores, dos capoeiras e da iluminação pública, a expectativa que gera no público leitor é que talvez não tenha acontecido exatamente como estava escrito. Ademais, talvez essa peta estivesse relacionada a um certo “Chefe de Polícia interino da Corte”, cujo nome já vimos nessa história.

Podemos pensar sobre a possibilidade de que os cães e coas poderiam estar fazendo alusão a pessoas de cor livres ou libertas que estavam nas ruas “fora de horas”, ou seja, à noite.⁷²⁶ Em setembro de 1853, a Lei Eusébio de Queirós – olha ele aqui de novo – completaria três anos de vigência. Inclusive, esse membro da Petalógica é a prova da complexidade de todo esse debate. O contexto da Lei que carregou seu nome foi marcado por diversas motivações. Estava em jogo a questão da soberania brasileira, mas também da guarida aos interesses senhoriais de manter a escravidão, insistindo na legalidade da escravização de africanos que

⁷²⁶ Trago um exemplo entre muitos: “Na [Freguesia de Santa Rita [foi preso] Francisco de Oliveira Bastos por desobediência e os pretos escravos Miguel e Anacleto, por serem encontrados fora de horas”. *Jornal do Comércio*, n. 342. 11 dez. 1854. p.2.

entraram no Brasil após a lei de 1831. Quando Eusébio de Queirós foi chefe de polícia da corte (1833-1844), ocorriam no litoral do Rio de Janeiro, inúmeros desembarques clandestinos de africanos. Nas correspondências trocadas entre ele e Pereira de Vasconcelos é possível comprovar a naturalidade com que burlaram a lei de 1831 e admitiram a entrada de navios vindos da costa da África. No entanto, com a promulgação de Lei de 1850, o governo imperial reprimiu de forma mais efetiva o desembarque clandestino. Mesmo assim, entre os anos de 1850 e 1856 entraram no país mais de 38 mil africanos.⁷²⁷

De outro modo, uma das mudanças advindas com a lei de 1850, foi o desenvolvimento de um tráfico interno de escravos, o tráfico interprovincial. E foi esse o contexto que intensificou a escravização ilegal de africanos livres no Brasil. Desde 1830, o artigo 179 do Código Criminal do Império previa a punição com prisão para os culpados do crime de reduzir à escravidão pessoas livres que se achavam em posse de sua liberdade. A partir de 1850, evidências sugerem que a escravização de pessoas reconhecidas como livres foi entendida como grave e preocupante pelas autoridades imperiais. O universo das pessoas de cor escravizadas, libertas e livres tinha em comum a precariedade da liberdade. Embora não seja possível quantificar, “pode-se afirmar sem dúvida que a prática de reescravização de libertos foi recorrente no Império brasileiro.” Vários eram os caminhos trilhados para a escravização de pessoas de cor reconhecidamente livres e o sequestro foi um deles.⁷²⁸

Talvez não seja exatamente isso que a *peta* dos cães e “côas” denunciam, mas ela não está isolada desse contexto. É possível que a mesma esteja também relacionada a uma carta endereçada ao “Dr. Alexandre Joaquim de Siqueira, Chefe de Polícia interino da Corte” e assinada pelos “Redatores da Marmota”, em maio de 1853. Na carta publicada na edição de número 364 do jornal de variedades, *os Redatores* escreveram sobre algumas decisões tomadas pelo então chefe de polícia, o Siqueira, e deram algumas sugestões de como melhorá-las, baseando-se nas ações do “nunca esquecido Sr. desembargador Eusébio [de Queirós].”

Depois das medidas que V. Exc. tomou sobre os cocheiros, passou V. Exc. a ocupar-se da iluminação da cidade, e se até agora vimos os lampiões apagados às 8 horas da noite, hoje os vemos já acesos às 6 horas da tarde! Saiba V. Exc. que há entre nós o péssimo costume de se não ascender lampiões nos quartos crescentes, de modo que, quando o tempo está brusco, e a lua encoberta, ficam todos *da cor do Snr. Mestre*, (como diziam os meninos da escola em que aprendiam com o preto). Mandou V. Exc. agarrar em todos os vadios, ou *falsos mendigos*, e metê-los na Casa de Correção. Esta ótima medida de V. Exc. foi geralmente aplaudida, porque V. Exc. não sabe como é o público

⁷²⁷ ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Fim do Tráfico. In: SCHWARCZ, Lilia M. e GOMES, Flávio. 2018. pp. 230-236.

⁷²⁸ MAMIGONIAN, Beatriz; GRINBERG, Keila. O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista. *Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 13, p. 01-21. 2021. p. 12.

perseguido por essa rédua de preguiçosos que gostam de comer, sem outro trabalho mais do que o de estender a mão. Já o nunca esquecido Snr. desembargador Eusébio tomou iguais medidas, e estabeleceu uma casa, na rua de S. Francisco de Paula, para os pobres; porém disso não tirou o resultado que esperava, devido talvez a certos erros da administração. Todo o trabalho de V. Exc. a este respeito será também inútil enquanto não fizer nesta corte um – *Asilo de Mendicidade* –⁷²⁹.

Para os Redatores, a ação de agarrar todos os vadios ou falsos mendigos seria inútil enquanto não fizesse na corte um asilo de mendicância. Eusébio de Queirós já havia feito isso, mas por algum problema, a casa que construiu para os pobres não deu muito certo. Uma questão interessante, presente na carta, foi a menção que se fez a um professor preto, o Mestre. Não seria essa uma crítica? Será que os Redatores, com isso, queriam “dizer” que depois das 6 ou 8 horas da noite, sem a iluminação necessária, todos se pareceriam com um homem preto, descrevendo, talvez, a dificuldade que se tinha em fazer uma possível distinção? Talvez entre homens brancos e de cor, ou homens escravizados e livres?

Um escrivão relatou no *Registro de ofícios relativos ao Calabouço* o caso de um homem de cor chamado Simão Congo, preso no Calabouço da Casa de Correção da Corte Imperial em 1845, pelo fato de encontrar-se fora de casa pouco depois das 22h00min (“fora de hora”), expressão presente também em outros registros de escravos fugidos apreendidos no Rio de Janeiro entre os anos de 1850 e 1860. Muitos libertos e livres eram retidos das ruas por motivo de “vadiagem”. Essa questão vai ao encontro, como também demonstrou Chalhoub, do posicionamento das autoridades imperiais que alegavam que os homens e mulheres livres e libertos optavam pela ociosidade e até mesmo pelo crime ao invés de trabalharem nas lavouras, mostrando a frequência com que foi associada pelas autoridades a condição de livres e libertos à tendência à vadiagem e ao crime.⁷³⁰

Voltando a leitura das petas, entendo que logo que pegos, os cães e “côas” eram engaiolados em cachorreiras que bem podiam ser os calabouços da Casa de Correção da Corte. Poderiam também ser chamadas assim porque tinham como guia pessoas que “caçavam”, conduziam e vendiam cães. Talvez os membros da Petalógica estivessem também tratando, nesse caso de uma forma diferente da convencional, esse tema que estava sendo debatido na imprensa, inclusive na carta que endereçaram ao chefe de polícia, o Siqueira. Denunciando, ao modo deles, os mesmos pedestres que foram denunciados dias antes no *Correio Mercantil*, por exemplo, que amarraram o pobre preto na rua. Ou mesmo à polícia, na figura do chefe interino,

⁷²⁹ CARTA. *Marmota Fluminense*, n. 364. 10 maio 1853. p. 1.

⁷³⁰ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

cujas ações foram criticadas por eles. Também aos chamados inspetores de quarteirão, que buscavam prender escravos “vadios” e “fugidos” que andavam nas ruas à noite, “fora de hora”. Segundo Chalhoub, esses homens recebiam pagamento por cada escravo fugido apreendido. Os pedestres também. Para se ter uma ideia de valor, no final da década de 1830, pagava-se 3\$ réis de gratificação para “qualquer preto fugido”.⁷³¹

Joaquim Manoel de Macedo e Machado de Assis deram forma literária aos seus comentários sobre essa prática. Macedo em 1855, em seu romance *A carteira do meu tio* – publicado na *Marmota Fluminense* – em um diálogo entre as personagens, deu a palavra ao Compadre Paciência e a um pobre homem que estava, em pé, a observar a tragédia de sua casa em chamas. O Compadre perguntou ao homem porque ele não comunicava o delegado sobre o ocorrido, mas segundo o mesmo teria sido o próprio delegado o autor do atentado. Então o Paciência perguntou se não haveria outra autoridade pública a quem recorrer enquanto que o homem respondeu:

Oh! Pois não!... excelente conselho teima ainda o senhor em dar-me: mora ali adiante o Inspetor de Quarteirão: mas se eu lá for queixar-me deste atentado, o homem, que é dos de papo amarelo, ou me despedirá com duas gargalhadas, e uma descompostura, ou me mandará recrutar, como vadio, ou enfim me fará morar alguns dias na cadeia.⁷³²

O Homem não era um homem de cor, pelo menos o leitor e leitora não tinham certeza sobre isso, mas era um homem pobre. O Compadre Paciência, depois de toda sua explicação, disse-lhe que ele ainda poderia contar com o direito, que lhe conferia a lei. No que o pobre homem respondeu: “E tenho também contra mim a pobreza, que é uma espécie de eterna suspensão de garantias, meu caro.”⁷³³ Machado de Assis, anos depois em seu conto intitulado *Pai contra mãe*, que mesmo publicado em 1906 nos fala muito sobre a prática da polícia da Corte e dos inspetores de quarteirão que detinham “escravo fugido” mesmo que eles apresentassem documento que comprovasse sua liberdade. No conto, o bruxo do Cosme Velho apresentou, ao leitor e leitora, a personagem Cândido Neves que tinha como diversão a prática de apanhar “escravos fugidos”.

Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas [...]. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. [...] Jantava e saía outra vez, à cata de algum fugido. Já lhe sucedia, ainda que raro, enganar-se de pessoa e pegar em escravo fiel que ia a serviço de seu senhor; tal era a

⁷³¹ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras. 2012. e *Diário do Rio de Janeiro*, n. 1100015. 18 nov. 1837. p. 1.

⁷³² MACEDO, Joaquim Manoel de. *A Carteira do meu tio*. *Marmota Fluminense*, n. 564. 20 mar. 1855 pp. 1-2.

⁷³³ MACEDO, Joaquim Manoel de. *A Carteira do meu tio*. *Marmota Fluminense*, n. 564. 20 mar. 1855 pp. 1-2.

cegueira da necessidade. Certa vez capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grandes somas de murros que lhe deram os parentes do homem.⁷³⁴

As passagens acima descritas podem demonstrar como se dedicava a polícia no aprisionamento da gente de cor, que se mostrou muito eficaz em meados de 1850, período onde o número volumoso de pessoas detidas na Casa de Correção da Corte causou incomodo ao governo Imperial que passou a tomar medidas para que o número de detenção diminuísse.⁷³⁵

Mas e os homens que andavam enfileirados com bochechos de água a irrigar as ruas? Não poderia ser também uma referência a essas pessoas retidas nas ruas e engaioladas na Casa de Correção? Muitos eram obrigados, pelo administrador da prisão, “a bem de serviço público”, carregar água pelas ruas públicas da Corte, no libambo⁷³⁶ em companhia de cativos, por isso permaneciam enfileirados. De outro modo, um dos caminhos encontrados para escravizar ilegalmente gente de cor livre era por meio de recolhê-los a prisão em meio aos cativos cujos senhores, por conivência da polícia, mandavam prender com a justificativa de manutenção da ordem e obediência.⁷³⁷

Essa imagem permite refletir também sobre a contraposição entre máquina e homem. No período em que a peta foi elaborada havia um credo de que a escravidão constituía um obstáculo ao aperfeiçoamento de técnicas agrícolas e ao uso racional dos recursos naturais. Nesse sentido, o encanto de irrigar uma rua toda poderia contrastar com o progresso, a ciência. Nesse último há uma racionalização do processo de produção, ou seja, tem-se conhecimento dos seus meios e processos, o que no primeiro caso não é possível conhecer, pois acontece como um encanto. Ao substituir máquina por homem faz-se uma reversão do que é esperado quando se subentende um avanço e aperfeiçoamento tecnológico.

Na década de 1850, muitas pessoas livres e libertas foram detidas pela polícia Imperial por suspeição de que fossem escravizados, fugidos ou ladinos. Mas essa precariedade da liberdade no Brasil já existia desde a década de 1830. Desse modo, por meio das petas é possível acessar os discursos e debates sobre a precariedade da liberdade no século XIX.

⁷³⁴ Assis, Machado de. 50 contos/ Machado de Assis; seleção, introdução e notas John Gledson. – São Paulo: Companhia das letras, 2007.

⁷³⁵ CHALHOUB, Sidney. 2012. Op. Cit.,

⁷³⁶ “Por libambo se tinha a cadeia de ferro com que se jungia uma fila de escravos pelo pescoço. Não era raro que o colar e a corrente de metal fossem substituídos por meios mais antigos e mais baratos, e em muitas caravanas de cativos o que se viam eram a corda, a tira de couro e a forquilha. Punha-se nesta, de frente, o pescoço de um aflito e se fechava a bifurcação com um pedaço de pau muito bem amarrado. Num outro infeliz, a forqueta ia apoiar-se na nuca, fechando-se depois na goela. Amarravam-se os cabos das forquilhas, de modo que os dois escravos não podiam separar-se, e cada dupla era ligada a duas outras por corda que lhes amarravam as mãos. Esse era outro tipo de libambo.” Ver em: SILVA, Alberto da Costa e (2011). *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

⁷³⁷ CHALHOUB, 2012.

Segundo Chalhoub, a liberdade era nesse período uma experiência arriscada para a gente de cor que vivia amiúde com a escravidão, pois mesmo livres corriam o risco de serem novamente escravizados. Ainda na década de 1860, vigorava o pressuposto de que um homem ou mulher de cor detidos por suspeita de serem escravos e fugidos permaneciam escravos até conseguirem provar o contrário. Transferiu-se para a população negra o ônus da prova de sua liberdade, que muitas vezes não era crida e levada em consideração pelas autoridades.⁷³⁸

Como sabemos, africanos livres era a categoria que se referia a pessoas resgatadas de navios condenados por tráfico ilegal. Para essas pessoas havia um estatuto distinto, onde se cumpria um período de 14 anos de trabalho, sob tutela do Estado, até alcançarem a liberdade. Existia o princípio de que os africanos não estavam aptos à liberdade e precisavam se preparar. Mesmo sendo eles juridicamente livres, a sociedade imperial não os concebia como dignos de exercer a liberdade. Entre 1819 e 1865, 11 mil pessoas viveram como africanos livres no Brasil.⁷³⁹

Talvez seja por isso que o *Velho da Prainha* escreveu ser o africano livre a “coisa mais cativa” no Rio de Janeiro, pelo menos aos olhos do leitor e leitora do século XXI, essa interpretação parece coerente. É possível que esse redator da *Marmota* – e provavelmente também membro da Petalógica – estivesse se referindo ao crime de reduzir pessoa livre à escravidão, como busquei demonstrar anteriormente. Das coisas sérias que Machado de Assis dizia que os membros da Petalógica faziam – “Cuidavam muitos que, por ser petalógica, a sociedade nada podia empreender que fosse sério; mas enganaram-se; a Petalógica tinha sempre dois semblantes; um jovial, para as práticas íntimas e familiares; outro sisudo, para os casos que demandassem gravidade.”⁷⁴⁰ – podemos destacar a organização de subscrição para dar “liberdade a duas criancinhas”, que aparentemente eram cativas.

A Sociedade – Petalógica – acaba de praticar um ato de beneficência e humanidade dando liberdade a duas criancinhas por meio de uma subscrição promovida entre os seus membros presentes na sala de sessões, na noite do 27 do corrente. A vista deste fato já se pode aventurar que a mentira é muitas vezes uma virtude.⁷⁴¹

O que nos mostra que além da escravidão ilegal, havia a escravidão que estava dentro dos limites do que foi considerado juridicamente legal. Como vimos com Justiniano José da Rocha, com relação à concessão dos serviços de africanos e africanas livres, o mesmo aconteceu

⁷³⁸ CHALHOUB, 2012.

⁷³⁹ MAMIGONIAN, 2017. pp. 71-76.

⁷⁴⁰ AO ACASO. *Diário do Rio de Janeiro*. 11 set. 1864. p.1.

⁷⁴¹ *Correio Mercantil*. n. 117. 29 abr. 1855. p. 1.

com outros membros da Sociedade Petalógica que também se beneficiaram do trabalho dos africanos livres. E como se dava esse trabalho?

Trabalhariam em troca de alojamento, alimentação, vestuário e cuidados de saúde, além do pagamento de um “aluguel anual” que nunca foi revertido para eles. A Casa de Correção, instituição prisional moderna baseada no princípio de reabilitação por trabalho, centralizaria, a partir de então, o recebimento dos africanos novos e sua distribuição.⁷⁴²

Os africanos e africanas livres trabalharam em arranjos que eram muito parecidos com aqueles das pessoas escravizadas. Quando trabalhando para particulares, “dedicavam-se ao serviço doméstico sem receber remuneração alguma.” A partir de 1850 não houve mais distribuição dos seus serviços a particulares. E foi no ano de 1853 que um decreto estabeleceu os procedimentos para que os africanos e africanas livres pudessem solicitar a emancipação. Mas, de fato, o governo imperial só veio a emancipá-los, dez anos depois, em 1863.⁷⁴³

Existem registros de que Paula Brito possuiu escravizados. O primeiro deles indica que o editor alugou o escravo Francisco para trabalhar como batedor em sua oficina. Era comum que o trabalho de escravizados fosse empregado nas tipografias da Corte. Outros registros, que Rodrigo de Godoi encontrou durante sua pesquisa de doutorado, estão relacionados, segundo “dedução [...] mais plausível”, a escravidão doméstica. O tipógrafo teria sido, em meados de 1830, o senhor da mulher escravizada de nome Maria, da nação Congo – “a pobreza em que viveu Paula Brito era notória entre os que o conheceram [...] o fato de Paula Brito ter sido senhor de apenas uma escrava não desmente tais concepções”.⁷⁴⁴ Em 1837, Paula Brito também se valeu do arranjo de alugar os serviços de uma “rapariga séria e habilidosa” (muito possivelmente Maria) para terceiros. Nesse mesmo ano, em fins de agosto, Maria Conga fugiu de sua casa. Mas, pouco tempo depois, entre os anos de 1838 e 1861, o tipógrafo e editor recebeu a concessão dos serviços de sete africanos e africanas livres que trabalharam tanto em sua casa, quanto no seu estabelecimento. Ainda segundo Godoi, isso...

Coloca Paula Brito numa posição respeitável no *ranking* dos arrematantes privados no Rio de Janeiro [...] Receber tais concessões reflete antes de tudo o prestígio social desses homens e mulheres supostamente escolhidos em virtude de sua “reconhecida probidade e inteireza”, conforme os definiam um Aviso da Secretaria de Justiça ao Juiz de Órfãos redigidos em dezembro de 1834. Porém, a seleção daqueles que recebiam os serviços dos africanos livres obedecia ao arbítrio de burocratas e membros do governo imperial, tornando-se sinônimo de favor político, moeda de troca por apoio político.⁷⁴⁵

⁷⁴² MAMIGONIAN, 2018. p. 73.

⁷⁴³ MAMIGONIAN, 2018. p. 73.

⁷⁴⁴ GODOI, Op. Cit., p. 150.

⁷⁴⁵ GODOI, Op. Cit., p. 150.

Rodrigo de Godoi argumentou que os conservadores entenderam o poder de eleitores que tinham os “cidadãos ativos” como Paula Brito. Mas, como indicam as Atas da Petalógica, a presença maciça de homens políticos (que necessitavam de votos), homens de letras, jornalistas, médicos, ministros, professores entre tantos outros homens que frequentavam a Tipografia Dois de Dezembro, esse espaço parecia suficientemente influente para os negócios políticos. Além disso, tendo em vista o projeto saquarema com relação a instrução pública, o consumo de impressos, bem como a instrução possível a partir dessas folhas consistia em prósperas possibilidades que o editor oferecia aos membros do Partido Conservador.

Contudo, o preconceito de cor fez parte da experiência cotidiana desses homens, mesmo ocupando espaços sociais como o ocupado por Paula Brito. A cor foi sempre lembrada por seus adversários políticos, mas também por seus conhecidos, funcionando como uma barreira, como quando Paula Brito não foi aceito como sócio do Clube Fluminense, de propriedade de Augusto Carlos Gonçalves e Sousa, ainda no ano de 1853. Augusto Sousa criou o clube com o objetivo de “proporcionar às pessoas educadas e polidas da sociedade dessa Corte um ponto de reunião.”⁷⁴⁶ Aos olhos do proprietário do Club Fluminense, o editor e também empresário tipográfico não fazia parte dessa “sociedade.” Mesmo que Paula Brito tivesse contato com a família imperial, tendo o imperador, por vezes, o ajudado financeiramente ser um dos acionistas da Empresa Dois de Dezembro.⁷⁴⁷ Também sendo ele naquele momento o dono do maior empreendimento gráfico do Império e uma pessoa “reconhecida dos meios político e literário da Corte, vez por outra homens como o senhor Augusto Carlos lembravam a Paula Brito, Rufina e suas filhas, já moças de 18 e 15 anos, o peso da ascendência escrava da família.”⁷⁴⁸ Essa era uma condição que provavelmente apenas outros homens de cor letrados, seus amigos e protegidos, membros da Petalógica, poderiam entender. Vejamos, portanto, como o jovem Joaquim Maria Machado de Assis que passava a frequentar as reuniões da Sociedade Petalógica do Rocio Grande entre o fim de 1854 e início de 1855, viveu essa experiência ao lado do presidente e idealizador da agremiação. E vejamos também os modos de mentir possíveis de encontrar nesse período.

⁷⁴⁶ *Correio Mercantil*, n. 287. 14 out. 1853.p. 2.

⁷⁴⁷ “após a Maioridade, além dos políticos conservadores, Paula Brito estreitou laços com o próprio monarca e sua consorte. Ver em: GODOI, Rodrigo Camargo de. Op. Cit., p.192.

⁷⁴⁸ Sobre as polêmicas a redor da negativa de Augusto Carlos Gonçalves e Sousa à admissão de Paula Brito entre os sócios do Clube Fluminense, ver em: *Ibid.* pp. 181- 203.

PARTE IV - A Petalógica de Machado de Assis

O Café Procópio no Rio de Janeiro

Quando no primeiro mês do ano de 1865, os dias novos nasciam no coração do Rio de Janeiro, Machado de Assis escrevia sobre a saudade que sentia da “Petalógica dos primeiros tempos, a Petalógica de Paula Brito – o café Procópio de certa época”.⁷⁴⁹ Paula Brito havia morrido quando findava o ano de 1861, e em 1865 Machado de Assis completaria 25 anos de idade, não era mais o jovem que, dez anos antes, conhecia “o mundo das letras” a partir de um grupo que o acolheu durante a sua juventude. Escrevendo para um dos maiores jornais que circulavam na Corte, neste período Machado de Assis já colhia os bons frutos que a sociabilidade em torno do Paula Brito e da Petalógica havia proporcionado anos atrás. Aos 24 anos, o cronista do *Diário do Rio de Janeiro*, ocupando o lugar de honra do jornal, escrevia sobre o tempo em que era *Um Nome*⁷⁵⁰ ainda desconhecido, o tempo em que era um dos membros mais novos do Grupo da *Marmota* e da Petalógica.

Portanto, compreender como se deu a juventude de Machado de Assis e o início de sua carreira jornalística e literária, é também compreender um pouco mais sobre a Petalógica a partir da experiência do “jovem petalógico”, como o designou Lúcia Miguel Pereira.⁷⁵¹ Mas não somente dele, também de outros garotos que eram acolhidos na tipografia de Francisco de Paula Brito, aquele que foi considerado “o primeiro editor digno desse nome que houve entre nós,”⁷⁵² como José Antônio Frederico da Silva, autor de *Lembranças de José Antônio*, um dos livros que Machado de Assis levou para a crônica de 1865: “não acrescentarei nada ao maior louvor que a obra obteve e vai obter ainda: a aceitação geral, não como uma obra de certas proporções literárias, mas como uma coleção de páginas amenas; chistosas, epigramáticas, cuja

⁷⁴⁹ ASSIS, Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 2. 03 de jan. 1865. p. 1.

⁷⁵⁰ Título da poesia de autoria machadiana, publicada em novembro de 1859 na revista *O Espelho*, que pertenceu a Eleutério de Sousa do grupo da *Marmota* e, possivelmente, da Sociedade Petalógica. Na poesia, Machado de Assis, aos 20 anos, descrevia as angustias de um jovem escritor que “bem moço” tinha um sonho de ter o nome reconhecido: “E esse nome, esse nome que eu quisera/Erguer como um troféu, tornou-se em cruz;/ Não cabe aqui, senhora, em vosso livro,/Pobre como é de glória e de luz.” ASSIS, Machado de. *Um Nome*. *O Espelho*, n.13. 27 de nov. 1859.

⁷⁵¹ Como o descreveu Lucia Miguel Pereira. PEREIRA, Lucia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 62.

⁷⁵² ASSIS, Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 2. 03 de jan. 1865. p. 1.

leitura faz rir sem esforço.”⁷⁵³ Escrever sobre o livro de José Antônio era, para Machado de Assis, mais do que uma crítica, era recordar.

Este livro é uma recordação [...] da Petalógica dos primeiros tempos, a Petalógica de Paula Brito — o café Procópio de certa época, — onde ia toda a gente, os políticos, os poetas, os dramaturgos, os artistas, os viajantes, os simples amadores, amigos e curiosos, — onde se conversava de tudo — desde a retirada de um ministro até a pirueta da dançarina da moda; onde se discutia tudo, desde o dó de peito do Tamberlick até os discursos do marquês de Paraná, verdadeiro campo neutro onde o estreante das letras se encontrava com o conselheiro, onde o cantor italiano dialogava com o ex-ministro. Dão-me saudades da Petalógica lendo o livro de José Antônio, — não porque esse livro reúna todos os caracteres daquela sociedade; dão-me saudades porque foi no tempo do esplendor da Petalógica primitiva que os versos de José Antônio foram compostos e em que saiu à luz a primeira edição das Lembranças. Cada qual tinha a sua família em casa; aquela era a família da rua — *le ménage en ville*; — entrar ali era tomar parte na mesma ceia (a ceia vem aqui por metáfora) porque o Licurgo daquela república assim o entendia, e assim o entendiam todos quantos transpunham aqueles umbrais. Quereis saber do último acontecimento parlamentar? Era ir à Petalógica. Da nova ópera italiana? Do novo livro publicado? Do último baile de E***? Da última peça de Macedo ou Alencar? Do estado da praça? Dos boatos de qualquer espécie? Não se precisava ir mais longe, era ir à Petalógica. Os petalógicos, espalhados por toda a superfície da cidade, lá iam, de lá saíam, apenas de passagem, colhendo e levando notícias, examinando boatos, farejando acontecimentos, tudo isso sem desfalcar os próprios negócios de um minuto sequer. Assim como tinham entrada os conservadores e os liberais, tinham igualmente entrada os *lagruístas* e os *chartonistas*; no mesmo banco, às vezes, se discutia a superioridade das divas do tempo e as vantagens do ato adicional; os sorvetes do José Tomás e as moções de confiança aqueciam igualmente os espíritos; era um verdadeiro *pêle-mêle* de todas as coisas e de todos os homens. De tudo isso e de muitas coisas mais me lembro eu agora, a propósito do volume de *Lembranças*, que não posso deixar de recomendar aos leitores para as horas de tédio ou de cansaço.⁷⁵⁴

Machado de Assis se referia ao período transcorrido entre os anos de 1855 e 1860, sendo 1857 o ano da primeira edição do livro de José Antônio. A Petalógica não era nova, já havia anos que existia, mesmo que o título da agremiação não fosse o mesmo das décadas anteriores, muitos dos membros mais velhos eram. Os últimos anos de 1850 demarcaram o período de esplendor dessa nova mocidade que, desde aproximadamente 1855, passou a frequentar as reuniões da agremiação. Em 1865, o cronista do *Diário* escrevia sobre a segunda edição do livro, lançada em 1864. Ao ler os “versos laudatórios, amorosos, satíricos e algumas historietas em prosa para fazer rir”,⁷⁵⁵ escritos por José Antônio, mesmo que não “reúna todos os caracteres daquela sociedade”⁷⁵⁶ podemos encontrar pistas de como era a “Petalógica de certa

⁷⁵³ ASSIS. Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 2. 03 de jan. 1865. p. 1.

⁷⁵⁴ ASSIS. Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 2. 03 de jan. 1865. p. 1.

⁷⁵⁵ SILVA, José A. F. *Lembranças de José Antônio*. São Paulo: Edição Giordano, 1991. p. 5-6.

⁷⁵⁶ ASSIS. Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 2. 03 de jan. 1865. p. 1.

época”: usava do humor para fazer a crítica; da irreverência, jocosidade e do deboche; denunciava algumas injustiças sociais; andava sempre envolta aos aniversários da independência do Brasil e aos festejos do carnaval; tinham os membros, na agremiação, uma rede de laços costurados em torno de possibilidades profissionais e políticas, uma rede de apoio e muita literatura nacional, usavam de dedicatórias e epígrafes para fazer homenagens a outros membros da agremiação, principalmente os mais novos dedicavam poesias aos mais experientes do grupo.

A mais tradicional biógrafa de Machado de Assis, Lúcia Miguel Pereira, escreveu que foi aos “14 ou 15 anos” que o “moço” Machadinho passou a frequentar a Tipografia de Paula Brito e, desse modo, as reuniões da Petalógica.

o moço corria para o Largo do Rossio [...]. Lá, no número 64 da Praça da Constituição, como se chamou por algum tempo o Largo, havia a Livraria Paula Brito, cujos mostruários o atraíam. Paula Brito, também mulato e pobre, começara a vida como tipógrafo na Tipografia Plancher, e, em 1831, estabelecera-se com oficina própria. Dentro em breve, tornava-se a sua casa o centro da vida literária. Tão bom homem quanto mau poeta, generoso, serviçal, sempre pronto a auxiliar os escritores com a sua bolsa e com grandiloquentes elogios na *Marmota*, por ele dirigida e editada, Francisco de Paula Brito foi realmente um grande animador. Nos balcões de sua loja debruçavam-se para conversar todos os intelectuais do momento. E o futuro Machado de Assis, adolescente feio e tímido, rondava-lhe a porta, faminto de alimento para o espírito, levado pela irresistível vocação literária. Ali ficava a admirar a gente que entrava, gente feliz que podia comprar e escrever livros. [...] O mocinho ia andando, obscuro, desconhecido, perdido no meio do povo; ia andando, e pensando. Pensando num jeito de entrar na livraria, de ver de perto aquela gente ilustre de ouvi-la conversar. [...] e ei-lo de novo, obstinado e irresoluto, a passar pela porta do Paula Brito, sem coragem de entrar. Como se terá decidido a dar esse passo ousado? Não o sabemos, mas deve ter sido, logo de saída, bem acolhido pela bondade ativa do editor. E começou a frequentar-lhe assiduamente a livraria, onde encontrou o ponto de apoio para o início da sua carreira literária. O conhecimento deve datar de princípio de 1855. Começou então a atividade intelectual de Machado de Assis, atividade que se manteve ininterrupta durante 53 anos, até 1908, até a sua morte.⁷⁵⁷

Embora a obra de Lúcia Miguel Pereira seja uma das mais importantes biografias sobre Machado de Assis, a literata não utilizou documentos para atestar alguns dos exercícios imaginativos que fez, como esse de que o adolescente Machado de Assis rondava as portas do estabelecimento de Paula Brito. Contudo, foi nessa época, 1855, que textos de Machado de Assis passaram a ser publicados na *Marmota Fluminense*. Miguel Pereira descreveu também um perfil para Paula Brito: começou a vida como tipógrafo, mesmo que “mulato e pobre”,

⁷⁵⁷ PEREIRA, Lucia Miguel. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 49-51.

auxiliava os escritores ou com sua bolsa ou com elogios na *Marmota*. Foi um homem generoso e serviçal, grande animador, mas mau poeta. Sobre seu estabelecimento, Pereira escreveu: sua casa era o centro da vida literária, nos balcões de sua loja debruçavam-se para conversar todos os intelectuais do momento. Nele entravam pessoas que podiam escrever e comprar livros, pessoas ilustres, segundo Lúcia Pereira, aos olhos do jovem Machado de Assis. Deste último, a partir do que escreveu a autora, encontramos um adolescente, “mulato e pobre”, faminto de alimento para o espírito, que agia animado por uma incrível vocação literária e que ao entrar na loja do Paula Brito, deu um passo importante para sua carreira. Ao entrar no estabelecimento, passou a frequentá-lo assiduamente, ali encontrou apoio para o início de sua atividade intelectual.

O pesquisador francês, Jean Michel Massa também escreveu sobre o encontro de Paula Brito e Machado de Assis ao falar sobre a Petalógica e o editor:

Ignora-se como Machado de Assis conheceu Paula Brito. Eram poucas as pessoas que compunham o mundo intelectual do Rio de Janeiro. Paula Brito acolhia espontaneamente os jovens e lhes abria as colunas de sua *Marmota Fluminense*. [...] A partir de 1840 e até sua morte o papel desse escritor foi decisivo para a cultura brasileira. [...] Francisco de Paula Brito, mulato saído de um meio bastante humilde de artesãos, era homem que se fizera por si mesmo. [...] não se poupava esforços de toda sorte e participava diretamente na impressão das obras compostas na tipografia que era proprietário. [...] animador devotado à causa da cultura brasileira [...] Paula Brito era um idealista e foi um benefício para a literatura brasileira o fato de que a ele tenha faltado realismo; sem um grão de fantasia ele jamais teria a audácia de acolher e lançar tantos poetas e escritores. [...] sempre alerta reunia os homens de boa vontade. Nos fundos da sua loja reunia os jovens escritores de quem publicava os primeiros ensaios.⁷⁵⁸

Michel Massa constrói um perfil que se assemelha, embora mais generoso, ao descrito por Lúcia Pereira. Na perspectiva professor de literatura francês, Paula Brito foi um homem negro, de origem humilde, animador da cultura brasileira, idealista que beneficiou a literatura nacional, audacioso ao acolher e publicar tantos poetas e escritores, muitos deles desconhecidos como o próprio Machado de Assis, de quem também publicou os primeiros ensaios. Jean-Michel Massa também descreveu a Petalógica: possivelmente única no gênero,⁷⁵⁹ onde os membros se encontravam aos sábados à tarde e conversavam sobre literatura, liam versos,

⁷⁵⁸ MASSA, Op. Cit., pp. 83-85.

⁷⁵⁹ É possível que a Petalógica não tenha sido a única no gênero. Na imprensa foram mencionadas outras agremiações que tinham esse mesmo título, como a “Petalógica Setembrista Liberal, instalada em setembro de 1860, na rua de São Leopoldo, n. 1 B.” Ver em: *Diário do Rio de Janeiro*, n. 170. 13 set. 1860. p. 1. A *Petalógica Sant’Annense*”, presidida pelo Sr. Lopes Bastos. Ver em: *Diário do Rio de Janeiro*, n. 248. 10 set. 1862. P. 1. Também foi citada a Petalógica de Niterói. Ver em: *Correio Mercantil*, n. 289. 14 out. 1864. P. 2. E a Petalógica francesa, mencionada na *Marmota Fluminense*, n. 406. 4 out. 1853.

analisavam os espetáculos oferecidos nos teatros em funcionamento no Rio. Para Massa, quando o “pricipiante Machado de Assis” passou a frequentar as reuniões da agremiação encontrou...

um grupo já constituído, com hábitos, usos, e também com os seus cacoetes. Esta associação tinha os seus príncipes, o seu papa, em resumo, apresentava uma tradição. Pelos seus contatos diários com os jovens ou com pessoas mais idosas ou mais avançadas do que ele na carreira de letras, Machado de Assis progrediu muito rapidamente. Conheceu um meio bem diferente do que havia até então conhecido.⁷⁶⁰

Podemos considerar o encontro com Paula Brito e a Petalógica um momento importante para o começo da atividade intelectual de Machado de Assis. Caso tenhamos como parâmetro o início das publicações de Machado no jornal de variedades *A Marmota* – mas também a crônica de 1865, escrita pelo literato para o *Diário do Rio de Janeiro* e que abre esse capítulo, bem como os estudos dos biógrafos e biógrafas de Machado de Assis, anteriormente citados – foi ou nos últimos meses do ano de 1854 ou no início do ano seguinte que Machado de Assis passou a frequentar a “casa do Paula Brito”. Assim o foi também para Gondin da Fonseca:

Em 1854, o nosso Joaquim Maria, nascido no Riozinho de Janeirinho da Regência e dos primeiros anos da Maioridade, conhecia de vista ou de cumprimento as pessoas ilustres e semi-ilustres que se agrupavam nas igrejas, em dias de festa, ou nas boticas e livrarias, em dias comuns. Absurdo imaginar o contrário. Foi então que se aproximou de Francisco de Paula Brito, redator e proprietário da “Marmota Fluminense”. Nem teve necessidade de que alguém lhe apresentasse. O jornalista era muito católico, não perdia missa cantada, nem sermão, dava-se com toda a gente. Certos escritores, biografando Machado de Assis, ficam a parafusar como diabo é que ele conseguiu amizades com este ou aquele. Mas consegui-as sem querer, - velinhos! – sem saber, por mero acaso... Não caiu da Lua na cidade do Rio de Janeiro. Nasceu aqui, brincou aqui, estudou aqui. Tudo tão simples! Inconscientemente, vosmecês julgam Machado tão sem importância, como pessoa, que se espantam de alguém o acolher e lhe dedicar amizade.⁷⁶¹

É difícil atribuir ao mero acaso o encontro entre Paula Brito e Machado de Assis. O jornalista e historiador Gondin da Fonseca fez uma cuidadosa pesquisa documental. Todavia fez uso de exercícios imaginativo que precisam passar por um crivo. Talvez a ideia de que Machado de Assis não tenha precisado de ninguém para apresentá-lo ao editor não seja tão descabida, mas ainda assim não é a mais plausível e não há documentação que possa sustentar tal conjectura. Em 1854, Machado de Assis era ainda um menino desconhecido. Sobre sua religiosidade, sabemos que já em sua juventude, Machado de Assis fazia críticas acirradas à igreja católica. A relação do literato com a religião foi bastante complexa. Mesmo sendo

⁷⁶⁰ MASSA, Op. Cit., pp. 83-85.

⁷⁶¹ FONSECA, Op. Cit.,

educado na fé católica e fazer muitas menções à igreja em suas obras, não concordava com a postura de muitos padres, frades e inclusive do papa. “Acreditaria, talvez, em Deus. Não acreditaria, porém, em seus intermediários.”⁷⁶² Mesmo que Gondin da Fonseca atribuísse a casualidade ao encontro entre escritor e editor, o mesmo escreveu que “um dos grandes traços de união entre Joaquim Maria e Paula Brito deveria ser o padre-mestre Antônio José da Silveira Sarmiento, professor competente e bem conhecido no Rio de Janeiro de então.” Paula Brito seria, nas palavras de Gondin, “uma espécie de filho adotivo” de Joaquim Rosa de Vasconcelos e Silva, mãe das diretoras da escola Amor às Letras, que funcionava na Rua dos Ciganos e o padre Sarmiento lecionava nessa escola. No entanto, não deu mais pistas de como Machado de Assis poderia ter chegado até o padre.⁷⁶³ Gondin também descreveu a Sociedade Petalógica.

Nos fundos da casa do Paula Brito nascera uma tarde a Petalógica, sociedade sem estatutos onde toda a fantasia era permitida. A palavra “petalógica” vinha de peta, mentira, - mas naqueles dias românticos supunham-na derivada de “pétala” os não iniciados que dela ouviam falar. João Caetano ria! As pétalas da Petalógica! Machado ria. [...] [A Sociedade Petalógica] Sobreviveu a Paula Brito, expandiu-se, arranhou sede própria.⁷⁶⁴

Embora seja esse um diálogo possível, “As pétalas da Petalógica!”, infelizmente Gondin da Fonseca não demonstrou a documentação usada para sustentar essa afirmação. Até a morte de Paula Brito a sede da agremiação foi o seu estabelecimento, não há informações sobre a mudança depois, em 1862. Mas é fato que as reuniões continuaram. Nesse mesmo ano, por exemplo, foi inaugurado um retrato de Paula Brito e pendurado nas paredes de uma das salas de reuniões da Petalógica.⁷⁶⁵ Foi também Gondin da Fonseca quem argumentou que Machado de Assis teria trabalhado como revisor da *Marmota*, iniciando essa atividade em 1854. “Isto é fácil de deduzir, porque em janeiro do ano seguinte já colaborava e mantinha relações de camaradagem ou mesmo de amizade com diversos frequentadores da casa.”⁷⁶⁶ Em janeiro de 1855, os versos de Joaquim Maria Machado, então com quinze anos de idade, começaram a aparecer no jornal de variedades *A Marmota Fluminense*. Depois do soneto, publicado em outubro de 1854 no *Periódico dos Pobres*,⁷⁶⁷ em 1855 sua estreia acontecia no jornal de variedades de Paula Brito com as poesias *A Palmeira*, escrita em 6 de janeiro e publicada na edição 540, de 16 do mesmo mês. E *Ella*, em 12 de janeiro, na edição n. 539. Essas três

⁷⁶² MAGALHÃES JÚNIOR. *Machado de Assis*. Op. Cit., p. 338.

⁷⁶³ FONSECA, Op. Cit.,

⁷⁶⁴ Ibid. p. 103.

⁷⁶⁵ “tudo indica que o retrato de Francisco de Paula Brito [...] foi litografado a partir de um quadro inaugurado na sede da Sociedade Petalógica na noite de 15 de dezembro de 1862”. GODOI, Op. Cit., p. 21.

⁷⁶⁶ FONSECA, Op. Cit.,

⁷⁶⁷ SONETO. *Periódico dos Pobres*: Folha recreativa e noticiosa, n.103. 3 de out. 1854. p. 4.

primeiras aparições de Machado de Assis na imprensa têm um nome em comum: o português Francisco Gonçalves Braga, que em 1855 completaria 19 anos de idade e um ano⁷⁶⁸ vivendo no Rio de Janeiro.⁷⁶⁹ É muito possível que tenha sido através dele que o jovem Machadinho conheceu e entrou, pela primeira vez, na loja de Francisco de Paula Brito.

As dedicatórias, menções, citações, críticas literárias, homenagens, prefácios servem como uma espécie de mapa que auxiliam no entendimento de como algumas redes literárias funcionavam. São espécies de fios e rastros que nos orientam,⁷⁷⁰ historiadores e historiadoras, ou sinais e indícios⁷⁷¹ que, como método interpretativo, torna possível, dentro desse recorte, um melhor entendimento de possibilidades acerca de como estavam ligados e se relacionavam esses homens da Sociedade Petalógica. Por exemplo, em 1855 Machado de Assis escreveu e publicou na *Marmota Fluminense* o poema *O gênio adormecido* em homenagem a Teixeira e Sousa. Cristiane Rodrigues levantou a possibilidade de esse poema ter funcionado como uma espécie de publicidade para a consagração de Teixeira e Sousa como poeta épico. Segundo a literata, é possível que Paula Brito tivesse recomendado, “nas reuniões da Petalógica, por exemplo”, esse poema com fins de construir determinada imagem do *gênio adormecido*, depois de sua obra *A Independência do Brasil* não ter feito muito sucesso.⁷⁷² Como já demonstrado, Machado de Assis, assim como outros membros da Petalógica, de fato costumavam escrever uns sobre os outros.

O autor de *Machado de Assis e o Hipopótamo*, baseando-se no fato de Machado “citar uns versos de Augusto Emílio Zaluar” em uma poesia, de 1855, em homenagem à sua irmã, acreditou ter sido Zaluar, também iniciado na agremiação, “um dos primeiros camaradas” por quem criou amizade.⁷⁷³ Pensemos em outro exemplo, no *Periódico dos Pobres*, na mesma edição 103, de outubro de 1854, o português *F. G. Braga* assinava a poesia *O mendigo*,

⁷⁶⁸ Aos onze anos de idade, Francisco Gonçalves Braga chega a Pernambuco. Sete anos depois, em 1854, muda-se para o Rio de Janeiro. MOVIMENTO DO PORTO. *O Liberal Pernambucano*, n. 464. 28 de abr. de 1854. p.4.

⁷⁶⁹ Embora Jean-Michel Massa dê a Gonçalves Braga 18 anos completos em 1855, em um soneto *O Meu Retrato*, escrita em julho de 1855, Braga informa: “Eis todo meu retrato fielmente/Tendo eu – dezenove – anos de idade. Em 25 de Julho de 1855”. Gonçalves Braga nasceu em 1836 e faleceu em 1860. BRAGA, Francisco Gonçalves. *Tentativas Poéticas*. Tipografia de Nicolau Lobo Viana e Filhos, 1856. p. 89-90. MASSA, Op. Cit.,

⁷⁷⁰ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 8.

⁷⁷¹ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

⁷⁷² RODRIGUES, Cristiane Nascimento. UM CASO DE LEGITIMAÇÃO: Teixeira e Sousa por Machado de Assis (e Paula Brito). *Machado de Assis em Linha*, [S.L.], v. 13, n. 30, p. 40-56, ago. 2020. UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1983-6821202013304>.

⁷⁷³ FONSECA, Op. Cit. 102.

publicada na mesma página logo após findo o *Soneto*, de Machado de Assis.⁷⁷⁴ Por sua vez, alguns poemas de sua autoria, publicados em 1855, têm em Gonçalves Braga um homenageado, seja lhe oferecendo as poesias *A palmeira*⁷⁷⁵; *Saudades*⁷⁷⁶ e *No álbum do Sr. F. Braga*⁷⁷⁷, ou usando quatro versos seus como epígrafe de *Ella* e de *A Saudade*⁷⁷⁸, epígrafe esta, inclusive, que foi retirada da poesia *Saudades de Pernambuco*, publicada na *Marmota Fluminense* em dezembro de 1854, antes mesmo da primeira colaboração de Machado de Assis para o jornal de Paula Brito. Também Gonçalves Braga, em outubro e novembro de 1855, dedicou as poesias *Ao Senhor J. M. M. D'Assis*⁷⁷⁹ e *A um Jovem Poeta (O Sr. J. M. M. D'Assis)*, como forma de agradecimento pelos versos de Machado de Assis dedicados a ele.

O fato é que Francisco Gonçalves Braga já era um conhecido de Paula Brito e da *Marmota Fluminense*, onde já havia publicado alguns versos.⁷⁸⁰ Mesmo no *Periódico dos Pobres*, F.G. Braga assinava, em setembro de 1854, a poesia *Um adeus*, oferecida “Ao Rei da Cena Brasileira, o Sr. Comendador João Caetano dos Santos”, um frequentador da casa de Paula Brito e veterano membro da Sociedade Petalógica do Rocio Grande, de quem Gonçalves Braga se dizia “amigo e admirador.”⁷⁸¹ O mesmo que, em 1859, na revista *O Espelho*, foi duramente criticado por Machado de Assis por transformar a arte em mercadoria. Período em que o jovem Machado ainda estava ligado ao *Grupo da Marmota*, Paula Brito e a *Sociedade de Petalogia*.⁷⁸²

Além de João Caetano, Gonçalves Braga parecia nutrir amizade, ou mesmo admiração, por outros membros da agremiação que aparecem ora em dedicatórias de suas poesias, ora em epígrafes. Como, por exemplo, Domingos José Gonçalves de Magalhães, a quem, em 1854, chamou de “Gênio igual a Dante”;⁷⁸³ Augusto Emílio Zaluar⁷⁸⁴ e Gonçalves Teixeira e

⁷⁷⁴ Considerada a primeira aparição de Machado de Assis na imprensa. Conferir nota 10.

⁷⁷⁵ *Marmota Fluminense*, n. 540, 16 jan. 1855.p. 3.

⁷⁷⁶ *Marmota Fluminense*, n. 578, 01 mai. 1855.p. 4.

⁷⁷⁷ *Marmota Fluminense*, n. 634, 09 out. de 1855.p. 3-4. (Este poema foi respondido por F. Braga, no mesmo mês, na edição 636, da *Marmota Fluminense*, p.4: *Ao Senhor J.M.M. D'Assis (em resposta)*).

⁷⁷⁸ *Marmota Fluminense*, n. 632, 05 out. 1855.p. 3.

⁷⁷⁹ *Marmota Fluminense*, n. 636, 14 out. 1855. p. 4.

⁷⁸⁰ F. G. Braga já assinava poesias publicadas na *Marmota Fluminense* desde, pelo menos, novembro de 1854. Cf. BRAGA, F. G. *Soneto*. *Marmota Fluminense*, n. 523. 17 de nov. 1854. p. 1.

⁷⁸¹ BRAGA, F.G. *Um adeus*. *Periódico dos Pobres*, n. 94. 16 set. 1854. p.3. Em *Lembranças de José Antônio* também figuram poesias em homenagem ao João Caetano, como *Ao Artista João Caetano dos Santos* e *À Memória do primeiro artista brasileiro João Caetano dos Santos*. SILVA, José Antônio Frederico. *Lembranças de José Antônio*. p. 60 e 61.

⁷⁸² *O Espelho*: revista de literatura, modas, indústria e artes, circulou no Rio de Janeiro entre setembro de 1859 a janeiro de 1860. Machado de Assis, com então 20 anos de idade, foi um dos criadores e colaboradores mais assíduos da revista, um dos redatores chefes.

⁷⁸³ BRAGA, Francisco Gonçalves. *Tentativas Poéticas*. Tipografia de Nicolau Lobo Viana e Filhos, 1856. p.74-75.

⁷⁸⁴ BRAGA, Francisco Gonçalves. *Tentativas Poéticas*. Tipografia de Nicolau Lobo Viana e Filhos, 1856. p.19.

Sousa.⁷⁸⁵ Essas menções, epígrafes e dedicatórias apareceram nas *Tentativas Poéticas*, livro publicado em 1856 e que compilou poemas do escritor, que tinha alguns já antes figurado nas páginas do jornal de variedades de Francisco de Paula Brito.⁷⁸⁶

Ao escrever sobre Gonçalves Braga, Cristiane Rodrigues mencionou sobre sua participação na Sociedade Petalógica: “Por fim, ainda participou da Petalógica, associação literária formada por um grupo de intelectuais que se reunia nos fundos da livraria do editor Paula Brito.”⁷⁸⁷ No entanto, não foi encontrada essa informação para confirmar a participação de Braga como iniciado na agremiação. De todo modo, o próprio biógrafo escreveu que “Eram poucas as pessoas que compunham o mundo intelectual do Rio de Janeiro”, possivelmente todos mantinham algum contato. Mas é difícil precisar a participação de Braga na agremiação, talvez tenha frequentado algumas reuniões, a informalidade da Petalógica pode ter tornado possível essas participações esporádicas.

No caso do jovem Machado de Assis, a sua participação fica evidente nas vezes que evocou a Sociedade de Petalógica na imprensa da época. Como a crônica que abre este capítulo, onde Machado de Assis a descreveu como a Petalógica dos primeiros tempos, era a Petalógica de Paula Brito, “o café Procópio de certa época”. É possível que Machado de Assis estivesse fazendo alusão a um dos mais famosos cafés de Paris do século XVII, de propriedade do siciliano Procópio Couteau, localizado na Rua Fossés Saint- Germain. Este café foi, sem precedentes, um espaço de sociabilidade das letras, escritas e encenadas, que inovou na estrutura de seu estabelecimento. As paredes que dividiam a parte térrea do imóvel foram derrubadas, colocou-se mesas de mármore, cômodas elegantes, lustres de cristal e tapeçaria refinada, vidros e espelhos. “O café tornava-se digno de se constituir em local de encontro de pessoas honestas”.⁷⁸⁸

No entanto, o jovem Machado não foi o primeiro a citar esse exemplo de café/estabelecimento. Já em 1858, o próprio Paula Brito escrevia, em sua *Marmota*, sobre um

⁷⁸⁵ BRAGA, Francisco Gonçalves. *Tentativas Poéticas*. Tipografia de Nicolau Lobo Viana e Filhos, 1856. pp.181, 193-195.

⁷⁸⁶ Como *Saudades de Pernambuco*, na edição da *Marmota*, n. 534 de 26 de dezembro de 1854; *Saudação poética*, edição 578, 01 de maio de 1855; *Ao Senhor J.M.M. D’Assis (em resposta)*, na edição 636, 14 de outubro de 1855; *Vida e Morte*, edição 644, dois de novembro de 1855; *A M. Charton*, n. 762, 22 de janeiro de 1856.

⁷⁸⁷ RODRIGUES, Cristiane Nascimento. *Gonçalves Braga: o jovem mestre português de Machado de Assis*. Machado de Assis em Linha 11 (24). Maio 2018. p. 49.

⁷⁸⁸ LECLANT, J. O café e os cafés em Paris. *Revista de História*, [S. l.], v. 39, n. 79, p. 69-83, 1969. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1969.128816. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128816>. Acesso em: 30 ago. 2022. p.66.

siciliano chamado Procópio⁷⁸⁹ que havia se estabelecido “na rua dos Fossés-Saint-Gérmain, em frente ao edifício – Comedie Française – [...] O – Café Procópio – tornou-se a reunião dos homens de letras, dos artistas, dos cantores dramáticos, dos apreciadores do teatro.”⁷⁹⁰ Segundo o editor, este café se tornou uma espécie de *Academia livre*, onde trocava-se o copo de água pela xícara de *Moka*, onde também se discutia sobre os méritos das novas peças de teatro e os livros que eram publicados, parecia ser um campo democrático, onde “se achavam em presença uns dos outros os amigos e os inimigos dos autores.”⁷⁹¹ O que em muito lembrava o que havia escrito Machado de Assis em 1865, para quem a Petalógica era...

verdadeiro campo neutro onde o estreante das letras se encontrava com o conselheiro, onde o cantor italiano dialogava com o ex-ministro [...] assim como tinham entrada os conservadores e os liberais, tinham igualmente entrada os *lagruístas* e os *charntonistas*; no mesmo banco, às vezes, se discutia a superioridade das divas do tempo e as vantagens do ato adicional.⁷⁹²

No Café Procópio – escrevia Paula Brito como se também escrevesse sobre seu estabelecimento – conversava-se sobre “literatura e filosofia, *como se conversa nos de hoje em política e economia social.*”⁷⁹³ Em uma nota de rodapé, no *Diário do Rio de Janeiro*, foi possível encontrar a seguinte informação: “No café Procópio se reunia outrora em Paris a flor da literatura contemporânea”,⁷⁹⁴ o que aproximava o funcionamento do café francês ao do estabelecimento de Paula Brito. Recordemos como Laurence Hallewell descreveu a loja do editor brasileiro e citou a importância da Petalógica para o mesmo:

Como ponto de encontro literário, todavia, Mongie foi eclipsado pela importância da Sociedade Petalógica, na loja de Francisco de Paula Brito, na praça da Constituição (hoje Praça Tiradentes), n. 64. A Petalógica – o nome, imaginado por Brito, referia-se à rédea solta que seus membros davam a imaginação (uma peta = uma mentira) – reunia todo o movimento romântico de 1840 – 1860: poetas, de Antônio Gonçalves Dias e Laurindo Rabelo; romancistas como o próprio Joaquim Manoel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida ou Teixeira e Sousa; compositores como Francisco Manuel da Silva; artistas como Manuel de Araújo Porto Alegre e atores como João Caetano dos Santos. Ali, compareciam também líderes da sociedade, como Antônio Peregrino Maciel Monteiro, ministros do governo – entre eles José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco e pai do barão) e Eusébio de Queirós (responsável pelo término do tráfico de escravos) – e senadores, como Francisco Otaviano de Almeida Rosa. Havia também jornalistas, como Joaquim de Saldanha Marinho e Firmino Rodrigues da Silva, e um número

⁷⁸⁹ Trata-se de uma tradução do Almanach des Dames et Demoiselles, que circulava nas lojas francesas estabelecidas na corte. P.B. Os Almanachs Francezes. *A Marmota*, n. 921, 29 de jan. 1858. p. 3-4.

⁷⁹⁰ P.B. O CAFÉ. *A Marmota*, n. 924. 9 fev.1858. p.2-3.

⁷⁹¹ P.B. O CAFÉ. *A Marmota*, n. 924. de 9 fev.1858. p.2-3.

⁷⁹² ASSIS. Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 2. 03 jan. 1865. p. 1.

⁷⁹³ P.B. O CAFÉ. *A Marmota*, n. 924. 9 fev.1858. p.2-3.

⁷⁹⁴ Q.C. AS CATATUMBAS DE PARIS. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 294, 24 out. 1871. p. 2.

surpreendentemente alto de médicos: Francisco de Menezes Dias da Cruz, Henrique César Mussio [sic], Rodrigues Martins.⁷⁹⁵

Ou seja, se o estabelecimento de Louis Mongie foi um ponto de encontro de intelectuais – tornando-se um dos primeiros exemplos no Brasil em converter uma livraria em clube literário informal – foi, como ponto de encontro literário, conforme indicou Hallewell, suplantado pela loja de Francisco de Paula Brito, por motivo da existência da Sociedade Petalógica do Rocio Grande. Praticamente todos os escritores e literatos que moravam no Rio de Janeiro, conheciam e se encontravam na livraria de Paula Brito e isso, segundo Hallewell, por motivo da Petalógica. Agremiação esta que tinha no título a representação da “rédea solta que seus membros davam à imaginação”: como já dito, Petalógica vinha de peta, mentira. O que nos levou a outra menção ao Café Procópio, feita no *Correio da Tarde*, na rubrica EXTERIOR que consistiu em uma série de correspondências de Paris, de Ambrósio Taramela ao seu compadre André Chichorro. Em uma delas, Voltaire e o Café Procópio foram citados, como foi por Paula Brito na tradução do *Almanaque*, na *Marmota*, para quem “Voltaire tinha respeito à crítica do – Café Procópio”.⁷⁹⁶ No *Correio da Tarde*, parte da carta dizia:

Sabe muito bem o compadre que dão o cavaquinho os ingleses por tudo quanto são objetos a que se achem ligadas recordações históricas ou o nome de algum grande personagem, seja no ramo que for. A Paris veio agora pela primeira vez um filho d’Albion e pediu que o conduzissem ao *Café Procópio na rua da Antiga Comédia* afim de que lhe mostrassem a mesa de mármore que várias memórias afirmam haver sido quebrada por Piron ao discutir com Voltaire sobre o mérito de uma de suas tragédias, quando nos intervalos ali ia o autor entreter-se alguns momentos com as ilustrações literárias que o frequentavam.

Infelizmente já não existia a tal mesa de mármore, se é que não era isso um grande carapetão, pois com tudo se especula nesta grande capital, onde de mais a mais se faz um gostinho particular em embaçar os ingleses.⁷⁹⁷

Ambrósio continuou a anedota dizendo que o inglês, desapontado, solicitou que o levassem ao *Café da Regência* pois lá o poeta Alfredo de Musset jogava xadrez. Ao chegar ao café pediu que mostrassem o tabuleiro em que este poeta costumava jogar.

Examinou-o com maior curiosidade, quis dar por ele uma boa maquia de libras, e mais desapontado ainda ficou do que no Café Procópio quando viu que lhe recusavam não sei quantos por um só dos trebelhos do tal xadrez. O trebelho era um bispo e foi por isso talvez que julgou o dono do café

⁷⁹⁵ HALLEWELL, Op. Cit., p. 167.

⁷⁹⁶ P.B. O CAFÉ. *A Marmota*, n. 924. 9 fev.1858. p.2-3.

⁷⁹⁷ TARAMELA, Ambrósio. Correspondência familiar e noticiosa do Correio da Tarde. *Correio da Tarde*, n. 164, 20 jul. 1857. p. 1. Ambrósio Taramela é pseudônimo do escritor português José Feliciano de Castilho, que se mudou para o Rio de Janeiro em 1846, permanecendo até sua morte, em 1879. Essa série de cartas, do *Correio da Tarde*, teve início em 1855 e, aparentemente, seguiu até 1861.

ser indecoroso fazê-lo passar pela mesma sorte dos negros da Angola e de Guiné.⁷⁹⁸

Esta anedota de Ambrósio poderia estar muito bem em uma das Atas da Sociedade Petalógica, publicadas no jornal de variedades *A Marmota*, por se tratar de um possível carapetão, ou como chamariam os iniciados, uma possível peta, também pelo uso da mentira e ironia para fazer a crítica. O que nos interessa agora é pensar como as descrições do Café Procópio nos ajudam a entender como era a Petalógica de Paula Brito nos tempos em que Machado de Assis era um membro da agremiação.

Ao café do famoso siciliano iam, a princípio, jogadores de bola, espadachins da vizinhança, transeuntes que percorriam a encruzilhada de Bussy. A partir de abril de 1689, instalou-se na frente do Café de Procópio um novo teatro, a *Comédie Française*: “Fato capital: o Café Procópio tornou-se verdadeiramente o quartel general de todos que mantinham relações com a *comédie*.”⁷⁹⁹ Começaram a frequentar o café “autores, comediantes, novelistas, gente de letras, elegantes senhores ou fiscais atraídos a essas paragens pelos encantos dos comediantes”, mas iam também jovens cavalheiros, “belos e elegantes”, “abades galantes”, “casais discretos”, “sábios e letrados”. Conversava-se! Uma conversa que era obrigatoriamente acompanhada de café ou chá. “O café, mal acabara de nascer, já era um café literário.”⁸⁰⁰ Era também, desde o começo, um café político, onde se discutiam questões, negócios “dos mais graves” do governo, que logo passou a olhar com mais cuidado para o estabelecimento refletindo sobre possibilidades de impedir seu funcionamento. Mas o sucesso foi o bastante para fazer com que outros estabelecimentos, cafês elegantes e dos mais variados, se desenvolvessem ao redor do Café Procópio.⁸⁰¹

Como vimos na crônica machadiana, também conversavam, na Petalógica, sobre as peças teatrais de José de Alencar, Manuel de Macedo... O estabelecimento de Paula Brito, por sua vez, ficava próximo ao Teatro São Pedro de Alcântara, na mesma Praça da Constituição, no Largo do Rocio, que era na época o perímetro urbano e cultural do Rio de Janeiro.⁸⁰² O

⁷⁹⁸ TARAMELA, Ambrósio. Correspondência familiar e noticiosa do Correio da Tarde. *Correio da Tarde*, n. 164, 20 jul. 1857. p. 1.

⁷⁹⁹ LECLANT, J. O café e os cafés em Paris. *Revista de História, [S. l.]*, v. 39, n. 79, p. 69-83, 1969. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1969.128816. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128816>. Acesso em: 30 ago. 2022. p.77.

⁸⁰⁰ LECLANT, J. O café e os cafés em Paris. *Revista de História, [S. l.]*, v. 39, n. 79, p. 69-83, 1969. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1969.128816. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128816>. Acesso em: 30 ago. 2022. p.77.

⁸⁰¹ LECLANT, J. O café e os cafés em Paris. *Revista de História, [S. l.]*, v. 39, n. 79, p. 69-83, 1969. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1969.128816. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128816>. Acesso em: 30 ago. 2022. p.77.

⁸⁰² DUTRA, Robson; ARAGÃO, Vera. O teatro São Pedro de Alcântara, maria baderna e algumas memórias do Rio de Janeiro do século XIX. *Interfaces*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p. 97-115, dez. 011.

Teatro São Pedro de Alcantara foi de propriedade de um iniciado na Petalógica e grande nome do teatro brasileiro oitocentista: João Caetano.⁸⁰³ O Largo do Rocio era conhecido, desde meados de 1830, como uma região valorizada e marcada pela atividade teatral. O Teatro Ginásio Dramático, de propriedade de Joaquim Heleodoro Gomes dos Santos, também estava nas redondezas, especificamente na Rua do Teatro. Foi inaugurado no ano em que Machado passou a frequentar a Casa do Paula Brito – em 1855 – e tinha entre seus simpatizantes muitos membros da Petalógica, como José de Alencar, Quintino Bocaiuva, entre outros. O que os ligava, com relação à preferência por esse espaço, era a maneira como esses membros concebiam o teatro, que se aproximava mais do realismo francês e era um contraponto ao romantismo do Teatro de João Caetano. Machado de Assis, ainda jovem, também apoiava a renovação ligada ao Ginásio Dramático. Estava entre seus simpatizantes que tinham, no Ginásio, um espaço cujas peças encenadas possuíam enredos verossímeis, que acompanhavam e copiavam o povo nacional, para que fizesse sentido à “plateia” o que era problematizado pelo “talento” e, desse modo, a arte não seria só entretenimento, mas também funcionaria como instrução e missão social.⁸⁰⁴ Já era possível perceber o embate entre realistas e românticos.

As Tolas Presumidas, membras da Sociedade Petalógica

Talvez o jovem Machadinho tenha lido ou compartilhado do riso, quando nos encontros na Casa do Paula Brito se falou sobre as “Tolas Presumidas”, uma peça de teatro cujo texto foi publicado na *Marmota Fluminense* entre 17 de agosto e 25 de setembro de 1855 e que era uma “imitação das – Preciosas – de Molière”. Foi anunciada em alguns jornais coetâneos – *Jornal do Comércio*, *O Correio da Tarde* e *Correio Mercantil* – com o aviso entre parênteses de que se tratava de uma “(farsa)”. O que se referia a um gênero teatral, geralmente curto e com poucas personagens, com o enredo extraído do cotidiano e que tinha por objetivo revelar críticas cômicas e satíricas. Também por meio da ironia, provocava o riso e a reflexão. Os autores desse gênero não costumavam explorar a ilusão cênica, davam ênfase à indumentária dos atores e faziam uso de uma linguagem peculiar. As farsas do dramaturgo português Gil Vicente, por exemplo, tratavam de usos, costumes e vícios da sociedade portuguesa e, mais tarde, foi

⁸⁰³ DIAS, José. *Teatros do Rio: do século XVIII ao século XX*. Rio de Janeiro: FUNARTE. 2012. pp. 79-80.

⁸⁰⁴ Sobre o teatro em Machado de Assis ver em: FARIA, João Roberto. *Machado de Assis. O Espelho*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

possível encontrar ressonância da farsa vicentina nas comédias de Molière, que foi a inspiração para as *Tolas Presumidas*. Sobre esse gênero, Diva Cleide Calles escreveu:

No tom crítico das farsas, depreende-se a ação reformista de um dramaturgo que realiza uma obra de alto sentido moral e moralizante, e que tampouco preserva a sociedade de sua época. São denunciadas as paixões da natureza humana e qualquer comportamento inadequado e ilusório, como: ganância, apego a valores materiais, aparência social, corrupção, hipocrisia e falsidade do indivíduo e das instituições (Igreja, família, casamento, etc.). Moralizador e didático, o teatro vicentino tem a finalidade precípua do entretenimento, mormente dos membros da corte, cujas falsidades, malícias e fraquezas que o dramaturgo tão bem conhecia, encarregado que estava de organizar os festejos palacianos. Todavia, o alvo não é exclusivamente o de atender às exigências lúdicas de um auditório acostumado a deleitar os olhos. De tal forma usa a habilidade e sutileza no emprego de alegorias, símbolos e outros truques ou disfarces – além do próprio riso – que parece ter conseguido atingir a consciência do homem, sem camuflar sua autonomia ideológica, sem sujeitar-se às coerções do poder.⁸⁰⁵

Tendo isso em mente, passemos para a análise d’*As Tolas Presumidas*. O autor é o mesmo do *A B C do Amor*, cuja peça foi encenada na lua, quando um dos candidatos a membro da Petalógica por lá esteve, como já vimos nessa história. Não foi possível ainda construir possibilidades sobre a autoria. De todo modo, o que pode levantar algumas suspeitas, talvez de autoria, mas mais de uma possível “homenagem”, é que duas personagens do texto da peça tinham como nomes *Carvalho* e *Guimarães* e entre os membros da Petalógica, estavam João Ribeiro de *Carvalho*, também negociante e Joaquim Saldanha Marinho de Guimarães.⁸⁰⁶ Mas nada contundente sobre isso pode ser levantado no momento.

A peça tem início com os dois moços Carvalho e Guimarães, negociantes bem estabelecidos que acordavam com Cosme a mão de sua filha Maria e sobrinha Francisca. No entanto, as moças não estavam muito abertas a essa proposta, como demonstraram as personagens Maria: “Ora, muito teria que ver umas moças como nós, casadas com uns lorpas daqueles”⁸⁰⁷, e Francisca: “E demais, nós não somos mercadorias para eles virem ajustar desse modo.”⁸⁰⁸ Já Cosme não concordava com as meninas: “Eu creio que ambas estão doidas! Em suma, tanto você, Sra. Maricota, como a sua prima Chica”, que, inclusive, não gostavam do tratamento do pai e tio: “Meu pai, por quem é, não nos trate aqui por estes nomes tão

⁸⁰⁵ CALLES, Diva Cleide. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM A FARSA DO ESCUDEIRO, DE GIL VICENTE. *Guavira Letras*, Três Lagoas, v. 1, n. 18, p. 484-498, Jan/jun. 2014. Disponível em: <http://www.amorengotas.com.br/seer/index.php/guavira/article/view/84>. Acesso em: 13 set. 2023.

⁸⁰⁶ Na peça original, de Molière, os nomes dados aos personagens correspondentes eram: La Grange e Du Croisy. Esse último tinha o mesmo nome de um ator da trupe de Molière: Philibert Gassot, dit Du Croisy. Ver em: <https://www.comedie-francaise.fr/fr/artiste/du-croisy-monsieur#>.

⁸⁰⁷ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 612. 17 de agosto de 1855. p. 2.

⁸⁰⁸ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 612. 17 de agosto de 1855. p. 3.

estrambóticos.”⁸⁰⁹ Além do desgosto pelo tratamento nominal, tinham também aversão ao casamento: “Eu, por mim, meu tio, confesso que tenho a maior repugnância pra o casamento. Só a ideia de a gente se despir no seu quarto à vista de um homem, e dormir com ele embrulhada no mesmo lençol.”⁸¹⁰

Mas o que queriam, então, Francisca e Maria? Fernando, o criado da casa, talvez fosse o único que saberia a resposta:

Minhas amas o que querem é um moço de bom nascimento, literato e romântico como elas; e além disso, que tenha *conquibus*. Ora, sem todas essas qualidades, e outras mais que elas lá o sabem, não venha cá ninguém, que há de sair daqui vendendo azeite, como aconteceu ainda hoje a dois negociantes.⁸¹¹

Essa é uma característica do gênero farsa, o autor dá aos criados um discernimento que nenhuma outra personagem possui, fazendo com que sua função dramática seja, além da comicidade, a representação da consciência social. É Fernando quem compreende a dissimulação, é ele quem ironiza a conduta de suas “amas”. E mesmo sendo o mais esperto e indispensável, é explorado e desprezado. A explicação que Fernando deu sobre o que suas amas almejavam, ficou ainda mais precisa quando – depois de Guimarães e Carvalho – apareceu na casa de Cosme o seu sobrinho Caetano que, além de ser filho de ferreiro – explicava o lúcido Fernando – tinha um nome que não era agradável aos ouvidos das moças, pois não era comum nos romances que as mesmas costumavam ler, sendo, portanto, “*prosaico e cacofônico*”. O que estava de acordo com a fala da personagem Guimarães, que muito bravo com o tratamento que as mulheres lhes deram, vociferou: “Aquelas *tanajuras* todas enfatuadas pela leitura de romances e folhetins”. Depois da fala de Fernando, Caetano, então, se excedeu:

alto lá [...] todo mundo sabe que não sou filho do meu pai; e que até dou bem os ares com o Marquês de Pindóbas, homem de sangue nobre, que foi presidente da província quando meu pai andou fora empregado nas fábricas de fundição.⁸¹²

Depois disso Fernando pareceu ter entendido: “Por aí agora é que vosmecê me prova que é mesmo da raça cá de casa.” Mas alertou a Caetano, “O que é preciso, porém, é arranjar os documentos disso, que as moças não se fiam somente no seu dizer.” Ou seja, era preciso provar com documentos que Caetano era filho de marquês, tinha sangue nobre. De nada adiantou, Caetano continuou com a ideia de casar com uma das primas, mesmo Fernando

⁸⁰⁹ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 612. 17 de agosto de 1855. p. 2-3.

⁸¹⁰ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 613. 19 de agosto de 1855. p. 3.

⁸¹¹ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 613. 19 de agosto de 1855. p. 3.

⁸¹² AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 613. 19 ago. 1855. p. 3.

tentando convencê-lo de que ali o moço não arranjará nada e que apenas *faria bichas*. O fato é que Maria e Francisca trataram tão mal a Caetano, quanto aos moços Carvalho e Guimarães. Cosme não concordava com isso. Conversou com os dois moços negociantes sobre o casamento como se fosse um negócio. Há nas personagens Maria e Francisca uma ambiguidade do *parecer* e *ser*. Ao mesmo tempo que suas personalidades são de mulheres com opiniões firmes, que resistem a perspectiva social da mulher frente ao casamento, pois para elas o casamento não deveria ser arranjado – mas deveria vir de um namoro antes, os amantes teriam de ser bem aceitos por elas, a descrição de um casamento perfeito, feita por elas, de fato lembrava um romance de folhetim – eram também vaidosas, fúteis e presumidas. Empenhavam-se em parecer o que não eram. Na cena V, Cosme sozinho “pensava alto”, depois de saber pela criada Margarida, que Maria e Francisca estavam no quarto passando “pomada para os beijos”:

- Aquelas desmioladas assentaram de desgraçar-me com as suas pomadas. Não se vê aqui senão claras de ovo, essências de formosura, *leites de pato, banhas de gafanhotos, cebos de grilos, tutanos de mosquitos*, e mil outras porcarias, que as leve o diabo, e com o que fazem-me todos os dias uma despesa, que poderia muito bem chegar para o pão.⁸¹³

Depois que Guimarães e Carvalho saíram da casa de Cosme, estabeleceram um diálogo que é importante para entender o restante da trama. Enquanto Carvalho se controlava para não soltar gargalhadas, o segundo prometia desferrar-se.

Carv[alho]. – Eu não sei como não disparei uma gargalhada. Porém o senhor, já vejo que tomou o caso em grosso. Guim[arães]. – Tomei-o, sem dúvida, porque não tenho essa sua pachorra. Aquelas *tanajuras* [...] muito enfumadas pela importância que lhes dão talvez lá na província, cuidam que realmente são grandes gentes, e por isso trataram-nos com esse desprezo! Porém, eu ei de desferrar-me.⁸¹⁴

E assim o fez. Guimarães disse conhecer dois caixeiros que tinham por vontade passar por homens de “muito espírito, poetas e até namoradores”, mas eram na verdade “pedantes” e “bastante gaiatos.” Na cena seguinte um tal *Barão de Quiquiriqui* “com a farda de oficial da guarda nacional, e dois boleiros” batem na porta das duas moças: “Bar[ão]. – [...] Tenho ouvido falar com tanto louvor nos respeitáveis nomes de VV. Exas., que não pude resistir aos impulsos dos meus desejos. Venho, pois ter a honra de conhecer as respeitáveis pessoas de quem tanto se fala, e que na realidade são tão amáveis!”⁸¹⁵ O *Barão de Quiquiriqui* entra na casa e o tratamento de Maria e Francisca para com ele é o oposto do que foi com Guimarães, Carvalho e Caetano. Como característica do gênero, a ambivalência do *ser* e *parecer* é

⁸¹³ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 612. 17 ago.1855. p. 2.

⁸¹⁴ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 612. 17 ago. 1855. p. 2-3.

⁸¹⁵ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 614. 21 ago. 1855. p. 2-3.

explorada novamente, usa-se a indumentária e o nome peculiar do barão como elementos cômicos que podem indicar também, além da dissimulação, uma posição social e a caricatura. Antes mesmo de entrar na casa de Cosme, Quiquiriqui negou-se a pagar os boleiros que o levou até lá de carro, dizendo que os pagaria no outro dia. Fato que os boleiros não aceitaram, mesmo com o Barão dizendo: “Arre não se fiarem num homem da minha *catigoria!*”, ao passo que os mesmos responderam: “Por ventura, nós vivemos de sua categoria?”. No diálogo entre o barão e os boleiros ficou mais evidente a crítica à dissimulação e hipocrisia social, ao que parece, inclusive, a religiosa.

Bar. – Ainda respinga, maroto! Olhe que eu... (ameaçando)
 1º Bol[eiro]. – (levantando o chicote) Que eu o que? Sô fidalgo de meia cara?
 Bar. – Que eu...que eu sou filho de um tio meu.
 1º Bol. – Ninguém quer saber disso agora; o que queremos é o dinheiro do carro já por aqui.
 Bar. – Isso agora é outra coisa, amigo. Você sim tem outro modo, não é como esse seu companheiro que é um mal criado. Toma lá o dinheiro, conte, veja se está certo.
 1º Bol. – (contando o dinheiro) Sim senhor. Mas vmc. deu no meu companheiro e, portanto... (levanta o chicote).
 Bar. – Espere lá, não se bote a perder, amigo, não há necessidade disso, homem.
 1º Bol. – Pois então pague também o sopapo.
 Bar. – Sim, senhor. É muito justo: tome lá também pelo sopapo. De mim tudo se obtém, o caso é que levem por bem; por mal, sim, sou um leão. Aqui tem. Veja agora se está satisfeito?
 1º Bol. – Sim, senhor.
 Bar. – Pois vão-se com Deus.⁸¹⁶

Na cena seguinte, o referido barão perguntou às moças se elas o conheciam e a resposta de Maria foi de pronto: “Oh! Certamente. Só as inimitáveis cartas de V. Exa. bastariam para fazer o seu nome conhecido em todas as cinco partes do mundo.”⁸¹⁷ Certamente, continuou o barão, “tenho a fortuna de ser universalmente conhecido, não só pelas minhas obras, que têm sido traduzidas em mais de trinta e cinco línguas”.⁸¹⁸ Depois de alguns diálogos, a parte que realmente nos interessa principia na cena XIX. O barão perguntou a Maria e Francisca se elas já assinavam a *Marmota*. As moças, por sua vez, disseram que foi o primeiro cuidado delas logo que chegaram à corte, pois a *Marmota* era o “Espelho do bom tom”. É a partir deste momento do texto que o barão passa a falar sobre a Petalógica.

Bar. – sobretudo, por ser o jornal que publica as sessões da Sociedade Petalógica: é uma sociedade muito importante! [...] E que presta

⁸¹⁶ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 615. 24 ago. 1855. p. 2-3.

⁸¹⁷ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 616. 26 ago. 1855. p. 2-3.

⁸¹⁸ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 616. 26 ago. 1855. p. 2-3.

continuamente relevantíssimos serviços, políticos, civis, morais, científicos, literários [...]

Franc. – E deve ter muitos membros esta sociedade?

Bar. – Chi! É mato! É gente aliás muito respeitável: Ministros, Senadores, Deputados, Presidentes de Província, Magistrados, Militares, médicos de todas as seitas, negociantes, alfaiates, sapateiros, artistas, paisagistas, retratistas, demandista, cabalistas, modistas e muitas outras coisas acabadas em istas.

Maria. – Meu Deus, isso há de ser uma confusão horrível!

Bar. – Está enganada, Exm. Tudo está mui bem regularizado, porque todos esses membros estão divididos em sessões especiais.⁸¹⁹

Na cena seguinte, o diálogo continuou e Maria perguntou ao barão sobre a serventia das sessões especiais, no que o mesmo respondeu:

Caso médico. Suponham que um médico, alopata, por exemplo, vendo-se abarbadado com a enfermidade de um seu doente, quer acomodar a família desgostosa, para que não chame algum homeopata e o não ponha no olho da rua; propõe uma conferência, recorre à Petalógica, e lá vai uma comissão de *manos* tratar da vida, que a morte é certa. Em suma, suponhamos que a natureza caprichou em desfeitear uns lindos rostos, como os de VV. Exas., colocando-os sobre uns corpos mal arrojados, com umas cadeiras esguias como umas bundas de rãs: vai-se a Petalógica e lá se achará uma modista que com um espartilho e uma coleção de saíotes bem engomados, e um vestido com cinco ordens de babado arma um tundá, cheio de gás, que a torna logo interessante. São infinitos os fatos da Petalógica.⁸²⁰

Nesse momento, Maria pergunta ao barão se o mesmo seria um membro da agremiação e ele garantiu que sim, pois “todas as pessoas do grande tom não podem deixar de ser petalógicas.”. Rapidamente Maria e Francisca informaram sobre seu desejo de “ser [...] *membrana[s]* desta sociedade”. O barão prometeu as mesmas que levaria seus nomes à próxima reunião a fim de propor que elas fizessem parte da Petalógica. Maria, então, disse chamar-se “Marília de Dirceu” e Francisca, “Francilia Angélica Rubicunda” e o barão respondeu: “Ora certamente estes nomes tão sublimes, tão angélicos, tão *estapafúrdios*, não poderiam deixar de ser aceitos na Arcádia Petalógica”. Francisca, querendo saber quando ocorreria a próxima sessão perguntou quais os dias que os petalógicos se reuniam: “Todos os dias”, disse o barão, “quer domingo, quer dia santo, das 6 horas da manhã em diante.”⁸²¹

Além do barão, na mesma cena, apresentou-se outra personagem. Bateu à porta da casa de Cosme mais um nome ilustre: o Visconde de Cacarcá, um colega do barão na Petalógica. Abraçaram-se, beijaram-se e o visconde justificou tanta afeição entre os cavalheiros: “Tenho estado muito tempo em Paris encarregado de negócios do Brasil”, mas,

⁸¹⁹ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 616. 26 ago. 1855. p. 3-4

⁸²⁰ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 617. 28 ago. 1855. p. 2.

⁸²¹ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 617. 28 ago. 1855. p. 2.

com uma licença alcançada, conseguiu voltar ao Brasil para ver os amigos. Finda a fala do Cacarcá, Quiquiriqui complementou: “Este visconde é petalógico de um calcanhar e dois tornozelos”.⁸²² O enredo se estendeu por mais onze edições. Neste tempo, os dois petalógicos organizaram um *soarezinho* na casa de Maria e Francisca, encomendaram sorvetes, bons doces e bem variados para chás, contrataram músicos, tudo por conta do barão: “Diga-lhes que o Barão de Quiquiriqui não olha preço, o que quer é ser bem servido”⁸²³. Além disso, o barão também mandava convites “a uma sociedade muito luzida”, como explicou o visconde: “teremos uma sociedade muito respeitável!” e Maria complementou “A aristocracia por si mesma se dirige para nós”.⁸²⁴ Quem eram essas pessoas? marquesa de Cabiúna, na rua do fogo; marquesa de Garapiapinha, marquesa de Jiquitibá; de Garauna; de Guaraçuhy, todas na rua do fogo. Chamaram também as viscondessas de Taquaraçu e do Pão de Açúcar, bem como as baronesas de Surucucu; de Jararacussú. Também os marqueses das Cebolas; das Abóboras; os viscondes dos Paios; do Alto do Ouro; visconde das Linguças; Meia Cara. Além deles, os barões de Tamancos e o marquês de Gravatá receberam os mesmos convites.

Apenas na cena XXX, nos preparativos para o *soarezinho*, confirmamos, enquanto leitores do folhetim, que o Barão e o Visconde eram mesmo dois caixeiros (aqueles mencionados por Guimarães no início da peça), “Visc. – Ora, Manoel, temos *pintado o padre!* Bar. – E havemos de fazer ainda o diabo.” Depois do início do baile, não demorou muito para que o subdelegado batesse à porta da casa de Cosme e recolhesse todos para a casa de correção, pois havia recebido denúncia – de Caetano – de que se achava naquela casa um *batuque* de “mulheres ordinárias” e que estavam entrando ali muitos caixeiros. Músicos, confeitores, todos seguiram também para a casa de correção, sem ao menos receber um tostão por seus serviços, pois Manoel que se dizia barão, não tinha dinheiro para os pagar. Nesse exato momento, chegou o dono da casa, Cosme. Envergonhado, chamou por Maria e Francisca, esta última de joelhos atendeu: “Meu tio foi uma logração que nos pregaram!”

Cosme – Ah grandíssimas desmioladas! É o resultado das suas literaturas e do seu romantismo...

E vós pais de família, atentai bem para este espetáculo, de riso para os outros, porém de desesperação para nós! Cuidai bem da educação de vossa família, e se tiverdes a infelicidade de ter filhas românticas, tende com elas mais cuidado e menos condescendência, para que vos não venha a acontecer algum desgosto como este.⁸²⁵

⁸²² AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 617. 28 ago.1855. p. 2.

⁸²³ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 625. 18 set. 1855. p. 4.

⁸²⁴ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 625. 18 set. 1855. p. 3.

⁸²⁵ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 628. 25 set. 1855. p. 3.

O texto da peça *As Tolas Presumidas* desenvolve questões relacionadas também à enganação, ao logro, à dissimulação, processa críticas sociais e uma análise da complexidade dos homens e mulheres na sociedade de meados de 1850. Antes mesmo das tais tolas presumidas Maria e Francisca aparecerem nas páginas do jornal de variedades, em fevereiro de 1855, um texto intitulado *As pateadas nos Teatros*, do autor que se identificou com as abreviaturas *C. C.*, trouxe algumas informações que ajudam a entender um pouco mais o espírito petalógico e a influência do teatro no funcionamento e na produção dos membros da agremiação. Nesse texto é possível entender uma crítica que se fez às pessoas que frequentavam os teatros e se sentiam no direito de patear os artistas: “Julgam essas pessoas, que havendo comprar um bilhete por dez tostões, ou dois mil réis, têm também comprado a faculdade de insultar, injuriar e rebaixar aquele que envida todos os seus esforços para lhes ser agradável.”⁸²⁶ E se justificavam dizendo que era costume nos teatros da Europa, por isso o faziam também no Brasil. Mas a justificativa não era aceita pelo autor que escreveu: “Estude-se a história e progresso do teatro, a origem das pateadas, e ver-se-á que entre nós ... na atualidade, é um verdadeiro anacronismo.”⁸²⁷ É a partir desse ponto do texto que acredito poder aproximar o que pensavam os membros da Petalógica sobre o teatro e a mentira, ou melhor, a *peta*.

No começo do teatro consistia a comédia em o ator copiar algum indivíduo, que por seus vícios ou defeitos se havia tornado ridículo e desprezível na sociedade. O público ao vê-lo, apupava-o, escarnecia-o; mas com isto não rebaixava o cômico; seus tiros iam ferir diretamente ao tipo, cujos vícios e defeitos estigmatizava. Aí o escárnio e a zombaria era muito bem cabida, pois que tendia a um fim útil, de pura moralidade. Com o correr dos tempos, porém, foi o teatro criando outra forma: já não se copiavam os vícios deste ou daquele particular, mas sim censuravam-se os defeitos em geral.⁸²⁸

O próprio título *Tolas Presumidas* caracteriza a comédia, pois, como demonstrou a historiadora Raquel Campos, refletindo sobre os títulos das obras do poeta cômico Molière, a maior parte delas não trazem nomes próprios como títulos, ou seja, não representam em particular a ninguém, mas traçam retratos mais gerais.⁸²⁹ Trago novamente parte de uma das Atas, já analisadas anteriormente, porque dialoga com o que *C. C.* escreveu sobre a comédia e as personagens petalógicos da peça *Tolas Presumidas*. Em julho de 1853, o relator de uma das reuniões da agremiação escreveu:

⁸²⁶ C.C. As Pateadas nos Teatros. *Marmota Fluminense*. n. 548, 04 de fev. de 1855. p. 1.

⁸²⁷ C.C. As Pateadas nos Teatros. *Marmota Fluminense*. n. 548, 04 de fev. de 1855. p. 1.

⁸²⁸ C.C. As Pateadas nos Teatros. *Marmota Fluminense*. n. 548, 04 de fev. de 1855. p. 1.

⁸²⁹ CAMPOS, 2014.

Não tinha essa reunião, a princípio, tomado este título [Petalógica]; mas foi obrigada a fazê-lo para ensinar a mentir aos que passavam por dizedores da verdade. Sujeitos haviam, com créditos de

Epaminondas Thebano,
Que nem zombando mentia,

Mas que eram uns *verdadeiros mentirosos!* Faziam e desfaziam ministérios; arranjavam e desarranjavam negócios; protegiam e desprotegiam o gênero humano; enfim, estavam acreditados, e eram cridos. Conheceu-se, porém, que era preciso obriga-los a dizer *mentiras*, ao modo da Sociedade, em lugar das *verdades* que apregoavam a seu modo, que na reunião embutiam, e que muitos dos membros dela, na melhor boa-fé, espalhavam por toda parte.

[...]

E pensais, leitores, que isto não foi útil? Ouvi. Desenganados assim os petalógicos não tiveram remédio senão se corrigir eles mesmos; porque cada coisa que diziam, por mais documentada que fosse, era objeto de hilaridade geral.⁸³⁰

Ou seja, o enredo das *Tolas Presumidas* levava o leitor e leitora a entender que era preciso corrigir e moralizar moças como Maria e Francisca, por serem presumidas, ou lerem muitos romances e literatura – o que dá a entender que eram esses os vetores da presunção de ambas. Inclusive, vale dizer, que em um ponto o criado Fernando se equivocou. Para Caetano – o primo estudante e do interior –, ele disse que era preciso que o mesmo comprovasse com documentos, para as primas, os títulos que possuía, pois elas não acreditariam apenas “no seu dizer”. Mas quando os farsantes apareceram na porta da casa, nem Maria, nem Francisca duvidaram por um instante dos mesmos. Ao se apresentarem como barão e visconde, com a “farda de oficial da guarda nacional” e “as calças do amo”, foi o suficiente para que as moças os tratassem de maneira mais gentil do que com os outros mancebos sem títulos, indumentárias e que se apresentaram a elas um dia antes. O que configura uma crítica ao valor que se dava ao *parecer e ter*, esse último que levaria ao *ser...* alguém na sociedade. No entanto, muitos indivíduos eram, também na trama, dissonantes, empenhavam-se em parecer o que não eram de verdade, fazendo uso de títulos, indumentárias, linguagens, influência familiar, entre outros.

Meu argumento parte também de uma tentativa de refletir sobre um conjunto de experiências tanto histórica quanto literária que me auxiliam a compreender o momento em que a ficção cita a realidade, ou aquele outro tratamento e forma que se dá a realidade que já foi debatido anteriormente. Ou seja, em que momento desses textos literários escritos pelos membros da Petalógica – e neste escopo eu incluo também as petas, pois faziam uso de procedimentos de ficção – a verossimilhança foi usada como critério de construção literária. E como esse pressuposto foi utilizado para construir a crítica petalógica. Entendo que era preciso

⁸³⁰ Sociedade Petalógica. *A Marmota Fluminense*, n. 380, jan.1853. p. 1.

corrigir e moralizar moças como Maricota e Chica. E a quem chamaram, no texto da peça, para tornar o objetivo concluído? Os membros da Sociedade Petalógica. O logro, a mentira pregada pelos petalógicos na peça tinha um fim de instrução e moralizador.

Para os membros da Petalógica, o teatro era uma atividade importante com um papel essencial para o bom funcionamento e o progresso da sociedade. Os teatros da Corte funcionavam como espaços promotores do debate cultural. Muitos dos iniciados eram membros e/ou censores do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, instituição criada em 1843 com o objetivo de criticar parte da criação teatral e literária da Corte.⁸³¹ Foram membros da Petalógica e também do Conservatório: Antônio Luiz de Sayão, Carlos José do Rosário, Constantino José Gomes de Souza, Francisco Correia da Conceição, Francisco Manoel da Silva, Joaquim Maria Machado de Assis, João Antônio Gonçalves da Silva, Justiniano José da Rocha e Manuel de Araújo Porto Alegre, um dos fundadores do Conservatório.

No entanto, talvez tenha o autor das *Tolas Presumidas* cometido o “erro imperdoável” da comédia ao faltar com a regra da ambição da generalização, descumprindo com o decoro do gênero de que os nomes não podiam nomear para não individualizarem.⁸³² Em uma das sessões especiais que a personagem do *Barão de Quiquiriqui* disse ter a Petalógica, além do caso médico e da modista, foi a política.

Suponham que qualquer governo tendo empregado com desacerto uma medida política é obrigado a dar contas do resultado desse ato, mas convém-lhe referi-lhe de um modo lisonjeiro e que o não comprometa; recorre à sociedade petalógica, e a comissão respectiva é quem lhe confecciona o relatório, que pelo nome não se perca.⁸³³

Muito possivelmente, essa crítica possuía endereço. Podendo ser lida sob a ótica da sátira, “direta em suas censuras”.⁸³⁴ Caso voltemos alguns dias antes do início da publicação das *Tolas Presumidas*, encontraremos nas folhas da *Marmota Fluminense*, a notícia de que foi na Tipografia de Paula Brito onde se publicou o relatório do Ministro da Justiça que, em 1855, era Nabuco de Araújo. “Nós mesmos que estas linhas escrevemos ter-nos-íamos visto há dias embaraçado com a conclusão do relatório do ministério da Justiça, de cuja impressão se nos

⁸³¹ SILVA, Luciane Nunes da. *O Conservatório Dramático Brasileiro e os ideais de arte, moralidade e civilidade no século XIX*. 2006. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

⁸³² CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. *UMA POÉTICA DA HOMONÍMIA: o problema do nome próprio em Machado de Assis*. 2014. 438 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/815833.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

⁸³³ AS TOLAS PRESUMIDAS. *Marmota Fluminense*, n. 617. 28 de agosto de 1855. p. 2.

⁸³⁴ CAMPOS, 2014.

incumbiu.”⁸³⁵ Tratava-se do *Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembleia Legislativa por José Thomaz Nabuco de Araújo*. Nabuco fazia parte do governo da conciliação, embora nesse período já começasse a mostrar descontentamento com os rumos que a política desse gabinete estava tomando.⁸³⁶

Um dos *modus operandi* de algumas das críticas feitas pelo grupo da *Marmota* consistia em criticar, comentar de maneira negativa sobre algum âmbito social que levasse o leitor e leitora a um nome próprio – sem precisar mencioná-lo – e logo em seguida trazer um elogio a quem, possivelmente, a crítica estava sendo destinada. O que também deixava o leitor e leitora confusos sobre o fato de aquele texto se tratar de ironia, mentira ou verdade. Em dezembro de 1854, o redator de *Marmota*, que não assinou, escreveu nas colunas do jornal de variedades que “folgou” em ler um artigo do *Correio Mercantil* que dizia que o tráfico de africanos tinha cessado: “Vimos no *Mercantil* n. 349, de 21 do corrente, o artigo acima, e folgamos de ler que – *extinguiu-se no Brasil o tráfico de escravos!*...porque não sabemos o que é – *país livre* – com *escravos*, e *escravatura* em tão grande escala”. Ou seja, para o redator de *Marmota Fluminense* parecia até engraçado que no *Correio Mercantil* se publicasse um texto alegando que o tráfico de escravos estava extinto. Sendo que para o redator não era possível nem saber o que significava um país livre diante da quantidade de escravos e escravatura que tinha no Brasil. Depois dessa bem colocada crítica, o redator trouxe o elogio para, ao que parece, amenizá-la.

Quando consideramos, porém, que é Ministro da Justiça o Exm. Snr. José Thomaz Nabuco de Araújo, nosso espírito se tranquiliza, porque homem de vontade e de ação, o nobre Magistrado não é capaz de modificar suas convicções, nem para cortejar indivíduos, nem para se dobrar a influencias de partidos. Se o país tem para uns gabinetes os *Eusébios* e os *Paulinos*, tem para outros os *Honórios* e os *Nabucos*: - Homens de um só parecer/De antes quebrar, que torcer.⁸³⁷

Nabuco de Araújo, enquanto ministro, buscava manter uma relação próxima com os redatores e proprietários de jornais. Envolveu-se profundamente com as questões relacionadas a imprensa, nas leis que a controlavam, no contato e negociação com jornalistas, muitas vezes alugando suas penas. Em cartas trocadas com Justiniano José da Rocha, por

⁸³⁵ *Marmota Fluminense*, n. 587. 1 jun. 1855. p. 1.

⁸³⁶ MOMESSO, Beatriz Piva. *Letras, ideias e culturas políticas: os escritos de Nabuco de Araújo (1843-1876)*. 2015. 341 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

⁸³⁷ *Marmota Fluminense*, n. 535. 29 dez. 1854. p. 1.

exemplo, Nabuco de Araújo negociava as pautas, ideias e temas para as matérias dos jornais e inclusive o modo como eles seriam abordados.⁸³⁸

Mas, por enquanto, voltemos a Machado de Assis, ao que ele chamou de Petalógica Primitiva, e vejamos o que ele escreveu sobre essa e outras questões.

A primeva Petalógica

Em meados da década de 1850, como vimos, Paula Brito destacava-se “como o proprietário do maior empreendimento gráfico do Império.”⁸³⁹ Seu estabelecimento era a *Empresa Tipográfica Dois de Dezembro*, cujas oficinas, entre 1854 e 1856, contavam com, pelo menos, três prelos litográficos e dois prelos de ferro Stanhope. Entre 1853 e 1855, seu estabelecimento se estendia pelos números 64, 68 e 78 da Praça da Constituição e nos números 31 e 33 da Rua da Lampadosa. O empreendimento consistia em uma Tipografia em grande escala, litografia, estampania, grande oficina de encadernação e um armazém que vendia uma quantidade considerável de variados produtos.⁸⁴⁰ A sala que abrigava as reuniões da agremiação, muito possivelmente, ficava no número 64 da Praça da Constituição.⁸⁴¹

Machado de Assis passou a fazer parte do grupo ao mesmo tempo em que a *Empresa Tipográfica Dois de Dezembro* transformava-se na *Empresa Literária Dois de Dezembro*. A mudança não era só no nome, em abril de 1855, três meses após a primeira aparição de Machadinho no jornal de variedades *A Marmota*, Paula Brito iniciava um processo, através de petição enviada ao Ministério do Império, solicitando aprovação do estatuto da nova empresa que apresentava quinze artigos. O Art. 1º descrevia o montante do seu capital, o que chamou a atenção: “será de 500 contos de réis em 2500 ações de 200 mil réis cada uma.”⁸⁴² Já o objeto da Empresa estava disposto no Art. 2º:

Esta Associação tem por fim e principal objeto, desenvolver a arte tipográfica e auxiliar o progresso das letras, na proteção dada aos autores por meio de prêmio às suas obras, compra de seus manuscritos e divulgação não só disto, como de todo e qualquer impresso, por preços moderados, para o que lhe fica reservado o fundo de Rs. 20:000\$rs., cuja aplicação será feita como a

⁸³⁸ MOMESSO, Beatriz Piva. *Letras, ideias e culturas políticas: os escritos de Nabuco de Araújo (1843-1876)*. 2015. 341 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

⁸³⁹ GODOI, Op. Cit., p. 189.

⁸⁴⁰ Ibid. p. 207-208.

⁸⁴¹ A SOCIEDADE PETALÓGICA. *A Marmota*, n. 308. 05 de jul. 1853. p.1.

⁸⁴² EMPRESA TIPOGRÁFICA...*Marmota Fluminense*, n. 536. 02 jan. 1855.

Associação julgar conveniente, tanto no seu interesse, como no interesse das letras e dos autores ou tradutores.⁸⁴³

O principal objeto era, portanto, desenvolver a arte tipográfica e auxiliar o progresso das letras. Paula Brito contava com a proteção do governo para tornar possível o seu “monumento tipográfico” e pedia que Pedro II apadrinhasse o estabelecimento.⁸⁴⁴ O que parece ter acontecido, com relação ao imperador. No jornal *A Semana* foi publicado um artigo sobre a empresa literária de Paula Brito que, além de encher de elogios o editor, informou que a empresa contava com a “munificência do monarca”;⁸⁴⁵ ele e a imperatriz já eram acionistas da *Empresa Dois de Dezembro*.⁸⁴⁶ Em poucos meses os estatutos foram aprovados, em maio de 1855. Mas as notícias sobre a empresa literária circularam em alguns jornais no ano seguinte, em 1856, quando Paula Brito chamou os acionistas para mostrar o estado de suas oficinas. A notícia apareceu, inclusive, nos jornais de grande circulação, como no *Diário do Rio de Janeiro* cujo redator, que não assinou, fez uma discussão muito interessante. Para ele era um erro considerar o desenvolvimento material separado do desenvolvimento moral, político e literário, todos eles caminhavam juntos. “Considera superficialmente a humanidade aquele que julga que um desses elementos se pode destacar do todo e a esse erro são levados pelo fato de predominar um deles sobre os outros”. Essa maneira de pensar levava a duas “conclusões falsas”: aquela que combatia “o desenvolvimento material” e a que transferia “todas as suas forças ao incremento dos melhoramentos materiais”. Por isso, concluía o redator, da importância da *Empresa Literária do Sr. F. de Paula Brito* cuja realização seria de grande vantagem para os acionistas e para o país, pois desenvolveria uma arte tão importante quanto à tipográfica que prestava um grande serviço à literatura nacional. Além disso, oferecia um emprego vantajoso aos capitais.⁸⁴⁷

Joaquim Manuel de Macedo, no *Jornal do Comércio*, no folhetim *A Semana*, escreveu simpatizar muito com a ideia da *Empresa Literária Dous de Dezembro* e não era “somente pela estima” que dizia dever e pagar “ao Sr. Francisco de Paula Brito”, mas da convicção que dela poderia tirar proveito o país. Conforme Macedo, os poetas eram proscritos e menosprezados na sociedade, o teatro alimentava-se de traduções, as letras estavam condenadas ao completo abandono. Portanto, no meio de tanto menosprezo, o literato aplaudia e louvava a empresa de

⁸⁴³ Francisco de Paula Brito, *Requerimento Encaminhado ao Ministério do Império, Solicitando que Seja Aprovado o Estatuto de Sua Empresa Literária Dois de Dezembro*, 1855; Decreto N. 1610, de 23 de Maio de 1855... *Marmota Fluminense*, n. 594. 26 jun. 1855.

⁸⁴⁴ *Marmota Fluminense*. n. 634. 9 out. 1855. p. 1.

⁸⁴⁵ *A Semana*, n. 31. 13 jul. 1856. p. 8.

⁸⁴⁶ GODOI, Op. Cit.,

⁸⁴⁷ COLABORAÇÃO. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 113. 23 abr. 1856. p. 1.

Paula Brito.⁸⁴⁸ A opinião de Joaquim Manuel de Macedo, como sabemos um iniciado na Petalógica, foi publicada meses depois da resposta de proteção do governo, que não aconteceu. A negativa foi transcrita em primeira página, o primeiro artigo, no mesmo *Jornal do Comércio*: “Esta pretensão que consiste em tomar o governo 400 ações de 200\$ [...] da *Empresa Literária Dois de Dezembro* [...] não me parece estar no caso de ser atendida”,⁸⁴⁹ pelo menos não da forma como esperava Paula Brito. O governo não comprou as ações da sua empresa literária, mas aprovou ao editor um empréstimo de valor inferior, 80 contos de réis. No entanto, esse empréstimo pareceu não resolver o problema do idealizador, parecia tarde demais para Paula Brito.⁸⁵⁰

É também deste período os processos movidos contra o editor, encontrados por Rodrigo de Godoi nos autos comerciais depositados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. O empresário foi processado por quatro de seus fornecedores, as dívidas maiores estavam entre 3 contos e 500 mil réis e as menores eram inferiores a 300 mil réis, como o caso de João de Souza Monteiro que em maio 1855...

executou uma letra do editor no valor de 188 mil e 649 réis [...] se não tivesse quitado com juros e custas, por pouco Paula Brito perderia um prelo Stanhope completo, o que seria um péssimo negócio, uma vez que um Stanhope com todos os seus pertences podia custar por volta de 600 mil réis, cerca de três vezes o valor da dívida.⁸⁵¹

Toda essa documentação, bem como os editais de leilões de bens penhorados, publicados na imprensa da época, demonstram que a *Empresa Dois de Dezembro* passava por dificuldades financeiras. As dívidas acumuladas por Paula Brito, em 1856, se aproximavam de um montante de “7 contos de réis, dinheiro suficiente para comprar cerca de onze prelos Stanhope ou quinze prelos litográficos semelhantes aos que existiam na oficina da *Dois de Dezembro*”.⁸⁵² Talvez fosse inevitável que, em abril de 1857, Paula Brito solicitasse a falência da Empresa, como o fez. Dias depois, o editor leiloou grande parte de seus bens, que consistiam em objetos da livraria, oficina de estamperia, encadernação e litografia, muitas obras encadernadas, músicas e o prédio número 68 da Praça da Constituição. De todos os bens leiloados da *Dois de Dezembro*, a soma total foi de 9 contos e 800 mil réis, dinheiro este incorporado à massa falida da companhia.⁸⁵³

⁸⁴⁸ A SEMANA. *Jornal do Comércio*, n. 103. 14 abr. 1856. p. 1.

⁸⁴⁹ MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Jornal do Comércio*, n. 256. 17 set. 1855. p. 1.

⁸⁵⁰ GODOI, Op. Cit.,

⁸⁵¹ Ibid. p. 224.

⁸⁵² GODOI, Op. Cit., p. 229.

⁸⁵³ GODOI, Ibid. p. 229-244.

Nesse período pouco se falou sobre a Petalógica. Em 1855, a última notícia possível de encontrar foi em novembro, um outro candidato a membro publicava um texto. Tudo começou em 23 de outubro, quando apareceu na *Marmota Fluminense* essa charada:

Charada a prêmio
O autor oferece um meio bilhete da loteria à primeira pessoa que a
decifrar.
Quando viro cambotas
Tiro logo as minhas botas ... 2
Sou tido por um pimpão,
Eu, no entanto, sou poltrão...2
Se na estética figuro,
Muito mais no vinho puro...1
E quem quiser aquecer-me,
Frio logo tem de ver-me... 1
CONCEITO
Fumar, pitar e mascar,
Tabaquear, cachimbar
Parecem correr a par
De cigarrar, charutar.
Tanto consoante em ar
Depressa faz recordar,
Que lá no profundo mar
Fácil me hasde encontrar.
Porém depois de me achares
Dança logo sem parares.⁸⁵⁴

Ao que parece, durante vinte e sete dias os membros da agremiação tentaram decifrá-la, mas sem sucesso. A propaganda sobre a charada – e o prêmio para quem a decifrasse – também apareceu em outro jornal, como no *Correio Mercantil*.⁸⁵⁵ Quase um mês depois, em 20 de novembro, outro texto apareceu na *Marmota Fluminense*, assinado por *Um Candidato*. Nele, escreveu sobre um viajante que no século passado havia encontrado uma lápida carregada de caracteres desconhecidos. Durante cinco anos de estudos, arqueólogos tentaram decifrar e interpretar a inscrição, o resultado disso foi a publicação de uma “obra em 15 grossos volumes de folio, provando com mui eruditas dissertações serem indecifráveis aqueles hieróglifos”. O objetivo do candidato a Petalógica era que o mesmo não “ocorresse entre nós” e que “nossos Champollions” – em alusão ao francês Jean-François Champollion –⁸⁵⁶ empregassem suas horas vagas em objetos mais úteis.

Apresso-me a enviar a Vme. esta carta sobre a charada:

⁸⁵⁴ *Marmota Fluminense*, n. 640. 23 out. 1855. p. 1.

⁸⁵⁵ *Correio Mercantil*, n. 295. 25 out. 1855. p. 3.

⁸⁵⁶ “Historiador, filólogo, conservador e arqueólogo [...] distinguido, principalmente, como responsável pela decifração da antiga língua egípcia”. Ver em: CABRAL, Jessica. *História, Filologia e Arqueologia: a trajetória de Jean-François Champollion através de suas sociabilidades (1790-1832)*. Dissertação em História. Curitiba, UFPR, 2020.

Quando viro cambotas,
Tiro logo minhas botas.

Anelando de há muito pertencer a Sociedade Petalógica, a qual tantas ilustrações conta em seu seio, que ainda luta em embaraços na escolha de um Presidente; entendi que para alcançar a subida honra de ser admitido como Membro correspondente, visto achar-se preenchidíssimo o número dos efetivos, deveria exhibir uma prova da minha capacidade petalógica, e por isso, com uma *peta*, sem ser *lógica*, ocupei a atenção dos atilados membros de tão distinto núcleo Monkauseano por espaço de vinte e sete dias, lembrando-me também de que enquanto ocupados com charadas, se não lembrariam da cólera.

Não pretendo solicitar privilégio pela invenção de haver fuzilado a paciência do próximo com enigmas indecifráveis, pois já houve quem antes de mim tivesse essa ideia.

À Academia das Inscrições de Paris foi remetida uma pedra descoberta numa escavação em Montmartre, e na qual se achavam gravados os seguintes caracteres:

I.C
I.E.S.T
L.E.C.H.E.M
I.N.D.E.
S.A.N.E.S.

Já os doutos membros da Academia haviam dado por indecifrável o dístico, quando um bom camponês aproximando-se da pedra, disse: Admirame, Senhores, que não tenhais adivinhado um coisa tão fácil, pois basta ler corretamente: ICI EST LE CHEMIN DES ANES.

Isto não tem aplicação ao caso.

Adeus, Snrs. – Sou, etc.,

*Um Candidato.*⁸⁵⁷

Muito provavelmente, essa era uma charada indecifrável – “uma *peta*, sem ser *lógica*” – e que teria enganado, inclusive, os membros da Petalógica, que ficaram durante vinte e sete dias tentando decifrá-la. O candidato a agremiação não pretendia “solicitar privilégio pela invenção de haver fuzilado a paciência do próximo com enigmas indecifráveis, pois já havia quem antes dele “tivesse essa ideia”, os franceses, por exemplo. A tradução de *ICI EST LE CHEMIN DES ANES* é “*Este é o caminho dos burros*” e se tratava de uma famosa farsa francesa que problematizava a facilidade com que alguns cientistas – especificamente aqueles que estudavam os primeiros anos da humanidade – eram facilmente enganados. Em 1884, o autor francês Paul Eudel, escreveu que isso acontecia porque esses cientistas tinham um coração nobre que não os deixava suspeitar da maldade e baixeza que havia em outras pessoas, mas não neles. Para Eudel, os cientistas encontravam (ou eram obrigadas a encontrar) objetos nos quais concentravam todas as forças de sua inteligência. Para entender esses objetos faziam qualquer coisa, iam à guerra, discutiam, escreviam, publicavam, acumulavam, com a ajuda de sua erudição, evidências convincentes para derrubar os céticos. Muitas vezes então, no meio da

⁸⁵⁷ *A Marmota Fluminense*, n. 650. 20 nov. 1855. p. 1.

discussão, surgia um brincalhão que até então estava escondido nos bastidores. O brincalhão, então, explicava a mistificação de maneira simples, em duas palavras e ironizava o esforço dos cientistas.

Foi assim com a história da famosa inscrição encontrada num antigo quadro. I.C.I E S. T.L .. E.C. H ... • E. M. I.N D.E. S.A. N.E .. S. Conforme explicou Paul Eudel, durante muito tempo essa inscrição deu origem a manifestações eruditas em que apareciam cônsules e imperadores romanos. Foi um verdadeiro torneio de erudição até o momento em que a explicação do mistificador caiu como um raio “sobre todos os crânios expostos.” Ele leu com simplicidade e sem parar: *Aqui está o caminho do burro*.⁸⁵⁸

O *Um Candidato* usou a referência para também “lograr” os próprios membros da agremiação e conseguir, mesmo diante da concorrência, a almejada vaga de iniciado na Petalógica. Ele mesmo, enquanto candidato a membro da agremiação, fez o papel do brincalhão escondido nos bastidores a inventar charadas sem sentido para confundir os eruditos membros da Sociedade. Mas, havia vantagem! Nesses vinte e sete dias tentando decifrar a tal charada indecifrável, os membros se distraíram e não pensaram mais na epidemia de cólera que assolava o Rio de Janeiro naquele momento. Magalhães Júnior, para quem a Sociedade Petalógica pretendia “satirizar os mentirosos de todos os matizes, inventando mentiras maiores do que as deles”, argumentou que essa era uma prática famosa em outros países, eram “contramentiras, como existem muitas, famosas, no folclore de vários países.”⁸⁵⁹ Essa do “caminho do burro” se encaixa como uma contramentira famosa do folclore francês e *Um Candidato* fez sua versão nacional e petalógica sobre cambotas e botas, para enfim conseguir a vaga de membro da agremiação.

Ao mesmo tempo em que essa carta do *Um Candidato* foi publicada em *A Marmota Fluminense*, Paula Brito já sabia sobre a negativa do governo com relação à compra das ações da *Empresa Literária Dois de Dezembro*. Também já tinha conhecimento dos processos contra ele. Não era uma fase boa. Se for possível confiar na informação do Um Candidato sobre a presidência da Petalógica, pode-se pensar que o então presidente da agremiação, Francisco de Paula Brito, poderia estar sentindo a pressão de tantas dívidas e cobranças e estivesse, de fato, deixando o cargo, pelo menos por um tempo. Do mesmo modo, durante o ano de 1856, aparentemente, a Petalógica não apareceu nas páginas de *A Marmota Fluminense*, o que nos

⁸⁵⁸ EUDEL, Paul. *Le Truquage: Les Contrefaçons Dévoilées*. E. DENTU. EDITEUR LIBRAIRIE DE LA SOCIÉTÉ DES GENS DE LETTRES. 1884. p. 13. Disponível em: <https://play.google.com/store/books/details?id=tpuYDaLu8cMC&rdid=book-tpuYDaLu8cMC&rdot=1&pli=1>. Acesso: 19 set. 2023.

⁸⁵⁹ MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Machado de Assis: vida e obra*. Op. Cit., p. 67.

faz crer que a agremiação também sentiu todas as dificuldades enfrentadas junto ao seu idealizador.

Mas em 1857, recordam-se, foi também o ano em que se lançava a primeira edição de *Lembranças de José Antônio*. Os tempos lembrados, com saudades, por Machado de Assis em 1865. Era o tempo da Petalógica Primitiva. Segundo Magalhães Júnior, foi nesse período que o círculo de relações de Machado de Assis se alargou. Foi em 1857 que o Machadinho conheceu “um estudante fluminense, inteligente e precoce, de apenas 16 anos”: Salvador Meneses Drumond de Mendonça. Sobre ele, Magalhães escreveu: “O itinerário desse estudante incluía passagens diárias pelo Largo do Rocio, onde estavam o colégio e a loja de Paula Brito, sede também da redação de *A Marmota Fluminense* e da Sociedade Petalógica.” Seria para Machado de Assis o “meu querido Salvador”, tanto quanto Machado foi para ele o “meu Machadinho”. A amizade que possivelmente teve início na sala de reuniões da Petalógica ou nos balcões da loja do Paula Brito, culminou com a participação dos dois na criação da Academia Brasileira de Letras, anos mais tarde.⁸⁶⁰

Em um discurso proferido por Salvador de Mendonça, em 1912 – uma sessão de sábado da Academia Brasileira de Letras, especial pela eleição de Lauro Muller – ao mencionar o período em que a ABL não tinha ainda “casa”, trouxe à memória as sessões que aconteciam ao ar livre que “lembrariam o primeiro ensaio desse gênero nos anos de [18]57 e 58.” Salvador descreveu alguns encontros da Petalógica acontecidos, “ao ar livre”, nesse período.

É uma tradição literária de nossa terra e aqui a menciono para que se não perca, pois de todos quanto nela tomaram parte sou o único sobrevivente. No largo do Rocio, em frente à casa de Paula Brito, do outro lado da rua havia dois bancos em que nas tardes de sábado costumavam reunir-se com muita regularidade para palestrarem acerca das letras os seguintes indivíduos: Machado de Assis, caixeiro então da loja de livros e tipografia de Paula Brito; Manuel Antônio de Almeida, colaborador do *Correio Mercantil* e autor das *Memórias de um Sargento de Milícias*; Henrique Cesar Muzzio, médico sem clínica e crítico teatral muito estimado; Casimiro de Abreu, poeta e caixeiro em uma casa de comércio; José Antônio, empregado do Tesouro e autor das chistosas *Lembranças* e afinal quem vos fala, estudante então de preparatórios. Muitas vezes ao atravessar da Casa Paula Brito a sua, do outro lado do Largo, Joaquim Manoel de Macedo, o criador do romance nacional, vinha sentar-se entre nós, lhamo e sincero, e por mais de uma vez acompanharam-no Gonçalves Dias com o seu corpo fanadinho, aspecto melancólico e olhar genial, e Araújo Porto-Alegre com seu físico de urso e a perene jovialidade da saúde da alma e do corpo. Com exceção de Henrique Cesar Muzzio e do José Antônio das *Lembranças*, todos os outros estão ligados à nossa Academia, dois como acadêmicos, os outros como patronos de cadeiras.⁸⁶¹

⁸⁶⁰ MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Machado de Assis: vida e obra*. Op. Cit., p. 66.

⁸⁶¹ A ACADEMIA BRASILEIRA. *O Século*. n. 1869. 16 de set. 1912. p. 1-2.

Carlos Sussekind de Mendonça, biógrafo de Salvador, ligou essa descrição às reuniões da Petalógica e escreveu: “Aliás, de outros favores literários já se fizera digno Salvador, apesar da sua pouca idade. Assim, do ser membro da Petalógica.”⁸⁶² Gonçalves Magalhães também fez uso dessa passagem para demonstrar como Machado de Assis cultivou, quando adulto, as boas relações de sua mocidade e mencionou a agremiação:

Vários deles estavam ligados à famosa Sociedade Petalógica, de cujas reuniões por vezes também participavam, entre outros homens de letras, Justiniano José da Rocha, Gonçalves de Magalhães, Teixeira e Souza, Laurindo Rabelo e Maciel Monteiro (que em 1860 seria o segundo barão de Itamaracá). Melo Moraes e Alfredo Pujol relacionam também homens públicos como Alves Branco, Eusébio de Queirós, José Maria da Silva Paranhos (futuro visconde do Rio Branco) e Limpo de Abreu (futuro visconde de Abaeté) entre outros.⁸⁶³

O biógrafo de Machado de Assis faz uso das mesmas referências que foram utilizadas por Célia Maria de Azevedo para arrolar nomes de iniciados na Petalógica, mas inclui mais nomes como Limpo de Abreu, por exemplo. São possibilidades que precisam ser melhor investigadas. Por hora, pensemos no discurso de Saldanha Marinho. Começemos pela informação de que Machado de Assis foi caixeiro na loja de Paula Brito, a mesma é problematizada por alguns de seus biógrafos e biógrafas. Brito foi considerado o primeiro “patrão” de Machado de Assis. É possível que em 1858, o jovem literato tenha sido revisor de provas na Casa do editor e há a possibilidade de ter trabalhado também como caixeiro no mesmo estabelecimento. Lucia Miguel Pereira escreveu: “na casa de Paula Brito, onde, além de revisor de provas, parece ter sido caixeiro.”⁸⁶⁴

Duas sociedades frequentavam com certeza por esse tempo: a Petalógica e o Clube Literário Fluminense; colaborava em quatro jornais: na Marmota, no Espelho e, mais espaçadamente, no Paraíba e no Correio Mercantil [...] Vivia, nesse tempo, em grande parte, da pena. Não tinha emprego, a não ser o de revisor e caixeiro de Paula Brito.⁸⁶⁵

Jean-Michel Massa também se apoia na afirmação de Salvador de Mendonça “de que Machado de Assis foi caixeiro da loja de livros e tipógrafo de Paula Brito,” mas faz uma ressalva: “sabe-se que Mendonça conheceu o jovem escritor somente em 1857.”⁸⁶⁶ E, caso a

⁸⁶² MENDONÇA, Carlos de Sussekind. *Salvador de Mendonça: Democrata do Império e da República*. Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura: Rio de Janeiro, 1960.

⁸⁶³ MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Machado de Assis: vida e obra*. Op. Cit., p. 67.

⁸⁶⁴ PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 63.

⁸⁶⁵ Idem. p. 67.

⁸⁶⁶ MASSA, Op. Cit. p. 90.

informação de que Machado de Assis tenha trabalhado como caixeiro na Tipografia de Paula Brito seja de fato segura, muito possivelmente exerceu esse ofício anos antes de 1857.⁸⁶⁷

O que se pode confirmar é que foi em *A Marmota Fluminense*, em 1857, que apareceu o que foi considerado por Lúcia Miguel Pereira “a primeira colaboração em prosa”⁸⁶⁸ de Machado de Assis, a tradução *A Literatura durante a restauração*, que em alguns números ganhou a primeira página do impresso.⁸⁶⁹ Um ano depois, publicou o texto *O passado, o presente e o futuro da literatura*, também na primeira página do jornal de variedades de Paula Brito.⁸⁷⁰ Anos mais tarde saía do mesmo prelo o que seria considerado o primeiro livro de Machado de Assis, a tradução *A Queda que as mulheres têm para os tolos*, foi publicado pela tipografia de Paula Brito, em 1861.⁸⁷¹ O jovem Machado não foi o único a ter suas primeiras produções literárias editadas na Casa do editor ou seus versos publicados nas páginas de *A Marmota*: Casimiro de Abreu; José Joaquim Cândido de Macedo Júnior (o Macedinho); Bruno Henrique de Almeida Seabra, entre outros, também ocuparam esses espaços.⁸⁷² Paula Brito sabia da importância de suas ações, tanto que mesmo diante do momento conturbado que ainda vivia em 1857, em resposta a uma nota publicada no jornal *A Pátria*, o editor escreveu em sua *Marmota*:

Que temos feito alguma coisa pelo nosso país, e para que a história diga dele e do seu Segundo Reinado o que decerto não diria se gênios como nosso não houvessem tanto e tão desesperadamente feito; que artes, à que nos dedicamos, muito nos devem; que muito nos devem os artistas saídos, em não pequeno número, de nossas oficinas; que muito nos temos comprometido pelos partidos políticos, desde 1831 até hoje; é isso coisa que ninguém ignora; é injustiça que não nos podem negar as maiores notabilidades do nosso país.

Tranquilo em nossa consciência, não nos queixamos do que temos sofrido, nem nos arrependemos do que havemos praticado.

O dinheiro nunca foi, não é, e nem será o nosso ídolo.

Com a experiência – dos homens e das coisas – continuaremos a caminhar pela estrada da vida, unicamente com reserva é verdade, e um pouco mais acautelado... Nunca fizemos ostentação de coisa alguma, porque, conhecendo sempre o falso de nossa posição, sempre tivemos medo de subir,

⁸⁶⁷ Idem. 90.

⁸⁶⁸ PEREIRA, Lucia Miguel. Op. Cit., p. 62.

⁸⁶⁹ LAMARTINE. *A Literatura durante a restauração* (tradução de M. de Assis). *A Marmota*. n. 882; 883; 886; 888; 897 e 905, de 11 de set. a 4 de dez. de 1857.

⁸⁷⁰ ASSIS, Machado de. *O passado, o presente e o futuro na literatura*. *Marmota Fluminense*. n. 941. 9 e 23 abr. 1858. p. 1-2.

⁸⁷¹ ASSIS, Machado de. *Queda que as mulheres têm para os tolos*; Editor: Rio de Janeiro: Tipografia de F. de Paula Brito. 1861.

⁸⁷² MASSA, Op. Cit. p.85. Em 1848, no jornal *O Brasil*, foi transcrito um pedido de crédito em apólices no valor de 50 contos, feito por Paula Brito e submetido à Assembleia. Nesse pedido, Paula Brito detalhou o que faria com o valor solicitado e o item 4º nos ajuda a entender melhor como os jovens eram acolhidos em sua tipografia: “4º - Ensinar a arte tipográfica a vinte moços fluminenses, a quatro dos quais mandará, a expensas suas, aprender taquígrafia para que se tornem os taquígrafos da Assembleia Provincial. VARIEDADES, O Brasil, 6 jun. de 1848. p. 4.

para que, novo Ícaro, não tivéssemos de precipitar-nos, derretendo-se-nos as asas.

Apesar do nada que somos, se déssemos à luz a resenha dos nossos atos, do que temos feito e do que conosco se tem praticado; a mais de um artista, a mais de um negociante, ficaria servido de exemplo a nossa humilde história, assim como também temos a certeza de que havia isso de incomodar a mais de uma pessoa.⁸⁷³

No estabelecimento de Paula Brito, como vimos, iam com frequência os políticos, poetas, dramaturgos, artistas, viajantes, simples amadores, amigos, curiosos, entre tantos outros. Realmente, não existia naquele momento espaço igual ao estabelecimento de Francisco de Paula Brito e nesse período nenhum outro editor fazia o que Paula Brito fez para a literatura e os autores nacionais. Como membro da Petalógica, Machado de Assis escreveu que eles estavam “espalhados por toda a superfície da cidade, lá [na casa de Paula Brito] iam, de lá saíam, apenas de passagem, colhendo e levando notícias, examinando boatos, farejando acontecimentos, tudo isso sem desfaltar os próprios negócios”.⁸⁷⁴ Depois de 1854, as Atas da agremiação já não eram mais publicadas na *Marmota Fluminense*, mas é ainda esse jornal de variedades que nos dá pistas das mentiras e boatos que circulavam na Corte nesse período. Como a publicada em 10 março de 1857 sobre um capitão da reserva que dizia ter cortado com sua catana mais de quinhentas línguas de ratos. A publicação apareceu na terceira página de *Marmota* daquela data e foi endereçada ao Sr. Presidente da Sociedade Petalógica. Quem assinou foi *O Sócio*.

- Como sócio que sou dessa ilustre sociedade, e obrigado pelos Estatutos, que a regem, a dar parte de tudo quanto estrambótico chegar ao nosso conhecimento, afim de ser consignado nas atas *ad perpetuam rei memoriam* cumpre-me participar-lhe que no dia em que os Oficiais da Guarda Nacional foram se apresentar ao nosso Comandante, seu amigo: na barca do Botafogo, um Capitão da reserva, grande patusco e trajado a moda do Tibério, no *Fantasma Branco*, trazendo um espadagão que fazia a gente tremer.⁸⁷⁵

Essa foi a primeira vez que o Estatuto da agremiação foi citado. Infelizmente, não o encontrei publicado nem na *Marmota*, nem em outro jornal ou arquivo em que pesquisei. Não é possível ter certeza de que ele de fato existiu. Em 1861, *Alguns Petalógicos*, informavam que o novo empreendimento de Paula Brito – a Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas – não havia sido aprovada porque foi incorporada à Sociedade Petalógica e essa não teria Estatuto, o que era obrigatório. A promessa era que logo seriam apresentados os Estatutos da

⁸⁷³ BRITO, Francisco de Paula. *Marmota Fluminense*, n. 848, 19 mai. 1857. p.1.

⁸⁷⁴ ASSIS, Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 2. 03 jan. 1865. p. 1.

⁸⁷⁵ *Marmota Fluminense*, n. 828. 10 mar. 1857. p. 3.

agremiação ao governo, mas meses depois Paula Brito veio a falecer, o que impossibilitou continuar com o projeto.⁸⁷⁶

Caso acreditemos n' *O Sócio* o Estatuto orientava que os membros dessem parte de tudo de estrambótico que chegasse até eles. E a história contada pelo Capitão da reserva se encaixava nesse escopo. É interessante notar como *O Sócio* caracterizou o patusco Capitão, trajado a moda do Tibério, um velho militar, personagem da ópera em três atos de Joaquim Manoel de Macedo. Há uma passagem do texto da ópera em que Tibério fala sobre a língua da personagem Maria, que estava doente e precisava mostra-la para Galatéia. Nesse momento da peça, Tibério fala: “- Quem há de dizer que aquela linguinha corta como uma navalha!”⁸⁷⁷ A história que *O Sócio* contou sobre o Capitão da reserva não falou sobre a língua de Maria, mas sobre línguas de ratos.

Contou-nos esse dito Sr. que tendo mandar afiar a catana, que ficara com o corte de uma navalha, untou de azeite a lamina e a bainha para não criar ferrugem, e que no dia seguinte (o em que veio apresentar seus respeitos a Sua Exa.) achou mais de quinhentas línguas de ratos, que a espada tinha cortado por terem os ratos ido lambar o azeite! O fato parece estupendo; mas é uma *realidade petalógica* presenciada por quantos vinham de passagem na referida Barca. Logo que informado qual seja o nome, e qualidade do Capitão da reserva, o comunicarei a V. para que o admita como membro desta benemérita sociedade.

Botafogo, 27 de fevereiro de 1857- *O Sócio*.⁸⁷⁸

Será que de fato algum capitão da reserva contou essa realidade petalógica ao sócio da agremiação? É difícil precisar. Talvez um capitão, ou velho militar, ao modo de Tibério, tenha lançado uma mentira e essa tenha sido a resposta – ou a contramentira, como conceituou Magalhães Júnior – de um dos sócios da agremiação. Que, de acordo com o regimento e objetivos petalógicos, lançou uma mentira de outra ordem, de espanto, ao modo da Petalógica. O que se pode conjecturar é que possivelmente o jovem Machado escutou ou leu esse fato estrambótico contado por um dos sócios, já que ele mesmo era um deles. Inclusive, pegando emprestado as asas da imaginação possíveis aos membros da Petalógica, mas cerceada a essa historiadora, pelo método do fazer historiográfico, talvez tenha o jovem Machado de Assis compartilhado do riso ao escutar essa petalógica com outros jovens de quem era próximo nessa época, como Caetano Alvez de Sousa Filgueiras, por exemplo.

⁸⁷⁶ A Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas era mais um empreendimento literário, mais voltado à arte dramática, idealizado por Paula Brito e que colocaria os membros da Petalógica para analisar as peças de teatro nacionais, entre outros objetivos. Ver em: *Diário do Rio de Janeiro*, n. 67. 9 mar. 1861. p. 2.

⁸⁷⁷ MACEDO, Joaquim Manoel de. *O Fantasma Branco*. Editor Garnier: Rio de Janeiro. 1863. p. 121.

⁸⁷⁸ *Marmota Fluminense*, n. 828. 10 mar. 1857. p. 3.

Voltando a refletir sobre os prefácios e homenagens trocadas entre alguns desses homens de letras, podemos pensar em *Crisálidas*, onde o advogado Caetano Alves de Sousa Filgueiras, o prefaciador do livro, lembrou também o início da carreira literária de Machado de Assis, período em que se reuniam em seu escritório outros moços também conhecidos do grupo de Paula Brito.

Há dez anos!...sim...dez anos! [...] Éramos sempre cinco, - algumas vezes sete: o mavioso rouxinol das *Primaveras* [Casimiro de Abreu]. O melífluo cantor das *Esperanças* [possivelmente José Joaquim Cândido de Macedo]⁸⁷⁹. O inspirado autor das *Tentativas* [Gonçalves Braga]. O obscuro escritor destas verdades. O quinto era um menino [Machado de Assis]... uma verdadeira criança: não tinha nome, e posto que hoje todos lho conheçam, não me convém a mim dizê-lo neste lugar.⁸⁸⁰

Esse foi o *Grupo dos Cinco*, como ficou conhecida a turma de meninos citada por Filgueiras. No entanto, esse grupo só poderia estar formado de fato em 1857, ano da primeira edição de *Lembranças de José Antônio*, quando por volta do mês de setembro Casimiro de Abreu retornou ao Brasil depois de um período vivendo em Portugal. Foi só depois de alguns meses, provavelmente já em 1858, que outro membro dos *cinco*, Joaquim Cândido Manoel de Macedo Junior, mudou-se do Rio Grande do Sul para a Corte. Então, foi a partir desta época que poderiam se reunir com os demais: Machado de Assis, Caetano Filgueiras e Gonçalves Braga. Uma questão interessante sobre os dois outros homens cuja presença tornava o grupo “algumas vezes [dos] sete”⁸⁸¹ é a possibilidade de ser um deles outro membro da Petalógica: Augusto Emílio Zaluar. O outro, conforme sugeriu Jean-Michel Massa, poderia ser José Alexandre Teixeira de Melo.⁸⁸²

Desses possíveis sete membros, Machado de Assis, Gonçalves Braga e Caetano Filgueiras,⁸⁸³ pelos textos publicados na *Marmota* (Filgueiras apareceu também na lista “das pessoas que assinaram e têm comprado *As Lembranças de José Antônio*”)⁸⁸⁴, já frequentavam

⁸⁷⁹ Não encontrei menção ao autor desse título. Sabemos, de todo modo, que José Joaquim Cândido de Macedo Junior era um dos membros que completava o *Grupo dos Cinco*. Portanto, é possível que este título seja ou de autoria de Macedinho, pois foi o único a quem nenhum título foi atribuído. Ou, como indicou Jean – Michel Massa, um erro de Caetano Filgueiras. Cf. MASSA, Op. Cit.,

⁸⁸⁰ FILGUEIRAS, Caetano. O Poeta e o Livro. In. ASSIS, Machado de. *Crisálidas*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier. 1864. p. 7.

⁸⁸¹ Foi o historiador Rodrigo Camargo de Godoi quem elencou Zaluar como membro da Sociedade Petalógica. Godoi encontrou o nome de Augusto Emílio Zaluar no texto memorialístico de Melo Moraes Filho sobre as comemorações do Carnaval no Rio em meados de 1850. Cf. MORAIS, Melo F. O Carnaval. *Gazeta de Notícias*. 21 fev.1887. p.1-2.

⁸⁸² MASSA, Op. Cit. p.152.

⁸⁸³ Caso seja de autoria de Caetano Filgueiras as poesias assinadas por Ry. *Filgueiras*, que já aparecem no jornal de Paula Brito em janeiro de 1854. FILGUEIRAS, Ry. O Beijo. *Marmota Fluminense*, n. 438. 24 jan. 1854. p.2.

⁸⁸⁴ *Marmota Fluminense*, n. 909.18 dez. 1857. p. 4.

a livraria e tipografia de Paula Brito desde 1854 e início de 1855. Já os outros dois meninos, Casimiro de Abreu e Macedo Júnior, o Macedinho, muito possivelmente entraram pela primeira vez na livraria e tipografia de Paula Brito a partir de fins de 1857 e início de 1858. Augusto Emílio Zaluar, o mais velho deles, é exceção, pois já é mencionado na *A Marmota na Corte*, em 1851 – dois anos depois de se mudar de Lisboa para o Rio de Janeiro – em uma crítica literária sobre seu volume *Dores e Flores*.⁸⁸⁵ Esse mesmo volume foi editado na Tipografia de Paula Brito e era vendido, nesse mesmo estabelecimento e em outras livrarias da corte, pelo valor de 3\$000 rs.⁸⁸⁶ Talvez tenha sido esse o mesmo volume, de sua autoria, usado como prêmio para a “melhor glosa” do mote “Pergunto a quem souber disto/Qual é de classe mais fina:/Se o Doutor formado em Leis,/Se o Doutor em Medicina.”, publicado, em 1851, em *A Marmota na Corte*.⁸⁸⁷ Em 1854, alguns versos de autoria de Zaluar foram usados como epígrafe na *Marmota Fluminense*.⁸⁸⁸ Mas foi em junho desse mesmo ano que apareceu, no fim da poesia de título *Aquela Estrela*, a assinatura *A. E. Zaluar*.⁸⁸⁹

Em dezembro de 1857 começou a circular em Petrópolis o jornal *O Paraíba*, uma publicação que se estendeu até 27 de novembro de 1859. Era um impresso que se dedicava aos problemas de Petrópolis, mas também ao Vale do Paraíba (constituído por parte dos atuais estados de São Paulo e Rio de Janeiro), buscando o desenvolvimento e progresso da região. Trazia questões relacionadas à liberdade, justiça e ao desenvolvimento da imprensa brasileira, bem como da instrução pública. Como demonstra o texto publicado já no primeiro número:

Esta folha tem por fim advogar os interesses e promover a prosperidade e progresso não só de Petrópolis, como das povoações do interior. O seu objeto principal é o estudo e exame das questões locais, administrativas, econômicas, industriais, comerciais e agrícolas, de cuja prática ou aplicação possa resultar verdadeira e real utilidade para a província. Trabalhos literários, sobretudo produções originais dos talentos mais distintos do Brasil e Portugal amenizarão as suas colunas, que estarão sempre abertas a todo o debate leal em que se guarde escrupulosamente as conveniências e dignidade da imprensa.⁸⁹⁰

Quem assinava como redator chefe, no cabeçalho do impresso, era um homem bem conhecido da Petalógica e do Grupo da Marmota, um iniciado. E, também, membro do Grupo dos Cinco, quando ele se tornava o Grupo dos Sete: Augusto Emílio Zaluar. Por sua vez, Machado de Assis foi um dos colaboradores do *Paraíba*, passou a ter textos seus publicados a

⁸⁸⁵ Cf. DORES E FLORES. *Marmota na Corte*. n. 161. 27 maio 1851. p.3.

⁸⁸⁶ DORES E FLORES. *Marmota na Corte*. n. 163. 03 jun. 1851. p.3-4.

⁸⁸⁷ QUESTÕES A PRÊMIO. *Marmota na Corte*, n. 197. 30 set. 1851. p. 4.

⁸⁸⁸ *Marmota Fluminense*. n. 450. 07 mar. 1854. p.3.

⁸⁸⁹ ZALUAR, Emílio Augusto. *Aquela Estrela*. *Marmota Fluminense*. n. 478. 13 jun. 1854. p. 2.

⁸⁹⁰ *O Paraíba*. n. 1. dez.1857. p. 4.

partir de abril de 1858, pelo menos três poesias e um artigo carregam sua assinatura.⁸⁹¹ Sobre essa colaboração de Machado de Assis, Lúcia Miguel Pereira questionou:

Quem o aproximaria da redação do *Paraíba*, publicado numa cidade que evidentemente não frequentava, separada que era do Rio por uma viagem incomoda? Seu amigo Gonçalves Braga, companheiro das tertúlias presididas por Caetano Filgueiras, de quem se publicaram também poesias? Quintino Bocaiuva que, embora não aparecendo como redator, era em regra, sobretudo nos primeiros tempos, o autor dos artigos de fundo?⁸⁹²

Por que não foi levantada a hipótese de ter sido Francisco de Paula Brito e a *Petalógica* os responsáveis por essa aproximação? Já que antes mesmo do *Grupo dos Cinco*, esses mesmos homens participavam das reuniões da agremiação presidida pelo editor e tipógrafo da Praça da Constituição? Já que Emílio Augusto Zaluar era também um iniciado na sociedade de *Petalogia*? Não estaria a autora, Lúcia Pereira, ainda sob o efeito de uma espécie de crivo que houve no final do século XIX que não permitiu, por exemplo, o conhecimento sobre ações de homens e mulheres negras que foram fundamentais em diversos âmbitos da sociedade oitocentista?

É possível que Augusto Zaluar tenha tido o auxílio de outro jovem chamado Quintino Antônio Ferreira Bocaiuva na criação do *Paraíba*. Célia Marinho de Azevedo o elencou como um dos “petalógicos mais jovens, ou seja, a geração nascida às vésperas da Independência, na década de 1820 e até fins de 1830”,⁸⁹³ ao lado de Machado de Assis, sobre quem teve bastante influência, seja na maneira de observar e analisar o teatro, por exemplo, seja por oferecer-lhe trabalho em um dos maiores jornais de circulação na Corte – o *Diário do Rio de Janeiro* –⁸⁹⁴ onde, inclusive, Machado de Assis escreveu a crônica de 1865 que descreveu a *Petalógica Primitiva* ou o *Café Procópio* de certa época. Mas não foi só em 1865 que Machado de Assis reservou parte de sua crônica ao Francisco de Paula Brito. Em 1861, como veremos mais adiante, Machado falou sobre as virtudes sociais e políticas, a inteligência e o amor ao trabalho que tinha o Paula Brito. Ademais, alguns trabalhos biográficos sobre o jovem sócio da *Petalógica* e futuro *Bruxo do Cosme Velho*, argumentam que não só nas crônicas saídas de sua

⁸⁹¹ O poema *Vem!* No número 37,11 dez. de 1858. p.2; uma tradução do poema de Lamartine *A uma donzela árabe*, no número 15, de 20 de jan. de 1859. p. 3. e *S. Helena*, no número 48, de 22 maio de 1859. p. 2-3. O artigo está sob o título: *A odisseia econômica do Sr. Ministro da Fazenda*, publicado no n. 58 de 26 de jun. de 1859. p. 2.

⁸⁹² PEREIRA, Lúcia Miguel. Machado de Assis: Op. Cit., p. 65-66.

⁸⁹³ AZEVEDO, Célia Maria marinho de. Op. Cit.,

⁸⁹⁴ “Quintino Bocaiuva [...] ofereceu-lhe um lugar na redação do *Diário do Rio de Janeiro*, cuja publicação, interrompida de há muito, ia recomeçar sob a direção do Dr. Joaquim Saldanha Marinho.” Ver em: BARREIROS. Art. MACHADO DE ASSIS. *Galeria contemporânea do Brasil [Iconográfico]: literária, artística, científica, política, agrícola, industrial e comercial*. Rio de Janeiro: Livraria Lombaerts & C., 1884. FOTOS-ARM.6.7.2(14-15) – Iconografia. Biblioteca Nacional.

pena figurou o editor da Praça da Constituição, mas também no conto, especificamente em *Valério*.

Valério, Sr. Z e Coronel Borges, membros da Petalógica

Há uma passagem do livro de Lúcia Miguel Pereira, em que a crítica literária acredita ser o conto machadiano de título *Valério*⁸⁹⁵ uma possível autorrepresentação de Machado de Assis no período em que trabalhou na Tipografia de Paula Brito. Em 1858, o novo ofício de revisor de provas na casa de Paula Brito, tirava Machado de Assis da condição operária para lançá-lo na imprensa. Mas, mesmo configurando uma ascensão social, ainda assim, segundo a autora, “entre os intelectuais que frequentava, devia sentir-se um pouco humilhado de sua condição...”

Traiu esse estado de espírito num conto publicado alguns anos mais tarde, no qual, contando as aventuras de um poeta pobre, ex-tipógrafo e no momento revisor de provas, fá-lo vislumbrar, num olhar do dono da casa onde se achava o desprezo pela sua situação. Imagina o pobre rapaz, evidentemente porta-voz do autor, que, se confessasse publicamente o ofício, o anfitrião haveria de pensar: ‘Pois este pelintra tem a honra de jantar aqui comigo, ver dançar os outros, estar aqui confundido com pessoas de certa ordem, e se há de ouvir e calar, responde quando ninguém lhe pergunta e por fim confessasse revisor de provas’.⁸⁹⁶

E Lúcia Pereira continua:

que grupo seria esse, tão seletivo, que tanto o humilhava e atraía? O Grupo da *Marmota* e da *Petalógica*, a sociedade lítero-humorística fundada por Paula Brito para contrariar os mentirosos, mentindo-lhes a fim de que eles, tomando como verdade tudo o que ouviam, o fossem repetindo por toda a parte e se desmoralizassem inteiramente ou perdessem o vício.⁸⁹⁷

É verdade que para a autora, Machado de Assis era maior que o grupo da *Marmota* e a *Petalógica*. Em diversos momentos se referiu aos membros do grupo de maneira bem severa: “Basta percorrer as coleções da *Marmota* para se ter a medida da indigência intelectual dessa gente, e da força da vocação de Machado, que não se deixou vencer pelo seu mau gosto, verdadeiramente incrível.”⁸⁹⁸ A *Marmota*, seria para a biógrafa, “um irrespirável ambiente de beletrismo”, composta de charadas, acrósticos, “versos cortesãos do Paula Brito, de sermões aos Irmãos Petalógicos.” No princípio, quando Machado passou a frequentar a loja e fazer parte do grupo, “deixou-se contaminar”, “rimava a propósito de tudo, pelo prazer de rimar.” Mas

⁸⁹⁵ ASSIS, Machado de. *Valério*. *Jornal das Famílias*. Rio de Janeiro, n. 12. 1874.

⁸⁹⁶ PEREIRA, Lúcia Miguel. *Op. Cit.*, p. 60.

⁸⁹⁷ *Idem*. 61.

⁸⁹⁸ *Idem*.

ainda assim, mesmo “a despeito da fraqueza dessas primeiras produções, o moço Machado deve ter tido um lugar de destaque na capelinha literária”.⁸⁹⁹

Eliane da Conceição Silva também escreveu sobre essa possibilidade de *Valério* ser uma autorrepresentação de Machado de Assis, mas com ressalvas – o que parece, inclusive, uma resposta a Miguel Pereira, mesmo sem citá-la.

Embora muitas vezes não concorde com tentativas de interpretação da obra machadiana por um viés autobiográfico, pois, em geral, tais explicações são marcadas por preconceitos de raça encobertos por certo psicologismo, não posso deixar de mencionar a semelhança que há entre o enredo do conto e o início da carreira do próprio Machado.⁹⁰⁰

Conceição traz as seguintes questões: “Como Valério, Machado tornou-se órfão de mãe muito cedo e passou a cuidar de sua própria vida por volta dos 15 anos”. A autora escreve sobre os momentos difíceis do jovem Machado, “trabalhando de caixeiro ao mesmo tempo em que se interessava pela política e pelas letras, adquirindo seu conhecimento como autodidata e mesmo o impasse sobre seu trabalho como tipógrafo.”⁹⁰¹ Mas restringe a Francisco de Paula uma nota de rodapé, quando menciona pessoas que facilitaram a atuação de Machado de Assis como autor:

Jean Michel Massa (1971, p. 82, 163) cita alguns nomes, dos quais destacamos: Francisco de Paula Brito, Quintino Bocaiúva, Bernardo Guimarães, entre outros. Sendo interessante notar, que Paula Brito, também descendente de negros, começou como tipógrafo na Imprensa Nacional e foi um nome importante para a cultura brasileira, posto que ajudara muitos que, como Machado, queriam escrever em um contexto tão adverso dado o alto índice de analfabetismo.⁹⁰²

Nada escreveu sobre o período em que, muito possivelmente, Machado de Assis trabalhou na tipografia de Paula Brito e sobre o novel autor ter tido suas primeiras obras publicadas na tipografia do editor ou ter nas páginas da *Marmota* muitos de seus primeiros textos. Ao complementar a nota citada, Conceição conclui que... “Como Valério, Machado acreditava no seu talento para as letras e como ele, envolveu-se com pessoas influentes para atingir seu objetivo.”⁹⁰³ No conto, quem apresenta Valério a um mundo até então desconhecido, um mundo de pessoas influentes, como o coronel Borges, é seu patrão *Sr. Z*, e é justamente esse o patrão a quem Lúcia Miguel Pereira acredita ser uma alusão ao patrão de Machado de Assis:

⁸⁹⁹ Idem. pp. 61-62.

⁹⁰⁰ SILVA, Eliane da Conceição. “*Estudos*” da violência: uma análise sociológica dos contos de Machado de Assis. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – FBN/MinC. Rio de Janeiro, 2007. p. 94.

⁹⁰¹ Ibidem.

⁹⁰² Idem. Nota 82, p. 161.

⁹⁰³ Idem. p. 94.

Paula Brito. Em outro momento, Conceição escreveu que Valério teve seus talentos usados de maneira injusta. Seria também o caso de Machado de Assis diante de Paula Brito e a Petalógica, como deu a atender Lúcia Miguel Pereira?

Vejam os que o *Valério* machadiano pode nos dizer a respeito dessa aproximação feita pelas duas autoras. Foi um conto publicado no *Jornal das Famílias: publicação ilustrada, recreativa, artística e etc.*, entre dezembro de 1874 e março de 1875. Já o jornal, circulava desde 1863 com esse título (e desde 1859 como *Revista Popular*), foi editado por B.L. Garnier, impresso em Paris e tinha como público principal “as gentis leitoras”.⁹⁰⁴ Tinha entre seus colaboradores alguns nomes conhecidos da Petalógica, como Augusto Emílio Zaluar; Caetano Filgueiras, Joaquim Manoel de Macedo e Norberto de Souza e Silva, portanto pessoas conhecidas de Machado de Assis desde que passou a frequentar a *Sociedade de Petalogia*.

O título do conto dá também nome ao protagonista da história, *Valério*, nascido na revolução de 1831, no Rio de Janeiro. Aos 30 anos de idade, e sem dinheiro, não conseguiu entrar para a escola de direito, como queria seu padrinho, general conhecido “por suas façanhas e mentiras”, que falecera anos antes sem deixar testamento. Com o “pouco que sabia de latim, geografia e história”, fez necessário iniciar em dois empregos: escrevente de cartório e revisor de provas em uma tipografia. Mesmo nesses dois empregos, Valério vivia pobremente, pois essas ocupações não permitiam grandes rendas aos trabalhadores. O jovem fluminense era um conhecedor da gramática portuguesa e, por esse motivo, candidatou-se à cadeira de gramática que vagou em uma escola pública, mas a vaga foi dada a outro candidato.

Um dia recebeu o convite para jantar na casa do escrivão do cartório onde trabalhava. A princípio Valério o recusou, alegou não ter sapatos adequados para o evento. Mas ao saber o aparente motivo da recusa, o escrivão tirou do bolso dez mil réis para que seu funcionário comprasse um par de calçados que substituísse o velho. E assim foi ele ao sapateiro, comprou um novo sapato.⁹⁰⁵ Com um bilhete de gôndola, conseguiu pagar o barbeiro e às 16:00 horas

⁹⁰⁴ AOS NOSSOS LEITORES. *Jornal das Famílias*, n. 1. jan. 1863. p. 1-2.

⁹⁰⁵ A maneira com Machado de Assis veste suas personagens nunca deve passar despercebida. Os sapatos, por exemplo, têm um papel fundamental na diferenciação, no século XIX, entre escravos e homens negros e pardos livres. Sobre isso, podemos trazer o que escreveu Alencastro em 1997: “Os documentos registram e as fotografias da época ilustram: um escravo de ganho – dono de um pecúlio tirado da renda obtida para seu senhor no serviço de terceiros – podia ter meios para vestir calças bem postas, paletó de veludo, portar relógio de algibeira, anel com pedra, chapéu coco e até fumar charuto em vez de cachimbo. Mas tinha de andar descalço. Nem com tamancos, nem com sandálias. De pé no chão. Para deixar bem exposto o estigma indifereçável do seu estatuto de cativo. Uma das astúcias dos escravos fugidos no Rio de Janeiro consistia em arranjar sapatos, calçá-los e misturar-se aos negros e mulatos livres e libertos que circulavam pela cidade.” Ver em: ALENCASTRO (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade social. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. No conto, Valério comprou seus sapatos novos, que aparentemente não eram tão novos assim, por um valor de 5 mil

estava pronto, em frente à casa do escrivão. E é a partir desse ponto que Lúcia Miguel Pereira faz a aproximação entre o escrivão – patrão de Valério – e Paula Brito – patrão de Machado de Assis – e os membros da Petalógica.

Sabem todos com que cara aparece um homem quando vai pela primeira vez *dans le monde*. O acanhamento é visível; não dá um passo que não olhe para todos; esconde-se voluntariamente e sempre que pode. Valério estava nessa situação, *acrescendo que o seu vestuário aumentava o contraste da sua pessoa no meio da sociedade em que se achava. Não havia luxo nem elegância nas pessoas convidadas pelo escrivão; a reunião era familiar, e o escrivão não estava em grandes relações com Botafogo*. Mas, apesar de tudo, havia entre a sociedade e Valério um abismo. *O escrivão recebeu o rapaz com certa afabilidade de superior, que mostrava da parte do homem um vício de educação ou de caráter* — porquanto o escrevente do cartório era um convidado da casa, e, como tal, estava nivelado com os outros. Nem o escrivão notava essa diferença nem Valério deu por ela; o cumprimento do escrivão causou grande prazer ao rapaz, que já estava embaraçadíssimo quando se viu alvo dos olhares das moças e dos rapazes.⁹⁰⁶

Não havia luxo nem elegância nas pessoas convidadas pelo escrivão e o mesmo não estava em grandes relações com Botafogo. Mesmo assim, o vestuário de Valério o fazia destoar das pessoas que estavam presentes na reunião familiar, havia um abismo entre o moço “laborioso e pobre”,⁹⁰⁷ um revisor de provas, e a sociedade ali representada naquela reunião. “Valério vivia pobrememente; recebia um mesquinho ordenado da tipografia”⁹⁰⁸, tinha “abundancia de apetites e escassez de jantares [...] muito trabalho e pouquíssimos recursos [...] Nulo passado, escasso presente, tristíssimo porvir”, “fazia justiça a sua posição, que era nenhuma”.⁹⁰⁹ Mas não havia nele paciência evangélica, mas sim estoica, “porque não era humilde, senão filósofo.”⁹¹⁰ Inclusive, pensava ser “descabelado” quando um funcionário municipal chamou o escrivão, seu patrão, de *camarista de Themis*: “O escrivão sorriu com um ar de quem ignorava o que era Themis, mas a palavra camarista sou-lhe bem ao ouvido.”⁹¹¹ Valério admirava os aplausos diante dos discursos à mesa que eram proferidos pelos *oradores de sobremesa* e eram, para ele, *patéticos e gaiatos*.

réis: “Estava, pois, reduzido a cinco mil-réis. Não era difícil comprar com esse dinheiro um par de sapatos, nem os seus eram de maior preço. Dirigiu-se a um sapateiro de décima classe, e aí mercou um par de sapatos de bezerra, que o sapateiro afirmava serem novos, mas que Valério supôs terem já alguma experiência do mundo e das calçadas.”

⁹⁰⁶ JOB. Valério. *Jornal das Famílias*. n. 12. dez. 1874. p. 371. *Grifo nosso*.

⁹⁰⁷ JOB. Valério. *Jornal das Famílias*. n. 02. fev. de 1875. p. 41.

⁹⁰⁸ JOB. Valério. *Jornal das Famílias*. n. 12. dez. 1874. p. 368.

⁹⁰⁹ JOB. Valério. *Jornal das Famílias*. n. 02. fev. de 1875. p. 41.

⁹¹⁰ JOB. Valério. *Jornal das Famílias*. n. 12. dez. 1874. p. 368 - 369.

⁹¹¹ JOB. Valério. *Jornal das Famílias*. n. 12. dez. 1874. p. 371.

Apesar de todo o sentimento lenitivo, o anfitrião, escrivão patrão de Valério, estava inquieto, esperava uma visita ilustre: o coronel Borges, “militar reformado, ex-deputado, ex-quase-ministro, figura que devia impor à reunião e levantá-lo [o escrivão] muito alto nos ânimos dos convidados.”⁹¹² Pois, às dez e meia chegava o coronel, acompanhado da esposa e filha. O escrivão ao receber o coronel demonstrou “amizade e respeito, às quais o coronel respondeu com esse ar solene e grave das capacidades e das nulidades. A entrada dos novos convidados fez impressão na sala; sentia-se a superioridade social do homem”.⁹¹³

A partir daí fala-se sobre um folheto, de autoria de um “amigo íntimo” do coronel Borges, que estava para ser lançado e que atacaria o governo. Seria, segundo o coronel, um “opúsculo de fazer época”, sob o título *Abaixo às máscaras*. Mas o escrivão não ficava contente com os ímpetos oposicionistas do coronel, pois tinha filho “em não sei que secretaria do Estado” e esforçava-se para desviar a conversa. Valério tentou aproximar-se do coronel, o que não foi bem recebido pelo escrivão, que fez “careta de desgosto”. Valério era revisor de provas na tipografia onde o opúsculo estava sendo impresso.

Novo silêncio e mais prolongado. O escrivão tinha a cara mais vermelha que um pimentão; se um olhar fulminasse, Valério já não era gente, pois o que o escrivão lhe lançou continha raios de raiva, despeito, nojo. Traduzido em vulgar, o olhar do escrivão queria dizer: — Pois este pelintra vem ter a honra de jantar comigo, ver dançar os outros, estar aqui confundindo com pessoas de certa ordem, e se há de ouvir e calar, responde quando ninguém lhe pergunta, e por fim de contas, confessa-se revisor das provas!⁹¹⁴

Valério, então, salvou-se da situação com o escrivão diante da bondade com que o coronel o tratou “a bondade com que o coronel tratava ao escrevente, teve o dom de acalmar os furores do escrivão que já trocava palavras com o rapaz; e quando viu levantar-se o coronel de braço com Valério, a indiferença do escrivão tornou-se em viva simpatia.” Mais tarde, ao despedir-se do coronel, o patrão de Valério alertou ao revisor de provas: “Cultive essa amizade [...] é um excelente homem e dotado de uma inteligência brilhante; frequente esta roda, que vai bem”⁹¹⁵

Valério atendeu ao conselho do escrivão, mas por ingenuidade ao acreditar que o coronel Borges poderia ser dele um protetor. Ficou um tempo servindo a família do coronel, tudo sem nenhuma remuneração, a *amizade* era a moeda de troca. O *favor* unilateral era o que mediava a relação. Todo o trabalho intelectual que prestava, as leituras e revisões que Valério fazia, o livro

⁹¹² JOB. Valério. *Jornal das Famílias*. n. 12. dez. 1874. p. 372.

⁹¹³ JOB. Valério. *Jornal das Famílias*. n. 001. jan. 1875. p. 11.

⁹¹⁴ JOB. Valério. *Jornal das Famílias*. n. 001. jan. 1875. p. 13.

⁹¹⁵ JOB. Valério. *Jornal das Famílias*. n. 001. jan. 1875. p. 14.

inteiro que escreveu e cujo coronel ganhou a autoria, os favores que prestou a filha por sua paixão pelo primo. No entanto, faticamente, Valério adoeceu e, durante dois meses alguns de seus vizinhos e um médico o ajudaram, mas algumas despesas se acumularam diante da doença e uma dívida de 200 mil réis se formou. Valério vai em busca de ajuda, mas nem escrivão, nem coronel buscaram saber sobre ele nesses meses ausentes. Depois de recuperado, vai até o escrivão, seu patrão, em busca de retomar o emprego, mas o Sr. Z já havia admitido outro moço, por necessidade do serviço. Na tipografia ainda conseguira algumas provas para ler.

Em busca da ajuda do coronel, indo em sua casa e não o encontrando, foi com ele poder conversar no Largo do Rocio (ou seja, a Praça da Constituição), nessa ocasião corria a informação de que o coronel aderira ao programa ministerial, por conta também do emprego público do sobrinho e genro e “alguns favores mais”. A situação havia mudado drasticamente nesses últimos meses, até o posicionamento político do coronel, que agora não era mais oposição ao governo. Valério não recebeu a ajuda do coronel Borges.

Machado de Assis deu nome a um dos patrões, o Sr. Z, mas ao dono da tipografia, não. Um fato já no final do conto chama a atenção.

Dois golpes acabaram, entretanto, por lhe abater completamente o ânimo. Um foi o incêndio na tipografia. Estava Valério em casa quando soube do desastre; eram dez horas da manhã. Seguiu para o lugar; achou a casa em ruínas. Os tipos ficaram todos fundidos; o dono do estabelecimento estava quase doido.⁹¹⁶

O mesmo aconteceu com a tipografia de Paula Brito, em 1866. Nesse período estava sob direção de sua mulher, a então viúva Rufina. A notícia saiu no *Diário do Rio de Janeiro*, quando Machado de Assis era ainda cronista do jornal.

Anteontem a uma hora da noite foram destruídas por incêndio, as casas n. 70 e 72 da Praça da Constituição. [...] Foi também quase destruída a tipografia pertencente à viúva Paula Brito na casa de n. 68 tendo ficado os fundos da casa totalmente queimados e também parte da frente do estabelecimento.⁹¹⁷

O estrago foi bastante expressivo. Além do fogo, a água usada para apagá-lo inundou a tipografia, danificando papéis, livros, prelos e outros itens do maquinário tipográfico. Depois do ocorrido, Rufina ainda permaneceu na Praça da Constituição até 1868, quando transferiu a tipografia para a Rua do Sacramento, permanecendo nesse endereço até 1875. Talvez tenha sido coincidência o fato das tipografias onde trabalhou o protagonista Valério e aquela em que

⁹¹⁶ JOB. Valério. *Jornal das Famílias*. n.3. mar.1875.

⁹¹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, n. 231. 27 set. 1866. p. 2.

trabalhou Machado de Assis, como revisores de provas, tenham pegado fogo. Mas, tenho para mim que dificilmente a literatura seja resultado de coincidências. Acredito mais na sua incontornável disposição em transmutar o mundo social, a experiência das pessoas, em forma artística.⁹¹⁸

A escolha pelo nome *Sr. Z* pode não ter sido uma escolha aleatória. Como demonstrou a historiadora Raquel Campos, Machado de Assis “batizava suas criaturas com nomes significativos”.⁹¹⁹ Em 1849, no jornal *A Marmota na Corte*, Paula Brito contava:

Rogo à bela rapaziada desta cidade (que bastante viveza tem), que me remetem à tipografia notícias interessantes que eu publicarei, e basta só darem o tema que eu farei o sermão. Os que tiverem veia poética mandem todas as poesias que fizerem, ainda mesmo incorretas que eu as corrigirei, e quanto à crítica suprirei a falta, ainda que mal, do extinto z, o qual tanto apreço teve por analisador.⁹²⁰

Ou seja, a partir de 1849 quem passava a usar o pseudônimo Z seria Francisco de Paula Brito. Pois bem, guardemos essas informações sobre o conto e passemos a refletir sobre a figura de Paula Brito. A análise que Rodrigo de Godoi fez do retrato do editor que ilustra o livro de poesias de sua autoria, organizado por Moreira de Azevedo, pode nos ajudar a entender um pouco a aproximação feita por Lúcia Pereira entre as personagens do conto, Paula Brito e a Petalógica: “tudo indica que o retrato de Francisco de Paula Brito [...] foi litografado a partir de um quadro inaugurado na sede da Sociedade Petalógica na noite de 15 de dezembro de 1862”.⁹²¹ O retrato de Paula Brito...

fazia boa figura ao ser imortalizado ostentando um semblante plácido, elegantemente vestindo uma sóbria casaca preta, camisa branca e gravata. Nesse sentido, ainda que possivelmente póstumo, o retrato diz muito. Se a cor da pele, não disfarçada pelo artista, torna-se signo manifesto das vivências escravas de seus antepassados, os trajes não deixam dúvidas de que se tratava de um cidadão de ascendência africana bem situado na sociedade em que viveu.⁹²²

Outra análise feita por Rodrigo de Godoi, nos ajuda a entender um pouco mais a figura e o lugar social que pode ter ocupado o editor na sociedade em que estava inserido: o anúncio de “Aula de meninas”, publicado em 1844, em *O Brasil*, jornal redigido por Justiniano José da Rocha – outro iniciado na *Sociedade de Petalogia* – e impresso na Tipografia Imparcial de F.

⁹¹⁸ DUARTE, Adriano. Literatura, política e história na obra de E. P. Thompson. *Artcultura*, 23(42), 50–65. <https://doi.org/10.14393/artc-v23-n42-2021-61851>.

⁹¹⁹ Ver em: CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. O Problema do Nome Próprio e o Projeto Literário Machado. *História Revista.*, Goiânia, v. 24, n. 3, p. 51-67, set./dez.2019. E CAMPOS, 2014.

⁹²⁰ BRITO, Francisco de Paula. *A Marmota na Corte*, n. 1, pp. 1-2,7 set. 1849.

⁹²¹ GODOI, Op. Cit., p. 21.

⁹²² *Ibid.* p. 22.

de P. Brito. Ao ler o anúncio, os interessados tinham conhecimento de que as aulas aconteciam em um estabelecimento que estava situado no Beco da Barreira e era dirigido por “uma senhora respeitável e suas filhas”. As alunas que frequentavam as aulas aprendiam “primeiras letras, quatro espécies de contas, trabalhos de agulha e de tesoura no gênero e gostos conhecidos – e isto com a maior perfeição possível.”⁹²³ A casa possuía proporções para receber pensionistas, por preços razoáveis e também “raparigas escravas para aprenderem o trabalho de agulhas e de tesouras [...] cozinhar e fazerem doces de todas as qualidades”.⁹²⁴ Informava aos leitores que embora não possuísse “a nomeada dos grandes colégios”, os chefes de família tinham muito a ganhar com ela e alguns senhores poderiam certificar tal fato, pois tinham suas filhas matriculadas no estabelecimento, como “os senhores – major Schoukow (do Largo de São Francisco de Paula), tenente coronel F. Ferreira Gomes, José Pedro Fernandes, Cantalice, Manoel Alexandre da Silva, José Maria de Sousa e F. de Paula Brito.” Ou seja, Paula Brito serviu de parâmetro para outros senhores que possuíam a mesma condição. Era, como demonstrou Godoi, um homem, impressor, comerciante e editor reconhecido no Rio de Janeiro, “a ponto de servir de garoto-propaganda para o colégio de suas filhas.”⁹²⁵

Antes, em 1835, como já vimos nessa história, Paula Brito anunciava no *Diário do Rio de Janeiro*, que ao lado da sua Tipografia – no Largo do Rocio (onde, no conto, Valério encontra o coronel Borges e onde, fora da ficção, se encontravam os membros da Petalógica) – agora era também possível encontrar, na Rua ao lado, da Lampadosa, seu “escritório particular” para onde os interessados nos “impressos em segredo” deveriam se encaminhar. Além dessa novidade, o nome da tipografia também mudava, o que antes se chamava Fluminense, passava a ser Tipografia Imparcial de Brito. Nome que insinuava a imparcialidade política. Entretanto, conforme escreveu Rodrigo de Godoi...

imparcial mesmo só a tipografia. Findo os anos exaltados da Regência, o editor a princípio flertou com os liberais, sobretudo durante a campanha pela maioria de dom Pedro II. Porém, logo em seguida, passou para o lado dos conservadores, lá permanecendo até o fim da vida. Essas alianças foram fundamentais para a ascensão social do impressor que pode ser avaliada no desempenho de Paula Brito como comerciante de artigos diversos, assim como nas melhorias técnicas realizadas na tipografia.⁹²⁶

A literatura é por vezes uma das fontes mais interessantes quando no entrecruzamento com e na busca pelo conhecimento sobre a história, “são dois modos entrelaçados de pensar a

⁹²³ APROVEITÁVEL AULA DE MENINAS. *O Brasil*. n. 551. 22 de jun. 1844. p. 4.

⁹²⁴ APROVEITÁVEL AULA DE MENINAS. *O Brasil*. n. 551. 22 de jun. 1844. p. 4.

⁹²⁵ GODOI, Op. Cit., p. 116.

⁹²⁶ GODOI, Op. Cit., p. 117.

agência humana”, funciona também como chave para pensar o mundo com seus conflitos e contradições e “o lugar que as pessoas ocupam” nesse mundo. Thompson, por exemplo, usou a literatura para descrever a complexidade das relações humanas, assim como as elaborações subjetivas e objetivas daqueles que estão envolvidos no processo literário.⁹²⁷ Preocupava-se, sobretudo, com a “incontornável imbricação do mundo social transmutado em forma artística”. Movimento esse “que produz a especificidade da literatura como fonte e documento.”⁹²⁸ Portanto, pensemos no pano de fundo social que nos é apresentado no conto *Valério* e como ele nos permite compreender um pouco melhor as contradições tanto da sociedade quanto dos indivíduos que viveram entre os períodos de 1830 e 1870, as historicidades do conto. A existência de Paula Brito e do próprio Machado de Assis, e muito provavelmente de muitos outros membros da Petalógica, desse modo, não escapa a isso.

O cruzamento entre identidades raciais e identidades políticas, quando ambas se constituíam fazendo uso da imprensa, encontraria no impressor descendente de escravos um ponto em torno do qual emergiam as tensões mais significativas do momento; o cruzamento entre o indivíduo, com suas ambições e sonhos empresariais, e a corrente de capitais que buscam novos destinos após o fim do tráfico de africanos traria ao editor as oportunidades de ascensão e queda, de testar os limites da proteção e de conhecer as agruras da especulação.⁹²⁹

As contradições são inerentes à complexidade da experiência humana. Talvez Paula Brito possa estar em *Sr. Z*, mas também em *Borges* e até mesmo em *Valério* em algum outro momento da vida. Assim como o coronel Borges, Paula Brito também mudou seu posicionamento político, como demonstrou Godoi, manobra que foi fundamental para sua ascensão social enquanto um comerciante de livros e impressos. Vejam bem, Paula Brito pode ter sido um dos primeiros proprietários de prelo mecânico no Rio de Janeiro. Em meados de 1840, período de sua guinada aos conservadores, mas também com a venda de diversos produtos em sua livraria que variavam de chás, livros, utensílios de escritório, entre outros, Paula Brito “tornara-se seguramente o proprietário de uma das melhores tipografias do Rio de Janeiro.”⁹³⁰ O editor fez amizades com pessoas que facilitaram essa ascensão social, como Paulino José de Sousa, também membro da Sociedade Petalógica, líder do partido conservador, entre 1840 e 1850, com grande influência e poder político. Tendo, juntamente com outro

⁹²⁷ DUARTE, Adriano. Op. Cit.,

⁹²⁸ Ibid.

⁹²⁹ GODOI, Op. Cit., p. 13.

⁹³⁰ Ibid. 124.

membro da Petalógica, Eusébio de Queirós, também amigo próximo do editor, formando a conhecida “tríade saquarema”.⁹³¹

Ou seja, assim como as personagens do conto *Valério*, e talvez não pudesse ser diferente, Paula Brito e os membros da Petalógica, inclusive Machado de Assis, também vivenciaram relações mediadas pelo favor numa sociedade escravista e, portanto, hierarquizada. Mas muito possivelmente, Paula Brito experimentou essas relações tendo acesso a uma materialidade que não era possível de acessar por Valério, ou pelo jovem Machado de Assis, por exemplo. De outro modo, a materialidade acessada por Paula Brito o distanciava socialmente também de coronéis Borges, ou limitava essas relações. Pensemos a partir das três classes de população, trabalhadas por Schwarz, que a colonização produziu com base no monopólio da terra: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”.

Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e seus bens depende materialmente do *favor*, direto ou indireto de um grande. O agregado é a caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. *Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção europeia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O favor é nossa mediação quase universal* – e sendo mais simpático do que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçado de violência, que sempre reinou na esfera da produção.⁹³²

Talvez estivesse Paula Brito entre os profissionais liberais que dependessem do favor para o exercício de sua profissão, mas também para a segurança de sua propriedade, no caso a loja e tipografia. A maior parte dos membros da Petalógica eram integrantes do grupo de homens considerados, pela Constituição do Império, *cidadãos ativos* que, dentre outros quesitos, possuíam renda líquida anual de 200 mil réis por bens de raiz, indústria, emprego ou comércio (coincidência ou não, o mesmo valor da dívida de Valério) e, portanto, poderiam votar

⁹³¹ GRINBERG, Keila. Paulino José Soares de Souza. In: VAINFAS, R. (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

⁹³²Ibid. *Grifo nosso*

nas eleições para deputados, senadores e membros dos conselhos provinciais.⁹³³ Francisco de Paula Brito faleceu em dezembro de 1861, mas conforme o censo de 1872, publicado dois anos antes de sair na imprensa o conto *Valério*, Francisco de Paula Brito faria parte dos 13% da população votante da Corte – que provavelmente seria ainda menor em 1860 – mas o jovem Machado de Assis não.

Em 1831, mesmo ano em que Machado faz nascer Valério, nascia também um novo comerciante de livros e impressos na corte. Francisco de Paula Brito comprava de seu primo, Silvino José de Almeida, a loja e livraria da Praça da Constituição, n. 51. Nascia também “o primeiro editor digno desse nome que houve entre nós”, como descreveu Machado de Assis, em 1865,⁹³⁴ e como demonstrou Rodrigo Godoi: “foi na primeira metade do século XIX, por volta de 1830, que apareceu o editor enquanto empreendedor do mercado de bens culturais impressos.”⁹³⁵ Foi também nesse período, conforme indica uma das primeiras Atas da agremiação, publicada na *Marmota Fluminense*, que os encontros da futura Sociedade Petalógica tiveram início. A Sociedade Petalógica, ou de Petalogia, sociedade que, segundo o seu título, não trata senão de *petas*, é um ajuntamento de pessoas, mais ou menos instruídas, que, há cerca de 20 anos se reúnem n’um dos lugares mais belos e mais conhecidos desta Corte.⁹³⁶ Portanto, nasceram na mesma época Valério, o comerciante de livros e periódicos Francisco de Paula Brito, seu estabelecimento na Praça da Constituição e a Sociedade Petalógica. Não nasceram bem, é verdade. O princípio da década de 1830, como já apareceu nessa história, foi turbulento. Marcada pela abdicação de Pedro I e pelo fortalecimento do poder político das elites locais, proprietários de terras e de escravos. Foi também nesse ano que se criou a Guarda Nacional, que estava a serviço desses proprietários e de chefes políticos locais que passam a ser chamados de coronel. Então, seja talvez esse o ano em que coronéis Borges também tenham nascido. A Lei de proibição do tráfico de escravos e, na historicidade do autor, ou seja, quando *Valério* foi escrito, em 1874, também vivia a ressaca de um período de intenso debate político em torno da Lei do Ventre Livre, de 1871 e o “tempo saquarema”.⁹³⁷

Valério é um conto machadiano onde é possível perceber a complexidade das relações baseadas no *favor*, no caso do protagonista, um homem livre e pobre que se relaciona com o coronel Borges de maneira submissa e humilhante, e em menor medida a seu patrão, o escrivão

⁹³³ GODOI, Op. Cit.,

⁹³⁴ ASSIS, Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*. 3 de jan. 1865. p. 1.

⁹³⁵ GODOI, Op. Cit., pp. 24-25.

⁹³⁶ A SOCIEDADE PETALÓGICA. *Marmota Fluminense*. n. 308. 05 jul. 1853. p. 1.

⁹³⁷ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Sr. Z, que não possuía boa relação em Botafogo, mas comparada a condição social de Valério, usufruía de uma boa condição, principalmente pelas relações que subentendia. Para o coronel Borges, prestava trabalho intelectual em troca de “amizade”, que nunca existiu, levando, no final do conto, à miséria e ao suicídio de Valério. Portanto, a partir da leitura e interpretação de *Valério* é possível entender um pouco mais sobre as relações de poder, na vida social e política. Os favores estavam consubstanciados no compadrio, nas relações de parentesco e nas redes de sociabilidade. Daí a frase recorrente no vocabulário do povo brasileiro: “Quem não tem padrinho morre pagão”. Valério pode ser uma autorrepresentação do Machado de Assis numa sociedade de Corte, com todas as contradições inerentes a uma sociedade escravista, racista, baseada nas relações de poder, com o “favor” definindo o perfil social do retratado. Sendo que os jovens com propensão à literatura, tem como primeiro emprego a colaboração na imprensa, seja como poeta, cronista, contista, redator, editor, revisor, ilustrador, etc. Na dinâmica do campo literário em formação, com o romantismo, emerge a “geração petalógica”, que transitava em torno do poder, da casa-editora do Paula Brito, das redações de jornais e revistas e das sociedades ou agremiações literárias e quiçá das confeitarias. Pensando nessas categorias de análise, *Valério* cabe em Machado de Assis mas, pode ser outros intelectuais/homens de letras da Corte Imperial. É muito possível que o ainda futuro Bruxo do Cosme quando escreveu *Valério* incorporou características autobiográficas, mas também usou da liberdade ficcional ou poética para escrever esse gênero literário.

De todo modo, Machado de Assis tinha em Paula Brito um amigo. O editor faleceu no início do mês de dezembro do ano de 1861. No dia 24, Machado de Assis escrevia sobre ele em seus *Comentários da Semana*, do *Diário do Rio de Janeiro*.

pelas suas virtudes sociais e políticas, por sua inteligência e amor ao trabalho, havia conseguido a estima geral. Começou como impressor, como impressor morreu. Nesta modesta posição tinha em roda de si todas as simpatias. Paula Brito foi um exemplo raro e bom. Tinha fé nas suas crenças políticas, acreditava sinceramente nos resultados da aplicação delas; tolerante, não fazia injustiça aos seus adversários; sincero, nunca transigiu com eles. Era também amigo, era, sobretudo, amigo. Amava a mocidade, porque sabia que ela é a esperança da pátria, e, porque a amava estendia-lhe quanto podia a sua proteção. Em vez de morrer, deixando uma fortuna, que o podia, morreu pobre como vivera graças ao largo emprego que dava às suas rendas e ao sentimento generoso que o levava na divisão do que auferia do seu trabalho. Nestes tempos de egoísmo e cálculo, deve-se chorar a perda de homens que, como Paula Brito, sobressaem na massa comum dos homens.⁹³⁸

⁹³⁸ ASSIS. Machado de. *Comentários da Semana*. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 351. 24 dez. 1861. p. 1.

Três anos depois, voltaria a lembrar do amigo editor e da Sociedade Petalógica que continuava em funcionamento (pelo menos até 1864), a obra sobreviveu ao autor. Nesse ano Machado de Assis falava sobre a participação da Petalógica na comemoração e festejos pela independência do Brasil. A maior parte das notícias que aparecem na imprensa que estão relacionadas à Petalógica, depois da morte de Paula Brito, se restringem a, principalmente, esses dois assuntos: carnaval e festejos em comemoração à independência.

A sociedade Petalógica, como é sabido, teve nascimento na antiga casa do finado e sempre chorado Paula Brito. Quando a sociedade nasceu já estava feita; não se mudou nada ao que havia, porque os membros de então eram aqueles que já se reuniam diariamente na casa do finado editor e jornalista. [...] Todos a vimos, pois, sempre à frente das manifestações públicas nos dias santos da história brasileira. Ainda neste ano a velha associação (*honni soit qui mal y pense!*) mostrou-se animada do mesmo entusiasmo de todos os anos.⁹³⁹

Como escreveu Machado de Assis, Francisco de Paula Brito foi o primeiro editor, digno desse nome, que houve entre nós. Foi o Paula Brito o primeiro editor de Machado de Assis, alguém que lhe apresentou a Sociedade Petalógica do Rocio Grande e assim lhe apresentou um mundo cheio de possibilidades literárias e profissionais. Não é exagero dizer que a rede de sociabilidade em torno de Paula Brito e a Sociedade Petalógica mudaram a trajetória do jovem Machadinho e futuro Bruxo do Cosme Velho.

Napoleão é nova-iorquino

Ao leitor e leitora que até aqui chegaram, penso que não se surpreenderão com o fato de que, em 1861, uma *peta* circulou, em menos de quatro meses, por seis países diferentes. Penso que não haverá surpresas porque já viram nessa história versões brasileiras para *petas* de outras nacionalidades, como França e Estados Unidos, por exemplo. Desta vez, trata-se de uma espécie de anedota intitulada Petalógica, que trouxe uma versão inusitada sobre a trajetória do imperador francês Napoleão Bonaparte (1769-1821). O que mais interessou na anedota, chamada pela Sociedade Petalógica de *peta*, foi o fato de que a mesma circulou, em menos de quatro meses, em doze periódicos de seis países diferentes. Embora o início da circulação, ou o que acredito que tenha sido, possa dar pistas do que tenha motivado a criação da *peta* sobre Napoleão, esse não é o objetivo agora, mas sim a reflexão sobre como alguns impressos e, deste modo, personagens e ideias circularam em distintos pontos do globo no oitocentos e o que isso pode nos revelar e contribuir para o campo historiográfico.

⁹³⁹ ASSIS, Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 250. 11 set. 1864. p. 1.

Busquei refletir, sobretudo, sobre as possibilidades de perguntas que o pesquisador e pesquisadora podem se valer, quando inspirados no interesse pelas conexões, comparações e apropriações, ou processos de agregação que se estendem além das fronteiras nacionais, regionais e locais. Como em um laboratório, trago a experiência e o conteúdo de uma *peta*. E, inspirada em uma análise feita pelo historiador Henrique Espada Lima – mas no caso deste capítulo o conteúdo empírico é o da fonte – busco uma breve reflexão sobre como essas novas (ou não tão novas assim) “inflexões historiográficas” podem auxiliar o historiador e a historiadora na tarefa de encontrar novas e mais enriquecedoras maneiras de ver e escrever a história.⁹⁴⁰

Como vimos, Machado de Assis afirmou, em 1865, que “Paula Brito foi o primeiro editor digno desse nome que houve entre nós.”⁹⁴¹ Rodrigo de Godoi, transformando essa afirmativa em questão e por intermédio da biografia sobre Francisco de Paula Brito, analisou as condições históricas que permitiram a emergência do empreendedor do mercado de bens culturais impressos – o editor – no Rio de Janeiro em meados de 1830, confirmando o que havia escrito Machado de Assis: Paula Brito foi o primeiro editor que existiu entre nós. Godoi demonstrou que ao mesmo tempo em que Paula Brito constituiu-se, no Rio de Janeiro, como empreendedor “do universo em expansão dos jornais, revistas, livros e demais impressos”, paralelamente constituíam-se também outros sujeitos e empresas como a Blackwood, em Edimburgo; a Ticknor and Fields em Boston; Michel e Calmann Lévy em Paris e George Palmer Putman em Nova York, todos por volta de 1830.⁹⁴²

Essa questão pode nos fazer refletir sobre como a trajetória de Paula Brito e da Petalógica pertencem também à vasta história das conexões globais, onde processos históricos que atravessaram os oceanos também permearam a sua trajetória individual. Processos como a ampliação do número de leitores, por motivo do crescimento demográfico; melhores condições tipográficas para impressão de livros e os mais diversos periódicos; o intercuro cultural de letrados, seja pessoalmente ou por meio de seus escritos; o desenvolvimento do transporte marítimo e a expansão do alcance do comércio internacional. Questões essas que favoreceram “as intensas trocas entre as diferentes partes do globo.”⁹⁴³

⁹⁴⁰ LIMA, Henrique Espada. História Global do Trabalho: um olhar desde o Brasil. *Mundos do Trabalho*: Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 10, n. 19, p.59-70, nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/issue/view/2792>. Acesso em: 30 mar. 2020.

⁹⁴¹ ASSIS, Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 2. 03 de jan. 1865. p. 1.

⁹⁴² GODOI, Op. Cit., p.25.

⁹⁴³ ABREU, Márcia; MOLIER, Jean-yves. Circulação transatlântica dos impressos: A globalização da cultura no século XIX. In: GRANJA, Lúcia; LUCA, Tania de (Org.). *Suportes e Mediadores: A circulação Transatlântica dos impressos (1789 - 1914)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p.10.

No Brasil, o aparecimento do editor Francisco de Paula Brito coincidiu com a formação do Estado nacional. E é nesse período que as trocas entre as diferentes partes do globo foram bastante particulares, porque os processos de constituição dos Estados nacionais tinham como característica o fato de que as singularidades locais funcionavam como alicerce para a soberania política.⁹⁴⁴ Henrique Espada Lima, ancorado nos estudos de Benedict Anderson, demonstrou que o que a ideia de nação tentou capturar como uma unidade cultural e linguística, traduziu também em questões materiais as inter-relações econômicas possíveis por conta do mercado capitalista em expansão advindo da industrialização. Só foi possível “imaginar” as comunidades nacionais por motivo da combinação entre o capitalismo, a imprensa e a diversidade linguística humana. “Assim, um dos aspectos mais intensamente contraditórios desse processo de constituição da ideia de nação é que ela não se opunha à expansão das conexões globais que o próprio capitalismo produziu, mas, ao contrário, era tornada possível por ela.”⁹⁴⁵

Como o leitor e leitora podem concluir a essa altura do texto, foi também por volta de 1830 que as reuniões da Sociedade Petalógica do Rocio Grande passaram a acontecer. Ou seja, se formava a nação, o editor e a Petalógica. As fronteiras nacionais, por sua vez, não foram impedimento para a circulação e o trânsito de *petas*, como busco demonstrar a seguir. Nesse caso, além de Paula Brito e o suporte impresso, a própria Sociedade Petalógica do Rocio Grande pode ser compreendida como um espaço onde as trocas interterritoriais aconteceram. Vamos à peta! Aos quatorze dias do mês de novembro, do ano de 1861, um artigo publicado na primeira página do jornal contava que...

Quando criamos a *Sociedade Petalógica*, com o fim útil de dar cabo aos mentirosos, impingindo-lhes petas que eles para logo voavam a apregoar, vendo-se depois corridos pelo descobrimento da verdade; não sabíamos que nossos irmãos norte-americanos eram tão fortes nesse gênero de distração. Para prova do que avançamos, vejam nossos leitores [...] Os anglo-americanos, depois de terem inventado que a lua é habitada e muitas outras histórias desse teor [...] lembraram-se agora de inventar que Luís Napoleão é um aventureiro de Nova York, chamado Clofin Bowen, que intimamente se ligara com o verdadeiro Napoleão, quando este estivera nos Estados Unidos e com o qual se pareciam a ponto de se confundirem.

O inventor da fábula conta que, na véspera do dia em que o príncipe devia partir para a Europa, assistiu com Bowen a uma ceia com outras pessoas.

⁹⁴⁴ Ibidem. p.10.

⁹⁴⁵ LIMA, Henrique Espada. O global e seus paradoxos: a construção imaginada de um campo historiográfico. *Esboços: História em contextos globais*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 486-500, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/issue/view/2747/showToc>>. Acesso em: 31 out. 2019. p. 493.

No fim da ceia o príncipe caiu morto, fulminado por uma apoplexia. A dona da casa mostrou-se assustada com o acontecimento, que lhe devia trazer incômodos.

Clofin sossegou-a, dizendo que tomaria o nome e lugar do príncipe, de quem conhecia todos os negócios particulares e partiria para a Europa com o vestuário, bagagem, etc., daquele de quem tomava o lugar, servindo-se do mesmo bilhete de passagem que o verdadeiro príncipe tinha tomado a bordo do navio.

Assentaram nisto e enterraram o príncipe num dos pátios da casa.

O resto da história é fácil de imaginar, diz o fantasiador do conto. Clofin Bowen, o aventureiro audaz, é hoje o imperador dos franceses. Os seus cúmplices vivem ainda e ocupam boa posição na sociedade americana, com fundos que lhes são remetidos de Paris com toda a pontualidade.

Esta absurda história é adornada com tantos pormenores, que há na América muito quem acredite.⁹⁴⁶

Esse mesmo texto foi publicado em doze periódicos, de seis países diferentes, em aproximadamente quatro meses. Sua primeira aparição foi em 10 de agosto de 1861, no jornal londrino *The Athenaeum*. No mesmo mês, no dia 20, apareceu ainda no *Sherborne Mercury Dorset*. Três dias depois em *La Época*, em Madri e, no dia 25 no jornal *La España*, também em Madri. Em 4 de setembro a mesma anedota foi publicada no jornal *La Esperanza*. No dia 17 de outubro a história sobre Clofin Bowen surgiu nas folhas do *Diário de Pernambuco*, no Brasil. Um dia depois apareceu no jornal escocês *The Bendigo Advertiser* e no dia 29 no australiano *The Geelong Advertiser*. Em 9 de novembro a história voltou a aparecer no Brasil, no *Correio da Tarde*, no Rio de Janeiro. Assim como no *Pedro II*, do Ceará, em 15 do mesmo mês. Entre esse meio tempo, no dia 13, a história foi publicada no *The Weekly Standard*, que circulou em Buenos Aires, na Argentina.

Para George Minois, cada nação fabrica seu riso. Por ter seus próprios demônios, esses inspiram risos específicos que ilustram o temperamento do povo em questão. Cada grupo humano, portanto, alimenta seu humor com elementos próprios da sua história e cultura, o que, às vezes, torna o humor incomunicável de um grupo ao outro. Há em cada país grande variedade de humor e, como foi argumentado anteriormente, para entendê-lo é preciso colocá-lo em seu ambiente natural e determinar-lhe sua função social.⁹⁴⁷ Tratando-se de uma *peta*, segundo os autores citados, só era possível entendê-la ou reconhecê-la como uma mentira de espanto quando era possível entender também o que ela representava na sociedade que era seu ambiente natural. Mas, como entender uma determinada *peta* que enganou e/ou causou o riso em diversas partes do mundo? Sabe-se inclusive que a história foi crida por muitas pessoas. Mas

⁹⁴⁶ *A Marmota Fluminense*, n. 1316, 14 nov. 1861. p.1.

⁹⁴⁷ MINOIS, Georges. Op. Cit.

principalmente, por que e como essa “fábula curiosa” fez sentido e dissolveu as barreiras nacionais do Brasil, Argentina, Escócia, Inglaterra, Espanha e Austrália?

Aventuro-me em uma hipótese. Ao longo da primeira metade do século XIX, os Estados Unidos estavam orgulhosos em proclamar suas diferenças com relação ao Velho Mundo. Sentiam-se confiantes com seu sistema político e o crescimento de sua economia, reconhecendo-se prontos a se estabelecer no Ocidente. Todo o sucesso e realizações fortaleciam a fé na excepcionalidade e no senso de missão dos americanos.⁹⁴⁸ Para o historiador francês Minois, o nascimento do riso americano estava vinculado a todas essas realizações estadunidenses do século XIX, principalmente na epopeia nacional da conquista do Oeste, que é considerado pelo autor uma mina de episódios ridículos.⁹⁴⁹ Não seria essa história do Clofin Bowen uma maneira de ironizar e ridicularizar esse sentimento de excepcionalidade norte-americana, procedente de uma metrópole ainda ressentida pela perda de suas treze colônias? Lembrando que a primeira aparição da história se deu em Londres. Essa epopeia da conquista do Oeste americano e de outros territórios não se aproxima à tentativa de expansão territorial da França sob o governo de Napoleão, no início do século? Talvez por isso a semelhança entre Napoleão e um nova-iorquino aventureiro. De qualquer modo, nenhuma dessas hipóteses pode ser exibida de maneira convincente, pelo menos até o momento.

Contudo, adoto outra estratégia de investigação. Quais as perguntas que podemos fazer a essa fonte, que circulou partes do mundo no século XIX? Quais perspectivas do campo emergente da história transnacional e história global (que se relacionam, mas não se confundem)⁹⁵⁰ podem nos ajudar a formular? Como a reflexão sobre esses processos de interconexão em escala mundial pode contribuir para o enriquecimento da maneira como escrevemos a história e inspirar os debates historiográficos? Sobre a história global, podemos buscar no historiador Henrique Espada Lima algumas respostas.⁹⁵¹

sobre a potencialidade de uma “história global”. Não à possibilidade de construção de grandes modelos explicativos, nem grandes projetos de pesquisa em escala transnacional, e menos ainda pela possibilidade de construção de uma nova grande narrativa sobre a modernidade globalizada,

⁹⁴⁸ PRADOS-TORREIRA, Teresa. Humor and the Nineteenth-Century Reformer. *Studies In American Humor*, Pennsylvania, v. 3, n. 1, p.22-45, maio 2017. Disponível em: <://www.jstor.org/stable/10.5325/studamerhumor.3.1.0022>. Acesso em: 05 jul. 2019.

⁹⁴⁹ MINOIS, Georges. Op. Cit.,

⁹⁵⁰ Sobre a problematização e distinção dos termos ver em: FICKER, Sandra Kuntz. *Mundial, transnacional, global: Un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, posto online no dia 27 março 2014, consultado o 20 dez. de 2019. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/66524>; DOI: 10.4000/nuevomundo.66524. Ver também em: Lowande, W. F. F. (2018). A História Transnacional e a Superação da Metanarrativa da Modernização. *Revista De Teoria Da História - Journal of Theory of History*, 20(2), 219-245. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/56515>.

⁹⁵¹ LIMA, 2018.

mas pela oportunidade ímpar de “desprovincializar” a minha própria pesquisa. Isto é, por um lado, pensar meus temas de investigação fora e além do enquadramento nacional ou local como eu havia proposto em primeiro lugar. Por outro, a possibilidade que aquela experiência me deu de pensar a partir de categorias, de comparações e de perguntas que não eram “nativos” ao meu trabalho. Por outro lado, “desprovincializar” também porque pude ver a minha pesquisa ser apropriada por outros para fazerem suas próprias perguntas, em contextos históricos radicalmente diferentes daquele em que eu formulei o meu questionário em primeiro lugar.⁹⁵²

Muitos debates e desafios têm atravessado o que se entende por história global. Sandra Kuntz Ficker concluiu que muitos pesquisadores e pesquisadoras têm utilizado o termo de maneira indistinta, como um objeto de estudo que tem por finalidade “abarcando tudo”, uma história do mundo. No entanto, a investigadora alertou que essa maneira de pensar a história global se confronta com abordagens que se aproximam de objetos que não podem ser inseridos no global. Em geral, para a autora, a abordagem da história global inclui objetos que transcendem a esfera local, regional e nacional e a problematiza como uma nova forma de abordar os processos históricos surgidos a partir da globalização. Ficker, para tratar das particularidades da história global, enfatiza a importância de se fazer uma análise de conjuntos delimitados de relações e trocas econômicas, políticas e culturais dentro de um sistema onde seja possível abranger diferentes nações. Para a autora, a história global está mais próxima de uma abordagem que se propõe a compreender as conexões que atravessam o globo, que aborda a dimensão dos fenômenos a partir da qual se constrói uma unidade de análise que compreende as áreas do planeta que se encontram interconectadas por um mesmo tempo e racionalidade. Portanto é, a história global, um novo campo de indagação histórica, objeto de estudo ou enfoque pertinente a uma análise que percebe o mundo interconectado. Desse modo, essa perspectiva acaba por integrar e enriquecer pesquisas de historiadores e historiadoras das mais variadas partes do globo.⁹⁵³

No entanto, essa integração de pesquisadores e pesquisadoras de diversas nacionalidades é também possível a partir de outras abordagens que possuem uma nomenclatura diferente, como a história transnacional, por exemplo. Segundo Ficker, há confusão quando esse termo (transnacional) aparece como método da história global. Portanto, para a autora, o primeiro problema acerca da utilização da história global é a confusão conceitual. A crítica que Ficker faz é que muitos autores utilizam os termos (história global, transnacional e mundial) afirmando que são coisas distintas, mas não optam por diferenciar seus usos.⁹⁵⁴

⁹⁵² Ibid.

⁹⁵³ FICKER, Sandra Kuntz. *Op. Cit.*,

⁹⁵⁴ Ibidem.

Talvez a impressão de que esteja eu, neste capítulo, a tatear sem uma conclusão aparente é porque ainda existem muitos questionamentos e discussões em volta da história global e das demais abordagens. Caso utilize o artigo de Flicker como um possível roteiro tipológico para entender em qual nomenclatura o objeto deste estudo se encaixa (o que não é meu objetivo), arriscaria em concluir que seria a história transnacional. Isso porque essa abordagem trata de temas que superam as fronteiras nacionais e são potencialmente globais. De outra maneira, se preocupa fundamentalmente com os movimentos, os fluxos e as circulações, não apenas como um tema, mas também como um instrumento analítico de métodos.⁹⁵⁵ Sobre a história transnacional, podemos também fazer algumas reflexões a respeito das perguntas que essa abordagem pode nos ajudar a formular tendo em vista nossas investigações e fontes históricas.

Essa perspectiva nos ajuda a complexificar a abordagem das histórias nacionais. Para Walter Lowande, a perspectiva da história transnacional nos permite o acesso a uma opção de narrativa que abarque os movimentos e espaços não percebidos heurísticamente pela “tradicional” história nacional. É essa perspectiva que busca a compreensão de ideias, práticas, objetos que cruzam fronteiras nacionais. Os pesquisadores adeptos aos estudos transnacionais buscam metáforas de fluidez, como em falas sobre circulação e fluxos de pessoas, mercadorias e discursos, mas também metáforas que subentendem conexões e relações. De modo geral, para Lowande, transnacionalismo diz respeito, sobretudo, a pessoas: aos espaços sociais que habitam, as redes que formam e as ideias que trocam. A partir dessa perspectiva, podemos indagar acerca das barreiras nacionais que os laços transnacionais dissolvem e que, por outro lado, criam e fortalecem.⁹⁵⁶

Dito isso, voltemos à *peta napoleônica*. É possível analisá-la como um processo que, assim como descreveu Abreu e Mollier, demonstra “a permeabilidade entre as culturas” e “a existência de importante sincronia no interesse por determinadas obras em distintos pontos”.⁹⁵⁷ Do mesmo modo, Gruzinski – para quem essas trocas de leituras e livros seriam inconcebíveis sem a circulação da imprensa – argumentou que “a habilidade comercial dos livreiros” fez com que as mesmas obras fossem “devoradas” em diversas partes do mundo. Ou seja, as ideias estavam circulando. Havia um intercâmbio de todos os tipos entre as mais diferentes partes do

⁹⁵⁵ FICKER, Sandra Kuntz. *Op. Cit.*,

⁹⁵⁶ LOWANDE, W. F. F. (2018). A História Transnacional e a Superação da Metanarrativa da Modernização. *Revista De Teoria Da História - Journal of Theory of History*, 20(2), 219-245. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/56515>. Acesso em: 30 mar. 2020.

⁹⁵⁷ ABREU, Márcia; MOLIER, Jean -yves. Circulação transatlântica dos impressos: A globalização da cultura no século XIX. In: GRANJA, Lúcia; LUCA, Tania de (Org.). *Suportes e Mediadores: A circulação Transatlântica dos impressos (1789 - 1914)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p.10.

globo que acabavam por questionar a centralidade do Velho Mundo e suas concepções.⁹⁵⁸ É verdade que quando se trata dessas trocas e conexões é preciso refletir sobre as mesmas não apenas como uma história de integração, mas levando em conta as desigualdades e assimetrias que constituem esse processo.⁹⁵⁹ No entanto, essa *peta* de alcance intercontinental alarga nossos horizontes, nos mostra que o fluxo de ideias, pessoas e impressos estavam em movimento *entre* os mais diversos pontos do globo, estavam conectados. Revela também a velocidade com que as ideias circularam no oceano do século XIX. Ora! A *peta napoleônica* alcançou, em menos de quatro meses, seis países diferentes.

O essencial dos fatos da anedota permaneceu praticamente o mesmo, Napoleão morre e o aventureiro nova-iorquino Clofin Bowen toma seu lugar. No entanto, o lugar de morte de Napoleão muda de uma ceia com amigos para “*a house of vicious entertainment*.” E esse fato nos mostra, mesmo que de maneira rápida, que embora as ideias estivessem circulando, elas se prendiam a objetos, sujeitos e eram utilizadas para descrever realidades diferentes. Alonso deslinda essa questão quando problematiza os novos significados que os sujeitos davam as ideias em meados de 1870, pois mesmo que em movimento, sem um original inteiriço, as ideias não eram totalmente separáveis de suas instituições, práticas e relações sociais.⁹⁶⁰

Engana-se quem acredita que a globalização é um fenômeno de nossos tempos. Serge Gruzinski, ao pensar os horizontes intercontinentais, partindo da análise da recepção e disseminação do relato da notícia de morte do rei da França, Henrique IV, no México do século XVII, nos revela muito sobre a nossa capacidade de refletir sobre o passado. Para o autor, devemos apreender e restabelecer as conexões surgidas entre as sociedades ao modo de um electricista, que viria para reparar o que o tempo e alguns historiadores e historiadoras separaram.⁹⁶¹ Assim como o indígena Chimalpahin – que reage às expectativas do meio em que estava inserido, circunscrito na cidade do México, mas é ao mesmo tempo sensível ao mundo de seu tempo – a *peta* sobre Napoleão e Clofin Bowen ao mesmo tempo em que fez rir no cotidiano nacional, circunscrito no Rio de Janeiro oitocentista, pertenceu à história das conexões transcontinentais, assim como Francisco de Paula Brito e a *Sociedade de Petalogia*.

Desse modo, eles nos ajudam a entender que é possível descentrar a narrativa histórica e desafiar a hierarquia de noções estabelecidas entre “centro” e “periferia”, de modo que

⁹⁵⁸ GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

⁹⁵⁹ LIMA, 2019, p. 493.

⁹⁶⁰ ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento: a Geração 1870 na Crise do Brasil Império*. São Paulo: ANPOCS, 2002.

⁹⁶¹ GRUZINSKI, Op. Cit.

experiências, trajetórias e processos históricos experimentados em várias partes do globo, podem compor uma possível história global. Sobretudo, o intitulado *Sul Global*, que geopoliticamente faz referência aos países considerados periferia do capitalismo global, ou antigas colônias globais. Não se trata, portanto, de seguir à risca modelos de análise, mas de explorar as possibilidades de perguntas que podemos fazer para as nossas próprias fontes e objetos de investigação e que permitam um olhar de mundo mais amplo de pesquisa, conectado e em movimento.⁹⁶²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em março de 1858, foi publicado na *Marmota Fluminense* um texto que descrevia a arte do mentir. Era, portanto, uma verdade que todas as pessoas que viviam em sociedade sabiam “pregar a sua peta, com mais ou menos habilidade”, mas também poucos sabiam a teoria dessa ciência. Aqueles que a praticavam de maneira “científica” teriam como resultado imediato ou o riso, ou a ira. O autor explicava que a petalogia era uma ciência que ensinava “a ocultar a verdade sob formas agradáveis para não ferir os ouvidos susceptíveis, nem desagradar os delicados espíritos”. Uma ciência que era cultivada em todas as partes do “globo terráqueo” e que teria tornado muitos indivíduos notáveis e os ajudado a alcançar as mais altas posições. Seus nomes teriam sido engrandecidos por uma série de *petas* e, por isso mesmo, esses indivíduos faziam pregar ainda mais *petas* à posteridade. Talvez porque entendiam que “a verdade é uma mentira muitas vezes repetida.”⁹⁶³

Ainda no mesmo artigo, o redator argumentou que os antigos, reconhecendo a necessidade dessa ciência, criaram “a mitologia, os apólogos ou fábulas, as anedotas, as viagens, as novelas e uma infinidade de outras produções em que a peta faz o principal papel.” A civilidade seria uma ramificação dessa ciência petalógica, por isso – ainda segundo o autor – era preciso mentir para viver em sociedade, sendo a Petalogia necessária e cultivada por todos. O autor justificou a existência da Sociedade Petalógica: por isso criou-se a Sociedade Petalógica do Rocío Grande na “mui leal e heroica cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.”⁹⁶⁴ Ou seja, a Petalógica, que ensinava mentir aos mentirosos, também fazia parte desse processo civilizador.

⁹⁶² LIMA, 2018.

⁹⁶³ *Marmota Fluminense*, n. 932. 9 mar. 1858. p. 1.

⁹⁶⁴ *Ibid.*

Em um discurso proferido na apresentação de um relatório anual dos feitos da agremiação, um membro escreveu:

Todos são mais ou menos petalógicos: são petalógicos os ministros de estado que enganam as câmaras, e os membros das câmaras, que enganam ao povo; é petalógico o senado da câmara municipal que ilude a cidade com magníficas posturas, que ficam sempre goradas; são petalógicos os jornalistas, que inventam novidades para os seus leitores: e petalógicos são os homens solteiros, que zombam das namoradas; os casados que atraíam as esposas e os viúvos que esquecem os juramentos feitos às defuntas: são petalógicos os empresários e os atores, os poetas e os prosadores, os gerentes de companhias, os advogados, os diretores dos colégios, os tutores, os mestres, os discípulos, os empregados públicos, e todos os que andam de calças que vivem enganando o mundo e, o que é mais, até muitos padres, que parecem querer enganar a Deus.⁹⁶⁵

O redator reconhecia que a ciência petalógica já havia formado muitos autores, mas sabia que ela conquistaria “muitos outros”.⁹⁶⁶ E ele estava certo. Quando iniciei a investigação sobre a existência de uma agremiação que estudava mentiras e ridicularizava os mentirosos com mentiras ainda maiores, de espanto, meu objetivo era também entender porque tínhamos tanta facilidade em enganar e ser enganados. Iniciei o doutorado meses depois do golpe parlamentar de 2016, ocorrido no Brasil. Um golpe construído no Congresso, em segmentos do judiciário, no mercado financeiro, mas também na mídia, todos agindo em conjunto para inviabilizar o governo. Um período conturbado que deixava expostas as feridas brasileiras que nunca cicatrizaram e que sangrariam ainda mais nos anos seguintes ao evento. As semelhanças e permanências com o que eu lia nos jornais oitocentistas chegavam a impressionar.

Inclusive, muito possivelmente, aquela infame votação em plenário no dia 17 de abril de 2016 seria matéria para os petalógicos. Como peça fundamental de toda essa trama, os modos de mentir ganhavam contornos que nos escapavam do entendimento. Participavam desse jogo personagens conhecidas também no século XIX: mentirosos e mentirosas, incautos e incautas – ainda mais socialmente nocivos que os oitocentistas –, mas também “do outro lado da força” – com algumas exceções – professores e professoras, homens e mulheres das letras, das ciências... Assim como em 1830, – quando a imprensa, junto ao anonimato, eram temas debatidos no Parlamento e Senado, nas ruas e reuniões de associações brasileiras, por motivo das mentiras, falsidades, calúnias e tantos outros nomes dicionarizados que faziam referência aos modos de mentir – no caminhar do século XXI, buscávamos entender como lidar com a desinformação sistemática, as redes sociais e as *Fake News*.

⁹⁶⁵ *Marmota Fluminense*, n. 932. 9 mar. 1858. p. 1.

⁹⁶⁶ *Ibid.*

É possível concluir que os modos de mentir são intrínsecos à História do Brasil, mas também à humanidade. É possível encontrar o uso de falseamentos, mentiras, calúnias e boatos, nos jogos políticos, desde que os primeiros jornais da nação passaram a circular em terras tupiniquins. Na década de 1830, a *opinião pública*, como instrumento de legitimidade política, principalmente a partir do anonimato, intensificou e diversificou os modos de mentir que ganhavam as páginas dos jornais brasileiros. De outro modo, lia-se pouco no Brasil do século XIX, por conta do alto número de analfabetismo. Mas também em meio àqueles que tinham o privilégio de aprender e, portanto, acreditava-se que “sabiam ler”, “não se toma[va] o trabalhado de examinar os fatos, ou ao menos de reflexionar sobre eles.”⁹⁶⁷ Além disso, sobre aqueles que alcançavam cargos de poder da administração governamental da época, recaíam as acusações de que não “gosta[vam] de ler livros e periódicos” e não tinham “uma educação literária.”⁹⁶⁸

De outro modo, e em diálogo com o que já foi dito, posso concluir que é possível compreender um pouco mais sobre a História do Brasil a partir da discussão mentira/verdade. Com base nesse “caminho” metodológico, foi possível problematizar questões já bem conhecidas nossas, como o preconceito racial, por exemplo, e o conflito de classes entre os “homens de cor livres exaltados” e os “homens brancos moderados”. A liberdade que dava asas à imaginação desses homens de cor livres e letrados, no caso deste estudo, da *Sociedade Petalógica*, também os tornou sonhadores. Talvez pelo gosto pela leitura dos livros e periódicos, conseguiram fazer da História uma poesia. Mas não no sentido de invenção, como entendiam a maior parte dos deputados e senadores de meados do século XIX, mas no sentido de complexificar os debates em torno da realidade experimentada. Enxergar um pouco mais além do que enxergavam os “não poetas” que, depois de formados, não podiam mais poetizar e ocupavam a maior parte das cadeiras do Parlamento e Senado.

O estudo sobre a Sociedade Petalógica do Rocio Grande e seus membros iniciados revela a complexidade da trajetória dos sujeitos históricos enquanto seres sociais. Francisco de Paula Brito, Joaquim Maria Machado de Assis, Justiniano José da Rocha, Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, entre outros. Os membros iniciados na agremiação estavam familiarizados com a teoria petalógica, que, em minha opinião, ia além do simples resultado imediato do riso ou da ira. Alguns dos estudiosos da Petalogia foram alvo de calúnias e falsificações, e encontraram na agremiação uma forma de se protegerem mutuamente, resistir e transformar o

⁹⁶⁷ *Correio Mercantil*, n. 107. 29 dez. 1830. p. 467.

⁹⁶⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro*, 15 nov. de 1841. p. 922.

status quo daquela sociedade oitocentista. Talvez porque soubessem que para alguns homens, devido a um "acidente de cor", era permitido "mentir" mais do que para outro

FONTES E REFERÊNCIAS

Jornais e Periódicos

A Aurora Fluminense

A Babosa

Almanaque dos Negociantes do Império do Brasil (RJ). N. 03, de 1832.

A Malagueta

A Moderação de Cosme Manhoso

A Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada

Anais da Assembleia Nacional Constituinte, 1823.

Anais do Parlamento Brasileiro, 1830-1860.

A Novidade

A Ortiga.

A Regeneração

A Simpliciazinha

A Voz do Bebiri

Café da Tarde

Código Criminal do Império do Brasil

Coleção das leis do Império do Brasil, v. 1.

Compilador Constitucional

Correio Mercantil

Correio Oficial

Diário do Governo

Diário do Rio de Janeiro

Gazeta dos Tribunais

Guanabara

Jornal do Comércio

Marmota Fluminense

Nova Luz Brasileira

O Atlante

O Brasil

O Capadócio

O Caramuru

O Carapuceiro

O Carijó
O Carioca
O Clarim da Liberdade
O Crioulinho
O Cronista
O Cruzeiro
O Exaltado
O Evaristo
O Farol do Império
O Fluminense
O Grito dos Oprimidos
O Homem do Povo
O Ladrão
O Meia Cara
O Mulato ou o Homem de Cor
O Novo Caramuru
O Rusguintinho
O Século
O Sete de abril
O Volantin
Pão D'Açucar

Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Imprensa Nacional, 1830.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Simplicio da Roça

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia; MOLIER, Jean -yves. Circulação transatlântica dos impressos: A globalização da cultura no século XIX. In: GRANJA, Lúcia; LUCA, Tania de (Org.). *Suportes e Mediadores: A circulação Transatlântica dos impressos (1789 - 1914)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 9-13.

ANDRADE, Débora El-Jaick. A imprensa como Tribuna dos Intelectuais no Século XIX: O Guanabara em defesa da Arte e dos artistas nacionais. In: ENGEL, Magali Gouveia; SOUZA, Fernandes de; GUERELLUS, Natáli (Org.). *Os intelectuais e a Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p.13-45.

ALENCAR, José de. *O marques de Paraná*. Traços Biográficos. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário. 1856.

ALENCASTRO (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade social. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento: a Geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo, 2002.

ASSIS, Machado. *A Casa Velha*, 1885. (II, p. 1002).

ASSIS, Machado de. *História de quinze dias, História de trinta dias*. Silvia Maria Azevedo (org.) São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas. Cap. XXIV. In.: *Todos os Romances e Contos Consagrados de Machado de Assis*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

ASSIS, Machado de. *O Velho Senado*. Senado Federal: Brasília, Conselho Editorial: 2004.

ASSIS, Machado de. 50 contos/ Machado de Assis; seleção, introdução e notas John Gledson. – São Paulo: Companhia das letras, 2007.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Maçonaria, Antirracismo e Cidadania: Uma História de Lutas e Debates Transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Biografia. In BRITO, Francisco de Paula. *Poesias de Francisco de Paula Brito*. Rio de Janeiro, Tipografia Paula Brito, 1863.

AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. Sociedades Fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. RIHGB, T. 48, v. 71, pt. 2, p. 265-322, 1885.

BARBOSA, Myriam Paula. *Impressão, sociabilidade e poder: três faces da tipografia do Diário na Corte do Rio de Janeiro (1821-1831)*. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BARNES, J. A. *Um monte de Mentiras: para uma sociologia da mentira*. Papirus: Campinas, 1996

BARROSO, Gustavo (Org). *Aquarelas e Documentação de J. Wast Rodrigues. Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Publicação Oficial do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro e Paris, 1922.

BASILE, Marcello. *A Politização das Ruas: projetos de Brasil e ação política no tempo das Regências*. Coleção 200 anos da Independência do Brasil. Senado Federal: Brasília. 2022.

BASILE, Marcello. O Laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 54-119.

BASTIAN, Jean-Pierre. Protestantes, liberais y francmasones. Sociedades de ideas y modernidade em América Latina, siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica. 2015. Edição eletrônica Posição 46 e 48 do Kindle.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, [s.l.], v. 32, n. 60, p.807-835, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752016000300009>. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104877520160003000807&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

BESSONE, Tânia Maria. Palácios de Destinos Cruzados. Bibliotecas, Homens e Livros no Rio de Janeiro (1870-1920). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho federal de Cultura: 1970. Vol. I-VII.

BLACK, James Eric. [“In Defense of Vespertilio-homo: Finding the Truth in the 1835 Moon Hoax.”](#) Sensationalism: Murder, Mayhem, Mudslinging, Scandals, and Disasters in 19th-Century Reporting. Piscataway, Ed. David B. Sachsman and George R. West, Jr. NJ: Transaction, 2013.

BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. 2. reimpr. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultrarromânticos*. Obras reunidas 1: Vida literária e Romantismo Brasileiro. São Paulo: Polis; Brasília: INL, 1979.

BURKE, Peter. Uma história Social do Conhecimento: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BUCK-MORSS, Susan. *Hegel e o Haiti*. São Paulo: n-1 edições.org.

CABRAL, Jessica. *História, Filologia e Arqueologia: a trajetória de Jean-François Champollion através de suas sociabilidades (1790-1832)*. Dissertação em História. Curitiba, UFPR, 2020.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. O Associativismo Mutualista na Formação da Classe Operária em Salvador (1832 – 1930). In. CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. (org.). *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 47 – 82.

CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Nacional, 1964.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem e o Teatro das Sombras*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2020.

CASTRO Jr., Sebastião Eugenio Ribeiro de. Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem e da cidadania na Construção do Império do Brasil. (c. 1820 – c. 1834). Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

CASTRO Jr., Sebastião de. Sobre fortunas e desventuras de um mulato entre os mundos das letras e da política no Império do Brasil: um pequeno mergulho na trajetória de Francisco Montezuma. In. FERREIRA, Tania Bessone et al. (Org.). *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013.

CALDEIRA, Claudia Adriana Alvez. Francisco de Paula Brito: política e imprensa. *Revista Maracanan*. V. 8, n. 8 (2012). pp. 113-127.

CALLES, Diva Cleide. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM A FARSA DO ESCUDEIRO, DE GIL VICENTE. *Guavira Letras*, Três Lagoas, v. 1, n. 18, p. 484-498, Jan/jun. 2014. Disponível em: <http://www.amoremgotas.com.br/seer/index.php/guavira/article/view/84>. Acesso em: 13 set. 2023.

CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Claudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Percursos de um Homem de Letras nos Oitocentos: As múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. *Almanack* (20) set. 2018.

CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. Uma poética da Homonímia: o problema do nome próprio em Machado de Assis. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social, 2014.

CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. O Problema do Nome Próprio e o Projeto Literário Machadiano. *História Revista.*, Goiânia, v. 24, n. 3, p. 51-67, set./dez.2019.

CHALHOUB, Sidney. (2012) *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em Cousas Miúdas*: Capítulos de História Social da Crônica no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger. Opinion publique et propagande d'France. In VOVELLE, Michel (dir). *L'image de la Révolution Française*. Vol. IV, Paris, 1989

COCHIN, Augustin. *Los Sociétés de Pensée et La Démocratie*; Études d'Histoire Révolutionnaire. França: HardPress Publishing, 2013.

CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. (Org.). *Organizar e Proteger*: trabalhadores, associações e mutualismo no brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

CUNHA, Ana Rita. *Em 100 dias, 6 em cada 10 declarações de Bolsonaro são falsas ou distorcidas*. 2019. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/em-100-dias-6-em-cada-10-declaracoes-de-bolsonaro-sao-falsas-ou-distorcidas/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

DERRIDA, Jacques. História da Mentira: prolegômenos. *Estudos Avançados*. av. 10 (27) ago. 1996.

DIAS, José. *Teatros do Rio*: do século XVIII ao século XX. Rio de Janeiro: FUNARTE. 2012. pp. 79-80.

DONIZETTI, Gaetano. *Paulyna e Poluto ó Los Martires*. Imprenta de Tomás Gorchsi. Barcelona, 1848.

DUARTE, Adriano. Literatura, política e história na obra de E. P. Thompson. *Artcultura*, 23(42), 50–65. <https://doi.org/10.14393/artc-v23-n42-2021-61851>.

DUTRA, Robson; ARAGÃO, Vera. O teatro são Pedro de Alcântara, maria baderna e algumas memórias do Rio de Janeiro do século XIX. *Interfaces*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p. 97-115, dez. 011.

DURKHEIM, Émile. *L'évolution pédagogique en France*, Paris, PUF, 1969, e *Textes. Éléments d'une théorie sociale*, Paris, Éd. de Minuit, 1975.

EUDEL, Paul. *Le Truquage*: Les Contrefaçons Dévoilées. E. DENTU. EDITEUR LIBRAIRIE DE LA SOCIÉTÉ DES GENS DE LETTRES. 1884. p. 13. Disponível em: <https://play.google.com/store/books/details?id=tpuYDaLu8cMC&rdid=book-tpuYDaLu8cMC&rdot=1&pli=1>. Acesso: 19 set. 2023.

FAZENDA, José Vieira. Dr. Macedo. In *Revista do IHGB*. Tomo 95 – Vol. 149. pp. 262-263. Jun. de 1911.

FICKER, Sandra Kuntz. *Mundial, transnacional, global*: Un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, posto online no dia 27 março 2014, consultado o 20 dez. de 2019. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/66524>; DOI: 10.4000/nuevomundo.66524.

FILHO, Danilo Marcondes de Souza. O Ceticismo Antigo: Pirronismo e Nova Academia. *Revista de Ciências Humanas UFSC*. Vol. 11. n. 15 (1994). Florianópolis. pp. 86-95.

FONSECA, Gondin da. Machado de Assis e o Hipopótamo: uma Revolução Biográfica. São Paulo: Editor Fulgor. 1960.

FONTANA, Laura Roberta. Repensando a trajetória de José Maria da Silva Paranhos a partir de suas biografias: o político e o engenheiro no século XIX. In: 14º SNHCT, 14., 2014, Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 1-9.

FRANÇA, Antônio de Oliveira Pinto (org). *Cartas baianas, 1821-1824: subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional. Núcleo Editorial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1980.

FUENTE-ALBA, Rodrigo Zalaquett. Os “clubs” políticos y su importancia en la socialización del pensamiento liberal en la revolución de 1859. *Alicanto*, Atacama, v. 5, p. 6-12, dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistahumanidades.uda.cl/anteriores/publicaa.php?tipot=1&tipov=5>. Acesso em: 18 maio 2020. p. 7.

FONSECA, Gondim da. *Machado de Assis e o hipopótamo: uma revolução biográfica*. São Paulo: Editora Fulgor Limitada. 1960.

GODOI, Rodrigo Camargo de (2016). *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP.

GOMES, Ângela de Castro. “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo”. In:(Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GONDIM, Eunice Ribeiro. *Vida e Obra de Paula Brito*. São Paulo: Livraria Brasileira Editora. 1965.

GINZBURG, Carlo. *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: Ficção e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOMES, Allan Camilo. *Carijó e Almeida: as “Memórias de um sargento de milícias” à luz de um ideal civilizatório da Pacotilha*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 2017.

GRANJA, Lúcia; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *Suportes e Mediadores: A circulação Transatlântica dos impressos (1789 - 1914)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil imperial. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- GRINBERG, Keila. Paulino José Soares de Souza. In: VAINFAS, R. (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.
- GUERRA, François-Xavier, *México, del Antiguo Régimen a la Revolución*, (Paris, 1985), México, Fondo de Cultura Económica, 1988. Ver também: Pilar González Bernaldo de Quirós, « La « sociabilidad » y la historia política », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Bibliothèque des Auteurs du Centre, González Bernaldo, Pilar, mis en ligne le 17 février 2008, consulté le 12 avril 2020. URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/24082>.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALLEWELL, Laurence (2005). *O Livro no Brasil*. Sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das letras, 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INFANTE, Benvenuto. Domingos José Gonçalves Magalhães e a Idealização do Romantismo Brasileiro. Translusofonias, 2014.
- JAROUCHE, Mamede Mustafa. (Org.). *Poesias da Pacotilha*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JOHSON, Samuel. *Lives of the english poets*. Vol. 1. Oxford: Clarendon Press. 1905.
- KAKUTANI, Michiko. *A Morte da verdade*. Notas sobre a mentira na Era Trump. Intrínseca: São Paulo, 2018.
- KANT, Immanuel. On a supposed right to lie from altruistic motives. In: Beck, Lewis White (org) *Critique of practical reason and Other writings*. Chicago: University Of Chicago Press.
- Klein, Robert. *Considerações sobre os fundamentos da iconografia*. In: A forma inteligível. São Paulo, EDUSP, 1998: 343-61.
- LECLANT, J. O café e os cafés em Paris. *Revista de História*, [S. l.], v. 39, n. 79, p. 69-83, 1969. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1969.128816. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128816>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- LOWANDE, W. F. F. (2018). A História Transnacional e a Superação da Metanarrativa da Modernização. *Revista De Teoria Da História - Journal of Theory of History*, 20(2), 219-245. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/56515>.

- LIMA, Henrique Espada. História Global do Trabalho: um olhar desde o Brasil. *Mundos do Trabalho*: Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 10, n. 19, p.59-70, nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/issue/view/2792>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. *Topoi*, Rio de Janeiro. vol.16, n.31, pp.571-595. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v16n31/2237-101X-topoi-16-31-00571.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.
- LIMA, Henrique Espada. O global e seus paradoxos: a construção imaginada de um campo historiográfico. *Esboços*: História em contextos globais, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 486-500, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/issue/view/2747/showToc>>. Acesso em: 31 out. 2019.
- LOCK, JOHN. *Na essay concerning human understanding*. Claredon press: Oxford. 1894.
- LOPES, Hélio. *A Divisão das Águas*: contribuição ao estudo das revistas românticas. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.p
- LOWANDE, W. F. F. (2018). A História Transnacional e a Superação da Metanarrativa da Modernização. *Revista De Teoria Da História - Journal of Theory of History*, 20(2), 219-245. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/56515>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- LUCA, Tânia Regina de (2005). História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto. pp. 111-153.
- MACEDO, Cristian Claudio Quinteiro. REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos. Sobre o Vate e o Satírico: Duas temporalidades na obra de Gonçalves Magalhães. *Conexão Letras*. Porto Alegre, v.17, n. 28, p. 167 – 184, jul-dez. 2022.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso: sessão magna aniversaria do IHGB no dia 15/12/1879. RIHGB, tomo 42, parte II, 1879.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Tipografia Imparcial de J. M. Nunes Garcia. 1862.
- MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro:Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Episódio da Infernal Comédia ou Minha Viagem ao inferno*. Paris: Imprimerie de Beaulé et Jubin. 1836.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Machado de Assis: Vida e Obra*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

- MAMIGONIAN, Beatriz Galotti. Grinberg, Keila. Lei de 1831. In.: SCHWARCZ, Lilia. GOMES, Flávio. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 285-291.
- MAMIGONIAN, Beatriz; GRINBERG, Keila. O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista. *Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 13, p. 01-21. 2021.
- MAMIGONIAN, Beatriz Galotti. Grinberg, Keila. Lei de 1831. In.: SCHWARCZ, Lilia. GOMES, Flávio. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 285-291.
- MARQUES, Wilton José. *Machado de Assis e as primeiras incertezas: a formação literária, o poema inédito e o malogro do primeiro livro*. São Paulo: Alameda, 2022.
- MARTINS, Bruno Guimarães. *Corpo sem cabeça: o tipógrafo editor e a Petalógica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- MARTINS, Mônica. A Legalização da Hora e a Industrialização no Brasil. In: XXI Jornadas de História Económica, 2008, Buenos Aires. *Anais [...]*. Buenos Aires: 2008. p. 1-13. Disponível em: http://xxijhe.fahce.unlp.edu.ar/programa/descargables/martins_y_junqueira.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.
- MASSA, Jean-Michel. *A Juventude de Machado de Assis (1839-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2017.
- MENDONÇA, Ana Waleska. *et al.* A Criação do Colégio Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1000, out./dez. 2013.
- MENDONÇA, Carlos Sussekind. *Salvador de Mendonça*. Instituto Nacional do Livro: Rio de Janeiro. 1960.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. As marcas da leitura histórica: arte grega nos textos antigos. *Manuscrita: Revista de Crítica Genética*, São Paulo, p.69-82, mar. 1998.
- MINOIS, Georges. *História do Riso e do Escárnio*. São Paulo: Editora Unesp. 2003.
- MOMESSO, Beatriz Piva. *Letras, ideias e culturas políticas: os escritos de Nabuco de Araújo (1843-1876)*. 2015. 341 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- MONTEQUI, Rafael Flaquer. Los derecho de asociación, reunión y manifestación. *Ayer: Revista de História Contemporânea*, Madrid, v. 34, p. 155-175, jun. 1999. Disponível em: <http://revistaayer.com/anteriores/6606>. Acesso em: 06 abr. 2020.

MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820 – 1840)*. Jundiaí: Paco Editorial: 2016.

MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MORREALL, John. *Taking Laughter Seriously: Laughter, Wit and humor- Psychological aspects*. Albany: State University Of New York Press, 1983. 141 p.

MOURA, Luis Claudio Rocha Henriques de. *IDEIAS DE NAÇÃO NA ARGENTINA, BRASIL E CHILE (1830–1860)*: Juan Bautista Alberdi, José Inácio de Abreu e Lima, Andrés Bello. 2013. 386 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, História, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14082/1/2013_LuisClaudioRochaHenriquesMoura.pdf. Acesso em: 11 maio 2020.

NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes. *Os espíritos assombram a metrópole: sociabilidades espiritualistas (espírita e esotérica) em São Paulo na Primeira República*. 2015. 462 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11032016-160523/pt-br.php>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

NOVAES, Fernando (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2 São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OGIER, René. *Manual da Tipografia Brasiliense*. Rio de Janeiro. Typ. e Ed. R. Ogier. 1832.

OLIVEIRA, Gabriel Abílio de Lima. *Cronistas e Atlantes: Justiniano José da Rocha, Firmino Rodrigues Silva e o Regresso Conservador (1836-1839)*. Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas da Universidade Federal de São João del-Rei (Dissertação de Mestrado). 2013.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da escravidão no Império do Brasil 1826-1865*. Programa de Pós-Graduação em História Social USP (Dissertação). 2009.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Machado de Assis (Estudo crítico e Biográfico). São Paulo: Editora da USP, 1988.

PEREIRA, Milena da Silveira. *A crítica que fez história: as associações literárias no Oitocentos*. São Paulo: Editora UNESP. 2014.

PEREIRA, Paulo Roberto. *As Comédias de Antônio José, o Judeu*. Martins Fontes: São Paulo. 2007.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. Políticas de Amizade: Portinari e o mundo cultural ibero-americano. *Topoi*, v.7, n. 12, jan-jun. 2006.

Pilar González Bernaldo de Quirós, « La « sociabilidad » y la historia política », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Bibliothèque des Auteurs du Centre, González Bernaldo, Pilar, mis en ligne le 17 février 2008, consulté le 12 avril 2020. URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/24082>.

PINCELLI, Renato; AMÉRICO, Marcos. Apontamentos teóricos sobre o humor e seus recursos. *Fórum Linguístico*, [S.L.], v. 16, n. 4, p. 4217-4228, 24 jan. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2019v16n4p4217>.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de Liberdade: Literatos negros, Racismo e Cidadania no Brasil Oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

PINTO, Luiz Maria da Silva (1832). *Diccionario de lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>.

PRADOS-TORREIRA, Teresa. Humor and the Nineteenth-Century Reformer. *Studies In American Humor*, Pennsylvania, v. 3, n. 1, p.22-45, maio 2017. Disponível em: <://www.jstor.org/stable/10.5325/studamerhumor.3.1.0022>. Acesso em: 05 jul. 2019.

PULS, Maurício. *A intelectualidade negra no Império*. Pesquisa Fapesp, ed. 249. nov. 2016.

QUEVEDO, Willian Alfredo. *El concepto de sociabilidad como referente del análisis histórico*. *Investig. desarro.* [online]. 2015, vol.23, n.1, pp.2-37. ISSN 01213261. <http://dx.doi.org/10.14482/indes.22.2.6615>. Acesso em: abr. 2020.

RAMA, Carlos M.. Os movimentos sociais na América Latina durante o século XIX. *Revista de História*, [s.l.], v. 14, n. 30, p. 339, 30 jun. 1957. Universidade de São Paulo, Agencia USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1957.105385>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/105385>. Acesso em: 20 maio 2020.

RAMOS, Ana Flavia Cernic. Política e Humor nos últimos anos da Monarquia: A série "Balas de Estalo". In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em Cousas Miúdas: Capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 89-123.

RAMOS, Ana Flavia Cernic. *As Máscaras de Lélío: Política e Humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

RAMOS, José de Paula; DAECTO, Marisa Midori; Filho, Plínio Martins. *Paula Brito, editor poeta e artífice das letras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com Arte, 2010.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

REIS, João José. Revoltas Escravas. In. SCHWARCZ, Lilia M. e GOMES, Flávio. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A radicalidade dos exaltados em questão: jornais e panfletos no período de 1831 a 1834. In. RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Bessone Tavares da Cruz (Org.). *Linguagens e Práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Metáforas e ações na longa luta pela liberdade: conflitos entre “portugueses” e “homens de cor”, Corte do Rio de Janeiro, 1827-1834. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, n. 10, 2000.

RIBEIRO, José Alcides. Correio Mercantil: gêneros jornalísticos, literários e muito mais.... *Revista USP*, [S.L.], n. 65, p. 131, 1 maio 2005. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i65p131-147>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13417>. Acesso em: 02 jan. 2023.

RIOUX, Jean-pierre; SIRINELLI, Jean-françois (Org.). *Para uma História. Cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1988.p. 184 – 210.p. 188.

RIOS, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. TOPBOOKS: Rio de Janeiro, 2000.

ROBBA, Olivia da Rocha. A Prática Astronômica entre os Militares e o Imperial Observatório do Rio de Janeiro (1827-1870). In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 13., 2012, São Paulo. *Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012. p. 1-13. Disponível em: <https://www.13snhct.sbhc.org.br/site/anaiscomplementares#O>. Acesso em: 27 ago. 2023.

ROCHE, Daniel. Uma Declinação das Luzes. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1988. P 25 - 50.

RODRIGUES, Cristiane Nascimento. UM CASO DE LEGITIMAÇÃO: Teixeira e Sousa por Machado de Assis (e Paula Brito). *Machado de Assis em Linha*, [S.L.], v. 13, n. 30, p. 40-56, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1983-6821202013304>.

ROQUE, Tatiana. *O Dia em que Voltamos de Marte: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente*. Rio de Janeiro: Planeta, 2021.

SALIBA, Elias Thomé (2002). *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTANA, Lucilene de Oliveira e Silva Santana. Ajuntamentos e Política na Corte regencial (1831-1833). *Revista Àgora*. N. 31 (1). P. 1-23, 2020.

Sant'Anna, S. B. (2014). A Instrução Pública Primária no Brasil Imperial: 1850 a 1889. *O Mosaico*, 2(2). Acesso em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/view/117>.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Malditos tipógrafos. In: Seminário sobre livro e história editorial, 1., 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFF/FCRB, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/nelsonschapochnik.pdf>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia. GOMES, Flávio. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SEIXAS, Antônio. Algumas famílias da Freguesia de São Nicolau de Suruí, no Município de Magé, nos séculos XVIII a XX. *Revista da ASBRAP*, n. 28. Pp. 73-122.

SILVA, Alberto da Costa e (2011). *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SILVA, Eliane da Conceição. “*Estudos*” da violência: uma análise sociológica dos contos de Machado de Assis. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – FBN/MinC. Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Karine de Souza; SÁ, Miguel Borba de. Do Haitianismo à Nova Lei de Migração: Direito, Raça e Política Migratória brasileira em perspectiva histórica. *Revista Nuestra América*. Vol. 9, n. 17, 2021.

SILVA, Luciane Nunes da. *O Conservatório Dramático Brasileiro e os ideais de arte, moralidade e civilidade no século XIX*. 2006. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SILVA, Ronice Kelmis de Oliveira da. *As flores animadas em O Parahyba: características do suporte e suas significações no folhetim brasileiro do século XIX*. 2012. 259 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/94175>>.

SILVEIRA, Mauro Cesar. *Benjamin Day: o pioneiro editor das notícias falsas. o pioneiro editor das notícias falsas*. 2020. Disponível em: <https://jornalismoehistoria.sites.ufsc.br/2020/02/13/benjamin-day-o-pioneiro-editor-das-noticias-falsas/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SIMIONATO, Juliana. A Marmota de Paula Brito. In: RAMOS, José de Paula; DAECTO, Marisa Midori; Filho, Plínio Martins. *Paula Brito, editor poeta e artífice das letras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com Arte, 2010.

SIMIONATO, Juliana Siani. *A Marmota e seu Perfil Editorial: contribuição para edição e estudo dos textos machadianos publicados nesse periódico (1855-1861)*. 2009. 301 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Londres: Cambridge University Press, 2001.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: Rémond, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1996. p. 231-269.

SOUZA, José Antônio Soares de. *A Vida do Visconde do Uruguai: Paulino José Soares de Souza (1807-1866)*. Brasília, DF: FUNAG, 2021.

SOUZA, J. Galante de. *Machado de Assis e outros estudos* Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

TEIXEIRA, Cristiane Garcia. *A Mocidade n'O Espelho: Machado de Assis e Eleutério de Sousa, redatores de uma revista oitocentista (1859-1861)*. Teresina: Editora Cancioneiro, 2022.

TOMA, Maristela. A PENA DE DEGREDO E A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS. *Métis: História e Cultura*, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 437-443, Não é um mês valido! 2006. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/798>. Acesso em: 17 jun. 2020.

VIANA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro. 1945.

WEBER, Max. *Éssais sur la théorie de la science*, Paris, Plon, 1965.

WEINRICH, Harald. *Linguística da mentira*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2017.

WILLIAMS, Raymond. O Círculo de Bloomsbury. In.: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: editora Unesp, 2011. Pp. 201-230.

WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX*. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ZWEIG, Stefan. *Joseph Fouché: Retrato de um Homem Político*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

APÊNDICE

Tabela 5 Iniciados na Sociedade Petalógica do Rocío Grande

Nome	Minibiografia
<p>(1) Alexandre José de Mello Moraes (1816 Alagoas – 1882 Rio de Janeiro).</p>  <p>Elencado como membro por Célia de Azevedo. 37 anos em 1853.</p>	<p>Nasceu em Maceió – AL em 1816, faleceu em 1882, no Rio de Janeiro.</p> <p>Aos 11 anos perdeu os pais e ficou sob os cuidados dos tios religiosos (carmelita e franciscano). Aos 17 já lecionava retórica e geografia em duas escolas.</p> <p>Formou-se em Medicina, na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1840. Foi médico do convento de Santo Antônio. Ajudou a criar a primeira Biblioteca de Alagoas, doando 2000 livros de sua biblioteca particular.</p> <p>Foi autor de diversas obras:</p> <p>1850-1853: Escreveu para <i>O médico do povo</i>, jornal destinado a propaganda das doutrinas homeopáticas. (Bahia)</p> <p>1852: “O educador da mocidade, ou lições extraídas das sagradas escrituras e aprovadas pelo senhor arcebispo da Bahia.”</p> <p>1853: Escreveu para o periódico <i>O Guarani</i>. “Ensaio Corográfico do Império do Brasil, oferecido a sua majestade o Imperador o senhor dom Pedro II. Rio de Janeiro.” Em 1854 essa obra foi impressa na Tipografia de Paula Brito.</p> <p>1854: “O médico do povo na terra de Santa Cruz”. É o mesmo jornal que continuou a redigir no Rio de Janeiro.</p>

1855: Escreveu “Memórias Diárias das guerras do Brasil por espaço de nove anos, começando em 1630.”

1856: “os portugueses perante o mundo”; “Elementos da Literatura”.

1858: “Discurso Histórico pronunciado no dia 29 de setembro de 1858. Rio de Janeiro”, com 38 páginas e publicado em 1860.

Publicou 4 tomos de “Corografia histórica, cronografia, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil. Rio de Janeiro 1858-1860”.

Escreveu algumas biografias.

1864: O Brasil Histórico. Rio de Janeiro, 1864 – Continuação do “Médico do povo na terra de Santa Cruz.”

1871: “História do Brasil-reino e Brasil-império. Rio de Janeiro 1871-1873.”

1872: O Brasil social e o Brasil político, ou o que fomos, e o que somos, com trechos análogos extraídos do semanário do famoso político padre Antônio Vieira. Rio de Janeiro, 1872.

1875: “Carta política sobre o Brasil ao senhor Francisco Lagomaggiore em 8 de março de 1875. Rio de Janeiro. 1875.”

1877: “A independência e Império do Brasil, ou a independência comprada por 2 milhões de libras esterlinas e o Império do Brasil com dois imperadores e secção seguida da história do patriarcado e da corrupção governamental, provado com documentos autênticos. Rio de Janeiro 1877.

1878: Genealogia de algumas famílias no Brasil.

O Patrimônio Territorial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

(BLAKE, Op. Cit., Vol. I. pp. 34 a 38).

(lembrando que Sayão também aderiu ao espiritismo)

Está entre os deputados que votaram a favor da Lei do Ventre Livre. (setembro de 1871).

Alguns documentos o descrevem como historiador e médico. De fato, ele escreveu muito sobre a história do Brasil. Uma das suas críticas era a de que a história com seus personagens, era contada de modo a iludir a boa-fé nacional. Para ele era preciso documento, análise para trazer “luz verdadeira” aos acontecimentos políticos sociais.

Para ele a independência do Brasil foi uma mentira.

Foi redator do Correio Mercantil, em 1843 e do Mercantil em 1844. (Bahia)

Era filiado ao partido Conservador.

Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1852 ou princípio de 1853. (Então, provavelmente, ele só pode ter feito parte da Petalógica a partir de 1853.)

Deputado da Assembleia geral Legislativa, por Alagoas (1868/9 – 1872)

(Rio, 23 de setembro de 1882. *Pedro Paulino da Fonseca*:

“O nome Mello Moraes compõe a história da literatura brasileira, chegando a ser “[...] inscrito em letras de ouro, no teto da sala de honra do Panteon, de Paris, como representante da historia do Brasil” (O Cruzeiro, 1882, p. 4). Apesar desse reconhecimento,

	<p>para alguns, Moraes não tinha adquirido em sua pátria os devidos galardões, chegando a ser acusado de plágio.”⁹⁶⁹</p>
<p>(2) Antônio de Castro Lopes (1827 Rio de Janeiro -1901)</p>  <p>Elencado por Rodrigo Godoi. PS. 26 anos em 1853.</p>	<p>Nasceu no Rio de Janeiro em 5 de janeiro de 1827. Filho do “doutor Domingos Genésio Lopes de Araújo e dona Amália Honora de Castro Araújo”</p> <p>Formado em medicina pela faculdade da Corte, em 1848. Em 1849 foi nomeado professor de gramática latina do Imperial Colégio Pedro II.</p> <p>Em 1854 foi oficial da secretaria de estado dos negócios da fazenda; em 1859 foi transferido para a secretaria dos negócios estrangeiros. Foi deputado da Assembleia provincial do Rio de Janeiro, entre 1854 e 1855.</p> <p>Cavaleiro da Ordem de Cristo, poeta e um dos primeiros latinistas do Brasil.</p> <p>Usou pseudônimo: <i>Philogelus</i>.</p> <p>Em 1847 publicou a tragédia em quatro atos: <i>Abamoacara</i>.</p> <p>Em 1855: <i>Zig-zag</i> (artigos humorísticos): publicados no <i>Jornal do Comércio</i> sob as iniciais: O.O.S.</p> <p>Ainda em 1855 escreveu: <i>O mundo e o progresso</i>, no <i>Correio Mercantil</i> do Rio de Janeiro.</p> <p>1860 escreveu: <i>a arte de ganhar dinheiro</i>.</p>

⁹⁶⁹ Não encontrei essa revista na hemeroteca Digital. São os autores e autoras deste artigo que cita: Silva, E. O. C., Santos, A. M., Nascimento, F. A. N., & Limeira, A. M. ‘Pela iluminação do passado’: Livros e educação no contexto do cinquentenário da independência (capital brasileira, década 1870). (2020). *Revista Brasileira de História da Educação*, 20. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e126>. Prof. Fátima alertou que pode ser um erro.

	<p>Escrevia comédias (1864-1865): “Meu marido está ministro”; “As três graças”; “A emancipação das mulheres”.</p> <p>Autor também de diversas obras como: “o médico do povo” (1868), descrevendo as novas descobertas sobre a arte de curar.</p> <p>(BLAKE, Op. Cit., Vol. I. pp.133 a 136).</p> <p>Machado de Assis escreveu duas crônicas sobre ele em março de 1889, na série de crônicas Bons Dias. (7 de março de 1889).</p>
<p>(3) Antônio Gonçalves Dias (1823 Caxias – 1864)</p> <p>30 anos em 1853.</p>  <p>Elencado por Celia Maria Marinho Azevedo.</p>	<p>Filho de negociante português e de uma “mestiça” (não mencionam o nome dela). Nasceu em Caxias (Maranhão) em 1823 e faleceu em 1864. Foi caixeiro na loja de seu pai. Foi também mandado a Portugal para estudar, onde fez os estudos preparatórios e o curso de direito na universidade de Coimbra, recebendo o grau de bacharel em 1844. Voltou a Caxias, mas mudou-se para o Rio de Janeiro em 1846 e no mesmo ano foi nomeado lente de história e latinidade no Colégio Pedro II.</p> <p>Em 1851 foi designado pelo governo para examinar o desenvolvimento da instrução pública e colher os documentos que encontrasse da história pátria nas províncias do norte. Em 1852 foi nomeado primeiro oficial da secretaria dos estrangeiros. Em 1854 foi a Portugal em comissão para estudar a instrução pública nos “países mais desenvolvidos”, retornou em 1858 e foi ao Ceará em uma comissão científica e exploradora. Foi também ao Amazonas e retornou ao Rio de Janeiro em 1861. Doente, voltou ao</p>

Maranhão e depois foi à Europa, morrendo a bordo do paquete Ville de Boulogne que naufragou.

Cavaleiro da Ordem da Rosa.

Sócio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Além de outras obras, escreveu – Últimos Cantos, Rio de Janeiro (1850);

Poesias de Antônio Gonçalves Dias (Na 5 edição, consta Tymbiras) e revista por J.M de Macedo, precedida por uma biografia feita por J.C Fernandes Pinheiro.

Escreveu para a revista Guanabara, **1849** e **1851**.

Escreveu também para O Correio da Tarde, 1848, onde usou o pseudônimo Optimus criticus para assinar a série de textos “A independência do Brasil”. Faz uma crítica ao poema de Antônio Gonçalves Teixeira e Souza.

Escreveu também o Dicionário da Língua Tupi, em **1858**.

1850, um texto sobre a morte de D. Pedro, saiu também na Revista do Instituto Histórico.

1854 publicou: “Reflexões acerca da memória do sr. Joaquim Norberto de Souza e Silva (elencado por Azevedo como Petalógico). A memória problematiza se o descobrimento do Brasil por Álvares Cabral foi um mero acaso ou se ele tivera alguns indícios.

Em **1860** escreveu o drama Boabdil.

(BLAKE, Op. Cit., Vol. I. pp.179 a 183)

	<p>Canção do exílio – 1843. I-Juca Pirama – 1851. Os Timbiras – 1857.</p>
<p>(4) Antônio Gonçalves Teixeira e Souza. (1812 Cabo Frio – 1861 – Rio de Janeiro).</p>  <p>Elencado por Godoi 41 anos em 1853</p>	<p>“Filho do comerciante português Antônio Gonçalves e da negra Ana Teixeira e Souza.”</p> <p>(https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa217135/teixeira-e-sousa)</p> <p>“Falecido aos 49 anos, em 1861, o mulato de Cabo Frio inspirou o jovem Machado de Assis, que escreveu um longo poema dedicado ao escritor que lhe ensinara o ofício de tipógrafo. Em 1855, Machado exaltou a obra lírica de Teixeira e Sousa, chamando-o de Gênio Americano. Nele, personagens populares vivem o clima tropical e o ambiente social da época, em tramas folhetinescas que inspiram os enredos das novelas televisivas até hoje.”</p> <p>“Carreira – A própria vida de Teixeira e Sousa tem muito de romanesco. De origem popular (filho de um português, marceneiro construtor de barcos, e de uma negra), ficou completamente órfão na adolescência, quando se iniciou precocemente no mundo do trabalho, seguindo a profissão do pai. O contato com trabalhadores de todas as classes influenciou a obra do autor, que começou a escrever sobre o assunto aos 28 anos.</p> <p>O romance inaugural de Teixeira e Sousa e da literatura nacional – <i>O Filho do Pescador</i>, de 1843 – envolve tipos populares, intrigas, crimes, sedução, surpresas e um desenlace que envolve o toque brasileiro da cordialidade e do perdão sob o ponto de vista católico, predominante na época, cabendo à vilã reparar seus erros internando-se num convento.</p>

“Negro herói – O negro nobre e heroico, apesar de escravizado, aparece logo nesse primeiro romance, afirmando o que defendia Teixeira e Sousa: a igualdade entre os homens. Brancos maus e bons, negros maus e bons, os vícios sociais dominantes, o triunfo do amor num ambiente social característico do dia a dia do leitor – esta é a base da prosa romântica do autor.

O escritor, mulato e pobre, destaca em especial a figura do negro, numa crítica à escravidão: sempre há em seus enredos um escravo de grande integridade moral, dotado de atitudes heroicas – manifesto implícito do autor a favor da igualdade racial. Seria por isso que a narrativa de Teixeira e Souza desagradava os críticos literários, em plena era do “racismo científico”?

O autor ressalta em suas obras um país injusto e exalta o negro como sujeito, ser humano pleno, e não como mero objeto de trabalho – características pioneiras e altamente criticadas à época. Mesmo assim, “os homens das letras” de então concederam a ele um lugar de destaque entre os escritores do período.”

(<http://www.palmares.gov.br/?p=9835>)

“Antônio Gonçalves, que era o primogênito, e que, contando dez anos de idade, estudava latim, foi, cheio de resignação, aprender o ofício de carpinteiro que exerceu por alguns anos. Falecendo, porém, seu pai, reuniu o que pode apurar, e veio para a corte, com mais de vinte anos de idade, completar seus estudos de humanidades, o que alcançou, graças a amizade e proteção de Francisco de Paula Brito.” (p. 184)

1842: escreveu “Cânticos Líricos” – dedicado a outro membro da Sociedade Petalógica: Paulino José Soares de Souza.

1847 (1 ed.) -1855 (2 ed.): escreveu *A Indecência do Brasil*: poema épico em 12 cantos. (Gonçalves Dias, sob o pseudônimo de Optimus Criticus, escreveu uma série de artigos virulentos no *Correio da Tarde* de 1848 (n. 21,28,32,64 e 72).

1848-1851: “Gonzaga ou a Conjuração de Tiradentes.” Romance.

1849-1855: regeu uma cadeira de professor da instrução pública primária.

?: foi escrivão da primeira vara do Comércio.

1852 – 1853: “Maria ou a menina roubada: romance original” – Saiu duas vezes na *Marmota*. Uma de setembro de 1852 a fevereiro de 1853 e a segunda vez de outubro de 1858 a 1860.

1854: *A Providência*: romance original.

Escreveu para *O Guanabara*, para a *Minerva Brasileira*.

Canto Inaugural por ocasião da elevação da estátua de Pedro I.

(BLAKE, Op. Cit., Vol. I. pp. 184 a 186).

Escritor e professor de primeiras letras na escola pública do Engenho Velho, posteriormente nomeado escrivão do Juízo do Comércio (*AL*, 1855, p. 88; 1856, p. 111)

Machado de Assis escreveu um poema para ele, “O gênio adormecido”, publicado na *Marmota Fluminense* em outubro de 1855.

<p>(5) Antônio Luiz de Sayão (1829 Rio de Janeiro – 1903)</p>  <p>Elencado por Godoi. 24 anos em 1853.</p>	<p>(Foto retirada do site: http://www.feparana.com.br/topico/?topico=602) CONFIRMAR.</p> <p>Foi pioneiro na prática do espiritismo no Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores do Grupo dos Humildes (1880), depois grupo Ismael da Federação Espírita Brasileira. Tornou-se espírita em 1878.</p> <p>“Escritor, Jornalista e Pregador”</p> <p>Diplomou-se em Ciências Jurídicas na faculdade de Direito, na capital de São Paulo, exercendo a advocacia quando retornou ao Rio de Janeiro.</p> <p>Segundo o documento, acolhia escravos para torna-los homens livres.</p> <p>(https://pt.calameo.com/read/000386169ecb900bfa576)</p> <p>Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1829, filho de Francisco Luís Saião. «Talentoso e aplicado», conforme a ele se refere o muito ilustre Dr. J. L. de Almeida Nogueira (in «A Academia de S. Paulo - Tradições e Reminiscências - Estudantes, Estudantões, Estudantadas », S. Paulo, 1909), Antônio Saião diplomou-se em Ciências Jurídicas na capital de S. Paulo. Conservou, depois, seu escritório à Praça da Constituição (atual Pça. Tiradentes) n°. 46, embora não mais advogasse. (Portanto, foi vizinho da Livraria e Tipografia de Paula Brito).</p> <p>“Atual Faculdade de Direito de S. Paulo. A sua turma é de 1848, e foram seus colegas Manuel Antônio Alvares de Azevedo, Antônio Aguiar Barros</p>
---	--

	<p>(futuro Marquês de Itu), Batista Caetano de Almeida Nogueira, Cas Augusto Rodrigues da Silva, Antônio Gonçalves Gomide, Francisco Pinheiro de Escobar e outros nomes ilustres da época. Desta turma conseguiram formar-se apenas 21 bacharéis, em 1852.”</p> <p>“Em 7 de Fevereiro de 1858, era eleito membro do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro.”</p> <p>A sociedade o chamava de usurário, por ser modesto demais.</p> <p>https://www.febnet.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Antonio-Luis-Saiao.pdf</p> <p>Possível nome de sua companheira: Baldvina Sayão.</p> <p>https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGVM-R98B</p> <p>Advogado (<i>AL</i>, 1855, p. 390).</p> <p>1856: Aparece na lista de eleitores do Partido Liberal, ao lado de outro membro da Petalógica (Severiano). <i>Correio Mercantil</i>, instrutivo, político, n. 300. 31/10/1856. p. 2)</p>
<p>(6) Augusto Emílio Zaluar (1825/26 Lisboa – 1882 Rio de Janeiro)</p> 	<p>1849 Chegou ao Brasil, aos 24 anos. Abandonou a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, Portugal, onde foi poeta e jornalista literário.</p> <p>1856: naturalizado brasileiro e em terras tupiniquins escreveu romances, poemas e traduções.</p> <p>?: Condecorado com a Ordem da Rosa.</p> <p>1857-60: fundou, junto com Quintino Bocaiuva, o jornal <i>O Paraíba</i> (Petrópolis). Foi redator chefe.</p>

<p>Elencado por Godoi.</p> <p>28 anos em 1853.</p>	<p>1861: jornal A Civilização (Santos)</p> <p>1871: escreveu Manoel Antonio de Almeida, apontamentos críticos e bibliográficos. Almeida foi também membro da Petalógica.</p> <p>1875: escreveu <i>O Doutor Benignus</i></p> <p>1876: “Affonso de E. Taunay afirma que Zaluar teria ainda sido eleito, em 10 de novembro de 1876, como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, obtendo aprovação unânime do parecer de admissão relatado por Benjamim Franklin de Ramiz Galvão, o Barão de Ramiz Galvão.”</p> <p>OBS: a pesquisadora não encontrou o nome dele entre os sócios do IHGB, chegando à conclusão de que ele, o Zaluar, possa ter declinado o convite.</p> <p>1877: O Vulgarizador.</p> <p>(DUARTE, Denise Aparecida Sousa. Augusto Emílio Zaluar: aspectos da trajetória e produção de um intelectual português no Brasil do século XIX. Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 1, Janeiro/Julho de 2010 - ISSN:1984-6150)</p> <p>Trabalhou como amanuense no Ministério da Justiça; escreveu para <i>O Diário de Rio de Janeiro e Correio Mercantil</i>.</p> <p>Assinava com “Z” e com pseudônimo Hegesippo/ Zé Hegessipo</p> <p>Nasceu em 14 de fevereiro de 1825 e faleceu no Rio de Janeiro em 3 de abril de 1882.</p> <p>Veio para o Rio de Janeiro em fins de 1849.</p> <p>Foi nomeado amanuense da secretaria de justiça depois de naturalizado brasileiro em 1856.</p>
--	---

	<p>Serviú alguns anos como examinador da instrução pública e na criação da escola normal em 1881, foi nomeado lente de pedagogia.</p> <p>Escreveu <i>Dores e Flores</i>, em 1851.</p> <p>Entre 1854 e 1856 fez um arremate de um romance de Alexandre Dumas, no <i>Correio Mercantil</i>. O romance é: <i>Os moicanos de Paris</i>.</p> <p>(BLAKE, Op. Cit. Vol. I. pp. 351 a 353)</p> <p>Em 1854 aparece uma note na <i>Marmota</i> falando que o mesmo passará a fazer parte da redação desta folha (n. 477, 9 jun. 1854. p. 2.)</p> <p>Peregrinações pela província de São Paulo – 1860-61.</p> <p>Uma biografia de Emília Adelaide</p> <p>-Manoel Antônio de Almeida – apontamentos biográficos e críticos – No <i>Guarany</i>, em 1871. N.s 18 e 20 e antes disso no <i>Diário do Rio de Janeiro</i>, 1862.</p> <p>Foi membro da Sociedade Auxiliadora Nacional, do Observatório Nacional e da sociedade literária <i>Arcádia Fluminense</i>.</p>
<p>(7) Basílio José de Oliveira Pinto.</p> <p>(? Rio de Janeiro – 1879/80)</p> <p>Elencado por Godoi.</p>	<p>Natural do Rio de Janeiro.</p> <p>Foi escrevente de um cartório no foro do Rio de Janeiro.</p> <p>Foi segundo e primeiro oficial, e depois chefe da contadoria da secretaria da Câmara Municipal (1863 ou 1867).</p> <p>1866: Poema Heroico, coleção de poesias e acrósticos sobre diversos assuntos.</p> <p>1871: Coleção de charadas mitológicas, históricas, avulsas, logogrifos e diversas poesias.</p>

“Sei que Oliveira Pinto recomendava-se mais como funcionário público, do que como literato e poeta.”

(BLAKE, Op. Cit., Vol. I. p.386)

1855: Assina um texto no Correio Mercantil falando sobre duas escravas deixadas em testamento por sua sogra. Uma foi arrematada para pagar as dívidas da senhora e era “alugada” por ele por 12\$ por mês. A outra fugiu. Nesse texto ele fala sobre mentira, que estava sendo alvo de mentiras e injúrias e o acusador era seu cunhado. Usa o código criminal para se defender.

(Correio Mercantil, Instrutivo, Político e Universal, n. 137. 19 mai. 1855. p. 2)

É também nesse número que encontramos um texto de Paula Brito “A vantagem das tipografias” e um outro sobre o “Tráfico de africanos”.

Serviu aos acometidos da epidemia (Correio Mercantil, n. 272. 02 out. 1855 p. 1)

1856: Discurso ao finado José Antônio Marinho: “Assim falou a verdade! Sim, ó verdade! Eu reconheço a tua voz”. (Correio Mercantil, n. 75. 16 mar. 1856. P. 1)

Discurso ao Imperador no Paço. “Definitório da venerável confraria dos gloriosos mártires S. Gonçalo Garcia e S. Jorge. (Correio Mercantil, n. 152. 02 jun. 1856. P. 1)

1857: os filhos cantores. (Correio Mercantil, 7 jan. 1857. P. 2)

Basílio faz discurso a João Caetano e sua obra Othelo (Correio Mercantil, 23 jan. 1857, p. 2).

1858: “verdadeira lista para conselheiros da Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes.” Tem também Joaquim de Macedo, Joaquim Justiniano. (Correio Mercantil, 05/03/1858, n. 61)

Aparece como jurado na Crônica Judiciária (Correio Mercantil, n. 285. 20/10/1858. P. 1)

Obs. É também nesse número que tem um texto sobre o Eclipse solar. Muito interessante para pensar a peta sobre o mundo da lua.

Basílio foi jurado em vários julgamentos da Corte.

1862: Discurso para a missa de 30 dias de morte de Paula Brito. Nesse discurso ele fala sobre a sociedade petalógica, sobre ser membro dela e ter em Paula Brito seu fundador. (Correio Mercantil, n. 16. 16/01/1862. P. 2).

1866: anúncio do livro de Basílio, para vender na Praça da Constituição, n. 78. (Correio Mercantil, 21/10/1866. N. 291. P. 4).

1873: Em um catálogo da Livraria de Serafim José Alves, que ficava no Largo do Paço, na Praça de D. Pedro II, impresso na Typ. Acadêmica - na rua 7 de setembro, n. 71 – encontra-se um livro de poesias de Basílio e de outros membros da Petalógica. “Poesias de Basílio José de Oliveira Pinto, vol. 1 2\$000”.

1857: aparece na lista de pessoas que compraram o livro “Lembranças de José Antônio”.

Este livro foi, em 1865, lembrado por Machado de Assis no Diário do Rio de Janeiro. No

texto, Machado fala sobre como este livro o fazia lembrar a Petalógica em sua melhor fase.

Muitos membros estão nessa lista (A Marmota, n. 908. 1857. P. 4.)

1866: “O grotesco em novidades literárias” Chama Basílio de filho ridículo da Vesta das mediocridades: “natural do Rio de Janeiro, segundo oficial da secretaria da ilustríssima Câmara Municipal, professor de instrução primária e secundária do município da Corte, aprovado pelo conselho diretor da mesma...”

Chama Basílio de pedante e fala que seu livro “Poema heroico, coleção de poesias e acrósticos” é uma “irrisão, é a maior prova de menosprezo pelo bom senso do público”

(Revista Mensal da Sociedade (RJ), n. 8, 1866. P. 318) Quem assina é F. Neves.

Ainda em 1866 encontrei uma crônica, na Revista Ilustrada, assinada pelo Dr. Semana (um pseudônimo coletivo que foi também usado por Machado de Assis). Nessa crônica, o autor fala sobre o livro de Basílio, o elogiando e criticando o Mercantil que publicou um texto com críticas pesadas sobre o livro de Basílio.

Uma questão interessante: O Dr. Semana fala sobre o Judeu errante, presente em outros textos de Machado de Assis.

(Semana Ilustrada, n. 274. P. 3086.)

Definidor na Confraria dos Gloriosos Mártires S. Garcia e S. Jorge (*AL*, 1855, p. 341).

<p>(8) Carlos José do Rosário (1824 Rio de Janeiro – 1885)</p> <p>Elencado por Godoi</p> <p>29 anos em 1853</p>	<p>Bacharel em matemática pela antiga academia militar. Primeiro escriturário da diretoria da tomada de contas do tesouro nacional e cavaleiro da Ordem da Rosa. Lecionou francês. Segundo Blake, Rosário foi “um dos brasileiros mais versados na língua francesa. Foi redator do <i>Correio Mercantil</i> e da <i>Revista Popular</i>. Escreveu <i>Discurso, etc.</i>, Rio de Janeiro, 1847.</p> <p>(BLAKE, Op. Cit., Vol. II. p. 77.)</p> <p>Escreveu 67 crônicas para a Revista Popular entre janeiro de 1859 e novembro de 1861.</p> <p>Foi censor do Conservatório Dramático, dando um parecer desfavorável a peça: Francisco, ou, Amor e a ingratidão. Outubro e novembro de 1861.</p> <p>(Documento 19 – SILVA, Francisco Joaquim Bithencourt da. 1º secretário do Conservatório Dramático Brasileiro. O nome de Carlos José está errado no documento. Está como João José do Rosário).</p> <p>https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/271696).</p> <p>1857: é secretário adjunto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional</p> <p>Coleção de Leis do Império do Brasil - 1857, Página 153 Vol. 1 pt II (Publicação Original).</p> <p>3º escriturário da classificação e escrituração da receita dos exercícios de 1851, 1852, e 1852 e 1853 em livros Auxiliares. (2ª Contadoria) Diretoria Geral de Contabilidade do Tesouro Nacional.</p>

	<p>(proposta e relatório apresentados a Assembleia Geral Legislativa na Primeira sessão de Nova Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios e da Fazenda Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional. 1853.)</p> <p>Fundou junto com Teixeira e Souza uma escola de teatro chamada “teatro Ginásio Dramático”. Além deles estavam entre os fundadores: Joaquim Saldanha marinho, Joaquim Manoel de Macedo. https://cronicascariocas.com/cultura/literatura/biografia-oficial-de-teixeira-e-sousa-patrono-da-acl/.</p> <p>Bacharel e segundo escriturário na Seção de Contabilidade do Ministério da Fazenda (AL, 1859, p. 197).</p>
<p>(9) Casimiro José Marques de Abreu. (1837 Rio de Janeiro – 1860 Rio de Janeiro)</p>  <p>(16 anos em 1853)</p> <p>Elencado por Célia Azevedo</p>	<p>Estudou no Colégio Freese em Nova Friburgo (1849-1852)</p> <p>1852: escreveu a poesia “<i>Ave Maria</i>”.</p> <p>1853: foi mandado a Portugal. Já com tuberculose pulmonar.</p> <p>1854: escreveu <i>Canções do Exílio</i>.</p> <p>1855-1856: <i>Camões e João</i>, representada no teatro de D. Fernando, em Lisboa, em 1856.</p> <p>1855-1858: <i>As primaveras</i> (teve 7 edições). Casimiro negociou com Paula Brito a publicação de um de seus livros.</p> <p>Escreveu também <i>A virgem e a loura</i>; <i>Camilla: memórias de uma virgem</i>.</p> <p>(BLAKE, Op. Cit., Vol. II pp. 96-97).</p> <p>É patrono da cadeira n. 6 da Academia Brasileira de Letras, por escolha de Teixeira e Mello.</p>

1856: escreveu o folhetim *Carolina* (O Progresso) e também os primeiros capítulos de *Camila* (Ilustração luso-brasileira).

Volta para o Rio em **1857** (então só pode fazer parte da *Petalógica* a partir dessa data).

Colaborou na *Marmota*, no *Espelho*, *Revista Popular* e *Correio Mercantil*.

(<https://www.academia.org.br/academicos/casimiro-de-abreu/biografia>).

1860: morre de Tuberculose.

1859: Primeira edição de *As Primaveras*, saiu da Tipografia de Paula Brito.

(Catálogo de Obras Raras e Valiosas da Coleção Luiz Viana Filho, p. 341:

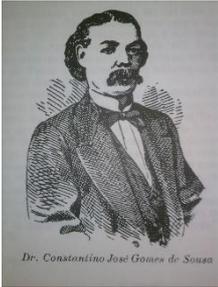
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/21308>).

Cartas de Casimiro de Abreu a seu pai (1857-1859):

<https://histling.lettras.ufrj.br/index.php/corpus/19-corpus/familias/24-fundo-documental-casimiro-de-abreu-1857-1859>.

Redator da *A Ilustração Luso-brasileira* (com 16 anos) ao lado de Alexandre Herculano, Mendes Leal, Rebelo da Silva e Latino Coelho. Seus maiores mestres foram Gonçalves Dias, Tomás Antônio Gonzaga e Lamartine

Eram seus companheiros, nos serões em casa de Caetano Filgueiras: Macedo Junior, Gonçalves

	<p>Braga e Machado de Assis. Era também amigo de Teixeira de Melo.</p> <p>(MENEZES, Raimundo de. Dicionário literário brasileiro. 2 ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro LTC, 1978. P. 3-4).</p> <p>Imagem: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/49743.</p>
<p>(10) Constantino José Gomes de Souza (18/09/1825 Sergipe – 02/09/1877 Rio de Janeiro).</p>  <p>(25 anos em 1853)</p> <p>Elencado por Godoi</p>	<p>Estudou humanidades em Salvador e começou a faculdade de medicina, terminando-a no Rio de Janeiro em 1851 e defendendo a tese em 1853. A demora em defender foi por falta de recursos. Morreu vítima de uma congestão cerebral (ou pulmonar).</p> <p>1849-1850: Época Literária: periódico científico, literário, histórico e de belas artes, redigido por uma associação e debaixo da direção de Constantino José Gomes de Souza – Bahia.</p> <p>Escreveu:</p> <p>1850: <i>Hinos de Minha Alma</i>. Contém neste livro 39 poesias diversas.</p> <p>*Publicação oferecida pela Tipografia de Paula Brito. (A Época Literária, n. 07 e 08, p. 2. 01/05/1850.)</p> <p>1853: <i>Quais são as causas da morte súbita? Qual é, e qual deve ser a nossa legislação relativa aos mortos?</i> (dissertação); <i>Sinais e tratamento das feridas envenenadas; Da Albuminuria</i>.</p> <p>185?: <i>A filha do Salineiro</i>, drama.</p> <p>1854: <i>O espectro da Floresta</i>, drama. (Representado no Theatro São Pedro de Alcântara.)</p>

1855: resposta a um ofício de Gomes de Souza, no Correio Mercantil:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=%22Constantino%20Jos%C3%A9%20Gomes%20de%20Souza%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=11772>.

1861: *O enjeitado*: drama original brasileiro em três atos. Representado também, em dezembro de 1860, no teatro de São Pedro de Alcântara.

.Os três companheiros: drama em quatro atos.

.A Grinalda: revista semanal, literária e recreativa. Rio de Janeiro.

Entre outros escritos em prosa e verso, publicou em diversas revistas: Palmira no *Atheneu* (Bahia, 1849);

Afeno e Clorinda, A Consolação, o Escravo (poesia); *A Rosa e as flores murchas* (fábula); a *Voz da Consciência* no periódico O Crepúsculo (Bahia, 1845).

“O fiscal da Freguesia de Santo Antônio, acompanhado do Sr. Dr. Constantino José Gomes de Souza. visitou ontem 290 casas de negócios, e foram multadas 10, por terem a venda gêneros deteriorados.” (Correio Mercantil, n. 39. 08/11/1861. p. 1.)

1869: *Vingança por Vingança; Os libertinos; os ladrões titulares*.

1871: *O desengano*.

1873: *A filha sem mãe e O Cego* (que foi publicado depois da morte do autor)

(BLAKE, Op. Cit., Vol. II. pp. 138 e 139).

“Constantino José Gomes de Souza, que seria hoje um autor ilustre em todo Brasil se tivesse nascido nas terras que dão posições e empregos, Bahia, Rio,

São Paulo, Minas, é o decano dos poetas do Sergipe. Em 1818 já é encontrado estudante de medicina na faculdade baiana e a publicar versos nos jornais e revistas do tempo. — Em 1851 formou-se no Rio de Janeiro e deu à luz a bela colecção de poesias que têm o título de *Os Hinos de Minha Alma*, inúmeras produções poéticas-; escritas depois daquela data a á de sua morte, ocorrida em 1877, isto é, durante vinte e seis longos anos, andam esparsas nos jornais. Não foi só, porém, dado às musas o culto de Constantino; sacrificou também ao drama e ao romance. No primeiro gênero deixou: *O Espectro da Floresta*, *Os três Companheiros de Infância*, *Há Dezessete anos ou a Filha do Salineiro*, *O Enjeitado*, *Vingança por vingança*, *o Gonzaga*, este último inédito. No romance publicou em livro: *O desengano*, *A filha sem mãe*, *O cego e outros nos rodapés dos jornais*. Muito grave e muito severo, de um gênio arrebatado, Constantino foi um tipo verdadeiramente singular. Vivendo perto de trinta anos no Rio de Janeiro, jamais entreteve relações com os escritores de seu tempo, que enchiam as ruas e apareciam por toda a parte. Aborrecia-os a todos. Um só, o único por elo admirado, fui seu amigo e camarada, Laurindo Rabello, o famoso elegíaco, satírico e improvisador fluminense.”

(ROMERO, Silvio. *Parnaso Sergipano*. 1899. P. 5, 6, 7 e 8.)

É possível que tenha sido colaborador da revista *O Espelho* (1859) ao lado de seu grande amigo Laurindo Rabelo. Duas poesias podem ser dele: *Louvores à Deus I. e Adeus a Vida*.

“A sua obra continua não sendo lida e devidamente estudada, mesmo Constantino tendo publicado seus livros nos principais jornais e círculos literários de sua época, além de ter convivido com importantes artistas, escritores e intelectuais do século XIX como José de Alencar (1829-1877), Machado de Assis (1839-1908), Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), João Caetano dos Santos (1808-1863), Francisco de Paula Brito (1809- 1861), entre outros. Muitos, inclusive, foram colegas de Constantino no Conservatório Dramático e em tipografias diversas.”

(p.1) -

(<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=135355>)

AZEVEDO, Moreira de. “Biographia de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa”. In: A Grinalda – revista semanal litteraria e recreativa. Redactor em chefe Dr. Constantino Gomes de Sousa. Editor F. de Paula Brito. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, 09 de dezembro de 1861.

1855: esteve na linha de frente da epidemia de cólera, em Sergipe.

1857: Atendia na Rua da Quitanda, 164. 1º andar. (*Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial do Rio de Janeiro (1844-1885)*. "Médicos e Cirurgiões". p. 463 do artigo e 498 da hemeroteca. 1857). Em 1856 também (Jornal do Comércio, n. 315, 14/11/1856, p.3). Também próxima a Praça da Constituição.

Em **1877** na Rua dos Ourives, 196.

	<p>1862: seu nome é citado por Manoel Joaquim de Macedo, a respeito da instauração de uma escola no teatro São Pedro de Alcântara, voltada às artes cênicas (teoria e prática) (Correio mercantil, n. 130, 12/05/1862, p. 3). No número seguinte (131, p.2), publicou-se um texto - praticamente o mesmo- mas assinado por João Caetano dos Santos.</p> <p>Foi colaborador da Marmota.</p> <p>1875: foi contratado para o serviço de guarnição da corte - 2º dito. (<i>Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial do Rio de Janeiro (1844-1885)</i>). "Ministério da Guerra". 352 do artigo e 401 da hemeroteca, n.32. 1875 - Idem para 1876, n.33)</p> <p>Médico (<i>AL</i>, 1862, p. 461)</p> <p>Morava na Rua Conceição, n. 34, centro do Rio de Janeiro (1877) - Próximo à Tipografia de Paula Brito.</p> <p>Designação para Constantino:</p> <p>https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/271830.</p>
<p>(11) Domingos José Gonçalves de Magalhães (13/08/1811 Niterói – 10/07/1882 Roma)</p>	<p>Foi mandado estudar em Portugal, onde concluiu a medicina. Estudou filosofia em Paris, com Theodore Jouffroy. Organizou com outros brasileiros a revista <i>Niterói</i> (1836).</p> <p>Nome da mãe: Maria de Magalhães Chaves.</p>



(Visconde de Araguaia)

Elencado por Célia Azevedo.

42 anos em 1853

Voltando ao Brasil, foi nomeado professor de filosofia do Colégio Pedro II, cuja aula inaugural foi publicada em **1842**.

Ingressou na carreira diplomática, exercendo-a em vários países europeus por 20 anos – **1847 – 1871**.

Escreveu:

A Alma e o cérebro (?) (*Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial*, n. 40. 1833. p. 88)

1832: Graduado em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro.

1832: *Poesias*. Rio de Janeiro. Ogier.

1836: *Episódio da infernal comédia, ou viagem ao inferno. Inferno na rua do fogo, canto do sabão*. Paris.

Discurso sobre a Literatura no Brasil, Paris.

Considerado um manifesto do romantismo.

(<https://www.academia.org.br/academicos/goncalves-de-magalhaes/biografia>)

1838: Nomeado professor de filosofia do Colégio Pedro II.

1839: *Antônio José ou o poeta e a inquisição*. Rio de Janeiro. Tip. De Paula Brito.

1841: *Olgato*. Tip. De Paula Brito.

1842: *Othelo ou o Mouro de Veneza*. (tradução) Tip. De Paula Brito.

1848: escreveu "Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. Foi publicado em 1848 na revista do IHGB. (Jornal de Timon (MA) p. 4 da Hemeroteca e 6 do arquivo, n. 5. 1853).

1854: Aparece listado entre os sócios honorários correspondentes do Gabinete Português de Leitura. (Anuario Administrativo e Literario do Gabinete Portugues: Para o ano de 1854 (PE) - 1854, n. 001 - relatório da diretoria de 19/01/1854. p. 3).

1855: Teve a honra de cumprimentar SS.MM.II... “A senhora do Dr. José Gonçalves de Magalhães.” (Correio Mercantil, n.77, 19/03/1855, p. 1)

1856: *A Confederação dos Tamoyos*. Tip. De Paula Brito.

*Tem uma crítica do livro *Suspiros Poéticos* no O Clarim Literário, n.10, p. 3-6. Assinada por P. de Clasans, que fala sobre a importância dessa obra para “a velha e nova escola” está falando do romantismo. Antes de Guimarães, ninguém havia alcançado o lirismo moderno, é ele quem separa as duas escolas, ele é o marco. (segundo este texto)

1857: *A Confederação dos Tamoyos*. Tip. De Paula Brito.

1858: Tem um texto no Jornal *Três de Maio*, intitulado “O testamento Maranguape”, muito interessante dizendo que o Sr. do Maranguape saiu do Ministério, mas deixou alguns “nacos de pão de ló.” algumas promoções e remoções de funcionários. Gonçalves de Magalhães está na lista de homens que foram beneficiados com o “pão de ló”. n.85, 14/12/1858. p. 3.

1859: doou livros para a biblioteca pública. (Boletim do Expediente do Governo - 2/11/1859, n. 011/1859, p. 2)

1860: escreveu para a Revista Popular, mesmo estando fora do país. (Correio Mercantil, n. 1. 01/01/1860, p. 1).

Suspiros poéticos e saudades. Primeira e Segunda (**1859**) edição em Paris. Terceira (**1865**) e quarta edição (**1939**) com prefácio de Sergio Buarque de Holanda. É considerada pela comunidade de letras como a obra “marco inicial” do movimento literário romantismo.

(Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros. Organizado pelo CDPB).

Visconde do Araguaia. Médico, professor, poeta, político (AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Op. Cit.,).

Machado de Assis escreveu sobre ele (procurar).

Segundo Sacramento Blake (Vol. II. pp. 217-220): “grande do Império; do conselho do imperador; cavaleiro da ordem do Cruzeiro, comendador da Ordem da Rosa e da de Cristo [...] sócio do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro.”

“No velho continente visitou a Itália, a Suíça e a França, onde integrou, juntamente com Torres Homem e Araújo Porto-Alegre o chamado Grupo de Paris, formado por intelectuais brasileiros que travaram contato com a nova escola romântica que emergia na Europa, principalmente com os poetas franceses, nos quais buscam a inspiração para compor suas obras, assim como para revolucionar o meio

	<p>literário brasileiro, transpondo para a realidade daqui as ideias e ideais que fundamentam o movimento francês.” (INFANTE, Op. Cit.).</p>
<p>(12) Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara. (1812 Angola 07/05/1868 – Rio de Janeiro.)</p>  <p>Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Direitos: Domínio público.</p> <p>Elencado por Godoi</p>	<p>Filho de magistrado, foi bacharel em direito pela faculdade de Olinda. Fez parte do Conselho do Imperador; veador na Casa Imperial; Conselheiro de Estado; cavaleiro da ordem de Cristo; comendador da Ordem da Rosa e da ordem turca de Medjidié de primeira classe, etc.</p> <p>1833: depois de formar, foi despachado para Juiz de Fora.</p> <p>1834: nomeado chefe de polícia da Corte, permanecendo no Cargo até 1844, nesse período foi nomeado desembargador da relação do Rio de Janeiro.</p> <p>Foi deputado em várias legislaturas, senador pela província do Rio de Janeiro e Ministro da Justiça em setembro de 1843.</p> <p>Escreveu:</p> <p>1852: <i>Questão do Tráfego:</i> “discurso proferido na Câmara dos Srs. deputados. Rio de Janeiro, 1852. 44p. Este discurso é um monumento em eloquência e de lógica que honra o orgulho nacional ...”</p> <p>1853: <i>Código Comercial do Império do Brasil</i> e os regulamentos para sua execução. Foi reimpresso em 1861 como “Manual do Negociante”.</p> <p>1856: <i>Relatório</i> do estado da instrução primária e secundária do município neutro, durante o ano de 1855. Publicado em fev. de 1856.</p> <p>Discurso contra o projeto de reforma eleitoral apresentado pelo marques do Paraná, em 1856.</p>

1862: Discurso Dirigido ao Imperador. Eusébio foi o presidente da Comissão que erigiu a estátua de Pedro II. (preciso ver se é a que foi também patrocinada pela Petalógica).

1871: Estatutos da Sociedade propagadora das Bellas artes do Rio de Janeiro. Eusébio Queirós assina como presidente.

(BLAKE, Op. Cit., Vol. II pp. 308-310.)

1848 – 1852: Ministro da Justiça. (“cargo que, na época, incluía o comando da Guarda Nacional, os Negócios Eclesiásticos (nomeação de bispos, pagamento de padres e bispos) e a nomeação de juízes e delegados.” -

https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/eusebio-de-queiroz-autor-da-lei-que-aboliu-o-traffic-negreiro-para-o-brasil/590249.)

1854: Senador.

1855: membro do Conselho de Estado.

1838 e 1842-1844: deputado da Assembleia Provincial.

“desembargador da Relação do Rio de Janeiro, juiz do crime do bairro do Sacramento, chefe de Polícia da Corte, veador da Casa Imperial e um dos chefes do Partido Conservador, na província do Rio de Janeiro.”

(<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/camara-eusebio-de-queiros-coutinho-matoso-1812-1868>.)

1816: Mudou-se para o Rio de Janeiro aos 3 anos de idade.

1832: formou-se bacharel em direito, aos 19 anos. Logo em seguida retorna para o Rio.

1838: membro do Partido Conservador.

1850: Foi autor da lei Eusébio de Queiroz – promulgada em 4/09/1850, que proibiu o tráfico de escravos.

“Foi o ministro referenciário da lei de 25 de junho de 1850 que promulgou o primeiro Código Comercial do Brasil. Este Código Comercial esteve vigente até 2002 quando o novo Código Civil brasileiro incorporou o Direito Comercial. Até hoje, entretanto, está vigente a parte de Direito Marítimo do Código Comercial de 1850.

Promulgou a Lei de Terras que extinguiu a tradicional doação de sesmarias e obrigava que as terras públicas devolutas fossem adquiridas por licitação, mas também impedia que imigrantes recém-chegados comprassem terras. Implantou o primeiro sistema penitenciário baseado em leis que houve no Brasil, dedicando longos trechos dos seus relatórios de ministro ao assunto. Contratou com o barão de Mauá a adoção do primeiro serviço de iluminação a gás do Rio de Janeiro. Viveu em diversos estados brasileiros acompanhando o pai.

Depois de ministro, foi juiz, senador (1854) e membro do Conselho de Estado (1855). Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 1º de março de 1864. Entretanto, o cargo era incompatível com o de Conselheiro de Estado que então exercia. Solicitou então aposentadoria, a qual concedida por D. Pedro II em decreto de 21 de março de 1864.

Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, residia na Rua Santa Teresa nº 9, no Rio de Janeiro – morreu com 55 anos – no dia 7 de maio de 1868.”

(https://www.ufpe.br/arquivocj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/euzebio-de-queiroz-autor-da-lei-que-aboliu-o-traffic-negro-para-o-brasil/590249.)

“Ocupou o lugar de chefe de polícia desde março de 1833 até o mês de abril de 1844 com uma ligeira interrupção de 5 meses em 1840.”

Foi em sua administração que foi criada a Casa de Correção da Corte. 1850.

Político, chefe do partido conservador.

Está na lista dos eleitores do Partido Conservador (1849).

(GODOI, Op. Cit.,)

1857: Fez parte da Sociedade do Ipiranga que tinha como um dos “Fins de sua existência solenizar o glorioso 7 de setembro, conferindo à custa de seus recursos liberdades a escravos nascidos no Brasil, e querendo que estas sejam sempre no maior número possível, resolveu nomear comissões paroquiais compostas das pessoas mais notáveis por sua dedicação, patriotismo [...] não ficando, porém, inibidas de receberem donativos de quaisquer indivíduos nacionais ou estrangeiros...”

Severiano também fazia parte dessa sociedade e estava na lista da Freguesia do Sacramento.

<p>(13) Francisco Correia da Conceição (possivelmente: 1824 – 1896)</p> <p>Elencado por Rodrigo Godoi</p>	<p>Primeiro secretário do Conservatório Dramático Brasileiro (<i>Almanaque Laemmert</i>, 1857, p.329).</p> <p>https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:79H3-496Z.</p> <p>https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:WY2H-J5W2.</p> <p>Há um Francisco Correia da Conceição elencado no Dicionário de Augusto Sacramento Blake (Vol. II. p 430)</p> <p>“Natural do Rio de Janeiro, exerceu um lugar de fazenda no tesouro nacional e estabeleceu-se depois como negociante na praça do Rio de Janeiro. Escreveu:</p> <p style="padding-left: 40px;">- Estudo sobre finanças e economia das nações, extraído da obra deste título, publicada em Paris por H. Price. Rio de Janeiro, 1877, 13 pags. In-8.”</p> <p>1849: “Relação dos escravos existentes no calabouço à ordem de diferentes autoridades” [...] “Candido, crioulo, de Francisco Correia da Conceição”. (Diário do Rio de Janeiro, n. 08000, 25/01/1849, p.3).</p> <p>No número 8005 (31/01/1849) repete o mesmo texto, p. 3).</p> <p>1851: Socio efetivo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (O Auxiliador da Industria Nacional, n. 1, 1851, p. 5) – isso se repete em 1853, ed.02, p. 3 (210); 1854 ed. 02, p. 400 (258); 1857, ed. 5 p. 199</p>

	<p>1852: – desembarca, de Salvador, no Rio de Janeiro, na embarcação Vapor Brasileiro. No barco há 46 escravos a entregar”.</p> <p>Paquete de Vapor Pernambucana (Diário do Rio de Janeiro, 8972, p.4)</p> <p>1853: uma carta a Pedro II, publicada a Marmota fala que Francisco era colaborador do Jornal e fala também de uma injustiça sofrida por este último quando foi preterido por Joaquim Francisco Vianna em uma promoção para o Tesouro. A carta é assinada pelos “devotados súbditos e fiéis criados Redatores da Marmota” (Marmota, n. 363, 1853, p. 1)</p> <p>1856: “Parecer da Comissão de Censura sobre o Drama Original – o Rei e o Actor”, foi assinado por Francisco, como primeiro secretário do Conservatório Dramático. (Diário do Rio de Janeiro, n. 291, p. 2)</p> <p>1857: Aparece na “Folhinha Brasileira”, edição 002, p. 10. Com a informação de que foi reeleito para o cargo de Secretário do Conservatório Dramático.</p> <p>Aparece como Francisco Correia da Conceição.</p> <p>Casa-se, em março deste ano, na Freguesia do Sacramento, com D. Emília Adelaide de Souza Ferreira. (Diário do Rio de Janeiro, n. 89, p. 1)</p>
<p>(14) Francisco Duarte Bracarense (? – 1874) Elencado por Godoi</p>	<p>Foi violoncelista da Capela Imperial entre os anos de 1840 e 1874.</p> <p>1840: “Em 25 de setembro de 1840, após a declaração de maioridade do Imperador Pedro II, de</p>

apenas 15 anos de idade, a Sociedade de Beneficência Musical vai até o Paço Imperial apresentar suas felicitações ao jovem monarca que assumia o papel de chefe do estado. Ela é representada, nessa ocasião, por uma comissão formada pelos sócios Fortunato Mazziotti, Manoel Joaquim Correa dos Santos, Francisco Manoel da Silva, Francisco Duarte Bracarense, e o padre Firmino Rodrigues Silva”

(Revista Brasileira de Música. Programa de Pós-Graduação em Música. vol. 31, n. 1, Jan./ Jun. 2018. Modificando as paixões formidáveis: a formação da Sociedade de Beneficência Musical e o Conservatório de Música. Antônio J. Augusto. p. 71)

1843: Aparece como músico (Primeiro Violoncelo) da Capela Imperial. Com vencimento anual de 220\$000. (Arquivo Nacional - Casa Real e Imperial - Capela Imperial - cx. 13 pac. 02 doc. 64. Ver em: <https://www.sapili.org/subir-depois/dplivros/cp000058.pdf>. P 81).

1844: Sociedade de Música – Secretário F.D Bracarense. (Jornal do Comércio, n. 247. P. 4).

1850: Aparece como instrumentista do Ministério da Justiça. Morava a Rua do Senhor dos Passos, n. 55. (*Almanaque Administrativo*, 1850. ed. 7. p. 99.)

1855: Músico instrumentista da Capela Imperial (*Almanaque Laemmert*, 1855, p. 137).

1856: Morava na Rua Senhor dos Passos, n. 172 (*Almanaque Auxiliador dos Correios*, n. 172) Ficava próximo à Praça da Constituição, onde estava a Sociedade Petalógica. Fazia parte da Freguesia do Sacramento.

	<p>Músico Instrumentista – Ministério da Justiça. (<i>Almanaque Administrativo</i>, ed. 13. p. 146)</p> <p>1863: No <i>Almanaque, Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil</i> para o ano de 1863 está informações de pagamento aos funcionários da Capela Imperial e Bacarense está relacionado: Primeiro Violoncelo, com vencimento anual de 220\$000.</p> <p>(PACHECO, Alberto José Vieira. Atas do Congresso Internacional: a música no espaço luso-brasileiro: um panorama histórico. Caravelas: Lisboa, 2013.p. 119).</p> <p>1864: Aparece como “definidor – irmandade de Santa Cecília na Igreja do Parto”. (<i>Almanaque Administrativo</i>. Ed. 21. p 379).</p>
<p>(15) Francisco Ge Acaiaba Montezuma (Bahia – 1794/ Rio de Janeiro – 1870)</p> 	<p>Advogado, jurista e político brasileiro (AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Op. Cit.,).</p> <p>Site da imagem: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3560.</p> <p>Até a independência chamou-se Francisco Gomes Brandão Montezuma.</p> <p>1821: forma-se bacharel na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.</p> <p>Senador por sua província natal (Salvador); conselheiro do Imperador, do Estado, dignatário da Ordem da Rosa; comendador da ordem portuguesa da Conceição de Vila Viçosa, condecorado com a</p>

<p>Elencado por Celia Maria Azevedo.</p>	<p>medalha de guerra da Independência; fundador e presidente honorário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, de que foi o primeiro presidente efetivo; sócio do instituto histórico e geográfico brasileiro, da sociedade auxiliadora da indústria nacional, etc. Entrou para o convento na Bahia, mas abandona para entrar na carreira militar, foi a Coimbra estudar medicina, mas também abandonou e passou a estudar direito.</p> <p>Fundou a Sociedade dos Jardineiros (sociedade política e secreta à semelhança de outra que havia criado em Coimbra: Herática ou Jardineiros). Auxiliou “as ocultas” a luta da independência. Fugiu para o Recôncavo onde foi secretário do governo provisório.</p> <p>O príncipe regente ofereceu-lhe o título de Barão da Cachoeira, mas Acaíba não aceitou (para não causar ciúmes aos seus amigos, que estavam em armas, e por não ter fortuna para sustentá-lo.)</p> <p>1822: Depois da Independência teve a Dignatária do Cruzeiro e foi admitido na ordem maçônica dos cavaleiros da Santa Cruz.</p> <p>Foi preso e deportado para fora do Império. Ainda no exílio – viajando por toda a Europa – foi eleito deputado de sua província.</p> <p>1831: retorna ao Brasil e toma assento na Assembleia a 31 de maio, propôs a criação do Banco do Brasil e a abolição do comércio de africanos, que não deveria ser feita por convenções diplomáticas.</p> <p>1837: ocupa a pasta dos estrangeiros e interinamente a justiça.</p> <p>“Foi um dos primeiros oradores brasileiros; sabia incomodar, aturdir, esmagar seus adversários e</p>
--	--

para isso às vezes bastava-lhe uma só, um só gesto, um só riso, um só olhar, de que ele sabia o segredo.

1840: Pugnou pela maioria de D. Pedro II, foi escolhido para uma missão na Inglaterra, como ministro plenipotenciário.

1851: Senador do Império

1854: Foi agraciado com o título de Visconde de Jequitinhonha

1859: Conselheiro do Estado

Escreveu:

1832: A oposição de 1831 e 1832 justificada ou os crimes da administração atual, por um brasileiro amante de sua pátria. Rio de Janeiro, 832 - É um opúsculo político contestado pelo periódico o Independente, ns. 105, 106 e 107.

1834: A liberdade das repúblicas. Rio de Janeiro, 1834:- O autor nesta obra combate os princípios federalistas. Saiu sob o título «Livraria do Povo». - Comparação entre as monarquias e as repúblicas. Rio de Janeiro, 1834 - E' o segundo número da Livraria do Povo.

1848: Discurso pronunciado no Instituto da Ordem dos Advogados brasileiros no dia 7 de setembro de 1848, aniversário de sua instalação. Rio de Janeiro, 1849, in-8°.

1865: Carta do Illm. e Exm. Sr, bispo de Orleans ao clero de sua diocese sobre a escravidão; traduzida e o:tl'erecida ao clero brasileiro etc. Rio de Janeiro, 1865, 37 pags. in-8° - Sobre a escravidão publicou Montezuma alguns artigos no Jornal do Comercio por essa mesma época.

(BLAKE, Op. Cit., vol. II pp. 452-455)

(Foi em seu primeiro (Constitucional) número que, como forma de se opor ao colonialismo lusitano, abandona seu nome de batismo Francisco Gomes Brandão, passando a se chamar Francisco Gê Acaiaba de Montezuma. Com a mudança incorpora ao prenome português elementos que formam a nação brasileira (“gê” designação de uma tribo indígena, “acaiaba” nome de uma árvore) e uma homenagem ao imperador asteca Montezuma.

Ainda em 1850 pugnou pela criação da Ordem dos Advogados do Brasil, junto a Câmara dos Deputados, sem sucesso. Foi também um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. No jornalismo teve lugar de destaque, espírito sempre independente não deixa de manifestar livremente suas opiniões.

<https://andt.org.br/academicos/francisco-ge-acaiaba-de-montezuma/>.)

“Nasceu na Bahia, em 23 de maio de 1794, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 15 de fevereiro de 1870. Filho de Manuel Gomes Brandão Montezuma e Narcisa Tereza de Jesus Barreto. Seu nome de origem era Francisco Gomes Brandão Montezuma, trocando os nomes portugueses por indígenas no calor das lutas pela independência, quando figurou, com relevo, na junta de governo estabelecida em Cachoeira. Campeão da liberdade, foi agraciado, logo em 1º de dezembro de 1822, com a Ordem do Cruzeiro. Fez os estudos elementares na Bahia, sempre orientado pelo pai, que

	<p>o queria eclesiástico. Em 1808, entrara para a Ordem dos Franciscanos Descalços. Mas não era sua vocação. Contrariando a vontade paterna, ingressou na escola de Medicina, recém-fundada em Salvador. Mas ainda aí não se sentiu satisfeito. Seguiu para Portugal, e foi em Coimbra, que encontrou o seu destino. Bacharelando-se em Direito. De volta à Bahia, praticando a advocacia, envolveu-se patrioticamente no movimento de emancipação. Após o 2 de julho, integrou a Assembleia Constituinte, sendo exilado, juntamente com os Andradas, e só retornando ao Brasil após a abdicação de D. Pedro I. Deputado pela Província natal, não se filiou, porém, aos “exaltados”, o que lhe custou não ser reeleito. Dedicando-se à advocacia, ganhou tal prestígio de jurista que o regente Feijó o convidou para a pasta da Justiça. Após a queda de Feijó, Montezuma voltou à atividade de advogado, só retornando à política após a Maioridade. Esteve em missão diplomática na Inglaterra, depois do que foi deputado provincial no Rio de Janeiro e, por fim, senador pela Bahia. Seu maior título de glória, aquele de que mais se orgulhava, foi ter fundado o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, hoje apenas IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros), muito justamente chamado a “Casa de Montezuma”.”</p> <p>https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/fgacaiba.html</p>
<p>(16) Francisco Manoel da Silva. Rio de Janeiro – 1795/Rio de Janeiro 1865.</p>	<p>Compositor, maestro e professor brasileiro (AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Op. Cit.,).</p> <p>Está na lista dos eleitores do Partido Conservador (1849).</p> <p>(GODOI, Op. Cit.,)</p>



Músico e compositor. “Talento robusto para a arte que abraçara, o príncipe real, depois dom Pedro I, apreciava-o tanto, que lhe prometia manda-lo a Itália estudar” (BLAKE, Op. Cit., Vol. III.p.37).

Fez parte da música da real câmara.

1833: Instituiu e dirigiu a Sociedade Beneficente de Música.

1841: foi nomeado compositor de música da Imperial Câmara.

1842: mestre da Capela Imperial.

1844: foi censor do Conservatório Dramático Brasileiro.

1845: foi censor do Conservatório Dramático Brasileiro.

1846: foi censor do Conservatório Dramático Brasileiro.

1847: foi censor do Conservatório Dramático Brasileiro.

1851: foi censor do Conservatório Dramático Brasileiro.

1854: foi censor do Conservatório Dramático Brasileiro.

1857: foi censor do Conservatório Dramático Brasileiro.

“Por ocasião de inaugurar-se a estátua equestre de dom Pedro I, iniciou a ideia, que foi levada a efeito, de celebrar-se em pleno ar um Te Deum, em que dirigiu a orquestra de grande instrumental, composta de 242 instrumentistas com 653 cantores, sendo por isso elogiado pelo imperador dom Pedro II.” (p.38).

	<p>Foi oficial da Ordem da Rosa e Cavaleiro de Cristo; presidente do Conservatório de Música; sócio honorário da Sociedade Musical Campesina; sócio fundador da Sociedade Filarmônica.</p> <p>Compositor do hino nacional.</p>
<p>(17) Francisco Pedro de Arbues da Silva Muniz e Abreu.</p> <p>Elencado por Rodrigo Godoi</p>	<p>Advogado e secretário do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (<i>AL</i>, 1849, p. 75; 1863; p. 162).</p> <p>1848 e 1849: Aparece no <i>Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro</i> (RJ) - 1844 a 1885, na lista como secretário do Ministério da Justiça, p.76.</p> <p>1854: Aparece no Suplemento do <i>Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro</i> (RJ) - 1844 a 1885, p. 164, na “Relação Alfabética das pessoas agraciadas por decreto de 2 de dezembro de 1854”</p> <p>O símbolo do lado do nome dele é uma cruz, ou seja, ordem de Cristo.</p> <p>1855: (12/06/1856) pede aumento de ordenado. <i>Diário de Pernambuco</i> – 1855, n. 171. P. 2. . Também neste ano morre sua mulher: D. Maria da Lapa Adelaide de Oliveira Abreu.</p> <p>1856: Secretário do Ministério da Justiça.</p> <p>1858: No <i>Correio da Tarde</i>, n. 209, 20 set. (p.3), tem uma nota que mostra uma possível relação entre ele e Eusébio de Queiros.</p> <p>1859: No <i>Correio da Tarde</i>, n.118, 23 de mai. (p. 3), na “Parte Forense” descreve um dos feitos “Agravamento de Petição”, como agravante: Pedro Arbues, como agravado: Gama.</p>

	<p>1860: No Correio da Tarde, n. 230, 11 de out., aparece como secretário do Tribunal de Relações, na “Parte Forense”.</p> <p>. Correio Mercantil, n. 306, p. 2: Edital de Praça: pregão de venda e arrematação de vários objetos, por requerimento de José da Silva Ramos por execução que moveu contra Pedro Arbues da Silva.</p> <p>1861: Já em janeiro, no Correio Mercantil (n. 13, 13/01/1861, p. 3) tem um anúncio que o chama de ex-secretário da Justiça e o anuncia como advogado, na Rua do Lavradio.</p> <p>1863: Aparece no <i>Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro</i> (RJ) - 1844 a 1885, p. 457. Na lista: “Escritórios de Consultas em negócios Forenses”. Cita o endereço: r. de S. José, 56. (mudança de endereço do escritório, p. 162).</p> <p>1864: Aparece no <i>Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro</i> (RJ) - 1844 a 1885, p. 472, na lista: “Escritórios de Consultas em negócios Forenses”. Houve mudança de endereço com relação ao ano anterior. “r. das Violas”.</p>
<p>(18) Herculano Luiz de Lima</p> <p>Elencado por Rodrigo Godoi</p>	<p>Fiel do armazém da alfândega (<i>AL</i>, 1877, p. 248)</p> <p>Nome da mãe: Luiza Lina de Lima (falecida em 18/09/1856 – <i>Correio Mercantil</i>, n. 257).</p> <p>Em 18 de março 1842 foi nomeado cobrador da barreira estabelecida na estrada de Mato Grosso, Carneiro Leão – chefe da seção de obras públicas.</p>

(Correio Oficial da Província do Rio de Janeiro, n. 45, 1 abr. 1842. p. 1).

Em **1847** tinha 36 anos e era solteiro e morava na Freguesia do Sacramento. (Gazeta Oficial do Império do Brasil, n. 137. 16 fev. 1847. P. 2.)

1857: aparece na Marmota Fluminense (edição 908, p. 4) na lista das pessoas que assinaram e compraram o livro “Lembranças de José Antônio”.

Esta lista pode ser uma ótima pista para encontrar os petalógicos.

1859: Procurador do dono de casas do Morro de Santo Antônio, Beco do Piolho, que desmoronaram com inquilinos dentro. (Correio Mercantil, n. 105, p. 1)

“Perdeu-se listas de subscritores para o festejo da iluminação de 7 de setembro no Largo do Rocio, a cargo de Herculano Luiz de Lima, nas quais se achavam assinados a Exma. Sra. D. Maria Eugênia Guedes Pinto, o Exm. Sr. Conselheiros Paranhos e outros; por isso, prevenindo-se aos mesmos senhores para que não paguem senão ao encarregado das ditas listas, roga-se a quem as tiver achado queira entregá-las no Largo do Rocio n. 78. Do ocorrido se fará ciente a polícia.” (Correio Mercantil, n. 222, 13/08/1859).

1862: Sócio honorário da Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais e Beneficente.

1868: esteve em uma reunião do Partido Conservador da Freguesia do Sacramento, onde decidiu-se instalar uma “junta conservadora”, Herculano foi eleito conselheiro (Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, n. 286, 17/10/1868. p. 2)

<p>(19) Joaquim Maria Machado de Assis (Rio de Janeiro – 1839/ Rio de Janeiro 1908).</p> 	<p>1856 – 1858: exerceu a arte tipográfica na imprensa nacional.</p> <p>1872: Foi nomeado para comissão encarregada de organizar a reforma o Dicionário Técnico da Marinha.</p> <p>?: Foi membro do Conservatório Dramático</p> <p>?: Oficial da Ordem da Rosa</p> <p>1873: Nomeado Primeiro oficial da Secretaria de Agricultura e obras públicas.</p> <p>Foi, nesta instituição, diretor da diretoria do comércio.</p> <p>1878: fez parte da comissão incumbida de organizar a reforma da legislação das terras.</p> <p>Colaborou nas revistas: <i>Marmota Fluminense; O Futuro, A Gazeta de Notícias; O Cruzeiro</i> onde escreveu folhetins com o pseudônimo “Eleaser”; <i>A Semana Ilustrada; O Arquivo Popular; A Ilustração Brasileira</i>, onde escreveu as <i>Crônicas Quinzenais</i>, assinadas por Manassés; fez parte da redação do <i>Diário do Rio de Janeiro</i> e redigiu <i>O Espelho</i>: revista de literatura, indústria e modas.</p> <p>(BLAKE, Op. Cit., Vol. IV pp. 195 a 198.)</p> <p>1858: Começou a arte tipográfica, deixando-a em 1859 para tornar-se revisor de provas na casa de Paula Brito.</p> <p>1860: Foi admitido no Correio Mercantil por intervenção de Henrique Cezar Muzzio (ver relação com Macedo na Sociedade Melpomene). Não chegou a completar um mês no Correio Mercantil.</p>

Em seguida (março de 1860), Quintino Bocaiuva ofereceu-lhe um trabalho em um lugar da redação do Diário do Rio de Janeiro, cuja direção seria do Saldanha Marinho. Permaneceu até o início de 1867.

“Antes porém, em 1859, publicara uma pequena folha literária e semanal com F. Eleuterio de Sousa, que foi depois nomeado inspetor da alfândega de Corumbá (Mato Grosso), e morreu prisioneiro dos paraguaios. Chama-se *O Espelho* e durou cinco meses”.

Foi também nessa mesma época que escreveu algumas correspondências para *O Paraíba*, de Petrópolis. Folha de Remigio de Sena Pereira e fundada por Augusto Emílio Zaluar, onde também colaboravam Quintino Bocaiúva; Manuel Antônio de Almeida; Guilherme Bellegarde; Lerac de Sá e alguns mais.

1867: Em março o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente do Conselho e ministro da fazenda ofereceu a Machado de Assis cargo de ajudante de diretor do Diário Oficial. Ficou até os primeiros meses de 1878 nesse cargo.

1873: Desde 31 de dezembro estava nomeado 1º Oficial da Secretaria da Agricultura, onde ficou até 7 de dezembro de 1876, quando foi promovido a Chefe da Seção, pelo conselheiro Thomaz Coelho.

Colaborou para *O Globo*; *o Cruzeiro*; *Jornal das Famílias*, *A Estação*; *Gazeta de Notícias*, *Revista Brasileira*...

Foi membro do Conservatório Dramático Brasileiro desde sua criação (4 de janeiro de 1871).

	<p>Fez parte das Conferências de História de Geografia, como membro da secção de História Literária e das Artes.</p> <p>25 de junho de 1867: foi agraciado pelo Governo Imperial com o grau de Cavaleiro da Ordem da Rosa, por serviços prestados às letras brasileiras.</p> <p>12/11/1869: casou-se com Carolina Augusta Xavier de Novaes, irmã do poeta Faustino Xavier de Novaes.</p> <p>(https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/268797)</p>
<p>(20) Joaquim Manuel de Macedo.</p> <p>Rio de Janeiro/ 24/07/1820 – Rio de Janeiro/ 11/04/1882.</p>  <p>Elencado por Godoi.</p>	<p>Escritor, médico, primeiro secretário do IHGB e professor de história e geografia moderna, medieval e pátria do Imperial Colégio de Pedro II; (<i>AL</i>, 1855, p. 86; 91; 405)</p> <p>Biografia no site da Academia Brasileira de Letras:</p> <p>https://www.academia.org.br/academicos/joaquim-manuel-de-macedo/biografia.</p> <p>“Joaquim Manuel de Macedo, jornalista, professor, romancista, poeta, teatrólogo e memorialista, nasceu em Itaboraí, RJ, em 24 de junho de 1820, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 11 de abril de 1882. É o patrono da cadeira n. 20, por escolha do fundador Salvador de Mendonça.</p> <p>Era filho do casal Severino de Macedo Carvalho e Benigna Catarina da Conceição. Formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, clinicou algum tempo no interior da Província. No mesmo ano da formatura (1844), publicou <i>A</i></p>

Moreninha, que lhe deu fama instantânea e constituiu uma pequena revolução literária, inaugurando a voga do romance nacional. Alguns estudiosos consideram que a heroína do livro é uma clara transposição da sua namorada, e futura mulher, Maria Catarina de Abreu Sodré, prima-irmã de Álvares de Azevedo. Em 1849, fundou com Araújo Porto-Alegre e Gonçalves Dias a revista *Guanabara*, onde apareceu grande parte do seu poema-romance *A Nebulosa*, que alguns críticos consideram um dos melhores do Romantismo.

Voltou ao Rio, abandonou a Medicina e foi professor de História e Geografia do Brasil no Colégio Pedro II. Era muito ligado à Família Imperial, tendo sido professor dos filhos da princesa Isabel. Militou no Partido Liberal, servindo-o com lealdade e firmeza de princípios, como o provam seus discursos parlamentares. Foi deputado provincial (1850, 1853, 1854-59) e deputado geral (1864-68 e 1873-81). Membro muito ativo do Instituto Histórico (desde 1845) e do Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte (1866). Nos últimos anos, sofreu de demência, falecendo antes de completar 62 anos.

Foi ativa e fecunda a sua carreira intelectual nas várias atividades que exerceu. Um dos fundadores do romance brasileiro, foi considerado em vida uma das maiores figuras da literatura contemporânea e, até o êxito de José de Alencar, o seu principal romancista. O memorialista ainda é lido com interesse nas *Memórias da Rua do Ouvidor* e *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Foi no romance, entretanto, que Macedo conseguiu perdurar. Suas histórias evocam aspectos da vida carioca na segunda metade do

século XIX, com simplicidade de estilo, senso de observação dos costumes e da vida familiar.

“Filho de Severino de Macedo Carvalho e dona Benigna Catharina Conceição, nasceu em Itaboraí, província do Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1820 e faleceu a 11 de abril de 1882. Era doutor em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, professor de Corografia e História do Brasil do colégio de Pedro II; membro do cônsul e diretor da instrução pública da corte; sócio fundador, vice-presidente e orador do IHGB; sócio da sociedade Auxiliadora da indústria nacional e de outras; comendador da ordem da Rosa e da de Cristo.

[...]

e foi o fundador do romance brasileiro, sendo ainda estudante, quando publicou *A Moreninha*.

Só para a política parecia não ter vocação, e uma prova disso é que renunciou uma pasta no gabinete de 31 de agosto de 1864, apesar de ter sido deputado provincial em várias legislaturas, deputado geral nas duas legislaturas de 1804 a 1868, e na de 1878 a 1881 e de ver seu nome numa lista para senador do império.”

1844: escreveu *Considerações sobre a nostalgia; A Moreninha* (Teve segunda edição em 1845, terceira em 1849, quarta em 1860, quinta em Paris, 1872, 318 p. in-8°, além da edição feita na Biblioteca das damas, no Porto, 1854.)

1845: Discurso que, por ocasião de tomar o grau de doutor em medicina, etc. Rio de Janeiro; *O moço louro*; Parecer sobre a introdução da vacina no Brasil.

1848: *Os dois Amores*.

Agradece aos votos e candidatura. (Correio Mercantil, n. 56, p.3. 26/02/1848)

Foi suplente de deputado, com 186 votos. (Correio Mercantil, n. 55 p.2, 25/02/1848).

1849: *Rosa: romance*. Saiu como título da biblioteca guanabareense.

*(Correio Mercantil, 12/05/1849, n. 129, p. 1)
- Através do Ofício 24 de maio de 1849 Macedo entra no exercício de professor de Geografia e História antiga no Pedro II.

.João Caetano (membro) representa no teatro Januário a peça de autoria de Macedo *O Cego*. (Correio Mercantil, n. 20, p.4 do arquivo e 8 da hemeroteca.)

1850: A Câmara Municipal de Niterói manda expedir diplomas de deputado provincial aos suplentes. (Diário do Rio de Janeiro, n. 8388. 01/05/1850. p.1)

1851: aparece na lista de eleitores do colégio de vassouras. Diário do Rio de Janeiro, n. 8860, p. 1).

Aparece listado entre os jurados da Freguesia de Santa Anna. (Diário do Rio de Janeiro, n. 8871, p.2.)
- ficava do lado do Sacramento.

1852: Joaquim Norberto (membro) ganha um prêmio de melhor trabalho histórico, quem leu o

relatório foi Macedo, como primeiro secretário interino. Norberto recebeu uma medalha de ouro do próprio imperador. - IHGB (Jornal do Comércio. 16/12/1852, n. 346, p. 1)

1853: *Vicentina*: romance.

Lente do Colégio Pedro II (Diário do Rio de Janeiro, n. 277, p.1, 11/10/1853)

1854: Aparece uma nota que cita Macedo, no O República (1854, n. 66. 05/04/1854. p. 4).

“Novidade. De um conciliado ouvimos que o ministério está em crise e que por esses quinze dias sobem ao poder os liberais-luzias-conciliados, e que as probabilidades recaem sobre os seguintes: [...] Ministro da Justiça, o Exm. Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo.”

Outra nota muito interessante no *Jornal do Comércio* (n. 34. 03/02/1854, p. 3.) tem como título *A Marmota Fluminense*. Fala sobre o “empresário redator” (Paula Brito) e a assinatura do jornal e as ações para ter acesso a muitas das coisas que eram produzidas nessa tipografia. Cita a obra *O Forasteiro de Macedo*.

1855: *O Forasteiro*, romance, Rio de Janeiro, 1855, 3 tomos [...]. Teve segunda edição sem data, também em 3 tomos de 204-201-230 p. in-8°. Quando começou a ser impressa a 1ª edição, começou também a sair na Marmota, cujo redator (veja-se Francisco de Paula Brito) era o editor do livro, de 4 de fevereiro de 1855 em diante.”

A Carteira de meu tio: (viagem fantástica)

“Rio de Janeiro, 1855, 2 tomos in-8° - Teve segunda edição em 1859, de 2 tomos in-8°; terceira em 1867, idem; e depois quarta feita pela casa Garnier, sendo também publicado na *Marmota Fluminense* desde o n. 541, de 19 de janeiro de 1855, até o 644, 2 de novembro do mesmo ano”

1856: Aparece na lista de Deputados provinciais:

2º Dr. Joaquim Manoel de Macedo. (Correio Mercantil, n. 75. 16/03/1856. p. 2)

.em A Pátria, folha da Província do Rio de Janeiro (n. 183, 16/10/1856, p.1) fala sobre o círculo de Niterói e cita Macedo como alguém “que tem sempre combatido nas fileiras do partido liberal” mesmo que esteja se encaminhando para o absolutismo, “o que não deixa de ter alguma razão” porque “antes o absolutismo bem compreendido do que a mistificação em que vivemos, quer e deseja representar o círculo de Niterói.”

Aparece listado como subscritor do "Curso familiar de Literatura de M.A de Lamarthine." Está também na lista José Maria da Silva Paranhos. (Diário do Rio de Janeiro, n. 178, 27/016/1856, p. 2)

1857: Deputado. (A Pátria, n. 271. 30/11/1857. p.3).

Acaba de ser nomeada pelo Sr. presidente da Província do Rio de Janeiro uma comissão composta dos Drs. Luís de Almeida Brandão; Francisco Antônio de Souza, Joaquim de Saldanha Marinho, Ludgero da Rocha Ferreira Lapa e Joaquim Manuel de Macedo, a

qual terá de apresentar um projeto de reforma do ensino público na província do Rio de Janeiro. (Diário do Rio de Janeiro, n. 256. 30/08/1857. p. 1)

.Aparece como Conselheiro da Sociedade do Ipiranga (vários outros membros da Petalógica fazem parte da mesma sociedade). Diário do Rio de Janeiro, n. 275. 09/10/1857, p.1.

1858: aparece em uma lista de 48 juris, seu nome está na lista: Freguesia do Sacramento (Diário do Rio de Janeiro, n. 27, 28 (ou 29) /01/1858. p. 2.

Sociedade Melpomene: Henrique Muzzio; João Antônio Gonçalves da Silva; João Carlos de Souza Ferreira; José Marciano da Silva Pontos. (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 126. 11 mai. 1858. p.1).

1861: Romances da semana publicados por Domingos José Gomes Brandão. Rio de Janeiro, 1861, 378 p. in-8" - São pequenos romances, antes insertos em 1855 e 1856 na Semana e na Crônica do Jornal do Comércio, a saber: *A bolsa de seda; O fim do mundo; O romance de uma velha; Uma paixão amorosa; Inocência; O veneno das flores*. Houve mais duas edições, sendo a última de Paris, 1873, 40 p.in-8°.

1862: *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Folhetins feitos para o Jornal do Comércio.

1865: *O culto do dever*.

1867-1868: *Memórias do sobrinho do meu tio*. Rio de Janeiro, 1867-1868, 2 tomos, 300·3-10 p. in-8° - Esta obra é uma continuação da precedente. É um livro de sátira política e social.

	<p>1869: <i>A luneta mágica; vítimas algozes (quadros da escravidão)</i></p>
<p>(21) João Antônio Gonçalves da Silva (Rio de Janeiro – 1828 – Rio de Janeiro – 1861.)</p> <p>Elencado por Godoi.</p>	<p>Professor de História e Geografia antiga e média do Imperial Colégio de Pedro II (<i>AL</i>, 1857, p. 104).</p> <p>1845: Bacharel em Letras na 3ª turma de formandos do Colégio Pedro II.</p> <p>1855: Ingressou no colégio para lecionar História Geral e Geografia.</p> <p>1858: nomeado professor de História e Geografia antiga do Pedro II.</p> <p>1859: Recebeu a nomeação de professor de francês da escola da marinha e logo depois a de latim e francês da escola central.</p> <p>1861: No <i>Jornal do Comércio</i> (n. 348, 18/12, p. 1 – Folhetim: “Um passeio XXIX. Imperial Colégio de Pedro II) há um trecho só sobre João Antônio. Diz que depois de formado, matriculou-se na escola militar, deixando-a por motivos estranhos à sua vontade. Faleceu meses depois de casar-se. Era “brincão”. Pertenceu a diversas sociedades literárias. Ensaiaava, gratuitamente, artistas das companhias de teatro Ópera Nacional.</p> <p>(BLAKE, Op. Cit. Vol. III p.326.)</p> <p>Era conhecido como bacharel Gonçalves: “O professor de subida força moral na época era João Antônio Gonçalves da Silva, mais conhecido por Bacharel Gonçalves, graduado em letras pelo Colégio em 1845. Em 1855, substituiu frei Camillo de Montserrate nomeado diretor da Biblioteca Nacional.</p>

O bacharel Gonçalves, dispendo de muita audácia e pretensão, tinha reais aptidões para o professorado. Conhecia de pronto os bons estudantes, sabia estimulá-los e encaminhá-los, à maneira dos espartanos em relação aos hilota, aproveitando vadios e madraços, para exemplo e contraste.” (DORIA, Escragnoille. *Memória histórica do colégio de Pedro Segundo*". 85. professor de História do Colégio)

“Após alegrias da distribuição de prêmios e da colação de grau de bacharel, seriam as férias de 1857 assinaladas tristemente pelo desaparecimento do estimado professor Bacharel Gonçalves. Seguiu para o túmulo acompanhado pela fidelidade de afeição do inspetor Viegas. Segundo Taunay, em 1857, era grande o entusiasmo entre alunos, despertado pelo bacharel Gonçalves. Nas aulas, admiração lhes inspiravam os menores ditos e gestos do mestre, tal ideia formavam os discípulos das habilitações do lente, da sua elevada posição, da influência exercida ou por exercer na sociedade brasileira, que o falecimento de Gonçalves sinceramente pareceu aos escolares verdadeira calamidade pública. Diziam o bacharel Gonçalves versado em grego. Atesta também Taunay ter o seu professor muito jeito para o teatro, aquele cômico por natureza. Em representação particular no Ginásio Dramático desempenhara o principal papel no António José ou O Poeta e a Inquisição, a celebrada peça de Gonçalves de Magalhães. Saiu-se Gonçalves da Silva da empresa com muito talento, recebendo calorosos aplausos. O Bacharel Gonçalves aproximara-se dos alunos auxiliando-os na celebração patriótica do dia 6 de setembro de 1857.” (p.88)

“Como em 1861 recebia o Colégio novos professores, a 18 de junho de 1861, perdia um dos seus bons sobre estimados docentes, o bacharel em letras João António Gonçalves da Silva, cuja perda acentuava a reitoria. Não só a reitoria também o corpo discente manifestou consternação grande pela morte do esforçado professor” (p.101)

Continuando a tradição de muitos colegas, quais por exemplo Justiniano da Rocha, Calógeras, Gonçalves da Silva, Tautphoeus, Macedo, Ramos Mello, Thomaz Alves Nogueira, Moreira de Azevedo, autores de compêndios de História, Mattoso Maia também os escreveu versando história universal e pátria. (p.167)

1857: Documento 76 do Conservatório Dramático: I-08,12,076:

Designação a João Antônio Gonçalves da Silva para examinar a peça: A condessa de Vassales. (07/01/1857). Designação de João Antônio Gonçalves da Silva passada por Francisco Correia da Conceição; parecer; despacho de Diogo Soares da Silva de Bivar.

(link no email trocado com NUDOM)

1858: Documento 40 - designação para examinar a comédia: *Une fille terrible*. (19/07/1858). Número do documento no Conservatório: 180. I-08,15,040.

(link no email trocado com NUDOM).

Foi membro da Sociedade Melpomene, ao lado de mais um membro da Petalógica - Macedo, em

	1858. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , n.126, 11 mai. 1858, p.1)
<p>João Caetano dos Santos. (Rio de Janeiro – 1808/Rio de Janeiro 1863.)</p> 	<p>Diretor e empresário do Teatro de São Pedro de Alcântara (<i>AL</i>, 1855, p. 319).</p> <p>Assentou praça de cadete no exército, militou nas campanhas do Rio de Grande do Sul, mas fez-se artista dramático contra a vontade de seus pais. Organizou a primeira Companhia dramática do Brasil. Proclamado o primeiro ator brasileiro.</p> <p>1837: escreveu <i>Reflexões Dramáticas</i></p> <p>1860: Foi agraciado com o título de moço da real câmara e a comenda da Ordem de Cristo.</p> <p>1862: escreveu <i>Lições Dramáticas</i> (BLAKE, Op. Cit., Vol. III)</p> <p>Foi autodidata. Muito criticado por Machado de Assis por ser um ator-empresário preocupado com o lucro e a vaidade e não com a arte em si. (<i>O Espelho</i>, 1859-1860)</p>
<p>João Ribeiro de Carvalho. Possivelmente português.</p> <p>Elencado por Godoi.</p>	<p>Possível negociante (<i>AL</i>, 1857, p. 501).</p> <p>1831: Oficial da alfândega. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i>, n. 900025, p. 3 ou <i>Diário do Rio de Janeiro</i>, n. 25, 30/09/1831)</p> <p>1840: Chapa de eleitores da Freguesia do Sacramento, ao lado de Eusébio de Queiroz. (<i>Jornal do Comércio</i>, n. 32, 04/02/1840, p. 2)</p> <p>*Apareceu em outra lista de eleitores, meses depois (4 de novembro), com o número de votos que conseguiu 1.615, ficando em 39 lugar na lista de eleitores da Freguesia do Sacramento. (<i>Jornal do Comércio</i>, n. 292, 04/11/1840, p.2).</p>

	<p>*Apareceu também na lista de Deputados Provinciais “Colégio de Parati”, recebeu 3 votos. (Jornal do Comércio, 25/11/1840, n.313, p. 2)</p> <p>1841: Aparece na “Lista Geral das cartas atrasadas, importadas de Portugal em 1838. (Correio Oficial, n. 27, p.4. 04/08/1841)</p> <p>1846: Rubrica: “Repartição da Polícia. Extrato Diário do dia 29 de maio de 1846. [...] foram presos [...] Na do Sacramento, o pedestre João Ribeiro de Carvalho, por deixar fugir um preso confiado a sua guarda.” (Jornal do Comércio, n. 150, 31/05/1846).</p> <p>*Aparece listado na chapa de eleitores da Freguesia do Sacramento. (Diário do Rio de Janeiro, n.27, p. 4. 04/02/1840).</p> <p>*Aparece listado também na chapa de eleitores do “fluminense” (Diário do Rio de Janeiro, n.34, p. 4. 04/02/1840).</p> <p>1847: Aparece elencado na lista de suplentes do cidadão Joaquim Pinheiro de Campos, presidente da mesa paroquial da freguesia do santíssimo sacramento. (Jornal do Comércio, n. 280, p.3).</p>
<p>José Maria da Silva Paranhos. (Salvador/Bahia – 1819/ Rio de Janeiro – 1880)</p>  <p><small>JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS Visconde de São Dimitri Deputado, Senador, Ministro, Diplomata, Traductor do Estado Parlamentar do Imperio, Liberdade do voto secreto no Brasil Nasceu a 22 de Setembro de 1819 na Bahia Faleceu a 10 de Setembro de 1880 no Rio de Janeiro</small></p>	<p>Primeiro Visconde do Rio Branco. “Conselheiro de estado efetivo, do conselho de sua majestade o Imperador, senador pela província de Mato Grosso, professor jubilado da escola de politécnica, professor honorário da Academia de Bellas Artes, major honorário do exército; grão mestre do grande oriente do Brasil, presidente do Montepio de economia dos servidores do Estado, presidente do Montepio agrícola, comendador da Ordem da Rosa, dignitário do Cruzeiro [...] sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia real das ciências de Lisboa. [...] Presidente do Rio de Janeiro,</p>

<p>Patrono da cadeira número 40 da ABL.</p>	<p>deputado por essa província, pelo município neutro e por Sergipe; foi ministro da marinha de 15 de dezembro de 1853 a 14 de junho de 1855 [...] ocupou a pasta da guerra de 12 de dezembro de 1858 a 12 de fevereiro de 1859 e de 7 de março a junho de 1871, no qual ocupou a pasta da fazenda, nele conquistou seu maior título de glória, a reforma do elemento servil que com ingente esforço realizou com a promulgação da lei de 28 de setembro deste ano, fato que levou o Instituto Histórico a resolver que fosse seu busto colocado na sala de sessões por proposta do Dr. Sacramento Blake. Na Bahia está assinalada a Casa em que nasceu com as datas de seu nascimento e óbito; acha-se seu retrato na sala principal da tesouraria geral com uma inscrição honrosa, e na igreja do Bonfim, na sacristia, vê-se um quadro em que ele é representado em frente a imagem de Cristo, tendo na mão direita a lei de 28 de setembro que aperta ao coração ao passo que com a esquerda afaga uma escrava que, como outras, lhe apresenta os filhinhos livres do cativoiro.”</p> <p>Escreveu:</p> <p>1844-1845: O Novo Tempo: folha política e literária. Rio de Janeiro.</p> <p>1849: O Marimbondo: Jornal político, jocoso-sério. Rio de Janeiro. 1849. Neste ano Paranhos já havia assumido a principal redação do <i>Mercantil</i>, em sua segunda fase, em 1848, quando essa folha passou a denominar-se <i>Correio Mercantil</i>, tendo por companheiro Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto. No mesmo ano de 1849, começou a escrever no <i>Jornal do Comércio</i>.</p> <p>1851: <i>Cartas de um amigo ausente</i>. (Publicadas em folhetins pelo jornal do comercio)</p>
---	--

1855: Discurso do Ministro e secretário de estado dos negócios estrangeiros.

1861: Discurso do Ministro da Fazenda, proferido na Câmara dos Deputados em sessão de 27 de junho de 1861.

1864: Projeto de Código criminal militar, confeccionado pela comissão de legislação do exército.

1871: Proposta do Governo sobre a reforma do estado servil. Rio de Janeiro, 1871. 44 páginas.

1871: Discussão da reforma do estado civil na câmara dos deputados e do senado.

(BLAKE, Op. Cit., Vol. 5 pp. 53 – 55.)

1847: em 29 de outubro de 1847 ingressa como sócio correspondente no IHGB.

Pai do Barão do Rio Branco, que tem o mesmo nome.

(https://www.academia.org.br/academicos/vi_sconde-do-rio-branco/biografia)

Outras informações em:

<https://funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades/131-jose-paranhos>.

“José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, matemático e estadista, nasceu em Salvador, em 1819, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1880. Pai do Barão do Rio Branco, teve atuação marcante na política externa do Império. Iniciou carreira jornalística no jornal liberal Novo Tempo e, mais tarde, escreveu para o Jornal do Comércio. Foi

	<p>Deputado Geral pelo Rio de Janeiro e revelou-se um dos maiores oradores de seu tempo, personalidade pública respeitada por aliados e opositores.”</p> <p>1835: muda-se para o Rio de Janeiro e passa a viver com o irmão de sua mãe, Euzébio Gomes Barreiros</p> <p>1839/1840: “Ter-se-á aproximado de algum político maçom, sendo de supor haja essa aproximação ocorrido entre dezembro de 1839 e começos de 1840, quando acreditamos tenha ele se filiado à loja Constituição Maçônica, provavelmente persuadido de que em seu meio encontraria o apoio de que necessitava para a escalada que pretendia empreender.” (VIEIRA, 1991.) dissertação. VIEIRA, Hermes. A vida e a época do Visconde do Rio Branco. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. 484 p. (Coleção coroa vermelha, v. 22).</p> <p>1841: conclui seus estudos na Academia da Marinha e depois no Curso de Engenharias na Escola Militar.</p> <p>O jornalismo e a maçonaria como inserção política, no caso de Juca Paranhos.</p> <p>Graduado em ciências matemáticas, leciona na área.</p> <p>1847: nomeado Oficial da Ordem da Rosa (com 28 anos)</p> <p>1850: (mais ou menos) passa a escrever no Jornal do Comércio, que é um jornal conservador e sai do Partido liberal.</p>
Joaquim Norberto de Sousa e Silva.	Poeta, teatrólogo. (AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Op. Cit.,).

(Rio de Janeiro - 06/06/1820
Niterói - 14/05/1891.)



Elencado por Celia Azevedo.

Foi chefe de secção aposentado da Secretaria do Interior, oficial da Ordem da Rosa, sócio honorário e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio honorário do Atheneu de Lima e de outras associações como: o Instituto Niteroiense (associação que tinha como objetivo o cultivo das ciências, letras e artes, foi orador dessa associação.). Foi também chefe de secção na Secretaria de Negócios do Império, depois da reforma de 1872.

Escreveu muito durante a vida.

1841: têm textos (poesias) publicados no *Minerva Brasiliense*.

1845: têm textos (poesias) publicados no *Minerva Brasiliense*.

1848: composições pela morte do príncipe Afonso. Foi publicada na Revista do IHGB.

Sobre o descobrimento do Brasil: o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso ou teve ele alguns indícios para isso? (foi distribuído pelo imperador e saiu na revista do IHGB em 1852.

1849: escreveu poesias eróticas dedicadas a sua mulher.

1850: publica História do Brasil, contada em verso – na *Folhinha Laemmert*

1852: ganha prêmio do império pela obra: Memória Histórica e documentada das aldeias dos índios da província do Rio de Janeiro.

Joaquim Norberto (membro) ganha um prêmio de melhor trabalho histórico, quem leu o relatório foi Macedo, como primeiro secretário interino. Norberto recebeu uma medalha de ouro do

próprio imperador. - IHGB (Jornal do Comércio. 16/12/1852, n. 346, p. 1)

1855: As americanas: poesias tradicionais, publicadas no jornal Literário *A Semana*.

1857: O Brasil: poema do descobrimento feito por Pedro Álvares Cabral. Alguns fragmentos foram publicados no *Jornal do Comércio*, em 15/07/1857.

1860: publica texto no periódico *Museu Pitoresco*.

1862: Poesia a inauguração da estátua equestre do fundador do império.

Neste ano escreveu também *Brasileiras Ilustres*.

1873: *História da Conjuração Mineira; O martírio de Tiradentes; O Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo*.

1877: *Galicismos*, palavras e frases da língua francesa, introduzidas por descuido, ignorância ou necessidade da língua portuguesa.

1883: poesia social. O berço livre: canto épico.

Escreveu biografias sobre Casimiro de Abreu, Laurindo da Silva Rabello. Escreveu sobre literatura brasileira e argentina, sobre Brasil e Chile, *Tendências dos selvagens brasileiros para poesia*.

Usou o pseudônimo “Fluviano” na *Revista Popular* e um “parecer sobre a introdução da vacina no Brasil”, que também foi assinado por Manoel de Macedo, outro petalógico.

(BLAKE, Op. Cit., Vol. IV. pp. 111 – 117.)

	<p>No livro: <i>Romances e Novelas</i>, organizado por Silvia Maria Azevedo, há muitas informações sobre ele.</p>
<p>Joaquim Saldanha Marinho. Pernambuco/Olinda 1816 – Rio de Janeiro 1895.</p>  <p>Retrato de Joaquim Saldanha Marinho de Guimarães, José Ferreira.</p> <p>Elencado por Azevedo.</p>	<p>Jornalista e sociólogo (AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Op. Cit.).</p> <p>“Joaquim Saldanha Marinho nasceu em Olinda, Pernambuco, em 1816 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1895. Foi deputado provincial e geral, presidente das províncias de Minas Gerais e São Paulo, grão-mestre da Maçonaria e redator do <i>Diário do Rio de Janeiro</i>. Escreveu <i>Direito comercial</i> (1869), <i>O governo e os bispos</i> (1874), <i>A igreja e o estado</i> (1873-1876), <i>A monarquia e a política do rei</i> (1885) e outros. Foi também um dos autores do anteprojeto da Constituição Republicana e senador da República.”</p> <p>(http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/joaquim-saldanha-marinho.)</p> <p>Fonte da imagem: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5404.</p> <p>Mandatos (na Câmara dos Deputados): Deputado Federal - CE, Dt. Posse: 03/05/1848; Deputado Federal - RJ, Dt. Posse: 03/05/1861; Deputado Federal - RJ, Dt. Posse: 31/12/1863; Deputado Federal - PE, Dt. Posse: 08/07/1867; Deputado Federal - AM, Dt. Posse: 05/02/1879.</p> <p>Atividades Profissionais e Cargos Públicos:</p>

Exerceu o cargo de promotor público, CE; Depois foi Professor de Geometria, CE; Serviu também o cargo de Secretário do Governo, CE; Exerceu exclusivamente a Advocacia no Rio de Janeiro, até 1860, época em que entrou para a redação do *Diário do Rio de Janeiro*.

1836: Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

(<https://www.camara.leg.br/deputados/527/biografia>.)

Usou o pseudônimo Ganganelli.

1848: Muda-se para o Rio de Janeiro.

Filiou-se ao Partido Liberal.

1860: torna-se redator do *Diário Rio de Janeiro*.

1861: eleito deputado geral do Rio de Janeiro.

1863: reeleito deputado geral do Rio de Janeiro.

Era maçom. Entre suas obras destacam-se *A questão da alfândega e o Dr. Joaquim de Saldanha Marinho* (1862), *O rei e o Partido Liberal* (1869), *Direito comercial, interpretação doutrinal dos artigos 293 e 350 e sua aplicação nos casos de falência* (1869), *A mesa da diretoria do Partido Liberal de Pernambuco e o conselheiro Joaquim de Saldanha Marinho* (1870), *O elemento servil* (1874), *Os atos do papado* (1874), *Decadência do papado* (1874), *Propaganda episcopal* (1874), *O assalto de Macapá e o ultramontanismo* (1874), *O governo e os bispos* (1874) *O confessorário* (1874), *O arcebispo da Bahia* (1874), *Julgamento do bispo de Pernambuco* (1874), *A execução da sentença do bispo de Olinda* (1874), *A*

declaração do senador conselheiro Zacarias de Vasconcelos (1874), *A Igreja e o Estado* (1876), *A questão religiosa no Brasil, discurso na Câmara dos Deputados* (1880), *A monarquia e a política do rei* (1885).

(verbetes do CPDOC. Autor: Raimundo Helio Lopes.

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARINHO,%20Saldanha.pdf>.)

Foi o chefe de Machado de Assis, no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1860.

“É interessante reproduzir a notícia da morte de Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), tal como apareceu na *Gazeta* no dia 29 de maio (ele tinha falecido à noite do dia 26). Explica certos detalhes que Machado menciona, e dá uma ideia menos pessoal, por assim dizer, da sua figura: “Anteontem à noite faleceu aos 79 anos de idade o ilustre brasileiro Joaquim de Saldanha Marinho. / Nasceu no Recife a 4 de maio de 1816. Seu pai, Pantaleão Ferreira dos Santos, foi uma das vítimas da revolução que rebentou no ano seguinte. / Matriculou-se na faculdade de Direito em 1832, formando-se a 15 de novembro de 1835. / Em 1837, nomeado promotor de Icó, embarcou para o Ceará, que considerava sua segunda pátria, e onde residiu durante anos. Foi professor de matemática no liceu, curador de órfãos, secretário do governo, inspetor de tesouraria, deputado provincial em três legislaturas, deputado geral na câmara dissolvida em 1848. / A revolução que então rebentou em Pernambuco e prometia estender-se a outras províncias do norte mostrou-lhe a conveniência de fixar-se no sul. Foi para Valença, no

Estado do Rio, onde ficou até 1860, deixando as maiores simpatias na população, vinculando seu nome a melhoramentos da cidade. Diversas vezes foi eleito deputado à assembleia provincial do Rio de Janeiro. / Em março de 1860 mudou-se para esta capital, onde assumiu a redação do *Diário do Rio de Janeiro*. É este o período mais brilhante de sua vida, sempre na brecha, cercado de homens como Machado de Assis, Quintino Bocaiuva, Muzzio. A sua popularidade atingiu a proporções extraordinárias, ganhando com Teófilo Otoni, Martinho Campos e Francisco Otaviano eleições disputadíssimas contra o governo. / Mais de uma vez foi eleito por esta capital. Em 1867 o foi por sua terra natal. Duas vezes entrou em listas tríplices por Pernambuco; eleito em 1868 pelo Ceará, foi o escolhido, mas o senado anulou a eleição. / De 1865 a 1867, governou Minas Gerais, prestando muitos serviços e agenciando voluntários para a guerra do Paraguai. Em 1867, governou S. Paulo, onde deixou o maior entusiasmo, e abriu a era nova que levou aquele Estado à culminância que hoje atingiu. / Quando em 1870 organizou-se o partido republicano, foi o chefe reconhecido por todo o Brasil. / Em 1873, ao rebentar a questão religiosa, foi a verdadeira alma deste movimento. Andam reunidos em quatro volumes os artigos vibrantes e apaixonados que então escreveu nos jornais sob o pseudônimo de Ganganelli. / Em 1878 foi eleito deputado geral pelo Amazonas. / Com a proclamação da República foi nomeado para a comissão encarregada de redigir o projeto de constituição. Eleito para a constituinte pela Capital Federal, tomou depois assento no senado. Nas últimas eleições, foi reeleito senador por 9 anos.”

	<p>Machado de Assis fala sobre Saldanha Marinho aqui: A SEMANA 2 de junho de 1895 [Edição, apresentação e notas por John Gledson].</p> <p>Intelectual negro.</p> <p>Trabalho sobre ele: JOAQUIM SALDANHA MARINHO: PARA ALÉM DOS PROJETOS EDUCACIONAIS. Renata Ribeiro Francisco.</p>
<p>José [Martiniano] de Alencar. (Fortaleza – 01/05/1829/ Rio de Janeiro – 12/12/1877.)</p>  <p>(imagem Academia Brasileira de Letras)</p> <p>Elencado por Azevedo.</p>	<p>Romancista e político brasileiro. (AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Op. Cit.,).</p> <p>Filho do padre e depois senador José Martiniano de Alencar. Neto, pelo lado paterno, de D. Bárbara de Alencar, matrona pernambucana que se consagraria heroína da revolução de 1817. Sua avó e seu pai passaram quatro anos presos na Bahia pela adesão ao movimento revolucionário.</p> <p>1837/38: saiu do Ceará e foi para a Bahia, depois seguiu para o Rio de Janeiro.</p> <p>1844: vai para São Paulo e fica até 1850, onde cursa Direito. Em 1847 cursa o terceiro ano da faculdade em Olinda.</p> <p>1851: fixa-se no Rio de Janeiro. (Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros, p.25)</p> <p>Depois de formado começa a advogar no Rio e passa a colaborar no <i>Correio Mercantil</i> e o <i>Jornal do Comércio</i>.</p> <p>1855: redator chefe do <i>Diário do Rio de Janeiro</i>.</p> <p>“Filiado ao Partido Conservador, foi eleito várias vezes deputado geral pelo Ceará; de 1868 a 1870, foi ministro da Justiça.”</p>

	<p>1856: Carta sobre a <i>Confederação dos Tamoios</i>, com o pseudônimo Ig.</p> <p>Nesse ano publicou seu romance <i>Cinco Minutos</i></p> <p>1857: O Guarani.</p> <p>O Rio de Janeiro; verso e reverso.</p> <p>1866: Machado de Assis elogia muito o romance <i>Iracema</i>, de José de Alencar, no <i>Diário do Rio de Janeiro</i>. Quando funda a ABL, Machado escolhe Alencar para ocupar a cadeira dele, a de número 23.</p> <p>1877: faleceu de tuberculose aos 48 anos. (https://www.academia.org.br/academicos/jose-de-alencar/biografia)</p> <p>É considerado o fundador do romance de temática nacional.</p>
<p>José Antônio [Frederico da Silva]</p> <p>Elencado por Godoi.</p>	<p>Poeta e primeiro oficial do Arsenal de Guerra da Corte (<i>Almanaque Laemmert</i>, 1855, p. 233).</p> <p>No Dicionário de Augusto Sacramento Blake, apenas uma pequena passagem no quarto volume, na página 293. “Natural do Rio de Janeiro, serviu o cargo de primeiro oficial da secretaria do arsenal de guerra da corte e depois, de 1860 a 1870, o de secretário.</p> <p>Escreveu:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lembranças de José Antônio. Rio de Janeiro, 1857, in-8º - Consta o volume de artigos em prosa e verso.” <p>1845: Aparece como inspetor de alunos externos do Colégio Pedro II. <i>Almanaque Administrativo, Mercantil</i>. p. 73.</p>

	<p>1849: é nomeado porteiro do arquivo militar. <i>Correio Mercantil</i>, 03/07/1849. N. 179. P. 1.</p> <p>1850: Ministério da Guerra – Porteiro. <i>Almanaque Administrativo, Mercantil</i>. p. 156. (isso se repete em: 1851 – p. 166; 1852 – p. 190; 1853 – p. 210).</p> <p>1852: aparece na <i>Marmota na Corte</i> um poema natalício oferecido à filha de Antônio José do Amaral.</p> <p>1853: “Dr. Chefe de polícia e uma visita ao Imperador”. <i>Correio Mercantil</i>, n. 248. 05/09/1853, p. 1.</p> <p>Aparece como 1º Oficial – <i>Almanaque do Ministério</i>, n. 0001. 1857, p. 356.</p> <p>1855: Primeiro Oficial de Guerra da Corte. <i>Almanaque Administrativo, Mercantil</i>. p. 233. (isso se repete em 1856, p. 232.)</p> <p>1856: escreve a poesia Tamberlick. <i>Correio Mercantil</i>, n.237. p. 2.</p> <p>*<i>Diário do Rio de Janeiro</i>, n. 80. Estátua equestre de Pedro I – ele está na lista, ver mais membros da Petalógica.</p> <p>1857: aparece no <i>Correio Mercantil</i> o nome de sua mãe, Antônia Maria da Soledade e Silva, que falece em março de 1857.</p> <p>*Basílio, outro membro, faz homenagem a José Antônio, no <i>Correio Mercantil</i>, n. 83, p. 1, 25/03/1857, pela passagem da morte de sua mãe.</p> <p>Talvez morem na freguesia de Santo Antônio e é possível que a morte de sua mãe tenha se dado em 18/03/1857.</p> <p>*Neste ano aparece também como 2º secretário da Sociedade Independência nacional, cujo</p>
--	--

fim é solenizar o 07 de setembro e libertar escravos. Antônio Gonçalves Teixeira faz parte dessa sociedade também. *Correio Mercantil*, p. 1.

*No *Correio Mercantil*, n. 340. P. 2, aparece como secretário do arsenal.

Auxiliador da Administração do Correio de Corte Edição 1 – empregado público: Lavrádio 111, p. 298. *O Conservador*: Folha 1859, ed. 19 p. 4.

*Na *Marmota Fluminense*, p. 1, n. 834, uma homenagem de Basílio pela passagem da morte da mãe de João Antônio.

* Na *Marmota Fluminense*, n. 335, uma crítica ao livro *Lembranças*, p. 1 e 2.

* Na *Marmota*, n. 1, *Revista de Literatura*, publicou-se *Lembranças* de José Antônio.

* Palestra Hebdomadária – *O Correio da Tarde*. 1857, p. 1, n. 291 – *Lembranças* aparece em uma crônica.

Correio Mercantil 1857 – n. 335. Páginas Menores.

1858: Aparece nos *Anais da Academia de Filosofia (RJ)*, edição 1. Crônica Literária *Movimento Literário da Corte em 1857*). José Antônio é descrito como humorista e fala sobre seu livro *Lembranças*.

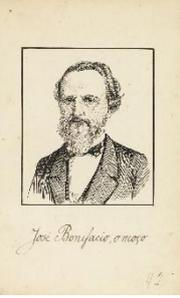
* *O Povo Soberano* – soneto à conciliação, n. 11. P. 4.

1859: Venda de 32 livros-mestres que foram considerados inúteis. *Correio Mercantil*, n. 147, p. 2.

1860: secretário. *Almanaque Administrativo, Mercantil*. p.290. (igual para **1861** – p. 267)

Aparece também como claviculário. (p. 267).

Neste ano escreve também uma poesia em homenagem à filha de outro membro da *Petalógica* –

	<p>João Ribeiro de Carvalho. <i>Correio Mercantil</i>, 10 jul.1860, n. 190. p. 2,</p> <p>1864: escreve sobre o livro dele <i>Lembranças de José Antônio</i>. <i>Correio Mercantil</i>. n. 351. p. 1. 20 dez.1864.</p> <p><i>Correio Mercantil – Lembranças de José Antônio</i>, 2. ed., n. 351.</p> <p>1862: Secretário e Cofre dos Menores – Claviculário. (p. 255)</p> <p>Isso se repete até 1868 e depois em 1870.</p> <p>1868: Aparece como secretário do arsenal de guerra da corte.</p>
<p>José Bonifácio de Andrada e Silva “o moço”.</p> <p>08/11/1827/ Bordeaux-França – São Paulo 26/10/1886.</p>  <p>Elencado por Célia Maria de Azevedo.</p>	<p>Jurista, poeta, político e professor (AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Op. Cit.,).</p> <p>É patrono da cadeira 22, por escolha do fundador Medeiros e Albuquerque.</p> <p>Começou o curso secundário na Escola Militar (1842-45), mas logo abandonou o projeto da carreira de armas, por motivos de saúde.</p> <p>1853: formou-se em Direito, pela faculdade de Direito de São Paulo.</p> <p>1854-1858: Ensinou como substituto na Faculdade de Direito do Recife.</p> <p>1860: Deputado Provincial.</p> <p>1861 - 1868: Deputado Geral.</p> <p>1862: Ministro da Marinha.</p> <p>1864: Ministro do Império, no Ministério Zacarias.</p> <p>1879: Senador</p> <p>“Defendeu a descentralização administrativa, os ideais de uma burguesia romântica e progressista e o que, na linguagem parlamentar de então, se dizia a “soberania popular”.</p>

	<p>Participou da campanha abolicionista.</p> <p>1848: escreveu <i>Rosas e Goivos</i> (https://www.academia.org.br/academicos/jose-bonifacio-o-moco/biografia.)</p> <p>Link da imagem: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html.</p>
<p>Justiniano José da Rocha. Rio de Janeiro – 1812/⁹⁷⁰ Rio de Janeiro – 1862.</p>  <p>Elencado por Godoi</p>	<p>Político, jornalista e escritor. Em 1855, deputado por Minas Gerais</p> <p>Está na lista dos eleitores do Partido Conservador (1849).</p> <p>(GODOI, Op. Cit)</p> <p>1833: fez o curso de Ciências Sociais e Jurídicas na Academia de São Paulo. (1829-1833). Neste mesmo tempo integrou a equipe de colaboradores da <i>Revista da Sociedade Filomática</i>. (http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/303.pdf)</p> <p>1835: escreveu Considerações sobre a administração da Justiça Criminal. Tem um apêndice sobre um caso de estupro, do acusado La-Roncière, julgado nos tribunais de Assises, de Paris, em 1835.</p> <p>1837 – 1839: Folha ilustrada <i>O Chronista</i>, fundada por Justiniano (BLAKE, Op. Cit, Vol. V, p. 240). Essa folha fez oposição direta ao regente Feijó. (p. 270).</p> <p>* “quando Bernardo Pereira de Vasconcelos se coloca à frente do chamado “Ministério das</p>

⁹⁷⁰ Elmano Cardim afirma que o verdadeiro natalício de Rocha teria sido em novembro de 1811 e batizado em janeiro de 1812. Ver em: CARDIM, Op. Cit.

Capacidades”, Justiniano fora convocado para a direção do Correio Oficial.”

(<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/303.pdf>)

1838: Nomeado professor de História e Geografia do Colégio Pedro II, mas pediu exoneração pouco depois. Foi o primeiro corpo docente do colégio.

Escreveu *Compêndio de Geografia Elementar*, oferecido ao Governo do Imperador e usado pelos alunos do Imperial Colégio Pedro II. Teve uma segunda edição em **1850**.

1839: membro do Conselho de Instrução Pública da Corte, do IHGB e censor do Conservatório de Arte Dramática.

(<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/303.pdf>)

1840 - 1852: O Brasil - periódico que combateu a maioridade do Imperador. “Seu talento serviu aos interesses do Partido Conservador durante toda a década de 1840 nas páginas do periódico O Brasil. 9 O trabalho de redigir tal periódico fora-lhe conferido por Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, que conhecera Rocha em São Paulo: “[...] em setembro de 1835, eram os dois, Paulino e Justiniano, nomeados delegados, pela Grande Loja Paulistana [...]”. 10 Assim, os laços que aproximariam Rocha de Uruguai foram firmados já durante a faculdade, pois “as relações de Justiniano com Paulino foram de amigos íntimos”

<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/303.pdf>.

1841: foi nomeado lente de direito militar da escola militar, lecionando também francês e latim, exercendo ao mesmo tempo a advocacia.

“Representou a província de Minas Gerais na quinta, oitava e nona legislatura, mas foi no jornalismo que se consagrou”. (BLAKE, Op. Cit Vol. V, p. 269).

“O septo do jornalismo político do Brasil passou das mãos de Evaristo Ferreira da Veiga – disse o Dr. Macedo – para as de Justiniano José da Rocha, que conservou por longos anos desde 1836”. (BLAKE, Op. Cit. Vol. V, p. 269).

1842: Relatório do estado das aulas de instrução primária na província do Rio de Janeiro.

1845: Inglaterra e Brasil. Tráfego de escravos.

1846-1847: censor do Conservatório Dramático. (CARDIM, Op. Cit. p. 27)

1847: o pária e a sociedade brasileira.

1851: Biografia de Manoel Jacinto Nogueira da Gama. "Há outras biografias do autor na Galeria dos brasileiros ilustres" (p. 272.)

*dissertação contra o regime penitenciário aplicado ao Brasil e aos povos meridionais”.

*Ensaio crítico sobre o modo, por que se deve escrever a história do Brasil.

1852 -1853: “Correio de Brasil. Rio de Janeiro. 1852-1853. In-folio. – Nessa época Salles Torres Homem que ainda era liberal [...] escrevia no Correio Mercantil uma série de artigos com o título “A Conciliação e os partidos” e Justiniano J. da Rocha escrevia no Correio do Brasil, em contraposição, os ‘Prós e os contras’. Enquanto que Salles Torres Homem escrevia um artigo, ele escrevia dois ou três, e

– pode-se dizer – os escrevia sobre a perna com habitual facilidade. Enquanto que para compreender, sem circunlóquios, sem dificuldades, em boa linguagem. O Correio do Brasil tinha maior formato do que as outras folhas, por isso, não podendo sustentá-la voltou Rocha à precedente com o título: - O Velho e o Brasil. Anos XIII e XIV”. **(185-1854)**

(BLAKE, Op. Cit., Vol. V, p. 270).

*Fábulas “imitadas de Esopo” dedicadas ao Imperador. Também foi adotada para leitura nas escolas. Adotada nas aulas primárias do município neutro. Faz parte da obra “Enciclopédia das escolas primárias”.

1854 – 1855: O Constitucional “foi publicada esta folha quando, com a política de conciliação inaugurada pelo marquês do Paraná, sentia-se enfraquecido o partido conservador”.

*Ação, reação, transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. “é uma publicação anônima”.

Nesse mesmo ano, 1855, rompe com Honório Hermeto Carneiro leão – o marquês do Paraná.

1860-1861: O Regenerador, mais moderado em suas ideias políticas. “Ao mesmo tempo que na Corte Justiniano J. da Rocha se constituía o órgão e campeão reconhecido do partido conservador, entrava em 1839 para a colaboração do Jornal do Comércio, segundo afirma o Dr. Macedo, e em labor diário infatigável concorria para a redação desta folha, servindo-a dedicadamente até o ano de sua morte. Forneceu para ela vários romances, que mencionarei adiante.”

*Escreveu o *Compêndio de História Universal* (História Antiga, Média, Moderna e História da América, especialmente a do Brasil, “com uma ligeira notícia dos descobrimentos e progressos industriais dessa época.” Houve mais duas edições em 1864 e 1876.

**Monarquia e Democracia*”

Traduziu algumas obras de Alexandre Dumas.

“Morreu pobre quando poderia ter morrido riquíssimo, na idade de 50 anos (BLAKE, Op. Cit., Vol. V, p. 270).

Foi membro do Conselho Diretor da instrução pública da Corte.

Recebeu sua primeira educação literária no colégio Henrique IV, na França.

Escreveu:

1836: *O Atlante* (periódico).

(BLAKE, Op. Cit. Vol. V pp. 269 – 273.)

Link da imagem:

<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=7657>.

“Justiniano era um político conservador que viu e viveu tudo de perto e encarou o Regresso Conservador como um fenômeno que se encaixava no desenrolar lógico e natural das coisas, pois entendia que a vida política de uma sociedade girava em torno de ciclos de radicalização democrática, de reação conservadora e de moderação conciliadora.”

	<p>(http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/303.pdf.)</p>
<p>Laurindo José da Silva Rabelo - Rio de Janeiro - 08/07/1826/ Rio de Janeiro - 28/09/1874.</p>  <p>elencado por Godoi</p>	<p>Poeta (<i>Diário do Rio de Janeiro</i>, 07/11/1860, p. 1.)</p> <p>É o patrono da cadeira nº 26, da ABL, por escolha do fundador Guimarães Passos.</p> <p>“Era filho do oficial de milícias Ricardo José da Silva Rabelo e de Luísa Maria da Conceição, ambos mestiços e gente humilde do povo carioca. Cresceu nas maiores privações, das quais só veio a se libertar nos últimos anos de sua vida. Pretendendo seguir a carreira eclesiástica, cursou as aulas do Seminário São José e recebeu as ordens, mas abandonou o seminário por intrigas de colegas. Fez estudos na Escola Militar, outra vez tentando em vão fazer carreira. Ingressou no curso de Medicina no Rio, concluindo-o na Bahia, em 1856, vindo, porém, a defender a tese na sua cidade natal. Em 1857, ingressou como oficial-médico no Corpo de Saúde do Exército, servindo no Rio Grande do Sul, até 1863. Neste ano voltou ao Rio, como professor de História, Geografia e Português no curso preparatório à Escola Militar. Em 1860, casara-se com D. Adelaide Luísa Cordeiro, e só a partir de então pôde livrar-se da pobreza que lhe marcou a existência. Atacado por uma afecção cardíaca, faleceu aos 38 anos de idade.</p> <p>Caracterizou-o, desde os anos de estudante, a maneira espontânea e desengonçada de viver. Por sua compleição física bizarra, a imaginação popular deu-lhe o apelido de “o poeta lagartixa”. Viveu na boêmia, e aquele ambiente o estimulava literariamente. Como</p>

poeta satírico, era justamente temido e respeitado; teve amigos e, também, inimigos acérrimos, por causa dessa feição do seu talento, chegando a ser perseguido. Como repentista e improvisador, era popular e bem recebido em todos os salões. Fechavam os olhos à sua indumentária desleixada, só para ouvir o poeta e ver as cintilações daquele espírito. Em muitas das suas composições vibra também a nota de melancolia. Foi cognominado “o Bocage brasileiro”, pelos seus poemas francamente pornográficos, de verve irresistível. Pertenceu ao período romântico.”

<https://www.academia.org.br/academicos/la-urindo-rabelo>)

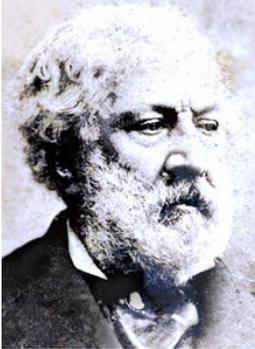
Doutor em Medicina, segundo cirurgião do corpo de saúde do exército e professor de gramática portuguesa, história e geografia da escola preparatória, anexa à militar.

Abandonou o seminário por desavenças e a carreira militar porque sua “musa travessa” feriu o filho do diretor da academia.

Poeta repentista, Teixeira de Mello dizia que o talento de Rabelo era descomunal e não conhecia limites.

1853: escreveu trovas que ofereceu a Salustiano Ferreira Souto, lente da faculdade da Bahia, amigo e protetor de Rabelo, este último morou na casa de Salustiano durante os anos que fez medicina na Bahia.

1856: apresentou a tese de medicina no Rio de Janeiro. Segundo Augusto Blake, nem mesmo sua

	<p>esposa conseguiu ler a tese, por falta de dinheiro para fazer cópias nas tipografias do Rio.</p> <p>1867: Compêndio de gramática da língua portuguesa: obra adotada pelo governo imperial para uso das escolas regimentais do exército e para o ensino de aprendizes de artilharia.</p> <p>Livro para instrução do soldado - foi um livro que estava com ele quando faleceu.</p> <p>1876: Norberto de Souza e Silva (membro da Petalógica) escreveu uma nota sobre o autor e sua obra no livro póstumo de Laurindo: <i>Obras poéticas</i>.</p> <p>(BLAKE, Op. Cit., Vol. V. pp. 288 – 291).</p>
<p>Manoel de Araújo Porto-Alegre.</p> <p>Rio Pardo/Brasil, 1806 - Lisboa/Portugal, 1879.)</p>  <p>Elencado por Célia Maria de Azevedo</p>	<p>Barão de Santo Ângelo. Professor, caricaturista, artista, diplomata (AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Op. Cit.,).</p> <p>“Pintor e poeta, cônsul do Brasil na Prússia.” (O Conciliador (RS), n. 077, 10/11/1859, p. 4)</p> <p>1827: mudou-se para o Rio de Janeiro para ingressar na Academia Brasileira de Belas Artes. (AIBA). Deixou o cargo em 1848.</p> <p>No site da ABL consta que ele veio para o Rio em 1826.</p> <p>1831: Foi para a Europa com Debret, de quem era discípulo.</p> <p>(com a ajuda de Evaristo Veiga e a proteção dos Andradas</p> <p>(https://www.academia.org.br/academicos/araujo-porto-alegre/biografia.)</p> <p>1836: fundou, em Paris, a <i>Revista Brasiliense - ciências, letras e artes</i>.</p>

1837: retorna ao Brasil e é nomeado professor de pintura histórica da AIBA. produziu as primeiras caricaturas no Rio de Janeiro.

1838: Foi um dos fundadores do IHGB.

1843: funda a *Minerva Brasiliense*.

1844: funda *Lanterna Mágica*.

1849: funda *Guanabara*. eram colaboradores Joaquim Manoel de Macedo e Antônio Gonçalves Dias.

“Em 1840 organizou a festa da coroação de d. Pedro II. Devido aos trabalhos prestados durante as comemorações, recebeu os títulos de pintor da Imperial Câmara, cavaleiro da Ordem de Cristo e cavaleiro da Rosa; tornou-se assim um personagem ativo da vida cotidiana do Império. Após os festejos imperiais, começou a esboçar o quadro *Coroação de Pedro II*, obra inacabada e de grandes dimensões que hoje se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, associação da qual Porto-Alegre foi um dos fundadores em 1838.

Retornou à AIBA em 1854, ocupando o cargo de diretor até 1857. Em sua gestão, criou uma biblioteca, reformulou a pinacoteca da instituição e executou uma reforma dos estatutos da Academia; em seus escritos e desenhos defendeu a aproximação do artista à natureza. Paralelamente às atividades da AIBA, realizou em 1854 o projeto do Cassino Fluminense, posterior sede do Automóvel Clube do Brasil, inaugurado em 1860. Ainda no âmbito dos projetos, Porto-Alegre é tido como o real autor do projeto vencedor do concurso para a estátua equestre de d. Pedro I. A execução da peça foi encomendada ao francês Louis Rochet em 1856, e a inauguração aconteceu em 1862. Até hoje o monumento pode ser visto na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro.

Deu início em 1859 à sua carreira diplomática, tornando-se cônsul do Brasil em Berlim. Posteriormente, em 1862, foi enviado para Dresden. Mesmo fora do país, não abandonou a escrita: publicou

o livro *As brasileiras*, uma coleção de poemas e cantos, e as peças *Os lavernos*, *Os lobisomens* e *A escrava*, no ano de 1863; e o poema épico *Colombo* em 1866, sua mais ambiciosa empreitada no campo das letras. Chegou a coordenar as participações brasileiras nas Exposições Universais de Paris e Viena em 1867 e 1873, respectivamente. Em 1869, já transferido para Lisboa, casa Carlota, uma de suas filhas da união com Ana Paulina Delamare, com o pintor Pedro Américo de Figueiredo e Melo, de quem foi mestre e grande incentivador.

Manuel de Araújo Porto-Alegre recebeu o título de barão de Santo Ângelo em 1874. Mesmo apresentando saúde frágil, conseguiu publicar em 1877 a peça *Os voluntários da pátria*, dedicada a José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco. Faleceu poucos anos depois, em 1879, em Portugal.

A obra visual de Araújo Porto-Alegre é bastante diversificada: ao mesmo tempo em que pintou retratos e cenas históricas, registrou com argúcia a flora brasileira e fez caricaturas impiedosas de seus desafetos. O acervo de Iconografia do IMS conta com um álbum onde estão reunidos cartas, poemas, desenhos de viagem e paisagens, tipos humanos e estudos de cenas mitológicas feitos pelo artista. Mais do que um *skechtbook*, acredita-se que tal conjunto, totalizado em 59 itens, tenha sido agrupado em diferentes momentos da vida de Araújo Porto-Alegre: nele está registrada sua correspondência com pessoas ilustres da época, como o poeta português Almeida-Garrett, e contém ilustrações que mostram diversos pontos de interesse e experiências do artista, desde sua primeira viagem à Europa em companhia de Debret (entre 1831-1837) até suas investigações sobre a floresta brasileira entre as décadas 1850-1860.”

(<https://ims.com.br/2017/06/01/sobre-manuel-de-araujo-porto-alegre/>.)

1852: vereador da Câmara Municipal.
(Compilador. *Jornal dos Jornais*, n.18. 29/08/1852.)

1855: diretor da Academia de Belas Artes. (*A Semana*. *Jornal Literário, científico e noticioso*. 08/12/1855, n. 1, p. 12)

1859: nomeado cônsul geral da Prússia (*Gazeta Oficial (PA)*, 09/06/1859. n 127, p. 2) No site da ABL consta 1858.

“Porto-Alegre (Manuel José de Araújo Porto-Alegre, Barão de Santo Ângelo), poeta, pintor, professor, jornalista, diplomata e teatrólogo, nasceu em Rio Pardo, RS, em 29 de novembro de 1806, e faleceu em Lisboa, Portugal, em 30 de dezembro de 1879. É o patrono da cadeira nº 32, por escolha do fundador Carlos de Laet.”

Cursou a escola militar e as aulas de anatomia na escola de medicina.

pseudônimo usado: Tibúrcio do Amarante.

(<https://www.academia.org.br/academicos/araujo-porto-alegre/biografia>.)

“Manuel de Araújo Porto-Alegre, Barão de Santo Ângelo – Chamado antes da Independência do Brasil Manuel José de Araújo, nasceu na cidade do Rio Pardo, província do Rio Grande do Sul, a 29 de novembro de 1806 e faleceu a 29 de dezembro de 1879 em Lisboa, onde servia o cargo de Cônsul Geral do Império, sendo grande dignitário da Ordem da Rosa, cavaleiro da Ordem de Cristo, comendador da ordem espanhola de Carlos III; professor jubilado de arquitetura da escola militar; ex-professor de pintura histórica da Academia de Belas Artes e seu diretor e reformador; sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde exerceu cargos importantes, como o de orador por espaço de quatorze anos; membro do antigo Instituto Histórico da Bahia, do Instituto Histórico da França, da Sociedade das Belas-artes e belas letras, e da Sociedade Politécnica de Paris, do Instituto Nacional de Washington, da Academia Real das Ciências e da Academia de Belas-artes de Lisboa, da Arcádia de Roma e de várias associações literárias do Brasil. Muito jovem, estudando preparatórios em sua província, demonstrou sua inclinação pelas ciências naturais e tanto que organizou para si um estreito gabinete de história natural. Em 1826, vindo para a corte, decidido a

	<p>matricular-se na Academia Militar, como esta estivesse em férias, frequentou a Academia de Belas- artes com aplicação tal, que na primeira exposição obteve prêmios de pintura e de arquitetura e, assim começando, tornou-se, na carreira que abraçou, um vulto venerando. Foi em 1831 à França, com seu mestre <u>Debret</u>, aperfeiçoar seus estudos, viajando até 1837 pela Bélgica, Itália, Suíça, Inglaterra e Portugal, a princípio sofrendo privações, que foram minoradas com o auxílio prestado por um amigo e depois com uma subvenção concedida pelo governo imperial. Foi um dos fundadores do Conservatório Dramático e da Academia da Ópera Lírica e exerceu o cargo de Cônsul Geral do Brasil na Prússia desde 1859, antes de exercer esse cargo em Portugal. Cultivou com esmero a poesia e manejava a pena na prosa com a mesma elegância e maestria com que empunhava o pincel de artista.</p> <p>[...]</p> <p>1859: O prestígio da Lei. Foi posto em música pelo maestro Francisco Manoel da Silva.</p> <p>1848: <i>A estátua amazônica:</i> comédia arqueológica, dedicada ao Ilm.º Sr. Manoel Ferreira Lagos, em 1848. Rio de Janeiro, 1851, 86 págs. in-4º com uma est. – O autor ridiculariza o procedimento íngrato de certos viajantes europeus que em paga de finezas e favores dos brasileiros, saem do Brasil deprimindo-os e escrevendo um amontoado de falsidades, como fez o Conde Castelnau que levou para a França uma pedra mal lavrada que encontrou no Rio Negro, e expôs no Louvre, dando-lhe o título de estátua do tempo das Amazonas brasileiras!</p> <p>-<i>O espião de Bonaparte</i> - comédia inédita. -<i>O sapateiro político</i>. - comédia. -<i>Dinheiro e saúde</i> - comédia. -Discurso recitado pelo orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no enterro do conselheiro José Joaquim da Rocha. Rio de Janeiro, 1848, 7 págs. in-8º.”</p> <p>(BLAKE, Op. Cit., Vol. VI).</p>
<p>Manuel Alves Branco</p> <p>Bahia, 07/06/1797 - Niterói, 13/07/1855.</p>	<p>Advogado, economista e político brasileiro.</p> <p>(AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Op. Cit.).</p> <p>2º Visconde de Caravelas, bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, senador do Império, conselheiro do estado, do conselho do imperador, oficial da ordem do cruzeiro.</p>

	<p>Nomeado juiz de fora de Santo Amaro - Bahia, sendo removido para a cidade do Rio de Janeiro.</p> <p>Foi contador geral do tesouro, depois foi ministro da justiça e dos estrangeiros. “Fez ajustes para repressão do tráfico de africanos” (p. 8).</p> <p>Além de estadista, com uma boa oratória, foi poeta.</p> <p>1837: ocupou as pastas da Fazenda e do Império. Recusou a regência, instado pelo regente Feijó.</p> <p>1839 - 1844: ocupou a pasta da fazenda. (Tarifa Alves Branco).</p> <p>(BLAKE, Op. Cit., Vol. VI, pp. 8-9).</p> <p>1830: elegeu-se deputado geral.</p> <p>Fonte da imagem: https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exterores/manoel-alves-branco.</p>
<p>Manuel Antônio de Almeida</p> <p>Rio de Janeiro, 17/11/1830 - naufrágio do vapor Hermes, 28/11/1861.</p> 	<p>Escritor, médico e professor (AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Op. Cit.,).</p> <p>1854 - 1855: <i>Memórias de um sargento de milícias</i> por um brasileiro.</p> <p>teve segunda edição em 1862 e quarta em 1898.</p> <p>1855: formou-se em medicina na corte. “Exerceu um lugar na secretaria dos negócios da fazenda, depois o de administrador da Tipografia Nacional e o de diretor da ópera nacional.”</p>

<p>Elencado por Célia Maria Azevedo.</p>	<p>membro da Sociedade Propagadora das Belas Artes. Foi um dos últimos redatores do Correio Mercantil.</p> <p>1861: romance: <i>O rei dos mendigos</i>.</p> <p>“Colaborou nos Arpejos poéticos, no Guaracinga e no Guaraciaba, e também no Correio Mercantil, onde escreveu de 1854 a 1856 vários trabalhos importantes na secção intitulada <i>Revista bibliográfica</i>, e na secção denominada Páginas menores.” (p.13).</p> <p>(BLAKE, Op. Cit. Vol. VI, p. 12-13)</p> <p>1860: Aparece como “vestimenteiro” no <i>Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia</i>. (1854-1863). p. 425.</p> <p>1861: Aparece elencado na Chapa Conservadora, vencedora, de Maricá. (<i>O Regenerador</i>, n. 22. 28 jan.1861. p. 4.</p> <p>*Relata a morte de Almeida. (<i>A Atualidade</i>, n. 179, p.3)</p> <p>1863: aparece uma propaganda do seu romance: <i>Memórias de um Sargento de Milícias</i>. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i>, n. 61. p. 4).</p>
<p>Paulino José Soares de Sousa</p> <p>Paris, 04/10/1807 - Rio de Janeiro, 15/07/1866.</p>	<p>Visconde do Uruguai (1807-1866). Líder do partido Conservador (1840-1850). (AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Op. Cit.,)</p> <p>Filho de médico brasileiro: José Antônio Soares de Sousa e da francesa Antoinette Gabrielle Gibert Soares de Sousa.</p>



Elencado por Célia Maria Azevedo.

1819: retornam para o Brasil, Luís do Maranhão.

1823: foi estudar Direito na universidade de Coimbra, mas retornou ao Brasil em **1828**. Foi acusado de participar da revolta do Porto e voltou ao Brasil.

1830-1831: conclui sua formação no Curso Jurídico de São Paulo.

1832: juiz e ouvidor da Comarca em São Paulo.

1833: “se casou com Ana Maria de Macedo Alvarez de Azevedo, de uma família influente de proprietários de terras da província fluminense, o que o inseriu numa rede de parentesco de grande prestígio e poder político.”

1835: candidato pelo partido moderado, para o cargo de deputado da assembleia provincial do Rio de Janeiro, por Evaristo Veiga.

1836: eleito deputado provincial e nomeado pelo regente Feijó presidente da província do Rio de Janeiro.

1837: “acusado de filiar-se à oposição, foi demitido da presidência da província por Feijó, tendo sido reconduzido após sua renúncia, permanecendo no cargo até 1840. Assumiu diversos cargos na administração imperial, foi secretário de Estado dos **Negócios da Justiça** (1840 e 1841-1843), dos **Negócios Estrangeiros** (1843-1844, 1849-1852 e 1852-1853). Foi senador (1849) e membro do **Conselho de Estado** (1853). Como um dos mais importantes nomes do cenário político do Segundo Reinado, contribuiu para o chamado Regresso Conservador, a partir de 1837. Ao lado de **Joaquim José Rodrigues Torres**, o futuro

visconde de Itaboraí, e Eusébio de Queiroz, liderava o Partido Conservador e com estes formava o que ficou conhecida como a ‘trindade saquarema’, forma como eram denominados os conservadores, em alusão à região fluminense onde tinham propriedade de terras. Foi um dos principais articuladores da Lei interpretativa do Ato Adicional (1840) e da reforma do Código de Processo Criminal (1841), que resultaram em maior centralização política e administrativa do Segundo Reinado. Atuou de forma determinante para a aprovação, em 1850, da abolição do tráfico de escravos no Brasil.”

“À frente da pasta de Negócios Estrangeiros, sua atuação nas negociações diplomáticas da região do Prata, na questão dos limites entre Brasil, Argentina e Paraguai lhe renderam o título de visconde do Uruguai. Em 1855 foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à corte de Napoleão III para tratado de limites com a Guiana Francesa, a chamada Questão do Oiapoque. Foi o autor de *Estudos sobre o direito administrativo* (1862), e *Estudos práticos sobre a administração das províncias do Brasil* (1865), dois trabalhos fundamentais sobre a administração pública brasileira no século XIX. Seu filho, Paulino José Soares de Sousa, também seguiu a carreira política, tendo sido ministro dos Negócios do Império (1868-1870), além de senador pela Província do Rio de Janeiro (1882-1884 e 1886-1889). Foi agraciado com comenda de oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, com a Grã Cruz da Ordem de São Genaro pelo rei de Nápoles (1850) e condecorado com a Ordem Real de Danabrog pelo rei da Dinamarca

	<p>(1852), com a Ordem Imperial da Coroa de Ferro pelo imperador da Áustria (1852) e com a Ordem de Cristo pelo rei de Portugal (1852). Foi membro, entre outras, da Academia Britânica de Ciências, Artes e Indústria, da Sociedade de Zoologia e Aclimação de Paris, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro.” (HOFFBAUER, Daniela. 2017.</p> <p>http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/2/70-biografias/557-paulino-jose-soares-de-sousa-visconde-do-uruguai).</p> <p>*Sócio do IHGB e da Sociedade e da Sociedade Auxiliadora da indústria nacional.</p> <p>1842: escreveu o Código do Processo Criminal de primeira instância para o Império do Brasil.</p> <p>(BLAKE, Op. Cit. Vol. VI. pp. 354-356).</p>
<p>Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiuva.</p> <p>Rio de Janeiro/ Itaguaí, 04/12/1836 - Rio de Janeiro, 11/07/1912.</p> 	<p>Jornalista e político. (AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Op. Cit.,).</p> <p>Ocupou a pasta do exterior do Governo provisório. Segundo Augusto Blake, foi um dos mais hábeis jornalistas que o Brasil produziu. Frequentou o curso de humanidades, anexo à faculdade de direito de São Paulo, “mas, não podendo suportar disciplina oficial nem limites de estudos convencionais, deixou esse curso e os da faculdade.” (BLAKE, Op. Cit., Vol. VI. p. 89).</p> <p>Escreveu:</p> <p>1852 - 1859: Acayba: Jornal Literário</p>

<p>Fotografia do CPDOC</p> <p>Elencado por Célia Maria Azevedo.</p>	<p>“Diário do Rio de Janeiro” - Fundado por Zeferino Victor de Meirelles, teve vários redatores e segundo estes e as épocas teve diversas cores políticas. De seus redatores citarei José Martiniano de Alencar, Antonio Ferreira Vianna, Joaquim de Saldanha Marinho, Quintino Bocaiuva e por último Augusto de Carvalho.” (p. 91).</p> <p>1856: <i>O Travador</i>.</p> <p>1858: Estudos Críticos e Literários, contendo lance de olhos sobre a comédia e sua crítica.</p> <p>*Sofismas constitucionais ou o sistema representativo entre nós: estudo histórico político.</p> <p>Muitos dramas originais:</p> <p>1860: <i>Norma... - O Dominó azul - Diamantes da coroa - Quem porfia sempre alcança - O Sargento Frederico. - Minhas duas mulheres... - Vale de Andorra - Boas noites, Senhor D. Simão - Tramoia - O Grumete., - Estebanillo - Marina</i>.</p> <p>Trabalhos escritos para o teatro e traduções feitas para a Imperial Academia da Ópera Nacional.</p> <p>Escreveu também <i>O Bandoleiro</i> (Ópera Cômica)</p> <p>1861: <i>A Comédia Constitucional: panfleto político</i>.</p> <p>1862: <i>Os mineiros da desgraça</i></p> <p>1863: <i>Biblioteca romântica</i>: revista mensal por uma associação de homens de letras. Rio de Janeiro, 1863.</p> <p>Usou o pseudônimo: Philemon</p> <p>1864: <i>Os nossos homens</i>: retratos políticos e literários por P. S. José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro, com o retrato do conselheiro Paranhos.</p>
---	--

*diretor do O Globo: órgão da agência americana (até 1878), com Salvador de Mendonça.

1870- 1874: *A República*: periódico do Clube Republicano.

1885: diretor e proprietário de *O Paiz*.

1887: Confederação Abolicionista. A segunda fase: discurso proferido no teatro Politheama em 3 de abril de 1887. Rio de Janeiro.

(BLAKE, Op. Cit. Vol. VII. pp. 89 a 91).

CPDOC Guia:

- Fundador, Partido Republicano 1870,1870
- Redator, Manifesto Republicano de 1870 1870,1870
- Redator-chefe, A República 1872,1872
- Diretor, O Globo 1881,1883
- Diretor, O País 1884,1884
- Ministro de Estado, Ministério das Relações Exteriores 1889,1891
- Chefe, Partido Republicano 1889,1889
- Ministro de Estado - interino, Ministério da Agricultura 1889,1890
- Senador constituinte, Assembleia Nacional Constituinte de 1891 1891,1891
- Senador, Partido Republicano 1892,1900
- Presidente de estado, Governo do estado do Rio de Janeiro 1900,1903
- Senador, Partido Republicano 1904,1904
- Senador, Partido Republicano 1909,1912
- Vice-presidente, Senado Federal 1909,1912
- Fundador, Partido Republicano Conservador 1910,1912.

	<p>1865: assume a direção do <i>Diário do Rio de Janeiro</i>.</p> <p>(https://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfund.o.aspx?sigla=qb)</p>
<p>Severiano Rodrigues Martins.</p> <p>Rio de Janeiro, 1820 - Rio de Janeiro, 28/09/1897.</p> <p>Elencado por Rodrigo Godoi.</p>	<p>Médico, Rua do Cano, n. 68. (<i>AL</i>, 1854, p. 372).</p> <p>Doutorou-se em medicina na faculdade do Rio de Janeiro (1842)</p> <p>escreveu para algumas revistas médicas.</p> <p>1850: <i>Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1844 - 1885)</i>. Aparece como médico, pela primeira vez, em 1850 (p.296 do arquivo)</p> <p>1851: Idem (p. 299).</p> <p>1852: Idem (p. 362).</p> <p>1854: Sessão do Conselho, em 15 de maio de 1854. (presidência de Visconde d’Abrantes”. Nessa Ata há uma proposta do “Sr. Goldschmidt” para sócios efetivos para a Sociedade Auxiliadora, um deles é Severiano. (<i>O Auxiliador da Indústria Nacional: ou coleção de memórias e notícias interessantes</i>, 1854, n. 2, p. 336)</p> <p>*Aparece na lista dos sócios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (Francisco Eleutério de Sousa fazia parte dessa sociedade - sócio correspondente 71. p. 390 e 248 da hemeroteca). <i>O Auxiliador da Indústria Nacional: ou coleção de memórias e notícias interessantes</i>, 1854, n. 2, p. 409 do arquivo e 267 da hemeroteca)</p> <p>* no número 3 do Auxiliador, aparece também como sócio efetivo.</p>

**Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1844-1885). Aparece como médico, n. 11, p. do arquivo 372 e da hemeroteca 402.)*

1855: esteve junto com Eusébio de Queirós no estabelecimento de uma enfermaria na Freguesia do Sacramento, na Rua Senhor dos Passos. Severiano foi um dos médicos que atendeu nessa enfermaria. (Correio da Tarde, n. 46, 02/10/1855. p. 2)

*O consultório de Severiano ficava próximo à sede da Petalógica: “Dr. Severiano Rodrigues Martins, morador na rua do Cano n. 68, competem [o posto médico] os quarteirões ns. 3,4 e 16, ruas do Cano, da dos Ourives ao Largo do Rocio, este largo do da carioca, a do teatro, e daí a dos ciganos e conde, e toda a rua dos ciganos.” (Jornal do Comércio, 24/09/1855, n. 263, p.2).

* “Enfermaria do SS Sacramento. 77 Rua do Senhor dos Passos 77. Nesta enfermaria recebem-se todos os enfermos pobres e livres moradores da freguesia do Sacramento [...] os doutores [...] Severiano Rodrigues Martins [...] aí se acham constantes e alternadamente a qualquer hora do dia ou da noite, e se prestam a socorrer em seus domicílios aos indivíduos que forem acometidos da moléstia reinante.” (*Jornal do Comércio*, n. 279, p. 2, 10/10/1855).

*Diário do Rio de Janeiro, 16/09/1855. n. 255, p. 3.: aparece na “Relação dos membros da Comissão Paroquial da Freguesia do Santíssimo Sacramento, e dos quarteirões que lhes competem”

*Diário do Rio de Janeiro, n. 267, 28/09/1855. p.3: “Posto Médico da Freguesia do Sacramento”.

*Fez parte de uma comissão central de saúde pública: Comissão Sanitária Paroquial - Freguesia do Sacramento. (*Correio Mercantil*, e instrutivo, Político, Universal - 1848-1868. n. 250, 10/09/1855. p. 2).

1856 e 1857: era médico na Rua do Cano. (Auxiliar da Administração do Correio da Corte, p. 297 e 476.)

*Eleitores da freguesia do Sacramento. (*Jornal do Comércio*, 10/1855, n. 300. p. 2). n. 303, idem.

*Aparece entre os eleitores da Freguesia do Sacramento, deliberada pelo Partido Liberal. (*Correio Mercantil*, Instrutivo, Político... n. 298. 29/10/1856. p. 3 “Eleições”.)

*Aparece na lista de eleitores do Partido Liberal, ao lado de outro membro da Petalógica (Sayão). *Correio Mercantil*, Instrutivo, Político, n. 300. 31/10/1856. p. 2). Ao lado dessa lista, tem também a lista dos eleitores do partido conservador com alguns nomes de membros da Petalógica (Eusébio de Queirós).

1857: Aparece em uma intervenção feita pela Sociedade Petalógica ao Mr. Rochet. (Novo e Completo Índice Cronológico da História do Brasil (RJ) 1842 - 1889). página 485 do sistema da hemeroteca BN, no documento p. 187.

Aparece, nesse mesmo ano, entre os nomes que figuram na lista de compradores do livro de outro membro da petalógica: Lembranças de José Antônio. (*A Marmota*, n. 908, 15/12/1857. p. 4).

1858: uma nota no *Jornal do Comércio*, assinado por “um apreciador do mérito”, fala sobre

uma condecoração de que na listagem dos agraciados não estava o nome do Severiano e que isso era uma injustiça. “Quem mais serviço tem prestado ao povo, ao pobre povo, nas três epidemias que temos sido vítimas do que o Dr. Severiano?” (eram as condecorações de Cristo e Rosa). “As glórias que vêm tarde já vêm fria”. (*Jornal do Comércio*, 04/12/1858, n. 333, p.2)

Nesse mesmo número e página tem uma nota sobre dois libertos que foram novamente escravizados, muito interessantes: *Mofina* assinado por “Os libertos escravizados”.

* Foi designado júri (Freguesia do Sacramento) pelo juiz municipal da 2ª vara (Dr. José Carlos Pereira de Almeida Torres). A partir de então ele começa a aparecer em diversas crônicas jurídicas. Nesse ano de 1857, tem um processo de uma briga entre dois irmãos, um deles Henrique José Marinho (tipógrafo compositor e guarda nacional). *Correio Mercantil*, n. 201. 24/07/1857. p. 1).

*Fez parte da Sociedade do Ipiranga que tinha como um dos “Fins de sua existência solenizar o glorioso 7 de setembro, conferindo à custa de seus recursos liberdades a escravos nascidos no Brasil, e querendo que estas sejam sempre no maior número possível, resolveu nomear comissões paroquiais compostas das pessoas mais notáveis por sua dedicação, patriotismo [...] não ficando porém inibidas de receberem donativos de quaisquer indivíduos nacionais ou estrangeiros...”

Eusébio de Queirós também fazia parte dessa sociedade e estava na lista da Freguesia do Sacramento.

1859: Há uma matéria de três páginas (de primeira página também) que tem como título: “A Sociedade Petalógica e o Dr. Severiano Rodrigues Martins.”

Nesse texto encontramos a informação de que ele morava na Praça da Constituição, perto da sede da Petalógica. (*Marmota*, n. 1077. 29/07/1859. p. 1,2 e 3.)

*Também neste ano, Severiano ficou muito doente, como demonstra o texto escrito e publicado na *Marmota*, n. 1099, 14/10/1859, p. 1 e 2)

*Paula Brito ofereceu uma poesia a Severiano: “Despedida, a Mme. La Grange”

* No *Correio Mercantil*, Instrutivo, Político, Universal, n. 206, 28/07/1859. p. 2, tem uma nota de título “O Dr. Severiano”, assinada por L. P. da F. Guimarães, que fala sobre o trabalho de Severiano durante a epidemia de cólera. Que ele tratava os mais pobres e que inventou uma espécie de remédio para essa doença e que não pediu e ganhou nada em troca, só a alegria de ver seus pacientes curados. Guimarães compara Severiano a Deus.

*Um ofício da Sociedade Petalógica - membros da “comissão da Sociedade Petalógica, encarregada dos festejos de 7 de setembro na Praça da Constituição” - ao “empresário da limpeza pública” Antônio Nunes de Souza, agradecendo pelos trabalhos prestados à agremiação. Essa é uma das passagens de que Rodrigo Godoi tira alguns nomes dos membros da Petalógica. Temos os seguintes membros anunciados nessa nota: “Antônio Luiz de Sayão, Virgílio José de Almeida Campos, Joaquim Manoel de Macedo, Francisco Pedro de Arbues da Silva Muniz e Abreu, João Ribeiro de Carvalho, Francisco Correa da

Conceição, por si e pelo Dr. Severiano Rodrigues Martins, que se acha doente.”

(*Correio Mercantil*, Instrutivo, Político, Universal (1848-1868), 17/09/1859. n. 254. p. 1.).

*Luiz Antônio da Silva Nazareth, juiz de paz mais votados da freguesia do sacramento e presidente da junta de qualificação de votantes, convida eleitores e suplentes a comparecer em determinado lugar, data e hora para instalar determinada junta. Eusébio de Queirós, Alexandre José de Mello Moraes (como eleitores) Severiano, Luiz Sayão (como suplentes). (*Correio Mercantil*, Instrutivo, Político, Universal (1848-1868), 23/12/1859. n. 350. p. 2.). Isso se repetiu em **1860**.

1861: *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1844 - 1885)*. Aparece como médico, 18, p. arquivo 455, 501 da hemeroteca. Neste ano o endereço do consultório é: Praça da Constituição, 23, esquina da rua Espírito Santo.

1862: Aparece em uma lista de “Médicos de maior nomeada”. (*O Correio da Tarde*, n. 001, 01/01/1862).

*Aparece como vice-presidente (o presidente era Saldanha Marinho) da Sociedade União Filantrópica independência, que se organizou no Pavilhão Fluminense para solenizar a independência do Brasil.

Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1844 - 1885). Aparece como médico, 19, p. arquivo 468, 513 da hemeroteca. Neste ano o endereço do consultório é: Praça da Constituição, 23, esquina da rua Espírito Santo.

	<p>1863: membro da Comissão Eleitoral progressista da Freguesia do Santíssimo Sacramento. (<i>Correio Mercantil</i>, e instrutivo, Político, Universal - 1848-1868. n. 214, 05/08/1853. p. 3).</p> <p>1864: 1º Distrito (município neutro) - 359 eleitores. Colégio da Corte. (Reunião do Paço da IIIª Câmara Municipal”. Severiano está entre os 40 eleitores da Freguesia do Sacramento. (<i>Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1844 - 1885)</i>. n. 23, p. 45.</p>
<p>Virgílio José de Almeida Campos.</p> <p>Campos - (possivelmente) 1810 Rio de Janeiro - 24/11/1861.</p>	<p>Escrivão de órfãos (<i>AL</i>, 1855, p. 118).</p> <p>Natural da cidade de Campos, batizado na Freguesia de São Salvador, “filho legitimado do Dr. José Felipe de Almeida Campos e de D. Escolástica Alexandrina Pereira.</p> <p>Em seu testamento tinha: 5 escravos, todos crioulos. Alforriou, no testamento, dois deles: Rita e Domingos. Ao último deu 400\$ e todas as suas roupas, à Rita a mesma quantia. Os outros três seriam alforriados se pagassem ao testamenteiro a quantidade de 200\$ “podendo se alugarem, e dando cada um 20\$ por mês.”</p> <p>Deixou suas casas para a igreja e para a Santa Casa da Misericórdia”. (<i>Correio Mercantil</i>, Instrutivo, Político, Universal. n. 312, 26/11/1861, p.1).</p> <p>Morreu com 51 anos com hemorragia intestinal. Está designado como “campista”, por conta de sua origem Campos. (<i>Correio Mercantil</i>, Instrutivo, Político, Universal, n. 313, 27/11/1861. p. 1).</p>

1848: Designado juiz na Freguesia do Sacramento. (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 7961, p. 3, 04/12/1848).

*Escritório do escrivão, na Rua da Alfândega. (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 7755, p. 4, 22/03/1848).

1850: “escrivão de órfãos, Ministério da Justiça. Rua da Alfândega, 362. (*Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1844-1885*, n. 7, p. 90). Se repete em **1851** (n. 08, p. 82); escrivão da 2ª vara crime (n. 08, p. 93); idem para **1852** (n. 09, p.). 1ª Vara Cível (n. 09, p. 106). Em **1853**, escrivão, 1ª Vara (n. 10, p. 85), Idem para **1854**, escrivão de órfãos (n. 11, p. 86 e p. 98). Em **1855** a mesma coisa, mas muda o endereço que passa a ser Rua do Lavradio, n. 40. (n. 12, p. 104).

1853: “tendo a mesa atual da irmandade de SS. da Antiga Sé nesta corte, de continuar a obra do interior da igreja, como sejam forro e cimalha, desejando dar de empreitada a mão de obra, se convida aos senhores mestres (ilegível) até o fim do mês sua proposta [...], O secretário, Virgílio José de Almeida Campos. (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 48, p.3, 18 fev.1853.)

*Está na lista de pessoas acionistas do “novo banco”, o Banco do Brasil. “Lista de pessoas a quem foram distribuídas as 30 mil ações do novo Banco do Brasil, estabelecida pela lei de 5 de julho de 1853. [...] Para 30, os Srs. [...] Virgílio José de Almeida Campos”. (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 289. 25 out. 1853, p.3).

1855: ajudou, com dinheiro, o combate à epidemia na cidade de Campos. (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 63. 08 dez.1855, p.1).

*escrivão do juízo de órfãos da Corte. (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 74. 20 dez. 1855, p.6).

*mordomo das demandas da Santa Casa da Misericórdia. (*Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1844-1885*. n. 12, p. 321)

1856: escrivão do juízo de órfãos da Corte. (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 59. 28 fev.1856, p.6).

*“mordomo das demandas” da Santa Casa de Misericórdia e dos estabelecimentos anexos. “reeleito” (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 188, 07 jul. 1856, p. 1).

Repete em **1856** (*Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1844-1885) n. 13, p. 328); em **1857** (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 191, p. 3).

*Arrematação de um “pardinho, escravo” da herança de Francisco José Ramos, cujo inventário corria pelo cartório do escrivão Virgílio José de Almeida Campos. (*Correio Mercantil, Instrutivo, Político e Universal*, n. 297, 28 out. 1856, p. 3)

1857: aparece em uma lista de doadores aos “habitantes pobres da Freguesia do Pati de Alferes, onde se sentia fome”. Ele doou 200\$000 (*Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1844-1885*. n. 14, p. 351).

*”Sociedade Ypiranga (Ipiranga).” É uma lista de homens da Freguesia do Sacramento que fizeram doações para comprar a liberdade de cativos. Temos nessa lista: Virgílio Almeida; Conselheiro

Eusébio de Queirós (*Correio Mercantil*, n. 249, 12 set. 1857, p. 2).

1858: “Lista daqueles senhores assinantes protetores desta empresa cujo nome [...] vem mencionado no seu emprego, profissão, ocupação, negócio ou ofício, no corpo do Almanaque [...] escrivão de órfãos Virgílio José de Almeida Campos.” (*Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1844-1885*, n. 15, p. 238)

*Uma nota no *Correio Mercantil*, assinada por “outro irmão” faz uma crítica ao trabalho feito por Cunha e Nazareth na Casa da Misericórdia. O mesmo cita Virgílio como uma administração anterior da Casa que foi muito melhor e que não recebia tantos elogios. (n. 45, 16 fev.1858. p. 1).

1859: “mordomo das demandas” da Santa Casa de Misericórdia e dos estabelecimentos anexos. (*Correio da Tarde*, n. 156. 11 jul.1859, p.3). Já havia sido reeleito em 1855 (*Diário de Pernambuco*, 168. Jul.1855. p. 2).

*Escrivão dos órfãos, Ministério da Justiça. (*Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1844-1885*. n. 16, p. 143)

1860: foi aprovado sócio efetivo da Imperial Sociedade Amante da Instrução. Nesta mesma lista estão os membros da Sociedade Petalógica: Francisco Pedro de Arbues da Silva Muniz e Abreu. (*Correio Mercantil*, n. 10. 10 jan.1860, p. 1).

1861: Escrivão dos órfãos, Ministério da Justiça. (*Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1844-1885*, n. 18, p. 116).

*Viaja para Lisboa em fevereiro de 1861. (*Correio Mercantil*, fev. 1861, n. 55, p. 1).

* “Dito das demandas” Santa Casa da Misericórdia. (*Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1844-1885*, n. 18, p. 346).

1867: “Ordem de Cristo” (*Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1844-1885*, n. 4, p. 153)

1870: Decreto n. 1741, de 9 de outubro de 1870. Art. 1 aprova as seguintes pensões mensais concedidas por decretos de 28/07/1869: de 36\$000, a D. Paulina de Almeida Campos, viúva do alferes do 24º corpo de voluntários da Pátria Virgílio José de Almeida Campos falecido em consequência de ferimento recebido em combate. (*Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1844-1885*, n. 27, p. 102).

PS. Havia um homônimo.